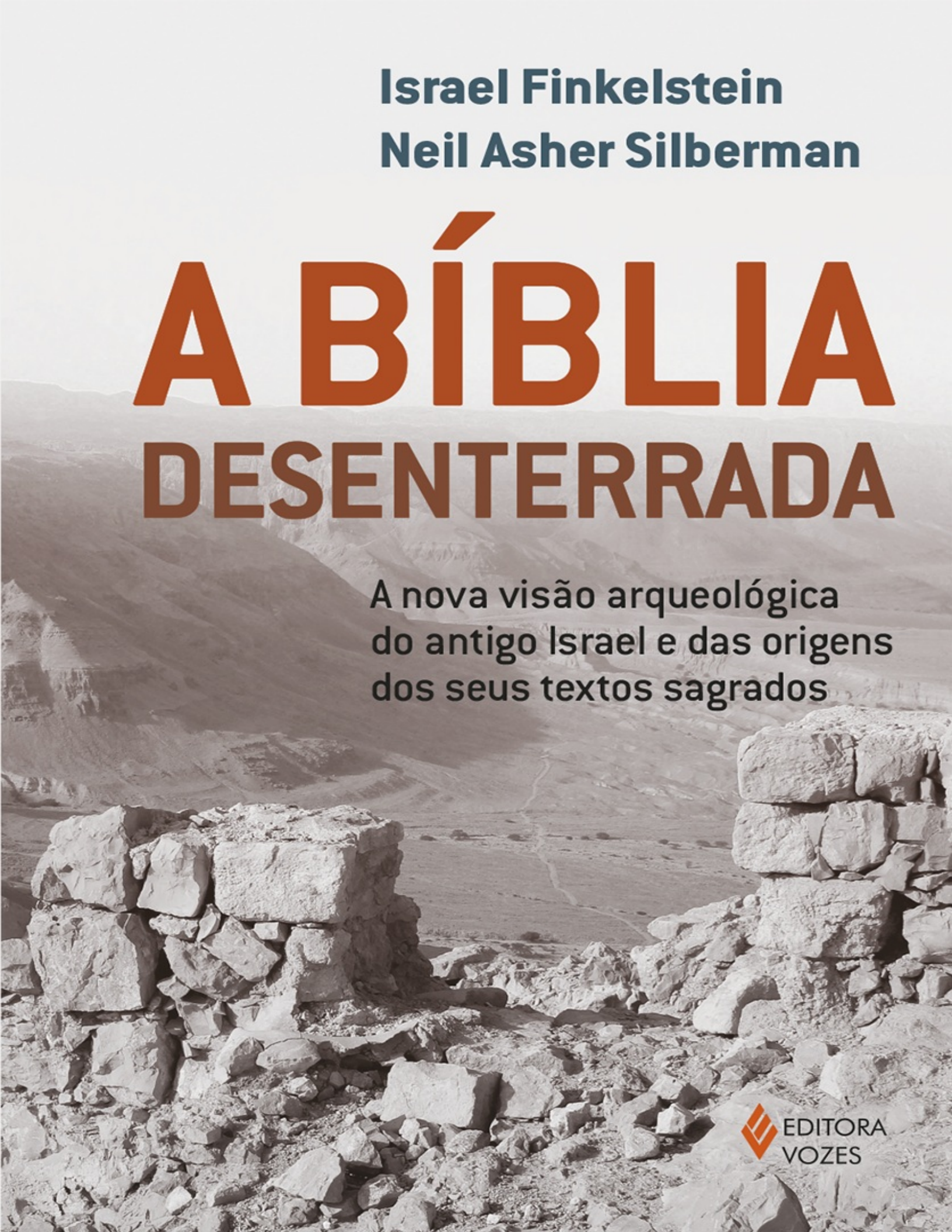
Israel Finkelstein
Neil Asher Silberman

A BÍBLIA DESENTERRADA

A nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados



EDITORA VOZES

Israel Finkelstein
Neil Asher Silberman

A BÍBLIA DESENTERRADA

A nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados

Tradução de Nélio Schneider

EDITORA VOZES
Petrópolis



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Finkelstein, Israel
A Bíblia desenterrada : a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens nos seus textos sagrados / Israel Finkelstein, Neil Asher Silberman ; tradução de Nélio Schneider. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.

Título original : The Bible unearthed : archaeology's new vision of ancient Israel and the origin of its sacred texts
Bibliografia.
ISBN 978-85-326-6034-3 – Edição digital

1. Bíblia. A.T. – Antiguidades 2. Bíblia. A.T. – Evidências, autoridade etc.
I. Silberman, Neil Asher. II. Título.

18-16262 CDD-221.95

Índices para catálogo sistemático:
1. Antigo Testamento : História 221.95

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

© 2001 by Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman

Título do original em inglês: *The Bible Unearthed – Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts*

Direitos de publicação em língua portuguesa – Brasil:
2018, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
www.vozes.com.br
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

CONSELHO EDITORIAL

Diretor
Gilberto Gonçalves Garcia

Editores
Aline dos Santos Carneiro
Edrian Josué Pasini
Marilac Loraine Oleniki
Welder Lancieri Marchini

Conselheiros
Francisco Morás
Ludovico Garmus
Teobaldo Heidemann
Volney J. Berkenbrock

Secretário executivo
João Batista Kreuch

Editoração: Maria da Conceição B. de Sousa
Diagramação: Mania de criar
Revisão gráfica: Nilton Braz da Rocha / Nivaldo S. Menezes

Capa: Felipe Souza | Aspectos
Ilustração de capa: © Alexandre Sviridov | Shutterstock

ISBN 978-85-326-6034-3 (Brasil – edição digital)
ISBN 978-0-684-86913-1 (Estados Unidos – edição impressa)

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

AGRADECIMENTOS

A ideia deste livro nasceu há aproximadamente oito anos – durante um fim de semana tranquilo com nossas famílias na costa do Maine. O debate sobre a confiabilidade histórica da Bíblia estava começando a chamar muita atenção fora dos círculos eruditos e nos damos conta da necessidade de escrever um livro atualizado sobre esse assunto para leitores em geral. Nele, exporíamos aquilo que acreditamos ser a evidência arqueológica e histórica cabal para uma nova compreensão do surgimento do antigo Israel e a emergência dos seus textos históricos sagrados.

Nos anos seguintes, a batalha arqueológica em torno da Bíblia foi se tornando cada vez mais renhida. Ela degenerou – em alguns períodos e lugares – em ataques e acusações pessoais por motivos políticos dissimulados. O êxodo de fato aconteceu? Houve mesmo uma conquista de Canaã? Davi e Salomão realmente governaram um vasto império? Perguntas desse tipo chamaram a atenção de jornalistas e comentaristas em todo o mundo. E a discussão pública de cada uma dessas questões com frequência foi muito além dos limites da arqueologia acadêmica e da crítica bíblica e adentrou os domínios ardorosamente disputados da teologia e da fé religiosa.

A despeito das paixões suscitadas por esse assunto, acreditamos que uma reavaliação de achados de escavações mais antigas e as descobertas feitas por novas escavações deixaram claro que os especialistas têm de abordar os problemas das origens bíblicas e da sociedade israelita antiga a partir de uma perspectiva completamente nova. Nos capítulos que seguem, apresentaremos evidência para reforçar essa afirmação e reconstruir uma história muito diferente do antigo Israel. Os leitores terão de julgar por si mesmos se nossa reconstrução

está de acordo com a evidência.

Antes de começar, precisamos observar alguns itens a respeito das fontes e das transliterações. Todas as nossas citações diretas do texto bíblico provêm da *Revised Standard Version* da Bíblia Hebraica[*]. Embora tenhamos seguido a RSV para fazer referência aos nomes do Deus de Israel dentro das citações, usamos o nome YHWH em *nosso* texto para designar o tetragrama ou explicitar o nome de Deus. Na RSV, ele é representado pela palavra "SENHOR", enquanto *Elohim* ou *Elohei* são representados pela palavra "Deus".

No que se refere à cronologia bíblica, com sua grande quantidade de incertezas e armadilhas, decidimos que a combinação de sistemas de datação fornece a melhor correspondência com a realidade arqueológica emergente: desde o início da monarquia israelita até o período de Acab, acompanhamos as datas fixadas por Gershon Galil, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah* (Leiden, 1996). No que se refere às datas dos reinos subsequentes dos reis israelitas e judaítas, acompanhamos o artigo de Mordecai Cogan sobre "Cronologia" no *Anchor Bible Dictionary* (Nova York, 1992). É claro que permanecem muitas incertezas (relativas às datas precisas dos reis mais antigos, corregências mais tardias e contradições no material bíblico), mas temos a sensação de que, de modo geral, esse esquema cronológico é confiável para os propósitos desta obra de cunho geral.

As escavações renovadas de Tel Meguido, empreendidas pela Universidade de Tel Aviv em parceria com a Universidade do Estado da Pensilvânia, ofereceram uma oportunidade única para pensar, refletir e discutir com colegas o material contido neste livro. Gostaríamos de estender agradecimentos especiais aos demais codiretores da Expedição Meguido, aos professores David Ussishkin e Baruch Halpern e aos numerosos funcionários e aos membros da equipe da Expedição Meguido, que, em todos esses anos, desempenharam um papel muito importante nas escavações e no trabalho mais amplo da arqueologia bíblica.

A pesquisa e o início da redação do texto deste livro foi levado a cabo por Israel Finkelstein durante um ano sabático em Paris e por Neil Asher Silberman em New Haven. O colega e amigo Professor Pierre de Miroschedji ajudou a possibilitar um período produtivo e agradável em Paris. Durante a escrita deste livro, a biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, a biblioteca do Instituto Católico, o Centro de Arqueologia Oriental na Sorbonne e o Departamento de Estudos Semíticos do Collège de France em Paris, bem como, em Yale, a Biblioteca do Memorial Sterling e a biblioteca da Escola de Teologia de Yale propiciaram excelente infraestrutura para a pesquisa.

Manifestamos nosso profundo apreço por Judith Dekel do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, que preparou os mapas, diagramas e desenhos que aparecem neste livro.

Os professores Baruch Halpern, Nadav Naaman, Jack Sasson e David Ussishkin foram bem generosos com seu conselho e conhecimento. Tivemos grande auxílio em questões levantadas (e respondidas) em muitos telefonemas feitos tarde da noite para Nadav Naaman e Baruch Halpern, que nos ajudaram a destrinçar os problemas complexos da redação dos escritos bíblicos e da história bíblica. Baruch também leu e discutiu conosco rascunhos iniciais de muitos dos capítulos. Somos gratos a estes e aos demais amigos e colegas que consultamos, embora reconheçamos que a responsabilidade pelo resultado final é inteiramente nosso.

Em Nova York, nosso agente literário Carol Mann conduziu com habilidade o projeto desde a ideia inicial até a publicação. Queremos agradecer ao editor-assistente da Free Press, Daniel Freedberg, por sua eficiência e ajuda contínua em cada estágio do trabalho. O editor sênior Bruce Nichols foi um apoiador entusiástico e incansável deste livro desde o começo. Graças a suas ideias perspicazes e sua habilidade editorial nosso manuscrito em evolução foi imensamente melhorado.

Por fim, nossas famílias – Joëlle, Adar e Sarai Finkelstein e Ellen e Maya Silberman – merecem uma grande parcela desse crédito por seu amor, sua paciência e disposição para renunciar a muitos passeios de fim de semana e eventos familiares enquanto este livro tomava forma. Apenas podemos esperar que o resultado dos nossos esforços justifique sua confiança em nós – e em nossa ideia de um livro sobre arqueologia e Bíblia que tomou forma pela primeira vez em sua presença há poucos anos.

I.F.
N.A.S.

---

[*]. Na tradução para o português, foi usado o texto bíblico da *Bíblia Sagrada*. 51. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Nomes de pessoas e lugares também seguem a grafia dessa tradução. Divergências serão assinaladas e justificadas de caso para caso [N.T.].

SUMÁRIO

Prólogo – Nos dias do Rei Josias

Introdução – Arqueologia e Bíblia

Parte I – A Bíblia como história?

1 À procura dos patriarcas

2 O êxodo realmente aconteceu?

3 A conquista de Canaã

4 Quem eram os israelitas?

5 Memórias de uma idade de ouro?

Parte II – Ascensão e queda do antigo Israel

6 Um só Estado, uma só nação, um só povo? (cerca de 930-720 AEC)

7 O primeiro reino esquecido de Israel (884-842 AEC)

8 Na sombra do império (842-720 AEC)

Parte III – Judá e a criação da história bíblica

9 A transformação de Judá (cerca de 930-705 AEC)

10 Entre guerra e sobrevivência (705-639 AEC)

11 Uma grande reforma (639-586 AEC)

12 Exílio e retorno (586-cerca de 440 AEC)

Epílogo – O futuro do Israel bíblico

Anexo A – Teorias da historicidade da era dos patriarcas

Anexo B – À procura do Sinai

Anexo C – Teorias alternativas da conquista israelita

Anexo D – Por que a arqueologia tradicional do período davídico e salomônico está equivocada

Anexo E – Identificando a era de Manassés no registro arqueológico

Anexo F – De que tamanho era o reino de Josias?

Anexo G – Os limites da província de Jehud

Referências

Índice

PRÓLOGO

Nos dias do Rei Josias

O mundo no qual a Bíblia foi criada não era o de um reino mítico de grandes cidades e heróis sagrados, mas reino minúsculo, no plano terreno, onde as pessoas lutavam pelo futuro contra os medos demasiado humanos da guerra, pobreza, injustiça, enfermidade, fome e seca. A saga histórica contida na Bíblia – desde o encontro de Abraão com Deus e sua jornada até Canaã, da libertação dos filhos de Israel da escravidão por intermédio de Moisés até a ascensão e queda dos reinos de Israel e Judá – não foi uma revelação miraculosa, mas o produto brilhante da imaginação humana. Ela foi concebida inicialmente – como sugerem os achados arqueológicos recentes – no intervalo de duas ou três gerações, há cerca de dois mil e seiscentos anos. Seu lugar de origem foi o reino de Judá, a região esparsamente povoada de pastores e fazendeiros, governada a partir de uma cidade real afastada precariamente empoleirada no meio das montanhas em algum pico estreito situado entre íngremes ravinas rochosas.

Durante poucas décadas extraordinárias de fermentação espiritual e agitação política, em torno do final do século VII AEC, uma coalizão inverossímil de oficiais da corte judaíta, escribas, sacerdotes, camponeses e profetas se juntou para criar um movimento novo. O seu núcleo era constituído por uma escritura sagrada de uma genialidade espiritual e literária sem paralelo. Tratava-se de uma saga épica tecida a partir de uma coletânea assombrosamente rica de escritos históricos, memórias, lendas, contos populares, anedotas, propaganda da realeza, profecia e poesia antiga. Em parte composição original, em parte adaptada de

versões e fontes mais antigas, essa obra-prima literária ainda passaria por outras edições e elaborações para tornar-se uma âncora espiritual não só para os descendentes do povo de Judá, mas para comunidades em todo o mundo.

O núcleo histórico da Bíblia nasceu no burburinho das ruas movimentadas de Jerusalém, nas cortes do palácio real da dinastia davídica e no Templo do Deus de Israel. Em nítido contraste com os outros incontáveis santuários do Oriente Próximo antigo, com sua disposição ecumênica para travar relações internacionais mediante honrarias conferidas a divindades e símbolos religiosos de povos aliados, o Templo de Jerusalém se mantinha insistentemente solitário. Em reação ao ritmo e alcance das mudanças trazidas a Judá de fora, os que governavam em Jerusalém no século VII, liderados pelo Rei Josias – um descendente do Rei Davi da décima sexta geração –, declararam todos os vestígios do culto estrangeiro como anátema e, de fato, a causa das desventuras correntes de Judá. Eles deram início a uma vigorosa campanha de purificação religiosa na área rural, ordenando a destruição de santuários rurais, declarando que eram fontes do mal. A partir de então, o Templo de Jerusalém, com seu santuário interno, seu altar e os pátios que os cercavam no ponto mais alto da cidade, seria reconhecido como o *único* lugar legítimo de culto do povo de Israel. Essa inovação deu origem ao monoteísmo[*] moderno. Na mesma época, as ambições políticas dos governantes de Judá aumentaram. Eles quiseram tornar o Templo e o palácio real de Jerusalém o centro de um vasto reino pan-israelita, a realização do lendário Israel unido de Davi e Salomão.

É estranho pensar que só tardia – e repentinamente – Jerusalém surgiu no centro da consciência israelita. O poder da narrativa da própria Bíblia é tal que persuadiu o mundo de que Jerusalém sempre foi central para a experiência de todo Israel e que os descendentes de Davi sempre foram abençoados com uma santidade especial, em vez de ser apenas outro clã aristocrático lutando para permanecer no poder a despeito de todo o conflito interno e ameaças sem precedentes de fora.

Como sua cidade real teria parecido minúscula a um observador moderno! A área construída de Jerusalém no século VII AEC cobria uma área que não passava de cento e cinquenta acres, cerca de metade do tamanho da atual Cidade Antiga de Jerusalém. Sua população de cerca de quinze mil pessoas dificilmente teria dado a impressão de ser mais do que uma pequena cidade mercante do Oriente Médio apinhada atrás de muros e portões, em que os bazares e as casas se aglomeravam a leste e ao sul de um modesto palácio real e do complexo do Templo. Contudo, antes disso Jerusalém nunca havia sido nem mesmo tão grande. No século VII ela estava saindo pelas bordas com uma população inflada por oficiais da realeza, sacerdotes, profetas, refugiados e camponeses. Em todas as eras históricas, houve poucas cidades tão intensamente autoconscientes de sua história, identidade, destino e relação direta com Deus.

Essas novas noções da Jerusalém antiga e as circunstâncias históricas que deram origem à Bíblia deveram-se em grande medida às recentes descobertas da arqueologia. Seus achados revolucionaram o estudo do Israel mais antigo e lançaram sérias dúvidas sobre a base histórica de famosas narrativas bíblicas, como as migrações dos patriarcas, o êxodo do Egito e conquista de Canaã e o glorioso império de Davi e Salomão.

O objetivo deste livro é contar a história do antigo Israel[**] e do nascimento de suas escrituras sagradas a partir de uma nova perspectiva, justamente da perspectiva arqueológica. Queremos tentar separar história de lenda. Mediante a evidência das descobertas recentes, construiremos uma nova história do antigo Israel, na qual alguns dos mais famosos eventos e personalidades mencionados na Bíblia desempenham papéis inesperadamente diferentes. Contudo, nosso propósito, no final das contas, não é a mera desconstrução. É compartilhar as noções arqueológicas mais recentes – ainda amplamente desconhecidas fora dos círculos científicos – não só sobre *quando*, mas também *por que* a Bíblia foi escrita e ainda tem toda essa força.

[*]. Entendemos por "monoteísmo" israelita o culto biblicamente ordenado a um só Deus em um só lugar – o Templo de Jerusalém – que estava imbuído de santidade especial. A bibliografia científica moderna identificou um amplo espectro de modalidades de culto, nos quais um deus único é central, mas não exclusivo (i. é, está acompanhado de divindades secundárias e vários seres celestiais). Reconhecemos que durante o período final da monarquia e por longo tempo depois disso o culto ao Deus de Israel foi regularmente acompanhado da veneração de serviçais divinos e outros seres celestiais. Mas nós indicamos que um movimento decisivo na direção do monoteísmo moderno foi feito na época de Josias, recorrendo a ideias deuteronomistas.

[**]. Neste livro usamos o nome "Israel" em dois sentidos distintos e alternativos: como o nome do Reino do Norte e como nome coletivo para designar a comunidade de todos os israelitas. Na maioria dos casos, referimo-nos ao Reino do Norte como "o reino de Israel" e às comunidades mais amplas como "antigo Israel" ou "o povo de Israel".

INTRODUÇÃO

Arqueologia e Bíblia

A narrativa de como e por que a Bíblia foi escrita – e como ela se insere na extraordinária história do povo de Israel – está estreitamente ligada a um relato fascinante de uma descoberta moderna. A pesquisa concentrou-se em um pequeno território, cercado por dois lados pelo deserto e de um lado pelo Mediterrâneo, que por milênios foi atormentado por secas recorrentes e guerras quase contínuas. Suas cidades e sua população eram minúsculas em comparação com as dos impérios vizinhos do Egito e da Mesopotâmia. Da mesma forma, sua cultura material era pobre em comparação com o esplendor e a extravagância destes. E, no entanto, esse território foi o lugar de nascimento de uma obra-prima literária que exerceu um impacto sem igual na civilização mundial tanto como escritura sagrada quanto como história.

Mais de duzentos anos de estudo detalhado do texto hebraico da Bíblia e uma exploração de abrangência ainda maior em todos os territórios entre os rios Nilo e o Tigre e Eufrates capacitaram-nos para começar a entender quando, por que e como a Bíblia veio à existência. Uma análise detalhada da linguagem e dos distintos gêneros literários da Bíblia levou os especialistas a identificar fontes orais e escritas nas quais foi baseado o texto bíblico presente. Na mesma época, a arqueologia produziu um conhecimento impressionante, quase enciclopédico das condições materiais, linguagens, sociedade e desenvolvimentos históricos dos séculos, durante os quais gradualmente se cristalizaram as tradições do antigo Israel, abrangendo aproximadamente seiscentos anos – de cerca de 1000 a 400

AEC. O mais importante de tudo é que as percepções textuais e a evidência arqueológica se combinaram para nos ajudar a distinguir entre o poder e a poesia da saga bíblica e os eventos e processos mais prosaicos da história antiga do Oriente Próximo.

Desde os tempos antigos, o mundo da Bíblia não havia estado tão acessível e sido tão completamente explorado quanto agora. Por meio das escavações arqueológicas sabemos agora o que israelitas e seus vizinhos cultivaram, o que comeram, como construíram suas cidades e com quem comerciaram. Dúzias de cidades e municípios mencionados na Bíblia foram identificadas e postas a descoberto. Modernos métodos de escavação e uma ampla gama de testes laboratoriais foram usados para datar e analisar as civilizações dos antigos israelitas e seus vizinhos, os filisteus, fenícios, arameus, amonitas, moabitas e edomitas. Em alguns poucos casos, foram descobertos inscrições e sinetes que podem ser diretamente conectados com indivíduos mencionados no texto bíblico. Porém, isso não quer dizer que a arqueologia provou que a narrativa bíblica é correta em todos os seus detalhes. Longe disso: agora é evidente que muitos eventos da história bíblica não ocorreram naquela era em particular nem da maneira descrita. Ficou claro que alguns dos mais famosos eventos narrados na Bíblia jamais aconteceram.

A arqueologia nos ajudou a reconstruir a história por trás da Bíblia, tanto no plano dos grandes reis e reinos quanto nos modos cotidianos de viver. Como explicaremos nos capítulos a seguir, agora sabemos que os livros mais antigos da Bíblia e suas famosas narrativas da história israelita mais antiga foram codificados (e, em aspectos essenciais, compostos) pela primeira vez em lugar e tempo identificáveis: na Jerusalém do século VII AEC.

O que é a Bíblia?

Em primeiro lugar, algumas definições básicas. Quando falamos da Bíblia estamos nos referindo à coletânea de escritos antigos há muito conhecidos como

o Antigo Testamento – agora comumente chamados de especialistas de Bíblia Hebraica. Trata-se de uma coletânea de lenda, lei, poesia, profecia, filosofia e história, escrita quase inteiramente em hebraico (com poucas passagens escritas na variante de um dialeto semítico chamado aramaico, que se tornou a *língua franca* do Oriente Médio a partir do ano 600 AEC). Ela consiste de trinta e nove livros que foram originalmente divididos por assunto ou autor – ou, no caso de livros mais longos, como 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis e 1 e 2 Crônicas, pelo comprimento padrão dos rolos de pergaminho ou de papiro. A Bíblia Hebraica é a escritura central do judaísmo, a primeira parte do cânon cristão e uma rica fonte de alusões e ensinamentos éticos no islamismo transmitido pelo texto do *Quran* [Corão]. Tradicionalmente a Bíblia Hebraica tem sido dividida em três partes (Figura 1).

A *Torá* – também conhecida como os Cinco Livros de Moisés ou o Pentateuco ("cinco livros" em grego) – abrange Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Esses livros narram a história do povo de Israel da criação do mundo, passando pelo período do dilúvio e dos patriarcas, até o êxodo do Egito, as migrações no deserto e a promulgação da Lei no Sinai. A Torá termina com o adeus de Moisés ao povo de Israel.

A próxima divisão, a dos *Profetas*, é dividida em dois grupos principais de escritos. Os Profetas Anteriores – Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis – contam a história do povo de Israel desde a travessia do Rio Jordão e a conquista de Canaã, passando pela ascensão e queda dos reinos israelitas, até sua derrota e seu exílio nas mãos dos assírios e babilônios. Os Profetas Posteriores abrange os oráculos, ensinamentos sociais, amargas condenações e expectativas messiânicas de um grupo diversificado de indivíduos inspirados cobrindo um período de aproximadamente cento e cinquenta anos, de meados do século VIII AEC até o final do século V AEC.

Por fim, os *Escritos* compõem uma coletânea de homilias, poemas, orações, provérbios e salmos que representam as expressões mais memoráveis e

poderosas de devoção do israelita comum em tempos de alegria, crises, culto e reflexão pessoal. Na maioria dos casos, é extremamente difícil ligá-los a qualquer dos eventos ou autores históricos específicos. Eles são produto de um processo contínuo de composição que se estendeu por centenas de anos. Enquanto o material mais antigo dessa coletânea (nos Salmos e em Lamentações) pode ter sido reunido na época tardia da monarquia ou logo depois da destruição de Jerusalém em 586 AEC, a maioria dos Escritos aparentemente foi composta muito mais tarde, entre os séculos V e II AEC – nos períodos persa e helenista.

Este livro examina as principais obras "históricas" da Bíblia, primeiramente a Torá e os Profetas Anteriores, que narram a saga do povo de Israel desde seus primórdios até a destruição do Templo de Jerusalém em 586 AEC. Comparamos essa narrativa com a profusão de dados arqueológicos coletados durante as últimas décadas. O resultado é a descoberta de uma relação fascinante e complexa entre o que *realmente* aconteceu em terras bíblicas durante o período bíblico (da melhor forma em que isso pode ser determinado) e os detalhes bem conhecidos da narrativa histórica bem elaborada contida na Bíblia Hebraica.

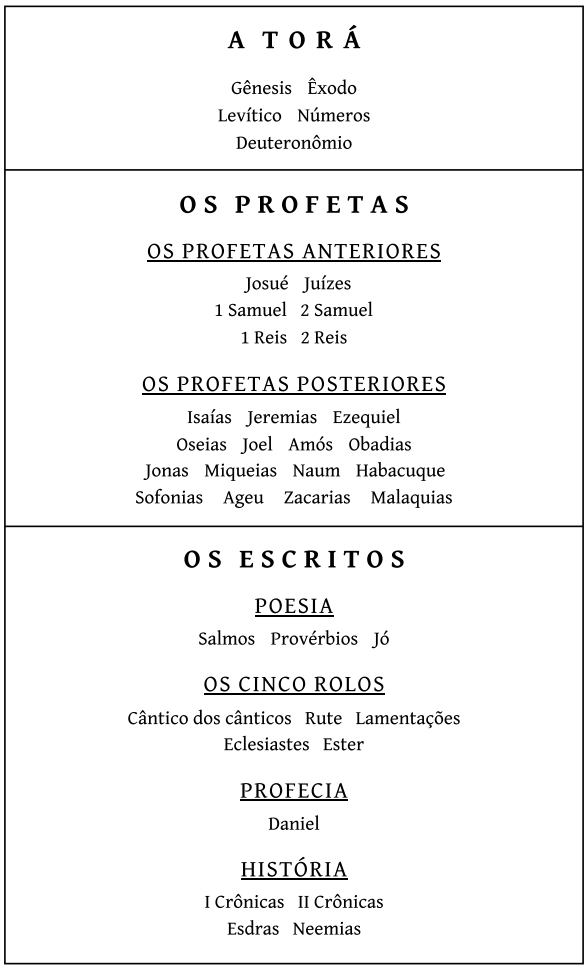


Figura 1: Livros da Bíblia Hebraica

Do Éden ao Sião

O cerne da Bíblia Hebraica consiste de uma narrativa épica que descreve o surgimento do povo de Israel e sua relação continuada com Deus. Diferentemente de outras mitologias do Oriente Próximo, como os contos egípcios de Osíris, Ísis e Hórus ou a epopeia mesopotâmica de Gilgamesh, a Bíblia está firmemente fundada na história terrena. Trata-se de um drama divino encenado diante dos olhos da humanidade. Também diferentemente das histórias e crônicas da realeza de outras nações antigas do Oriente Próximo, ele não celebra meramente o poder da tradição e das dinastias regentes. Ele oferece uma visão complexa e, no entanto, clara de *por que* a história se desenrolou para

o povo de Israel – e de fato para o mundo inteiro – em um padrão diretamente conectado com as exigências e promessas de Deus. O povo de Israel é o ator central nesse drama. Seu comportamento e sua adesão aos mandamentos de Deus determinam o rumo que a história tomará. Cabe ao povo de Israel – e, através dele, a todos os leitores da Bíblia – determinar o destino do mundo.

O relato bíblico começa no jardim do Éden e continua através das narrativas de Caim e Abel e do dilúvio de Noé, para finalmente concentrar-se no destino de uma única família – a de Abraão. Abraão foi escolhido por Deus para tornar-se o pai de uma grande nação e obedeceu fielmente as ordens de Deus. Ele viajou com sua família de sua pátria original na Mesopotâmia para a terra de Canaã, onde, no decurso de uma longa vida, peregrinou como um estranho entre a população estabelecida, e, com sua esposa Sara, gerou um filho, Isaac, que herdaria as promessas divinas feitas primeiro a Abraão. Foi Jacó, o filho de Isaac – a terceira geração de patriarcas – que se tornou o pai de doze tribos distintas. No decurso de uma vida multicor, caótica de peregrinação, criando numerosa família e erigindo altares por toda a terra, Jacó lutou com um anjo e recebeu o nome de Israel (significando "Aquele que lutou com Deus"), pelo qual seriam conhecidos todos os seus descendentes. A Bíblia conta como os doze filhos de Jacó lutaram entre si, cooperaram e acabaram deixando sua pátria para buscar refúgio no Egito em um período de fome severa. E o patriarca Jacó declarou em sua última vontade e no seu testamento que a tribo de seu filho Judá governaria todos eles (Gênesis 49,8-10).

A grande saga se desloca em seguida do drama familiar para o espetáculo histórico. O Deus de Israel revelou seu poder impressionante em uma demonstração contra o faraó do Egito, o governante mais poderoso da terra. Os filhos de Israel se multiplicaram e se tornaram uma grande nação, mas foram escravizados como uma minoria desprezada e construíram os grandes monumentos do regime egípcio. A intenção de Deus de tornar-se conhecido do mundo manifestou-se por meio da eleição de Moisés como intermediário para

buscar a libertação dos israelitas, de modo que eles pudessem inaugurar seu verdadeiro destino. E, talvez na mais vívida sequência de eventos na literatura do mundo ocidental, os livros do Êxodo, Levítico e Números descrevem como, por meio de sinais e milagres, o Deus de Israel conduziu os filhos de Israel para fora do Egito e para dentro do deserto. Junto ao Sinai, Deus revelou à nação sua verdadeira identidade como YHWH (o Nome Sagrado composto de quatro letras hebraicas) e deu-lhes um código de leis para guiar suas vidas como comunidade e como indivíduos.

Os termos sagrados da aliança de Israel com YHWH, escritos em placas de pedra e contidos na Arca da Aliança, tornaram-se seu estandarte de batalha enquanto marchavam rumo à Terra Prometida. Em algumas culturas, o mito fundante teria parado nesse ponto – como uma explicação milagrosa de como o povo surgiu. Porém, a Bíblia tinha mais alguns séculos de história para recontar, com muitos triunfos, milagres, reveses inesperados e muito sofrimento coletivo por vir. Os grandes triunfos da conquista israelita de Canaã, o estabelecimento de um grande império pelo Rei Davi e a construção do Templo de Jerusalém por Salomão foram seguidos de cismas, reiterados lapsos na idolatria e, por fim, exílio. Pois a Bíblia descreve como, logo depois da morte de Salomão, as tribos do norte, ressentindo-se de sua subjugação aos reis davídicos em Jerusalém, unilateralmente se separaram da monarquia e assim forçaram a criação de dois reinos rivais: o reino de Israel no norte e o reino de Judá no sul.

Pelos próximos duzentos anos, o povo de Israel viveu em dois reinos separados, supostamente sucumbindo seguidamente ao fascínio de divindades estrangeiras. Os líderes do Reino do Norte são todos descritos na Bíblia como irrecuperavelmente pecadores; de alguns dos reis de Judá também se diz que se desviaram do caminho da devoção total a Deus. No devido tempo, Deus enviou invasores e opressores de fora para punir o povo de Israel pelos seus pecados. Os primeiros foram os arameus da Síria que acossaram o reino de Israel. Em seguida, o poderoso Império Assírio trouxe uma devastação sem precedentes às

cidades do Reino do Norte e a amarga sina de destruição e exílio no ano de 720 AEC para uma porção significativa de dez tribos. O reino de Judá sobreviveu mais de um século depois disso, mas seu povo não conseguiu evitar o inevitável juízo de Deus. No ano de 586 AEC, o brutal Império Babilônico em ascensão dizimou a terra de Israel e pôs fogo em Jerusalém e seu Templo.

Ao contar aquela grande tragédia, a narrativa bíblica se afasta drasticamente, em outro modo característico, do padrão normal das epopeias religiosas antigas. Em muitas dessas narrativas, a derrota de um deus pelo exército rival também implica o fim do seu culto. Porém, na Bíblia, o poder do Deus de Israel foi considerado ainda *maior* após a queda de Judá e o exílio dos israelitas. Longe de ser humilhado pela devastação do seu Templo, o Deus de Israel foi visto como uma divindade de poder insuperável. Porque, em última análise, Ele manipulou os assírios e os babilônios para serem seus agentes involuntários para punir o povo de Israel por sua infidelidade.

A partir de então, após o retorno de alguns dos exilados para Jerusalém e a reconstrução do Templo, Israel não mais seria uma monarquia, mas uma comunidade religiosa, guiada pela lei divina e dedicada ao cumprimento preciso dos rituais prescritos nos textos sagrados da comunidade. E a escolha livre de homens e mulheres de guardar ou violar essa ordem divinamente decretada – mais do que o comportamento de seus reis ou a ascensão e queda de grandes impérios – determinaria o curso da história subsequente de Israel. Nesse extraordinário enfoque na responsabilidade humana reside o grande poder da Bíblia. Outras epopeias antigas desapareceriam com o tempo. O impacto da narrativa bíblica sobre a civilização ocidental somente cresceria.

Quem escreveu o Pentateuco e quando?

Por séculos, os leitores da Bíblia deram como certo que as escrituras são tanto revelação divina quanto história acurada, transmitida diretamente de Deus para uma grande variedade de sábios, profetas e sacerdotes israelitas. Autoridades

religiosas estabelecidas, tanto judaicas quanto cristãs, assumiram com naturalidade que os Cinco Livros de Moisés foram postos por escrito pelo próprio Moisés – pouco antes de sua morte no Monte Nebo com narrado no Livro do Deuteronômio. Os livros de Josué, Juízes e Samuel foram todos considerados como registros sagrados preservados pelo venerável Profeta Samuel em Silo e os livros dos Reis foram vistos como produto da pena de Jeremias. Da mesma forma, acreditava-se que o Rei Davi fosse autor dos Salmos e o Rei Salomão, dos Provérbios e do Cântico dos Cânticos. Contudo, no alvorecer da Era Moderna, no século XVII, especialistas que se devotaram ao estudo literário e linguístico detalhado da Bíblia descobriram que as coisas não foram tão simples assim. A força da lógica e da razão aplicada ao texto das sagradas escrituras suscitou algumas questões bastante incômodas sobre a confiabilidade histórica da Bíblia.

A primeira questão foi se Moisés poderia realmente ter sido o autor dos Cinco Livros de Moisés, já que o último livro, o Deuteronômio, descreve bem detalhadamente o tempo preciso e as circunstâncias da morte do próprio Moisés. Outras incongruências logo apareceram: o texto bíblico estava repleto de glosas literárias, explicando os nomes antigos de certos lugares e frequentemente observando que as evidências de famosos eventos bíblicos ainda eram visíveis "até hoje". Esses fatores convenceram alguns especialistas do século XVII de que, pelo menos, os cinco primeiros livros da Bíblia foram moldados, expandidos e refinados por editores e revisores anônimos posteriores no decorrer dos séculos.

No final do século XVIII e ainda mais no século XIX, muitos especialistas críticos da Bíblia começaram a duvidar que Moisés tivera qualquer papel na escrita da Bíblia; eles começaram a crer que a Bíblia foi obra exclusivamente de escritores posteriores. Esses especialistas apontaram para o que pareciam ser diferentes versões das mesmas narrativas dentro dos livros do Pentateuco, dando a entender que o texto bíblico é o produto do trabalho de várias mãos identificáveis. Uma leitura cuidadosa do Livro do Gênesis, por exemplo, revelou

duas versões conflitantes da criação (1,1–2,3 e 2,4-25), duas genealogias bem diferentes da descendência de Adão (4,17-26 e 5,1-28) e duas narrativas emendadas e rearranjadas da narrativa do dilúvio (6,5–9,17). Adicionalmente havia dúzias de textos duplicados e às vezes até triplicados dos mesmos eventos nas narrativas das migrações dos patriarcas, do êxodo do Egito e da promulgação da Lei.

Contudo, havia uma ordem clara nessa repetição aparentemente caótica. Como foi observado já no século XIX (e explicado com clareza pelo especialista da Bíblia norte-americano Richard Elliott Friedman em seu livro *Quem escreveu a Bíblia?*), os textos duplicados que ocorrem principalmente em Gênesis, Êxodo e Números não são variações ou duplicações arbitrárias das mesmas narrativas. Elas mantêm certas características terminológicas facilmente identificáveis e um foco geográfico, bem como – o que é sumamente conspícuo – usaram na narração nomes diferentes para descrever o Deus de Israel. Assim, um conjunto de narrativas consistentemente usou o tetragrama – o nome de quatro letras YHWH (que a maioria dos especialistas supõe ter sido pronunciado *Jahveh*) – no decurso de sua narração histórica e pareceu mais interessado na tribo e no território de Judá em seus vários relatos. O outro conjunto de narrativas usou o nome *Elohim* ou *El* para Deus e pareceu particularmente preocupado com as tribos e territórios no norte do país – principalmente Efraim, Manassés e Benjamim. Com o tempo ficou claro que as duplicatas derivaram de duas fontes distintas, escritas em épocas diferentes e lugares diferentes. Os especialistas deram o nome de "J" para a fonte javista e "E" para a fonte eloísta.

Os usos diferenciados de terminologia geográfica e dos símbolos religiosos, bem como os papéis desempenhados pelas várias tribos nas duas fontes convenceram os especialistas de que o texto J foi escrito em Jerusalém e representou a perspectiva da monarquia unida ou do reino de Judá, presumivelmente na época do Rei Salomão ou pouco depois dela (cerca de 970-930 AEC). Da mesma forma, o texto E pareceu ter sido escrito no norte e

representou a perspectiva do reino de Israel e teria sido composto durante a vida independente daquele reino (cerca de 930-720 AEC). O Livro do Deuteronômio, com sua mensagem e seu estilo diferenciados, pareceu ser um documento independente, que foi denominado "D". E, entre as seções do Pentateuco que não puderam ser atribuídas a J, E ou D havia uma grande quantidade de passagens que tratavam de questões rituais. Com o tempo essas passagens passaram a ser consideradas parte de um extenso tratado chamado "P" ou de Fonte Sacerdotal, que demonstrava um interesse especial pela pureza, pelo culto e pelas leis do sacrifício. Em outras palavras, os especialistas gradativamente chegaram à conclusão de que os cinco primeiros livros da Bíblia, como os conhecemos agora, são resultantes de um complexo processo editorial, em que os quatro principais documentos-fonte – J, E, P e D – foram habilidosamente combinados e interligados por compiladores escribas ou "redatores", cujos traços literários (chamados por alguns especialistas de passagens "R") consistem de sentenças de transição e glosas editoriais. A última dessas redações ocorreu no período pós-exílico.

Nas últimas décadas, as opiniões científicas sobre as datas e a autoria dessas fontes individuais variaram descontroladamente. Enquanto alguns especialistas argumentam que os textos foram compostos e editados durante a existência da monarquia unida e dos reinos de Judá e Israel (cerca de 1000-586 AEC), outros insistem em que se tratou de composições tardias, compiladas e editadas por sacerdotes e escribas durante o exílio babilônico e a restauração (nos séculos VI e V) ou até mais tarde, no período helenista (séculos IV-II AEC). Contudo, todos concordam que o Pentateuco não é uma composição única sem costuras, mas uma colcha de retalhos de fontes diferentes, cada uma delas escrita em circunstâncias históricas diferentes para expressar diferentes pontos de vista religiosos ou políticos.

Duas versões da história tardia de Israel

Os primeiros quatro livros da Bíblia – Gênesis, Êxodo, Levítico e Números – parecem ser o resultado de um habilidoso entrelaçamento das fontes J, E e P. Contudo, o quinto livro, o Deuteronômio, constituiu um caso completamente diferente. Ele apresenta uma terminologia diferenciada (não compartilhada com nenhuma das demais fontes) e contém uma condenação intransigente do culto a outros deuses, uma nova visão de Deus como completamente transcendente e a proibição absoluta do culto sacrificial ao Deus de Israel em qualquer outro lugar que não seja o Templo em Jerusalém. Há muito tempo os especialistas reconheceram a possível conexão desse livro com o "Livro da Lei", de resto misterioso, descoberto pelo sumo sacerdote Helcias no curso das reformas do Templo durante o reinado de Josias – no ano de 622 AEC. Conforme a narrativa de 2 Reis 22,8–23,24, esse documento proporcionou a inspiração para uma reforma religiosa sem precedentes quanto ao seu rigor.

O impacto do Livro do Deuteronômio sobre a mensagem final da Bíblia Hebraica vai muito além de seus códigos estritamente legais. A narrativa histórica conexa dos livros que seguem ao Pentateuco – Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis – está tão estreitamente ligada ao Deuteronômio em termos linguísticos e teológicos que, a partir de meados da década de 1940, passou a ser chamada de "História Deuteronomista". Esta é a segunda grande obra literária sobre a história de Israel na Bíblia. Ela dá continuidade à narrativa do destino de Israel da conquista da Terra Prometida até o exílio babilônico e expressa a ideologia de um novo movimento religioso que surgiu entre o povo de Israel numa data relativamente tardia. Esta obra também foi editada mais de uma vez. Alguns especialistas argumentam que ela foi compilada durante o exílio em uma tentativa de preservar a história, cultura e identidade da nação vencida após a catástrofe da destruição de Jerusalém. Outros especialistas propõem que a parte principal da História Deuteronomista foi escrita nos dias do Rei Josias para servir à sua ideologia religiosa e suas ambições territoriais, e que foi terminada e editada poucas décadas depois no exílio.

Os livros das Crônicas – a terceira grande obra histórica na Bíblia, que trata do Israel pré-exílico – foram postos por escrito somente no século V ou no século IV AEC, muitos séculos depois dos eventos que descrevem. Sua perspectiva histórica possui uma forte tendência favorável às pretensões históricas e políticas da dinastia davídica e de Jerusalém; esses livros ignoram quase completamente o norte. De muitos modos, Crônicas reflete unicamente a ideologia e as necessidades da Jerusalém do Segundo Templo, em sua maior parte remodelando uma saga histórica que já existia em forma escrita. Por essas razões, usaremos apenas minimamente as Crônicas neste livro, mantendo nosso foco no Pentateuco e na História Deuteronomista.

Como veremos nos próximos capítulos, a arqueologia forneceu evidência suficiente para sustentar a nova afirmação de que o cerne histórico do Pentateuco e a História Deuteronomista foi substancialmente modelada no século VII AEC. Por essa razão, dirigiremos o holofote para o reino de Judá do final do século VIII e do século VII AEC, quando esse processo literário começou mais seriamente, e argumentaremos que grande parte do Pentateuco é criação da monarquia tardia, advogando a ideologia e as necessidades do reino de Judá e, como tal, está intimamente conectado com a História Deuteronomista. E nos colocaremos ao lado dos especialistas que argumentam que a parte principal da História Deuteronomista foi compilada na época do Rei Josias, visando prover uma validação ideológica de ambições políticas particulares e reformas religiosas.

História ou não?

A arqueologia sempre desempenhou um papel crucial nos debates sobre a composição e a confiabilidade histórica da Bíblia. No início, a arqueologia pareceu refutar a afirmação mais radical dos críticos de que a Bíblia é uma composição mais tardia e que grande parte dela não é confiável em termos históricos. A partir do final do século XIX, quando teve início a exploração moderna das terras bíblicas, uma série de descobertas espetaculares e décadas de

escavação e interpretação arqueológicas constantes deram a entender para muitos que os relatos da Bíblia são basicamente dignos de confiança no que se refere às linhas principais da narrativa do antigo Israel. Assim, pelo visto, embora o texto bíblico tenha sido posto por escrito muito tempo depois dos eventos que ele descreve, ele deve ter sido baseado em um corpo substancial de memórias acuradamente preservadas. Essa conclusão foi baseada sobre várias novas classes de evidência arqueológica e histórica.

Identificações geográficas

Apesar de os peregrinos e exploradores ocidentais terem percorrido a terra bíblica desde o período bizantino, foi somente com o despontar dos modernos estudos históricos e geográficos, no final do século XVIII e início do século XIX, que especialistas bem versados tanto na Bíblia quanto em outras fontes antigas começaram a reconstruir a paisagem do antigo Israel com base na topografia, nas referências bíblicas e nos restos arqueológicos, mais do que confiar nas tradições eclesiásticas dos variados lugares sagrados. O pioneiro nesse campo foi o ministro congregacionalista norte-americano Edward Robinson, que empreendeu duas longas explorações pela Palestina otomana em 1838 e em 1852, em um esforço para refutar as teorias dos críticos da Bíblia por meio da localização e identificação dos sítios bíblicos autênticos, historicamente verificados.

Enquanto alguns dos principais locais da história bíblica, como Jerusalém, Hebron, Jope, Betsã e Gaza, jamais foram esquecidos, centenas de lugares adicionais mencionados na Bíblia são desconhecidos. Usando a informação geográfica contida na Bíblia e estudando cuidadosamente os nomes árabes modernos dos lugares do país, Robinson descobriu que é possível identificar dúzias de montes e ruínas com sítios bíblicos já esquecidos.

Robinson e seus sucessores conseguiram identificar as extensas ruínas em lugares como El-Jib, Beitin e Seilun, todos ao norte de Jerusalém, como a

localização provável das localidades bíblicas de Gabaon, Betel e Silo. Esse processo foi particularmente efetivo em regiões que foram habitadas continuamente através dos séculos e onde o nome do lugar foi preservado. Contudo, gerações subsequentes de especialistas perceberam que, em outros lugares, onde os nomes modernos não têm relação com os dos sítios bíblicos na vizinhança, outros critérios como o tamanho e os tipos de cerâmica datável podiam ser utilizados para fazer identificações. Assim, Meguido, Hasor, Laquis e dúzias de outras localidades bíblicas foram gradualmente adicionadas à progressiva reconstrução da geografia bíblica. No final do século XIX, os Engenheiros Reais Britânicos do Fundo de Exploração da Palestina empreenderam esse trabalho de uma maneira sumamente sistemática, compilando mapas topográficos detalhados de todo o país, desde as fontes do Rio Jordão no norte até Bersabeia no Negueb no sul.

Mais importante ainda do que as identificações específicas foi a crescente familiaridade com as principais regiões geográficas da terra bíblica (Figura 2): a planície costeira ampla e fértil do Mediterrâneo, os contrafortes da Sefelá elevando-se até a região montanhosa central no sul, o árido Negueb, a região do Mar Morto e o Vale do Jordão, a região montanhosa no norte e os amplos vales no norte. A terra bíblica de Israel era uma área com extraordinários contrastes climáticos e ambientais. Ela também serviu como uma ponte terrestre natural entre as duas grandes civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Comprovou-se que suas paisagens e condições características estavam, em quase cada caso, refletidas com bastante exatidão nas descrições da narrativa bíblica.

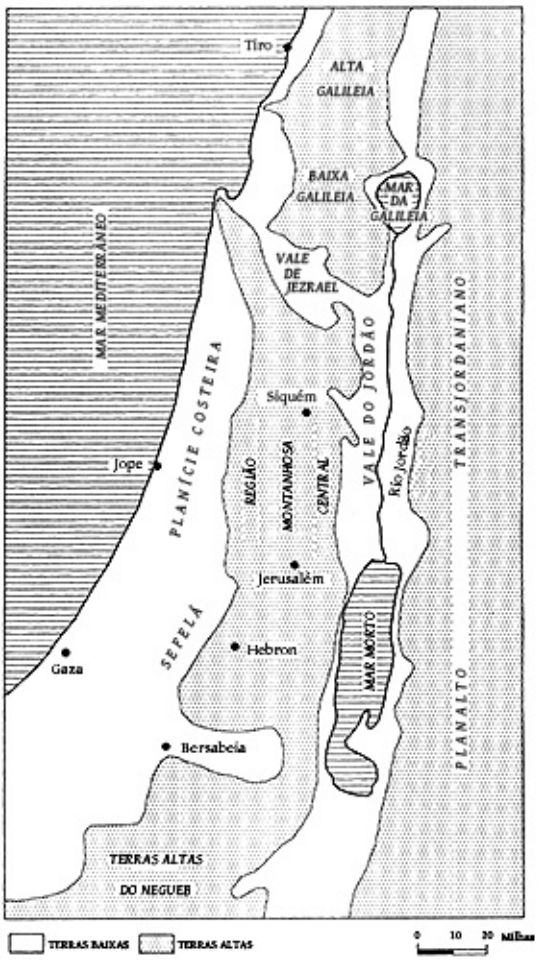


Figura 2: zonas geográficas da Terra de Israel

Monumentos e arquivos do Egito e da Mesopotâmia

Durante a Idade Média e a Renascença, reiteradas tentativas foram feitas para estabelecer uma cronologia padrão para os eventos descritos na Bíblia. A maioria deles foi respeitosamente literal. Fontes externas foram necessárias para verificar a cronologia interna da Bíblia e elas acabaram sendo encontradas entre os restos arqueológicos de duas das mais importantes – e mais literárias – civilizações do mundo antigo.

O Egito, com seus impressionantes monumentos e seu vasto tesouro de inscrições hieroglíficas, começou a ser intensamente explorado por especialistas europeus no final do século XVIII. Porém, foi só com a decifração dos hieróglifos

egípcios (com base na Pedra de Roseta trilíngue) pelo especialista francês Jean-François Champollion na década de 1820 que ficou evidente o valor histórico dos restos egípcios para a datação e possível verificação dos eventos históricos relatados na Bíblia. Apesar de a identificação dos faraós específicos mencionados nas narrativas de José e do Êxodo permanecer incerta, outras conexões diretas se tornaram claras. A estela da vitória erigida pelo Faraó Merneptá em 1207 AEC menciona uma grande vitória sobre um povo chamado Israel. Em uma época um pouco posterior, Faraó Sesac (mencionado em 1 Reis 14,25 como um faraó que atacou Jerusalém para exigir tributo durante o quinto ano do reinado do filho de Salomão) foi identificado como Sheshonq I da vigésima segunda dinastia, que governou de 945 a 924 AEC. Ele gravou um relato de sua campanha em um muro no templo de Amon em Carnaque, no Alto Egito.

Outro rica fonte de descobertas para a cronologia e as identificações históricas procedeu das vastas planícies situadas entre os rios Tigre e Eufrates, a antiga região da Mesopotâmia. Começando na década de 1840, representantes científicos da Inglaterra, França e, por fim, dos Estados Unidos e da Alemanha puseram a descoberto as cidades, os vastos palácios e os arquivos cuneiformes dos impérios da Assíria e da Babilônia. Pela primeira vez desde o período bíblico, os principais monumentos e cidades daqueles poderosos impérios orientais foram trazidos à luz. Lugares como Nínive e Babilônia, antes conhecidos em primeira linha através da Bíblia, passaram a ser vistos como as capitais de impérios poderosos e agressivos cujos artistas e escribas documentaram do princípio ao fim as campanhas militares e os eventos políticos do seu tempo. Assim, referências a certo número de importantes reis bíblicos foram identificadas em arquivos cuneiformes mesopotâmicos – os reis israelitas Amri, Acab e Jeú e os reis judaítas Ezequias e Manassés, entre outros. Essas referências externas permitiram que os especialistas vissem a história bíblica em uma perspectiva mais ampla e sincronizassem os reinados dos monarcas bíblicos com os sistemas de datação mais completos do Oriente Próximo antigo. Aos poucos

as conexões foram estabelecidas e as datas dos reinados dos reis israelitas e judaítas, dos governantes assírios e babilônicos, bem como dos faraós egípcios foram postas em ordem, proporcionando datações bastante precisas pela primeira vez.

Adicionalmente, os arquivos mesopotâmicos e egípcios muito mais antigos da Idade do Bronze Média e Tardia (cerca de 2000-1150 AEC) em antigos sítios como Mari e Tell el-Amarna e Nuzi, lançou uma luz clara sobre o mundo do Oriente Próximo antigo e, em consequência, sobre o meio cultural do qual a Bíblia acabou emergindo.

Inscrições esparsas também seriam encontradas em áreas mais próximas da terra de Israel e forneceriam vínculos ainda mais específicos. Uma descrição triunfal feita pelo rei moabita Mesa, descoberta no século XIX na Transjordânia, menciona a vitória de Mesa sobre os exércitos de Israel e providenciou um testemunho externo para uma guerra entre Israel e Moab relatada em 2 Reis 3,4-27. A inscrição individual mais significativa para a validação histórica foi descoberta em 1993 no sítio de Tel Dan, no norte de Israel, aparentemente registrando a vitória do rei arameu Hazael sobre o rei de Israel e o rei da "casa de Davi" no século IX AEC. A exemplo da inscrição moabita, ela forneceu uma âncora extrabíblica para a história do antigo Israel.

Escavações de sítios bíblicos

A fonte de evidência de longe mais importante sobre o contexto histórico da Bíblia proveio de mais de cem anos de escavações arqueológicas modernas em Israel, no Jordão e nas regiões vizinhas. Estreitamente ligada aos avanços na técnica arqueológica em todo o mundo, a arqueologia bíblica foi capaz de identificar uma longa sequência de estilos arquitetônicos, formas de cerâmica e outros artefatos facilmente datáveis que capacitaram os especialistas para datar estratos de cidades enterradas e tumbas com um grau razoável de acurácia. Tendo o especialista norte-americano William F. Albright como pioneiro no

início do século XX, esse ramo da arqueologia concentrou-se principalmente na escavação de grandes montes urbanos (chamados de “tells” em árabe, “tels” em hebraico), compostos de muitos níveis urbanos sobrepostos, nos quais o desenvolvimento da sociedade e da cultura pode ser rastreado por milênios.

Após décadas de escavação, os pesquisadores foram capazes de reconstruir o vasto contexto arqueológico no qual deve se encaixar a história bíblica (Figura 3). Começando com a primeira evidência de agricultura e comunidades assentadas na região já no final da Idade da Pedra, os arqueólogos passaram a delinear o surgimento da civilização urbana na Idade do Bronze (3500-1150 AEC) e sua transformação em estados territoriais no período subsequente, a Idade do Ferro (1150-586 AEC), época em que a maioria dos eventos históricos descritos na Bíblia presumivelmente ocorreu.

Em torno do final do século XX, a arqueologia tinha mostrado que simplesmente havia uma quantidade demasiado grande de correspondências materiais entre os achados feitos em Israel e em todo o Oriente Próximo e o mundo descrito na Bíblia para dar a entender que a Bíblia seria literatura sacerdotal tardia e fictícia, escrita sem qualquer base histórica. Porém, ao mesmo tempo havia contradições demais entre os achados arqueológicos e as narrativas bíblicas para dar a entender que a Bíblia provê uma descrição precisa do que realmente ocorreu.

Da ilustração bíblica à antropologia do antigo Israel

Enquanto os críticos do texto bíblico e os arqueólogos bíblicos mantiveram suas posturas basicamente conflitantes acerca da confiabilidade histórica da Bíblia, eles continuaram a viver em dois mundos intelectuais separados. Os críticos textuais continuaram a visualizar a Bíblia como um objeto de dissecação que podia ser dividido em fontes e subfontes cada vez mais finas de acordo com as distintas ideias religiosas ou políticas que cada uma delas supostamente expressa. Ao mesmo tempo, os arqueólogos com frequência tomaram as

narrativas históricas da Bíblia pelo que diziam ser. Em vez de usar os dados arqueológicos como fonte independente para a reconstrução da história da região, eles continuaram a basear-se nas narrativas bíblicas – particularmente nas tradições do surgimento de Israel – para interpretar seus achados. Naturalmente houve novas compreensões do surgimento e desenvolvimento de Israel na medida em que as escavações e investigações avançavam. Questões foram levantadas sobre a existência histórica dos patriarcas e sobre a data e a dimensão do êxodo. Novas teorias também foram desenvolvidas dando a entender que a conquista de Canaã por Israel pode não ter ocorrido na forma em que o Livro de Josué insiste em dizer, a saber, como campanha militar unificada. Porém, com relação aos eventos bíblicos que iniciam no tempo de Davi – em torno de 1000 AEC – o consenso arqueológico, pelo menos até a década de 1990, foi que a Bíblia podia ser lida como um documento histórico basicamente confiável.



PERÍODOS ARQUEOLÓGICOS*

Idade do Bronze Inicial	3500-2200 AEC
Idade do Bronze Intermediária	2200-2000 AEC
Idade do Bronze Média	2000-1550 AEC
Idade do Bronze Tardia	1550-1150 AEC
Idade do Ferro I	1150-900 AEC
Idade do Ferro II	900-586 AEC
Período Babilônico	586-538 AEC
Período Persa	538-333 AEC

* Neste livro, as datas seguem este sistema. As datas para a Idade do Bronze Inicial até a Idade do Bronze Intermediária são aproximadas e dependem principalmente de considerações culturais. As datas para a Idade do Bronze Tardia até o Período Persa dependem principalmente de eventos históricos.

REIS DE ISRAEL E JUDÁ*

Judá		Israel	
Saul cerca de 1025-1005 AEC			
Davi cerca de 1005-970 AEC			
Salomão cerca de 970-931			
Roboão	931-914	Jeroboão I	931-909
Abiam	914-911	Nadab	909-908
Asa	911-870	Baasa	908-885
Josafá	870-846**	Ela	885-884
Jeorão	851-843**	Zambri	884
Ocozias	843-842	Tebni	884-880***
Atália	842-846	Amri	884-873
Jeoás	836-798	Acab	873-852
Amasias	798-769	Ocozias	852-851
Azarias	785-733**	Jorão	851-842
Joatão	743-729**	Jeú	842-814
Acaz	743-727**	Joacaz	817-800**
Ezequias	727-698	Joás	800-784
Manassés	698-642	Jeroboão II	788-747**
Amon	641-640	Zacarias	747
Josias	639-609	Selum	747
Joacaz	609	Manaém	747-737
Joaquim	608-598	Faceias	737-735
Joaquin	597	Faceia	735-732
Sedecias	596-586	Oseias	732-724

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary*, v. I, p. 1010, e Galil, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah*.
** Inclui corregências.
*** Governo rival.

Figura 3: Os principais períodos arqueológicos e a cronologia dos reis judaítas e israelitas

Em torno da década de 1970, todavia, novas tendências começaram a influenciar a conduta da arqueologia bíblica e acabaram por alterar seu foco principal e inverter completamente a relação tradicional entre objeto de investigação e texto bíblico. Pela primeira vez, arqueólogos que operavam nas terras bíblicas não procuraram usar os achados escavados como ilustrações da Bíblia; voltando-se drasticamente para os métodos das ciências sociais, eles procuraram examinar as realidades humanas que residiam por trás do texto. Ao escavar sítios antigos, a ênfase deixou de ser posta unicamente nas associações bíblicas do lugar. Artefatos, arquitetura e padrões de assentamento escavados, bem como ossos de animais, sementes, a análise química de amostras do solo e modelos antropológicos de longo prazo delineados a partir de muitas culturas do

mundo, tornaram-se chaves para perceber mudanças mais amplas na economia, na história política, nas práticas religiosas, na densidade populacional e na estrutura mesma da sociedade israelita antiga. Ao adotar os métodos usados pelos arqueólogos e antropólogos em outras regiões, uma quantidade crescente de especialistas tentou entender como a interação humana com o ambiente natural complexo, fragmentado da terra de Israel influenciou o desenvolvimento do seu sistema social, sua religião e seu legado espiritual singulares.

Uma nova visão da história bíblica

Desenvolvimentos recentes na arqueologia finalmente nos permitiram construir uma ponte sobre o abismo que havia entre o estudo dos textos bíblicos e os achados arqueológicos. Podemos ver agora que a Bíblia é – ao lado das distintas formas de cerâmica, estilos arquitetônicos e inscrições hebraicas – um artefato característico que conta uma porção de coisas sobre a sociedade em que ela foi produzida.

Isso aconteceu porque agora está claro que fenômenos como manter registros, correspondência administrativa, crônicas reais e a compilação de uma escritura nacional – especialmente uma tão profunda e sofisticada quanto a Bíblia – estão ligados a um estágio bem particular de desenvolvimento social. Arqueólogos e antropólogos operando em todo mundo estudaram cuidadosamente o contexto em que emergem gêneros sofisticados de escrita e, em quase todos os casos, eles são um sinal de formação estatal, na qual o poder é centralizado em instituições nacionais como um culto oficial ou uma monarquia. Outros traços desse estágio de desenvolvimento social são construção de monumentos, especialização econômica e a presença de uma densa rede de comunidades interligadas, cujo tamanho varia de grandes cidades a centros regionais e localidades médias e pequenos povoados.

Até recentemente tanto os especialistas em textos quanto os arqueólogos sustentaram que o antigo Israel atingiu o estágio da formação estatal plena no

tempo de monarquia unificada de Davi e Salomão. De fato, muitos especialistas bíblicos continuam a acreditar que a fonte mais antiga do Pentateuco é o documento J, ou o Javista – e que ele foi compilado em Judá na época de Davi e Salomão, no século X AEC. Neste livro, argumentaremos que essa conclusão é extremamente improvável. A partir de uma análise da evidência arqueológica, não há nenhum sinal de atividade literária disseminada ou de quaisquer outros atributos de estatização plena em Judá – e, em particular, em Jerusalém – anteriores a dois séculos e meio depois desse período, por volta do final do século VIII AEC. É claro que nenhum arqueólogo pode negar que a Bíblia contém lendas, personagens e fragmentos narrativos que remontam a um tempo muito anterior. Porém, a arqueologia pode mostrar que a Torá e a História Deuteronomista trazem características inconfundíveis de sua compilação inicial no século VII AEC. O assunto principal deste livro é por que isso é assim e o que isso significa para nossa compreensão da grande saga bíblica.

Veremos que muito da narrativa bíblica é produto das esperanças, dos medos e das ambições do reino de Judá, culminando no reinado do Rei Josias ao final do século VII AEC. Argumentaremos que o núcleo histórico da Bíblia despontou a partir de condições claramente políticas, sociais e espirituais e foi modelado pela criatividade e visão de homens e mulheres extraordinários. Muito do que se costuma ter como assegurado como se fosse história acurada – as narrativas dos patriarcas, o êxodo, a conquista de Canaã e até a saga da gloriosa monarquia unificada de Davi e Salomão – constituem, muito antes, expressões criativas de um poderoso movimento de reforma religiosa que floresceu no reino de Judá na Idade do Ferro Tardia. Essas narrativas podem até ter sido baseadas em certos núcleos históricos; apesar disso, elas refletem em primeira linha a ideologia e a visão de mundo dos escritores. Mostraremos como a narrativa da Bíblia foi adequada unicamente para promover a reforma religiosa e as ambições territoriais de Judá durante as momentosas décadas finais do século VII AEC.

Porém, dar a entender que as narrativas mais famosas da Bíblia não

ocorreram do mesmo modo que a Bíblia as registra nem de longe implica que o antigo Israel não tenha tido uma história genuína. Nos capítulos a seguir, reconstruiremos a história do antigo Israel com base na evidência arqueológica – a única fonte de informação sobre o período bíblico que não foi extensamente emendada, editada ou censurada por muitas gerações de escribas bíblicos. Assistidos por achados arqueológicos e registros extrabíblicos, veremos como as próprias narrativas bíblicas fazem parte da história, não constituindo a moldura histórica inquestionável, na qual tem de se encaixar cada achado particular ou cada conclusão. Nossa narrativa se afastará drasticamente da narrativa bíblica que nos é familiar. Não se trata da história de um reino, mas de *dois* reinos eleitos, que juntos compreendem as raízes históricas do povo de Israel.

Um dos reinos – o reino de Israel – nasceu nos vales férteis e nas colinas ondulantes do norte de Israel e cresceu a ponto de tornar-se um dos mais ricos, mais cosmopolitas e mais poderosos naquela região. Atualmente ele está quase totalmente esquecido, exceto pelo papel de vilão que desempenha nos livros bíblicos dos Reis. O outro reino – o reino de Judá – surgiu na região montanhosa do sul, rochosa e inóspita. Ele sobreviveu por manter seu isolamento e sua fervorosa devoção ao seu Templo e sua dinastia real. Esses dois reinos representam dois lados da experiência do Israel antigo, duas sociedades bastante diferentes com diferentes atitudes e identidades nacionais. Passo a passo traçaremos os estágios em que a história, a memória e as esperanças dos dois reinos foram mescladas poderosamente em uma só escritura, que, mais do que qualquer outro documento já escrito, conferiu – e continua a conferir – forma à sociedade ocidental.

PARTE I

A BÍBLIA COMO HISTÓRIA?

1

À PROCURA DOS PATRIARCAS

No começo era uma família só que tinha uma relação especial com Deus. Com o tempo essa família foi fecunda e se multiplicou muito, crescendo até tornar-se o povo de Israel. Esta é a primeira grande saga da Bíblia, um conto a respeito de filhos de imigrantes e promessas divinas que serve como abertura pitoresca e inspiradora para a história subsequente da nação de Israel. Abraão foi o primeiro dos patriarcas e o receptor da promessa divina de terra e descendentes em grande número que foi levada adiante através das gerações por seu filho Isaac e por Jacó, o filho de Isaac, também conhecido como Israel. Dentre os doze filhos de Jacó, cada um dos quais se tornaria o patriarca da tribo de Israel, a Judá foi conferida a honra especial de governar todos eles.

O relato bíblico da vida dos patriarcas é uma narrativa brilhante tanto da família quanto da nação. Seu poder emocional advém do fato de ser um registro das batalhas profundamente humanas de pais, mães, maridos, esposas, filhas e filhos. De certa forma, trata-se de uma típica história de família, com todas as suas alegrias e tristezas, amor e ódio, engano e astúcia, tempos de fome e de prosperidade. Trata-se também de uma história universal, filosófica, sobre a relação entre Deus e a humanidade; sobre devoção e obediência; sobre certo e errado; sobre fé, piedade e imoralidade. É a narrativa de Deus elegendo uma nação; de Deus fazendo uma promessa eterna de terra, prosperidade e crescimento.

A partir de quase qualquer ponto de vista – histórico, psicológico, espiritual – as narrativas a respeito dos patriarcas são realizações literárias poderosas. Porém,

elas são anais confiáveis do nascimento do povo de Israel? Há alguma evidência de que os patriarcas Abraão, Isaac e Jacó – e as matriarcas Sara, Rebeca, Lia e Raquel – realmente viveram?

A saga de quatro gerações

O Livro do Gênesis descreve Abraão como o arquetípico homem de fé e patriarca de família, oriundo de Ur, no sul da Mesopotâmia, e reassentando-se com sua família na cidade de Harã, às margens de um dos afluentes do alto Eufrates (Figura 4). Foi lá que Deus apareceu para ele e lhe ordenou: "Sai de tua terra, do meio dos teus parentes, da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei. Farei de ti uma grande nação e te abençoarei, engrandecendo teu nome, de modo que se torne uma bênção" (Gênesis 12,1-2). Obedecendo às palavras de Deus, Abrão (como se chamava então) tomou sua esposa, Sarai e seu sobrinho Ló e partiu para Canaã. Ele migrou com seus rebanhos pelo meio da região montanhosa central, movendo-se principalmente entre Siquém no norte, Betel (perto de Jerusalém) e Hebron no sul, mas indo também até o Negueb, mais para o sul (Figura 5).

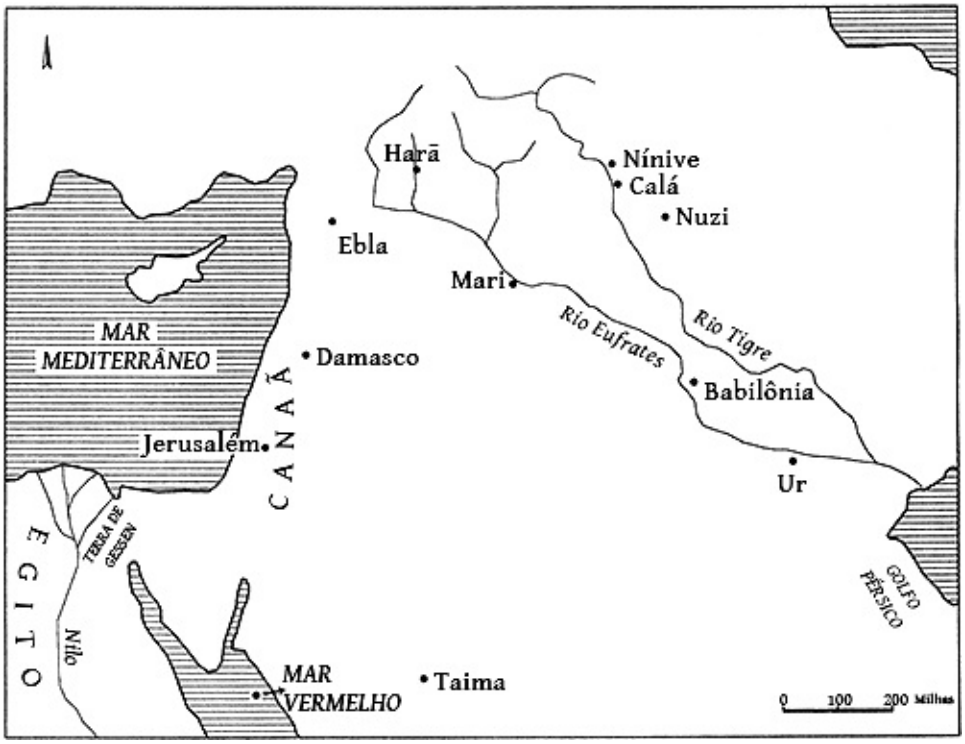


Figura 4: Sítios mesopotâmicos e outros do Oriente Próximo antigo conectados com as narrativas patriarcais

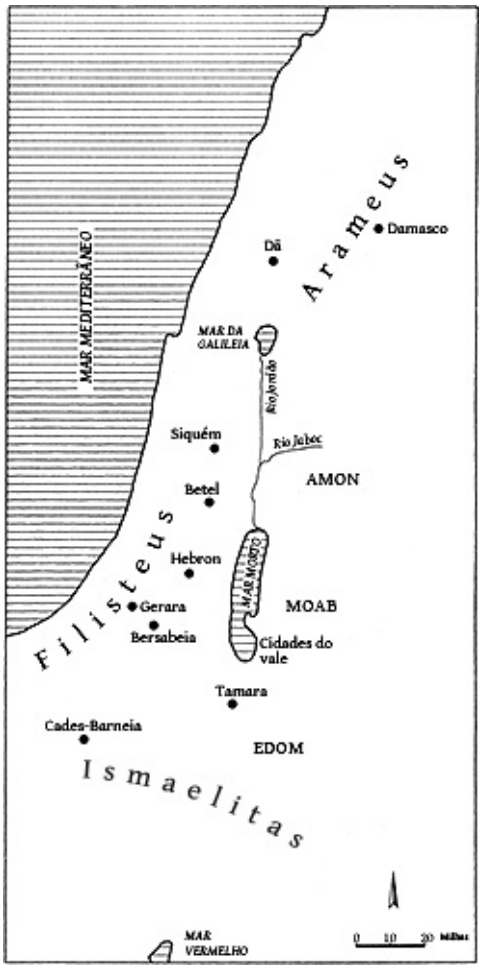


Figura 5: Os principais lugares e povos em Canaã mencionados nas narrativas dos patriarcas

Durante suas viagens, Abrão construiu altares a Deus em vários lugares e gradualmente descobriu a verdadeira natureza do seu destino. Deus prometeu a Abrão e seus descendentes todas as terras "desde a torrente do Egito até o grande rio, o Eufrates" (Gênesis 15,18). E para sinalizar seu papel como o patriarca de muitos povos, Deus mudou o nome de Abrão para Abraão – "porque farei de ti o pai de uma multidão de nações" (Gênesis 17,5). Ele também mudou o nome de sua esposa Sarai para Sara para sinalizar que seu *status* também havia mudado.

A família de Abraão foi a origem de todas as nações da região. No decurso de sua migração por Canaã, os pastores de Abraão e os pastores de Ló começaram a brigar. Para evitar que o conflito familiar prosseguisse, Abraão e Ló decidiram

repartir a terra. Abraão e seu povo permaneceram nas terras altas ocidentais enquanto Ló e sua família foram rumo ao Oriente até o Vale do Jordão e estabeleceu residência em Sodoma perto do Mar Morto. O povo de Sodoma e da cidade vizinha de Gomorra se mostraram perversos e traiçoeiros, mas Deus fez chover enxofre e fogo sobre as cidades pecadoras, destruindo-as completamente. Depois disso, Ló partiu sozinho para as colinas orientais para tornar-se o ancestral dos povos da Transjordânia, a saber, de Moab e Amon. Abraão também se tornou o pai de vários outros povos antigos. Já que sua esposa, Sara, na idade avançada de noventa anos, não podia gerar filhos, Abraão tomou como sua concubina Agar, a escrava egípcia de Sara. Juntos tiveram um filho chamado Ismael, que a seu tempo se tornaria o ancestral de todos os povos árabes do deserto meridional.

O mais importante de tudo para a narrativa bíblica é que Deus prometeu a Abraão outra criança e sua amada esposa, Sara, milagrosamente deu à luz um filho, Isaac, quando Abraão tinha cem anos de idade. Uma das mais poderosas imagens que ocorrem na Bíblia é quando Deus confronta Abraão com o teste definitivo da sua fé, ao ordenar que ele sacrificasse seu amado filho Isaac em uma montanha na terra de Moriá. Deus deteve o sacrifício, mas recompensou a demonstração de fidelidade de Abraão renovando sua aliança com ele. Os descendentes de Abraão não só se converteriam em uma grande nação – tão numerosa quanto as estrelas nos céus e a areia na praia –, mas no futuro todas as nações do mundo seriam abençoadas por meio deles.

Isaac alcançou a maturidade e migrou com seus próprios rebanhos nas proximidades da cidade meridional de Bersabeia e acabou se casando com Rebeca, uma jovem mulher trazida da terra natal do seu pai das distantes terras do norte. Nesse meio-tempo, as raízes da família se aprofundaram na terra da promessa. Abraão adquiriu a caverna de Macpela em Hebron na região montanhosa meridional para sepultar sua amada esposa, Sara. Mais tarde ele também seria sepultado ali.

As gerações continuaram. No acampamento no Negueb, a esposa de Isaac, Rebeca, deu à luz gêmeos de caráter e temperamento completamente diferentes, cujos descendentes travariam uma batalha entre si por centenas de anos. Esaú, um caçador, era o mais velho e o favorito de Isaac, enquanto Jacó, o mais novo, mais delicado e sensível, era a criança amada de sua mãe. E embora Esaú fosse o mais velho e o herdeiro legítimo da promessa divina, Rebeca disfarçou seu filho Jacó com um casaco de pele grosseira de cabra. Ela o apresentou junto ao leito do moribundo Isaac de tal modo que o patriarca cego e debilitado tomaria Jacó por Esaú e involuntariamente lhe concederia a bênção do primogênito devida ao filho mais velho.

Ao retornar do campo, Esaú descobriu a trapaça – e a bênção roubada. Porém, nada podia ser feito. Seu velho pai, Isaac, prometeu a Esaú apenas que este seria o pai dos edomitas habitantes do deserto: "Longe da terra fértil será tua morada" (Gênesis 27,39). Desse modo foi estabelecido outro dos povos da região e, no devido tempo, como revela Gênesis 28,9, Esaú tomaria uma esposa da família do seu tio Ismael e geraria ainda outras tribos do deserto. E essas tribos sempre estariam em conflito com os israelitas – principalmente com os descendentes do seu irmão, Jacó, que surripiou dele o direito divino de primogenitura.

Jacó logo fugiu da ira do seu irmão ofendido e viajou para o distante norte até a casa do seu tio Labão em Harã, em busca de uma esposa para si. No caminho para o norte, Deus confirmou a herança de Jacó. Jacó parou para descansar à noite em Betel e sonhou com uma escadaria apoiada na terra que subia até o céu, e anjos de Deus subiam e desciam por ela. Parado no alto da escadaria, Deus renovou a promessa que dera a Abraão:

> Eu sou o SENHOR, Deus de teu pai Abraão, o Deus de Isaac. A ti e à tua descendência darei a terra sobre a qual estás deitado. Tua descendência será como o pó da terra, e te espalharás para o Ocidente e para o Oriente, para o norte e para o sul. Em ti e em tua descendência serão abençoadas todas as famílias da terra. Estou contigo e te guardarei aonde quer que vás, e te reconduzirei a esta

terra. Nunca te abandonarei até cumprir o que te prometi (Gênesis 28,13-15).

Jacó prosseguiu viagem rumo norte até Harã e morou com Labão por vários anos, casou com suas duas filhas, Lia e Raquel e gerou onze filhos – Rúben, Simeão, Levi, Judá, Dã, Neftali, Gad, Aser, Issacar, Zabulon e José – de suas duas esposas e das duas servas destas. Deus então ordenou a Jacó que retornasse a Canaã com sua família. Contudo, durante a jornada, ao cruzar o Rio Jaboc na Transjordânia, ele foi obrigado a lutar com um personagem misterioso. Quer tenha sido um anjo quer tenha sido Deus, o personagem misterioso mudou o nome de Jacó para Israel (literalmente, "aquele que lutou com Deus"), "pois lutaste com Deus e com homens e venceste" (Gênesis 32,28). Jacó retornou então a Canaã, montou um acampamento perto de Siquém e erigiu um altar em Betel – no mesmo lugar onde Deus se revelou a ele quando estivera a caminho de Harã. Quando estavam se deslocando mais para o sul, Raquel morreu durante o parto perto de Belém, quando deu à luz Benjamim, o último dos filhos de Jacó. Pouco depois morreu o pai de Jacó, Isaac, e foi sepultado na caverna de Macpela em Hebron.

Aos poucos a família se converteu em um clã no caminho para se tornar uma nação. Nesse estágio, porém, os filhos de Israel ainda eram uma família de irmãos briguentos, entre os quais José, o filho favorito de Jacó, era detestado pelos demais por causa dos seus sonhos bizarros que prediziam que ele reinaria sobre sua família. Embora a maioria dos irmãos quisesse assassiná-lo, Rúben e Judá os dissuadiram disso. Em vez de matar José, os irmãos o venderam a um grupo de mercadores ismaelitas que desciam para o Egito com uma caravana de camelos. Os irmãos fingiram tristeza e explicaram ao patriarca Jacó que um animal selvagem tinha devorado José. Jacó pranteou seu filho amado.

Porém, o grande destino de José não seria evitado pelo ciúme dos seus irmãos. Estabelecendo-se no Egito, sua riqueza cresceu e seu *status* melhorou rapidamente por causa de suas capacidades extraordinárias. Após interpretar um sonho do faraó predizendo sete anos bons seguidos de sete anos ruins, ele foi

indicado para o cargo de grão-vizir do faraó. Nessa posição elevada, ele reorganizou a economia do Egito, armazenando o alimento excedente dos anos bons para os futuros anos ruins. De fato, quando os anos ruins enfim começaram, o Egito estava bem preparado. Na vizinha Canaã, Jacó e seus filhos sofreram com a fome e Jacó enviou dez dos seus onze filhos restantes ao Egito para conseguir alimento. No Egito, eles foram ver o vizir José – agora adulto. Os filhos de Jacó não reconheceram seu irmão há muito perdido e, de início, José não revelou sua identidade a eles. Mais tarde, em uma cena comovente, José revelou a eles que era o irmão desprezado que eles haviam vendido como escravo.

Por fim, os filhos de Israel estavam reunidos e o velho patriarca Jacó veio com toda a sua família viver perto do seu importante filho na terra de Gessen. No seu leito de morte, Jacó abençoou seus filhos e seus dois netos, Manassés e Efraim, filhos de José. Dentre todas as honrarias, Judá recebeu o direito real de primogenitura:

> A ti, Judá, teus irmãos renderão homenagem; tua mão pesará sobre a nuca de teus inimigos. Diante de ti se prostrarão os filhos do teu pai. Filhote de leão, Judá! Voltaste da caçada, meu filho. Agacha-se e repousa, como leão e como leoa; quem irá despertá-lo? O cetro não se afastará de Judá nem o bastão de comando de entre seus pés, até que venha o leão, a quem[*] prestarão obediência os povos (Gênesis 49,8-10).

E após a morte de Jacó, seu corpo foi levado de volta a Canaã – para o território que algum dia se tornaria a herança tribal de Judá – e foi sepultado por seus filhos na caverna de Macpela em Hebron. José também morreu e os filhos de Israel permaneceram no Egito, onde se desdobraria o próximo capítulo de sua história como nação.

A busca malograda pelo Abraão histórico

Antes de descrever a época provável e as circunstâncias históricas em que a narrativa bíblica sobre os patriarcas foi inicialmente entretecida a partir de fontes

mais antigas, é importante explicar por que tantos especialistas no decurso dos últimos cem anos ficaram convencidos de que as narrativas sobre os patriarcas são verdadeiras do ponto de vista histórico pelo menos em seus traços básicos. O estilo de vida pastoril dos patriarcas pareceu combinar bem, em termos muito gerais, com o que os arqueólogos do início do século XX observaram a respeito da vida beduína contemporânea no Oriente Médio. A ideia científica de que o modo de vida beduíno permaneceu essencialmente sem mudanças por milênios conferiu um ar de verossimilhança aos contos bíblicos de riqueza medida em termos de ovelhas e cabras (Gênesis 30,30-43), aos conflitos clânicos com aldeões estabelecidos pelos poços de água (Gênesis 21,25-33) e às disputas pelos campos de pastagem (Gênesis 13,5-12). Adicionalmente, as referências manifestas a sítios da Mesopotâmia e da Síria, como a Ur, a terra natal de Abraão, e Harã, situada em um afluente do Eufrates (onde a maior parte da família de Abraão continuou a viver após sua migração para Canaã), pareceram corresponder aos achados das escavações arqueológicas feitas no arco oriental do Crescente Fértil, onde foram encontrados alguns dos primeiros centros da antiga civilização do Oriente Próximo.

Contudo, o que motivou a busca científica pelos patriarcas "históricos" foi algo muito profundo, muito mais intimamente conectado com a crença religiosa moderna. Muitos dos primeiros arqueólogos bíblicos foram formados como clérigos ou teólogos. Eles estavam persuadidos por sua fé que a promessa de Deus a Abraão, Isaac e Jacó – a primogenitura do povo judaico e a primogenitura repassada aos cristãos, como explicou o Apóstolo Paulo em sua Carta aos Gálatas – foi real. E se foi real, presume-se que tenha sido dada a pessoas reais, não a criações imaginárias originadas da pena de algum antigo escriba anônimo.

O especialista da Bíblia e arqueólogo dominicano francês Roland de Vaux observou, por exemplo, que "se a fé histórica de Israel não for fundada na história, tal fé é errônea e, por conseguinte, a nossa fé também o é". E o decano da arqueologia bíblica norte-americana, William F. Albright, repercutiu esse

sentimento, insistindo em que "como um todo, o quadro pintado no Gênesis é histórico e não há razão para duvidar da acurácia geral dos detalhes biográficos". De fato, a partir das primeiras décadas do século XX, com as grandes descobertas na Mesopotâmia e a intensificação da atividade arqueológica na Palestina, muitos historiadores e arqueólogos bíblicos estavam convencidos de que novas descobertas poderiam tornar provável – caso não provassem cabalmente – que os patriarcas foram personagens históricos. Eles argumentaram que as narrativas bíblicas, mesmo que tenham sido compiladas em uma data relativamente tardia, como o período da monarquia unificada, preservaram ao menos as linhas básicas de uma realidade histórica autêntica e antiga.

De fato, a Bíblia forneceu uma boa porção de informação cronológica específica que pode ajudar, acima de tudo, a identificar exatamente quando os patriarcas viveram. A Bíblia narra a história mais antiga de Israel em ordem sequencial, dos patriarcas ao Egito, ao êxodo, à migração no deserto, à conquista de Canaã, ao período dos juízes e à instauração da monarquia. Ela igualmente forneceu a chave para calcular datas específicas. A indicação mais importante é a nota em 1 Reis 6,1 de que o êxodo aconteceu quatrocentos e oitenta anos antes do início da construção do Templo em Jerusalém, no quarto ano do reinado de Salomão. Além disso, Êxodo 12,40 constata que os israelitas suportaram quatrocentos e trinta anos de escravidão no Egito *antes* do êxodo. Adicionando um pouco mais de duzentos anos para a duração das vidas sobrepostas dos patriarcas em Canaã antes de os israelitas partirem para o Egito, chegamos a uma data bíblica de cerca de 2100 AEC para a partida original de Abraão rumo a Canaã.

É claro que havia alguns problemas bem nítidos em aceitar essa datação para fins de reconstrução histórica precisa, não sendo o menor deles o período de vida extraordinariamente longo de Abraão, Isaac e Jacó, todos excedendo em muito os cem anos. Adicionalmente as genealogias posteriores que alinharam os descendentes de Jacó são confusas, quando não são diretamente contraditórias.

Moisés e Aarão, por exemplo, são identificados como descendentes de *quarta* geração de Levi, filho de Jacó, ao passo que de Josué, um contemporâneo de Moisés e Aarão, se declara que foi descendente de *décima segunda* geração de José, outro dos filhos de Jacó. Isso dificilmente pode ser considerado uma discrepância menor.

O especialista norte-americano Albright, todavia, argumentou que certos detalhes singulares nas narrativas do Gênesis podem conter a chave para verificar sua base histórica. Elementos tais como nomes próprios, costumes nupciais não usuais e leis de aquisição de terras podem ser identificados nos registros das sociedades mesopotâmicas do segundo milênio AEC, das quais se alega que os patriarcas provieram. Não menos importante é que os patriarcas foram realisticamente descritos como levando um estilo de vida de beduínos, deslocando-se com seus rebanhos através da região montanhosa central de Canaã, entre Siquém, Betel, Bersabeia e Hebron. Todos esses elementos convenceram Albright de que a era dos patriarcas foi real. Em consequência, ele e seus colegas passaram a procurar evidências da presença de grupos pastoris de origem mesopotâmica vagando por Canaã em torno de 2000 AEC.

Contudo, a procura pelos patriarcas históricos acabou sendo malsucedida, já que nenhum dos períodos em torno da data biblicamente implicada forneceu um pano de fundo inteiramente compatível com as histórias bíblicas. (Cf. detalhes adicionais no Anexo A.) A suposta migração rumo oeste de grupos da Mesopotâmia na direção de Canaã – a assim chamada migração Amorita, na qual Albright situou a chegada de Abraão e sua família – evidenciou-se mais tarde como ilusória. A arqueologia refutou completamente a afirmação de que um movimento populacional repentino e maciço tenha ocorrido naquele tempo. E os aparentes paralelos entre leis e costumes mesopotâmicos do segundo milênio AEC e os descritos nas narrativas sobre os patriarcas são tão genéricas que poderiam aplicar-se a quase qualquer período da história antiga do Oriente Próximo. Fazer malabarismos com datas não ajuda. Tentativas subsequentes

feitas por De Vaux de situar as narrativas dos patriarcas na Idade do Bronze Médio (2000-1550 AEC), pelos especialistas norte-americanos Speiser e Gordon de situá-las tendo como pano de fundo um arquivo do século XV AEC encontrado em Nuzi, no norte do Iraque e pelo historiador bíblico israelense Benjamin, Mazar de situá-los na Idade do Ferro Inicial tampouco conseguiram estabelecer um vínculo convincente. Os paralelos destacados foram tão genéricos que poderiam ser encontrados em muitos períodos.

Todo o empreendimento criou algo como um círculo vicioso. As teorias científicas sobre a idade dos patriarcas (cuja existência histórica jamais foi posta em dúvida) se deslocaram, de acordo com as descobertas, de meados do terceiro milênio AEC para o final do terceiro milênio, do início do segundo milênio para meados do segundo milênio, para a Idade do Ferro Inicial. O principal problema foi que os especialistas que aceitaram os relatos bíblicos como confiáveis equivocadamente acreditaram que a era patriarcal deve ser vista, de um modo ou de outro, como a fase mais antiga de uma história *sequencial* de Israel.

Alguns anacronismos reveladores

Os especialistas críticos do texto que identificaram fontes distintas subjacentes ao texto de Gênesis insistiram em que as narrativas sobre os patriarcas foram postas por escrito em uma data relativamente tardia, no tempo da monarquia (séculos X-VIII AEC) ou até mais tarde, nos dias do exílio e do pós-exílio (séculos VI-V AEC). O biblista alemão Julius Wellhausen argumentou que as narrativas dos patriarcas tanto no documento J quanto no documento E refletiram os interesses da monarquia tardia de Israel, que foram projetados nas vidas dos pais lendários em um passado em grande parte mítico. Logo, as histórias bíblicas deveriam ser encaradas como mitologia nacionalista, cuja base histórica não é mais sólida do que a da saga homérica das viagens de Ulisses ou a saga virgiliana da fundação de Roma por Eneias.

Em décadas mais recentes, os biblistas norte-americanos John van Seters e

Thomas Thompson continuaram a desafiar a suposta evidência arqueológica a favor da existência histórica dos patriarcas no segundo milênio AEC. Eles argumentaram que, mesmo se os textos tardios contivessem algumas tradições mais antigas, a seleção e a disposição das histórias servem para expressar uma mensagem clara dos editores bíblicos do tempo da compilação mais do que para preservar um relato histórico confiável.

Porém, quando ocorreu essa compilação? O texto bíblico dá algumas indicações claras que podem ser afuniladas até o período de sua composição final. Tome-se como exemplo a repetida menção de camelos. As narrativas dos patriarcas estão repletas de camelos, usualmente rebanhos de camelos; porém, como ocorre na narrativa da venda de José como escravo pelos seus irmãos (Gênesis 37,25), camelos são descritos também como animais de carga usados no comércio com caravanas. Sabemos agora, por meio da pesquisa arqueológica, que camelos não foram domesticados como bestas de carga antes do final do segundo milênio, e essa sua capacidade não foi usada amplamente no Oriente Próximo antigo até bem depois de 1000 AEC. E um detalhe ainda mais eloquente – a caravana de camelos carregados de "especiarias, bálsamo e resina", na história de José – revela uma familiaridade óbvia com os principais produtos do lucrativo comércio árabe que floresceu sob a supervisão do Império Assírio nos séculos VIII-VII AEC.

De fato, escavações no sítio de Tell Jemmeh, na planície costeira meridional de Israel – um entreposto particularmente importante na principal rota de caravanas entre a Arábia e o Mediterrâneo – revelou um crescimento drástico na quantidade de ossos de camelo no século VII. Os ossos eram quase exclusivamente de animais adultos, implicando tratar-se de bestas de carga em viagem, não de rebanhos criados no local (entre os quais também seriam encontrados ossos de animais jovens). De fato, precisamente nessa época, fontes assírias descrevem camelos sendo usados como animais de carga em caravanas. Foi só então que os camelos se tornaram um traço suficientemente comum da

paisagem para serem incluídos como um detalhe incidental na narrativa literária.

Depois tem a questão dos filisteus. Ouvimos falar deles em conexão com o encontro de Isaac com "Abimelec, rei dos filisteus", na cidade de Gerara (Gênesis 26,1). Os filisteus, um grupo de migrantes vindos do Mar Egeu ou do Mediterrâneo Oriental, não haviam estabelecido assentamentos ao longo da planície costeira de Canaã até pouco depois de 1200 AEC. Suas cidades prosperaram nos séculos XI-X e continuaram a dominar a região até boa parte do período assírio. A menção de Gerara como cidade filisteia nas narrativas de Isaac e a menção da cidade (sem o atributo "filisteia") nas narrativas de Abraão (Gênesis 20,1) dá a entender que ela tinha importância especial ou, pelo menos, era amplamente conhecida na época da composição das narrativas sobre os patriarcas. Hoje Gerara é identificada com Tel Haror, a noroeste de Bersabeia, e escavações ali mostraram que, na Idade do Ferro I – a fase inicial da história filisteia –, não havia ali mais do que um povoado pequeno, bem insignificante. Porém, no final do século VIII e no século VII AEC, ela se tornara uma fortaleza administrativa assíria extremamente fortificada no sul, um marco divisório óbvio.

Esses detalhes incongruentes são meramente inserções posteriores em tradições mais antigas ou são indícios de que *ambos*, os detalhes e a narrativa, são tardios? Muitos especialistas – particularmente os que defendem a ideia dos patriarcas "históricos" – os consideraram como detalhes incidentais. Porém, como Thomas Thompson formulou a questão, já na década de 1970, as referências específicas no texto a cidades, povos vizinhos e lugares familiares são precisamente os aspectos que distinguem as narrativas sobre os patriarcas de contos populares inteiramente míticos. Eles se revestem de importância crucial para identificar a data e a mensagem do texto. Em outras palavras, os "anacronismos" são bem mais importantes para datar e compreender o sentido e o contexto histórico das narrativas dos patriarcas do que a busca por beduínos antigos ou calculações matemáticas das idades e genealogias dos patriarcas.

Assim, a combinação de camelos, mercadorias árabes, filisteus e Gerara – bem como outros lugares e nações mencionados nas narrativas sobre os patriarcas no Gênesis – é altamente significativa. Todos os indícios apontam para uma época de composição muitos séculos após o tempo em que a Bíblia relata que as vidas dos patriarcas tiveram lugar. Estes e outros anacronismos dão a entender que houve um período de escrita intensa das narrativas sobre os patriarcas nos séculos VIII-VII AEC.

Um mapa vivo do Oriente Próximo Antigo

Quando começamos a examinar as genealogias dos patriarcas e as muitas nações que surgiram dos seus encontros amorosos, de seus casamentos e de suas relações familiares, torna-se evidente que eles proporcionam um mapa humano muito vistoso do Oriente Próximo antigo do ponto de vista inconfundível do reino de Israel e do reino de Judá nos séculos VIII-VII AEC. Essas narrativas oferecem um comentário altamente sofisticado sobre as relações políticas nessa região nos períodos assírio e neobabilônico. Muitos dos termos étnicos e nomes de lugares podem ser datados nesse período; mas, além disso, suas caracterizações se encaixam perfeitamente no que sabemos das relações dos povos e reinos vizinhos com Judá e Israel.

Comecemos com os arameus, que dominaram as histórias do casamento de Jacó com Lia e Raquel e sua relação com seu tio Labão. Os arameus não são mencionados como um grupo étnico distinto nos textos do Oriente Próximo antigo antes de cerca de 1100 AEC. Eles se tornaram um fator dominante nas fronteiras setentrionais dos israelitas no início do século IX AEC, quando alguns reinos arameus surgiram no território da Síria moderna. Entre eles, o reino de Aram-Damasco foi às vezes aliado, às vezes rival do reino de Israel para controlar os ricos territórios agrícolas situados entre seus principais centros – no vale superior do Jordão e na Galileia. E, de fato, o ciclo de histórias sobre Jacó e Labão expressa metaforicamente as relações complexas e, com frequência, turbulentas

entre Aram e Israel por muitos séculos.

Por um lado, Israel e Aram foram rivais militares frequentes. Por outro, grande parte da população dos territórios do norte do reino de Israel parece ter sido de origem arameia. Tanto é que o Livro do Deuteronômio chega a descrever Jacó como "um arameu errante" (26,5), e as histórias das relações entre os patriarcas individuais e seus primos arameus claramente expressam a consciência de origens comuns. A descrição bíblica das tensões entre Jacó e Labão que acabaram levando ao estabelecimento de um marco fronteiriço a oeste do Jordão para demarcar o limite entre seus povos (Gênesis 31,51-54, sintomaticamente uma história de E ou "do norte") reflete a repartição territorial entre Aram e Israel nos séculos IX-VIII AEC.

As relações entre Israel e Judá e seus vizinhos orientais também estão claramente refletidas nas narrativas sobre os patriarcas. Durante os séculos VIII-VII AEC, seus contatos com os reinos de Amon e Moab frequentemente foram hostis; Israel de fato dominou Moab no início do século IX AEC. Por isso, é altamente significativo – e divertido – ver como os vizinhos orientais são desprezados nas genealogias dos patriarcas. Gênesis 19,30-38 (sintomaticamente um texto de J) nos informa que aquelas nações nasceram de uma união incestuosa. Depois que Deus destruiu as cidades de Sodoma e Gomorra, Ló e suas duas filhas procuraram refúgio em uma caverna nas montanhas. As filhas, incapazes de encontrar maridos apropriados em seu estado de isolamento – e desesperadas para ter filhos – deram vinho ao seu pai até ele ficar embriagado. Elas, então, se deitaram com ele e acabaram gerando dois filhos: Moab e Amon. Nenhum judaíta do século VII, olhando por cima do Mar Morto na direção dos reinos rivais, teria sido capaz de conter um sorriso de desprezo em vista da história de uma ancestralidade tão desonrosa.

As histórias bíblicas dos dois irmãos Jacó e Esaú proporcionam um caso ainda mais claro das percepções do século VII apresentadas em roupagem antiga. Gênesis 25 e 27 (textos de J, ou seja, do sul) conta-nos a respeito dos gêmeos –

Esaú e Jacó – que estavam para nascer de Isaac e Rebeca. Deus diz a Rebeca grávida: "Duas nações trazes no ventre, dois povos se dividirão em tuas entranhas. Um povo será mais forte que o outro, e o mais velho servirá ao mais novo" (25,23). No decorrer dos eventos, somos informados de que Esaú é o mais velho e Jacó o mais novo. Daí que a descrição dos dois irmãos, dos pais de Edom e Israel, serve como legitimação divina para a relação política entre as duas nações no período monárquico tardio. Jacó-Israel é sensível e culto, ao passo que Esaú-Edom é um caçador mais primitivo e um homem que gosta do ar livre. Porém, Edom só passou a existir como entidade política distinta em um período relativamente tardio. A partir das fontes assírias sabemos que não houve reis nem Estado de fato em Edom antes do final do século VIII AEC. Edom aparece em registros antigos como entidade distinta somente após a conquista da região pela Assíria. E ele se tornou um rival sério para Judá somente quando começou o lucrativo comércio árabe. A evidência arqueológica também é clara: a primeira onda de assentamentos em grande escala em Edom, acompanhada do estabelecimento de assentamentos maiores e fortalezas, pode ter começado no final do século VIII AEC, mas atingiu o ponto alto somente no século VII e no início do século VI AEC. Antes disso, a população da área era esparsa. E escavações em Bosra – a capital de Edom no final da Idade do Ferro II – revelaram que ela cresceu a ponto de tornar-se uma grande cidade somente no período assírio.

Assim, também aqui as histórias de Jacó e Esaú – do filho delicado e do poderoso caçador – são habilidosamente formatadas como lendas arcaicas que refletem as rivalidades do período monárquico tardio.

Os povos do deserto e os impérios do Oriente

Durante os séculos VIII-VII, o lucrativo comércio de especiarias e incenso raro feito por caravanas vindas do sul da Arábia, que coleavam pelos desertos e pela fronteira sul de Judá até os portos do Mediterrâneo, constituiu um fator

significativo na vida econômica de toda a região. Para o povo de Judá, alguns povos de origens nômades foram cruciais para esse sistema comercial de longa distância. Várias das genealogias incluídas nas histórias sobre os patriarcas oferecem um quadro detalhado dos povos que habitavam os desertos do sul e do leste durante o período monárquico tardio, e elas explicam – uma vez mais por meio da metáfora das relações familiares – qual o papel desempenhado por eles na história contemporânea de Judá. Em particular, Ismael, o filho desprezado de Abraão e Agar, é descrito em Gênesis como tendo sido o ancestral de muitas das tribos árabes que habitaram os territórios da fronteira sul de Judá. O retrato está longe de ser elogioso. Ele é descrito como perpétuo migrante, "indomável como um jumento selvagem, sua mão estará contra todos, e a mão de todos contra ele" (Gênesis 16,12, não é de surpreender que seja um documento de J). Entre seus muitos filhos figuram as várias tribos do sul que retomaram o contato com Judá no período assírio.

Entre os descendentes de Ismael listados em Gênesis 25,12-15 constam, por exemplo, os quedaritas ou cedaritas (do seu filho Cedar), que são mencionados pela primeira vez em registros assírios do final do século VIII AEC e são alvo de frequentes alusões durante o reinado do rei assírio Assurbanipal no século VII AEC. Antes daquele tempo, eles viveram fora da área do interesse imediato de Judá e Israel, ocupando a margem ocidental do Crescente Fértil. Da mesma forma, os filhos de Ismael – Adbeel e Nabaiot – representam grupos árabes do norte que também foram mencionados pela primeira vez em inscrições assírias do final do século VIII e do século VII. E, por fim, o filho de Ismael chamado Tema provavelmente está ligado com o grande oásis de caravanas de Taima, no noroeste da Arábia, mencionado em fontes assírias e babilônicas dos séculos VIII e VI AEC. Tratou-se de um dos maiores centros urbanos no norte da Arábia de cerca de 600 AEC até o século V AEC. O grupo chamado Sabá, que é mencionado em outra lista de povos do sul (Gênesis 25,3), também viveu no norte da Arábia. Visto que nenhum desses nomes específicos era relevante ou

mesmo estava presente na experiência do povo de Israel antes do período assírio, parece haver pouca margem para duvidar que essas passagens genealógicas foram confeccionadas entre o final do século VIII e o século VI AEC[**].

Outros topônimos mencionados nas narrativas sobre os patriarcas relativos ao deserto e às regiões inóspitas circundantes também servem para confirmar a data da composição. Gênesis 14, a história de uma grande guerra travada por invasores vindos do norte (liderados pelo misterioso Codorlaomor de Elam na Mesopotâmia) contra os reis das cidades da planície, é uma fonte única, que pode ser datada na época exílica ou pós-exílica. Porém, ela fornece interessante informação geográfica, relevante somente para o século VII AEC. É bem provável que "*En-Mishpat*, que é Cades" (Gênesis 14,7) seja uma referência a Cades-Barneia, o grande oásis no sul que desempenharia um papel importante nas narrativas do Êxodo. Ela é identificada com Ein el-Qudeirat no Sinai Oriental, um sítio que foi escavado e revelou ter sido ocupado pela primeira vez no século VII e início do século VI AEC. Da mesma forma, é bem provável que o sítio referido como [Asason-]Tamar no mesmo versículo deva ser identificado com Ein Haseva no norte de Arabá, onde escavações puseram a descoberto uma ampla fortaleza que também esteve em funcionamento principalmente na Idade do Ferro Tardia. Assim, a geografia e até a situação básica do terrível conflito com um invasor mesopotâmico teria parecido ominosamente familiar ao povo de Judá no século VII AEC.

E isso não é tudo. As narrativas de Gênesis também revelam familiaridade inconfundível com a localização e reputação dos impérios Assírio e Babilônico dos séculos IX-VI AEC. A Assíria é especificamente mencionada em relação ao Rio Tigre em Gênesis 2,14 e duas das capitais reais do Império Assírio – Nínive (reconhecida como a capital do império no século VII AEC) e Calane (sua predecessora) – são mencionadas em Gênesis 10,11 (ambos são documentos de J). A cidade de Harã desempenha um papel dominante nas histórias dos patriarcas. O sítio, que ainda é chamado de Eski Harran ("Antiga Harã"), está

localizado no sul da Turquia, na fronteira com a Síria; ele prosperou no início do segundo milênio AEC e depois novamente no período neoassírio. Por fim, textos assírios mencionam cidades na região de Harã com nomes que lembram os nomes de Terá, Nacor e Sarug – ancestrais de Abraão (Gênesis 11,22-26, fonte P). É possível que eles tenham sido os ancestrais epônimos dessas cidades.

O destino de Judá

O biblista alemão Martin Noth argumentou há muito tempo que os relatos dos eventos dos períodos mais antigos da existência de Israel – como as narrativas dos patriarcas, o êxodo e a peregrinação pelo Sinai – não foram originalmente compostos como uma única saga. Ele teorizou que eles constituíram tradições separadas de tribos individuais que foram reunidas em uma narrativa unificada para servir à causa da unificação política de uma população israelita esparsa e heterogênea. Na sua opinião, o foco geográfico de cada um dos ciclos de narrativas, particularmente o dos patriarcas, fornece uma indicação importante a respeito do local em que a composição – não necessariamente os eventos – da narrativa teve lugar. Muitas das histórias relacionadas com Abraão são localizadas na parte sul da região montanhosa, especificamente na região de Hebron no sul de Judá. Isaac é associado com a fronteira sul do Deserto de Judá, em particular com a região de Bersabeia. Em contraste, as atividades de Jacó tiveram lugar, em grande parte, na região montanhosa norte e na Transjordânia – áreas que sempre tiveram o interesse especial do Reino do Norte de Israel. Por conseguinte, Noth deu a entender que os patriarcas foram originalmente ancestrais regionais bastante separados, que acabaram sendo juntados em uma só genealogia, em um esforço visando criar uma história unificada.

É evidente agora que a escolha de Abraão e sua conexão estreita com Hebron, a cidade real mais antiga de Judá, e com Jerusalém (“Salém”, em Gênesis 14,18) também foi feita com a intenção de enfatizar a primazia de Judá inclusive nas

eras mais antigas da história de Israel. É quase como se um escrito norte-americano descrevendo a história pré-colombiana tivesse dado demasiada atenção à Ilha de Manhattan ou à extensão de terra que mais tarde se tornaria Washington D.C. O significado político apontado da inclusão de um detalhe desse tipo em uma narrativa mais longa, pelo menos, põe em questão sua credibilidade histórica.

Como veremos bem mais detalhadamente nos capítulos que seguem, até o século VIII AEC, Judá foi um reino bastante isolado e esparsamente habitado. Dificilmente se poderia compará-lo em termos de território, riqueza e poderio militar com o reino de Israel no norte. O nível de alfabetização era muito limitado e sua capital, Jerusalém, era uma remota cidadezinha na montanha. Contudo, depois que o Reino do Norte de Israel foi liquidado pelo Império Assírio em 720 AEC, a população de Judá experimentou um enorme crescimento, desenvolveu instituições estatais complexas e emergiu como um poder significativo na região. Era governado por uma antiga dinastia e possuía o mais importante Templo restante dedicado ao Deus de Israel. Em consequência, no final do século VIII e no século VII, Judá desenvolveu um senso único de sua própria importância e de seu destino divino. Ela encarou sua sobrevivência mesma como evidência da intenção de Deus, desde a época dos patriarcas, de que Judá deveria reinar sobre toda a terra de Israel. Como único regime político israelita sobrevivente, Judá via a si mesmo, em um sentido mais realista, como herdeiro natural dos territórios israelitas e da população israelita que sobreviveu ao ataque assírio. O que se precisava era de uma maneira forte de expressar essa compreensão tanto para o povo de Judá quanto para as comunidades israelitas esparsas sob o domínio assírio. Assim nasceu a ideia pan-israelita, tendo Judá como seu centro.

As narrativas sobre os patriarcas, portanto, retratam a ancestralidade unificada do povo israelita que remonta ao mais judaíta dos patriarcas – a Abraão. Contudo, mesmo que as narrativas de Gênesis girem principalmente em

torno de Judá, elas não negligenciam a honra às tradições israelitas do norte. Quanto a isso, é significativo que Abraão constrói altares a YHWH em Siquém e Betel (Gênesis 12,7-8), os dois centros de culto mais importante do Reino do Norte – bem como em Hebron (Gênesis 13,18), o centro mais importante de Judá depois de Jerusalém. Por isso, a figura de Abraão funciona como o unificador das tradições do norte e do sul, lançando a ponte que interliga norte e sul. O fato de Abraão receber o crédito por erigir altares em Betel e Siquém é testemunho claro da alegação judaíta de que mesmo os lugares de culto contaminados pela idolatria durante a época dos reis israelitas, foram outrora sítios legitimamente sagrados associados com o patriarca do sul[***].

É bem possível e até provável que os episódios individuais nas narrativas sobre os patriarcas tenham sido baseados nas antigas tradições locais. Contudo, o uso que lhes é dado e a ordem em que são postas as transformam em uma expressão poderosa dos sonhos judaítas do século VII. De fato, a superioridade de Judá em relação a todos os outros não poderia ser mais enfatizada do que na última bênção de Jacó a seus filhos citada anteriormente. Mesmo que os inimigos estejam pressionando de todos os lados, Judá, como prometido, jamais será derrotado.

As tradições patriarcais, em consequência, devem ser consideradas como uma espécie de "pré-história" piedosa de Israel, na qual Judá desempenhou um papel decisivo. Elas descrevem a história bem antiga dessa nação, traçam as fronteiras étnicas, enfatizam que os israelitas eram estranhos e não faziam parte da população indígena de Canaã e englobam as tradições tanto do norte quanto do sul, ao mesmo tempo em que acabam ressaltando a superioridade de Judá[****]. Na evidência reconhecidamente fragmentária da versão E das narrativas sobre os patriarcas, presumivelmente compiladas no Reino do Norte de Israel antes de sua destruição em 720 AEC, a tribo de Judá quase não aparece. Porém, no final do século VIII e com certeza no século VII AEC, Judá foi o centro do que restou da nação israelita. À luz disso, deveríamos considerar a versão J das narrativas

sobre os patriarcas primeiramente como uma tentativa literária de redefinir a unidade do povo de Israel – mais do que um registro acurado das vidas de personagens históricos que viveram mais de um milênio antes.

A narrativa bíblica dos patriarcas teria parecido necessariamente familiar ao povo de Judá no século VII AEC. Nas histórias, os povos familiares e os inimigos ameaçadores do presente estavam alocados ao redor dos acampamentos e terras de pastagem de Abraão e sua prole. A paisagem das narrativas sobre os patriarcas é uma visão romântica, algo como um sonho, do passado pastoril, especialmente adequado ao pano de fundo pastoril de boa porção da população judaíta. Ela foi costurada a partir da memória, fragmentos de costumes antigos, lendas do nascimento de povos e os interesses suscitados por conflitos contemporâneos[*****]. As muitas fontes e os episódios que foram combinados constituem um testemunho da riqueza das tradições das quais a narrativa bíblica foi extraída – e dos ouvintes diversificados, judaítas e israelitas, aos quais foi dirigida.

Gênesis como preâmbulo?

Embora as narrativas do Gênesis girem em torno de Judá – e se foram escritas no século VII AEC, perto da época da compilação da história deuteronomista –, como pode ser que elas estejam tão distantes das ideias deuteronomistas, como as da centralização do culto e da centralidade de Jerusalém? Elas até parecem promover lugares de culto no norte como Betel e Siquém e descrevem o erguimento de altares em muitos lugares diferentes de Jerusalém. Talvez devamos ver nisso uma tentativa de apresentar as tradições patriarcais como uma espécie de pré-história piedosa, anterior a Jerusalém, anterior à monarquia, anterior ao Templo, quando os pais das nações foram monoteístas, mas ainda podiam sacrificar em outros lugares. O retrato dos patriarcas como pastores ou criadores de gado pode de fato ter pretendido criar uma atmosfera de antiguidade remota aos estágios formativos da sociedade que

só recentemente desenvolveu uma consciência nacionalista clara.

O significado de tudo isso é que tanto J do Pentateuco e a História Deuteronomista foram escritos no século VII AEC em Judá, em Jerusalém, quando não existia mais o Reino do Norte de Israel. As ideias, as narrativas básicas e até os personagens por trás das duas composições provavelmente eram amplamente conhecidos. A fonte J descreve a história bem antiga dessa nação, enquanto a História Deuteronomista trata dos eventos de séculos mais recentes, com ênfase especial na ideia pan-israelita, na proteção divina da linhagem davídica e na centralização do culto no Templo em Jerusalém.

A grande genialidade dos criadores dessa epopeia nacional no século VII foi a maneira como eles entremearam as narrativas antigas sem despi-las de sua humanidade ou individualidade. Abraão, Isaac e Jacó permanecem, ao mesmo tempo, retratos espirituais vívidos e os ancestrais metafóricos do povo de Israel. E os doze filhos de Jacó foram trazidos para dentro da tradição com membros juniores de uma genealogia mais completa. Na arte da narrativa bíblica, os filhos de Abraão, Isaac e Jacó foram de fato convertidos em uma única família. O que os uniu foi a força da lenda – de um modo muito mais poderoso e atemporal do que poderiam ter feito as aventuras fugazes de uns poucos indivíduos históricos arrebanhando ovelhas nas terras altas de Canaã.

---

[*]. Em vez de “até que venha o leão, a quem”, a tradução inglesa traz “até que ele venha a quem ele pertence; e a ele” [N.T.].

[**]. É importante notar que uma parte desse material genealógico em Gênesis, como, p. ex., as listas dos filhos de Ismael, pertence à fonte P, que é datada, de modo geral, na época pós-exílica. Enquanto alguns especialistas argumentam que P possui um estrato monárquico tardio e, por isso, pode muito bem refletir interesses e realidades de Judá no século VII, é possível que algumas alusões também reflitam realidades do século VI AEC. Porém, não há nenhum caso de uma explicação convincente para a menção de todos esses povos habitantes do deserto nas genealogias dos patriarcas, exceto como tentativas literárias tardias de incorporá-las de modo sistemático na primeira fase da história de Israel.

[***]. Outro exemplo da unificação das tradições do norte e do sul sob a supremacia judaíta é a localização dos túmulos dos patriarcas. Esse lugar sagrado – onde Abraão e Isaac (heróis do sul), bem como Jacó (um herói do norte) foram sepultados – está localizado em Hebron, tradicionalmente a segunda cidade mais importante na região montanhosa de Judá. A história da compra do túmulo dos patriarcas geralmente é atribuída à Fonte Sacerdotal (P), que parece ter mais de um estrato composicional. Se essa tradição teve origem no período monárquico tardio (embora sua versão final seja posterior), trata-se de uma expressão clara da centralidade de Judá e de sua superioridade em relação ao norte. A transação específica da terra descrita na história possui fortes paralelos no período neobabilônico – outro indício das realidades tardias subjacentes às narrativas sobre os patriarcas.

[****]. Já que a Fonte Sacerdotal (P) no Pentateuco é datada pela maioria dos especialistas em tempos pós-exílicos e a redação final do Pentateuco foi empreendida também nesse período, deparamo-nos com uma questão séria ao perguntar se podemos identificar também um estrato pós-exílico nas histórias do Gênesis. De muitos modos, as necessidades da comunidade pós-exílica foram bastante similares às do Estado monárquico tardio. Contudo, como tentamos demonstrar aqui, o quadro básico e a elaboração inicial das narrativas sobre os patriarcas apontam claramente para uma origem no século VII.

[*****]. As ambições territoriais de Judá do século VII ao reclamar as terras israelitas conquistadas pelos assírios também ganham expressão nas tradições de Abraão. Na narrativa da grande guerra em Gênesis 14, Abraão persegue os reis mesopotâmicos que capturaram seu sobrinho Ló, acossando-os por todo o caminho até Damasco e Dã (14,14-15). Nesse ato, ele liberta seu parente da escravidão mesopotâmica e expulsa as forças estrangeiras do que futuramente seria a fronteira norte do reino de Israel. Igualmente relevante para as ambições territoriais de Judá nesse período é o enfoque especial posto nas tribos de "José" – Efraim e Manassés – e a mensagem incisiva de que os israelitas devem se manter separados dos cananeus, nas narrativas sobre os patriarcas. A agenda imediata de Judá após a queda do Reino do Norte foi a expansão para os territórios que haviam pertencido aos israelitas nas terras altas diretamente ao norte de Judá – principalmente os territórios de Efraim e Manassés. Depois de destruírem Samaria, os assírios assentaram deportados da Mesopotâmia nos territórios do Reino do Norte vencido. Alguns foram assentados na região de Betel, perto da fronteira norte de Judá. A ideia pan-israelita teve de levar em consideração essa situação de novos "cananeus" vivendo nos territórios que Judá viu como sua herança. As narrativas sobre os patriarcas, que dão forte ênfase na importância do casamento entre parentes e em evitar o casamento com outros povos da terra, também se encaixam perfeitamente nessa situação.

2

O ÊXODO REALMENTE ACONTECEU?

A figura heroica de Moisés confrontando a tirania do faraó, as dez pragas e o êxodo em massa dos israelitas do Egito mantiveram-se no decorrer dos séculos como imagens centrais e inesquecíveis da história bíblica. Pela mão de um líder – não um pai – divinamente guiado, que representou a nação diante de Deus e Deus diante da nação, os israelitas navegaram pelo curso quase impossível do estado de escravidão sem esperança de volta para os limites de sua Terra Prometida. Essa história da libertação dos israelitas da escravidão é tão importante que os livros bíblicos do Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio – inteiros quatro quintos das escrituras centrais de Israel – são dedicados aos eventos momentosos experimentados por uma única geração em pouco mais de quarenta anos. Durante esses anos ocorreram os milagres da sarça ardente, das pragas, da divisão das águas do Mar Vermelho, da aparição do maná no deserto e da revelação da Lei de Deus no Sinai, todos eles sendo manifestações visíveis do domínio de Deus tanto sobre a natureza quanto sobre a humanidade. O Deus de Israel, anteriormente conhecido apenas por suas revelações privadas aos patriarcas, revela-se aqui a uma nação como divindade universal.

Porém, isso é história? A arqueologia pode ajudar-nos a identificar a época em que um líder chamado Moisés mobilizou seu povo para o grande ato de libertação? Podemos retraçar o trajeto do êxodo e da peregrinação pelo deserto? Podemos inclusive determinar se o êxodo algum dia ocorreu – como descrito na

Bíblia? Duzentos anos de escavação intensiva e estudo dos restos da civilização egípcia antiga forneceram uma cronologia detalhada dos eventos, das personalidades e dos lugares dos períodos faraônicos. Até mais do que ocorre nas descrições das histórias sobre os patriarcas, a narrativa do êxodo contém uma profusão de referências geográficas detalhadas e específicas. Estas conseguem fornecer um pano de fundo histórico confiável para a grande epopeia da fuga dos israelitas do Egito e o recebimento da Lei no Sinai?

Israel no Egito: a saga bíblica

A história do êxodo descreve duas transições momentosas, cuja conexão é crucial para o curso subsequente da história israelita. Por um lado, os doze filhos de Jacó e suas famílias, vivendo em exílio no Egito, cresceram a ponto de se tornarem uma grande nação. Por outro, essa nação passou por um processo de libertação e comprometimento com a lei divina que teria sido impossível antes disso. Assim, a mensagem da Bíblia destaca o poder potencial da nação piedosa unida quando ela começa a reclamar sua liberdade até mesmo diante do maior dos reinos da terra.

O palco estava montado para essa metamorfose espiritual dramática no final do Livro do Gênesis, quando os filhos de Jacó viviam com segurança sob a proteção do seu irmão José, que havia chegado ao poder com um oficial influente na hierarquia egípcia. Eles eram prósperos e estavam contentes nas cidades do delta oriental do Nilo e podiam transitar livremente entre o lugar atual e sua terra natal em Canaã. Após a morte do seu pai, Jacó, eles trouxeram seu corpo até o túmulo que havia sido preparado para ele – ao lado do seu pai Isaac e do avô Abraão na caverna de Macpela em Hebron. E durante um período de quatrocentos e trinta anos, os descendentes dos doze irmãos e suas famílias imediatas evoluíram a ponto de se tornarem uma grande nação – exatamente como Deus prometera – e eram conhecidos pela população egípcia como hebreus. “[Os israelitas] multiplicaram-se e tornaram-se cada vez mais

poderosos, de modo que o país ficou repleto deles" (Êxodo 1,7). Mas os tempos mudaram e acabou assumindo o poder um novo faraó "que não tinha conhecido José". Temendo que os hebreus fossem trair o Egito com um de seus inimigos, esse novo faraó escravizou-os, forçando-os a formar equipes de construção para edificar as cidades reais de Pitom e Ramsés. "Mas quanto mais os oprimiam, tanto mais cresciam e se multiplicavam" (Êxodo 1,12). O círculo vicioso da opressão continuou a aprofundar-se: os egípcios tornaram a vida dos hebreus cada vez mais amarga na medida em que os forçaram ao trabalho pesado "do preparo do barro e tijolos, com toda sorte de serviços no campo" (Êxodo 1,14).

Temendo a explosão populacional desses perigosos trabalhadores imigrantes, o faraó ordenou que todas as crianças hebreias do sexo masculino fossem afogadas no Nilo. Contudo, essa medida desesperada deu origem ao instrumento da libertação dos hebreus. Uma criança da tribo de Levi – lançado ao rio em um cesto de juncos – foi encontrada e adotada por uma das filhas do faraó. Ela foi chamada de Moisés (da raiz hebraica "puxar para fora" da água) e cresceu na corte real. Anos depois, quando Moisés já se tornara adulto, ele viu um feitor egípcio espancando um escravo hebreu e seus mais profundos sentimentos afloraram. Ele matou o feitor e "enterrou-o na areia". Temendo as consequências de seu ato, Moisés fugiu para o deserto – para a terra de Madiã –, onde adotou uma nova vida como nômade do deserto. E foi no curso de sua peregrinação como pastor solitário nas proximidades do Horeb, "o monte de Deus", que ele recebeu a revelação que mudaria o mundo.

De dentro das chamas brilhantes e cintilantes de um arbusto do deserto, que estava ardendo, mas não se consumia, o Deus de Israel revelou-se para Moisés como o libertador do povo de Israel. Ele proclamou que os libertaria dos seus feitores e os levaria para uma vida de liberdade e segurança na Terra Prometida. Deus identificou-se como o Deus de Abraão, Isaac e Jacó – e revelou então também a Moisés seu nome misterioso e místico, YHWH, "Eu sou aquele que sou". E ele encarregou solenemente Moisés, com a assistência do seu irmão

Aarão, de retornar ao Egito para confrontar o faraó com a demonstração de milagres e exigir a liberdade para a casa de Israel.

Porém, o coração do faraó se endureceu e ele respondeu a Moisés intensificando o sofrimento dos escravos hebreus. Diante disso, Deus instruiu Moisés a ameaçar o Egito com uma série de pragas terríveis, caso o faraó continuasse a recusar uma resposta positiva à injunção divina "Deixa meu povo partir" (Êxodo 7,16). O faraó não cedeu e as águas do Nilo se converteram em sangue. Primeiro houve uma infestação de rãs, depois enxames de mosquitos e, por fim, de moscas-varejeiras que invadiram todo o país. Uma doença misteriosa dizimou o gado dos egípcios. A pele destes, assim como o couro dos animais sobreviventes, ficaram tomados de tumores e pústulas. O granizo caiu do céu e arruinou as colheitas. E, no entanto, o faraó ainda se recusou a ceder. Então, as pragas dos gafanhotos e da escuridão se abateram sobre o Egito – e, por fim, a terrível praga da matança do primogênito, tanto humano quanto animal, de toda a terra do Nilo.

Com o objetivo de proteger o primogênito israelita, Deus instruiu Moisés e Aarão a preparar a congregação de Israel para um sacrifício especial de cordeiros, cujo sangue deveria ser passado no quadro da porta de cada residência israelita, de modo que cada uma dessas seria ignorada na noite da matança dos filhos egípcios. Ele também os instruiu a preparar provisões de pão sem fermento para uma saída apressada. Depois que o faraó testemunhou o alto preço da décima praga, do assassinato do primogênito, incluindo o seu próprio, ele finalmente cedeu, ordenando aos israelitas que pegassem suas manadas e seus rebanhos e fossem embora.

Assim, a multidão de Israel, perfazendo "uns seiscentos mil homens a pé, sem contar mulheres e crianças" (Êxodo 12,37), partiu das cidades do delta ocidental na direção do Deserto do Sinai. Porém, "quando o faraó deixou sair o povo, Deus não o guiou pelo caminho da terra dos filisteus, embora mais curto. Pois Deus disse: 'Para que o povo, diante de um combate, não se arrependa e volte para o

Egito'. Porém, Deus fez o povo dar uma volta pela rota do deserto do Mar Vermelho" (Êxodo 13,17-18). E quando o faraó, arrependendo-se de sua decisão, enviou uma força de "seiscentos carros escolhidos e todos os carros do Egito" ao encalço dos israelitas em fuga, as águas do Mar Vermelho se repartiram para permitir que os israelitas atravessassem até o Sinai por terra seca. Assim que eles completaram a travessia, as águas erguidas engoliram os perseguidores egípcios em um milagre inesquecível, que foi comemorado no Cântico do Mar (Êxodo 15,1-18).

Guiada por Moisés, a multidão israelita atravessou o deserto, seguindo um itinerário cuidadosamente registrado de lugares nos quais eles passaram sede, fome e murmuraram sua insatisfação, mas foram tranquilizados e alimentados pela intercessão de Moisés junto a Deus. Por fim, chegando ao monte de Deus, onde Moisés havia recebido sua primeira grande revelação, o povo de Israel se congregou enquanto Moisés escalou o cume do monte para receber a Lei sob a qual os israelitas recentemente libertados deveriam viver para sempre. Embora a congregação no sopé do Sinai tenha sido manchada pelo culto prestado pelos israelitas ao bezerro de ouro enquanto Moisés estivera no monte (e de raiva Moisés quebrou o primeiro conjunto de tábuas de pedra), Deus transmitiu ao povo por meio de Moisés os Dez Mandamentos e, depois, a complexa legislação de culto, pureza e leis alimentares. A partir daquele momento, a sagrada Arca da Aliança, contendo as tábuas da Lei de Deus, seria a bandeira de batalha e o símbolo nacional mais sagrado, que acompanharia os israelitas em todas as suas migrações.

Levantando acampamento no Deserto de Farã, os israelitas enviaram espiões para reunir informações sobre o povo de Canaã (Números 13). Porém, aqueles espiões voltaram com relatos tão assustadores sobre o poderio dos cananeus e as enormes fortificações de suas cidades que a multidão dos israelitas desanimou e se rebelou contra Moisés, pedindo para retornar ao Egito, onde pelo menos sua segurança física poderia ser assegurada. Vendo isso, Deus determinou que a

geração que conheceu a escravidão no Egito não viveria para herdar a Terra Prometida, e os israelitas tiveram de continuar peregrinando pelo deserto por mais quarenta anos. Por essa razão, eles não entraram diretamente em Canaã, mas por uma rota sinuosa passando por Cades-Barneia e entrando pelo Arabá, atravessando as terras de Edom e Moab até o oriente do Mar Morto.

O ato final da narrativa do êxodo teve lugar nas planícies de Moab na Transjordânia, defronte da Terra Prometida. Moisés agora ancião revelou aos israelitas toda a extensão das leis que teriam de obedecer se fossem realmente herdar Canaã. Esse segundo código legal está contido no Livro do Deuteronômio (denominado assim a partir da palavra grega *deuteronómion*, "segunda lei"). Ele detalhou os perigos mortais da idolatria, fixou o calendário festivo, listou uma ampla gama de legislação social e dispôs que, uma vez conquistada a terra, o Deus de Israel deveria ser cultuado em um único santuário, "o lugar que o SENHOR teu Deus tiver escolhido" (Deuteronômio 26,2). Então, depois de ter indicado Josué, filho de Nun, para liderar os israelitas em sua campanha de rápida conquista, Moisés subiu ao cume do Monte Nebo e morreu aos 120 anos de idade. A transição da família para a nação estava completa. A nação passou a enfrentar o incrível desafio de cumprir seu destino dado por Deus.

A fascinação do Egito

Uma coisa é certa. A situação básica descrita na saga do êxodo – o fenômeno dos imigrantes descendo ao Egito vindos de Canaã e assentando-se nas regiões fronteiriças orientais do delta – foi verificado abundantemente nos achados arqueológicos e nos textos históricos. Desde as épocas mais antigas de que se tem registro durante toda a Antiguidade, o Egito acenou como um lugar de refúgio e segurança para os povos de Canaã nos tempos em que a seca, a fome ou a guerra tornou a vida insuportável ou mesmo difícil. Essa relação histórica está baseada nos contrastes ambientais e climáticos básicos entre Egito e Canaã, as duas terras vizinhas separadas pelo Deserto do Sinai. A terra de Canaã, com um clima típico

do Mediterrâneo, é seca no verão e obtém sua chuva somente no inverno, podendo haver grande variação de quantidade de chuva de um ano para outro. Pelo fato de a agricultura em Canaã ser tão dependente do clima, anos de pluviosidade abundante traziam prosperidade, mas anos de baixa precipitação costumavam resultar em seca e fome. Assim, as vidas dos povos de Canaã eram profundamente afetadas pelas flutuações entre anos de alta, média e baixa pluviosidade, que se traduziam diretamente em anos de prosperidade, dificuldades ou fome total. E, em tempos de fome severa, havia somente uma solução: descer até o Egito. O Egito não dependia da pluviosidade, mas recebia sua água do Nilo.

Havia anos bons e anos ruins no Egito também – determinados pela flutuação do nível da estação de cheia do Nilo, devido aos padrões muito diferenciados de pluviosidade em suas fontes na África Central e nos planaltos da Etiópia –, mas raramente havia fome total. O Nilo, mesmo quando seu nível estava baixo, ainda era uma fonte de água confiável para a irrigação e, de qualquer modo, o Egito era um Estado bem-organizado, e, em consequência, estava preparado para anos melhores ou piores mediante o armazenamento de cereal em depósitos do governo. O delta do Nilo, em particular, apresentou uma paisagem bem mais convidativa na Antiguidade do que aparenta hoje. Hoje, devido ao assoreamento e à mudança geológica, o Nilo se divide em apenas dois braços principais um pouco ao norte do Cairo. Porém, uma ampla variedade de fontes antigas, incluindo dois mapas do período romano-bizantino, reportam que o Nilo outrora se dividia em nada menos que *sete* braços, criando uma vasta área de terra bem irrigada. O braço mais oriental se estendia pelo que hoje é a zona pantanosa, salgada e árida do noroeste do Sinai. E canais artificiais partiam desse braço, levando água fresca para toda aquela área, transformando o que agora são os pântanos áridos e salgados da área do Canal de Suez em terra verdejante, fértil, densamente habitada. Tanto o braço oriental do Nilo quanto os canais artificiais foram identificados em anos recentes pelos estudos geológicos e

topográficos feitos no delta e no deserto a leste dele.

Há boas razões para crer que, em tempos de fome em Canaã – exatamente como descreve a narrativa bíblica –, tanto pastores quanto fazendeiros iriam ao Egito para fixar residência no delta oriental e desfrutar de sua fertilidade confiável. Contudo, a arqueologia forneceu um quadro bem mais nuançado das grandes comunidades de semitas que, na Idade do Bronze, vieram da região sul de Canaã para fixar residência no delta por uma ampla variedade de razões e obtiveram diferentes graus de êxito. Alguns deles foram recrutados como trabalhadores sem terra para a construção de obras públicas. Em outros períodos, eles podem ter vindo simplesmente porque o Egito lhes ofereceu a perspectiva de comércio e melhores oportunidades econômicas. A famosa pintura tumular de Beni Hasan do Médio Egito, datada do século XIX AEC, retrata um grupo que descia da Transjordânia para o Egito com animais e bens – presumivelmente na condição de comerciantes e não na de trabalhadores recrutados. Outros cananeus no delta podem ter sido levados para lá pelos exércitos dos faraós como prisioneiros de guerra, capturados em campanhas punitivas contra cidades-Estado rebeldes de Canaã. Sabemos que alguns eram destinados como escravos para cultivar terras de templos. Alguns encontraram uma maneira de ascender na escala social e acabaram se tornando funcionários do governo, soldados e até sacerdotes.

Esses padrões demográficos ao longo do delta oriental – de povos asiáticos que imigraram no Egito para serem recrutados para trabalhos forçados no delta – não estão restritos à Idade do Bronze. Eles refletem, muito antes, os ritmos antiquíssimos da região, incluindo séculos tardios da Idade do Ferro, mais próximos da época em que a narrativa do êxodo foi posta por escrito.

Ascensão e queda dos hicsos

O conto da ascensão de José a uma posição de proeminência no Egito, como narrada no Livro do Gênesis, é a mais famosa das narrativas de imigrantes

cananeus que ascenderam ao poder no Egito, mas há outras fontes que oferecem essencialmente o mesmo quadro – do ponto de vista egípcio. A mais importante delas foi escrita pelo historiador egípcio Maneto no século III AEC; ele registrou uma extraordinária história de sucesso de um imigrante, só que, a partir de sua perspectiva egípcia patriótica, ela equivaleu a uma tragédia nacional. Baseando seus relatos em "livros sagrados" não nomeados e "contos e lendas populares", Maneto descreveu uma invasão maciça e brutal do Egito por estrangeiros vindos do leste, chamados por ele de hicsos, uma forma grega enigmática de uma palavra egípcia que ele traduziu como "reis pastores", mas que realmente significa "dominadores de terras estrangeiras". Maneto relatou que os hicsos se estabeleceram no delta, em uma cidade chamada Aváris. E eles fundaram ali uma dinastia que dominou o Egito com grande crueldade por mais de quinhentos anos.

Nos primeiros anos da pesquisa moderna, os especialistas identificaram os hicsos com os reis da décima quinta dinastia do Egito, que reinaram de cerca de 1670 a 1570 AEC. Os especialistas mais antigos assumiram o relato de Maneto muito literalmente e buscaram evidência de uma nação estrangeira poderosa ou de um grupo étnico que veio de longe para invadir e conquistar o Egito. Estudos subsequentes mostraram que as inscrições e os selos que traziam os nomes de governantes hicsos eram semíticos ocidentais – em outras palavras, cananeus. Escavações arqueológicas recentes no delta oriental do Nilo confirmaram essa conclusão e indicaram que a "invasão" dos hicsos foi um processo gradual de imigração de Canaã para o Egito, mais do que uma campanha militar relâmpago.

A escavação mais importante foi empreendida por Manfred Bietak, da Universidade de Viena, em Tell ed-Daba, um sítio no delta ocidental identificado como Aváris, a capital dos hicsos (Figura 6, p. 66). Escavações feitas ali mostram um crescimento gradual da influência dos cananeus nos estilos de cerâmica, arquitetura e túmulos em torno de 1800 AEC. Na época da décima quinta dinastia, uns 150 anos mais tarde, a cultura do lugar, que acabou se tornando

uma grande cidade, era predominantemente cananeia. Os achados de Tell ed-Daba constituem evidência para um desenvolvimento longo e gradual da presença cananeia no delta e de uma pacífica tomada de poder ali. É uma situação estranhamente similar, pelo menos em suas linhas gerais, à das narrativas das visitas dos patriarcas ao Egito, que culminou com seu assentamento ali. O fato de Maneto, escrevendo quase mil e quinhentos anos mais tarde, descrever uma invasão brutal mais do que uma imigração gradual e pacífica provavelmente deveria ser entendido sobre o pano de fundo de seu próprio tempo, quando as memórias das invasões do Egito pelos assírios, babilônios e persas nos séculos VII e VI AEC ainda estavam dolorosamente vivas na consciência egípcia.

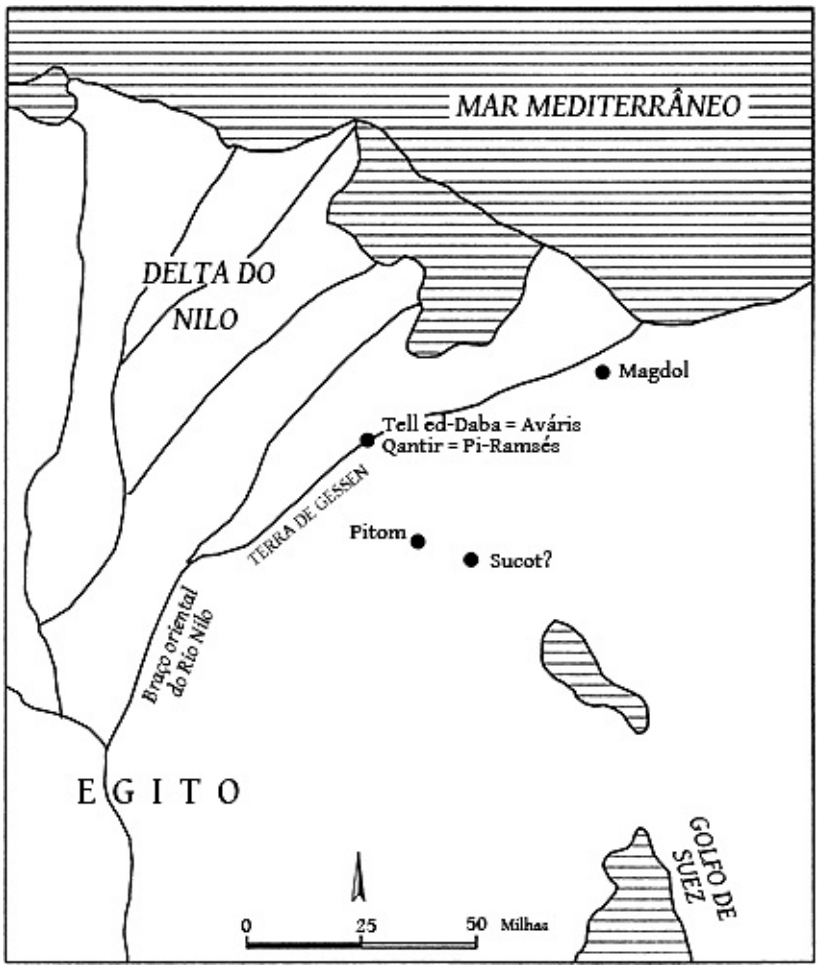


Figura 6: O delta do Nilo: Principais sítios mencionados na história do êxodo

Porém, existe um paralelo ainda mais eloquente entre a saga dos hicsos e a narrativa bíblica dos israelitas no Egito, apesar da drástica diferença de tom entre eles. Maneto descreve como a invasão do Egito pelos hicsos chegou ao fim por obra de um virtuoso rei egípcio que atacou e derrotou os hicsos, "matando muitos deles e perseguindo os que sobraram até as fronteiras da Síria". De fato, Maneto deu a entender que, depois de serem expulsos do Egito, os hicsos fundaram a cidade de Jerusalém e construíram um templo ali. Bem mais confiável é uma fonte egípcia do século XVI AEC que reconta as façanhas do Faraó Amósis, da décima oitava dinastia, que saqueou Aváris e perseguiu os remanescentes dos hicsos até sua principal cidadela no sul de Canaã – Saruen, perto de Gaza –, a qual ele tomou depois de um longo cerco. De fato, em torno

de meados do século XVI AEC, Tell ed-Daba foi abandonada, marcando o fim súbito da influência cananeia ali.

Assim, fontes arqueológicas e históricas independentes contam a respeito de migrações de semitas de Canaã até o Egito e a respeito dos egípcios expulsando-os à força. O quadro básico de imigração e retorno violento a Canaã é paralelo ao relato bíblico do Êxodo. Duas questões-chave permanecem: em primeiro lugar, quem eram esses imigrantes semíticos? E, em segundo lugar, como se enquadra a data de sua estadia no Egito na cronologia bíblica?

Conflito de datas e reis

A expulsão dos hicsos geralmente é datada, com base nos registros egípcios e a evidência arqueológica de cidades destruídas em Canaã, em torno de 1570 AEC. Como mencionamos no último capítulo, ao discutir a datação da era dos patriarcas, 1 Reis 6,1 conta-nos que o início da construção do Templo no quarto ano do reinado de Salomão aconteceu 480 anos após o êxodo. A correlação entre as datas de reinado dos reis israelitas e fontes externas egípcias e assírias situaria o êxodo mais ou menos em 1440 AEC. Isso é mais de cem anos depois da data da expulsão dos hicsos pelos egípcios, em torno de 1570 AEC. Porém, há uma complicação ainda mais séria. A Bíblia fala explicitamente dos projetos de trabalhos forçados dos filhos de Israel e menciona, em particular, a construção da cidade de Ramsés (Êxodo 1,11). Esse nome é inconcebível no século XV AEC. O primeiro faraó chamado Ramsés subiu ao trono somente em 1320 AEC – mais de um século após a data bíblica tradicional. Como resultado disso, muitos especialistas tenderam a dispensar o valor literal da datação bíblica, dando a entender que a cifra 480 nada mais era que um lapso simbólico de tempo, representando o tempo de vida de doze gerações, cada uma das quais durando os tradicionais quarenta anos. Essa cronologia altamente esquematizada situa a construção do Templo mais ou menos a meio caminho do final do primeiro exílio (no Egito) e o final do segundo exílio (na Babilônia).

Contudo, a maioria dos especialistas encarou a referência bíblica específica ao nome de Ramsés como um detalhe que preservou a memória histórica autêntica. Em outras palavras, eles argumentam que o êxodo deve ter ocorrido no século XIII AEC. E que haveria outros detalhes específicos da narrativa bíblica do êxodo que apontam para a mesma época. Em primeiro lugar, fontes egípcias relatam que a cidade de Pi-Ramsés ("A casa de Ramsés") foi construída no delta nos dias do grande rei egípcio Ramsés II, que governou entre 1279-1213 AEC e que aparentemente os semitas foram empregados em sua construção. Em segundo e talvez mais importante lugar, a menção mais antiga de Israel em um texto extrabíblico foi encontrada no Egito na estela que descreve a campanha do Faraó Merneptá – o filho de Ramsés II – em Canaã bem no final do século XIII AEC. A inscrição conta a respeito de uma campanha destrutiva do Egito contra Canaã, no decurso da qual um povo chamado Israel foi dizimado a ponto de o faraó vangloriar-se de que de Israel "não ficou semente!" A vanglória claramente foi vazia, mas ela indicou que, naquele tampo, já havia em Canaã algum grupo conhecido como Israel. De fato, dúzias de assentamentos vinculados aos primeiros israelitas apareceram na região montanhosa de Canaã por volta daquela época. Assim, os especialistas argumentaram que, se houve mesmo um êxodo histórico, ele deve ter ocorrido no final do século XIII AEC.

A estela de Merneptá contém a primeira ocorrência do nome "Israel" dentre todos os textos antigos que sobreviveram. Isso, por sua vez, suscita as seguintes perguntas básicas: Quem foram os semitas no Egito? Eles podem ser considerados israelitas de alguma maneira que faça sentido? Não foi encontrada nenhuma menção do nome "Israel" em quaisquer inscrições ou documentos associados ao período dos hicsos. Ele tampouco é mencionado em inscrições egípcias posteriores nem em um arquivo cuneiforme extenso do século XIV AEC encontrado em Tell el-Amarna no Egito, cujas aproximadamente quatrocentas cartas descrevem detalhadamente as condições sociais, políticas e demográficas em Canaã naquele tempo. Como argumentaremos em capítulo posterior, os

israelitas só gradualmente emergiram como um grupo distinto em Canaã, começando no final do século XIII AEC. Não há evidência arqueológica identificável da presença israelita no Egito imediatamente antes daquele tempo.

Um êxodo em massa era mesmo possível na época de Ramsés II?

Sabemos agora que a solução para o problema do êxodo não é tão simples quanto enfileirar datas e reis. A expulsão dos hicsos do Egito em 1570 AEC inaugurou um período em que os egípcios se tornaram extremamente cautelosos em relação a incursões de estrangeiros em suas terras. E o impacto negativo das memórias dos hicsos simboliza um estado de espírito que também deve poder ser visto nos restos arqueológicos. Só em anos recentes ficou claro que, a partir da época do Novo Império, começando após a expulsão dos hicsos, os egípcios passaram a exercer um controle mais rígido sobre o fluxo de imigrantes de Canaã para o delta. Eles estabeleceram um sistema de fortes ao longo da fronteira oriental do delta e os guarneceram com tropas e administradores. Um papiro do final do século XIII registra o rigor com que os comandantes dos fortes monitoravam os movimentos dos estrangeiros: "Completamos o ingresso das tribos dos Shasu [i. é, beduínos] edomitas pela fortaleza de Merneptá-Contente-com-a-Verdade, que está em *Tjkw*, até os poços de *Pr-Itm* que [estão] em *Tjkw* para o sustento dos seus rebanhos".

Esse relatório é interessante em outro sentido: ele nomina dois dos mais importantes sítios mencionados na Bíblia em conexão com o Êxodo (Figura 6). *Sucot* (Êxodo 12,37; Números 33,5) provavelmente é a forma hebraica do nome egípcio *Tjkw*, a nome que se refere a um lugar ou uma área no delta oriental que aparece nos textos egípcios a partir da época da décima nona dinastia, a dinastia de Ramsés II. *Pitom* (Êxodo 1,11) é a forma hebraica de *Pr-Itm* – "Casa [i. é, Templo] do Deus Atum". Esse nome aparece pela primeira vez na época do Novo Império do Egito. De fato, outros dois topônimos que aparecem na narrativa do êxodo parecem enquadrar-se na realidade do delta oriental na época

do Novo Império. O primeiro, já mencionado por nós, é a cidade chamada Ramsés – Pi-Ramsés ou "A Casa de Ramsés", em egípcio. Essa cidade foi construída no século XIII como a capital de Ramsés II no delta oriental, muito perto das ruínas de Aváris. Trabalho pesado na fabricação de tijolos, como descrito no relato bíblico, era um fenômeno comum no Egito, e uma pintura funerária egípcia do século XV AEC retrata em detalhe esse negócio especializado em construção. Por fim, o nome Magdol, que aparece no relato do êxodo (Êxodo 14,2), é um nome comum no Novo Império para fortes egípcios situados na fronteira oriental do delta e ao longo da estrada internacional que vai do Egito a Canaã no norte do Sinai.

Portanto, a fronteira entre Canaã e Egito era rigorosamente controlada. Se uma grande massa de israelitas em fuga tivesse passado pelas fortificações fronteiriças do regime faraônico, deveria haver um registro. Contudo, nas abundantes fontes egípcias que descrevem o período do Novo Império, de modo geral e o século XIII em particular, não há referência aos israelitas, nem mesmo uma simples alusão. Temos conhecimento de grupos nômades de Edom que ingressaram no Egito vindos do deserto. A estela de Merneptá se refere a Israel como um grupo de pessoas que já viviam em Canaã. Porém, não temos alusão, nenhuma palavra, sobre antigos israelitas *no* Egito: nem em inscrições monumentais em paredes de templos nem em inscrições funerárias em papiros. Israel está ausente como um possível inimigo do Egito, como nação amiga ou como nação escravizada. E simplesmente não há achados no Egito que possam ser diretamente associados com a noção de um grupo étnico estrangeiro distinto (contraposto à concentração de trabalhadores migrantes de muitos lugares) vivendo em uma área distinta do delta oriental, como indicado pelo relato bíblico sobre os filhos de Israel vivendo juntos na Terra de Gessen (Gênesis 47,27).

Há algo mais: a fuga de mais do que um minúsculo grupo do controle egípcio na época de Ramsés II parece altamente improvável, tanto quanto atravessar o deserto e entrar em Canaã. No século XIII, o Egito estava no auge de sua

autoridade – o poder dominante no mundo. O Egito dominava Canaã com mão firme; baluartes egípcios foram construídos em vários lugares do país e funcionários egípcios administravam os negócios da região. As cartas de el-Amarna, datadas de um século antes, nos contam que uma unidade de cinquenta soldados egípcios era suficiente para acalmar agitações em Canaã. E, durante todo o período do Novo Império, grandes exércitos egípcios marcharam através de Canaã até o norte e chegaram até o Eufrates na Síria. Por essa razão, a estrada principal por terra que ia do delta pela costa norte do Sinai até Gaza e depois seguia para o a região central de Canaã era da máxima importância para o regime faraônico.

O trecho potencialmente mais vulnerável da estrada – que cruzava o deserto árido e perigoso do norte do Sinai entre o delta e Gaza – era o mais bem protegido. Um sistema sofisticado de fortes egípcios, celeiros e poços foi estabelecido à distância de um dia de marcha ao longo de todo o percurso da estrada, que era chamada de Caminhos de Hórus. Esses paradouros na estrada permitiam ao exército imperial cruzar a Península do Sinai de modo conveniente e eficiente sempre que necessário. Os anais do grande conquistador egípcio Tutmósis III nos contam que ele marchou com suas tropas do delta oriental até Gaza, uma distância de cerca de 250 quilômetros, em dez dias. Um alto-relevo da época do pai de Ramsés II, o Faraó Seti I (de cerca de 1300 AEC), mostra os fortes e reservatórios de água na forma de um mapa antigo que traça a rota do delta oriental até a fronteira sudoeste de Canaã (Figura 7). Os restos desses fortes foram descobertos no curso de investigações arqueológicas no norte do Sinai por Eliezer Oren da Universidade Ben Gurion, na década de 1970. Oren descobriu que cada um desses paradouros de estrada, correspondendo aproximadamente aos sítios designados no antigo alto-relevo egípcio, compreendiam três elementos: uma fortificação feita de tijolos na típica arquitetura militar egípcia, instalações para armazenamento de provisões e um reservatório de água.

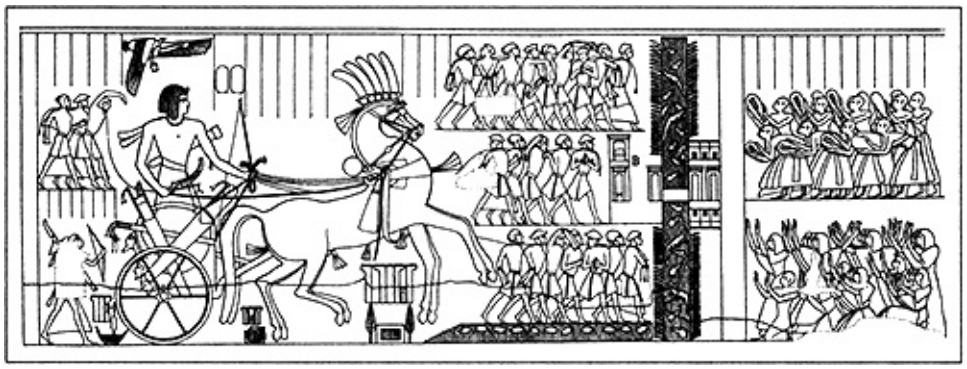


Figura 7: Um alto-relevo da época do Faraó Seti I (cerca de 1300 AEC). Gravado em uma parede do templo de Amon em Carnaque, o alto-relevo retrata a estrada internacional que leva do Egito a Canaã percorrendo a costa norte da Península do Sinai.
Fortes egípcios com reservatórios de água são designados no registro mais baixo.

Quando se descarta a possibilidade de milagres divinamente inspirados, é difícil de aceitar a ideia da fuga de um grande grupo de escravos do Egito, passando pelas fortificações da fronteira fortemente guarnecidas, e indo para o deserto e depois para Canaã na época dessa formidável presença egípcia. Qualquer grupo que escapasse do Egito contra a vontade do faraó teria sido facilmente rastreado não só pelo exército egípcio saindo ao seu encalço a partir do delta, mas também pelos soldados egípcios estacionados nos fortes no norte do Sinai e em Canaã.

De fato, a narrativa bíblica alude ao perigo de tentar fugir pela rota costeira. Assim, a única alternativa seria adentrar as vastidões desoladas da Península do Sinai. Porém, a possibilidade de um grande grupo de pessoas peregrinar pela Península do Sinai também é contradita pela arqueologia.

Migrantes fantasmas?

De acordo com o relato bíblico, os filhos de Israel migraram pelo deserto e pelas montanhas da Península do Sinai, movendo-se pelos arredores e acampando em diferentes lugares por inteiros quarenta anos (Figura 8). Mesmo que a quantidade de israelitas em fuga (dada no texto como seiscentos mil) seja

tremendamente exagerada ou possa ser interpretada como representando unidades menores de gente, o texto descreve a sobrevivência de uma grande quantidade de pessoas sob as mais desafiadoras condições. Alguns vestígios arqueológicos dessa peregrinação pelo Sinai que durou uma geração deveriam ser visíveis. Contudo, excetuando os fortes egípcios ao longo da costa norte, nenhum acampamento ou sinal de ocupação da época de Ramsés II e seus predecessores e sucessores imediatos jamais foi identificado no Sinai. E não foi por falta de tentativa. Reiteradas explorações arqueológicas em todas as regiões da península, incluindo a região montanhosa em torno do sítio tradicional do Monte Sinai, nas proximidades do Mosteiro de Santa Catarina (cf. Anexo B), renderam apenas evidência negativa: nenhum caco de cerâmica, nenhuma estrutura, nenhuma casa, nenhum vestígio de algum acampamento antigo. É possível argumentar que não é de se esperar que um grupo relativamente pequeno de israelitas em migração deixe restos materiais pelo caminho. Porém, as modernas técnicas arqueológicas são bem capazes de rastrear até mesmo os mirrados restos deixados por caçadores-coletores e nômades pastoris em todo o mundo. De fato, o registro arqueológico da Península do Sinai revela evidência de atividade pastoril em períodos como o terceiro milênio AEC os períodos helenístico e bizantino. Simplesmente não há evidência disso para a suposta época do êxodo no século XIII AEC.

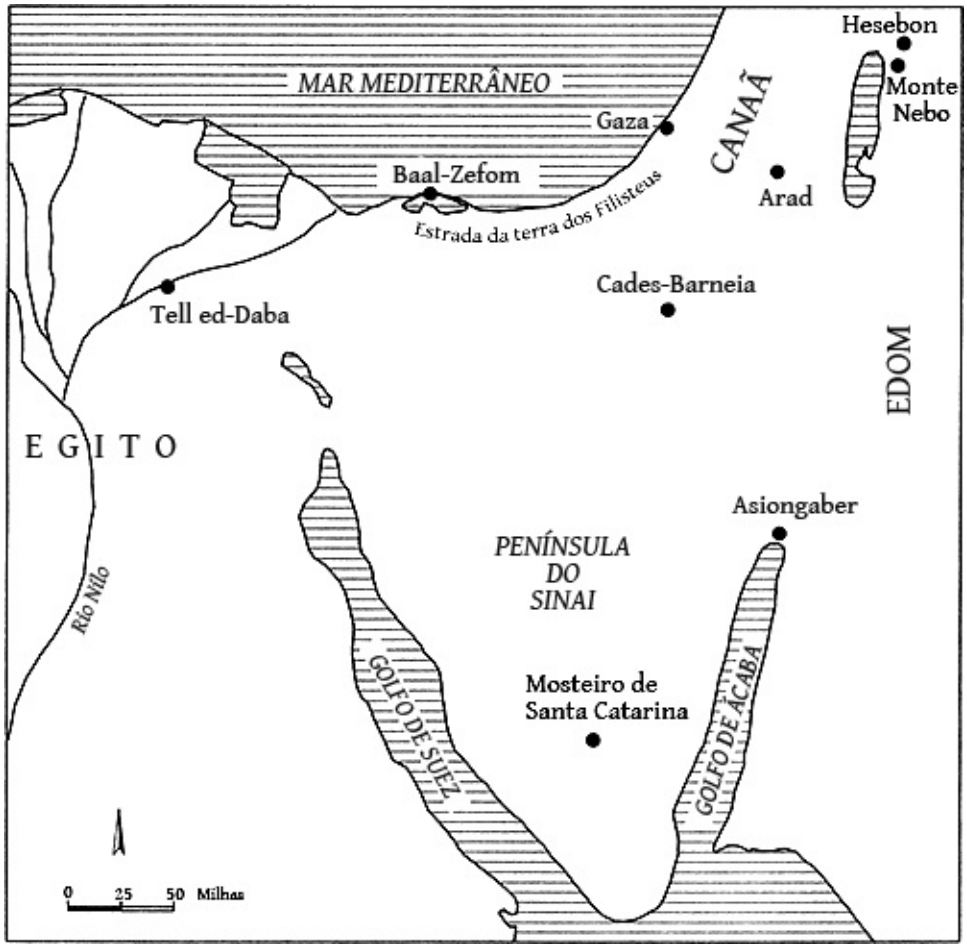


Figura 8: A Península do Sinai, mostrando os principais lugares mencionados na história do êxodo

A conclusão – de que o êxodo não aconteceu na época nem da maneira descrita na Bíblia – parece ser irrefutável quando examinamos a evidência em sítios específicos onde se diz que os filhos de Israel acamparam por períodos extensos durante sua migração pelo deserto (Números 33) e onde é praticamente certo que se encontraria algum indício arqueológico – caso houvesse algum. De acordo com a narrativa bíblica, os filhos de Israel acamparam em Cades-Barneia durante trinta e oito dos quarenta anos de migrações. A localização geral desse lugar está clara com base na descrição da fronteira sul da terra de Israel em Números 34. Ele foi identificado pelos arqueólogos com o oásis amplo e bem irrigado de Ein el-Qudeirat no Sinai Oriental, na fronteira entre o Israel e Egito modernos. O nome Cades provavelmente se preservou no decorrer dos séculos

no nome da fonte menor próxima dali chamada Ein Qadis. Um monte de ruínas com os restos de um forte da Idade do Ferro Tardia localiza-se no centro desse oásis. Contudo, repetidas escavações e explorações por toda aquela área não forneceram nem mesmo a mais tênue evidência de atividade na Idade do Bronze Tardia, nem mesmo um simples caco de cerâmica deixado por um bando de refugiados assustados em fuga.

Asiongaber é outro lugar registrado como acampamento dos filhos de Israel. Sua menção em outras passagens da Bíblia como posterior cidade portuária situada na extremidade norte do Golfo de Ácaba levou a sua identificação por arqueólogos em um monte de ruínas localizado na fronteira moderna entre Israel e Jordão, a meio caminho entre as cidades de Eilat e Ácaba. Escavações feitas ali nos anos 1938-1940 revelaram restos impactantes da Idade do Ferro Tardia, mas nenhum vestígio sequer de ocupação durante o Bronze Tardio. Da longa lista de acampamentos no deserto, Cades-Barneia e Asiongaber são os únicos que podem ser identificados com segurança, mas eles não revelaram vestígios dos israelitas em migração.

E o que dizer de outros assentamentos e povos mencionados no relato das migrações dos israelitas? A narrativa bíblica relata como o rei cananeu de Arad, "que habitava na região do Negueb", atacou os israelitas e levou alguns deles cativos – irando-os a ponto de apelarem para a ajuda divina para destruir todas as cidades cananeias (Números 21,1-3). Quase vinte anos de escavações intensivas no sítio de Tel Arad a leste de Bersabeia revelaram restos da grande cidade da Idade do Bronze Inicial, do tamanho de quase vinte e cinco acres e um forte da Idade do Ferro, mas nenhum resto sequer da Idade do Bronze Tardia, quando o lugar aparentemente esteve abandonado. O mesmo se aplica a todo Vale de Bersabeia. Arad simplesmente não existiu na Idade do Bronze Tardia.

A mesma situação é evidente a leste além do Jordão, onde os israelitas migrantes foram forçados a travar batalha junto à cidade de Hesebon, capital de Seon, rei dos amorreus, que tentou impedir que os israelitas passassem por seu

território no caminho para Canaã (Números 21,21-25; Deuteronômio 2,24-35; Juízes 11,19-21). Escavações no Tel Hesban ao sul de Amã, onde esteve localizada a antiga cidade de Hesebon, mostraram que, no Bronze Tardio, não havia ali cidade nem sequer um pequeno povoado. Mas tem mais. De acordo com a Bíblia, quando os filhos de Israel se deslocaram ao longo do planalto da Transjordânia, eles encontraram e enfrentaram a resistência não só em Moab, mas também dos estados plenamente desenvolvidos de Edom e Amon. Contudo, agora sabemos que o planalto da Transjordânia estava muito esparsamente habitado na Idade do Bronze Tardia. De fato, a maior parte dessa região, incluindo Edom, que é mencionado como um Estado governado por um rei na narrativa bíblica, não era nem mesmo habitada por uma população sedentária naquele tempo. Em termos bem simples, a arqueologia mostrou que não havia reis de Edom ali que os israelitas pudessem encontrar.

O padrão já deve ter ficado claro. Os sítios mencionados na narrativa do êxodo são reais. Alguns poucos eram bem conhecidos e aparentemente estavam ocupados em períodos muito anteriores e muito posteriores – ao do estabelecimento do reino de Judá, quando o texto da narrativa bíblica foi posto por escrito pela primeira vez. Infelizmente para aqueles que buscam pelo êxodo histórico, eles não estavam ocupados precisamente na época em que dizem ter desempenhado um papel nos eventos da migração dos filhos de Israel no deserto.

De volta para o futuro: os rastros do século VII AEC

Assim sendo, onde estamos? Podemos dizer que o êxodo, a migração, e – o mais importante de tudo – a entrega da Lei no Sinai não possuem nem mesmo um cerne de verdade? Tantos elementos históricos e geográficos de tantos períodos podem ter sido inseridos na narrativa do êxodo que é difícil decidir-se por um único período em que algo parecido possa ter ocorrido. Há o ritmo atemporal das migrações para o Egito na Antiguidade. Há o incidente específico da dominação dos hicsos do delta na Idade do Bronze Média. Há os paralelos

sugestivos com elementos da época de Ramsés relativos ao Egito – junto com a primeira menção de Israel (em Canaã, não no Egito). Muitos dos topônimos no Livro do Êxodo, como Mar Vermelho (*Yam Suf* em hebraico), o Rio Sior, no delta oriental (Josué 13,3) e o lugar de parada dos israelitas em Piarot, parecem ter etimologias egípcias. Todos eles estão relacionados com a geografia do êxodo, mas não fornecem uma indicação clara de pertencerem a um período específico na história egípcia.

A vagueza histórica da narrativa do êxodo inclui o fato de que nenhum monarca egípcio específico do Novo Império é mencionado *por nome* (enquanto materiais bíblicos posteriores mencionam os faraós por seus nomes, como, p. ex., Sesac e Necao). A identificação de Ramsés II como o faraó do êxodo decorreu de suposições científicas modernas baseadas na identificação do topônimo Pi-Ramsés com Ramsés (Êxodo 1,11; 12,37). Porém, há alguns vínculos inquestionáveis com o século VII AEC. Por trás da referência vaga ao medo dos israelitas de tomar a rota costeira, não há menção dos fortes egípcios no norte do Sinai ou os seus baluartes em Canaã. A Bíblia pode até refletir a realidade do Novo Império, mas pode também refletir condições posteriores da Idade do Ferro, mais próximas da época em que a narrativa do êxodo foi posta por escrito.

Foi precisamente isso que deu a entender o egiptólogo Donald Redford. Os detalhes geográficos mais evocativos e consistentes da narrativa do êxodo provêm do século VII AEC, durante a grande era de prosperidade do reino de Judá – seis séculos depois do período em que se supõem que ocorreram os eventos do êxodo. Redford simplesmente mostrou como muitos detalhes da narrativa do êxodo podem ser explicados nesse contexto, que também foi o último período de poder imperial do Egito sob os dominadores da vigésima sexta dinastia.

Os grandes reis dessa dinastia, Psamético I (664-610 AEC) e seu filho Necao II (610-595 AEC), espelharam-se bem conscientemente nos faraós bem mais antigos do Egito. Eles atuaram em projetos de construção por todo o delta em

uma tentativa de restaurar as glórias passadas do seu Estado e incrementar seu poder econômico e militar. Psamético estabeleceu sua capital em Sais, no delta ocidental (daí o nome Saite como designação alternativa para a vigésima sexta dinastia). Necao se engajou em um projeto ainda mais ambicioso de obras públicas no delta oriental: cavando um canal através do istmo de Suez visando conectar o Mediterrâneo com o Mar Vermelho através dos afluentes mais orientais do Nilo. A exploração arqueológica do delta oriental revelou o início de algumas dessas extraordinárias atividades de construção pela dinastia Saite – e a presença de uma grande quantidade de colonos estrangeiros ali.

De fato, o período da dinastia Saite nos proporciona um dos melhores exemplos históricos do fenômeno dos estrangeiros que se assentaram no delta do Nilo. Adicionalmente a colônias comerciais gregas, que estavam estabelecidas ali desde a segunda metade do século VII AEC, muitos migrantes de Judá estavam presentes no delta, formando uma grande comunidade em torno do início do século VI AEC (Jeremias 44,1; 46,14). Adicionalmente, as obras públicas inauguradas nesse período combinam bem com os detalhes do relato do Êxodo. Embora um sítio com o nome de Pitom seja mencionado em um texto do final do século XIII AEC, a cidade mais famosa e proeminente de Pitom foi construída no final do século VII AEC. Inscrições encontradas em Tell Maskhuta, no delta oriental, levaram os arqueólogos a identificar esse sítio com a Pitom tardia. Escavações feitas ali revelaram que, excetuando uma curta ocupação na Idade do Bronze Média, esse local não foi ocupado até o período da vigésima sexta dinastia, quando se desenvolveu ali uma cidade significativa. Da mesma forma, Magdol (mencionada em Êxodo 14,2) constitui um título comum para um forte na época do Novo Império, mas uma Magdol específica, muito importante ficou conhecida no delta oriental no século VII AEC. Não é coincidência que o Profeta Jeremias, que viveu no final do século VII e início do século VI AEC, nos fala (44,1; 46,14) de judaítas vivendo no delta, mencionando especificamente Magdol. Por fim, o nome Gessen – para a área em que se estabeleceram os

israelitas no delta oriental (Gênesis 45,10) – não é um nome egípcio, mas um nome semítico. Começando no século VII AEC, os árabes cedaritas se expandiram até a periferia das terras ocupadas do Levante e no século VI chegaram ao delta. Mais tarde, no século V, eles se tornaram um fator dominante no delta. De acordo com Redford, o nome Gessen deriva de Gesem – um nome dinástico na família real cedarita.

O século VII AEC como pano de fundo também é evidente em alguns dos nomes egípcios peculiares mencionados na história de José. Todos os quatro nomes – Safenat Fanec (o grão-vizir do Faraó), Putifar (um funcionário real), Potífera [ou Potifar] (um sacerdote) e Asenet (filha de Potífera) –, embora tenha sido usados ocasionalmente em períodos anteriores da história egípcia, atingiram sua maior popularidade nos séculos VII e VI AEC. Um detalhe adicional, aparentemente incidental, parece favorecer a posição de que a narrativa bíblica integrou muitos detalhes desse período específico: o medo egípcio da invasão pelo Oriente. O Egito nunca foi invadido por aquele lado antes dos ataques da Assíria no século VII. Contudo, na história de José, a tensão dramática é intensificada quando ele acusa seus irmãos, há pouco chegados de Canaã, de serem espiões que vieram para "ver os pontos fracos do país" (Gênesis 42,9). E, na história do Êxodo, o faraó teme que os israelitas de partida colaborarão com algum inimigo. Esses toques dramáticos somente fariam sentido após a grande era do poder egípcio do período de Ramsés, contra o pano de fundo das invasões de um Egito muito debilitado pelos assírios, babilônios e persas nos séculos VII e VI.

Por último, todos os lugares principais que desempenham algum papel na narrativa da migração dos israelitas estavam habitados no século VII; em alguns casos, eles foram ocupados *somente* naquele tempo. Um grande forte foi estabelecido em Cades-Barneia no século VII. Corre um debate sobre a identidade dos construtores do forte – se ele serviu como um posto avançado no sul do reino de Judá junto às rotas do deserto no final do século VII ou se foi

construído no início do século VII sob os auspícios assírios. Contudo, nos dois casos o sítio tão proeminente na narrativa do êxodo como o principal local de acampamento dos israelitas constituiu um importante e talvez famoso posto avançado no deserto no período monárquico tardio. A cidade portuária de Asiongaber, situada no sul, também floresceu nessa época. Da mesma forma, os reinos da Transjordânia constituíram localidades populosas e bem conhecidas no século VII. O caso mais relevante é o de Edom. A Bíblia descreve como Moisés enviou emissários de Cades-Barneia ao rei de Edom pedindo permissão para atravessar seu território no caminho até Canaã. O rei de Edom recusou-se a dar permissão e os israelitas tiveram de contornar seu país. Logo, de acordo com a narrativa bíblica havia um reino em Edom naquele tempo. As investigações arqueológicas indicam que Edom só alcançou a condição de Estado sob os auspícios assírios no século VII AEC. Antes daquele período Edom era uma região marginal esparsamente povoada, habitada principalmente por nômades pastoris. Igualmente importante é que Edom foi destruído pelos babilônios no século VI AEC e a atividade sedentária só seria restabelecida ali em tempos helenísticos.

Todos esses indícios implicam que a narrativa do êxodo alcançou sua forma final durante a época da vigésima sexta dinastia, na segunda metade do século VII e a primeira metade do século VI AEC. As muitas referências a lugares e eventos específicos nesse período bem claramente dão a entender que o autor ou os autores integraram muitos detalhes contemporâneos na história. (Foi exatamente do mesmo modo que manuscritos europeus ilustrados da Idade Média pintaram Jerusalém como uma cidade europeia com torres e ameias para aumentar seu impacto direto sobre os leitores contemporâneos.) Lendas mais antigas e menos formalizadas sobre a libertação do Egito podem ter sido habilmente tramadas em uma poderosa saga que se valeu de paisagens e monumentos familiares. Porém, poderia ser apenas coincidência que os detalhes geográficos e étnicos tanto das histórias sobre a origem dos patriarcas quanto a

narrativa de libertação do Êxodo carregam as marcas de terem sido compostas no século VII AEC? Havia cernes mais antigos da verdade histórica implicados ou as histórias básicas foram compostas pela primeira vez naquele tempo?

Desafiando um novo faraó

Está claro que a saga da libertação do Egito não foi composta como obra original no século VII AEC. Os traços principais da narrativa certamente eram conhecidos muito antes, nas alusões ao êxodo e à migração pelo deserto contidas nos oráculos dos profetas Amós (2,10; 3,1; 9,7) e Oseias (11,1; 13,4) todo um século antes. Ambos compartilham a memória de um grande evento na história, que concerniu à libertação do Egito e ocorreu no passado distante. Porém, que tipo de memória foi essa?

O egiptólogo Donald Redford argumentou que os ecos dos grandes eventos da ocupação do Egito pelos hicsos e sua expulsão violenta do delta ressoaram por séculos, para tornar-se uma memória central, compartilhada do povo de Canaã. Essas narrativas de colonos cananeus estabelecidos no Egito, alcançando o domínio no delta e depois sendo forçados a retornar à sua pátria, poderia ter servido como um foco de solidariedade e resistência na medida em que o controle egípcio sobre Canaã recrudesceu no decurso da Idade do Bronze Tardia. Como veremos, com a assimilação definitiva de muitas comunidades cananeias na nação de Israel que estava se cristalizando, essa imagem poderosa de liberdade pode ter se tornado relevante para uma comunidade em constante crescimento. Durante a época dos reinos de Israel e Judá, a narrativa do êxodo teria durado e sido elaborada como saga nacional – um chamado à unidade nacional em face das contínuas ameaças de grandes impérios.

É impossível dizer se a narrativa bíblica foi ou não foi uma expansão e elaboração de memórias vagas da imigração de cananeus no Egito e sua expulsão do delta no segundo milênio AEC. Contudo, parece evidente que a narrativa bíblica do Êxodo extraiu seu poder não só de tradições antigas e detalhes

geográficos e demográficos contemporâneos, mais ainda mais diretamente de realidades políticas contemporâneas.

O século VII foi uma época de grande reavivamento tanto no Egito quanto em Judá. No Egito, após um longo período de declínio e anos difíceis de sujeição ao Império Assírio, o Rei Psamético I tomou o poder e voltou a transformar o Egito em uma potência internacional importante. Assim que o domínio do Império Assírio começou a desmoronar, o Egito moveu-se para preencher o vácuo político, ocupando territórios que foram dos assírios e estabelecendo o domínio egípcio permanente. Entre 640 e 630 AEC, quando os assírios retiraram suas forças da Filisteia, Fenícia e da área do ex-reino de Israel, o Egito se apossou da maioria dessas regiões e a dominação política pelo Egito tomou o lugar do jugo assírio.

Em Judá, esse foi o tempo do Rei Josias. A ideia de que YHWH acabaria por cumprir as promessas feitas aos patriarcas, a Moisés e ao Rei Davi – de um povo de Israel vasto e unificado vivendo em segurança em sua terra – foi uma visão política e espiritualmente poderosa para os súditos de Josias. Foi o tempo em que Josias embarcou em uma tentativa ambiciosa de tirar vantagem do colapso assírio e unir todos os israelitas sob seu comando. Seu programa foi expandir para o norte de Judá, para os territórios em que ainda viviam israelitas um século depois da queda do reino de Israel e tornar realidade o sonho da gloriosa monarquia unida: um Estado grande e poderoso de todos os israelitas cultuando um só Deus em um só Templo em uma só capital – Jerusalém – e governados por um só rei de linhagem davídica.

As ambições do poderoso Egito de expandir seu império e do minúsculo Judá de anexar territórios do ex-reino de Israel e consolidar sua independência estavam, por conseguinte, em conflito direto. O Egito da vigésima sexta dinastia, com suas aspirações imperiais, estava obstruindo o caminho do cumprimento dos sonhos de Josias. As imagens e memórias do passado passaram a ser a munição no teste da vontade nacional entre os filhos de Israel e o faraó e seus

cocheiros.

Podemos, portanto, ver a composição da narrativa do êxodo de uma perspectiva surpreendentemente nova. Exatamente do mesmo modo que as formas escritas das narrativas sobre os patriarcas entrelaçaram as tradições esparsas das origens a serviço de um reavivamento nacional em Judá no século VII, a história plenamente elaborada do conflito com o Egito – do grande poder do Deus de Israel e do resgate milagroso do seu povo – serviu a um fim político e militar ainda mais imediato. A grande saga de um novo começo e de uma segunda chance deve ter repercutido na consciência dos leitores do século VII, recordando-lhes os seus próprios tempos difíceis e dando-lhes esperança no futuro.

As atitudes em relação ao Egito em Judá no período tardio da monarquia sempre foram uma mistura de reverência e repulsa. De um lado, o Egito sempre forneceu um porto seguro em tempos de fome e um refúgio para fugitivos, sendo percebido como um aliado em potencial contra invasões do norte. Na mesma época, sempre houve suspeita e animosidade em relação ao grande vizinho do sul, cujas ambições desde os tempos mais antigos foram controlar a passagem vital por terra através da terra de Israel na direção norte até a Ásia Menor e a Mesopotâmia. Agora um jovem líder de Judá estava preparado para enfrentar o grande faraó, e antigas tradições advindas de muitas fontes diferentes foram confeccionadas em forma de epopeia singular e arrebatadora que fortaleceu os objetivos políticos de Josias.

Novas camadas seriam acrescentadas à narrativa do êxodo em séculos subsequentes – durante o exílio na Babilônia e depois. Porém, podemos ver agora como se formou a assombrosa composição sob a pressão de um crescente conflito com o Egito no século VII AEC. A saga do êxodo de Israel do Egito não é nem verdade histórica nem ficção literária. É uma poderosa expressão de memória e esperança nascidas em um mundo que estava em meio à mudança. O confronto entre Moisés e o faraó espelhou a momentosa confrontação entre o

jovem Rei Josias e o recentemente coroado Faraó Necao. Reduzir essa imagem bíblica a uma única data é trair o significado mais profundo da história. A Páscoa demonstra que não é um evento único, mas uma experiência continuada de resistência nacional contra as potências que estão aí.

3

A CONQUISTA DE CANAÃ

O destino nacional de Israel só poderia se cumprir na terra de Canaã. O Livro de Josué conta a história da campanha militar relâmpago, durante a qual os poderosos reis de Canaã foram derrotados em batalha e as tribos israelitas herdaram sua terra. É a história da vitória do povo de Deus contra pagãos arrogantes, uma epopeia atemporal da conquista de novas fronteiras e tomada de cidades, na qual os derrotados têm de sofrer as punições capitais de despojamento e morte. É uma vibrante saga de guerra, contendo cenas de heroísmo, astúcia e vingança amarga, e narrada por meio de algumas das histórias mais vívidas da Bíblia – a da derrubada dos muros de Jericó, a da ordem de parar o curso do sol em Gabaon e a da queima da grande cidade cananeia de Hasor. Também é um ensaio geográfico detalhado sobre a paisagem de Canaã e uma explicação histórica de como cada uma das doze tribos israelitas chegou a obter sua tradicional herança territorial dentro da Terra Prometida.

Contudo, se, como vimos, o êxodo israelita não ocorreu da maneira descrita na Bíblia, o que dizer da própria conquista? Os problemas são ainda maiores. Como seria possível a um exército em farrapos, acompanhado de mulheres, crianças e velhos, emergindo do deserto depois de décadas, montar uma invasão efetiva? Como um bando de gente desorganizado como aquele poderia superar as enormes fortalezas de Canaã, com seus exércitos profissionais e suas unidades bem treinadas de carros de combate?

A conquista de Canaã realmente aconteceu? Essa saga central da Bíblia – e da história subsequente de Israel – é história ou mito? A despeito do fato de as

cidades antigas de Jericó, Hai, Gabaon, Laquis, Hasor e quase todas as outras mencionadas na história da conquista terem sido localizadas e escavadas, a evidência de uma conquista histórica de Canaã pelos israelitas é fraca, como veremos. Também nesse caso, a evidência arqueológica pode ajudar a desvencilhar os eventos da história das imagens poderosas de um relato bíblico duradouro.

O plano de batalha de Josué

A saga da conquista começa com o último dos Cinco Livros de Moisés – o Livro do Deuteronômio – quando ficamos sabendo que o grande líder Moisés não viveria para conduzir os filhos de Israel para dentro de Canaã. Como membro da geração que havia experimentado pessoalmente a amargura da vida no Egito, ele também deveria morrer sem ingressar na Terra Prometida. Antes de sua morte e seu sepultamento no Monte Nebo em Moab, Moisés ressaltou a importância de observar as leis de Deus como chave para a conquista vindoura e, de acordo com as instruções de Deus, entregou o comando sobre os israelitas a Josué, seu lugar-tenente de longa data. Após gerações de escravidão no Egito e quarenta anos de migração pelo deserto, os israelitas estavam postados agora bem na fronteira de Canaã, do outro lado do rio defronte da terra em que viveram seus antepassados Abraão, Isaac e Jacó. Deus ordenou então que a terra deveria ser purificada de todos os vestígios de idolatria – e isso implicaria o extermínio completo dos cananeus.

Liderados por Josué – um general brilhante dotado de um senso para a surpresa tática – os israelitas logo estavam marchando de uma vitória para outra na impressionante série de cercos e batalhas campais. Imediatamente do outro lado do Jordão ficava a antiga cidade de Jericó, um lugar que deveria ser tomado se os israelitas quisessem estabelecer um ponto de apoio. Enquanto os israelitas se preparavam para cruzar o Jordão, Josué infiltrou dois espiões em Jericó para obter informações sobre os preparativos do inimigo e a capacidade de resistência

das fortificações. Os espiões retornaram com novidades encorajadoras (dadas a eles por uma prostituta chamada Raab) de que os habitantes do local ficaram com medo diante da notícia da aproximação dos israelitas. O povo de Israel imediatamente cruzou o Jordão com a Arca da Aliança à frente do exército em marcha. A história da subsequente conquista de Jericó quase não precisa ser recontada de tão familiar que é: os israelitas seguiram as ordens de Deus como foram transmitidas a eles por Josué, marcharam solenemente ao redor das altas muralhas da cidade e, no sétimo dia, com o toque ensurdecedor das trombetas de guerra dos israelitas, as poderosas muralhas de Jericó vieram abaixo (Josué 6).

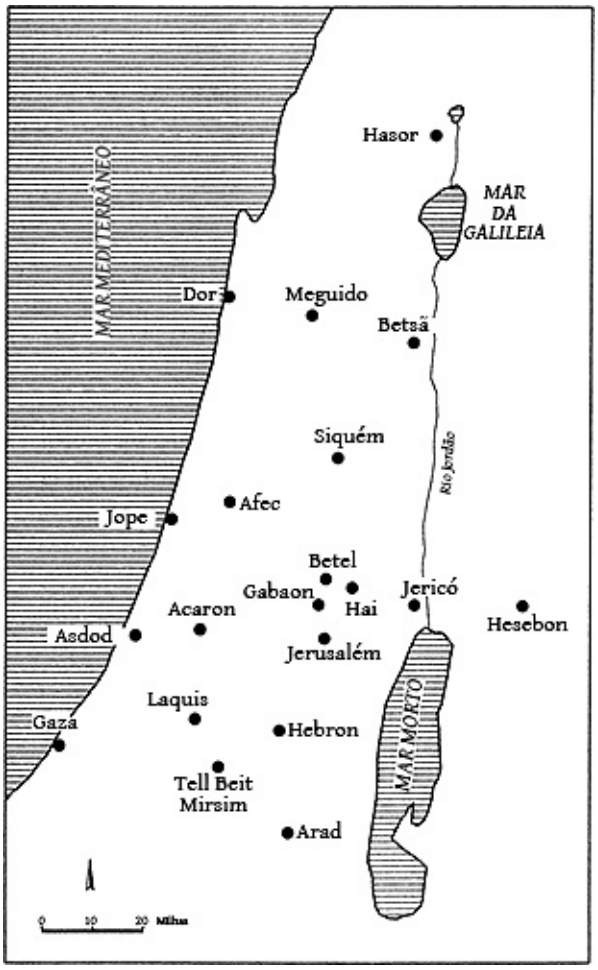


Figura 9: Os principais sítios conectados com as narrativas da conquista

O objetivo seguinte foi a cidade de Hai, perto de Betel, localizada nas terras altas de Canaã em um ponto estratégico de uma das estradas principais que levam do Vale do Jordão à região montanhosa. Dessa vez a cidade foi tomada graças à tática brilhante de Josué, digna dos guerreiros gregos em Troia, mais do que por um milagre. Josué dispôs o principal de suas tropas em campo aberto a leste da cidade, provocando os defensores de Hai; enquanto isso, ele secretamente armou uma emboscada a oeste. E, quando os guerreiros de Hai deixaram a cidade para atacar os israelitas e persegui-los deserto adentro, a unidade escondida na emboscada entrou na cidade indefesa e a incendiou. Josué então deteve a retirada e abateu todos os habitantes de Ai, apossou-se de todo o gado, saqueou a cidade e desonrou o rei de Hai, enforcando-o em uma árvore

(Josué 8,1-29).

Então o pânico começou a espalhar-se entre os habitantes das demais cidades de Canaã. Ouvindo o que acontecera com o povo de Jericó e Hai, os gabaonitas, que habitavam quatro cidades no norte de Jerusalém, enviaram mensageiros a Josué pedindo clemência. Tendo eles insistido serem estrangeiros no país, não nativos (cujo extermínio Deus havia ordenado), Josué concordou em selar a paz com eles. Porém, quando ficou claro que os gabaonitas mentiram e eram de fato nativos da terra, Josué os puniu, declarando que serviriam para sempre os israelitas como "rachadores de lenha e carregadores de água" (Josué 9,27).

As vitórias iniciais dos invasores israelitas em Jericó e nas cidades da região montanhosa central tornaram-se uma fonte imediata de preocupação para os reis mais poderosos de Canaã. Adonisedec, o rei de Jerusalém, rapidamente fez uma aliança militar com o rei de Hebron nas terras altas do sul e com os reis de Jarmut, Laquis e Eglon, nos contrafortes da Sefelá a oeste. Os reis cananeus posicionaram suas forças militares combinadas ao redor de Gabaon, mas em um movimento rapidíssimo, marchando a noite inteira desde o Vale do Jordão, Josué surpreendeu o exército da coalizão de Jerusalém. As forças cananeias fugiram em pânico ao longo da encosta íngreme de Bet-Horon no rumo oeste. Enquanto fugiam, Deus os bombardeou com grandes pedras do céu. De fato, a Bíblia nos diz que "mais numerosos foram os que morreram com a chuva de pedras do que os mortos à espada pelos israelitas" (Josué 10,11). O sol estava se pondo, mas a matança justa não havia terminado; então Josué voltou-se para Deus na presença de todo o exército israelita e pediu que o sol se detivesse até que a vontade divina fosse cumprida. Então,

> O sol parou no meio do céu e não se apressou a pôr-se quase um dia inteiro. Nem antes nem depois houve um dia como aquele, em que o SENHOR obedeceu a um homem, pois o SENHOR combatia em favor de Israel (Josué 10,13-14).

Por fim, os reis em fuga foram capturados e mortos com a espada. Josué, então, deu continuidade à campanha e destruiu as cidades cananeias da região

sul do país, conquistando completamente aquela região para o povo de Israel.

O ato final teve lugar no norte. A coalizão de reis cananeus liderada por Jabin de Hasor, "um povo tão numeroso quanto a areia na praia do mar, com muitíssimos cavalos e carros" (Josué 11,4), enfrentou os israelitas em uma batalha campal na Galileia que terminou com a destruição completa das forças cananeias. Hasor, a cidade mais importante de Canaã, "a capital de todos estes reinos" (Josué 11,10), foi conquistada e incendiada. Assim, com essa vitória toda a Terra Prometida, do deserto no sul até o pico nevado do Monte Hermon no norte, passou a ser posse israelita. A promessa divina fora de fato cumprida. As forças cananeias foram aniquiladas e os filhos de Israel se assentaram para dividir a terra entre as tribos como a herança recebida de Deus.

Uma espécie diferente de Canaã

Como no caso da história do êxodo, a arqueologia desvelou uma drástica discrepância entre a Bíblia e a situação em Canaã na suposta data da conquista, entre 1230 e 1220 AEC[*]. Apesar de sabermos que um grupo chamado Israel esteve presente em algum lugar em Canaã em torno de 1207 AEC, a evidência referente ao panorama político e militar geral de Canaã dá a entender que uma invasão-relâmpago desse grupo teria sido impraticável e extremamente improvável.

Há evidência abundante oriunda de textos egípcios da Idade do Bronze Tardia (1550-1150 AEC) sobre negócios em Canaã, na forma de cartas diplomáticas, listas de cidades conquistadas, cenas de cercos gravadas em paredes de templos no Egito, anais de reis egípcios, obras literárias e hinos. Talvez a mais detalhada fonte de informação sobre Canaã nesse período seja fornecida pelas cartas de Tell el-Amarna. Esses textos representam parte da correspondência diplomática e militar do poderoso Faraó Amenófis III e seu filho Aquenaton, que governaram o Egito no século XIV AEC.

Essas quase quatrocentas tabuletas de Amarna, agora espalhadas em museus ao redor do mundo, incluem cartas enviadas ao Egito por governantes de poderosos estados, como o dos hititas da Anatólia e os regentes da Babilônia. Porém, a maioria foi enviada por governantes de cidades-Estado de Canaã, que eram vassalos do Egito durante esse período. Entre os remetentes figuram governantes de cidades cananeias que mais tarde se tornariam famosas na Bíblia, como Jerusalém, Siquém, Meguido, Hasor e Laquis. Acima de tudo, as cartas de Amarna revelam que Canaã era uma província egípcia, estritamente controlada pela administração egípcia. A capital provincial estava localizada em Gaza, mas havia guarnições egípcias estacionadas em locais-chave por todo o país, como em Betsã ao sul do Mar da Galileia e no Porto de Jope (que hoje faz parte da cidade de Tel Aviv).

Na Bíblia não há notícia de egípcios fora das fronteiras do Egito e nenhum é mencionado em qualquer das batalhas em Canaã. Contudo, os textos contemporâneos e os achados arqueológicos indicam que eles administravam e vigiavam atentamente os negócios do país. Os príncipes das cidades cananeias (descritos no Livro de Josué como poderosos inimigos) eram, na realidade, pateticamente fracos. Escavações mostraram que, nesse período, as cidades de Canaã não eram cidades regulares do tipo que conhecemos da história posterior. Elas eram principalmente baluartes administrativos destinados à elite, à acomodação do rei, de sua família e sua pequena comitiva de burocratas, enquanto os camponeses viviam em pequenos povoados espalhados pela zona rural circundante. A cidade típica tinha somente um palácio, o complexo do templo e poucos outros edifícios públicos – provavelmente residências de altos funcionários, estalagens e outros prédios administrativos. Porém, essas cidades não tinham muralhas. As formidáveis cidades cananeias descritas na narrativa da conquista não eram protegidas por fortificações!

Aparentemente a razão disso foi que, estando o Egito firmemente encarregado da segurança de toda a província, não havia necessidade de

muralhas defensivas maciças. Havia também uma razão econômica para a falta de fortificações na maioria das cidades cananeias. Com a imposição de pesados tributos a serem pagos ao faraó pelos príncipes de Canaã, os pequenos governantes locais podem não ter tido os meios (nem a autoridade) para engajar-se em obras públicas monumentais. De fato, Canaã da Idade do Bronze Tardia foi apenas uma sombra da sociedade próspera que tivera alguns séculos antes, na Idade do Bronze Média. Muitas cidades haviam sido abandonadas e outras diminuíram de tamanho, e a população total não pode ter ultrapassado muito a cifra de cem mil. Uma demonstração da pequena escala dessa sociedade está contida em uma das cartas de Amarna enviada pelo rei de Jerusalém ao faraó, em que aquele pede que este forneça cinquenta homens "para proteger a terra". A escala minúscula das forças desse período é confirmada por outra carta, dessa vez enviada pelo rei de Meguido, que solicita ao faraó o envio de cem soldados para proteger a cidade do ataque do seu vizinho agressivo, o rei de Siquém.

As cartas de Amarna descrevem a situação durante o século XIV AEC, cento e tantos anos antes da suposta data da conquista israelita. Não temos uma fonte de informação tão detalhada sobre negócios em Canaã durante o século XIII AEC. Contudo, não é provável que o Faraó Ramsés II, que reinou durante a maior parte do século XIII, tenha afrouxado a supervisão militar em Canaã. Ele foi um rei forte, possivelmente o mais forte de todos os faraós, e profundamente interessado pelos assuntos estrangeiros.

Outras indicações – tanto literárias quanto arqueológicas – parecem mostrar que, no século XIII AEC, o controle exercido pelo Egito sobre Canaã foi mais forte do que nunca. Quando fosse reportada alguma agitação, o exército egípcio cruzaria o Deserto do Sinai ao longo da costa do Mediterrâneo e marcharia contra as cidades rebeldes ou os povos que estavam causando problemas. Como já foi mencionado, a rota militar no norte do Sinai era protegida por uma série de fortes e suprida com fontes de água fresca. Depois de atravessar o deserto, o exército egípcio podia facilmente desbaratar qualquer força rebelde e impor sua

vontade à população local.

A Arqueologia pôs a descoberto a evidência drástica da extensão da presença egípcia em Canaã. Um baluarte egípcio foi escavado no sítio de Betsã ao sul do Mar da Galileia na década de 1920. Suas várias estruturas e pátios continham estátuas e monumentos com inscrições hieroglíficas da época dos faraós Seti I (1294-1279 AEC), Ramsés II (1279-1213 AEC) e Ramsés III (1184-1153 AEC). A antiga cidade cananeia de Meguido mostrou evidência de forte influência egípcia até o tempo de Ramsés VI, que governou em torno do final do século XII AEC. Isso foi muito depois da suposta conquista de Canaã pelos israelitas.

É extremamente improvável que as guarnições egípcias espalhadas pelo país tivessem permanecido à margem dos acontecimentos enquanto um grupo de refugiados (do Egito) causava estragos em toda a província de Canaã. Ademais, é inconcebível que a destruição de tantas cidades de vassalos leais pelos invasores não tenha deixado absolutamente nenhum vestígio nos extensos registros do Império Egípcio. A única menção independente do nome Israel nesse período – a estela da vitória de Merneptá – anuncia que esse povo de resto obscuro, que vivia em Canaã, tinha sofrido uma derrota esmagadora. Alguma coisa não fecha quando o relato bíblico, a evidência arqueológica e os registros egípcios são postos lado a lado.

Nas pegadas de Josué?

Todavia, há – ou, pelo menos, houve – argumentos contrários à evidência egípcia. Acima de tudo, estava claro que o Livro de Josué não era uma fábula completamente imaginária. Ele reflete acuradamente a geografia da terra de Israel. O curso da campanha militar de Josué seguiu uma ordem geográfica lógica. No início do século XX, alguns especialistas selecionaram sítios que podem ser confiavelmente identificados com o avanço da conquista israelita e começaram a cavar – para ver se encontravam alguma evidência de muralhas caídas, vigas queimadas e destruição indiscriminada.

O personagem mais proeminente nessa busca foi novamente o especialista norte-americano William Foxwell Albright, da Universidade Johns Hopkins em Baltimore, um linguista brilhante, historiador, biblista e arqueólogo de campo, que havia argumentado que os patriarcas foram personalidades históricas autênticas. Com base em sua leitura da evidência arqueológica, ele acreditou que os feitos de Josué também foram históricos. A escavação mais famosa de Albright aconteceu entre 1926 e 1932 em um monte de ruínas chamado Tell Beit Mirsim, localizado nos contrafortes a sudoeste de Hebron (Figura 9, p. 83). Com base em sua posição geográfica, Albright identificou o sítio com a cidade cananeia de Debir, cuja conquista pelos israelitas é mencionada em três diferentes histórias na Bíblia: duas vezes no Livro de Josué (10,38-39; 15,15-19) e uma vez no Livro dos Juízes (1,11-15). Embora a identificação tenha sido questionada mais tarde, os achados arqueológicos de Tell Beit Mirsim permanecem centrais para o debate histórico.

As escavações revelaram uma localidade pequena e relativamente pobre sem muralhas destruída por um incêndio catastrófico repentino em torno do final da Idade do Bronze Tardia – de acordo com Albright, por volta de 1230 AEC. Sobre as cinzas dessa cidade queimada, Albright notou o que ele pensou ser evidência da chegada de novos moradores: um alastramento de cerâmica grosseira que ele conhecia de outros sítios nas terras altas e que ele intuitivamente identificou como israelita. A evidência pareceu ser a prova da historicidade das narrativas bíblicas: uma cidade cananeia (mencionada na Bíblia) foi incendiada pelos israelitas, que depois a herdaram e se estabeleceram nas suas ruínas.

De fato, os resultados obtidos por Albright aparentemente se reproduziram em toda parte. No antigo monte de ruínas junto ao povoado árabe de Beitin, identificado como a cidade bíblica de Betel, cerca de nove milhas a norte de Jerusalém, escavações revelaram uma cidade cananeia habitada no Bronze Tardio. Ela foi destruída pelo fogo no final do século XIII AEC e aparentemente voltou a ser ocupada por um grupo diferente na Idade do Ferro I. Isso condiz

com a história bíblica da cidade cananeia de Luza, que foi tomada por membros da casa de José, que a reocupou e mudou seu nome para Betel (Juízes 1,22-26). Mais para o sul, junto ao imponente monte de ruínas de Tell ed-Duweir na Sefelá, um sítio identificado com a famosa cidade bíblica de Laquis (Josué 10,31-32), uma expedição britânica descobriu, na década de 1930, restos de outra grande cidade da Idade do Bronze Tardia destruída na conflagração.

As descobertas continuaram na década de 1950, após o estabelecimento do Estado de Israel, quando arqueólogos israelenses começaram a se concentrar na questão da conquista da Terra Prometida. Em 1956, o principal arqueólogo israelense, Yigael Yadin, iniciou as escavações na antiga cidade de Hasor, descrita no Livro de Josué como "a capital de todos estes reinos" (Josué 11,10). Tratou-se de um campo de testes ideal para a busca arqueológica referente à conquista israelita. Hasor, identificada com o enorme monte de ruínas de Tell el-Waqqas na Alta Galileia, evidenciou-se, com base em sua localização e proeminência, como a maior cidade cananeia do Bronze Tardio. Ela cobria uma área de oitenta hectares, oito vezes maior do que sítios tão proeminentes quanto Meguido e Laquis.

Yadin descobriu que, embora o auge da prosperidade de Hasor tenha ocorrido na Idade do Bronze Média (2000-1550 AEC), essa cidade continuou a prosperar durante a Idade do Bronze Tardia. Foi uma cidade fabulosa, com templos e um imenso palácio. A opulência daquele palácio em termos de estilo arquitetônico, estátuas e outros achados menores – já indicada pelos resultados das escavações de Yadin – foi posta a descoberto desde então, na década de 1990, no curso das escavações renovadas em Hasor, lideradas por Amnon Ben-Tor da Universidade Hebraica. Certa quantidade de tabuletas cuneiformes indicou a presença de um arquivo real. Uma das tabuletas recuperadas traz o nome real de Ibni, e um rei de Hasor chamado Ibni-Adu é mencionado no arquivo de Mari. Embora ambos datem de tempos bem mais antigos (da Idade do Bronze Média), eles podem estar etimologicamente relacionados com o nome de Jabin, o rei de

Hasor mencionado na Bíblia. A recorrência desse nome pode indicar que se tratava de um nome dinástico associado com Hasor por séculos – e lembrado muito tempo depois de a cidade ser destruída.

As escavações de Hasor mostraram que o esplendor da cidade cananeia, como o de tantas outras cidades em várias partes do país, teve um fim brutal no século XIII AEC. Repentinamente, sem alarme aparente e poucos sinais de declínio, Hasor foi atacada, destruída e incendiada. As paredes de tijolos de barro do palácio, que ficaram avermelhados em decorrência da terrível conflagração, ainda estão preservadas hoje a uma altura de seis pés. Após um período de abandono, uma colônia pobre foi estabelecida em uma das partes das vastas ruínas. Sua cerâmica é semelhante à dos primeiros assentamentos israelitas na região montanhosa central em direção ao sul.

Assim sendo, durante boa parte do século XX, a arqueologia pareceu confirmar o relato bíblico. Infelizmente o consenso científico acabou se desfazendo.

As trombetas realmente detonaram tudo?

Em meio à euforia – quase no momento mesmo em que parecia que a batalha da conquista estava ganha para Josué – emergiram algumas contradições perturbadoras. Justamente quando a imprensa mundial estava reportando que a conquista de Josué havia sido confirmada, muitas das mais importantes peças do quebra-cabeça arqueológico simplesmente não se encaixavam.

Jericó figurou entre as mais importantes. Como registramos, as cidades de Canaã não eram fortificadas e não havia muralhas que poderiam ter sido postas abaixo. No caso de Jericó, não havia vestígio de nenhum tipo de assentamento no século XIII AEC e o assentamento do Bronze Tardio, datado do século XIV AEC, foi pequeno e pobre, quase insignificante e sem fortificações. Tampouco havia sinal de alguma destruição. Assim, a famosa cena das forças israelitas marchando

ao redor da cidade murada com a Arca da Aliança, levando as poderosas muralhas de Jericó ao colapso pelo ato de soprar as trombetas de guerra é, em termos bem simples, uma miragem romântica.

Discrepância similar entre arqueologia e Bíblia foi encontrada no sítio da antiga cidade de Hai, onde, de acordo com a Bíblia, Josué levou a cabo sua astuta emboscada. Os especialistas identificaram o grande monte de ruínas de Khirbet et-Tell, localizado no flanco oriental da região montanhosa a nordeste de Jerusalém, como o sítio antigo de Hai. Sua localização geográfica, exatamente a leste de Betel, combina bem com a descrição bíblica. O nome árabe moderno do sítio, et-Tell, significa "a ruína", que é mais ou menos equivalente ao significado do nome hebraico bíblico de Hai. E não havia nenhum sítio alternativo na Idade do Bronze Tardia em algum lugar na vizinhança. Entre 1933 e 1935, a arqueóloga judaico-palestinense Judith Marquet-Krause, escolada na França, levou a termo uma escavação em grande escala em et-Tell e encontrou restos extensos de uma enorme cidade da Idade do Bronze Inicial, datada de mais de um milênio antes do colapso de Canaã no Bronze Tardio. Nem um único caco de cerâmica ou qualquer outra indicação de assentamento ali foi recuperado na Idade do Bronze Tardia. Novas escavações no sítio na década de 1960 produziram o mesmo quadro. Como no caso de Jericó, não houve assentamento na época de sua suposta conquista pelos filhos de Israel.

E o que dizer da saga dos gabaonitas com seu pedido de proteção? Escavações no monte de ruínas no povoado de el-Jib, ao norte de Jerusalém, que o consenso científico identificou como o sítio da cidade bíblica de Gabaon, revelou restos da Idade do Bronze Média e da Idade do Ferro, mas nenhum da Idade do Bronze Tardia. E as explorações arqueológicas nos sítios das outras três localidades "gabaonitas" de Cafira, Beerot e Cariat-Iarim revelaram o mesmo quadro: em nenhum dos sítios foram encontrados restos da Idade do Bronze Tardia. O mesmo vale para outras localidades mencionadas na narrativa da conquista e na lista que sumariza os reis de Canaã (Josué 12). Encontramos entre elas Arad (no

Negueb) e Hesebon (na Transjordânia), que mencionamos no capítulo anterior.

Explicações emotivas e racionalizações complexas não demoraram a aparecer, porque havia tanta coisa em jogo. No que se refere a Hai, Albright sugeriu que a história de sua conquista originalmente se referiu à cidade próxima de Betel, porque Betel e Hai teriam estado estreitamente ligadas tanto geográfica quanto tradicionalmente. No caso de Jericó, alguns especialistas procuraram explicações ambientais. Eles sugeriram que todo o estrato que representa Jericó na época da conquista, incluindo as fortificações, foi levado pela erosão.

Só recentemente o consenso finalmente abandonou a história da conquista. No que se refere à destruição de Betel, Laquis, Hasor e outras cidades cananeias, a evidência oriunda de outras partes do Oriente Médio e do Mediterrâneo Oriental dão a entender que os destruidores não foram necessariamente israelitas.

O mundo mediterrâneo do século XIII AEC

O foco geográfico da Bíblia está quase inteiramente dirigido para a terra de Israel, mas para entender a magnitude dos eventos que se deram no final da Idade do Bronze Tardia, é preciso olhar muito além das fronteiras de Canaã, para toda a região do Mediterrâneo Oriental (Figura 10). Escavações na Grécia, Turquia, Síria e no Egito revelam uma assombrosa história de revolta, guerra e colapso social disseminado. Nos últimos anos do século XIII e no início do século XII AEC, todo o mundo antigo passou por uma drástica transformação, quando uma crise devastadora extinguiu os impérios da Idade do Bronze e um novo mundo começou a emergir. Esse foi um dos períodos mais dramáticos e caóticos da história, em que velhos impérios caíram e novas forças se levantaram para substituí-los.

Antes disso – até meados do século XIII AEC –, dois grandes impérios dominavam a região. No sul, o Egito estava no seu auge. Governado por Ramsés

II, ele controlou Canaã, incluindo os territórios modernos do Líbano e do sudoeste da Síria. Para o sul, ele dominou a Núbia e no oeste reinou sobre a Líbia. O Império Egípcio estava engajado em uma monumental atividade de construção e participava do lucrativo comércio do Mediterrâneo Oriental. Emissários e mercadores de Creta, Chipre, Canaã e Hati frequentavam o Egito e traziam presentes para o faraó. Minas de turquesas e cobre no Sinai e no Negueb eram exploradas por expedições egípcias. Nunca antes houvera um império tão expansionista ou poderoso no Egito. Tudo que se precisa é estar diante do templo de Abu Simbel na Núbia ou dos famosos templos de Carnaque e Luxor para sentir a grandeza do Egito no século XIII AEC.

O outro grande império da região estava centrado na Anatólia. Era o poderoso Estado hitita, governado a partir de sua capital, Hatusa, a leste da capital turca moderna de Ancara. Os hititas controlaram a Ásia Menor e o norte da Síria. Eles atingiram notáveis níveis na arquitetura, literatura e arte bélica. A imensa cidade de Hatusa, com suas estupendas fortificações e o templo esculpido na rocha, proporciona aos visitantes modernos uma sensação da grandeza dos hititas.

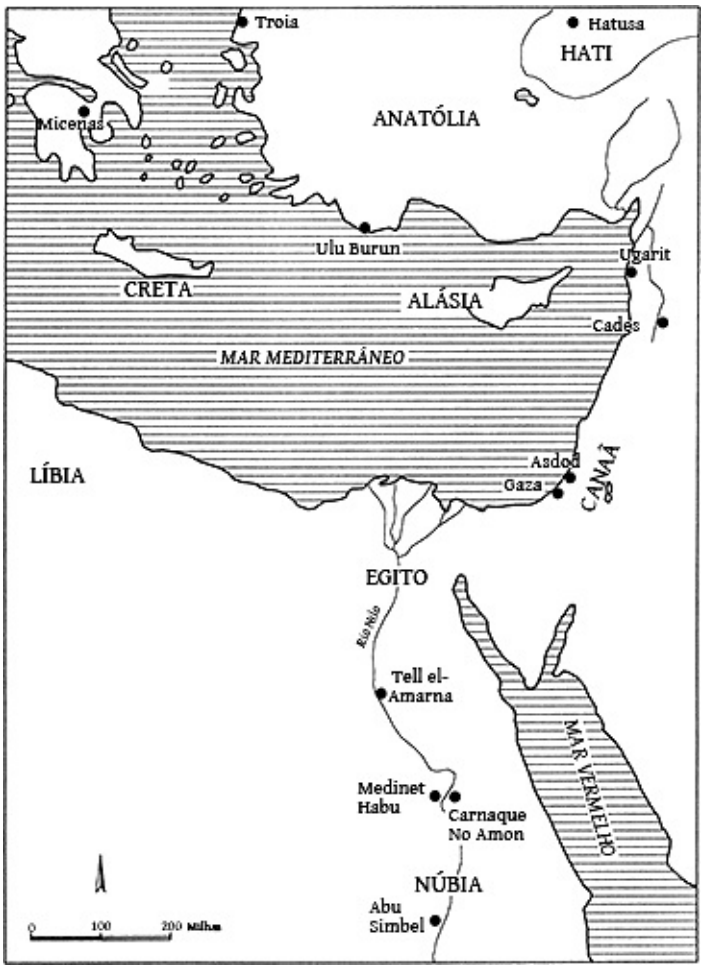


Figura 10: O Antigo Oriente Próximo: sítios arqueológicos selecionados do século XIII AEC

Os dois impérios – o egípcio e o hitita – faziam fronteira na Síria. O embate inevitável entre eles sobreveio no início do século XIII. Os dois formidáveis exércitos encontraram-se em Cades, às margens do Rio Orontes na Síria Ocidental. De um lado estava o rei hitita Muvatalis; do outro estava o então jovem e inexperiente Ramsés II. Temos registros da batalha de ambos os lados e ambos se proclamam vitoriosos. A verdade estava em algum lugar no meio. Aparentemente a batalha terminou sem um ganhador claro e as duas grandes potências tiveram de selar um acordo. O novo rei hitita, Hatusílis III, e Ramsés II, agora curtido na batalha, logo assinaram um tratado de paz que declarou amizade entre as duas potências e renúncia a hostilidades “para sempre”. Ele foi selado com o ato simbólico de Ramsés tomando uma princesa hitita como sua

noiva.

O mundo criado por esse impasse egípcio-hitita ofereceu crescentes oportunidades para outra grande potência, no oeste. Era uma nação potente não por causa de seu poder militar, mas de suas habilidades marítimas. Tratava-se do mundo miceno, que produziu as famosas cidadelas de Micenas e Tirins e os opulentos palácios de Pilos e Tebas. Foi o mundo que aparentemente forneceu o pano de fundo romanesco para a *Ilíada* e a *Odisseia*; o mundo que produziu os famosos personagens Agamenon, Helena, Príamo e Ulisses. Não temos certeza se o mundo miceno foi governado por um centro, como Micenas. É mais provável que tenha sido um sistema de vários centros, cada um dos quais governava territórios maiores: algo como as cidades-Estado de Canaã ou o sistema da *pólis* da Grécia clássica, só que em escala muito maior.

O mundo miceno, que foi trazido à luz pela primeira vez pelas dramáticas escavações de Heinrich Schliemann em Micenas e Tirins no final do século XIX, começou a revelar seus segredos anos depois, quando sua escrita Linear B foi decifrada. As tabuletas encontradas nos palácios micenos provaram que os micenos falavam grego. Seu poder e sua riqueza aparentemente eram oriundos do comércio no Mediterrâneo Oriental.

A Ilha de Chipre – conhecida naquele tempo como Alásia – também teve um papel importante nesse mundo do século XIII AEC. Ela era a principal produtora de cobre no Mediterrâneo Oriental e um portal para o comércio com o Levante. Estruturas impressionantes construídas com blocos de pedra lavrada mostram o quanto a ilha prosperou naquele tempo.

O mundo da Idade do Bronze Tardia foi caracterizado por grande poder, riqueza e comércio ativo. O entrementes famoso casco de barco naufragado de Ulu Burun, encontrado ao largo da costa sul da Turquia, dá uma noção dos tempos áureos. Um barco levando um carregamento de lingotes de cobre e estanho, troncos de ébano, resina de terebinto, marfim de hipopótamo e elefante,

cascas de ovo de avestruz, especiarias e outros bens estava navegando ao longo da costa da Ásia Menor em torno do ano 1300 AEC quando aparentemente foi afundado por uma tempestade. As escavações subaquáticas do casco e a recuperação de seu rico carregamento mostraram que essa pequena embarcação – certamente nada excepcional naquele tempo – singrava as lucrativas rotas de comércio de todo o Mediterrâneo Oriental, com artigos de luxo e bens de consumo apanhados em cada escala.

É importante ter em mente que esse mundo não foi simplesmente uma versão antiga do moderno Mercado Comum, em que cada nação comerciava livremente com as demais. Era um mundo estritamente controlado pelos reis e príncipes de cada região política e cuidadosamente supervisionado pelo Egito e as demais grandes potências daquele tempo. Nesse mundo de ordem e prosperidade para as elites da Idade do Bronze, sua queda repentina e violenta certamente terá deixado uma impressão duradoura – na memória, lenda e poesia.

A grande revolta

A vista que se descortinava dos palácios das cidades-Estado de Canaã pode ter parecido pacífica, mas havia problemas no horizonte, problemas que fariam desabar toda a economia e estrutura social da Idade do Bronze Tardia. Em torno de 1130 AEC, vemos um mundo bem diferente, tão diferente que um habitante de Micenas, ou de No Amon (a capital do Egito, a atual Luxor), ou de Hatusa de 1230 AEC não seria capaz de reconhecê-lo. Nessa época, o Egito era uma sombra tênue de sua glória passada e havia perdido a maior parte dos seus territórios estrangeiros. Hati não existia mais e Hatusa estava em ruínas. O mundo miceno era uma memória difusa, seus palácios centrais estavam destruídos. Chipre estava transformado; seu comércio de cobre e outros bens havia cessado. De muitos grandes portos cananeus ao longo da costa do Mediterrâneo, incluindo o grande empório marítimo de Ugarit no norte, só restavam cinzas. Notáveis

cidades no interior, como Meguido e Hasor, eram montes de ruínas abandonados.

O que houve? Por que o velho mundo desapareceu? Estudiosos que trabalharam com esse problema estão convencidos de que a principal causa foi a invasão de grupos misteriosos e violentos chamados de Povos do Mar, migrantes que vieram por terra e por mar do Ocidente e devastaram tudo que encontraram pelo caminho. Os registros ugaríticos e egípcios do início do século XII AEC mencionam esses saqueadores. Um texto encontrado nas ruínas da cidade portuária de Ugarit dá um testemunho dramático da situação em torno de 1185 AEC. Enviado por Amurapi, o último rei de Ugarit, ao rei da Alásia (Chipre), ele descreve em tom de desespero como "os barcos inimigos chegaram, o inimigo pôs fogo nas cidades e causou estragos. Minhas tropas estão no país hitita, meus barcos na Lícia e o país está por sua própria conta". Da mesma forma, uma carta do mesmo período enviada pelo grande rei de Hati para o prefeito de Ugarit expressa sua ansiedade pela presença de um grupo de Povos do Mar chamado chicalaia [*Shiqalaya*], "os que vivem em barcos".

Dez anos depois, em 1175 AEC, não havia mais nada no norte. Hati, Alásia e Ugarit estavam em ruínas. Porém, o Egito ainda era uma potência formidável, determinado a defender-se desesperadamente. As inscrições monumentais de Ramsés III no templo de Medinet Habu no Alto Egito relatam uma suposta conspiração dos Povos do Mar para devastar as terras colonizadas do Mediterrâneo Oriental: "Os países estrangeiros fizeram uma conspiração em suas ilhas. [...] Nenhum país conseguiu resistir aos seus braços. [...] Eles estão avançando na direção do Egito, enquanto a chama foi preparada diante deles. Sua confederação é constituída dos filisteus, checos [*tjeker*], seceleses [*shekelesh*], denienos [*denyen*] e ueses [*weshesh*], terras unidas. Eles se apossaram das terras de todo o orbe terrestre, seus corações estão confiantes: 'Nossos planos serão bem-sucedidos!'"

Retratos vívidos das batalhas subsequentes cobrem a parede externa do

templo (Figura 11). Em uma delas, um emaranhado de barcos egípcios e estrangeiros é mostrado em meio a um caótico combate naval, com arqueiros posicionados para atacar os barcos dos seus inimigos e guerreiros moribundos caindo no mar. Os invasores marítimos têm uma aparência muito diferente da dos egípcios ou de representações de povos asiáticos na arte egípcia. A característica mais marcante em sua aparência é a cobertura da cabeça: alguns portam elmos com chifres, outros trazem estranhos chapéus com plumas. Perto dali, representações de uma intensa batalha terrestre mostram os egípcios dando combate aos guerreiros dos Povos do Mar, enquanto famílias de homens, mulheres e crianças em carretas puxadas por bois para uma migração por terra assistiam a tudo impotentes. O desfecho das batalhas em terra e no mar, de acordo com a descrição do Faraó Ramsés III, foi decisivo: "Aqueles que chegaram até a minha fronteira, sua semente não existe mais, seu coração e sua alma estão acabados para todo o sempre. Aqueles que vieram em bando por mar, a chama inteira estava diante deles. [...] Eles foram empurrados, cercados e prostrados na praia, mortos e cortados em pedaços de cabo a rabo".

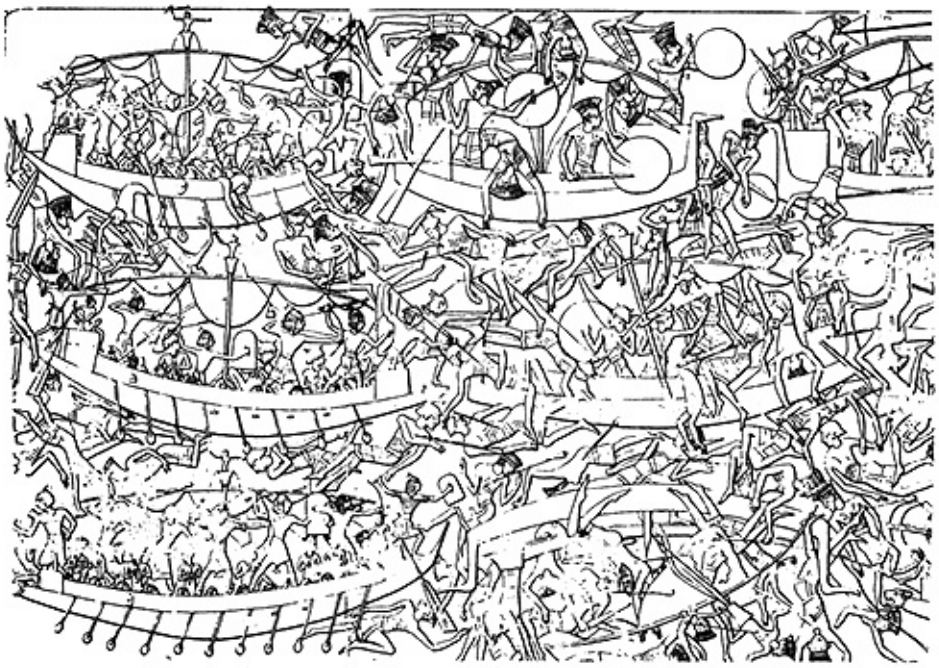


Figura 11: Alto-relevo do templo mortuário de Ramsés III em Medinet Habu no Alto Egito, mostrando a batalha naval contra os Povos do Mar

Quem foram esses Povos do Mar tão ameaçadores? Há um debate científico contínuo sobre sua origem e os fatores que os puseram em movimento para o sul e o leste. Alguns dizem que eles são egeus; outros procuram sua origem no sul da Anatólia. Porém, o que levou milhares de pessoas desarraigadas a tomar as rotas terrestres e marítimas em busca de novos lares? Uma das possibilidades é que tenham sido uma confederação heterogênea de piratas, marinheiros sem raízes e camponeses sem posses movidos por fome, pressão populacional ou escassez de terra. Deslocando-se para o leste e destruindo a rede frágil de comércio internacional do Mediterrâneo Oriental, eles desagregaram as economias da Idade do Bronze e relegaram os grandes impérios daquele tempo ao esquecimento. Teorias mais recentes ofereceram explicações completamente diferentes. Algumas apontam para a repentina mudança climática que devastou a agricultura e disseminou a fome. Outros lançaram a hipótese de um colapso completo da sociedade de todo o Mediterrâneo Oriental, que teria se tornado demasiado especializada para sobreviver a uma mudança econômica ou a alguma

tensão social. Nesses dois cenários possíveis, as repentinas migrações dos Povos do Mar não foram a causa, mas o efeito. Em outras palavras, o colapso das economias palacianas da Idade do Bronze Tardia pôs hordas de pessoas desarraigadas em movimento através do Mediterrâneo orientara para encontrar novos lares e meios de subsistência.

A verdade é que não conhecemos realmente a causa precisa do colapso da Idade do Bronze Tardia em toda aquela região. Contudo, a evidência arqueológica do desfecho é clara. A evidência mais dramática provém do sul de Israel – da Filisteia, a terra dos filisteus, um dos Povos do Mar mencionados na inscrição de Ramsés III. Escavações em dois dos principais centros filisteus – Asdod e Acaron – trouxeram à tona evidências sobre esses anos tumultuados. No século XIII AEC, Asdod em particular era um próspero centro cananeu sob influência egípcia. Tanto Asdod quanto Acaron sobreviveram pelo menos até a época de Ramsés III e, pelo menos um deles, Asdod, foi destruído a fogo. Os imigrantes filisteus fundaram cidades sobre as ruínas e, em torno do século XII AEC, Asdod e Acaron se tornaram cidades prósperas com uma nova cultura material. A mescla mais antiga de características egípcias e cananeias na arquitetura e cerâmica foi substituída por algo completamente novo nessa parte do Mediterrâneo: estilos de arquitetura e cerâmica inspirados na cultura egeia.

Em outras partes do país, a ordem da Idade do Bronze Tardia foi rompida pela violência disseminada, cuja fonte não está inteiramente clara. Por causa do longo período de tempo – quase um século – durante o qual o sistema cananeu de cidades-Estado entrou em colapso, é possível que a crise cada vez mais intensa levou a conflitos entre cidades cananeias vizinhas pelo controle da terra agrícola vital e dos povoados camponeses. Em alguns casos, os camponeses e a população pastoril, pressionados de modo crescente, podem ter atacado as cidades ricas em seu meio. Um após o outro, os antigos centros cananeus caíram em decorrência de conflagrações repentinas e dramáticas ou foram declinando gradativamente. No norte, Hasor foi incendiada, as estátuas dos deuses em seu palácio real foram

decapitadas e despedaçadas. Na planície costeira, Afec foi destruída por um incêndio terrível; uma tabuleta cuneiforme que trata de uma transação vital de trigo entre Ugarit e o Egito foi encontrada entre os grossos detritos da destruição. Mais para o sul, a imponente cidade cananeia de Laquis foi incendiada e abandonada. E no rico Vale de Jezrael, Meguido foi consumida pelas chamas e seu palácio ficou sepultado sob seis pés de detritos de tijolos queimados.

Deve ser ressaltado que essa grande transformação não foi repentina em todos os lugares. A evidência arqueológica indica que a destruição da sociedade cananeia foi um processo relativamente longo e gradual. Os tipos de cerâmica encontrados entre os destroços de Hasor da Idade do Bronze Tardia não possuem as formas características do final do século XIII, de modo que deve ter sido devastada um pouco antes disso. Em Afec, a carta cuneiforme na camada da destruição traz nomes de funcionários de Ugarit e do Egito conhecidos de outras fontes – podendo, em consequência, ser datada em torno de 1230 AEC. O baluarte egípcio localizado ali pode ter sido devastado em qualquer momento das duas ou três décadas que se seguiram. Os escavadores de Laquis encontraram na camada da destruição um fragmento de metal – provavelmente um encaixe para o portão principal da cidade – em que constava o nome do Faraó Ramsés III. Esse achado nos diz que Laquis não deve ter sido destruída antes do reinado desse monarca, que governou entre 1184 e 1153 AEC. Por fim, a base metálica de uma estátua portando o nome de Ramsés VI (1143-1136 AEC) foi encontrada nas ruínas de Meguido, indicando que o grande centro cananeu do Vale de Jezrael provavelmente foi destruído na segunda metade do século XII.

A respeito dos reis de cada uma dessas quatro cidades – Hasor, Afec, Laquis e Meguido – relata-se que foram derrotados pelos israelitas sob o comando de Josué. Porém, a evidência arqueológica mostra que a destruição dessas cidades aconteceu em um lapso de tempo de mais de um século. As possíveis causas incluem invasão, colapso social e guerra civil. Ela não ocorreu por obra de uma

única força militar nem certamente em uma única campanha militar.

Memórias em transição

Mesmo antes que os achados arqueológicos levassem a questionar a base histórica da conquista de Canaã por Josué, um reduzido círculo de biblistas alemães havia especulado sobre o desenvolvimento das tradições literárias israelitas, mais do que sobre estratégias de batalha campal. Na condição de herdeiros da tradição crítica do século XIX, eles apontaram as inconsistências internas do texto bíblico, que contém pelo menos duas versões distintas e mutuamente contraditórias da conquista de Canaã.

Os especialistas alemães sempre consideraram o Livro de Josué uma complexa coletânea de lendas, contos heroicos e mitos locais, de várias partes do país, compostos durante séculos. Os especialistas bíblicos Albrecht Alt e Martin Noth, em particular, argumentaram que muitos dos contos preservados no Livro de Josué não passam de tradições etiológicas – quer dizer, trata-se de lendas sobre como surgiram lugares famosos ou curiosidades naturais. Por exemplo, as pessoas que viveram na e ao redor da cidade de Betel da Idade do Ferro sem dúvida perceberam o enorme monte de ruínas da Idade do Bronze Inicial um pouco para o leste. Essa ruína era quase dez vezes maior do que seu próprio povoado e os restos de suas fortificações ainda eram impressionantes. Assim – argumentam Alt e Noth – as lendas podem ter começado a crescer em torno das ruínas, contos sobre a vitória de antigos heróis que explicam como foi possível que uma cidade tão grande viesse a ser destruída.

Em outra região do país, as pessoas que viviam nos contrafortes da Sefelá podem ter ficado impressionadas já com o tamanho da pedra que bloqueia a entrada de uma misteriosa caverna perto da cidade de Maceda. Assim, poderiam ter surgido as narrativas que ligaram a enorme pedra com os atos heroicos do seu próprio passado nebuloso: a pedra selou a caverna, na qual cinco reis antigos se esconderam e depois foram enterrados, como explicado em Josué 10,16-27. De

acordo com essa visão, as histórias bíblicas que terminam com a observação de que certo marco ainda podia ser visto "até o dia de hoje" provavelmente são lendas desse tipo. A certa altura, essas narrativas individuais foram reunidas e interligadas para compor a campanha singular de um grande líder mítico da conquista.

Em contraste com sua apreciação do caráter amplamente lendário do Livro de Josué, Alt e Noth encararam o primeiro capítulo do Livro dos Juízes como possuindo um possível núcleo confiável de memórias de antigas vitórias obtidas por milícias espalhadas pela região montanhosa contra as várias cidades que as dominavam. De fato, a situação caótica da destruição de cidades cananeias em alguns lugares e sua sobrevivência em outros corresponde mais estreitamente à evidência arqueológica. Contudo, não há razão por que a narrativa da conquista do Livro de Josué não possa incluir também memórias e lendas populares que relembravam essa transformação histórica que marcou época. Elas podem nos proporcionar vislumbres altamente fragmentários da violência, da paixão, da euforia na destruição de cidades e a horrível matança de seus habitantes, que claramente ocorreu. É improvável que essas experiências candentes tenham sido totalmente esquecidas e, de fato, suas memórias outrora vívidas, tornando-se cada vez mais vagas no decorrer dos séculos, podem ter se transformado no material bruto para uma narração nova bem mais elaborada. Assim, não há razão para supor que o incêndio de Hasor por forças hostis, por exemplo, jamais aconteceu. Porém, o que na realidade foi uma série caótica de rebeliões causadas por muitos fatores diferentes e levadas a cabo por muitos grupos diferentes converteu-se – muitos séculos depois – em uma saga elaborada com brilhantismo sobre a conquista territorial sob a bênção e o comando direto de Deus. A produção literária dessa saga foi empreendida com propósitos bem diferentes do de uma rememoração de lendas locais. Ela foi, como veremos, um passo importante na direção da criação de uma identidade pan-israelita.

Mais uma vez de volta para o futuro?

Esse quadro básico da acumulação gradual de lendas e histórias – e sua incorporação final em uma única saga coerente dotada de uma perspectiva teológica definida – foi o produto de um período assombrosamente criativo de produção literária no reino de Judá no século VII AEC. Talvez o mais eloquente dos indícios de que o Livro de Josué foi escrito naquele tempo é a lista de povoados no território da tribo de Judá, detalhada em Josué 15,21-62. A lista corresponde precisamente às fronteiras do reino de Judá durante o reinado de Josias. Além disso, os topônimos mencionados na lista correspondem estritamente ao padrão de ocupação do século VII AEC da mesma região. E alguns dos sítios foram ocupados somente nas décadas finais do século VII AEC.

Porém, a geografia não é a única ligação com a era de Josias. A ideologia da reforma religiosa e as aspirações territoriais características daquele período também são evidentes. Estudiosos da Bíblia por muito tempo viram o Livro de Josué como parte da assim chamada História Deuteronomista, a compilação de sete livros de material bíblico que vai do Deuteronômio até 2 Reis, que foi composta durante o reinado de Josias. A História Deuteronomista seguidamente retorna à ideia de que toda a terra de Israel deveria ser governada pelo líder divinamente eleito de todo o povo de Israel, que se atém estritamente às leis legadas no Sinai – e às advertências ainda mais estritas contra a idolatria dadas por Moisés no Livro do Deuteronômio. A linguagem, o estilo e as mensagens teológicas intransigentes transmitidas pelo Livro do Deuteronômio encontram-se em todo o Livro de Josué – particularmente em passagens em que as histórias das batalhas individuais são entretecidas com a narrativa mais ampla. Todo o plano de batalha do Livro de Josué combina muito melhor com realidades do século VII do que com a situação da Idade do Bronze Tardia.

As primeiras duas batalhas descritas no Livro de Josué, a de Jericó e a de Hai (i. é, a da área de Betel), foram travadas em territórios que constituíram o primeiro alvo do expansionismo josiânico depois da retirada da Assíria da

província de Samaria. Jericó era o posto avançado mais meridional do Reino do Norte de Israel e da posterior província assíria, situado defronte de um vau estratégico do Rio Jordão. Betel era o principal e muito odiado centro de culto do Reino do Norte e um foco do reassentamento de povos não israelitas pelos assírios[**]. Os dois lugares foram mais tarde alvos da atividade josiânica: Jericó e sua região floresceram depois que os judaítas assumiram o controle do lugar e o templo do norte em Betel foi completamente destruído.

Do mesmo modo, a história da conquista da Sefelá constitui um paralelo à renovada expansão judaíta para dentro dessa região muito importante e fértil. Essa área – o tradicional celeiro de Judá – havia sido conquistada pelos assírios poucas décadas antes e dada às cidades da Filisteia. De fato, 2 Reis 22,1 relata que a mãe de Josias era natural de um povoado chamado Besecat. Esse lugar é mencionado só mais uma vez na Bíblia – na lista dos povoados da tribo de Judá que data do tempo de Josias (Josué 15,39). Esse Besecat aparece entre Laquis e Eglon – as duas cidades cananeias que têm um papel importante na narrativa da conquista da Sefelá por Josué.

Em seguida, a saga da campanha militar de Josué volta-se para o norte, expressando uma visão que o século VII tinha da conquista territorial futura. A referência a Hasor lembra não só sua reputação no passado distante como a mais proeminente das cidades-Estado cananeias, mas também as realidades de apenas um século antes, quando Hasor foi o centro mais importante do Reino do Norte de Israel e pouco depois um importante centro regional do Império Assírio, com um impressionante palácio e uma fortaleza. Não menos significativa é a menção de Nafot Dora, aludindo possivelmente à época em que a cidade costeira de Dora serviu de capital para uma província assíria.

Em suma, os territórios do norte descritos no Livro de Josué correspondem ao reino de Israel derrotado e depois províncias assírias que Judá acreditava serem a herança divinamente estipulada do povo de Israel, logo a serem reclamadas por um "novo" Josué.

Uma nova conquista da Terra Prometida?

Na época da coroação de Josias, em 639 AEC, a ideia da santidade e unidade da terra de Israel – uma concepção que seria enfatizada com grande fervor pelo Livro do Deuteronômio – estava longe de sua realização. Excetuando a minúscula parte central do reino de Judá (a herança tradicional das tribos de Judá e Simeão e um estreito trecho da terra tradicional de Benjamim, logo ao norte), a maior parte da Terra Prometida tinha estado sob o domínio de uma potência estrangeira, a Assíria, por quase um século. Inclusive Judá era vassalo da Assíria.

A explicação da Bíblia para essa situação infeliz era tão sombria quanto era simples. Nos últimos tempos, o povo de Israel não havia cumprido as leis da aliança que constituíam o pré-requisito central para ter a posse da terra. Ele não havia erradicado todo vestígio do culto pagão. Ele não havia parado de render homenagem aos deuses de outros povos em suas tentativas de obter riquezas por meio do comércio ou alianças políticas. Ele não havia cumprido fielmente as leis da pureza na vida pessoal. E não tinha se preocupado nem mesmo em oferecer o menor alívio aos seus conterrâneos israelitas que se encontravam desamparados, escravizados ou profundamente endividados. Em suma, ele havia deixado de ser uma comunidade santa. Só a adesão escrupulosa à legislação do "Livro da Lei" recentemente descoberto seria capaz de superar os pecados das gerações anteriores e permitir que retomassem a posse de toda a terra de Israel.

Poucos anos mais tarde, os assírios se retiraram e a unificação de todos os israelitas pareceu possível. O Livro de Josué é uma epopeia inesquecível com uma lição clara – a de como nenhuma vitória poderia ser negada ao povo de Israel se ele *seguisse* a Lei da aliança com Deus ao pé da letra. Esse ponto era demonstrado com o auxílio de alguns dos mais vívidos contos populares – a queda das muralhas de Jericó, a parada do sol em Gabaon, a fuga dos reis cananeus pela ladeira estreita de Bet-Horon – reformulados como epopeia

singular diante de um pano de fundo altamente familiar e sugestivo do século VII e encenadas em lugares do maior interesse para a ideologia deuteronomista. Ao ler e recitar essas histórias, os judaítas do final do século VII AEC teriam dado expressão aos seus mais profundos desejos e crenças religiosas.

Nesse sentido, o Livro de Josué é uma expressão literária clássica das aspirações e fantasias de um povo em certa época e em certo lugar. O vulto destacado de Josué é usado para evocar um retrato metafórico de Josias, o pretenso salvador de todo o povo de Israel. De fato, o biblista norte-americano Richard D. Nelson demonstrou que a figura de Josué é descrita na História Deuteronomista em termos usualmente reservados para um rei. A missão dada por Deus a Josué no momento em que este assumiu a liderança (Josué 1,1-9) é emoldurada pelo fraseado da investidura de um rei. A promessa de lealdade do povo que implica obediência completa a Josué na condição de sucessor de Moisés (Josué 1,16-18) lembra o costume da reverência pública a um rei recentemente coroado. E Josué dirige uma cerimônia de renovação da aliança (Josué 8,30-35), um papel que se tornou prerrogativa dos reis de Judá. Ainda mais eloquente é a passagem em que Deus ordena a Josué que medite sobre o "Livro da Lei" dia e noite (Josué 1,8-9), em um curioso paralelismo com a descrição bíblica de Josias como rei preocupado unicamente com o estudo da Lei, um rei que "se voltou para o Senhor de todo o seu coração, com toda a sua alma e força e em pleno acordo com a Lei de Moisés" (2 Reis 23,25).

Não se trata de paralelos simplesmente convencionais entre personagens bíblicos justos, mas paralelos diretos em termos de fraseado e ideologia – para não mencionar os objetivos territoriais idênticos de Josué e de Josias. É claro que a expansão de Josias ou o desejo de anexar os territórios das terras altas do Reino do Norte, despertou grandes esperanças, mas, ao mesmo tempo, gerou enormes dificuldades práticas. Havia o desafio puramente militar. Havia a necessidade de provar aos residentes nativos das terras altas do norte que eles de fato faziam parte do grande povo de Israel que lutou ao lado do povo de Judá para herdar

sua Terra Prometida. E havia também o problema dos casamentos mistos com mulheres estrangeiras, que deve ter sido prática comum entre os israelitas que sobreviveram nos territórios do Reino do Norte, em meio aos quais os assírios haviam assentado deportados estrangeiros.

É o Rei Josias que espreita detrás da máscara de Josué ao declarar que o povo de Israel deve permanecer inteiramente separado da população nativa da terra. O Livro de Josué, portanto, destaca de modo brilhante os interesses mais profundos e mais prementes do século VII. E como veremos mais adiante, a força dessa epopeia duraria muito tempo depois de falhar tragicamente o plano ambicioso e piedoso do Rei Josias de reconquistar a terra de Canaã.

---

[*]. Como vimos no último capítulo, essa data foi suposta com base nas referências presumidas aos faraós da linhagem de Ramsés nas narrativas do Êxodo e pela data da estela de Merneptá (1207 AEC), indicando que "Israel" esteve presente em Canaã naquela época.

[**]. A história dos gabaonitas, que vieram "de uma terra distante" e procuraram selar uma aliança com os israelitas invasores (Josué 9,3-27), pode também ser reflexo de uma adaptação de uma antiga tradição à realidade do século VII. Expandindo para o norte e adentrando a região de Betel após a retirada da Assíria, Judá se confrontou com o problema de como integrar os descendentes dos deportados trazidos pelos assírios de longe e assentados ali poucas décadas antes. A menção de Avim nessa região em Josué 18,23 relembra o nome Ava – um dos lugares de origem dos deportados, listados em 2 Reis 17,24. Especialmente crucial na era josiânica foi a questão de como a comunidade poderia absorver os que tinham simpatia por Judá. A velha história dos gabaonitas poderia prover um contexto "histórico" em que o deuteronomista explicou como isso poderia ser feito.

4

QUEM ERAM OS ISRAELITAS?

A Bíblia não dá margem a dúvida ou ambiguidade quanto à origem única do povo de Israel. Na condição de descendentes diretos em linha reta dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, as doze tribos de Israel constituem a descendência biológica, passando por muitas gerações, dos doze filhos de Jacó. Apesar dos 430 anos de escravidão no Egito, os israelitas são descritos como um povo que nunca esqueceu suas raízes em Canaã nem sua herança comum. De fato a Bíblia enfatiza que a chave para o futuro de Israel consiste em manter estritamente seu modo de vida distinto e sua relação especial com Deus. No Deuteronômio, Moisés prometera à nação israelita que, se ela observasse estritamente as leis da aliança, rejeitasse o casamento misto com seus vizinhos e evitasse escrupulosamente enredar-se nos modos de vida pagãos de Canaã, a posse da Terra Prometida lhe estaria assegurada para sempre. Depois de concluída a grande conquista de Canaã, o Livro de Josué fez um relato bem detalhado de como o líder israelita dividiu a terra – em sua maior parte já livre da população nativa cananeia – entre as tribos israelitas vitoriosas como suas heranças eternas.

Contudo, no Livro de Josué e no livro seguinte dos Juízes, há algumas contradições sérias a esse quadro das tribos herdando a terra inteira de Israel. Apesar de o Livro de Josué declarar, de um lado, que os israelitas tomaram posse de toda a terra que Deus prometera e derrotaram todos os seus inimigos (Josué 21,43-44), outras passagens no Livro de Josué e no Livro dos Juízes deixam claro que muitos cananeus e filisteus viveram nas proximidades dos israelitas. Como no caso de Sansão, o casamento misto não era algo inaudito. E houve problemas

também na família. No Livro dos Juízes, as tribos de Israel concordaram em travar guerra contra a tribo de Benjamim, jurando que jamais se uniriam a ela pelo casamento (Juízes 19–21). Por fim, parece que as diferentes tribos podiam resolver seus próprios problemas locais sob a liderança dos seus próprios líderes carismáticos. O Cântico de Débora (Juízes 5) até enumera as tribos individuais que foram fiéis e atenderam o chamado para juntar forças pela causa de todo Israel – e as tribos que preferiram ficar em suas casas. Se, como a arqueologia dá a entender, as sagas dos patriarcas e o êxodo forem lendas, compiladas em períodos posteriores, e se não houver evidência convincente da invasão unificada de Canaã sob o comando de Josué, o que faremos com as reivindicações de nacionalidade antiga dos israelitas? Quem foram essas pessoas que remontaram suas tradições a eventos históricos e cúlticos compartilhados? Uma vez mais a arqueologia consegue proporcionar algumas respostas surpreendentes. Escavações de povoados israelitas antigos, com sua cerâmica, suas casas e seus silos de grãos, podem nos ajudar a reconstruir sua vida cotidiana e suas relações culturais. E a arqueologia surpreendentemente revela que as pessoas que viveram nesses povoados foram habitantes nativos de Canaã que só gradualmente desenvolveram uma identidade étnica que poderia ser chamada de israelita.

Herdando a Terra Prometida

Concluída a grande conquista de Canaã, o Livro de Josué noticia que "a terra ficou em repouso, sem guerras" (Josué 11,23). Todos os cananeus e outros povos nativos de Canaã haviam sido inteiramente destruídos. Josué convocou as tribos para dividir a terra. Rúben, Gad e meia-tribo de Manassés receberam territórios a leste do Rio Jordão, enquanto as demais receberam suas parcelas a oeste. Neftali, Aser, Zabulon e Issacar habitariam as terras altas e os vales da Galileia. A outra meia-tribo de Manassés, Efraim e Benjamim receberam a maior parte das terras altas centrais, que se estendiam do Vale de Jezrael no norte até Jerusalém no sul. A Judá foram dadas as terras altas do sul, de Jerusalém até o Vale de Bersabeia no

sul. Simeão herdou a zona árida do Vale de Bersabeia e a planície costeira adjacente. Apesar de Dã inicialmente ter recebido herança na planície costeira, a tribo mudou de casa e foi para uma área no norte do país. Com essa última migração, o mapa da terra santa estava fixado.

Estava mesmo? Em contradição intrigante com as proclamações de vitória total, o Livro de Josué relata que há amplos territórios em Canaã, situados fora das heranças tribais, ainda por conquistar. Elas incluíam "todas as regiões dos filisteus" a longo da costa sul do país, a costa fenícia mais para o norte e a área do Vale do Becá no nordeste (Josué 13,1-6). O Livro dos Juízes vai ainda mais longe e apresenta uma lista de importantes enclaves cananeus não conquistados no território de mais da metade das tribos. As grandes cidades cananeias da planície costeira e dos vales do norte, tais como Meguido, Betsã, Dor e Gazer, são listadas no Livro dos Juízes como não conquistadas – mesmo que seus governantes tenham sido incluídos na lista de reis cananeus derrotados do Livro de Josué. Adicionalmente, os amonitas e moabitas que habitavam do outro lado do Rio Jordão permaneceram hostis. E os violentos saqueadores madianitas e amalecitas que vinham do deserto montados em camelos sempre foram uma ameaça para o povo de Israel. Assim, a ameaça enfrentada pelos israelitas recém-assentados era tanto militar quanto religiosa. Inimigos externos ameaçaram a segurança física dos israelitas e os cananeus que permaneciam na terra representavam o perigo mortal de atrair os israelitas para a apostasia – e, ao fazer isso, fragilizar a aliança solene de Israel com Deus.

O palco estava montado para muitos anos de luta prolongada. Dando continuidade ao Livro de Josué, o Livro dos Juízes apresenta uma coleção extraordinariamente rica de eletrizantes narrativas de guerras e contos de heroísmo individual nas batalhas entre os israelitas e seus vizinhos. Ele contém alguns dos personagens mais pitorescos da Bíblia e muitas imagens inesquecíveis. Um calebita chamado Otoniel, agindo sozinho, fez recuar as forças bélicas do misterioso inimigo Cusã-Rasataim, "rei de Aram, na Mesopotâmia" (Juízes 3,7-

11). O benjaminita Aod destemidamente assassinou Eglon, o poderoso, mas comicamente obeso rei de Moab, em seu recinto privado (3,12-30). Samgar abateu seiscentos filisteus com um aguilhão de boi (3,31). Débora e Barac despertam as tribos israelitas contra a ameaça dos reis cananeus remanescentes no norte e a heroica Jael, esposa do quenita Héber, matou o general cananeu Sísara, enfiando-lhe um pino de tenda na cabeça enquanto dormia (4,1–5,31). O manasseíta Gedeão purificou a terra da idolatria e protegeu seu povo dos madianitas, um povo de saqueadores do deserto (6,1–8,28). E, é claro, há a famosa saga de Sansão, o herói de Dã, traído e tosado pela prostituta filisteia Dalila, que encontra sua morte em Gaza, cego e humilhado, ao derrubar os pilares do grande templo filisteu de Dagon (13,1–16,31).

O significado teológico desse primeiro período de assentamento fica muito claro já no início do Livro dos Juízes com seu cálculo sóbrio de apostasia e punição. Quando o povo de Israel se mantinha separado da população nativa, ele era recompensado. Se ficasse tentado a assimilar-se, a punição divina seria rápida e severa. Porém, ele não ouvia. Só a intervenção de líderes justos divinamente inspirados, chamados "juízes", salva o povo de Israel, pelo menos temporariamente, de perder tudo:

> Os israelitas ofenderam o SENHOR e serviram aos baals; abandonaram o SENHOR, Deus de seus pais, que os libertou do Egito, e seguiram outros deuses, dentre os deuses dos povos que os rodeavam. Prostraram-se diante deles, provocando a indignação do SENHOR. Abandonaram o SENHOR e serviram a Baal e às astartes. A cólera do SENHOR inflamou-se contra Israel, e ele os deixou cair em poder de assaltantes; espoliaram-nos e os venderam aos inimigos da redondeza, aos quais já não podiam opor resistência. Em qualquer expedição militar que fizessem, a mão do SENHOR estava sobre eles para a desgraça, conforme lhes tinha dito e jurado, de modo que ficavam muito aflitos.
>
> Então o SENHOR fazia surgir juízes que os libertavam dos assaltantes. Mas nem aos juízes eles escutavam. Ao contrário, prostituíam-se com outros deuses, prostrando-se diante deles. Afastaram-se depressa do caminho seguido por seus pais, que haviam obedecido aos mandamentos do SENHOR. Eles não agiram assim. Sempre que o SENHOR fazia surgir juízes, o SENHOR estava com o juiz e os libertava da mão dos seus inimigos, enquanto o juiz vivesse; pois o SENHOR se

> compadecia de seus gemidos diante da tirania dos opressores. Quando o juiz morria, tornavam a perverter-se pior que seus pais, seguindo outros deuses, servindo-os e prostrando-se diante deles. Não abandonavam suas práticas nem sua conduta obstinada (Juízes 2,11-19).

A Bíblia está narrando uma versão da história como ela realmente aconteceu? Os israelitas cultuaram um só Deus por séculos, mas às vezes resvalaram para dentro do politeísmo dos seus vizinhos? Como viveram em termos mais gerais? Como era sua cultura? Para além dos contos sobre a incipiente luta contra a idolatria, a Bíblia nos conta muito pouco sobre a vida cotidiana dos israelitas. Do Livro de Josué ficamos inteirados principalmente sobre as fronteiras precisas dos vários lotes tribais. Em Juízes, lemos sobre as batalhas com os inimigos de Israel, mas ouvimos muito pouco sobre que tipo de assentamentos os israelitas escolheram estabelecer e como eles se ganharam seu sustento. Após séculos como trabalhadores imigrantes no Egito e quarenta anos de migração no deserto desolado do Sinai, eles não podiam estar bem preparados para começar a cultivar os vales estreitos e os escarpados terrenos montanhosos de Canaã. Como ele aprenderam a se tornar fazendeiros sedentários e se adaptaram com tanta rapidez às rotinas e esforços da vida sedentária dos povoados?

Imigrantes do deserto?

Sabemos a partir da estela de Merneptá que houve um povo chamado Israel que viveu em Canaã em torno de 1207 AEC. Até tempos bem recentes, apesar das dúvidas a respeito da acurácia histórica das narrativas do êxodo e das conquistas, poucos historiadores ou arqueólogos bíblicos duvidaram de que os israelitas eram um povo imigrante que ingressou em Canaã vindo de fora.

A aparente diferença entre cananeus e israelitas era claríssima no domínio da cultura material. Imediatamente acima dos estratos de destruição das várias cidades cananeias da Idade do Bronze Tardia, os arqueólogos acharam regularmente uma disseminação de poços cavados ao acaso e cerâmica grosseira – os restos aparentes do que eles interpretaram como os acampamentos

temporários em tendas dos "seminômades". Muitos especialistas acreditaram reconhecer um padrão familiar nessa situação arqueológica, principalmente o movimento de massa de habitantes do deserto desalojados que invadiram a terra cultivada e começaram a se estabelecer, adotando gradualmente um modo de vida sedentário. Estudiosos familiarizados com ataques de beduínos a regiões agrícolas no Oriente Médio acreditaram que sempre houve um conflito entre nômades do deserto e camponeses estabelecidos – uma luta constante entre o deserto e a terra semeada. Embora os israelitas possam não ter marchado para dentro de Canaã como um exército unificado, os sinais de sua chegada pareciam estar claros. Em comparação com as construções monumentais, itens de luxo importados e finos vasos de cerâmica trazidos à luz nos níveis das cidades cananeias precedentes, os acampamentos e implementos grosseiros dos israelitas recém-chegados pareceu estar em um nível civilizatório bem mais baixo do que o dos restos da população que eles substituíram.

Essa comparação de estilos de vida deu origem ao que acabou sendo chamado de modelo da "infiltração pacífica", proposto primeiramente pelo biblista alemão Albrecht Alt na década de 1920. Alt propôs que os israelitas foram pastores que se deslocavam com seus rebanhos em migrações sazonais fixas entre a orla do deserto e as terras cultivadas. Em algum momento perto do final da Idade do Bronze Tardia – por razões que não estavam totalmente claras para ele – eles começaram a estabelecer-se nas terras altas pouco povoadas de Canaã.

De acordo com Alt, o processo realmente foi gradual e bastante pacífico no início. Os pastores israelitas que estavam chegando derrubaram as florestas e começaram a praticar uma agricultura sazonal em pequena escala junto com a criação de gado. Com o tempo eles foram adotando um estilo de vida mais sedentário, estabelecendo povoados permanentes e concentrando mais energias na agricultura. Foi somente em uma época mais tardia, quando cresceu o número de novos colonos e com ele aumentou também a necessidade de mais

terra e água – assim a teoria –, que os israelitas começaram a ter problemas com os cananeus. Conflitos em função de direitos a terra e água acabaram levando a escaramuças que formaram o pano de fundo real das lutas entre os israelitas e seus vizinhos, transmitidas de maneira tão vívida pelo Livro dos Juízes. (Para uma descrição detalhada da teoria da infiltração pacífica, cf. o Anexo C.)

Assumiu-se, em consequência, que os israelitas eram grupos dispersos de pastores chegando à terra, mais do que um exército unificado. A estela de Merneptá que menciona "Israel" não ofereceu informação adicional sobre a localização exata, o tamanho ou a natureza desse povo. Contudo, outros registros egípcios conservados – embora forneçam apenas um vislumbre do que deve ter sido um relato muito mais completo – mencionam dois grupos de forasteiros que escolheram viver ou foram forçados a viver nas periferias da sociedade urbana dos cananeus. Ambos despertam particularmente o interesse na busca pelos israelitas mais antigos.

O primeiro é o dos *apiru*, um grupo descrito nas cartas de Tell el-Amarna do século XIV AEC (bem como em outros textos da Idade do Bronze) em uma variedade de maneiras pouco lisonjeiras. Vivendo fora do circuito principal da sociedade cananeia, desarraigados de sua terra natal por guerra, fome ou pesados impostos, eles são às vezes descritos como foras da lei ou salteadores, às vezes como mercenários. Num dos casos, até se relata que estavam presentes no próprio Egito como trabalhadores contratados atuando em projetos de construção do governo. Em suma, eles eram refugiados ou fugitivos rebeldes do sistema, vivendo às margens da sociedade urbana. Parece que ninguém no poder gostou deles; a pior coisa que um pequeno monarca local podia dizer do príncipe vizinho era que "ele se juntou aos *apiru*". No passado, especialistas deram a entender que a palavra *apiru* (e suas formas alternativas, *hapiru* e *habiru*) tem uma ligação linguística direta com a palavra "*ibri*" ou "hebreu", e que, em consequência, os *apiru* que aparecem nas fontes egípcias teriam sido os israelitas mais antigos. Hoje sabemos que não é tão simples fazer essa associação. O uso

disseminado do termo por muitos séculos e por todo o Oriente Próximo implica que ele possui um significado socioeconômico mais do que o de representar um grupo étnico específico. Não obstante, essa ligação pode ser completamente descartada. É possível que o fenômeno dos *apiru* tenha sido lembrado em séculos posteriores e, em consequência, incorporado às narrativas bíblicas.

O segundo grupo mencionado nos textos egípcios foi o dos *chosu*. Eles aparentemente eram nômades pastoris, pastores de ovelhas e cabras que viveram principalmente nas regiões fronteiriças entre Canaã e a Transjordânia. Um relato de todas as incursões egípcias contra rebeldes no sul de Canaã nos dias de Ramsés III, no início do século XII AEC, provê uma boa descrição desses povos. O autor egípcio descreve a pilhagem dos seus "acampamentos de pessoas e posses, bem como do seu gado, sendo eles inumeráveis". Obviamente eles constituíam um elemento problemático e incontrolável com uma presença especialmente forte no deserto e nas fronteiras das terras altas. Sabe-se que ocasionalmente eles também migrariam para o delta oriental do Egito, como atesta um papiro do século XIII que relata seus movimentos ao longo das fortalezas da fronteira egípcia.

Algum desses grupos poderia ter sido o misterioso "Israel" simplesmente chamado por outro nome?

Camponeses desalojados?

A teoria da infiltração pacífica de Alt sofreu um ataque feroz na década de 1970, devido a teorias etnográficas e antropológicas novas e bem mais detalhadas sobre a relação entre nômades pastoris e comunidades sedentárias no Oriente Médio. A principal crítica levantada contra as antigas ideias da luta entre o deserto e a terra semeada foi que fazendeiros e pastores estavam muito mais integrados e eram bem menos estranhos uns aos outros. Eles foram essencialmente componentes de uma única sociedade. E assim, durante as décadas de 1960 e 1970, outra teoria singular das origens israelitas.

Apresentada primeiro pelo biblista norte-americano George Mendenhall e mais tarde elaborada pelo historiador da Bíblia e sociólogo norte-americano Norman Gottwald, essa teoria dá a considerar que os primeiros israelitas não eram nem saqueadores invadindo nem nômades se infiltrando, mas camponeses rebeldes que fugiram das cidades de Canaã para terras altas vazias. Mendenhall e Gottwald argumentaram, com base na evidência contida nos documentos egípcios (principalmente as tabuletas de Tell el-Amarna), que a Canaã da Idade do Bronze Tardia foi uma sociedade altamente estratificada com tensão social e desigualdade econômica em crescimento. A elite urbana controlava a terra, a riqueza e o comércio; os camponeses dos povoados eram privados tanto de riqueza quanto de direitos. Com a situação se deteriorando em Canaã na última fase da Idade do Bronze Tardia, os pesados impostos, os maus-tratos infligidos pelos proprietários de terras e a constante importunação pelas autoridades – tanto locais quanto egípcias – tornaram-se insuportáveis.

Assim, Mendenhall e Gottwald teorizaram que, para muitos a única solução era deixar seus lares e buscar novas fronteiras. Alguns deles podem ter se tornado *apiru*, isto é, pessoas que viviam à margem da sociedade, causando problemas para as autoridades. Muitos voltaram a se assentar nas florestas relativamente vazias das terras altas, longe do controle cananeu e egípcio. E, em sua nova pátria, esses camponeses rebeldes estabeleceram uma sociedade mais igualitária – menos estratificada e menos rígida. Ao fazer isso, eles ser tornaram "israelitas".

Gottwald, além disso, cogitou que as novas ideias de igualdade foram importadas em Canaã por um pequeno grupo de pessoas que veio do Egito e se assentou nas terras altas. Esse grupo pode ter sido influenciado por ideias egípcias não ortodoxas sobre religião, como aquelas que estimularam a revolução monoteísta de Aquenaton no século XIV AEC. Esse novo grupo, em consequência, teria sido o núcleo em torno do qual se cristalizaram os novos habitantes assentados nas terras altas. O surgimento do Israel mais antigo foi, por conseguinte, uma revolução social dos desprivilegiados contra seu senhores

feudais, energizada pela chegada de uma nova ideologia visionária.

Infelizmente, não existe evidência arqueológica que apoie essa teoria – e, de fato, boa parte da evidência contradiz isso frontalmente. Como vimos, a cultura material dos novos povoados era completamente distinta da cultura das terras baixas cananeias; se os assentados tivessem sido refugiados das terras baixas, esperaríamos ver, pelo menos, mais similaridade nos estilos de arquitetura e cerâmica. Ainda mais importante é que, em estudos arqueológicos recentes de cidades da Idade do Bronze Tardia, ficou claro que o setor rural da sociedade cananeia começou a empobrecer já no século XVII AEC. De fato, essa zona rural debilitada e menos populosa – e a consequente queda na produção agrícola – pode ter desempenhado algum papel no colapso da cultura urbana. Porém, seguramente ela não teria como fornecer a energia para impulsionar uma vigorosa nova onda de assentamentos nas terras altas. Por fim, até mesmo depois do fim da Idade do Bronze Tardia e da destruição dos centros urbanos cananeus, grande parte dos povoados das terras baixas – sendo poucos – conseguiram sobreviver e seguir existindo do mesmo modo que antes. Isso é evidente na região central da cultura cananeia: nos vales de Jezrael e do Jordão e na planície costeira sul da Filisteia.

Consequentemente realmente não vemos hordas de pessoas desarraigadas deixando seus povoados nas terras baixas em busca de nova vida na fronteira com as terras altas. A resposta para a pergunta "quem foram os israelitas?" terá de vir de algum outro lugar.

Um avanço arqueológico repentino

As identificações iniciais e as teorias sociológicas mais amplas sobre os primeiros israelitas se basearam na decifração de inscrições esparsas e fragmentárias e na interpretação subjetiva da narrativa bíblica – não em primeira linha na arqueologia. O triste fato foi que por décadas, os arqueólogos ficaram procurando nos lugares errados por indícios das origens dos israelitas. Pelo fato

de muitos deles terem tomado a narrativa de Josué pelo que ela dizia, eles concentraram quase todos os seus esforços cavando os principais *tells* de cidades cananeias – tais como Jericó, Betel, Laquis e Hasor. Hoje sabemos que essa estratégia foi equivocada, porque enquanto esses principais *tells* revelaram muita coisa sobre a cultura urbana da Idade do Bronze Tardia, ele não nos contaram quase nada sobre os israelitas.

Essas principais cidades cananeias estavam localizadas ao longo da planície costeira e nos vales – longe das regiões montanhosas cobertas de florestas onde emergiu o antigo Israel. Antes do final da década de 1960, foi empreendida apenas uma pesquisa arqueológica abrangente para procurar por evidência de sítios puramente israelitas. Ela foi conduzida pelo arqueólogo israelense Yohanan Aharoni na região marginal – na borda norte da posterior área sob controle israelita nas montanhas escarpadas e cobertas de florestas da Alta Galileia. Aharoni descobriu que na área não havia sítios do Bronze Tardio e que ela foi colonizada por uma série de pequenos e pobres sítios da Idade do Ferro I (cerca dos séculos XII-XI AEC), que ele identificou com os primeiros assentados das tribos de Neftali e Aser. O trabalho de campo de Aharoni na Alta Galileia pareceu, em consequência, prover apoio para a teoria da infiltração pacífica. O único problema foi que sua pesquisa ocorreu muito ao norte do núcleo do assentamento israelita.

Por mais que possa parecer surpreendente, essa região central israelita nas terras altas da Palestina Ocidental entre os vales de Jezrael e de Bersabeia era virtualmente uma *terra incognita* em termos arqueológicos. Mas a falta de exploração arqueológica na região montanhosa central não se deveu só a preferências científicas. Da década de 1920 a 1967, guerra e intranquilidade política no Oriente Médio desencorajaram inteiramente a investigação arqueológica no centro da região montanhosa. Mais tarde, porém, depois da guerra de 1967, a paisagem arqueológica mudou completamente. Uma jovem geração de arqueólogos israelenses, influenciados pelas novas tendências da

arqueologia mundial, foi a campo com um novo método de investigação: seu objetivo foi explorar, mapear e analisar a paisagem antiga da região montanhosa – mais do que apenas cavar.

Começando na década de 1940, os arqueólogos reconheceram a importância de fazer estudo regionais que examinam padrões de assentamento com o decorrer do tempo. Escavações feitas em sítios singulares produzem quadros altamente localizados da cultura material de populações antigas – revelando a sequência de estilos de cerâmica, joalheria, armas, casas e túmulos de uma comunidade particular. Porém, pesquisas regionais, nas quais os sítios antigos de uma área ampla são mapeados e datados pelos cacos de cerâmica característicos coletados na superfície, trocam profundidade por amplitude. Essas explorações revelam onde os povos antigos se assentaram e o tamanho dos seus assentamentos. A escolha de certos nichos topográficos (tais como o topo de colinas em vez de vales) e certos nichos econômicos (tais como um local em que se pratica o cultivo de sementes em vez da horticultura) e facilidade de acesso às estradas principais e a fontes de água, revela muita coisa sobre o estilo de vida e, em última análise, sobre a identidade social de populações de vastas áreas mais do que de comunidades individuais. Tão importante quanto isso é que as explorações em que sítios de muitos períodos diferentes são mapeados permitem aos arqueólogos rastrear mudanças na história demográfica de dada região no decorrer de longos períodos de tempo.

Nos anos que se seguiram a 1967, a região central do assentamento israelita – os territórios tradicionais das tribos de Judá, Benjamim, Efraim e Manassés – foi coberta por explorações intensas. Equipes de arqueólogos e estudantes vasculharam virtualmente cada vale, cume e encosta, à procura de vestígios de muros e cacos de cerâmica dispersos. O trabalho de campo foi lento, em que um dia de trabalho conseguiu cobrir em média cerca de uma milha quadrada. Registrou-se toda informação sobre sinais de ocupação da Idade da Pedra até o período otomano, visando estudar a história da ocupação de longo prazo das

terras altas. Os métodos estatísticos foram usados para estimar o tamanho de cada assentamento em cada um dos seus períodos de ocupação. A informação ambiental sobre cada sítio foi coletada e analisada para reconstruir a paisagem natural em várias eras. Em poucos casos promissores, igualmente foram feitas escavações.

Essas explorações revolucionaram o estudo do Israel mais antigo. A descoberta dos restos de uma densa rede de povoados de terras altas – todos aparentemente estabelecidos em um intervalo de poucas gerações – indicaram que uma drástica transformação social aconteceu na região montanhosa central de Canaã em torno de 1200 AEC. Não há sinal de invasão violenta ou mesmo de infiltração de um grupo étnico claramente definido. Em vez disso, parece ter havido uma revolução no estilo de vida. Nas terras altas, antes esparsamente povoadas, dos montes judaicos no sul até os montes de Samaria no norte, longe das cidades cananeias que estavam em processo de colapso e desintegração, brotaram do chão repentinamente cerca de duzentas e cinquenta comunidades no alto dos morros. Ali estiveram os primeiros israelitas[*].

A vida na fronteira das terras altas

Escavações em alguns dos pequenos sítios da Idade do Ferro I descobertos no curso das explorações mostraram que a onda repentina de assentamentos nas terras altas foi surpreendentemente uniforme. O povoado típico costumava estar localizado no alto de um monte ou em um cume íngreme que permitia dominar com a vista a paisagem circundante. Ele era posto em uma área aberta rodeada de florestas naturais formadas principalmente por carvalhos e terebintos. Em alguns casos, povoados foram fundados na orla de vales estreitos entre as montanhas – presumivelmente para ter acesso facilitado a campos agrícolas. Em muitos casos, eles foram construídos na terra fértil localizada no ponto mais oriental possível com vista para o deserto, perto de bons campos de pastagem. Em todo caso, os povoados parecem ter sido autossuficientes. Seus habitantes tiravam água de

fontes próximas ou armazenavam água da chuva durante o inverno em cisternas cortadas na rocha e revestidas para uso no restante do ano. O aspecto mais surpreendente foi a escala minúscula desses assentamentos. Na maioria dos casos, eles não tinham mais de um acre de área e, de acordo com estimativas, abrigavam cerca de cinquenta adultos e cinquenta crianças. Até os maiores assentamentos nas terras altas chegavam somente a três ou quatro acres, com uma população de poucas centenas de pessoas. No auge do processo de assentamento, em torno do ano 1000 AEC, a população total desses povoados da região montanhosa não pode ter passado muito de quarenta e cinco mil pessoas.

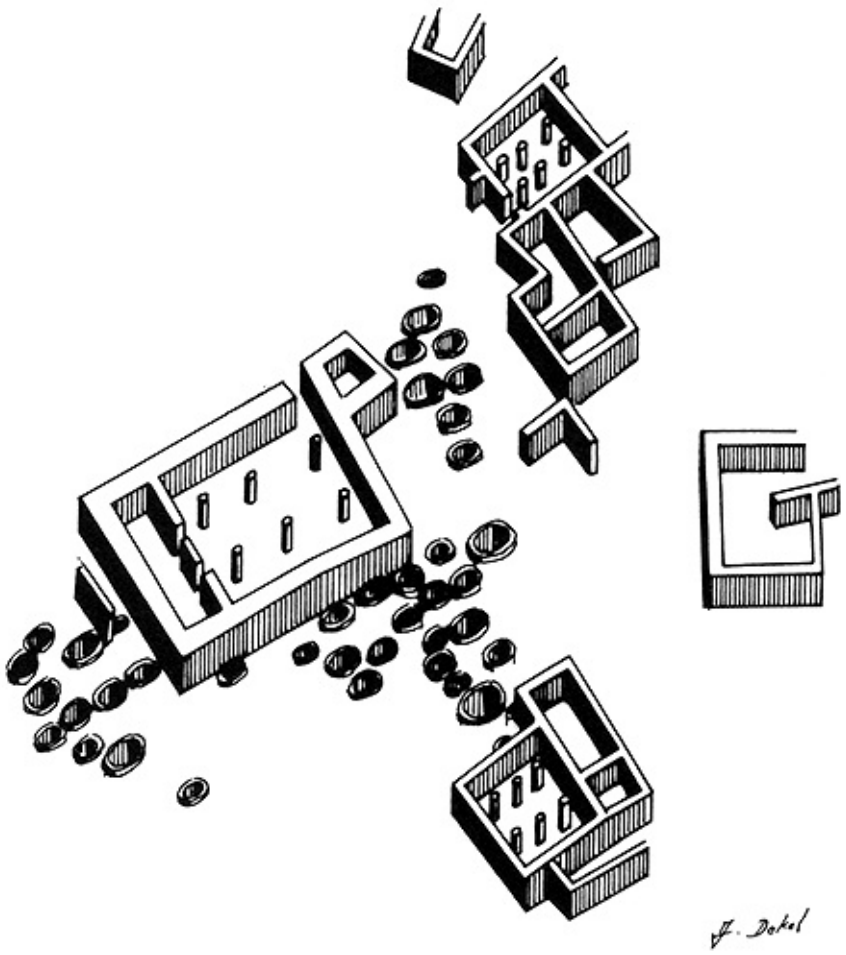


Figura 12: Um setor escavado de Izbet Sartah, um povoado da Idade do Ferro I Tardia nos contrafortes ocidentais, caracterizado por casas com pilares e silos de grãos

Em contraste com a cultura das cidades e povoados cananeus nas terras baixas, os povoados nas terras altas não tinham prédios públicos, palácios, armazéns nem templos. Sinais de qualquer tipo de registro, tais como escritos, selos e impressões com selos estão quase completamente ausentes. Quase não há itens de luxo: nenhuma cerâmica importada e quase nenhuma joia. De fato, todas as casas do povoado possuíam um tamanho similar, dando a entender que a riqueza era distribuída de modo bastante equitativo entre as famílias. As casas foram construídas com pedras brutas do campo, com pilares grosseiros de pedra amontoada para sustentar o telhado ou o piso superior. A construção média, com um tamanho em torno de seiscentos pés quadrados, acomodava

presumivelmente de quatro a cinco pessoas – o tamanho da família nuclear. Em muitos casos, covas revestidas de pedra para armazenagem de grãos foram cavadas entre as casas (Figura 12). Esses silos e uma grande quantidade de lâminas de foice e pedras de triturar grãos encontrados em cada casa indicam que o cultivo de grãos era uma das principais preocupações dos moradores desses povoados. Contudo, a atividade pastoril ainda era importante; pátios cercados perto das casas aparentemente eram usados para manter os animais protegidos durante a noite.

As amenidades da vida eram simples. A cerâmica era rudimentar e básica; não havia recipientes trabalhados ou altamente decorados. Os utensílios domésticos consistiam principalmente de jarros para armazenar produtos e potes para cozinhar – os utensílios básicos para a vida cotidiana. Os jarros aparentemente eram usados para armazenar água, óleo e vinho. Praticamente nada sabemos sobre costumes funerários, aparentemente porque os túmulos eram simples e os mortos eram enterrados sem oferendas. Da mesma forma, quase não há indício de culto. Não foram encontrados santuários nos povoados, de modo que suas crenças especificamente religiosas são desconhecidas. Em um dos casos, em um minúsculo sítio no alto de um monte na região montanhosa norte, escavada por Amihai Mazar da Universidade Hebraica, foi descoberta uma estatueta de bronze representando um touro, indicando o culto das divindades cananeias tradicionais. Em outro sítio, no Monte Ebal, Adam Zertal, da Universidade de Haifa, descobriu uma estrutura de pedra não usual que ele identificou como um antigo altar israelita, mas ainda se discute a função precisa desse sítio e dos recintos murados que o cercam.

Também é digno de nota – em contraste com os relatos da Bíblia que falam de uma guerra quase contínua entre os israelitas e seus vizinhos – que os povoados não eram fortificados. Ou os habitantes se sentiam seguros em seus assentamentos remotos e não necessitavam investir em defesas ou não dispunham dos meios ou da organização apropriada para empreender esse tipo

de obra. Não foram descobertas armas tais como espadas ou lanças – embora tais achados são típicos das cidades situadas nas terras baixas. Nem havia ali sinais de incêndio ou súbita destruição que poderiam indicar um ataque violento.

Um povoado da Idade do Ferro I – Izbet Sartah – localizado na orla ocidental das terras altas com vista para a planície costeira, foi quase totalmente escavado e, em consequência, forneceu informação suficiente para uma confiável reconstrução de sua economia de subsistência. A análise detalhada dos dados escavados por Baruch Rosen, um especialista israelense em produção agrícola e alimentação antigas, permitiu supor que o povoado (com uma população estimada de cerca de cem pessoas) provavelmente era sustentado por cerca de oitocentos acres de terra no entorno, quatrocentos e cinquenta dos quais eram cultivados e o restante usado para pastagem. Sob as condições da Idade do Ferro Inicial, aqueles campos poderiam ter produzido até cinquenta e três toneladas de trigo e vinte e uma toneladas de cevada por ano, com o auxílio de cerca de quarenta bois para lavrar. Adicionalmente os habitantes aparentemente mantinham um rebanho de cerca de trezentas ovelhas e cabras. (É preciso observar, no entanto, que esse povoado estava localizado na zona fértil dos contrafortes. A maioria dos povoados situados nas terras altas não era tão "rica".)

Tudo isso mostra que as principais batalhas dos primeiros israelitas não eram travadas contra outros povos, mas contra o terreno pedregoso, as densas florestas das terras altas e o áspero e imprevisível meio ambiente. Contudo, pelo visto, eles viveram de modo relativamente pacífico e eram capazes de manter uma economia autossuficiente. Eles estavam bastante isolados das rotas de comércio regionais e parece que também estavam bem distantes uns dos outros; não há indício de que qualquer bem de comércio tenha sido trocado entre os povoados das terras altas. Logo, não é de se surpreender que não haja evidência de qualquer estratificação social significativa nesses povoados, nenhum sinal de prédios administrativos para funcionários públicos, residências confortáveis para dignitários ou os produtos especializados de artesãos altamente qualificados.

Os primeiros israelitas aparecem por volta de 1200 AEC, como pastores e agricultores nos montes. Sua cultura foi a de simples subsistência. É o que sabemos. Porém, de onde eles vieram?

Novos indícios das origens israelitas

Como se viu, a resposta para a pergunta pelas origens israelitas jaz nos restos de seus mais antigos assentamentos. A maioria dos povoados escavados nas terras altas proporcionaram evidência sobre a vida israelita muitas décadas ou até um século depois de terem sido fundados. Casas e pátios foram alargados e remodelados durante aqueles anos. Em apenas muito poucos casos os restos do assentamento inicial foram preservados intactos embaixo das edificações posteriores. Um desses casos foi no sítio de Izbet Sartah, já mencionado.

A fase mais antiga do sítio tinha um plano altamente inusitado, muito diferente do conjunto de casas retangulares construídas com pilares que posteriormente surgiu no local. O primeiro assentamento foi construído com uma forma ovalada, em que uma série de quartos cercavam um pátio amplo e aberto (Figura 13). Esses quartos exteriores estavam ligados um ao outro de tal maneira que formavam uma espécie de cinturão contínuo que protegia o pátio interno. O pátio amplo e cercado indica que os habitantes tinham rebanhos, provavelmente de ovelhas e cabras. A descoberta de alguns silos, lâminas de foice e pedra de triturar grãos indica que eles também praticaram um pouco de cultivo de grãos.

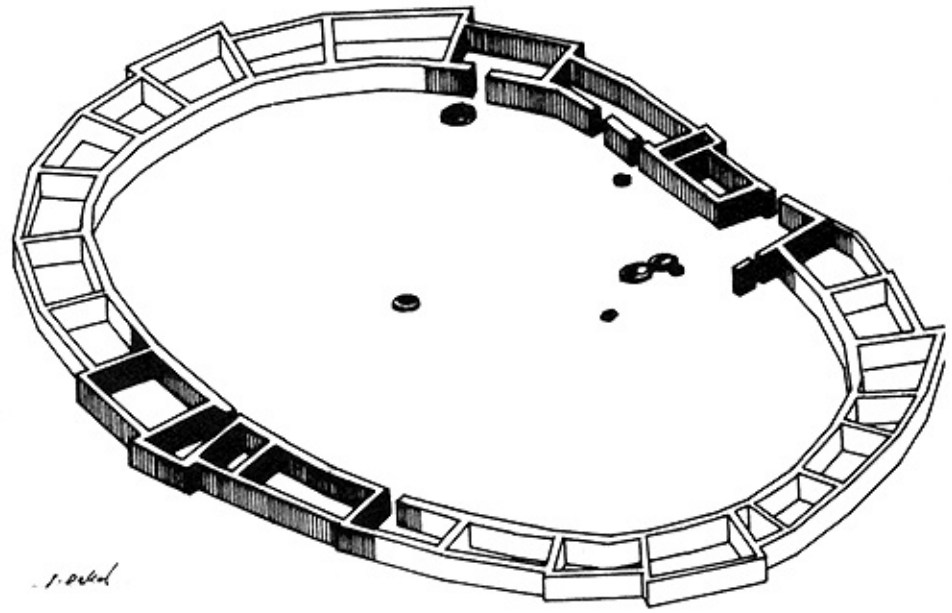


Figura 13: A fase da Idade do Ferro I Inicial em Izbet Sartah.
O formato oval indica as origens pastoris dos habitantes

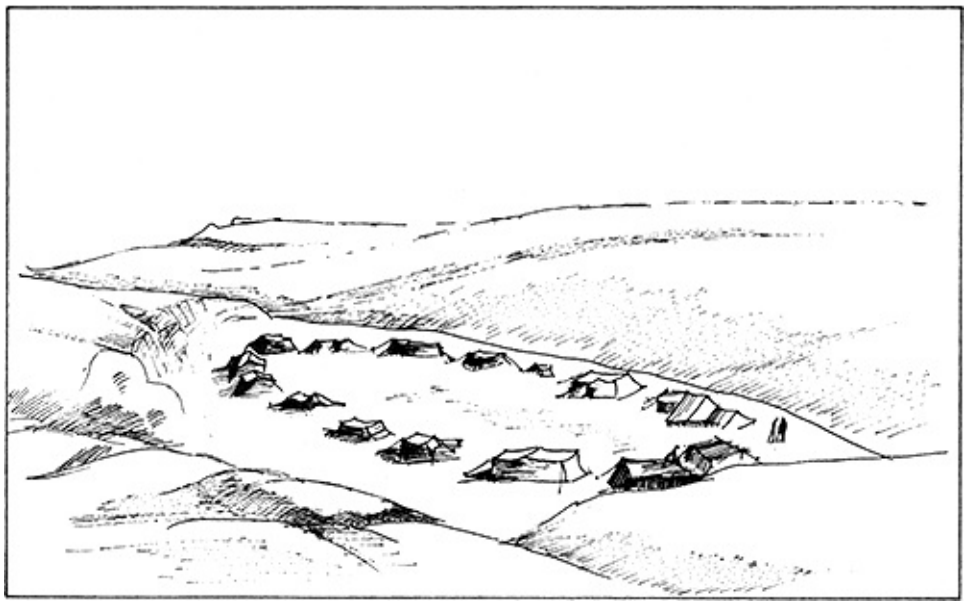


Figura 14: Um acampamento oval de beduínos perto de Jericó como se apresenta em um desenho do século XIX

Sítios ovais similares foram descobertos nas terras altas centrais e nas terras altas do Negueb no sul. Sítios comparáveis que datam de outros períodos foram encontrados no Sinai, no Jordão e em outras áreas do Oriente Médio. Em termos gerais, esse tipo de espaço cercado parece ser característico dos assentamentos nas terras altas e nas fronteiras com o deserto. O plano desse povoado bem do início da Idade do Ferro I é similar não só a sítios da Idade do Bronze e da Idade do Ferro nas estepes, mas também a acampamentos de tendas dos beduínos descritos e até fotografados por viajantes no Deserto de Judá, na Transjordânia e no Sinai no final do século XIX e início do século XX (Figura 14). Nesse tipo de acampamento, um arco de tendas cerca um pátio aberto, no qual eram mantidos os rebanhos à noite. Os sítios das terras altas e do Negueb durante a Idade do Ferro são curiosamente similares em forma, tamanho e quantidade de unidades. Embora as paredes de pedra tenham substituído as tendas portáteis nos antigos assentamentos, a forma indica claramente a função nos dois tipos de assentamentos. As pessoas que viviam nesses sítios – tanto no passado como no presente – eram pastores interessados primeiramente em proteger seus rebanhos.

Tudo isso indica que grande parte dos primeiros israelitas fora constituída de nômades pastoris.

Mas eles eram nômades pastoris passando por uma profunda transformação. A suposta mudança dos anteriores acampamentos em tendas para povoados com formato similar em construção de pedra, e, mais tarde, para casas mais permanentes retangulares e apoiadas sobre pilares indica que eles abandonaram seu estilo de vida migratório, renunciaram à maior parte dos seus animais e mudaram para a agricultura permanente. Transformações como estas ainda podem ser observadas no Oriente Médio. Beduínos no processo de assentar-se com frequência trocam suas tendas por estruturas de pedra ou tijolos de formato similar. Eles também tendem a manter a forma do acampamento de tendas tradicional quando formatam seu primeiro assentamento permanente. Mais tarde eles gradualmente se afastam dessa tradição e se mudam para povoados sedentários regulares. Uma evolução muito similar é perceptível nos restos dos povoados das terras altas da Idade do Ferro.

Há outro indício que aponta na mesma direção: os tipos de lugares que os povoadores da Idade do Ferro I escolheram para seus primeiros assentamentos permanentes implica o nomadismo pastoril como pano de fundo. Muitos dos assentamentos do início da atividade da Idade do Ferro nas terras altas estavam localizados na parte oriental da região, não muito longe da beira do deserto. Estabelecer assentamentos nessa área permitiu que os povoadores continuassem a pastorear ovelhas e cabras, enquanto gradualmente mudavam para a atividade agrícola como principal meio de subsistência. Só mais tarde eles começaram a expandir-se para o oeste, que é menos favorável a atividade agrícola e pastoril e mais apropriado para o cultivo de olivais e vinhas.

Logo, muitos dos primeiros israelitas, pelo visto, foram nômades que gradualmente se tornaram agricultores. Ainda assim, nômades têm de vir de algum lugar. A evidência arqueológica recentemente revelada também tem algo a dizer sobre isso.

Os ciclos ocultos de Canaã

As explorações extensivas feitas em décadas recentes nas terras altas coletaram dados sobre a natureza da ocupação humana nessa região durante muitos milênios. Uma das maiores surpresas foi que a repentina onda de pastores se assentando e se tornando agricultores permanentes no século XII AEC não foi um evento único. De fato, a evidência arqueológica indicou que, antes do século XII AEC, houve duas ondas de assentamento similar nas terras altas, sendo que em ambas os habitantes acabaram retornando a um modo de vida pastoril disperso.

TABELA 1
ONDAS DE ASSENTAMENTO NAS TERRAS ALTAS

PERÍODO	DATAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Idade do Bronze Inicial	3100-2100 AEC	*Primeira onda* de assentamento; cerca de 100 sítios registrados
Idade do Bronze Intermediária	2200-2000 AEC	Crise do assentamento; a maioria dos sítios foi abandonada
Idade do Bronze Média	2000-1550 AEC	*Segunda onda* de assentamento; cerca de 220 sítios registrados
Idade do Bronze Tardia	1550-1150 AEC	Crise do assentamento; só cerca de 25 sítios registrados
Idade do Ferro I	1150-900 AEC	*Terceira onda* de assentamento; cerca de 250 sítios registrados
Idade do Ferro II	900-586 AEC	O sistema de assentamento evolui e chega a mais de 500 sítios (século VIII AEC)

Sabemos agora que a primeira ocupação das terras altas aconteceu na Idade do Bronze Inicial, iniciando mais de dois mil anos antes do surgimento do Israel antigo, por volta de 3500 AEC. No auge dessa onda de assentamento, havia quase uma centena de povoados e centros urbanos maiores espalhados por toda a serra central. Mais de mil anos depois, em torno de 2200 AEC, a maior parte dos

assentamentos em terras altas havia sido abandonada e as terras altas voltaram a ser uma zona de fronteira. Contudo, a segunda onda de assentamento, mais forte que a primeira, começou a ganhar impulso na Idade do Bronze Média, pouco depois do ano 2000 AEC. Essa onda começou com o estabelecimento de pequenos povoados esparsos que gradualmente evoluiu para uma rede complexa de cerca de 220 assentamentos, indo de povoados a centros urbanos e a centros regionais fortificados. A população dessa segunda onda de assentamento foi estimada em cerca de quarenta mil. Muitos dos principais centros fortificados desse período – Hebron, Jerusalém, Betel, Silo e Siquém – viriam a tornar-se centros importantes na época dos israelitas. Contudo, a segunda onda de assentamento em terras altas terminou em algum momento do século XVII AEC. E dessa vez as terras altas permaneceriam uma zona de fronteira esparsamente povoada por quatro séculos. Por fim – como terceira onda principal –, o assentamento israelita antigo começou por volta de 1200 AEC (Figura 15). Como seus predecessores, ele começou principalmente com pequenas comunidades rurais, com uma população inicial de aproximadamente 45.000 pessoas em 250 sítios. Gradualmente ele foi evoluindo para um sistema maduro de grandes cidades, centros comerciais regionais de médio porte e pequenos povoados. Na crista dessa onda assentamento no século VIII AEC, após o estabelecimento dos reinos de Judá e Israel, ele abrangeu mais de quinhentos sítios com uma população de aproximadamente 160.000 pessoas.

Esse drástico crescimento populacional se tornou possível graças à plena utilização do potencial agrícola da região. As terras altas oferecem excelente terreno para o cultivo de olivas e vinho – os setores mais lucrativos da economia tradicional do Oriente Médio. Em todos os três períodos de assentamento extensivo nas terras altas, o excedente de vinho e azeite de oliva parece ter sido enviado para as terras baixas e até exportado para além das fronteiras de Canaã, especialmente para o Egito. Recipientes de armazenamento da Idade do Bronze Inicial encontrados no Egito foram analisados e descobriu-se que foram feitos de

argila das terras altas cananeias. Em um caso extraordinário, um jarro de Canaã ainda continha restos de sementes de uvas.

Em consequência, as similaridades entre os padrões de assentamento das três principais ondas são evidentes. Em muitos casos, sítios em particular foram ocupados em todos os três períodos. Tão importante quanto isso é que os padrões globais de assentamento em todas as ondas tinham certas características em comum. Em primeiro lugar, parece que a parte sul das terras altas sempre foi menos povoada do que a parte norte, o que, como veremos, resultou de seus ambientes naturais muito diferentes. Em segundo lugar, parece que cada onda de crescimento demográfico começou no leste e gradualmente se expandiu para o oeste. Por fim, cada uma das três ondas é caracterizada por uma cultura material mais ou menos similar – cerâmica, arquitetura e o plano do povoado – que provavelmente foi resultado de condições ambientais e econômicas similares.

Nos períodos entre os pontos altos do assentamento nas terras altas, quando as cidades, áreas urbanas e até a maioria dos povoados foram abandonados, as terras altas de modo nenhum ficaram desertas. Importante evidência a favor disso advém de uma fonte inesperada – não de inscrições ou prédios escavados, mas de uma análise detida de ossos de animais escavados. Entre os ossos coletados em sítios que floresceram durante períodos de assentamento intenso nas terras altas há uma quantidade relativamente grande de ossos de gado – que geralmente indica agricultura extensiva e o uso do arado. De fato, essas proporções são similares ao que vemos em comunidades agrícolas de povoado tradicionais no Oriente Médio atual.

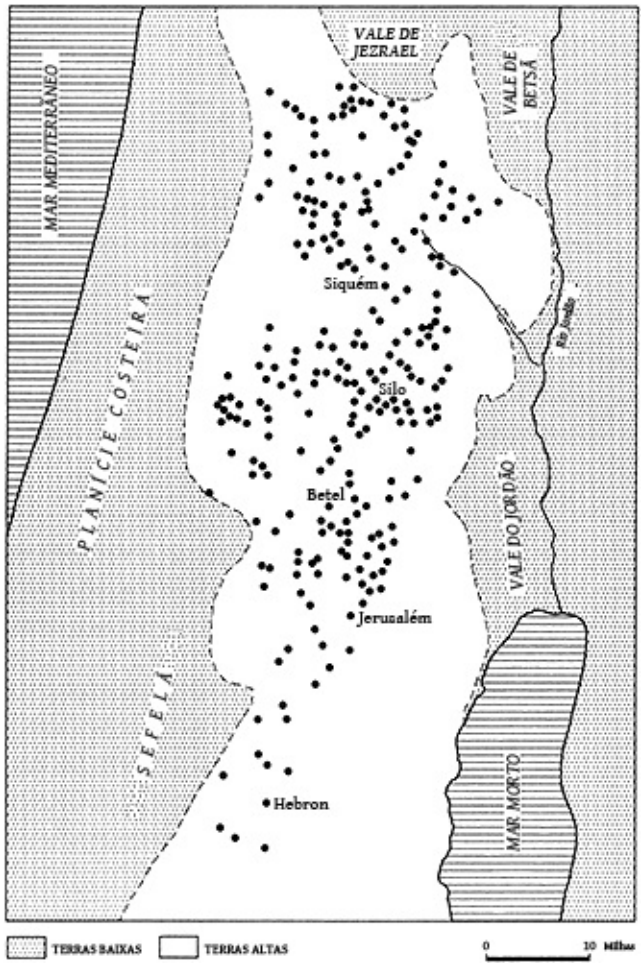


Figura 15: Sítios da Idade do Ferro I nas terras altas centrais

Contudo, uma drástica diferença pode ser vista nos ossos coletados em poucos sítios nas terras altas que continuaram a se ocupados nos períodos *entre* as principais ondas de assentamento. A quantidade de gado vacum é mínima, mas há um proporção excepcionalmente grande de ovelhas e cabras. Isso é similar à composição de rebanhos entre grupos de beduínos. Para os pastores que se ocupam apenas marginalmente com a agricultura sazonal e passam a maior parte do ano procurando novas pastagens, o gado vacum pesado e lento é um fardo. Ele não consegue se deslocar tão rápido como as ovelhas e as cabras. Assim, nos períodos de assentamento intenso nas terras altas, mais pessoas se ocuparam com a agricultura; nos anos de crise, as pessoas praticavam o pastoreio de ovelhas e cabras.

Essas drásticas flutuações são comuns? No Oriente Médio, as pessoas sempre souberam mudar rapidamente da vida do povoado para a criação de animais – ou do pastoreio para a agricultura sedentária – de acordo com a evolução das condições políticas, econômicas ou mesmo climáticas. Muitos grupos em toda a região foram capazes de mudar de estilo de vida de acordo com o que mais interessava para ele no momento e a avenida que conectava a vida do povoado com o nomadismo pastoril sempre foi uma via de duas mãos. Os estudos antropológicos da história dos assentamentos no Jordão, no sudoeste Síria e no vale do Médio Eufrates, levados a termo no século XIX e no início do século XX mostram exatamente isso. Impostos cada vez mais pesados e a ameaça de recrutamento para o exército otomano figuravam entre os fatores que impeliram incontáveis famílias dos povoados a abandonar suas casas nas regiões agrícolas e desaparecer no deserto. Ali elas se ocuparam com a criação de animais, que sempre foi um modo de vida mais resiliente, embora menos confortável.

O processo inverso se deu em épocas de melhoria da segurança e das condições econômicas. As comunidades sedentárias foram fundadas por ex-nômades ou estes se associaram àquelas, desempenhando um papel especializado na sociedade bipartite ou dimórfica. Um dos segmentos dessa sociedade se especializava na agricultura enquanto o outro continuava com o tradicional pastoreio de ovelhas e cabras.

Esse padrão possui significado especial para a pergunta: Quem foram os primeiros israelitas? Isso porque os dois componentes da sociedade do Oriente Médio – agricultores e nômades pastoris – sempre mantiveram uma relação econômica interdependente, mesmo que às vezes houvesse tensão entre os dois grupos. Os nômades precisavam dos mercados dos povoados estabelecidos para obter o cereal e outros produtos agrícolas, enquanto os agricultores dependiam dos nômades em função do suprimento regular de carne, laticínios e couro. Contudo, os dois lados do intercâmbio não eram inteiramente igualitários: os moradores dos povoados podiam contar com sua própria produção para

sobreviver, ao passo que os nômades pastoris não tinham como subsistir apenas com os produtos de seus rebanhos. Eles necessitavam o cereal para suplementar e balancear sua dieta altamente gordurosa de carne e leite. Enquanto havia moradores de povoados para fazer comércio, os nômades podiam continuara a concentrar-se na criação de animais. Porém, quando não havia como conseguir cereal em troca de produtos animais, os nômades pastoris eram forçados a produzi-los por conta própria.

E aparentemente foi isso que causou a onda repentina de assentamentos nas terras altas. Em particular na terra de Canaã da Idade do Bronze Tardia, a existência de grandes populações de nômades pastoris nas terras altas e nas orlas dos desertos foi possível somente enquanto as cidades-Estado cananeias e os povoados cananeus podiam produzir um excedente adequado de cereal para comerciar. Essa foi a situação durante três séculos da dominação egípcia sobre Canaã. Porém, quando aquele sistema político entrou em colapso no século XII AEC, suas redes econômicas deixaram de funcionar. É plausível presumir que os moradores dos povoados de Canaã foram forçados a concentrar-se na subsistência local e deixaram de produzir um excedente significativo de cereal para além daquilo que necessitavam para si mesmos. Assim, os pastores das terras altas e da orla dos desertos tiveram de se adaptar às novas condições e produzir seu próprio grão. Logo as demandas da agricultura causariam uma redução na extensão das migrações sazonais. Nesse caso, os rebanhos tiveram de ser reduzidos na medida em que o período das migrações diminuía e, devido ao esforço crescente investido na agricultura, ocorreu uma mudança permanente para a sedentarização.

O processo que descrevemos aqui, de fato, é o oposto do que temos na Bíblia: o surgimento do Israel mais antigo foi decorrência e não causa do colapso da cultura cananeia. E a maior parte dos israelitas não veio de fora de Canaã – eles emergiram de dentro dela. Não houve êxodo em massa do Egito. Não houve conquista violenta de Canaã. A maior parte das pessoas que formou o primeiro

Israel era de pessoas locais – as mesmas pessoas que vemos nas terras altas durante toda a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. Os israelitas mais antigos foram – ironia das ironias –, eles próprios, originalmente cananeus!

Em que sentido o antigo Israel foi único?

Nas áreas mais férteis das terras altas a leste do Jordão, constatamos os mesmos altos e baixos na atividade sedentária, a mesma crise na Idade do Bronze Tardia e exatamente a mesma onda de assentamento na Idade do Ferro I. As explorações arqueológicas levadas a cabo no Jordão revelaram que a história do assentamento dos territórios de Amon, Moab e Edom foi muito similar à do Israel mais antigo. Poderíamos tomar nossa descrição arqueológica de um povoado israelita típico da Idade do Ferro I nas terras altas a oeste do Jordão e usá-la quase sem modificações como descrição de um povoado moabita antigo. Esses povos viveram no mesmo tipo de povoados, em casas similares, usaram cerâmica similar e levaram um modo de vida quase idêntico. Contudo, a partir da Bíblia e de outras fontes históricas, sabemos que as pessoas que viveram nos povoados da Idade do Ferro I a leste do Jordão não se tornaram israelitas; em vez disso, elas formaram mais tarde os reinos de Amon, Moab e Edom. Assim, há alguma coisa específica nos povoados das pessoas que formaram o Israel mais antigo que as distinguiu dos seus vizinhos? Podemos dizer como se cristalizaram sua etnicidade e nacionalidade?

Hoje, como no passado, as pessoas demonstram sua etnicidade de muitas maneiras diferentes: na linguagem, na religião, nas maneiras de se vestir, nas práticas funerárias e nos tabus dietéticos elaborados. A cultura material simples deixada pelos pastores e agricultores das terras altas que se tornaram os primeiros israelitas não oferece indicação clara a respeito de dialetos, rituais religiosos, costumes ou práticas funerárias. Porém, foi descoberto um detalhe muito interessante sobre seus hábitos dietéticos. Ossos recuperados das escavações dos pequenos povoados israelitas antigos nas terras altas diferem dos

assentamentos em outras partes do país em um aspecto bem significativo: não há porcos. Entre os conjuntos de ossos dos assentamentos mais antigos nas terras altas *havia* restos de porcos e o mesmo vale para assentamentos posteriores daquele lugar (após a Idade do Ferro). Porém, por toda a Idade do Ferro – a era das monarquias israelitas – porcos não foram cozidos nem comidos, nem mesmo criados nas terras altas. Dados comparativos dos assentamentos da região costeira da Filisteia do mesmo período – a Idade do Ferro I – mostram uma quantidade surpreendentemente grande de porcos representados entre os ossos de animais recuperados. Embora os israelitas mais antigos não comiam carne de porco, os filisteus claramente faziam isso, do mesmo modo que o faziam (pelo que podemos deduzir dos dados esboçados) os amonitas e moabitas a leste do Jordão.

Uma proscrição do porco não pode se explicada unicamente por meio de razões ambientais ou econômicas. Esse pode de fato ser o único indício que temos de uma identidade específica compartilhada pelos moradores dos povoados nas terras altas a oeste do Jordão. Talvez os protoisraelitas pararam de comer porco meramente porque os povos à sua volta – seus adversários – o comiam, e começaram a se ver como diferentes deles. Práticas culinárias e costumes dietéticos distintos constituem duas da maneiras pelas quais se formam fronteiras étnicas. O monoteísmo e as tradições do Êxodo e da aliança aparentemente vieram muito depois. Meio milênio antes da composição do texto bíblico, com suas leis e seus regulamentos dietéticos detalhados, os israelitas escolheram – por razões que não estão inteiramente esclarecidas – não comer carne de porco. Ao fazer o mesmo, os judeus modernos dão continuidade à mais antiga prática cultural arqueologicamente atestada do povo de Israel.

O Livro dos Juízes e Judá no século VII

Jamais saberemos até que ponto as histórias no Livro dos Juízes estão baseadas em memórias autênticas de heróis locais e conflitos de povoados

preservadas no decorrer dos séculos na forma de poemas épicos ou contos populares. Contudo, a confiabilidade histórica do Livro dos Juízes não pode ser avaliada com base na possível inclusão de contos heroicos de eras passadas. Sua característica mais significativa é um padrão literário global que descreve a história de Israel no período após a conquista como um ciclo repetido de pecado, castigo divino e salvação (2,11-19). Só no último versículo (21,25) há uma indicação de que o ciclo pode ser rompido – com a instauração da monarquia.

É evidente que essa interpretação teológica dos contos presentes no Livro dos Juízes foi desenvolvida séculos depois dos eventos que ele supostamente descreve. Embora as narrativas individuais do conflito israelita contra os filisteus, moabitas, madianitas e amonitas exibem muitos contextos e personagens diferentes, todos estes são usados para ilustrar uma relação difícil entre Deus e seu povo. YHWH é retratado como uma divindade irada e desapontada, que libertara os israelitas da escravidão no Egito e lhes dera a Terra Prometida como herança eterna, apenas para se deparar com um povo pecador e mal-agradecido. Seguidamente ele traiu YHWH correndo atrás de deuses estrangeiros. Assim, YHWH os puniu, entregando-os nas mãos dos seus inimigos, para que sintam a dor da violência e do sofrimento – e clamem pela ajuda de YHWH. Aceitando seu arrependimento, YHWH os salvaria incumbindo um líder justo dentre eles de triunfar contra seus adversários. Central é a teologia e não a história. Aliança, promessa, apostasia, arrependimento e redenção constituem a sequência cíclica que percorre todo o Livro dos Juízes. E assim deve ter parecido ao povo de Judá no século VII AEC que a mesma sequência cíclica se aplicava a ele.

Já faz muito tempo que os biblistas reconheceram que o Livro dos Juízes é uma parte da História Deuteronomista, que, como argumentamos, é a grande expressão das esperanças e aspirações políticas dos israelitas, compilada em Judá na época do Rei Josias, no século VII AEC. As histórias do mais antigo assentamento israelita nas terras altas oferecem uma lição às pessoas diretamente relevante para os negócios contemporâneos. Enquanto Josias e seus apoiadores

olhavam para o norte com visões de unificação da terra de Israel, eles enfatizavam que só a conquista não tinha importância sem uma obediência contínua e exclusiva a YHWH. O movimento deuteronomista via a população pagã presente na terra de Israel e em todos os reinos vizinhos como um perigo mortal. Os códigos legais do Deuteronômio e suas lições históricas a respeito da História Deuteronomista deixam claro que o povo de Israel tinha de resistir à tentação da idolatria, para que não sofressem novas calamidades.

O capítulo que abre o Livro dos Juízes estabelece uma conexão clara entre o passado e o presente. Embora muitos especialistas o tenham encarado como um acréscimo posterior, o historiador da Bíblia Baruch Halpern o atribui à História Deuteronomista original. Esse capítulo nos conta as tribos que constituíram o núcleo do Reino do Sul – Judá e Simeão – cumpriram à risca sua missão sagrada na medida em que conquistaram todas as cidades cananeias em seus territórios. Em consequência, o reino de Judá estava protegido do perigo imediato da idolatria em seu meio. Porém, esse não foi o caso das tribos que mais tarde comporiam o núcleo do Reino do Norte de Israel. Relata-se que todos eles falharam em sua tentativa de eliminar os cananeus, e os enclaves cananeus que persistiram em cada um dos territórios tribais são minuciosamente listados (Juízes 1,21.27-35). Não é de se admirar, portanto, que o piedoso reino de Judá tenha sobrevivido e o apóstata Israel tenha sido derrotado. De fato, a maior parte dos relatos do Livro dos Juízes tratam do pecado e da punição das tribos do norte. Nem sequer uma história acusa Judá explicitamente de idolatria.

Mas o Livro dos Juízes implicitamente aponta uma saída para o ciclo interminável de pecado e castigo divino. Ele alude ao fato de que o ciclo já fora rompido antes. Como um mantra ele repete muitas vezes a sentença: “Naquele tempo não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia melhor” (Juízes 21,25). Isso é um lembrete de que logo depois do período dos juízes veio um grande rei para governar todas as tribos de Israel – o piedoso Davi, que firmou uma aliança eterna com Deus. Esse rei baniria toda a influência de deuses

estrangeiros dos corações e das práticas diárias dos israelitas. Ele estabeleceria uma única capital em Jerusalém e designaria um lugar permanente para a Arca da Aliança. Um só Deus, cultuado em um só Templo, localizado em uma só capital, sob um rei da dinastia davídica eram as chaves para a salvação de Israel – tanto na época de Davi quanto na do novo Davi, o Rei Josias. Ao erradicar todo vestígio de culto aos mesmos deuses estrangeiros que haviam levado Israel a pecar no passado, Josias poria fim ao ciclo aparentemente interminável de apostasia e desastre, e conduziria Judá para uma idade de ouro de prosperidade e esperança.

Como sabemos agora, porém, o quadro estimulante que a Bíblia pinta de juízes israelitas justos – por mais poderoso e interessante que seja – pouco tem a ver com o que *realmente* aconteceu na região montanhosa de Canaã na Idade do Ferro Inicial. Arqueologia revelou que as complexas transformações sociais entre o povo pastoril das terras altas cananeias constituíram – bem mais do que as concepções bíblicas posteriores do pecado e da redenção – as forças mais formativas no nascimento de Israel.

---

[*]. Apesar de não haver maneira de saber se identidades étnicas atingiram sua forma plena nessa época, identificamos esses povoados distintos das terras altas como "israelitas", já que muitos deles estiveram continuamente ocupados até o período das monarquias – uma época sobre a qual dispomos de fontes abundantes, tanto bíblicas quanto extrabíblicas, atestando que seus habitantes se identificavam conscientemente como israelitas.

5

MEMÓRIAS DE UMA IDADE DE OURO?

No Templo e no palácio real de Jerusalém, o Israel bíblico encontrou seu foco espiritual permanente após séculos de lutas e migração. Como narram os livros de Samuel, a unção de Davi, filho de Jessé, como rei sobre todas as tribos de Israel finalizou o processo que tinha começado com a promessa original de Deus a Abraão tantos séculos antes. O caos de violência do período dos Juízes cedeu lugar a um período em que as promessas de Deus poderiam ser estabelecidas com segurança sob um rei justo. Embora a primeira escolha para o trono de Israel tivesse sido o taciturno e belo Saul da tribo de Benjamim, foi seu sucessor Davi que se tornou a figura central na antiga história israelita. A respeito do fabuloso Rei Davi há uma quantidade quase incontável de canções e histórias. Elas versaram sobre como ele abateu o poderoso Golias com uma única pedra de funda; como foi aceito na corte real por sua habilidade como harpista; suas aventuras como rebelde e salteador; de seu desejo por Betsabeia; e de sua conquista de Jerusalém e de um vasto império. Seu filho Salomão, por seu turno, é lembrado como o mais sábio dos reis e o maior dos construtores. As histórias contam de seus juízos brilhantes, sua riqueza inimaginável e da construção feita por ele do grande Templo em Jerusalém.

Durante séculos, os leitores da Bíblia em todo mundo olharam para a era de Davi e Salomão como a idade de ouro na história de Israel. Até recentemente muitos especialistas concordavam em que a monarquia unida foi o primeiro

período bíblico que podia verdadeiramente ser considerado histórico. Diferentemente das memórias nebulosas das migrações dos patriarcas ou do milagroso êxodo do Egito ou das visões sangrentas dos livros de Josué e Juízes, a história de Davi foi uma saga altamente realista de manobra política e intriga dinástica. Mesmo que muitos detalhes das façanhas iniciais de Davi certamente constituem elaborações lendárias, os especialistas por muito tempo acreditaram que a narrativa da ascensão ao poder combina bem com a realidade arqueológica. O assentamento inicial disperso dos israelitas em seus povoados na região montanhosa lentamente foi evoluindo para formas mais centralizadas de organização. E a ameaça aos israelitas representada pelas cidades filisteias da costa teriam provocado a crise que precipitou o surgimento da monarquia israelita. De fato, os arqueólogos identificaram estratos claros de destruição das antigas cidades cananeias e filisteias que eles acreditaram demarcar o itinerário das amplas conquistas de Davi. E os impressionantes portões e palácios de cidades postos a descoberto em vários sítios importantes de Israel foram vistos como evidência das atividades de construção de Salomão.

Contudo, muitas das escoras arqueológicas que reforçavam a base histórica das narrativas de Davi e Salomão foram questionadas recentemente. A extensão real do "império" davídico é objeto de debate acalorado. Escavações em Jerusalém não conseguiram produzir evidências de que ela foi uma grande cidade na época de Davi ou Salomão. E os monumentos atribuídos a Salomão estão sendo associados mais plausivelmente com outros reis. Assim, a reconsideração da evidência possui graves implicações. Porque se não houve patriarcas nem êxodo nem conquista de Canaã – nem monarquia unida próspera sob Davi e Salomão –, podemos dizer que algum dia existiu mesmo um antigo Israel bíblico, como descrito nos Cinco Livros de Moisés e nos livros de Josué, Juízes e Samuel?

Uma dinastia real para Israel

A epopeia bíblica da transformação de Israel do período dos juízes até o período da monarquia começa com uma grande crise militar. Como descrito em 1 Samuel 4–5, os exércitos filisteus em massa desbarataram os soldados israelitas recrutados das tribos e levaram a sagrada Arca da Aliança como despojo de guerra. Sob a liderança do Profeta Samuel, um sacerdote do santuário em Silo (localizado a meio caminho entre Jerusalém e Siquém), os israelitas mais tarde recuperaram a Arca, que foi trazida de volta e instalada no povoado de Cariat-Iarim, a oeste de Jerusalém. Porém, o tempo dos juízes claramente havia passado. As ameaças militares com que o povo de Israel se confrontava requeria uma liderança em tempo integral. Os anciãos de Israel reuniram-se na casa de Samuel em Ramá, a norte de Jerusalém, e lhe pediram para indicar um rei para Israel, "a exemplo de todos os povos". Embora Samuel tenha advertido contra os perigos da monarquia em uma das mais eloquentes passagens antimonárquicas da Bíblia (1 Samuel 8,10-18), Deus o instruiu a fazer o que o povo estava pedindo. E Deus revelou seu eleito a Samuel: o primeiro rei de Israel seria Saul, filho de Cis, da tribo de Benjamim. Saul era um jovem belo e um guerreiro destemido, mas alguém, cujas dúvidas interiores e violações ingênuas das leis divinas do sacrifício, do despojo de guerra e de outras prescrições sagradas (1 Samuel 15,10-26), levariam à sua rejeição definitiva e, por fim, em seu suicídio trágico no Monte Gelboé, quando os israelitas foram derrotados pelos filisteus.

Mesmo ainda sendo rei de Israel, Saul não estava ciente de que seu sucessor já havia sido escolhido. Deus instruiu Samuel a ir até a família de Jessé de Belém, "pois escolhi um dos seus filhos para rei" (1 Samuel 16,1). O mais novo daqueles filhos era um pastor ruivo de bela aparência chamado Davi, que finalmente traria salvação a Israel. Primeiro há uma tremenda demonstração da intrepidez de Davi no campo de batalha. Os filisteus voltaram a se juntar para travar guerra contra Israel e os dois exércitos se defrontaram no Vale do Terebinto na Sefelá. A arma secreta dos filisteus era o guerreiro gigante Golias, que zombou do Deus de Israel e desafiou qualquer guerreiro israelita a topar um combate individual com ele.

Grande medo se abateu sobre Saul e seus soldados, mas o jovem Davi, enviado por seu pai para trazer provisões para seus três irmãos mais velhos que estavam servindo no exército de Saul, aceitou o desafio sem medo. Gritando para Golias – "Tu vens contra mim com espada, lança e dardo; mas eu venho contra ti em nome do SENHOR" (1 Samuel 17,45) –, Davi pegou uma pequena pedra de seu alforje de pastor e deu um tiro de funda certeiro e mortal na testa de Golias, matando-o na hora. Os filisteus foram derrotados. Davi, o novo herói de Israel, fez amizade com Jônatas, o filho de Saul, e casou-se com Micol, a filha do rei. Davi foi aclamado pelo povo como o maior herói de Israel – maior até que o rei. Os gritos entusiasmados dos seus admiradores, "Saul matou seus mil, e Davi seus dez mil!" (1 Samuel 18,7), deixaram o Rei Saul enciumado. Era apenas uma questão de tempo para que Davi contestasse a liderança de Saul e reclamasse o trono de todo Israel.

Fugindo da fúria assassina de Saul, Davi se tornou líder de um bando de fugitivos e mercenários, reunindo em torno de si pessoas com dificuldades na vida ou profundamente endividadas. Davi e seus homens se deslocavam pelos contrafortes da Sefelá, no Deserto de Judá e na orla sul da região montanhosa de Judá – todas elas regiões localizadas longe dos centros de poder do reino de Saul a norte de Jerusalém. Tragicamente, em batalha com os filisteus bem ao norte, no Monte Gelboé, os filhos de Saul foram mortos pelo inimigo e Saul tomou sua própria vida. Davi rumou rapidamente até a antiga cidade de Hebron em Judá, onde o povo de Judá o declarou rei. Esse foi o início de um grande Estado e de uma grande linhagem davídica, o início da gloriosa monarquia unificada.

Depois que Davi e seus homens superaram os focos restantes de oposição entre os apoiadores de Saul, representantes de todas as tribos se reuniram devidamente em Hebron para declarar Davi rei sobre todo Israel. Após reinar sete anos em Hebron, Davi se deslocou para o norte para conquistar o baluarte jebusita de Jerusalém – até aquele momento não reclamado por nenhuma das tribos de Israel – para fazer dele sua capital. Ele ordenou que a Arca da Aliança

fosse trazida de Cariat-Iarim.

Então, Davi recebeu uma promessa assombrosa e incondicional de Deus*:*

> Assim diz o SENHOR Todo-poderoso: Eu te tirei das pastagens e do cuidado do rebanho, para seres chefe do meu povo Israel. Eu te acompanhei em todos os lugares por onde andaste e eliminei diante de ti todos os teus inimigos. Tornarei o teu nome tão famoso como o dos homens mais famosos da terra. Escolherei um lugar para o meu povo Israel, onde o fixarei, de modo que possa morar lá sem sobressaltos, e homens violentos não tornem a oprimi-lo como antigamente, quando eu estabelecia juízes para o meu povo Israel. Eu te concedi sossego da parte de todos os teus inimigos, e agora o SENHOR te anuncia que te fará uma casa. Quando chegares ao fim dos teus dias e repousares com teus pais, farei surgir depois de ti um descendente teu e confirmarei a sua realeza. Ele construirá uma casa para o meu nome e eu darei firmeza a seu trono para sempre. Eu serei para ele um pai, e ele será para mim um filho. Se ele proceder mal eu o castigarei com vara de homens e com açoites humanos. Mas nunca retirarei dele o meu favor, como o retirei de Saul, que eliminei da tua presença. Tua casa e tua realeza serão estáveis para sempre diante de ti; teu trono ficará firme para sempre (2 Samuel 7,8-16).

Davi deu início, então, a guerras de grande alcance visando à libertação e expansão. Em uma série de batalhas rápidas, ele destruiu o poder dos filisteus e derrotou os amonitas, os moabitas e os edomitas na Transjordânia, concluindo suas campanhas com a subjugação dos arameus no distante norte. Retornando em triunfo a Jerusalém, Davi passou a reinar sobre um vasto território, bem mais extenso até do que as heranças tribais de Israel. Porém, Davi não encontrou paz nem mesmo nessa fase de glória. Conflitos dinásticos – incluindo a revolta do seu filho Absalão – causaram grande dor de cabeça quanto à continuidade de sua dinastia. Pouco antes da morte de Davi, o sacerdote Sadoc ungiu Salomão para ser o próximo rei de Israel.

Salomão, a quem Deus deu "sabedoria e inteligência extraordinárias" (1 Reis 5,9), consolidou a dinastia davídica e organizou seu império, que se estendeu do Rio Eufrates à terra dos filisteus e à fronteira com o Egito (1 Reis 5,1). Sua imensa riqueza provinha de um sistema sofisticado de impostos e de trabalhos forçados

requisitados de todas as tribos de Israel e de expedições comerciais a países exóticos no sul. Em reconhecimento a sua fama e sabedoria, a lendária rainha de Sabá o visitou em Jerusalém e trouxe-lhe uma caravana de presentes deslumbrantes.

As maiores realizações de Salomão foram suas atividades edificadoras. Em Jerusalém, ele construiu um magnífico e ricamente decorado Templo a YHWH, inaugurado com grande pompa, e construiu um belo palácio nas cercanias. Ele fortificou Jerusalém, bem como as importantes cidades provinciais de Hasor, Meguido e Gazer, e manteve estábulos com quarenta mil baias para cavalos para seus mil e quatrocentos carros de combate e doze mil soldados da cavalaria. Ele firmou um tratado com Hiram, rei de Tiro, que enviou cedros do Líbano para a construção do Templo em Jerusalém e se tornou sócio de Salomão em empreendimentos comerciais ultramarinos. A Bíblia sumariza assim o renome de Salomão: "Portanto, em riqueza e sabedoria, o Rei Salomão superava todos os reis da terra, tanto assim que toda a terra ia visitar Salomão, para ouvir a sabedoria com que Deus o tinha dotado" (1 Reis 10,23-24).

Davi e Salomão de fato existiram?

Esta pergunta, posta assim sem rodeios, pode soar intencionalmente provocativa. Davi e Salomão são ícones religiosos tão centrais tanto para o judaísmo quanto para o cristianismo que as recentes afirmações de críticos radicais da Bíblia, dizendo que o Rei Davi "não é um personagem mais histórico do que o Rei Artur", foram saudadas por muitos círculos religiosos e científicos com indignação e desdém. Historiadores da Bíblia, tais como Thomas Thompson e Niels Peter Lemche da Universidade de Copenhague e Philip Davies da Universidade de Sheffield, apostrofados de "minimalistas bíblicos" por seus detratores, argumentaram que Davi e Salomão, a monarquia unificada de Israel e, na verdade, toda a descrição bíblica da história de Israel não passam de formulações ideológicas habilmente elaboradas, produzidas por círculos

sacerdotais em Jerusalém no período pós-exílico ou até no período helenístico.

Contudo, de um ponto de vista puramente literário e arqueológico, os minimalistas têm alguns pontos a seu favor. Uma leitura detida da descrição bíblica do tempo de Salomão dá a entender claramente que ela é o retrato de um passado idealizado, de uma Idade de Ouro gloriosa. Os relatos sobre a fabulosa riqueza de Salomão (tornando a "prata tão comum em Jerusalém como as pedras", de acordo com 1 Reis 10,27) e seu harém lendário (que abrigava setecentas esposas e princesas e trezentas concubinas, de acordo com 1 Reis 11,3) constituem detalhes demasiado exagerados para serem verdade. Além disso, a despeito de toda a riqueza e todo poder relatado, nem Davi nem Salomão são mencionados em um único texto egípcio ou mesopotâmico conhecidos. E a evidência arqueológica em Jerusalém a favor dos famosos projetos de construção de Salomão são inexistentes. Escavações do século XIX ou início do século XX em torno do Monte do Templo em Jerusalém não conseguiram identificar nem um vestígio sequer do fabuloso templo de Salomão nem do complexo do palácio. E, ao passo que certos níveis e certas estruturas em sítios localizados em outras regiões do país de fato foram vinculados à era da monarquia unificada, falta muito para que a sua datação seja esclarecida, como veremos.

Em contrapartida, fortes argumentos foram levados a campo contra algumas das objeções dos minimalistas. Muitos especialistas argumentam que faltam restos do período salomônico em Jerusalém porque eles foram completamente erradicados pelas maciças construções herodianas no Monte do Templo durante o período romano inicial. Ademais, a ausência de referências externas a Davi e Salomão em inscrições antigas é perfeitamente compreensível, já que a época em que se acredita que eles reinaram (cerca de 1005-cerca de 930 AEC) foi um período em que os grandes impérios do Egito e da Mesopotâmia estavam em declínio. Assim, não é de se surpreender que não haja referências nem a Davi nem a Salomão nos raros textos egípcios ou mesopotâmicos contemporâneos.

Contudo, no verão de 1993, no sítio bíblico de Tel Dan no norte de Israel, foi

descoberto um artefato fragmentado que mudaria para sempre a natureza do debate. Trata-se da inscrição "casa de Davi", parte de um monumento de basalto negro, encontrada quebrada e reutilizada em um estrato posterior como pedra de construção. Escrita em aramaico, a língua dos reinos arameus da Síria, ela relata os detalhes de uma invasão de Israel por um rei arameu cujo nome não é mencionado nos fragmentos descobertos até agora. Porém, é difícil pôr em dúvida de que ela conta a história do ataque de Hazael, rei de Damasco, ao Reino do Norte de Israel por volta de 835 AEC. Essa guerra aconteceu na época em que Israel e Judá eram reinos separados e o desfecho foi uma amarga derrota de ambos.

A parte mais importante da inscrição é a descrição de Hazael, vangloriando-se de seus inimigos:

> [Eu matei Jo]rão filho de [Acab], rei de Israel, e [eu] matei [Ocoz]ias filho de [Jeorão, re]i da casa de Davi. E eu transformei [suas cidades em ruínas e converti] suas terras em [desolação].

Esta é uma evidência cabal da fama da dinastia davídica menos de cem anos depois do reinado de Salomão filho de Davi. O fato de que Judá (ou talvez sua capital, Jerusalém) é referida apenas com uma menção à casa regente é evidência clara de que a reputação de Davi não foi uma invenção literária de um período muito posterior. Além disso, o especialista francês André Lemaire recentemente propôs que uma referência similar à da casa de Davi pode ser encontrada na famosa inscrição de Mesa, rei de Moab no século IX AEC, que foi encontrada no século XIX a leste do Mar Morto. Logo, a casa de Davi era conhecida em toda a região; isso claramente valida a descrição bíblica de um personagem chamado Davi que se tornou o fundador da dinastia dos reis judaítas em Jerusalém. Por conseguinte, a questão que devemos encarar não é mais a da mera existência de Davi e Salomão. Devemos verificar agora se a descrição extensa das grandes vitórias militares de Davi e dos grandes projetos de construção de Salomão é coerente com a evidência arqueológica.

Uma nova visão do reinado de Davi

Já vimos que o primeiro estágio do assentamento israelita nas terras altas de Canaã foi um fenômeno regional gradual em que grupos locais de pastores começaram a assentar-se nas terras altas esparsamente povoadas e a formar comunidades de povoados autossuficientes. Com o tempo e com o crescimento da população das terras altas, novos povoados foram fundados em áreas anteriormente desocupadas, deslocando-se das estepes do leste e dos vales interioranos rumo aos nichos rochosos e escarpados das terras altas no oeste. Foi nesse estágio que começou o cultivo de oliveiras e vinhas, especialmente nas terras altas do norte. Com a crescente diversidade de lugares e colheitas produzidas pelos vários povoados por toda a região montanhosa, o antigo regime da autossuficiência não pôde ser mantido. Moradores de povoados que se concentraram no cultivo de pomares e vinhas necessariamente tiveram de trocar alguma coisa de sua produção excedente de vinho e azeite de oliva por produtos básicos como cereal. Com a especialização surgiram as classes dos administradores e comerciantes, soldados profissionais e, por fim, reis.

Padrões similares de assentamento nas terras altas e de estratificação social gradual foram postos a descoberto por arqueólogos que trabalharam no Jordão, na altura das antigas terras de Amon e Moab. Um processo bastante uniforme de transformação social pode ter acontecido em muitas regiões altas do Levante, depois de estas terem sido libertadas do controle dos grandes impérios da Idade do Bronze ou dos reis das cidades-Estado das terras baixas.

Em uma época em que o mundo inteiro estava começando a reviver na Idade do Ferro, emergiram novos reinos que eram cautelosos em relação a seus vizinhos e aparentemente se demarcaram em relação aos demais por meio de costumes étnicos distintivos e do culto a divindades nacionais. Ainda assim, seu processo de especialização, organização e identidade grupal está muito longe de ser a formação de um vasto império. Conquistas extensas do tipo atribuído a Davi demanda enorme organização, mão de obra e armamento. Assim, o

interesse científico começou a focar na evidência arqueológica da população, padrões de assentamento e recursos econômicos e organizacionais na região de Judá, terra natal de Davi, para ver se a descrição bíblica faz sentido em termos históricos.

TABELA 2
OS REIS DA MONARQUIA UNIFICADA

REI	DATAS*	TESTEMUNHO BÍBLICO	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Saul	cerca de 1025-1005	Primeiro rei, apontado pelo Profeta Samuel	Nas terras altas, continuação do sistema de assentamento da Idade do Ferro I
Davi	cerca de 1005-970	Conquista Jerusalém e faz dela a capital; estabelece um vasto império, cobrindo a maior parte dos territórios da Terra de Israel	Não há evidência das conquistas de Davi nem do seu império. Nos vales, a cultura cananeia segue sem interrupção. Nas terras altas, continuação do sistema de assentamento da Idade do Ferro I
Salomão	cerca de 970-931	Constrói o Templo e o palácio em Jerusalém. Também exerceu atividades em Meguido, Hasor e Gazer	Nenhum sinal de arquitetura monumental nem de que Jerusalém tenha sido uma cidade importante. Nenhum sinal de atividade construtora em grande escala em Meguido, Hasor e Gazer; no norte, continua presente a cultura material cananeia

* De acordo com Galil, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah.*

As recentes explorações arqueológicas nas terras altas ofereceram importantes novas evidências do caráter singular de Judá, que ocupa a parte sul das terras altas, estendendo-se aproximadamente para o sul a partir de Jerusalém até as orlas setentrionais do Negueb. Ele compõe uma unidade ambiental homogênea de terreno escarpado, vias de comunicação difícil e taxa pluviométrica magra e altamente imprevisível. Em contraste com a região

montanhosa ao norte com seus vales largos e rotas terrestres naturais até as regiões vizinhas, Judá sempre teve um papel marginal no que se refere à agricultura e esteve isolado das regiões vizinhas por barreiras topográficas que o cercam por todos os lados, menos o norte.

A leste e a sul, Judá faz fronteira com as zonas áridas do Deserto de Judá e o Negueb. E a oeste – na direção dos contrafortes férteis e prósperos da Sefelá e da planície costeira – a cordilheira central cai abruptamente. Viajando rumo a oeste a partir de Hebron, é preciso descer mais de mil e trezentos pés por íngremes declives rochosos numa distância de apenas pouco mais de três milhas. Mais para o norte, a oeste de Jerusalém e Belém, o declive é mais moderado, mas é ainda mais difícil de atravessar porque compreende um conjunto de serras estreitas e compridas separadas por ravinas profundas. Hoje, o platô central plano que se estende de Jerusalém a Belém e a Hebron é cruzado por estradas e cultivado extensivamente. Porém, levou milênios de trabalho concentrado para limpar o terreno rochoso o suficiente para permitir essas atividades. Na Idade do Bronze e no início da Idade do Ferro, a área era rochosa e coberta com densos arbustos e florestas, com bem pouco terreno a descoberto acessível para campos agrícolas. Apenas um punhado de povoados permanentes foi estabelecido ali durante a época do assentamento israelita; o ambiente de Judá era bem mais adequado para grupos pastoris.

O sistema de assentamento de Judá dos séculos XII-XI AEC continuou a se desenvolver no século X. O número de povoados e seu tamanho foi crescendo gradualmente, mas a natureza do sistema não mudou drasticamente. A norte de Judá, extensos pomares e vinhedos cresciam nas encostas ocidentais das terras altas; em Judá não cresciam devido à natureza proibitiva do terreno. Pelo que podemos ver com base nas explorações arqueológicas, Judá permaneceu relativamente sem população permanente, bastante isolado e bem à margem até depois da época presumida de Davi e Salomão, sem centros urbanos importantes e sem uma hierarquia pronunciada de aldeias, povoados e áreas urbanas.

À procura de Jerusalém

A imagem de Jerusalém no tempo de Davi e muito mais no tempo de seu filho Salomão foi por séculos objeto de mitologia e romance. Peregrinos, cruzados e visionários de todos os tipos espalharam histórias fabulosas sobre a grandeza da cidade de Davi e do Templo de Salomão. Em consequência, não foi por acidente que a busca pelos restos do Templo de Salomão foi um dos primeiros desafios aceitos pela arqueologia bíblica no século XIX. A busca não foi fácil e muito raramente deu resultado, devido à natureza do sítio.

Habitada continuamente e excessivamente ocupada por construções, Jerusalém fica situada na cimeira a leste do divisor de águas das montanhas de Judá, muito próximo da orla do Deserto de Judá. No núcleo de sua parte histórica está a Cidade Antiga, cercada de muralhas otomanas. O bairro cristão situa-se a noroeste da Cidade Antiga, em torno da Igreja do Santo Sepulcro. O bairro judeu situa-se a sudeste, com vista para o Muro das Lamentações e o Monte do Templo. Este último cobre o quadrante sudeste da cidade otomana. Para o sul do Monte do Templo, fora das muralhas da cidade otomana, estende-se a serra alongada, estreita e relativamente baixa da cidade de Davi – a antiga colina da Jerusalém da Idade do Bronze e da Idade do Ferro Inicial. Ela está separada dos montes em volta por duas ravinas. A oriental, o Vale do Cedron, separa-a do povoado de Siloé. A principal fonte de água da Jerusalém bíblica – a fonte de Gion – está localizada nessa ravina.

Jerusalém foi escavada repetidas vezes – e houve um período particularmente intenso de investigação dos restos da Idade do Bronze e da Idade do Ferro nas décadas de 1970 e 1980 sob a direção de Yigal Shiloh, da Universidade Hebraica, na cidade de Davi, o núcleo urbano original de Jerusalém. Surpreendentemente, como ressaltou o arqueólogo David Ussishkin da Universidade de Tel Aviv, o trabalho de campo ali e em outras partes da Jerusalém bíblica não forneceu evidência significativa de uma ocupação no século X. Não só não havia sinal de alguma arquitetura monumental, mas até de simples cacos de cerâmica. Os tipos

tão característicos do século X em outros sítios são raros em Jerusalém. Alguns especialistas argumentaram que as atividades maciças de construção posteriores em Jerusalém apagaram todos os sinais da cidade anterior. Contudo, escavações na cidade de Davi revelaram achados impressionantes da Idade do Bronze Média e de séculos posteriores da Idade do Ferro – só não do século X AEC. A avaliação mais otimista dessa evidência negativa é que a Jerusalém do século X tinha uma extensão mais limitada, talvez não fosse mais do que um povoado de região montanhosa.

Essa estimativa modesta se enquadra bem no padrão de assentamento mais escasso do restante de Judá no mesmo período, que era composto apenas de algo em torno de vinte pequenos povoados e poucos milhares de habitantes, muitos dos quais eram pastores nômades. De fato, é extremamente improvável que essa região de Judá esparsamente habitada e o pequeno povoado de Jerusalém poderiam ter se tornado o centro de um grande império que se estendia do Mar Vermelho no sul até a Síria no norte. Por mais carismático que fosse o rei, ele poderia ter reunido os homens e as armas necessários para realizar e manter esses vastos territórios conquistados? Não há absolutamente nenhum indício arqueológico da riqueza, mão de obra e nível de organização requeridos para sustentar grandes exércitos – mesmo que por períodos breves – no campo. Mesmo que os habitantes de Judá, relativamente poucos em número, fossem capazes de conduzir ataques fulminantes a regiões vizinhas, como poderiam ter sido capazes de administrar o vasto e ainda mais ambicioso império de Salomão, o filho de Davi?

Qual foi a extensão das conquistas de Davi?

Durante décadas, arqueólogos acreditaram que a evidência descoberta em muitas escavações fora de Jerusalém sustentava o relato da Bíblia sobre uma vasta monarquia unificada (Figura 16). A mais proeminente das vitórias de Davi, de acordo com a Bíblia, foi contra as cidades filisteias, algumas das quais foram

extensamente escavadas. O Primeiro Livro de Samuel oferece muitos detalhes dos confrontos entre israelitas e filisteus: como os exércitos filisteus capturaram a arca de Deus na batalha de Ebenézer; como Saul e seu filho Jônatas morreram durante as guerras contra os filisteus; e, é claro, como o jovem Davi abateu Golias. Enquanto alguns dos detalhes dessas narrativas são claramente lendários, as descrições geográficas são bastante acuradas. O que é mais importante, a disseminação gradual da cerâmica decorada, inspirada no Egeu, que distingue os filisteus, pelos contrafortes e para o norte até a altura do Vale de Jezrael fornece evidência da expansão progressiva da influência dos filisteus por todo o país. E quando se achou evidência de destruição – em torno de 1000 AEC – de cidades das terras baixas, isso pareceu confirmar o alcance das conquistas de Davi.

Um dos melhores exemplos dessa linha de raciocínio é o caso de Tel Qasile, um pequeno sítio nos arredores a norte da moderna Tel Aviv, escavado pela primeira vez pelo arqueólogo bíblico e historiador israelense Benjamim Mazar em 1948-1950. Mazar pôs a descoberto uma próspera cidade filisteia, de resto desconhecida dos relatos bíblicos. O último estrato desse lugar, que continha cerâmica característica dos filisteus e tinha outras marcas da cultura filisteia foi destruído a fogo. E mesmo sem haver referência específica na Bíblia a uma conquista dessa área por Davi, Mazar não hesitou em concluir que Davi arrasou o assentamento em suas guerras contra os filisteus.

E assim foi por todo o país, sendo a obra destrutiva de Davi vista em estratos de cinzas e pedras caídas em lugares situados desde a Filisteia até o Vale de Jezrael e para além dele. Em quase cada caso em que uma cidade com cultura cananeia ou filisteia fora atacada, destruída ou mesmo remodelada, a causa foi atribuída às conquistas arrasadoras do Rei Davi.

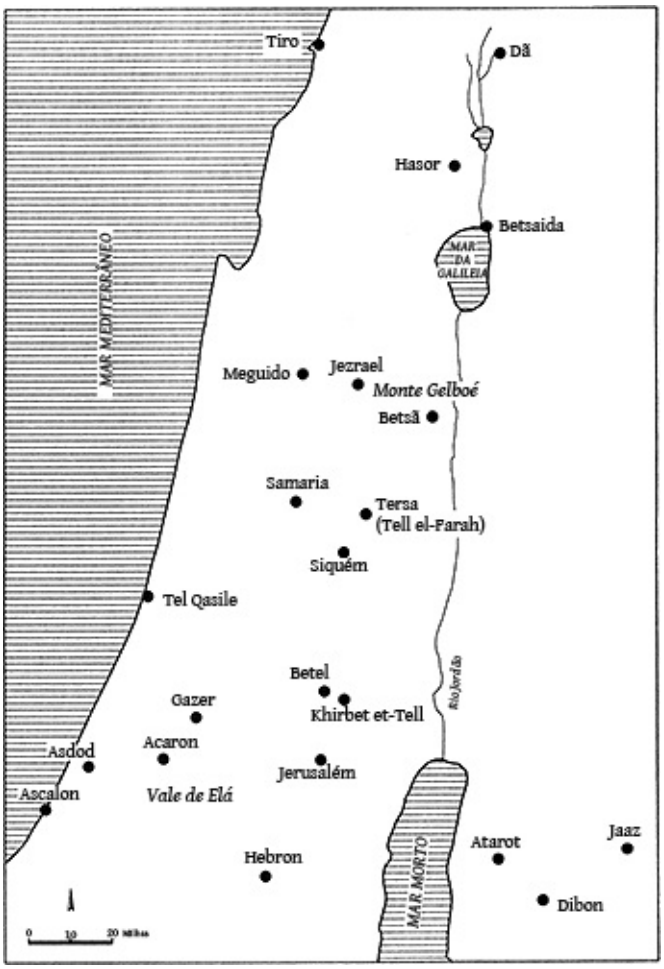


Figura 16: Sítios principais do período monárquico

Os israelitas da região montanhosa central podem mesmo ter controlado não só sítios pequenos como Tel Qasile, mas também centros "cananeus" maiores como Gazer, Meguido e Betsã? Teoricamente sim; há alguns exemplos na história de gente do campo exercendo o controle sobre grandes cidades – especialmente em casos em que chefes militares ou líderes de foras da lei das terras altas usaram tanto a ameaça de violência quanto a promessa de proteção absoluta para assegurar tributos e profissões de lealdade dos fazendeiros e comerciantes das áreas urbanas das terras baixas. Porém, na maioria dos casos, não se tratou de conquistas militares propriamente ditas nem do estabelecimento de um domínio formalizado, burocrático, e muito mais de um meio mais sutil de liderança em que um líder das terras altas ofereceu uma espécie de segurança a

comunidades das terras baixas.

Os estábulos, as cidades e os portões do Rei Salomão?

O debate não se concentrou na evidência das conquistas de Davi, mas, antes, em suas consequências. Salomão estabeleceu mesmo um reino glorioso sobre o reino conquistado por Davi? Mesmo que jamais tenha sido identificado nenhum vestígio do Templo e palácio salomônicos em Jerusalém, havia muitos outros lugares para os especialistas verificarem. A narrativa bíblica descreve a reconstrução por Salomão das cidades de Meguido, Hasor e Gazer (1 Reis 9,15). Quando um daqueles sítios – Meguido – foi escavado por uma expedição do Instituto Oriental da Universidade de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930, alguns dos seus mais impressionantes achados da Idade do Ferro foram atribuídos a Salomão.

Localizada em um ponto estratégico, onde a rodovia internacional do Egito, no sul, até a Mesopotâmia e a Anatólia, no norte, desce das montanhas para o Vale de Jezrael, Meguido foi uma das cidades mais importantes do Israel bíblico. E, além de 1 Reis 9,15, ela é mencionada também em 1 Reis 4,12, na lista de distritos do Estado salomônico. O nível da cidade chamado estrato IV – o último a ser quase totalmente exposto acima de toda a área do monte antigo – continha dois conjuntos de amplas edificações públicas, cada qual composta de uma série de longas câmaras conjugadas em fileira. Cada uma das câmaras individuais estava dividida em três corredores estreitos separados um do outro por divisórias baixas de pilares de pedra e de cochos (Figura 17).

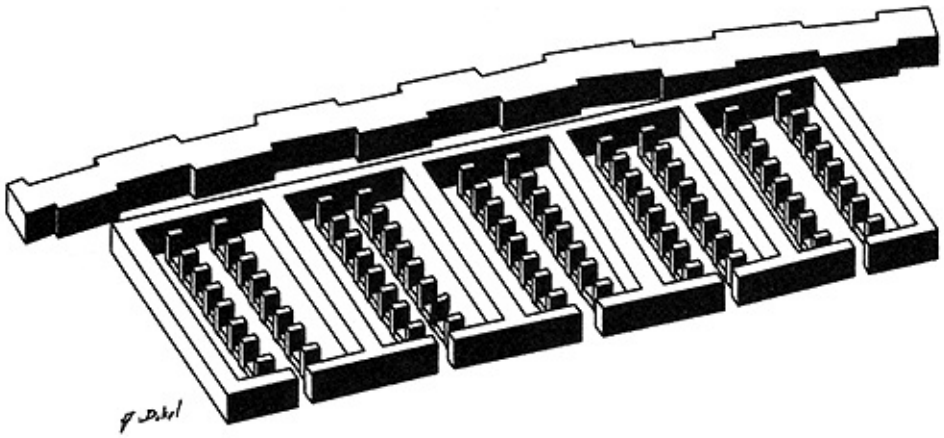


Figura 17: Um conjunto de edificações com pilares em Meguido, identificadas como estábulos

Um dos diretores da expedição, P.L.O. Guy, identificou essas construções como estábulos datados da época de Salomão. Sua interpretação baseou-se na descrição bíblica das técnicas de construção salomônicas em Jerusalém (1 Reis 7,12), na referência específica à atividade edificadora de Salomão em Meguido, em 1 Reis 9,15, e na menção das cidades salomônicas para carros e cavaleiros em 1 Reis 9,19. Guy formulou a questão da seguinte maneira:

> Se nos perguntarmos quem construiu a cidade com muitos estábulos em Meguido, logo depois da derrota dos filisteus pelo Rei Davi, com a ajuda de hábeis pedreiros estrangeiros, creio que encontraremos nossa resposta na Bíblia. [...] Quando lemos a história de Salomão, seja em Reis seja em Crônicas, ficamos impressionados com a frequência com que aparecem carros de combate e cavalos.

A aparente evidência da grandeza do Império Salomônico foi significativamente reforçada na década de 1950, com as escavações de Yigael Yadin em Hasor. Yadin e sua equipe descobriram um grande portão da cidade datado da Idade do Ferro. Ele tinha um plano peculiar: havia uma torre e três câmaras em cada lado do portal – dando origem ao termo portão "de seis câmaras" (Figura 18). Yadin ficou estupefato. Um portão similar – tanto em formato quanto em tamanho – havia sido descoberto vinte anos antes pela equipe do Instituto Oriental em Meguido! Talvez este e não os estábulos tenha

sido o sinal que denuncia a presença salomônica em toda a terra.

Assim, Yadin foi escavar Gazer, a terceira cidade mencionada em 1 Reis 9,15 como reconstruída por Salomão – não o fez no campo, mas na biblioteca. Gazer havia sido escavada no início do século pelo arqueólogo britânico R.A.S. Macalister. Ao folhear os relatórios de Macalister, Yadin ficou perplexo. Em um dos planos de uma construção que Macalister havia identificado como "castelo macabeu" datado do século II AEC, Yadin pôde facilmente identificar os contornos de um dos lados de exatamente o mesmo tipo de estrutura do portão que havia sido encontrado em Meguido e Hasor. Yadin não hesitou mais. Ele argumentou que um arquiteto real vindo de Jerusalém desenhou um plano diretor para os portões das cidades salomônicas e que esse plano diretor foi então implementado nas províncias.

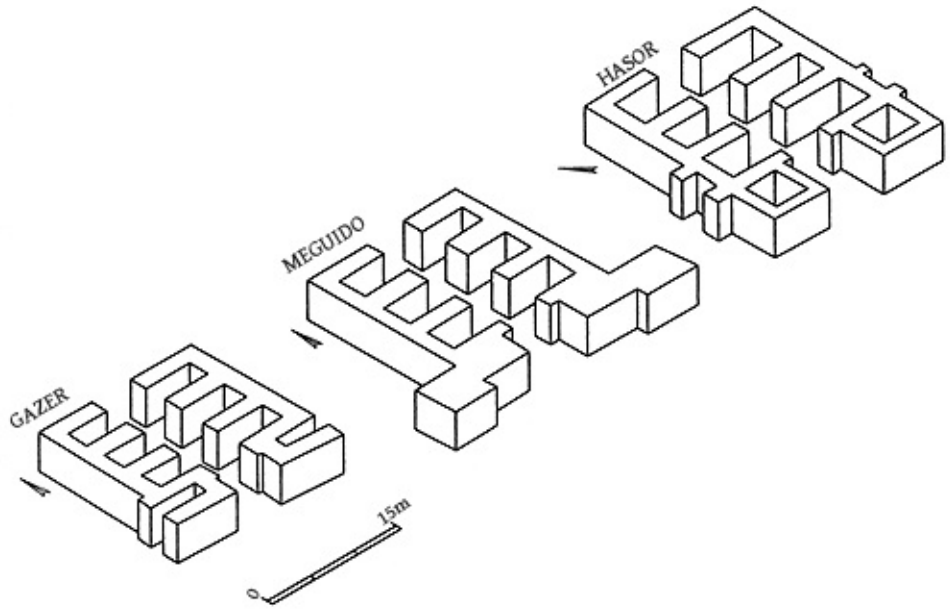


Figura 18: Portões com seis câmaras em Meguido, Hasor e Gazer

Yadin resumiu tudo nos seguintes termos:

> Não há exemplo na história da arqueologia em que uma passagem tenha ajudado tanto a identificar e datar estruturas em muitos dos mais importantes *tells* escavados na Terra Santa quanto 1 Reis 9,15. [...] Nossa decisão de atribuir aquele estrato [em Hasor] a Salomão baseou-se primeiramente na passagem de 1 Reis, na estratigrafia e na cerâmica. Porém, quando adicionalmente encontramos naquele estrato um portão de seis câmaras e duas torres conectado com a parede de uma casamata apresentando plano e medida idênticos ao do portão em Meguido, tivemos certeza de ter identificado com êxito a cidade de Salomão.

Bom demais para ser verdade?

Mas as descobertas salomônicas de Yadin ainda não tinham acabado. No início da década de 1960, ele foi a Meguido com uma pequena equipe de estudantes para aclarar a uniformidade dos portões salomônicos, que em Gazer e Hasor estavam conectados a uma fortificação em forma de casamata oca e somente em Meguido estavam ligados a uma parede sólida. Yadin tinha certeza de que os escavadores de Meguido haviam equivocadamente atribuído uma parede sólida ao portão e que não se deram conta de uma parede de casamata na

base dela. Como o portão havia sido totalmente exposto pela equipe da Universidade de Chicago, Yadin optou por escavar a leste do portão, onde a equipe norte-americana havia localizado um aparente conjunto de estábulos que ela atribuiu a Salomão.

O que ele encontrou revolucionou a arqueologia bíblica por uma geração. Debaixo dos estábulos Yadin achou os restos de um belo palácio medindo aproximadamente seis mil pés quadrados e construído com grandes blocos de pedra lavrada (Figura 24). Ele foi construído na borda norte do monte e estava conectado com uma fileira de cômodos que Yadin interpretou como a parede em forma de casamata que estava faltando como anexo ao portão de seis câmaras. Um palácio um tanto similar, também construído com blocos de pedra com belos ornamentos, foi posto a descoberto pela equipe do Instituto Oriental no lado sul do monte e ele também estava debaixo da cidade dos estábulos. O estilo arquitetônico das duas construções era estritamente paralelo com um tipo de palácio comum e distinto do norte da Síria da Idade do Ferro, conhecido como o *bit hilani*, consistindo de uma entrada monumental e fileiras de pequenas câmaras em torno de um espaço oficial de recepção. Ou seja, esse estilo teria sido bem apropriado para um funcionário residente em Meguido, talvez o governador regional Baana, filho de Ailud (1 Reis 4,12). David Ussishkin, aluno de Yadin, logo estabeleceu a conexão dessas construções com Salomão, demonstrando que a descrição bíblica do palácio que Salomão construiu em Jerusalém combinava perfeitamente com a dos palácios de Meguido.

A conclusão parecia inevitável. Os dois palácios e o portão representam a Meguido salomônica, enquanto os estábulos realmente pertenceram a uma cidade posterior, construída pelo Rei Acab do Reino do Norte de Israel no início do século IX AEC. Esta última conclusão constituiu uma importante pedra angular na teoria de Yadin, na medida em que uma inscrição assíria do século IX descreve a grande força bélica do Rei Acab de Israel.

Para Yadin e muitos outros, a arqueologia pareceu combinar mais do que

nunca com a Bíblia. A Bíblia descreve a expansão territorial do Rei Davi; de fato, áreas urbanas cananeias e filisteias tardias por todo o país foram destruídas por um terrível incêndio. A Bíblia descreve as atividades edificadoras de Salomão em Hasor, Meguido e Gazer; com certeza, os portões similares revelam que as três cidades foram construídas juntas com base em um plano unificado. A Bíblia diz que Salomão foi um aliado de Hiram, rei de Tiro, e que ele foi um grande construtor; de fato, os magníficos palácios de Meguido mostram influência do norte em sua arquitetura e foram as edificações mais lindas descobertas nos estratos da Idade do Ferro em Israel.

Por alguns anos, os portões de Salomão simbolizaram a base mais impressionante da arqueologia para a Bíblia. Contudo, questões básicas de lógica histórica acabaram minando seu significado. Em nenhum outro lugar daquela região – desde a Turquia Oriental no norte, passando pela Síria Ocidental até a Transjordânia no sul –, houve qualquer sinal de instituições monárquicas similarmente desenvolvidas ou de construções monumentais semelhantes no século X AEC. Como vimos, Judá, a terra natal de Davi e Salomão, era visivelmente subdesenvolvida – e não há nenhuma evidência de que a riqueza de um grande império tenha refluído para ele. E há um problema cronológico ainda mais perturbador: os palácios *bit hilani* da Síria da Idade do Ferro – que supostamente teriam sido os protótipos dos palácios salomônicos em Meguido – aparecem pela primeira vez na Síria no início do século IX AEC, pelo menos meio século *depois* do tempo de Salomão. Como teria sido possível aos arquitetos de Salomão adotar um estilo arquitetônico que ainda não existia? Por fim, há a questão do contraste entre Meguido e Jerusalém: Seria possível que um rei, tendo construído fabulosos palácios de pedra lavrada na cidade provincial, governasse a partir de um pequeno povoado remoto e subdesenvolvido? Ao fim e ao cabo ficamos sabendo que a evidência arqueológica para a vasta extensão das conquistas davídicas e a grandiosidade do reino salomônico foi resultado de datações seriamente equivocadas.

Questões de datação

A identificação dos restos do período de Davi e Salomão – e de fato dos reinados dos regentes que seguiram pelo século seguinte – baseou-se em duas classes de evidências. O fim da cerâmica filisteia característica (datado de cerca de 1000 AEC) foi estreitamente vinculado às conquistas de Davi. E a construção dos portões e palácios monumentais em Meguido, Hasor e Gazer foi conectada com o reinado de Salomão. Nos últimos anos, as duas bases começaram a esfarelar-se (cf. mais detalhes no Anexo D).

Em primeiro lugar, não temos mais certeza de que os estilos característicos da cerâmica filisteia não continuaram durante boa parte do século X – bem depois da morte de Davi –, o que os tornaria, em consequência, inúteis para a datação (sem falar da verificação) de suas supostas conquistas. Em segundo lugar, uma análise renovada dos estilos arquitetônicos e das formas de cerâmica nos famosos níveis salomônicos em Meguido, Gazer e Hasor indicam que eles de fato datam do início do século IX AEC, décadas após a morte de Salomão!

A terceira classe de evidência, as técnicas laboratoriais mais precisas de datação pelo carbono 14 agora parecem encerrar o caso. Até recentemente era impossível usar a datação por radiocarbono para esses períodos relativamente modernos como a Idade do Ferro por causa de sua larga margem de probabilidade, com frequência estendendo-se por um século ou mais. Porém, refinamentos das técnicas de datação pelo carbono 14 reduziram muito a margem de incerteza. Uma quantidade de amostras dos principais sítios implicados no debate sobre o século X foram testadas e parecem corroborar a nova cronologia.

O sítio de Meguido, em particular, produziu algumas contradições chocantes com as interpretações aceitas. Quinze amostras de madeira foram tiradas de grandes vigas de telhado que ruíram no terrível incêndio e na destruição atribuída a Davi. Dado que algumas das vigas poderiam ter sido usadas em

construções anteriores, somente as datas mais recentes da série podem indicar com segurança quando as estruturas foram construídas. De fato a maior parte das amostras é do século X – longo tempo depois de Davi. Os palácios atribuídos a Salomão, construídos dois estratos acima dessa destruição, teriam sido bem posteriores.

Essas datas foram confirmadas por testes em estratos paralelos situados em sítios proeminentes como Tel Dor, na costa do Mediterrâneo e Tell Hadar, às margens do Mar da Galileia. Leituras esporádicas de vários outros sítios, bem menos conhecidos, como Ein Hagit perto de Meguido e Tel Kinneret na costa norte do Mar da Galileia, também apoiam essa datação. Por fim, uma série de amostras da destruição de um estrato em Tel Rehov perto de Betsã, que é contemporâneo da suposta cidade salomônica de Meguido, resultou em datas próximas a meados do século IX – muito tempo depois de sua referida destruição pelo Faraó Sesac em 926 AEC.

Em suma, a arqueologia se equivocou em um século na datação dos restos tanto "davídicos" quanto "salomônicos". Os achados datados da época imediatamente anterior a Davi no final do século XI pertencem a meados do século X e os datados no período de Salomão pertencem ao início do século IX AEC. As novas datas situam o aparecimento de estruturas monumentais, fortificações e outros sinais de uma organização estatal plena precisamente na época de seu primeiro aparecimento no resto do Levante. Elas corrigem a disparidade de datas entre as estruturas dos palácios *bit hilani* em Meguido e seus paralelos na Síria. E elas finalmente nos permitem entender por que Jerusalém e Judá são tão pobres no final do século X. A razão é que, naquela época, Judá ainda era uma região remota e subdesenvolvida.

Dificilmente haverá motivos para duvidar da historicidade de Davi e Salomão. Contudo, há uma profusão de razões para questionar a extensão e o esplendor dos seus reinos. Se não houve um grande império, se não houve monumentos, se não houve uma capital magnífica, qual *foi* a natureza do reino

de Davi?

O legado davídico: de líder da Idade do Ferro a mito dinástico

A cultura material das terras altas no tempo de Davi permaneceu simples. A terra era preponderantemente rural – nenhum vestígio de documentos escritos, inscrições nem mesmo sinais do tipo de capacidade literária que seria necessária para o funcionamento de uma monarquia propriamente dita. Do ponto de vista demográfico, a área do assentamento israelita dificilmente terá sido homogênea. É difícil de detectar qualquer evidência de uma cultura unificada ou de um estado administrado a partir de um centro. A área que se estende de Jerusalém para o norte era bem mais densamente povoada, enquanto a área que se estende de Jerusalém para o sul – o centro do futuro reino de Judá – ainda era muito esparsamente povoada. A própria Jerusalém, na melhor das hipóteses, não passava de um povoado típico das terras altas. Não podemos dizer mais do que isso.

As estimativas populacionais para as fases mais tardias do período de assentamento israelita aplicam-se também ao século X AEC. Eles dão uma ideia da escala das possibilidades históricas. De um total de aproximadamente quarenta e cinco mil pessoas que viviam na região montanhosa, inteiros 90% teriam habitado os povoados do norte. Isso teria deixado cerca de cinco mil pessoas dispersas entre Jerusalém, Hebron e em torno de vinte pequenos povoados em Judá, com grupos adicionais provavelmente continuando com sua atividade pastoril. Teria sido provável que uma sociedade pequena e isolada como essa cultivasse a memória de um líder extraordinário como Davi na medida em que seus descendentes continuaram a governar em Jerusalém pelos quatrocentos anos seguintes. No início, no século X, sua regência não se estendia sobre nenhum império, nenhuma cidade com palácios, nenhuma capital espetacular. Arqueologicamente só podemos dizer de Davi e Salomão que eles existiram – e que sua lenda perdurou.

Contudo, o fascínio do historiador deuteronomista do século VII pelas memórias de Davi e Salomão – e, de fato, os judaítas mostraram veneração continuada por esses personagens – talvez seja a melhor, se não for a única, evidência da existência de algum tipo de antigo Estado israelita unificado. O fato de o deuteronomista ter empregado a monarquia unificada como uma poderosa ferramenta da propaganda política dá a entender que, no seu tempo, o episódio de Davi e Salomão como regentes de um território relativamente extenso nas terras altas centrais ainda estava vívido na lembrança e era amplamente aceito.

É claro que, em torno do século VII AEC, as condições em Judá mudaram, deixando-o quase irreconhecível. Jerusalém já era uma cidade relativamente grande, dominada por um Templo ao Deus de Israel que servia como o santuário nacional único. As instituições da monarquia, de um exército e de uma administração profissionais haviam atingido um nível de sofisticação que igualava e até superava em complexidade a das instituições monárquicas dos estados vizinhos. E, uma vez mais, podemos ver as paisagens e os costumes de Judá no século VII como cenários para um relato bíblico inesquecível, dessa vez, o de uma idade de ouro mítica. A luxuosa visita da rainha de Sabá, parceira de comércio de Salomão, a Jerusalém (1 Reis 10,1-10) e o comércio de artigos exóticos com mercados distantes como a terra de Ofir no sul (1 Reis 9,28; 10,11) sem dúvida refletem a participação de Judá do século VII no lucrativo comércio árabe. O mesmo vale para a descrição da construção de Tamar no deserto (1 Reis 9,18) e as expedições comerciais para terras distantes, partindo de Asiongaber, no Golfo de Ácaba (1 Reis 9,26) – dois sítios que foram identificados com certeza e que não eram habitados antes do período monárquico tardio. E a guarda real de Davi formada por cereteus[*] e peleteus (2 Samuel 8,18), que os especialistas há muito tiveram na conta de serem originários do Egeu, deve ser entendida sobre o pano de fundo do serviço prestado por mercenários gregos, a mais avançada força de combate da época, nos exércitos egípcios e possivelmente judaítas do século VII.

No período monárquico tardio, uma teologia elaborada foi desenvolvida em Judá e Jerusalém para validar a conexão entre o herdeiro de Davi e o destino de todo o povo de Israel. De acordo com a História Deuteronomista, o piedoso Davi foi o primeiro a deter ciclo de idolatria (da parte do povo de Israel) e castigo divino (da parte de YHWH). Graças à sua piedade, fidelidade e justiça, YHWH o ajudou a completar a tarefa inacabada de Josué – principalmente a conquistar o restante da terra da promessa e a estabelecer um glorioso império sobre todos os vastos territórios que tinham sido prometidos a Abraão. Tratava-se aí de esperanças teológicas, não de retratos históricos acurados. Elas constituíram um elemento central na poderosa visão da renascença nacional do século VII que procurou congregar pessoas dispersas cansadas de fazer guerra, para provar-lhes que haviam experimentado uma história conturbada sob a intervenção direta de Deus. A epopeia gloriosa da monarquia unificada foi – a exemplo das histórias dos patriarcas e da saga do êxodo e da conquista – uma composição brilhante que entrelaçou antigos contos e lendas heroicos em uma profecia coerente e persuasiva para o povo de Israel no século VII AEC.

Para o povo de Judá da época em que a epopeia bíblica criada pela primeira vez, um novo Davi havia subido ao trono, tentando restaurar a glória de seus ancestrais distantes. Esse foi Josias, descrito como o mais piedoso de todos os reis judaítas. E Josias foi capaz de fazer a história recuar dos seus próprios dias até a época da lendária monarquia unificada. Ao purificar Judá da abominação da idolatria – introduzida em Jerusalém por Salomão com seu harém de esposas estrangeiras (1 Reis 11,1-8) – Josias conseguiu anular as transgressões que levaram à derrocada do "Império" Davídico. O historiador deuteronomista quis deixar uma mensagem simples e poderosa: ainda há maneira de reconquistar a glória do passado.

Assim Josias começou a estabelecer uma monarquia unificada que ligaria Judá com os territórios do ex-Reino do Norte por meio das instituições monárquicas, das forças militares e da devoção focada em Jerusalém, que foi tão

central para a narrativa bíblica sobre Davi. Na condição de monarca sentado no trono de Davi em Jerusalém, Josias era o único herdeiro legítimo do Império Davídico, isto é, dos territórios davídicos. Ele estava prestes a "reconquistar" os territórios do agora destruído Reino do Norte, o reino que havia nascido dos pecados de Salomão. E as palavras de 1 Reis 5,5, dizendo que "Judá e Israel viviam segurança […] desde Dã até Bersabeia", sumarizam aquelas esperanças de expansão territorial e busca de tempos pacíficos e prósperos, similares aos do passado mítico, quando um rei governou a partir de Jerusalém sobre todos territórios de Judá e Israel combinados.

Como vimos, a realidade histórica dos reinos de Davi e Salomão era bastante diferente do conto. Ela fez parte da grande transformação demográfica que levaria ao surgimento dos reinos de Judá e Israel – em uma sequência histórica drasticamente diferente daquela descrita pela Bíblia. Até agora examinamos a versão bíblica da história da formação de Israel escrita no século VII AEC proporcionamos vislumbres da realidade arqueológica subjacente a ela. Agora é hora de contar uma nova história. Nos capítulos a seguir, apresentaremos em grandes traços a ascensão, a queda e o renascimento de um Israel muito diferente.

---

[*]. O texto da Bíblia Sagrada da Vozes traz "cretenses" [N.T.].

PARTE II

ASCENSÃO E QUEDA DO ANTIGO ISRAEL

6

UM SÓ ESTADO, UMA SÓ NAÇÃO, UM SÓ POVO? (CERCA DE 930-720 AEC)

O curso da história de Israel – informam-nos solenemente os livros dos Reis – desloca-se com inevitabilidade quase trágica da unidade para o cisma e do cisma para a catástrofe nacional. Após os gloriosos reinados de Davi e Salomão, quando todo o Israel foi governado a partir de Jerusalém e experimentou um período de prosperidade e poder sem precedentes, as tribos da região montanhosa norte e da Galileia – resistindo às exigências de impostos de Roboão filho de Salomão – afastaram-se furiosas. Seguem-se duzentos anos de divisão e ódio entre irmãos, com os reinados israelitas independentes de Israel no norte e de Judá no sul, intermitentemente prestes a saltar no pescoço um do outro. É uma história de divisão trágica e de violência e idolatria no Reino do Norte. Lá, de acordo com os relatos bíblicos, novos centros de culto foram fundados para competir com o Templo de Jerusalém. Novas dinastias israelitas do norte, rivais da casa de Davi, tomaram o poder uma após a outra mediante derramamento de sangue. Com o tempo os moradores do norte pagaram por sua pecaminosidade com a punição-destruição definitiva do seu Estado e com o exílio das dez tribos do norte.

Essa visão é central para a teologia da Bíblia – e para a esperança bíblica de que, no final, Judá e Israel voltariam a unir-se sob a regência da dinastia davídica.

Porém, ela simplesmente não é uma representação acurada da realidade histórica. Como vimos, não há evidência arqueológica concludente a favor da existência histórica de uma vasta monarquia unificada, centrada em Jerusalém, que tivesse abrangido toda a terra de Israel. Pelo contrário, a evidência revela uma transformação demográfica complexa nas terras altas em que uma consciência étnica unificada só lentamente começou a tomar forma.

E nesse ponto chegamos talvez ao choque mais perturbador entre os achados arqueológicos e a Bíblia. Se não houve êxodo nem conquista nem monarquia unificada, o que fazer com o desejo bíblico de unificação? O que fazer com a longa e difícil relação entre os reinos de Judá e Israel por quase duzentos anos? Há boas razões para acreditar que eles *sempre* foram duas entidades distintas, sendo que o do sul sempre foi o mais pobre, mais fraco, mais rural, menos influente – até atingir uma súbita e espetacular proeminência *após* a queda do Reino do Norte de Israel.

Uma história de doze tribos e dois reinos

Na Bíblia, as tribos do norte são consistentemente descritas como fracassadas pusilânimes com uma acentuada tendência para cometer pecados. Isso fica particularmente claro no Livro dos Juízes, onde as tribos individuais entram em combate com os povos idólatras que as rodeiam. Entre os descendentes dos doze filhos de Jacó, somente as tribos de Judá e Simeão são bem-sucedidas em conquistar todos os enclaves cananeus situados na herança que lhes foi dada por Deus. Como resultado disso, no sul não restaram cananeus, não havia mulheres cananeias para casar ou ser influenciado por elas. Em relação às tribos do norte a história é diferente. Benjamin, Manassés, Efraim, Zabulon, Aser, Neftali e Dã não completaram o que tinham de fazer; eles não eliminaram os cananeus. Em consequência, eles seriam reiteradamente tentados.

No texto não se fala de que as tribos do norte eram mais numerosas e ocuparam um vasto território, e certamente não é acidental que do primeiro rei

de Israel, Saul, da tribo de Benjamim, se diz que governou os territórios na parte norte das terras altas. Contudo, Saul violou as leis do culto e foi forçado ao suicídio depois que suas forças foram derrotadas pelos filisteus. Deus retirou sua bênção desse líder ungido do norte e os anciãos das tribos do norte aderiram devidamente a Davi, o fora da lei-herói-rei de Judá, e o proclamaram rei sobre todo Israel. Apesar da riqueza e força das tribos do norte, em 1 Reis são descritas recebendo um tratamento não muito melhor do que o dispensado a súditos coloniais da parte de Salomão, o filho de Davi. As grandes capitais regionais e cidades-armazém de Salomão, Gazer, Meguido e Hasor, foram construídas no meio delas e o povo do norte pagava impostos e era recrutado para projetos de obras públicas pelos supervisores designados por Salomão. Alguns dos moradores do norte – como Jeroboão, filho de Nabat, da tribo de Efraim – serviram na corte de Jerusalém em cargos de importância. Porém, Judá é descrito como a parte mais forte, que sujeitou as tribos do norte.

Com a morte de Salomão e a ascensão ao trono de seu filho Roboão, os moradores do norte pleitearam uma redução de suas cargas. Porém, o arrogante Roboão desprezou a recomendação dos seus conselheiros moderados e respondeu aos moradores do norte com estas palavras que se tornaram famosas: "Meu pai vos impôs um jugo pesado, mas eu o tornarei ainda mais pesado; meu pai vos castigou com chicotes, mas eu vos castigarei com chicotes de farpas" (1 Reis 12,14). A bandeira da rebelião foi desfraldada quando os moradores do norte acorreram ao brado da secessão: "Todo o povo viu que o rei não os queria atender e por isso respondeu-lhe: 'Que é que nós temos a ver com Davi? Não somos herdeiros com o filho de Jessé. Volta para casa, Israel! Doravante cuida de tua própria casa, Davi'. E Israel foi para sua casa" (1 Reis 12,16). Em seguida, os moradores do norte apedrejaram até a morte o chefe dos trabalhos forçados de Roboão e o Rei Roboão fugiu aterrorizado e se recolheu à segurança de Jerusalém.

Os moradores do norte, então, reuniram-se para proclamar um monarca

para si e elegeram Jeroboão, filho de Nabat, que servira na corte de Salomão. A monarquia unificada de Davi e Salomão fora aniquilada. Dois estados independentes foram criados: Judá, que era governado pela dinastia davídica a partir de Jerusalém, com seu território limitado à zona sul da região montanhosa central; e Israel, que controlou os vastos territórios no norte. A primeira capital do Reino do Norte foi estabelecida em Tersa, localizada a nordeste de Siquém. O novo rei, Jeroboão, decidiu instaurar santuários rivais ao Templo em Jerusalém e ordenou que dois bezerros de ouro fossem confeccionados e instalados em santuários nos confins do seu reino – um em Betel no extremo sul e outro em Dã no norte.

Assim começou um período turbulento e fatídico na história bíblica de Israel. Depois da solidariedade familial do período patriarcal, da solidariedade espiritual do êxodo e da unidade política da monarquia unificada, o povo de Israel estava partido em dois.

Um esquema equivocado de evolução?

Tanto os arqueólogos como os historiadores da Bíblia geralmente tomaram como verdade a narrativa bíblica da ascensão e desintegração da monarquia unificada. A unidade e distinção étnicas do povo de Israel como um todo eram tidos como assegurados. E a sequência histórica dos eventos foi considerada pela maioria dos historiadores da Bíblia como sucedida aproximadamente da seguinte maneira (descontando, é claro, a ocasional mitologia bíblica e a hipérbole heroica): seja por conquista ou infiltração pacífica, os israelitas se estabeleceram nas terras altas despovoadas. No começo, organizaram-se como uma espécie de sociedade igualitária, com heróis militares carismáticos que os livravam dos seus inimigos. Depois, principalmente por causa da ameaça filisteia, que era muito mais perigosa do que as demais ameaças locais, eles optaram por uma monarquia, formaram um exército forte e se expandiram até estabelecer um formidável império sob Davi e Salomão. Tratou-se de uma narrativa de evolução

política constante do povo unificado desde a condição de tribos até o Estado unificado, um processo evolutivo que se completou essencialmente no tempo de Salomão no século X AEC.

O rompimento da monarquia unificada foi visto, em consequência, como um posfácio infeliz à história que já havia completado o seu curso. Tem-se a impressão de que unicamente a tirania arrogante e desavisada de Roboão, filho de Salomão, destruiu a grandeza expansiva do Império Salomônico. Essa visão da monarquia unida e de sua queda pareceu ser confirmada pelos achados arqueológicos. Os especialistas acreditaram que a construção das grandes cidades "salomônicas" com seus portões e palácios era evidência inquestionável de um Estado plenamente desenvolvido em torno do século X AEC e do controle sobre o norte exercido por Jerusalém com mão de ferro. Em torno da década de 1980, mesmo que a compreensão do período inicial da história israelita tenha se tornado um pouco mais nuançada, foi dado como certo que a monarquia unificada de Davi e Salomão – e seu súbito rompimento – foram fatos históricos.

Ao delinear a história subsequente dos dois estados irmãos, Judá e Israel, os especialistas seguiram quase literalmente a história bíblica, a maioria deles presumindo que os dois estados sucessores compartilhavam um nível quase idêntico de organização política e complexidade. Já que tanto Judá quanto Israel tinham suas origens na monarquia plenamente desenvolvida de Salomão, os dois herdaram instituições estatais plenamente desenvolvidas, ou seja, corte, administração fiscal e força militar. Como resultado disso, acreditava-se que os dois reinos independentes rivalizaram um com o outro, combateram um ao outro e ajudaram um ao outro, de acordo com as circunstâncias políticas mutantes na região, mas sempre em termos mais ou menos iguais. É claro que apareceram certas diferenças regionais. Porém, a maioria dos especialistas concluiu que o restante da história dos reinos israelitas foi de crescimento populacional, construção intensa e guerra – mas não houve mais nenhum desenvolvimento social drástico. Agora esse quadro amplamente aceito parece

estar errado.

Norte contra sul por milênios

As intensas explorações arqueológicas na região montanhosa central na década de 1980 abriram novas perspectivas para compreender o caráter e as origens dos dois estados das terras altas, Judá e Israel. Essas novas perspectivas diferiram drasticamente dos relatos bíblicos. As explorações mostraram que o aparecimento dos israelitas nas terras altas de Canaã não foi um evento único, mas de fato apenas um em uma série de oscilações demográficas que poderiam ser rastreadas por milênios.

Em cada uma das duas ondas de assentamento anteriores – na Idade do Bronze Inicial (cerca de 3500-2200 AEC) e na Idade do Bronze Média (cerca de 2000-1550 AEC) – a população nativa das terras altas trocou a vida pastoril pela agricultura sazonal, por povoados permanentes, por economias complexas nas terras altas, de um modo surpreendentemente similar ao processo de assentamento israelita na Idade do Ferro I (1150-900 AEC). Porém, ainda mais surpreendente foi que as explorações (e a informação histórica fragmentária) indicaram que, em cada onda de assentamento nas terras altas, sempre pareceu haver *duas* sociedades distintas nas terras altas – a do norte e a do sul – ocupando mais ou menos as áreas dos posteriores reinos de Judá e Israel.

Um mapa dos sítios das terras altas da Idade do Bronze Inicial, por exemplo, mostra claramente dois sistemas diferentes de assentamento regional, com uma linha divisória entre eles passando aproximadamente entre Siquém e Jerusalém, um limite que mais tarde demarcaria a fronteira entre Israel e Judá. Como o posterior reino de Israel, o sistema de assentamento do norte era denso e possuía uma hierarquia complexa de sítios grandes, médios e pequenos, todos bastante dependentes da agricultura estabelecida. A região sul, como o posterior reino de Judá, era mais esparsamente povoada, principalmente em sítios pequenos, sem tal variedade de tamanhos. No sul também há uma quantidade relativamente

grande de sítios arqueológicos que contam apenas com cacos de cerâmica espalhados, em vez de construções permanentes; isso indicou uma população significativa de grupos pastoris migratórios.

Cada uma das regiões norte e sul foi dominada por um único centro que aparentemente foi o foco da centralização política e econômica regional – e talvez também das práticas religiosas regionais. No sul, na Idade do Bronze Inicial, foi o grande sítio chamado Khirbet et-Tell (a cidade bíblica de Hai), localizada a nordeste de Jerusalém. Ele compreendeu uma área de cerca de vinte e cinco acres, o que representou bem um *quinto* de toda a área construída da região montanhosa do sul. Suas impressionantes fortificações e o templo monumental sublinhavam seu *status* destacado no sul amplamente rural e pastoril. No norte havia poucos sítios centrais, mas havia um que era dominante, Tell el-Farah, situado perto de uma abundante fonte de água fresca e protegendo a estrada principal que descia para o Vale do Jordão, parece ter controlado as ricas terras agrícolas da região. Não é mera coincidência – como veremos – que essa cidade, mais tarde conhecida como a Tersa bíblica, tenha sido primeira capital do Reino do Norte de Israel.

Na subsequente Idade do Bronze Média, a onda de assentamento nas terras altas apresentou exatamente as mesmas características. Havia bem poucos sítios de assentamento permanente no sul, a maior parte deles minúsculos, e havia grande quantidade de grupos pastoris, o que é evidenciado por seus cemitérios isolados sem relação com sítios sedentários. O norte era bem mais densamente povoado, e a quantidade de agricultores assentados era proporcionalmente muito maior do que a de pastores. O maior sítio urbano no sul passou a ser Jerusalém, que tinha sido muito fortificado (como Hai tinha sido na Idade do Bronze Inicial), acompanhado de um centro secundário, Hebron, que também foi fortificado. O grande centro do norte passou a ser Siquém. Escavações no sítio de Tell Balatah, na periferia leste da cidade, revelou imponentes fortificações e um templo maciço.

Adicionalmente aos indícios arqueológicos referente à secessão norte-sul, há também alguma evidência textual importante vinda do Egito. Uma das fontes são os assim chamados textos de execração – inscrições de maldições, gravadas em fragmentos de cerâmica de estatuetas de prisioneiros de guerra que se destinavam a ser quebradas e enterradas cerimonialmente para trazer desgraça aos inimigos do Egito. A exemplo de antigas versões de bonecos de vodu cobertos com *graffitis* raivosos, esses textos nos oferecem um vislumbre da geografia política de Canaã durante aquela era, em particular os lugares e povos que os egípcios consideravam mais ameaçadores. Os textos mencionam um grande número de cidades costeiras e das terras baixas, mas somente dois centros situados nas terras altas: Siquém e (de acordo com a maioria dos especialistas) Jerusalém.

Outra referência egípcia às terras altas complementa o quadro. Trata-se de uma inscrição que registra as expedições de um general egípcio chamado Khu-Sebek, que comandou uma campanha militar egípcia às terras altas de Canaã no século XIX AEC. A inscrição se refere à "terra" (em vez de "cidade") de Siquém e menciona *Siquém* paralelamente a *Retenu* – um dos nomes egípcios para toda a terra de Canaã. Isso parece indicar que já no início do segundo milênio AEC, Siquém – um dos centros mais importantes do reino de Israel – foi o eixo de uma grande entidade territorial.

Não temos nenhuma informação textual sobre os territórios do sul na Idade do Bronze Média, mas há informação abundante sobre sua extensão no período seguinte – a Idade do Bronze Tardia. As cartas de Tell el-Amarna do século XIV AEC confirmam a divisão da região montanhosa central entre duas cidades-Estado ou de fato entre dois estados territoriais, Siquém e Jerusalém (Figura 19). Certa quantidade de cartas se refere nominalmente a regentes dessas duas cidades-Estado – um rei chamado Abdi-Heba que reinou em Jerusalém e um rei chamado Labaiu que reinou em Siquém –, cada um dos quais controlou territórios de cerca de mil milhas quadradas. Estas foram as áreas mais vastas

dominadas por um só governante local, porque nessa época a planície costeira e os vales cananeus estavam divididos em muitas cidades-Estado minúsculas, cada uma dominando um pequeno território com uma população relativamente densa. Apesar de as unidades políticas nas terras altas serem mais extensas, sua população era muito menor.

Siquém e Jerusalém, Israel e Judá, sempre foram territórios distintos e concorrentes. E havia boas razões para as diferenças entre eles: norte e sul ocuparam zonas ambientais drasticamente diferentes.

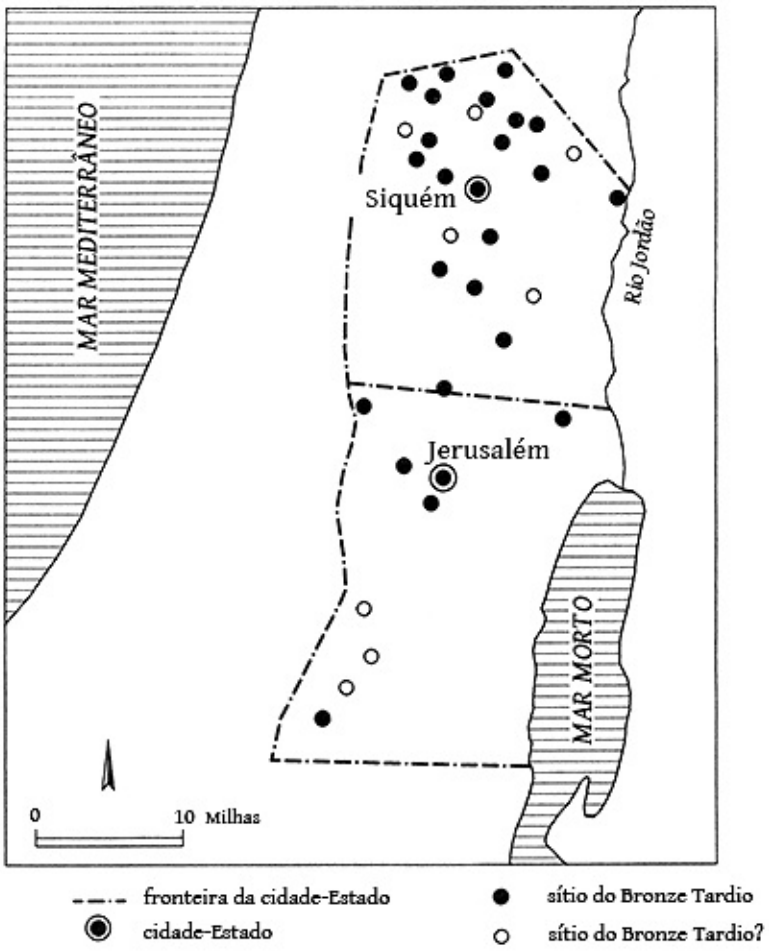


Figura 19: As duas entidades das terras altas no século XIV AEC (no período de Amarna)

Dois mundos nas terras altas

À primeira vista, as terras altas entre o Vale de Jezrael e o Vale de Bersabeia parecem formar um bloco geográfico homogêneo. Porém, os detalhes ambientais e topográficos oferecem um quadro muito diferente. O norte e o sul têm ecossistemas distintos que se diferenciam em quase todos os aspectos: topografia, formações rochosas, clima, cobertura vegetal e potenciais recursos econômicos. Judá sempre foi a parte mais remota da região montanhosa, isolado por barreiras topográficas e climáticas. Em contraste, a parte norte das terras altas consistiu em uma miscelânea de vales férteis acomodados entre encostas montanhosas adjacentes. Alguns desses vales ofereciam terra cultivável fértil em quantidade

suficiente para sustentar os habitantes de vários povoados. Tratava-se, portanto, de uma região relativamente produtiva, na qual os vales interiores e a terra da orla leste que margeia o deserto era destinada principalmente ao cultivo de grãos, enquanto nas áreas montanhosas cultivavam-se oliveiras e videiras. Embora alguém que viaje casualmente por essa região hoje possa achar que ela tenha um aspecto mais montanhoso do que a região sul, a comunicação e o transporte da produção agrícola são incomparavelmente mais fáceis. As encostas na direção oeste são muito menos íngremes e, de fato, facilitam mais do que obstruem a passagem que desce até as cidades da planície costeira do Mediterrâneo. No extremo norte dessa região situa-se a vastidão do Vale de Jezrael, uma área agrícola extremamente rica que também serviu de principal rota terrestre de comércio e comunicação entre o Egito e a Mesopotâmia. No leste, a área da estepe desértica era menos árida e menos acidentada do que mais para o sul – possibilitando uma movimentação relativamente desimpedida de gente e mercadorias entre a serra central, o Vale do Jordão e as terras altas situadas a leste, na Transjordânia.

Qualquer unidade territorial que surgiu nas terras altas do norte detinha um potencial econômico muito maior do que as que surgiam no sul. Ainda assim, o processo básico de assentamento em terras altas nas duas regiões foi similar – mudança do pastoreio e do cultivo agrícola sazonal para uma dependência cada vez maior da agricultura especializada – o norte tinha mais recursos e um ambiente mais rico para explorar. Nos estágios iniciais de cada onda de assentamento, quando a maior parte da população das terras altas esteve concentrada nas orlas orientais da estepe e nos vales orientais das terras altas, manteve-se uma economia equilibrada, essencialmente autossuficiente. Cada comunidade reunida em povoados fornecia seu próprio suprimento tanto de colheitas agrícolas quanto de produtos animais. Porém, quando a pressão populacional e a tentação de oportunidades econômicas forçou uma expansão para o extremo oeste da região montanhosa, os moradores do norte tiveram uma

vantagem destacada. Eles foram capazes de desenvolver uma economia mais especializada e sofisticada porque as encostas ocidentais da região montanhosa norte eram menos íngremes e rochosas do que as que ficavam no sul – e bem mais adequadas para o cultivo de olivais e vinhedos em pequenas parcelas sobre terraços feitos nas encostas. A especialização inicial em cultivo de oliveiras e vinhas encorajou o desenvolvimento da tecnologia para processar eficientemente esses produtos em forma de azeite e vinho. Ela também deu origem às instituições econômicas dos mercados, do transporte e da troca, para que os povoados produtores de vinho e azeite pudessem obter o cereal e os produtos animais vitalmente necessários em troca de sua própria produção.

O resultado foi uma crescente complexidade das sociedades das terras altas do norte e, por fim, a cristalização de algo como um Estado. O comércio de exportação para os povos das terras baixas e, mais importante ainda, para os mercados nas grandes cidades do Egito e para os portos da costa fenícia levaram a um avanço ainda maior. Tanto é que, no início da Idade do Ferro, as terras altas do norte estavam prontas para se tornarem mais ricas e mais populosas do que as terras altas do sul.

Formação estatal no mundo bíblico

A evolução das terras altas de Canaã até se tornarem duas unidades políticas distintas deveu-se a um desenvolvimento natural. Não há nenhuma evidência arqueológica de que essa situação de norte e sul [separados] tenha origem em uma unidade política anterior – particularmente uma centrada no sul. Nos séculos X e IX AEC, Judá ainda estava muito esparsamente habitada, com uma quantidade limitada de povoados, que de fato não eram mais de vinte ou algo em torno disso. Há boas razões para acreditar, tanto a partir da estrutura clânica distinta quanto dos achados arqueológicos em Judá que o segmento pastoril da população ainda era significativo naquela região. E ainda não temos nenhuma evidência arqueológica consistente de que, no tempo de Davi, Salomão e Roboão,

Jerusalém tenha sido algo mais do que um modesto povoado de terras altas – apesar das descrições bíblicas sem paralelo de sua grandeza. Na mesma época, a metade norte das terras altas – essencialmente os territórios que alegadamente romperam com a monarquia unificada – estava densamente ocupada por dúzias de sítios, com um sistema de assentamento bem desenvolvido que incluiu grandes centros regionais, povoados de todos os tamanhos e pequenas aldeias. Em termos simples, enquanto Judá ainda estava economicamente à margem e atrasado, Israel estava em franco crescimento.

De fato, Israel estava a caminho de estatização plenamente desenvolvida, o que ocorreria poucas décadas depois do presumido fim da monarquia unificada, por volta de 900 AEC. Por *plenamente desenvolvida* entendemos um território governado por um mecanismo burocrático, que se manifesta na estratificação social que pode ser constatada na distribuição de artigos de luxo, grandes projetos de construção, atividade econômica próspera, incluindo o comércio com regiões vizinhas e um sistema de assentamento plenamente desenvolvido.

Em Israel, centros administrativos regionais desenvolveram-se no início do século IX. Eles eram fortificados e dotados de palácios trabalhados, construídos com blocos de pedra lavrada e decorados com capitéis de pedra. Os melhores exemplos foram encontrados em Meguido, Jezrael e Samaria. Contudo, no sul, as obras em pedra lavrada e os capitéis de pedra aparecem somente no século VII AEC, em proporções menores, mostrando menos influência estrangeira e mais baixa qualidade de construção. Há também uma grande diferença no formato e desenvolvimento das capitais. Samaria, a capital do Reino do Norte, foi estabelecida como um grande centro de governo palaciano já no século IX. Jerusalém chegaria à urbanização plena somente no final do século VIII.

Adicionalmente, em Israel, a indústria de azeite de oliva estava desenvolvida já no século IX. Em Judá, no entanto, a produção de azeite de oliva passou do formato doméstico privado e local para o de indústria estatal somente no século VII AEC. Por fim, deveríamos examinar a história de ocupação das terras altas,

de acordo com a qual o norte foi ocupado bem antes de Judá e atingiu taxas populacionais muito mais altas. Em suma, pode-se dizer com segurança que o Reino do Norte de Israel emergiu como Estado plenamente desenvolvido não depois do início do século IX AEC – em uma época em que a sociedade e a economia de Judá pouco haviam mudado em relação às suas origens nas terras altas. Tudo isso também tem base no registro histórico. No próximo capítulo, veremos como o Reino do Norte apareceu repentinamente no palco do antigo Oriente Próximo como uma potência regional importante na coalizão que enfrentou o rei assírio Salmanasar III na batalha de Carcar no ano de 853 AEC.

Não há dúvida de que os dois estados da Idade do Ferro – Israel e Judá – tinham muito em comum. Ambos cultuavam YHWH (entre outras divindades). Seus povos compartilhavam muitas lendas, heróis e contos sobre eventos do passado distante. Eles também falavam línguas similares ou dialetos do hebraico, e, no século VIII AEC, ambos adotaram a mesma escrita. Mas eles também eram muito diferentes em sua composição demográfica, seu potencial econômico, sua cultura material e na relação com seus vizinhos. Em termos simples, Israel e Judá tiveram histórias muito diferentes e desenvolveram culturas distintas. Em certo sentido, Judá era pouco mais do que a área rural de Israel.

Começa a era de Israel

Durante todos os milênios da história humana de Canaã as terras altas do norte podem até ter sido mais ricas do que as terras altas do sul, mas nem de perto foram tão prósperas e urbanizadas quanto as cidades-Estado cananeias das terras baixas e da planície costeira. O que tornou possível a independência inicial das terras altas foi o fato de que, como vimos, o sistema de cidades-Estado de Canaã sofreu uma série de revoltas catastroficamente destrutivas no final da Idade do Bronze Tardia. Quer tenha sido causado pelas depredações dos Povos do Mar ou por rivalidades entre as cidades ou por agitação social, a economia das terras baixas sofreu um golpe esmagador.

Com o tempo os cananeus habitantes das terras baixas começaram a prosperar novamente. Por volta do século XI AEC, os filisteus, que anteriormente haviam se assentado ao longo da costa sul, consolidaram o poder de suas cidades. Os sucessores fenícios dos cananeus da costa ocuparam os portos marítimos do norte. Nos vales do norte, enquanto sítios principais como Meguido foram destruídos no curso do século XII AEC, a vida no restante da área rural menos urbanizada prosseguiu sem interrupção. Depois de algumas décadas de abandono, até os sítios maiores voltaram a ser ocupados, aparentemente pela mesma população – os habitantes cananeus locais das terras baixas –, e alguns dos centros cananeus mais importantes se recuperaram e continuaram bem até o século X AEC.

Meguido é um bom exemplo desse processo. Poucas décadas depois da destruição da cidade da Idade do Bronze Tardia com seu palácio elaborado, o assentamento no mesmo sítio foi retomado em termos mais modestos. Mais algumas décadas depois há sinais significativos de construção e crescimento populacional, a ponto de Meguido tornar-se, uma vez mais, uma cidade considerável (chamada de estrato VIA), com quase todas as características da cultura cananeia anterior. Os estilos de cerâmica se parecem com os do século XII AEC; o plano da cidade é semelhante em tamanho e disposição ao da última cidade do Bronze Tardio em Meguido; e, o mais importante, o templo cananeu ainda estava em atividade. Escavações em outros sítios importantes nos vales e na planície costeira do norte, como Tel Dor (na costa a oeste de Meguido) e Tel Rehov (ao sul do Mar da Galileia), revelaram um quadro similar de continuidade do mundo das cidades-Estado cananeias, em que grandes áreas urbanas ou cidades dominavam a área rural próspera.

Mas esse florescimento tardio de Canaã não duraria muito. As cidades do norte seriam destruídas por violência e fogo. A devastação seria tão completa que elas nunca mais se recuperaram do choque. Este foi o último suspiro de Canaã. O que aconteceu?

O Egito, que passara por um longo período de declínio e retração do palco internacional, por fim voltou a estar preparado para reafirmar seu poder sobre as terras do norte. Em torno do final do século X AEC, o Faraó Sesac, fundador da vigésima segunda dinastia (conhecido como Sheshonq em inscrições egípcias), lançou um ataque fulminante para o norte. Essa invasão egípcia é mencionada na Bíblia, a partir de uma perspectiva claramente judaíta, na passagem que oferece a mais antiga correlação entre registros históricos externos e o texto bíblico: "No quinto ano do reinado de Roboão, Sesac, rei do Egito, atacou Jerusalém. Levou os tesouros do templo do SENHOR e do palácio real; em uma palavra, levou tudo, inclusive todos os escudos de ouro que Salomão tinha mandado fazer" (1 Reis 14,25-26). Contudo, agora sabemos que Jerusalém dificilmente terá sido o único alvo ou mesmo o mais importante. A inscrição triunfal encomendada por Sheshonq e gravada nas paredes do grande templo de Carnaque no Alto Egito lista cerca de cento e cinquenta cidades e povoados devastados na operação. Eles estão localizados no sul, em toda a extensão da região montanhosa central e ao longo do Vale de Jezrael e na planície costeira.

As anteriormente grandes cidades cananeias de Rehov, Betsã, Taanac e Meguido são listadas como alvos das forças egípcias e, de fato, um fragmento da estela da vitória em que consta o nome de Sesac foi encontrado em Meguido – infelizmente entre os restos de escavações anteriores, de modo que sua ligação arqueológica precisa não está clara. Espessos estratos de conflagração e colapso descobertos nesse e outros sítios principais do norte fornecem evidência drástica do fim desse sistema cananeu tardio no final do século X AEC. E Sesac, cuja campanha nessa região ocorreu em 926 AEC, é o candidato mais provável a ter causado essa onda de destruição[*]. A lista de Carnaque e os resultados de recentes escavações parecem indicar que Sesac atacou também a rede em desenvolvimento dos antigos povoados israelitas nas terras altas.

Mas a campanha de Sesac não resultou em controle egípcio duradouro sobre Canaã. Depois que a poeira baixou, ficou claro que o ataque às terras altas fora

leve (sendo os únicos efeitos visíveis o abandono de alguns povoados ao norte de Jerusalém). Contudo, o golpe contra as cidades cananeias revitalizadas no Vale de Jezrael foi definitivo. Isso teve implicações enormes, já que a destruição dos últimos vestígios do sistema cananeu das cidades-Estado ofereceu uma oportunidade para os povos das terras altas do norte, que já estavam experimentando um período de intenso crescimento econômico e demográfico. Ela abriu caminho para o surgimento de um reino a expandir-se a partir da região montanhosa do norte sobre as terras baixas adjacentes no próprio século X tardio ou mais provavelmente no início do século IX AEC.

No distante sul, as terras altas do sul – os poucos povoados em torno de Jerusalém – continuaram no velho regime de povoados dispersos e pastoreio. A despeito das narrativas bíblicas posteriores de um grande império de Davi e Salomão que conquistaria e administraria o território desde Dã, no extremo norte, até Bersabeia, no extremo sul, um Estado de fato não surgiria ali pelos próximos duzentos anos.

Quatro profecias que se autorrealizaram

Por que a Bíblia compõe uma narrativa de cisma e secessão de Israel e Judá tão discrepante da evidência histórica? Se os antiquíssimos ritmos vitais nas terras altas de Canaã ditaram duas culturas regionais distintas – e se os estados de Israel e Judá eram de naturezas tão diferentes desde o início –, por que foram retratados tão sistemática e convincentemente na Bíblia como estados gêmeos?

A resposta é indicada por quatro predições do futuro divinamente inspiradas que foram habilmente tramadas com as narrativas da derrocada da monarquia unida e do estabelecimento do reino de Israel independente. Esses oráculos – escritos na forma de comunicação direta entre Deus e certa quantidade de profetas – representam os esforços de uma geração tardia de intérpretes judaítas para explicar as reviravoltas inesperadas da história.

O povo de Judá acreditava que Deus havia prometido a Davi que sua dinastia permaneceria segura para sempre e ficaria sediada em Jerusalém. Contudo, por séculos Judá ficou à sombra de Israel, cujos reis deram pouca atenção a Jerusalém. Como foi acontecer isso? A narrativa bíblica põe a culpa diretamente na conta da infidelidade religiosa de um rei *judaíta*. E ela promete que a divisão de Israel em dois reinos rivais seria apenas uma punição temporária pelos pecados de um membro mais velho da dinastia davídica divinamente abençoada.

A primeira profecia culpa sem rodeios as transgressões pessoais de Salomão, filho de Davi, pelo rompimento da unidade de Israel. Embora Salomão tenha sido retratado como um dos maiores reis de todos os tempos, sábio e rico, que governou do Eufrates até as fronteiras do Egito, ele também foi um pecador que acolheu mulheres estrangeiras como esposas em seu harém real, precisamente o tipo de ligações que YHWH proibira estritamente aos israelitas, para que os casamentos com mulheres idólatras não desviassem seus corações para o culto a outros deuses. E é precisamente isso que a Bíblia relata:

> Quando Salomão ficou velho, suas mulheres desviaram seu coração para deuses estranhos, de modo que seu coração já não pertenceu integralmente ao SENHOR seu Deus, ao contrário de seu pai Davi. Salomão foi atrás de Astarte, deusa dos sidônios, e de Melcom, abominação dos amonitas. Assim Salomão praticou o que desagrada ao SENHOR, não prestando ao SENHOR obediência integral como seu pai Davi. Então Salomão construiu um santuário para Camos, abominação dos moabitas, no monte que está diante de Jerusalém, e para Melcom, abominação dos amonitas. Fez a mesma coisa para todas as mulheres estrangeiras; elas queimavam incenso e ofereciam sacrifícios aos seus deuses (1 Reis 11,4-8).

Portanto, a punição era inevitável para o herdeiro davídico que "não prestou ao SENHOR obediência integral como seu pai Davi". Em consequência, YHWH disse para Salomão:

> Já que sabias isto e assim mesmo não observaste a aliança e as leis que te impus, vou arrancar de ti o reino para entregá-lo a um dos teus servos. Mas, em atenção ao teu pai Davi, não o farei durante a tua vida. Só o arrancarei da mão do teu filho. Contudo, não arrancarei todo o reino: deixarei ao teu filho uma tribo em

> atenção ao servo Davi e a Jerusalém que escolhi (1 Reis 11,11-13).

Assim, a promessa original feita a Davi foi comprometida – mas não inteiramente suspensa – pelo pecado de Salomão.

A segunda profecia trataria do "servo de Salomão" que reinaria em lugar de Davi. Este foi Jeroboão, o filho de Nabat, um efraimita que serviu na administração salomônica com o encargo de recrutar mão de obra entre as tribos do norte. Certo dia, ao deixar Jerusalém, ele foi confrontado pelo Profeta Aías de Silo, que rasgou a roupa que estava vestindo em doze pedaços e entregou dez deles a Jeroboão. A profecia de Aías foi drástica e fatídica:

> Toma para ti dez pedaços, pois assim fala o SENHOR Deus de Israel: "Eis que farei em pedaços e arrancarei da mão de Salomão o reino e te darei as dez tribos. Só uma tribo ficará para ele em atenção ao meu servo Davi e em consideração à cidade de Jerusalém que escolhi dentre todas as tribos de Israel. Isto porque me abandonaram e se prostraram diante de Astarte, deusa dos sidônios, Camos, deus dos moabitas, e Melcom, deus dos amonitas, mas não andaram nos meus caminhos, não praticaram o que me agrada e não observaram as minhas leis e os meus decretos, como os guardou seu pai Davi. Mas não tirarei todo o reino da sua mão. Em atenção ao seu pai Davi, a quem escolhi, e que guardou os meus mandamentos e as minhas leis, eu o manterei como senhor enquanto viver. É da mão de seu filho que tirarei o reino e darei a ti as dez tribos. Mas a seu filho darei uma tribo, para que meu servo Davi tenha sempre uma lâmpada em minha presença, na cidade de Jerusalém que escolhi para nela fixar o meu nome. Mas eu te escolho para que sejas rei de tudo quanto teu coração desejar, para que sejas rei de Israel. Se obedeceres a todas as minhas ordens e andares nos meus caminhos, praticando o que me agrada, praticando as minhas leis e os meus mandamentos, como fez o meu servo Davi, então estarei contigo, construirei para ti uma casa estável, como a construí para Davi, e te entregarei Israel. Vou humilhar a descendência de Davi por causa disso, mas não para sempre" (1 Reis 11,31-39).

Diferentemente da promessa a Davi, a promessa de Deus a Jeroboão era condicionada: YHWH asseguraria seu Estado somente enquanto ele fizesse o que é certo aos olhos de Deus. Porém, ele não fez:

> Jeroboão fortificou Siquém na região montanhosa de Efraim, e lá fixou residência; depois saiu de lá e fortificou Fanuel. Jeroboão pensou: "Como estão as

> coisas, o reino bem poderia voltar à casa de Davi. Se este povo continuar subindo para oferecer sacrifícios no tempo do SENHOR em Jerusalém, seu coração acabará por se voltar para o seu senhor Roboão, rei de Judá. Eles me matarão e voltarão para Roboão, rei de Judá". Depois de refletir bastante, o rei mandou fazer dois bezerros de ouro e disse ao povo: "Basta de subir a Jerusalém! Israel, aqui tens os deuses que te tiraram do Egito". Em seguida, colocou um bezerro em Betel e o outro em Dã. Esta medida foi causa de pecado para Israel, e o povo ia em peregrinação diante de um dos bezerros até Dã (1 Reis 12,25-30).

O recém-entronizado Rei Jeroboão logo recebeu uma visão chocante do seu destino. Em meio à cerimônia cúltica junto ao santuário do bezerro de ouro em Betel, durante um festival de outono provavelmente destinado a desviar a atenção dos peregrinos das celebrações em Jerusalém, Jeroboão foi confrontado no altar por um personagem profético identificado no texto bíblico apenas como "um homem de Deus".

> Por ordem do SENHOR um homem de Deus, proveniente de Judá, chegou a Betel quando Jeroboão estava de pé no altar, para queimar incenso. Por ordem do SENHOR o profeta lançou este grito contra o altar: "Altar, altar! Assim fala o SENHOR: "Eis que nascerá um filho à casa de Davi, e seu nome será Josias. Ele imolará sobre ti os sacerdotes dos santuários das alturas que sobre ti ofereceram incenso, e ossos humanos serão queimados sobre ti" (1 Reis 13,1-2).

Esta é uma profecia sem paralelo, porque o "homem de Deus" revelou o nome de um rei específico de Judá que, três séculos mais tarde, ordenaria a destruição daquele santuário, matando seus sacerdotes e profanando o altar com seus restos. É algo como ler a história da escravidão escrita na América colonial do século XVII em que consta uma passagem predizendo o nascimento de Martin Luther King. E isso não é tudo: Jeroboão ficou profundamente abalado pela profecia e logo depois seu filho Abias caiu doente. A esposa de Jeroboão rumou imediatamente até o velho centro cúltico de Silo para entrevistar-se com o Profeta Aías – o mesmo profeta que havia predito que Jeroboão logo reinaria sobre as tribos do norte. Aías não encontrou palavras de reafirmação para a mãe preocupada. Em vez disso, ele proferiu a quarta profecia, uma das mais assustadoras contidas na Bíblia:

> Vai dizer a Jeroboão: Assim fala o SENHOR Deus de Israel: "Eu te exaltei do meio do povo e te estabeleci como chefe do meu povo Israel. Arranquei a realeza à casa de Davi para entregá-la a ti. Entretanto, não foste como meu servo Davi, que guardou os meus mandamentos e me seguiu de todo o coração, praticando só o que me agrada. Agiste pior do que todos os teus predecessores, fizeste para ti deuses estranhos e estátuas de metal fundido, para me irritar, atirando-me atrás das costas. Por isso vou trazer desgraças para a casa de Jeroboão, exterminando-lhe em Israel todas as pessoas do sexo masculino, escravos e livres. Varrerei a casa de Jeroboão como se varre a sujeira, até desaparecer completamente. Os membros da família de Jeroboão que morrerem na cidade serão devorados pelos cães, e os que morrerem no campo serão comidos pelas aves do céu, pois o SENHOR falou". "Tu, porém, levanta-te e vai para casa. Quando puseres os pés na cidade, o menino morrerá. Todo Israel fará luto por ele e o sepultarão. Com efeito, ele será o único membro da família de Jeroboão a ser posto numa sepultura, porque de toda a casa de Jeroboão somente nele encontrou-se algo de bom para o SENHOR Deus de Israel. O SENHOR fará surgir para Israel um rei que exterminará a casa de Jeroboão. Isto é para hoje. O que digo? É para agora mesmo! O SENHOR golpeará Israel, de modo que balançará como o caniço nas águas. Ele os arrancará deste belo país que deu a seus pais e os dispersará para além do Rio Eufrates, porque fizeram os seus *aserim* [suas estacas sagradas], irritando o SENHOR. Ele abandonará Israel por causa dos pecados que Jeroboão cometeu e levou Israel a cometer" (1 Reis 14,7-16).

A precisão da profecia mais antiga do "homem de Deus" denuncia a era em que ela foi escrita. O rei davídico Josias, que conquistou e destruiu o altar de Betel, viveu no final do século VII AEC. Por que uma narrativa que sucedeu no final do século X AEC precisou introduzir um personagem de um futuro tão distante? Qual é a razão para descrever o que fará um rei justo chamado Josias? A resposta é a mesma que propusemos ao explicar por que as narrativas dos patriarcas, do êxodo e da conquista de Canaã contêm alusões ao século VII em profusão. O fato inescapável é que os livros dos Reis são um fervoroso argumento religioso – escrito no século VII AEC – tanto quanto são obras de história.

Naquela época, o reino de Israel já era uma lembrança difusa, suas cidades destruídas e grande quantidade dos seus habitantes deportados para os rincões mais distantes do Império Assírio. Porém, nesse meio-tempo, Judá havia

prosperado e desenvolvera ambições territoriais, alegando ser o único herdeiro legítimo dos extensos territórios de Israel. A ideologia e teologia do historiador monarquista posterior foi fundada sobre vários pilares, sendo um dos mais importantes a ideia de que o culto israelita deve ser totalmente centralizado no Templo de Jerusalém. O centro de culto rival do norte em Betel, que não ficava tão longe de Jerusalém, deve ter sido visto como um ameaça já antes da destruição do Reino do Norte. Pior ainda, ele ainda estava ativo no início do século VII, provavelmente atraindo pessoas que viviam nos territórios do ex-Reino do Norte, a maior parte delas israelitas que não foram para o exílio. Ele representava uma perigosa concorrência às ambições políticas, territoriais e teológicas de Judá nos dias do Rei Josias. E a inevitabilidade da queda de Israel – e do triunfo de Josias – tornou-se um tema central no relato bíblico.

Um relato mais cauteloso

Essas são as razões pelas quais, ao longo da descrição da história do Reino do Norte, o historiador deuteronomista transmite ao leitor uma mensagem dual, um tanto contraditória. Por um lado, ele descreve Judá e Israel como estados irmãos; por outro, ele explicita um forte antagonismo entre eles. A ambição de Josias foi expandir para o norte e apoderar-se dos territórios nas terras altas que pertenceram ao Reino do Norte. Assim, a Bíblia apoia essa ambição explicando que o Reino do Norte foi estabelecido nos territórios da monarquia unificada de cunho mítico, que reinava a partir de Jerusalém; que se tratou de um Estado israelita irmão; que seu povo era formado por israelitas que deveriam cultuar em Jerusalém; que os israelitas ainda vivendo nesses territórios devem voltar sua atenção para Jerusalém; e que Josias, o herdeiro do trono davídico e da promessa eterna de YHWH a Davi, é o único herdeiro legítimo dos territórios do Israel derrotado. Por outro lado, os autores da Bíblia precisaram tirar a legitimidade do culto do norte – especialmente do santuário de Betel – e mostrar que as tradições religiosas distintas do Reino do Norte eram todas perversas, que deveriam ser

erradicadas e substituídas pelo culto centralizado no Templo de Jerusalém.

A História Deuteronomista cumpre tudo isso. O final de 2 Samuel mostra o piedoso Davi estabelecendo um grande império. No início de 1 Reis, seu filho Salomão sobe ao trono e continua a prosperar. Porém, riqueza e prosperidade não lhe bastaram. Pelo contrário, elas acarretaram a idolatria. O pecado de Salomão levou à morte da idade de ouro. YHWH, então, escolheu Jeroboão para liderar o Estado separatista do Reino do Norte, para ser um segundo Davi. Jeroboão, no entanto, pecou mais do que Salomão, e o Reino do Norte desperdiçou sua oportunidade única na história. O resto da história do norte é um melancólico declínio até a destruição total.

Sob Josias, todavia, chegou a época de Judá alçar-se à grandeza. Porém, visando reviver a idade de ouro, esse novo Davi precisou primeiro desfazer os pecados de Salomão e Jeroboão. A via até a grandeza tinha de passar pela purificação de Israel, principalmente pela destruição do santuário de Betel. Isso levaria à reunificação de todo Israel – povo e território – sob o Templo de YHWH e o trono de Davi em Jerusalém.

É importante lembrar, então, que a narrativa bíblica não vê a divisão da monarquia unificada de Davi e Salomão como um ato final, mas como uma desventura temporária. Ainda pode haver um final feliz. Se o povo resolver mudar de atitude e viver como um povo sagrado, separando-se dos ídolos e das seduções estrangeiras, YHWH vencerá todos os inimigos do povo e lhe dará descanso e satisfação eternos na terra que lhes fora prometida.

---

[*]. A opção por Sesac levanta um problema: Por que o rei egípcio destruiria as cidades no Vale de Jezrael se ele pretendia continuar a dominar Canaã? E por que ele levantaria uma estela da vitória bem trabalhada em uma cidade destruída como Meguido? Outro candidato possível para ser o agente de destruição das cidades cananeias seria o Reino do Norte de Israel em sua primeira fase.

7

O PRIMEIRO REINO ESQUECIDO DE ISRAEL (884-842 AEC)

Violência, idolatria e ganância foram as marcas do Reino do Norte de Israel como este é pintado com detalhes sangrentos no primeiro e no segundo Livro dos Reis. Depois de Jeroboão, os principais vilões da narrativa são os amridas, a grande dinastia do norte fundada por um ex-general israelita chamado Amri, cujos sucessores se tornaram tão poderosos que acabaram colocando uma de suas princesas inclusive no trono do reino de Judá. A Bíblia acusa o famoso casal amrida – Rei Acab e sua renomada esposa Jezabel, a princesa fenícia – de repetidamente cometerem alguns dos mais graves pecados bíblicos: introduzir o culto a deuses estrangeiros na terra de Israel, assassinar sacerdotes e profetas fiéis a YHWH, confiscar injustamente a propriedade de seus súditos e violar as tradições sagradas de Israel com arrogante impunidade.

Os amridas figuram entre os personagens mais desprezados da história bíblica. Contudo, a nova visão arqueológica do reino de Israel proporciona uma perspectiva inteiramente diferente dos seus reinados. De fato, se os autores e editores bíblicos tivessem sido historiadores no sentido moderno, eles poderiam ter dito que Acab foi um rei poderoso que, pela primeira vez, logrou alçar o reino de Israel à proeminência no palco do mundo e que esse casamento com a filha do rei fenício Etbaal foi um lance brilhante de diplomacia internacional. Eles poderiam ter dito que os amridas construíram cidades magníficas para servir de centros administrativos de seu reino em expansão. Eles poderiam ter dito que

Acab e Amri, seu pai que foi rei antes dele, tiveram êxito em formar um dos exércitos mais poderosos da região – com o qual eles conquistaram extensos territórios no extremo norte e na Transjordânia. É claro que eles também teriam percebido que Amri e Acab não foram particularmente piedosos e que às vezes eram caprichosos e agiam com brutalidade. Porém, o mesmo podia ser dito de virtualmente qualquer outro monarca do Oriente Próximo antigo.

De fato, como Estado, Israel desfrutava de prosperidade natural e relações comerciais extensas que o tornavam amplamente indiferenciável de outros reinos prósperos da região. Como observado no capítulo anterior, Israel dispunha da organização necessária para empreender projetos monumentais de construção, para compor um exército e uma burocracia profissionais e para desenvolver uma complexa hierarquia de assentamento, constituída de cidades, áreas urbanas e povoados – que perfizeram o primeiro reino israelita plenamente desenvolvido. Seu caráter, seus objetivos e suas realizações eram drasticamente diferentes dos do reino de Judá. Por essa razão, eles foram quase totalmente obscurecidos pela condenação da Bíblia, que apoia as pretensões de predominância da posterior dinastia davídica do sul, degradando e deturpando quase tudo que fez a dinastia amrida do norte.

Ascensão e queda da casa de Amri

Os livros dos Reis oferecem apenas uma descrição sumária das primeiras décadas turbulentas no reino independente de Israel. Depois dos vinte e dois anos do reinado de Jeroboão, seu filho e sucessor Nadab foi derrubado por um golpe militar, no qual todos os membros remanescentes da casa de Jeroboão foram mortos (cumprindo, assim, inteiramente as palavras do Profeta Aías de que nenhum dos herdeiros de Jeroboão sobreviveria). Baasa, o novo rei, que possivelmente havia sido um comandante militar, imediatamente mostrou sua natureza belicosa, declarando guerra ao reino de Judá e avançando com suas forças militares contra Jerusalém. Porém, ele logo foi forçado a afrouxar a

pressão sobre o Reino do Sul quando seu próprio reino foi invadido por Ben-Adad, rei de Damasco.

Logo depois da morte de Baasa, seu filho Ela foi deposto por outro levante militar, no qual a casa de Baasa foi aniquilada (1 Reis 16,8-11). Mas Zambri, o líder rebelde, um comandante de carros de combate, reinou por apenas sete dias. O povo de Israel se levantou para declarar Amri, o comandante do exército, o próximo rei de Israel. Após um breve sítio à capital real de Tersa – e o suicídio do usurpador Zambri nas chamas do palácio –, Amri consolidou seu poder e estabeleceu uma dinastia que governaria o Reino do Norte pelos próximos quarenta anos.

TABELA 3
A DINASTIA AMRIDA

REI	DATAS*	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Amri	884-873 AEC	Fundação de Samaria		
Acab	873-852	Casa com a princesa fenícia Jezabel; constrói um templo para Baal em Samaria; usurpa a vinha de Nabot; confrontado pelo Profeta Elias; trava várias guerras contra os arameus e morre no campo de batalha	Salmanasar III menciona a grande força de carros de combate de Acab na batalha de Carcar em 853 AEC; possivelmente mencionado na inscrição de Tel Dan	Principal fase de construção em Samaria; complexo de Jezrael; palácios de Megui-do; muralha e portão de Hasor
Ocozias	852-851	Reinado curto; fica doente e morre		
Jorão	851-842	Derrota Moab; ferido na batalha contra Hazael de Aram-Damasco; profecias de Eliseu mencionadas na estela de Mesa de Moab	Aparentemente mencionado na inscrição de Tel Dan	Destruição do complexo de Jezrael; estratos de des-truição em outros sítios no norte

*De acordo com o *Anchor Bible Dictionary* e Galil, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah.*

Nos doze anos do seu reinado, Amri construiu uma nova capital para si em um lugar chamado Samaria e lançou os fundamentos para o governo continuado de sua própria dinastia. Em seguida, Acab, o filho de Amri, assumiu o trono e reinou sobre Israel por vinte e dois anos. A avaliação bíblica de Acab foi ainda mais dura do que o tratamento usual dispensado aos monarcas do norte, detalhando a extensão de suas relações estrangeiras e de sua idolatria, dando ênfase a sua famosa esposa estrangeira, que levou seu marido à apostasia:

> Acab filho de Amri praticou o que desagrada ao SENHOR mais do que todos os predecessores. Como se não tivesse bastado andar nos pecados de Jeroboão filho

> de Nabat, ainda tomou por esposa Jezabel filha de Etbaal, rei dos sidônios, e foi prestar culto a Baal, prostrando-se diante dele. Ergueu-lhe um altar no templo de Baal que tinha construído em Samaria. Acab fez uma *aserah* [estaca sagrada] e continuou agindo de modo a irritar o SENHOR Deus de Israel, mais do que todos os reis de Israel que o precederam (1 Reis 16,30-33).

Diz-se de Jezabel que apoiou o sacerdócio pagão em Samaria, recebendo à sua mesa real "quatrocentos e cinquenta profetas de Baal e quatrocentos profetas de Aserá" [1 Reis 18,19]. Além disso, ela ordenou que todos os profetas de YHWH que viviam no reino de Israel fossem mortos.

A narrativa bíblica passa então a dedicar a maior parte de sua descrição dos amridas aos seus crimes e pecados – e a sua incipiente batalha de sagacidade contra Elias e seu protegido Eliseu, dois famosos profetas de YHWH que percorreram o norte. Elias logo partiu para o confronto com Acab e desafiou todos os profetas de Baal e Aserá "que comem à mesa de Jezabel" a se reunir no Monte Carmelo para uma disputa de vontades sagradas. Ali, diante de "todo o povo", cada uma das partes construiu um altar ao seu deus e sacrificou um touro sobre ele, clamando à divindade eleita que consumisse a oferenda pelo fogo. Baal não respondeu aos gritos dos seus profetas, mas YHWH imediatamente lançou um grande fogo do céu que consumiu a oferenda de Elias. Quando viram isso, as testemunhas reunidas se prostraram com o rosto em terra. "O SENHOR é Deus", gritaram eles e agarraram os profetas de Baal e os degolaram no riacho de Quison.

A Rainha Jezabel reagiu furiosa e Elias rapidamente fugiu para o deserto. Chegando aos ermos desolados do Horeb, a montanha de Deus, ele recebeu um oráculo divino. YHWH falou diretamente com Elias e proferiu a profecia que selou o destino de toda a casa de Amri. YHWH o instruiu a ungir Hazael como rei do mais perigoso rival de Israel, Aram-Damasco. Elias também recebeu ordem de ungir Jeú, o comandante militar de Acab, como próximo rei de Israel. Por fim, Elias foi instruído a tornar Eliseu profeta em seu lugar. YHWH determinara que esses três puniriam a casa de Amri por seus pecados: "Quem

escapar da espada de Hazael será morto por Jeú, e quem escapar à espada de Jeú será morto por Eliseu" (1 Reis 19,17).

Contudo, YHWH deu ao Reino do Norte uma segunda chance ao socorrê-lo quando Ben-Adad, rei de Aram-Damasco, invadiu o país e sitiou Samaria. Ele lhe deu uma terceira chance quando permitiu que Acab derrotasse Ben-Adad na batalha perto do Mar da Galileia no ano seguinte. Porém, Acab se mostrou indigno desse auxílio divino. Ele decidiu poupar a vida do seu inimigo em troca de recompensas terrenas: a devolução de cidades que antes pertenciam ao reino de Israel e o direito de "estabelecer bazares" em Damasco. Um profeta de YHWH disse para Acab que ele pagaria com a vida por não ter obedecido à ordem de YHWH de passar Ben-Adad pelo fio da espada.

A narrativa bíblica se volta, então, para a conduta imoral do perverso casal em relação ao seu próprio povo – outro pecado pelo qual teriam de pagar com suas vidas. Sucedeu que um homem chamado Nabot possuía uma vinha perto do palácio de Acab em Jezrael e aquela vinha atrapalhou os planos de desenvolvimento de Acab. Procurando apossar-se da terra para expandir o seu palácio, Acab fez a Nabot uma oferta que ele pensou ser irrecusável: ele tomaria a vinha de Nabot e daria a este uma muito melhor, ou se Nabot preferisse, Acab lhe pagaria em dinheiro. Porém, Nabot não estava nem um pouco interessado em se desfazer da herança de sua família e recusou obstinadamente a oferta. Jezabel, a esposa de Acab, encontrou outra solução para o problema: ela fabricou evidência de blasfêmia contra Nabot e assistiu com satisfação o povo de Jezrael apedrejar Nabot até a morte. Acab mal tinha acabado de tomar posse da vinha quando o Profeta Elias entrou em cena novamente. Sua profecia foi arrepiante:

> Assim fala o SENHOR: "Tu és um assassino e, além disso, ladrão! [...] No mesmo lugar onde os cães lamberam o sangue de Nabot, lamberão também o teu próprio sangue! [...] Eis que vou trazer para ti desgraças. Vou varrer-te e exterminarei em Israel todas as pessoas do sexo masculino da família de Acab, escravos e livres. Tratarei tua família como as famílias de Jeroboão filho de Nabat e de Baasa filho de Aías, porque me causaste irritação e seduziste Israel ao pecado". Também a

> respeito de Jezabel o SENHOR falou assim: "Os cães devorarão Jezabel na propriedade de Jezrael. Os membros da família de Acab que morrerem na cidade serão devorados pelos cães, e os que morrerem no campo serão comidos pelas aves do céu" (1 Reis 21,19-24).

Naquela época os reinos de Israel e Judá haviam firmado uma aliança, pela qual Josafá, rei de Judá, uniu forças com Acab para fazer guerra contra Aram-Damasco em Ramot de Galaad, além do Jordão. No decorrer da luta, Acab foi atingido por uma flecha e morreu no campo de batalha. Seu corpo foi levado até Samaria para o funeral real e quando sua carruagem foi lavada, os cães lamberam seu sangue – sombrio cumprimento da profecia de Elias.

Quem subiu ao trono depois dele foi Ocozias, filho de Acab, que também pecou gravemente. Ferindo-se ao cair "da sacada do piso superior, em Samaria", ele mandou mensageiros para consultar Baal-Zebub, o deus da cidade filisteia de Acaron, a respeito da perspectiva de recuperar-se. Porém, Elias, repreendendo-o por recorrer a um ídolo estrangeiro e não a YHWH, anunciou sua morte iminente.

Por fim ascendeu ao trono Jorão, o irmão de Ocozias, quarto e último rei da dinastia amrida. Em resposta a uma rebelião de Mesa, rei de Moab, que por muito tempo tinha sido vassalo de Israel, Jorão marchou contra Moab, acompanhado de Josafá, rei de Judá e um anônimo rei de Edom. O Profeta Eliseu predisse vitória somente porque o rei judaíta justo, Josafá, os acompanhou. E, de fato, os moabitas foram derrotados pela aliança israelita-judaíta-edomita e suas cidades foram destruídas.

Contudo, a dinastia amrida não podia, no final das contas, escapar ao seu destino de destruição completa. Quando Hazael tomou posse como rei de Damasco, a sorte militar e política da dinastia amrida começou a diminuir. Hazael derrotou o exército de Israel em Ramot de Galaad, a leste do Jordão, e o rei israelita, Jorão, ficou gravemente ferido no campo de batalha. Naquele momento de crise, Eliseu enviou um dos filhos dos profetas de YHWH para

ungir Jeú, o comandante do exército, como rei de Israel, para que ele pudesse enfim destruir a casa de Acab. E foi o que aconteceu. Ao retornar para o palácio amrida em Jezrael para curar seus ferimentos na companhia do Rei Ocozias de Judá, Jorão foi confrontado por Jeú (simbolicamente na vinha de Nabot), que o matou com um flechaço no coração. Ocozias tentou escapar, mas foi ferido e morreu na cidade vizinha de Meguido, para onde havia fugido.

A liquidação da família de Acab estava chegando ao clímax. Jeú então entrou no complexo real de Jezrael e ordenou que Jezabel fosse jogada de uma janela superior do palácio. Jeú ordenou aos seus serviçais que buscassem seu corpo para o sepultamento, mas só o que encontraram foi seu crânio, seus pés e as palmas de suas mãos no pátio – pois cães de rua tinha comido a carne de Jezabel, exatamente como a arrepiante profecia de Elias havia advertido. Nesse meio-tempo, os filhos do rei de Israel que viviam em Samaria – setenta ao todo – foram abatidos e suas cabeças postas em cestos e enviadas a Jeú em Jezrael. Ele ordenou que aquelas cabeças fossem empilhadas e expostas ao público na entrada de um dos portões da cidade. Em seguida, Jeú partiu para Samaria, onde matou o que restava da família de Acab. Assim, a dinastia amrida foi extinta para sempre e a terrível profecia de Elias se cumpriu até a última palavra.

Fronteiras distantes e potência militar

A tragédia que se abateu sobre a corte da família de Amri é um clássico literário, repleto de personagens vívidos e cenas teatrais, em que os crimes da família real contra seu próprio povo são punidos com uma morte sangrenta. A memória dos reinados de Acab e Jezabel obviamente permaneceu vívida por séculos, como podemos ver por sua inclusão de maneira tão proeminente na História Deuteronomista – compilada mais de duzentos anos depois de suas mortes. Não obstante, a narrativa bíblica está tão eivada de inconsistências e anacronismos e tão obviamente influenciada pela teologia dos escritores do século VII AEC, que ela tem de ser considerada uma novela histórica mais do

que uma crônica histórica acurada. Entre as inconsistências encontra-se a de que a referida invasão de Samaria por Ben-Adad de Damasco não aconteceu durante o reinado de Acab, mas mais tarde na história do Reino do Norte. A menção de uma aliança de Israel com um anônimo rei de Edom também é um anacronismo, porque não há evidência de monarquia em Edom antes de um século após o período dos amridas. De fato, se retirarmos os anacronismos e as narrativas de ameaças feitas e profecias cumpridas, sobra bem pouco material historicamente verificável no relato bíblico, a não ser a sequência de reis israelitas, alguns dos seus mais famosos projetos de construção e as áreas gerais de atividade militar.

Felizmente há – pela primeira vez na história de Israel – fontes externas de informação histórica importantes a ponto de permitir que vejamos os amridas de uma perspectiva diferente: como governantes militarmente poderosos de um dos estados mais fortes do Oriente Próximo. A chave para essa nova compreensão é o repentino aparecimento de inscrições em monumentos que se referem diretamente ao reino de Israel. A primeira menção ao Reino do Norte da época dos amridas não é acidental. O avanço do Império Assírio para o Ocidente, partindo de sua região central mesopotâmica – com sua burocracia plenamente desenvolvida e a longa tradição de registrar os atos dos seus governantes em declarações públicas –, influenciou profundamente a cultura de estados em processo de cristalização, como Israel, Aram e Moab. Começando no século IX AEC, com base nos registros dos próprios assírios e nos das potências menores do Oriente Próximo, finalmente obtemos algum testemunho de primeira mão sobre eventos e personalidades descritos no texto bíblico.

Na época de Davi e Salomão, a organização política na região ainda não havia atingido o estágio em que existiam burocracias abrangentes e inscrições em monumentos. Na época dos amridas, um século mais tarde, processos econômicos internos e pressões políticas externas provocaram o surgimento de estados nacionais e territoriais plenamente desenvolvidos no Levante. Em termos antropológicos, *plenamente desenvolvido* significa um território governado por

uma complexa organização burocrática capaz de organizar importantes projetos de construção, manter um exército permanente e estabelecer relações comerciais com as regiões vizinhas. Esse Estado é capaz de manter registros de suas ações em arquivos e em inscrições monumentais acessíveis ao público. A partir do século IX, os principais eventos políticos foram registrados em escritos gravados em monumentos a partir da perspectiva de cada rei. Essas inscrições são cruciais para estabelecer datas precisas para eventos e personalidades mencionados na Bíblia. E para quem conhece a versão da Bíblia, elas oferecem um quadro inesperado da extensão e do poder do reino de Israel.

Uma das inscrições mais importantes é a estela de Mesa, encontrada em 1868 na superfície do monte de ruínas remoto de Dhiban no sul do Jordão, a leste do Mar Morto – o local da cidade bíblica de Dibon, a capital do reino de Moab. Essa inscrição monumental foi seriamente danificada na disputa entre exploradores europeus rivais e os beduínos locais, mas os fragmentos que sobreviveram foram recompostos no que ainda é o mais extenso texto extrabíblico jamais encontrado no Levante. Ela foi redigida na língua moabita, que é muito parecida com o hebraico bíblico, e registra as realizações do Rei Mesa, que conquistou os territórios a norte de Moab e estabeleceu sua capital em Dibon. A descoberta dessa inscrição causou grande alvoroço no século XIX porque Mesa é mencionado em 2 Reis 3 como vassalo rebelde do Reino do Norte de Israel.

Nela, pela primeira vez, constava o outro lado da história, a primeira descrição não bíblica já encontrada dos amridas. Os eventos registrados na inscrição se deram no século IX AEC, quando, de acordo com seu texto fragmentário, "Amri [foi] rei de Israel e oprimiu Moab por muito tempo. [...] E seu filho o sucedeu e também disse: 'Humilharei Moab'. Em meus dias, ele falou do mesmo modo. [...] E Amri tomou posse da terra de Medeba. E residiu nela durante seus dias e durante a soma dos dias dos seus filhos: quarenta anos".

A inscrição prossegue relatando como Mesa expandiu gradualmente seu território, rebelando-se contra Israel, destruindo os assentamentos mais

importantes dos israelitas a leste do Jordão, enquanto fortificava e embelezava sua própria capital. Embora Mesa mal consiga disfarçar seu desdém por Amri e seu filho Acab, aprendemos de sua inscrição triunfal que o reino de Israel se expandiu até o extremo leste e sul de seu anterior território principal situado na região montanhosa central.

Da mesma forma, ficamos sabendo dos conflitos com Aram-Damasco a partir da inscrição da "casa da Davi" descoberta na cidade bíblica de Dã em 1993. Apesar de o nome do monarca que a erigiu não ter sido encontrado nos fragmentos até agora recuperados, há pouca margem para dúvida, em vista do contexto global, que foi o poderoso Hazael, rei de Aram-Damasco. Ele é mencionado várias vezes na Bíblia, em particular como instrumento de Deus para humilhar a casa de Amri. Da inscrição aparentemente se depreende que Hazael tomou a cidade de Dã e erigiu nela uma estela triunfal em torno de 835 AEC. A inscrição registra as palavras do vitorioso Hazael, fazendo uma furiosa acusação de que "o rei de I[s]rael entrou primeiro na terra de meus pais". Já que a inscrição aparentemente menciona o nome do filho e sucessor de Acab, Jorão, a implicação é evidente. O reino de Israel sob os amridas se estendeu das imediações de Damasco, passando pelas terras altas centrais e pelos vales de Israel, por todo o território até o sul de Moab, dominando um considerável contingente populacional não israelita.

Também ficamos sabendo que esse "Império" Amrida possuía uma força militar muito grande. Embora o relato bíblico a respeito da dinastia amrida enfatize reiterados desastres militares – e não faça nenhuma menção de uma ameaça vinda da Assíria – há alguma evidência cabal do poder dos amridas da parte da própria Assíria. Salmanasar III, um dos maiores reis assírios, que governou nos anos 858-824 AEC, proporciona o que talvez seja a exaltação mais clara (por ser inteiramente não intencional) do poder da dinastia amrida. No ano 853 AEC, Salmanasar liderou uma grande força invasora assíria na direção oeste para intimidar e possivelmente conquistar os estados menores da Síria, Fenícia e

Israel. Seus exércitos foram enfrentados por uma coalizão antiassíria nas proximidades de Carcar às margens do Rio Orontes na Síria Ocidental. Salmanasar se gabou de sua grande vitória em um importante texto antigo conhecido como a Inscrição do Monólito, encontrada na década de 1840 pelo explorador inglês Austen Henry Layard no antigo sítio assírio de Nimrud. O monumento em pedra escura, densamente coberto de caracteres cuneiformes, orgulhosamente registra as forças que se agruparam contra Salmanasar: "1.200 carros, 1.200 cavaleiros, 20.000 soldados de infantaria de Adadezer de Damasco, 700 carros, 700 cavaleiros, 10.000 soldados de infantaria de Iruleni de Hamat, 2.000 carros, 10.000 soldados de infantaria de Acab o israelita, 500 soldados de Que, 1.000 soldados de Musri, 10 carros, 10.000 soldados de Irqanata..."

Além de ser a mais antiga evidência não bíblica de um rei de Israel, depreende-se claramente da menção das "armas pesadas" (carros de combate) que Acab era o membro mais forte da coalizão antiassíria. E, embora o grande Salmanasar tenha proclamado sua vitória, o desfecho prático desse confronto falou muito mais alto do que gabolices reais. Salmanasar retornou rapidamente à Assíria e, pelo menos, por um tempo a marcha assíria para o oeste foi detida.

Assim, obtemos de três inscrições antigas (ironicamente de três dos mais cruéis inimigos de Israel) informação que complementa cabalmente o relato bíblico. Embora a Bíblia fale que um exército arameu sitiou Samaria, Amri e seus sucessores foram, na verdade, reis poderosos que expandiram o território do seu reino e mantiveram o que certamente foi um dos maiores exércitos permanentes na região. E eles estavam profundamente envolvidos na política internacional de poder (em um tempo em que o reino de Judá foi contemplado com o silêncio na inscrição de Salmanasar) em um esforço contínuo por manter sua independência em relação aos rivais regionais e a ameaça iminente do Império Assírio.

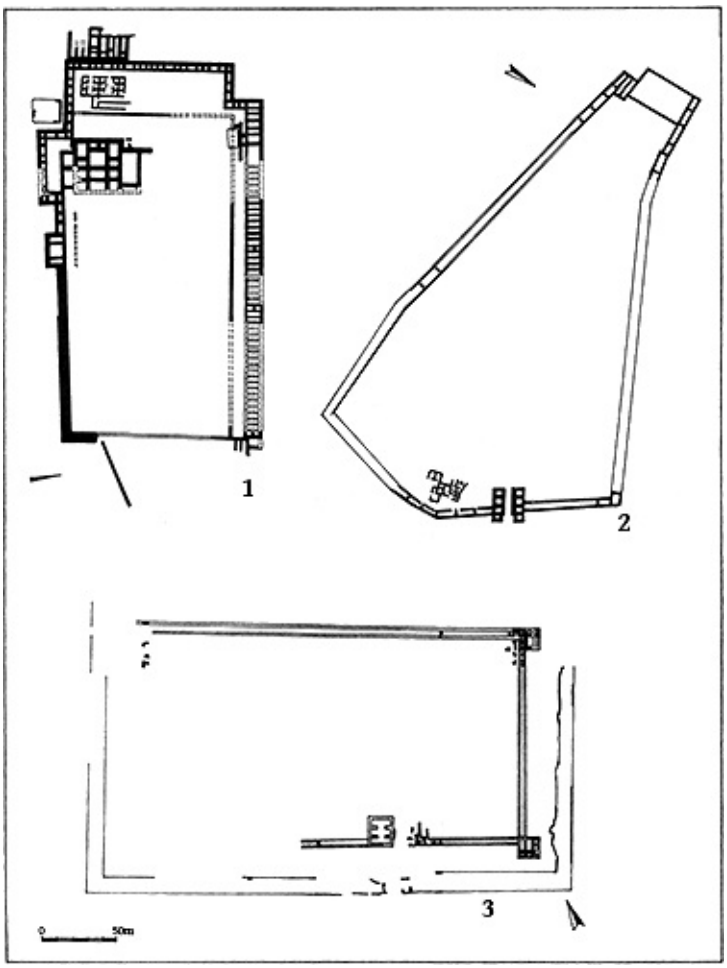


Figura 20: Planos de três sítios amridas: 1) Samaria; 2) Hasor; 3) Jezrael.
Os planos foram desenhados pela mesma escala. *Os números 1 e 2 são cortesia do Professor Zeev Herzog, da Universidade de Tel Aviv*

Palácios, estábulos e cidades-armazém

A evidência arqueológica também revela que os amridas ultrapassaram em muito qualquer outro monarca de Israel ou Judá como construtores e administradores. Em certo sentido, foi deles a primeira idade de ouro dos reis israelitas. Na Bíblia, porém, a descrição do reino amrida é bem esquemática. Exceto pela menção de palácios bem construídos em Samaria e Jezrael, quase não se faz referência ao tamanho, à proporção e à opulência do seu reino. No início do século XX a arqueologia começou a dar uma contribuição significativa e escavações importantes no sítio da capital de Amri, Samaria, foram iniciadas.

Dificilmente se pode pôr em dúvida que Samaria foi de fato construída por Amri, visto que fontes assírias posteriores chamam o Reino do Norte de "a casa de Amri", um indício de que ele foi o fundador de sua capital. O sítio, escavado pela primeira vez em 1908-1910 por uma expedição da Universidade de Harvard, continuou a ser explorado na década de 1930 por uma equipe norte-americana, britânica e judaico-palestinense. O sítio continuou a revelar o esplendor da dinastia amrida.

O sítio de Samaria ainda hoje é impressionante. Localizado em meio a montes levemente ondulados, cobertos de pomares de oliveiras e amendoeiras, situa-se sobranceiro a uma rica região agrícola. A descoberta de alguns cacos de cerâmica, algumas paredes e um conjunto de instalações cortadas na rocha indica que ele já era habitado antes da chegada de Amri; parece ter havido ali um pequeno e pobre povoado israelita ou uma propriedade agrícola nos séculos XI e X AEC. Talvez tenha sido a herança de Semer, o dono original da propriedade mencionada em 1 Reis 16,24. Em todo caso, com a chegada de Amri e sua corte em torno de 880 AEC, as construções da fazenda foram derrubadas e um opulento palácio com edificações auxiliares para serviçais e o pessoal da corte surgiu no topo do monte.

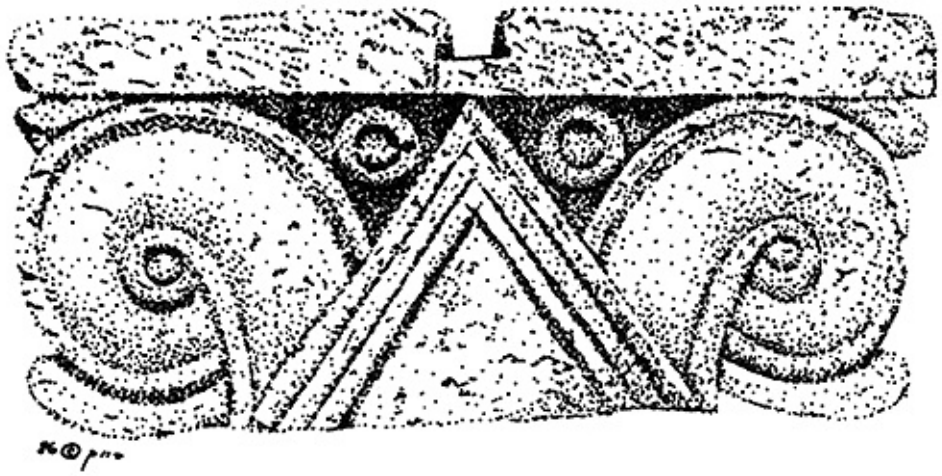


Figura 21: Um capitel protoeólico. *Cortesia da Sociedade de Exploração de Israel*

Samaria aparentemente foi concebida desde o início para ser a capital pessoal da dinastia amrida. Ela foi a mais grandiosa manifestação arquitetônica da regência de Amri e Acab (Figura 20/1, p. 186). Todavia, por estar localizada em estreito topo de montanha não foi o lugar ideal para um vasto complexo real. A solução encontrada pelos construtores para esse problema – uma ousada inovação no Israel da Idade do Ferro – foi empreender operações maciças de remoção de terra para criar uma enorme plataforma artificial no topo do monte. Um muro enorme (feito de cômodos interligados ou casamatas) foi construído ao redor do monte, enquadrando o topo e as encostas superiores em uma ampla moldura retangular. Depois de concluído esse muro de retenção, equipes de construção encheram seu interior com milhares de toneladas de terra trazida dos arredores.

A escala desse projeto era enorme. O enchimento de terra depositado atrás do muro de retenção atingiu em alguns lugares quase vinte pés de profundidade. A razão provável disso foi que o muro que rodeava e sustentava o complexo do palácio foi construído conforme a técnica da casamata: as câmaras em forma de casamata (que também eram preenchidas com terra) foram projetadas para aliviar a pressão imensa exercida pelo enchimento. Desse modo, foi criada uma acrópole real de cinco acres. Essa gigantesca construção de pedra e terra só é

comparável em termos de audácia e extravagância (embora talvez não em tamanho) à obra que Herodes o Grande empreendeu quase um milênio mais tarde no Monte do Templo em Jerusalém.

Em um dos lados dessa plataforma artificial erguia-se um palácio excepcionalmente amplo e belo, que em proporção e grandiosidade rivalizou com os palácios contemporâneos dos estados do norte da Síria. Apesar de o palácio amrida de Samaria ter sido apenas parcialmente escavado até agora, já foi posto a descoberto o suficiente do seu plano para que se reconheça que só a construção central cobriu uma área de aproximadamente meio acre. Suas paredes externas foram inteiramente construídas de pedra lavrada finamente cortada e ajustada, o que o torna a mais ampla e mais bela construção da Idade do Ferro já escavada em Israel. Até os ornatos arquitetônicos são excepcionais. Capitéis de pedra de um estilo antigo singular, chamado protoeólico (por causa da semelhança com o posterior estilo eólico grego), foram encontrados nos montes de detritos de séculos posteriores (Figura 21). Esses ornatos em forma de capitéis de pedra provavelmente adornaram o monumental portão externo que levava ao complexo ou talvez uma entrada bem trabalhada para o próprio palácio principal. Do mobiliário interior só restou certa quantidade de placas de marfim entalhadas de maneria intrincada, provavelmente datadas do século VIII AEC e portando motivos siro-fenícios e egípcios. Esses marfins, usados como ornamento embutido no mobiliário do palácio, podem explicar a alusão feita em 1 Reis 22,39 à casa de marfim que Acab teria construído.

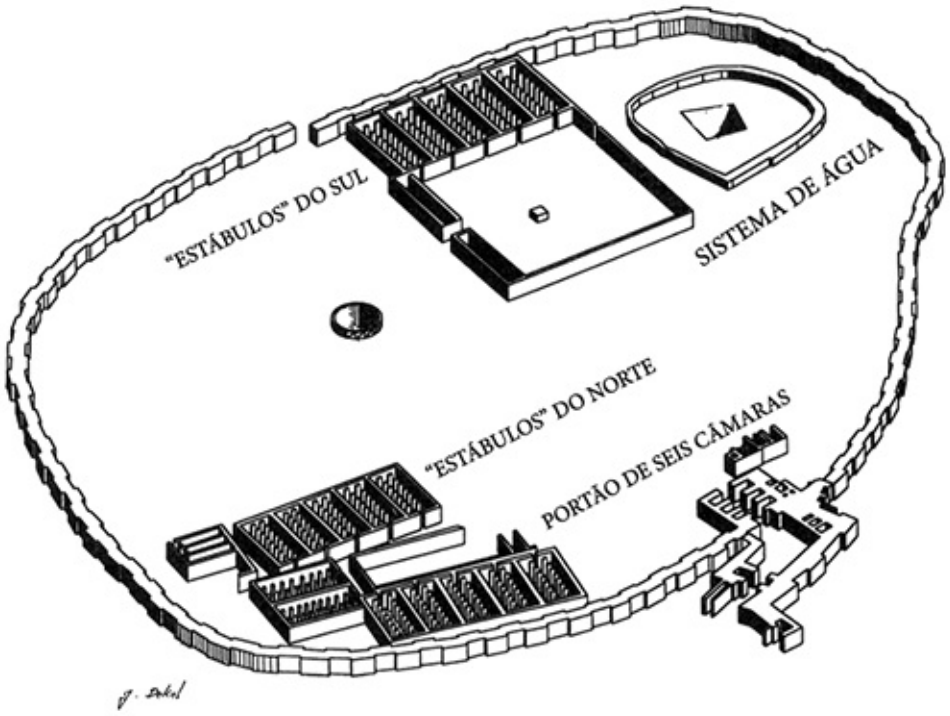


Figura 22: O século VIII AEC em Meguido. O portão de seis câmaras (atribuído por Yadin a um estrato "salomônico") muito provavelmente pertence a esse estrato.
Cortesia do Prof. David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv

Várias construções administrativas rodeavam o palácio, mas a maior parte do cercado ficava aberta. As casas simples do povo de Samaria aparentemente se apinhavam nas encostas abaixo da acrópole. Para os visitantes, comerciantes e emissários oficiais que chegavam a Samaria, a impressão visual da cidade real dos amridas deve ter sido deslumbrante. Sua plataforma elevada e o palácio gigantesco e bem trabalhado atestavam riqueza, poder e prestígio.

Samaria foi somente o início da descoberta da grandeza amrida. A seguir veio Meguido. Em meados da década de 1920, uma equipe da Universidade de Chicago pôs a descoberto um palácio da Idade do Ferro construído com blocos de pedra lavrada belamente revestidos. O primeiro diretor das escavações do Instituto Oriental em Meguido, Clarence S. Fisher, também havia trabalhado em Samaria e imediatamente ficou impressionado com a similaridade da construção. Essa observação recebeu apoio de John Crowfoot, o líder da Expedição Conjunta

a Samaria, o qual sugeriu que a similaridade das técnicas de construção e do plano global de Samaria e Meguido indicavam que ambos foram construídos sob o patrocínio amrida. Porém, essa questão da similaridade arquitetônica não foi levada adiante por muitas décadas. Os membros da equipe da Universidade de Chicago estavam mais interessados na glória de Salomão do que nos perversos amridas. Eles ignoraram a similaridade dos estilos de construção em Meguido e Samaria e dataram os complexos de construções com pilares (presumivelmente estábulos) no estrato seguinte, ou seja, na época da monarquia unificada. No início da década de 1960, quando Yigael Yadin, da Universidade Hebraica chegou a Meguido, ele datou os palácios de Meguido – um que foi escavado na década de 1920 e um que ele mesmo pôs a descoberto – na época de Salomão e vinculou o nível mais antigo contendo os estábulos e outras estruturas à era dos amridas.

Essa cidade certamente foi impressionante (Figura 22). Ela era cercada por uma fortificação maciça que, de acordo com Yadin, estava munida de um largo portão de quatro câmaras (construído diretamente em cima do portão "salomônico" mais antigo). As características mais predominantes dentro da cidade eram dois conjuntos de construções com pilares que muito antes já haviam sido identificados como estábulos. Contudo, Yadin não as vinculou com as descrições bíblicas do grande exército de carros de combate de Salomão, mas ao de Acab, que consta na inscrição de Salmanasar. Contudo, como veremos, Yadin não identificou corretamente a cidade de Acab; aqueles estábulos provavelmente pertenceram a algum outro rei israelita posterior.

A cidade de Hasor, mais ao norte, que Yadin escavou nas décadas de 1950 e 1960, forneceu evidência clara adicional do esplendor amrida. Hasor também era cercada por uma fortificação maciça. No centro daquela cidade Yadin pôs a descoberto uma construção com pilares de forma um tanto similar à dos estábulos de Meguido, dividida em três longos corredores por fileiras de pilares de pedra. Porém, essa estrutura não continha cochos de pedra para alimentação,

de modo que foi interpretada de modo correspondente como um armazém real. Uma imponente cidadela foi desenterrada na ponta estreita ocidental do monte de ruínas, dentro do perímetro do muro maciço da cidade.

Outro sítio importante conectado com os amridas é a cidade de Dã no extremo norte, nas nascentes do Rio Jordão. Já citamos as linhas iniciais da estela erguida em Dã por Hazael, rei de Aram-Damasco, e comentamos que os amridas haviam tomado aquela área dos arameus. As escavações em Dã, dirigidas por Abraham Biran, do Hebrew Union College, trouxeram à luz fortificações maciças da Idade do Ferro, um portão enorme e bem trabalhado e um santuário com um lugar elevado. Esse amplo pódio, medindo cerca de sessenta pés numa das laterais e construído com pedras lavradas belamente revestidas, foi datado, com as demais estruturas monumentais da cidade, na época dos amridas.

Contudo, talvez as mais impressionantes obras de engenharia inicialmente vinculadas aos amridas são os enormes túneis de água subterrâneos cortados através da base rochosa por baixo das cidades de Meguido e Hasor. Esses túneis supriram os habitantes da cidade com o acesso seguro à água potável mesmo em tempos de sítio. No Oriente Próximo antigo, esse foi um desafio crítico, porque, enquanto as cidades importantes eram cercadas por fortificações bem construídas que lhes permitiam resistir a um ataque ou sítio pelo mais determinado dos inimigos, elas raramente dispunham de uma fonte de água fresca dentro dos seus próprios muros. Os habitantes sempre podiam recolher água da chuva em cisternas, mas isso não seria suficiente se o sítio se estendesse pelos meses quentes sem chuva do verão – especialmente se a população da cidade fosse inflada com refugiados.

Visto que a maioria das cidades antigas estava localizada perto de fontes, o desafio era idealizar um acesso seguro a elas. Os túneis cortados na pedra em Hasor e Meguido figuram entre as soluções mais bem elaboradas para esse problema. Em Hasor, um amplo poço vertical foi perfurado através dos restos das cidades anteriores até a rocha sólida por baixo. Devido à sua enorme

profundidade, de aproximadamente cem pés, muros de sustentação tiveram de ser construídos para evitar desabamento. Degraus largos levavam ao fundo, onde um túnel inclinado de cerca de oitenta metros de comprimento, levava até uma câmara em forma de tanque talhada na rocha, para dentro do qual escorria a água do subterrâneo. Dá para imaginar a procissão de carregadores de água descendo a escadaria e marchando pelo túnel subterrâneo para encher seus jarros na caverna escura e voltando a subir para as ruas da cidade sitiada, trazendo água para manter seus habitantes vivos.

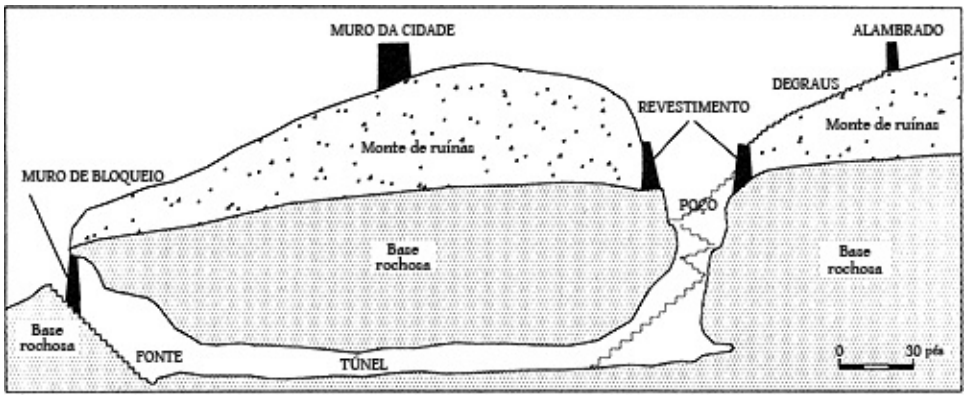


Figura 23: Corte transversal do sistema de abastecimento de água de Meguido

O sistema de abastecimento de água de Meguido (Figura 23) consistiu de um poço um pouco mais simples, com mais de cem pés de profundidade, cortado através dos restos anteriores da base sólida. Dali ele levava a um túnel horizontal com mais de duzentos pés de comprimento, largo e alto o suficiente para que algumas pessoas caminhassem ao mesmo tempo, o qual levava a uma caverna com uma fonte natural na beira do monte. A entrada da caverna a partir de fora foi bloqueada e camuflada. Yadin datou os sistemas de água tanto de Meguido quanto de Hasor na época dos amridas. Ele propôs vincular a habilidade israelita de cavar sistemas de abastecimento de água com um trecho da estela de Mesa em que o rei moabita relata como cavou um reservatório de água em sua própria capital com a ajuda de prisioneiros de guerra israelitas. Era óbvio que a construção de tais instalações monumentais requeriam enormes investimentos e uma organização estatal eficiente – e um alto nível de habilidade técnica. De um ponto de vista funcional, os engenheiros da Idade do Ferro talvez pudessem ter alcançado um resultado similar com um investimento bem menor se simplesmente cavassem um poço até o lençol freático embaixo do monte. Mas a impressão visual dessas grandes instalações de água certamente aumentavam o prestígio da autoridade real que as encomendara.

Um ponto de mutação esquecido na história israelita

Embora os arqueólogos do início e de meados do século XX tenham atribuído muitos projetos magníficos de construção aos amridas, o período do seu governo sobre o reino de Israel nunca foi visto como um momento particularmente formativo na história bíblica. Pitoresco, sim. Vívido, com certeza. Porém, em termos puramente históricos, a narrativa dos amridas – de Acab e Jezabel – parecia ter sido enunciada em detalhes bastante adequados na Bíblia com informação de apoio de textos assírios, moabitas e arameus. Parecia haver tantas questões históricas bem mais intrigantes a serem respondidas pela escavação e ulterior pesquisa: o processo preciso do assentamento israelita; a cristalização política da monarquia sob Davi e Salomão; ou até as causas subjacentes às conquistas assírias e babilônicas finais na terra de Israel. A arqueologia amrida costumou ser considerada apenas uma fonte secundária de informação na agenda principal da arqueologia bíblica, recebendo menos atenção do que o período salomônico.

Porém, havia algo seriamente equivocado nessa correlação inicial entre história bíblica e achados arqueológicos. As novas questões que começaram a ser levantadas sobre a natureza, a extensão ou mesmo a existência histórica do vasto reino de Salomão – e a nova datação dos estratos arqueológicos – inevitavelmente também afetaram a compreensão científica dos amridas. Pois se não foi Salomão que de fato construiu os portões e palácios "salomônicos", quem fez isso? Os amridas foram os candidatos óbvios. Os mais antigos paralelos arquitetônicos dos palácios distintos escavados em Meguido (e inicialmente atribuídos a Salomão) provêm do norte de Síria – o suposto lugar de origem desse tipo – no século IX AEC, um século inteiro depois do período de Salomão! E esse foi precisamente a época do governo dos amridas.

O indício para uma nova datação dos portões e palácios "salomônicos" adveio do sítio bíblico de Jezrael, localizado a menos de dez milhas a leste de Meguido no centro do Vale de Jezrael. Esse sítio está localizado em um belo ponto elevado, desfrutando de um clima ameno no inverno e uma brisa

refrescante no verão, de onde se descortina um panorama completo de todo o Vale de Jezrael e dos montes que o cercam, desde Meguido no oeste, passando pela Galileia no norte, até Betsã e Galaad no leste. Jezrael é amplamente conhecida devido à narrativa bíblica da vinha de Nabot e aos planos de Acab e Jezabel de aumentar o palácio, e também como cena da liquidação sangrenta definitiva da dinastia amrida. Na década de 1990, o sítio foi escavado por David Ussishkin da Universidade de Tel Aviv e por John Woodhead da Escola Britânica de Arqueologia em Jerusalém. Eles puseram a descoberto uma ampla circunscrição real, muito similar à de Samaria (Figura 20:3, p. 186). Esse complexo impressionante foi ocupado apenas por um breve período no século IX AEC – presumivelmente apenas durante o reinado da dinastia amrida – e foi destruído pouco depois de sua construção, talvez em conexão com a queda dos amridas ou das subsequentes invasões no norte de Israel pelos exércitos de Aram-Damasco.

Como em Samaria, uma enorme muralha em forma de casamata construída em torno do monte original em Jezrael formou uma "caixa" a ser enchida com muitas toneladas de terra. O resultado dessas operações de preenchimento e nivelamento em larga escala foi a criação de um pódio nivelado, sobre o qual foram construídas as estruturas internas do complexo real. Em Jezrael, os arqueólogos descobriram outros elementos concludentes do estilo arquitetônico amrida até aquele momento não reconhecido. Uma rampa inclinada de terra servia de apoio à muralha de casamatas pelo lado de fora para evitar que desabasse. Como elemento defensivo adicional, o complexo foi cercado por um formidável fosso cavado na base rochosa de pelo menos vinte cinco pés de largura e mais de quinze pés de profundidade. A entrada para a circunscrição real amrida de Jezrael era feita por um portão, provavelmente do tipo composto por seis câmaras.

Pelo fato de Jezrael estar cronologicamente restrita a uma breve ocupação no século IX AEC, ela ofereceu um caso único em que os estilos distintos de

cerâmica encontrados dentro dela puderam ser usados como um indicador claro de datação para o período amrida em outros sítios. Significativamente os estilos de cerâmica descobertos no entorno de Jezrael eram quase idênticos aos encontrados no nível dos palácios "salomônicos" de Meguido. Desse modo, ficou bem evidente, do ponto de vista tanto da arquitetura quanto da cerâmica, que foram os amridas – e não Salomão – que construíram os edifícios de pedra lavrada de Meguido, assim como os complexos de Jezrael e Samaria.

A hipótese de que os amridas e não Salomão estabeleceram a primeira monarquia plenamente desenvolvida em Israel tornou-se ainda mais convincente depois de uma nova verificada nas evidências de outra cidade importante do reino de Israel. Em Hasor, Yadin havia identificado um complexo triangular sobre a acrópole – cercado por uma muralha de casamatas e com acesso através de um portão de seis câmaras – como a cidade estabelecida por Salomão no século X AEC. A nova datação da cerâmica com base nas descobertas feitas em Jezrael situaria esse estrato da cidade no início do século IX AEC. De fato, havia uma inconfundível semelhança estrutural com os complexos palacianos de Samaria e Jezrael (Figura 20:2, p. 186). Apesar da forma triangular do complexo de Hasor ditada pela topografia do sítio, sua construção implicou uma operação pesada de nivelamento e aterramento que elevou o nível da área do portão em relação à área externa na direção leste. Um fosso colossal, estimado em 150 pés de largura e mais de trinta pés de profundidade foi cavado do lado de fora da muralha de casamatas. A similaridade geral com Jezrael e Samaria é evidente. Tanto é que outra cidade que por muito tempo se acreditou ser salomônica é mais provavelmente amrida.

A evidência da extensão dos projetos amridas de construção emerge da análise mais detida dos restos de Meguido e Gazer. Apesar de Meguido não ter complexo de casamatas, os dois belos palácios no seu topo que foram construídos com alvenaria distinta de pedra lavrada lembram as técnicas de construção de Samaria (Figura 24). A semelhança é particularmente forte no

caso do palácio localizado no extremo sul de Meguido, que foi construído na beira de um amplo pátio, no estilo de um palácio *bit hilani* do norte da Síria, cobrindo uma área de cerca de sessenta e cinco por cem pés. Dois capitéis protoeólicos excepcionalmente grandes (como os usados em Samaria) foram encontrados na vizinhança do portão que leva aos complexos palacianos e podem ter decorado a entrada do próprio palácio. Norma Franklin, membro da atual expedição a Meguido, identificou outra similaridade: o palácio do sul de Meguido e o palácio de Samaria são as únicas construções da Idade do Ferro em Israel, cujos blocos de pedra lavrada compartilham um tipo específico de marcas de pedreiro. Um segundo palácio, que foi parcialmente posto a descoberto por Yadin na beira norte do monte – e que agora está sendo totalmente desenterrado pela nova expedição a Meguido – também foi construído com pedra lavrada no estilo dos palácios do norte da Síria.

A evidência encontrada em Gazer talvez seja a mais fragmentária de todas as cidades supostamente salomônicas, mas foi encontrado o suficiente para indicar a similaridade com os demais sítios amridas. Um portão de seis câmaras construído com alvenaria finamente trabalhada, com pedras lavradas nas jambas e conectado com uma muralha de casamatas foi descoberto no limite sul do sítio. A construção do portão e da muralha de casamatas exigiu o nivelamento do terraço do lado montanhoso e o carregamento de grandes quantidades de aterro. Adicionalmente, fragmentos de muralhas indicam que um edifício amplo, possivelmente um palácio de pedra lavrada, foi construído no lado noroeste do monte. Ele também pode ter sido decorado com os característicos capitéis protoeólicos que foram encontrados em Gazer no início do século XX.

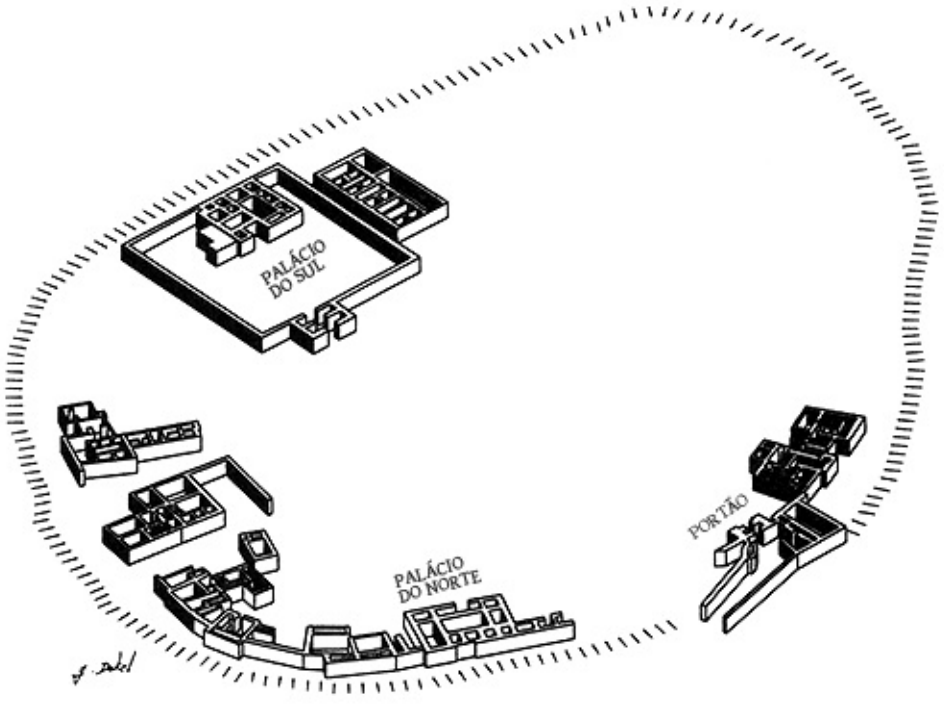


Figura 24: A cidade amrida de Meguido

Esses cinco sítios oferecem um vislumbre da arquitetura real da idade de ouro do Israel amrida. Adicionalmente às plataformas artificiais construídas para os complexos palacianos de vários tamanhos e proporções, os complexos – pelo menos em Samaria, Jezrael e Hasor – parecem ter estado em grande parte vazios, exceto os edifícios administrativos especializados e os palácios reais. Pedras finamente lavradas e capitéis protoeólicos constituíram elementos decorativos que distinguem esses sítios. As entradas principais para esses complexos reais parecem ter sido guardadas por portões de seis câmaras e, em alguns casos, os complexos foram circundados por um fosso e uma rampa[*].

Em termos arqueológicos e históricos, a nova datação dessas cidades da era de Salomão para a época dos amridas possui enormes implicações. Ela afasta a única evidência arqueológica de que alguma vez houve uma monarquia unificada com sede em Jerusalém e dá a entender que, em termos políticos, Davi e Salomão não passaram de chefes montanheses, cujo alcance administrativo se manteve em um nível puramente local, restrito à região montanhosa. E o mais importante: a

despeito da ênfase bíblica na unicidade de Israel, ela mostra que, no início do século IX AEC, surgiu no norte um reino montanhês de um tipo bem convencional no Oriente Próximo.

Um monumento esquecido do domínio amrida?

Agora já é possível procurar por exemplos adicionais de cidades amridas em lugares mais distantes, longe das heranças tribais tradicionais de Israel. A estela de Mesa relata que Amri construiu duas cidades em Moab, Atarot e Jaaz, provavelmente como seus baluartes na fronteira sul na Transjordânia (Figura 16, p. 143). Ambas são mencionadas também em várias listas geográficas na Bíblia, sendo Atarot identificada com o sítio de Khirbet Atarus, ainda não escavado, a sudoeste da moderna cidade jordaniana de Madaba. Jaaz é mais difícil de identificar. Ela é mencionada algumas vezes na Bíblia como localizada na orla do deserto nas proximidades do Arnon, o desfiladeiro fundo e ventoso que atravessa a região central de Moab – do deserto oriental até seu término no Mar Morto. Os amridas parecem ter estendido seu domínio sobre essa região. E na encosta norte do Arnon há uma ruína remota da Idade do Ferro chamada Khirbet el-Mudayna que contém todas as características que descrevemos como sendo típicas da arquitetura amrida.

O sítio, que está sendo escavado por P.M. Michèle Daviau, da Universidade Wilfrid Laurier do Canadá, consiste de uma ampla fortaleza construída sobre um monte de forma alongada. A muralha de casamatas cerca uma área de mais ou menos dois e meio acres à qual se tem acesso por um portão de seis câmaras. As características defensivas incluem uma rampa inclinada de terra e um fosso. Dentro do complexo há restos de um edifício monumental, incluindo pedras lavradas que desabaram. Fotografias aéreas do sítio indicam que todo o complexo foi construído sobre a base de um pódio artificial aterrado. O explorador pioneiro do Jordão, Nelson Glueck, que visitou o lugar na década de 1930, ficou tão impressionado com as características do complexo que o

comparou com a imensa e famosa fortaleza montanhesa de Maiden Castle construída na Idade do Ferro na Inglaterra!

Será que essa ruína remota seja o antigo posto avançado amrida de Jaaz, mencionado na estela do Rei Mesa? Seria possível que, na construção dessa fortaleza situada em uma fronteira remota, os engenheiros e arquitetos amridas tenham utilizado as características típicas de seus grandes projetos de construção no Reino do Norte a oeste do Jordão? Será que, a exemplo de Samaria e Jezrael, eles se valeram de sofisticadas operações de remoção de terra e enormes muralhas de retenção para transformar um pequeno assentamento no alto de um morro em um imponente baluarte? Talvez os amridas tenham sido até mais poderosos – e sua influência cultural tenha tido um alcance bem maior – do que atualmente se reconhece[**].

O poder da diversidade

De onde vieram o poder e a riqueza para estabelecer e manter esse reino plenamente desenvolvido? Que desenvolvimento na região montanhosa norte levou à emergência do Estado amrida? Já mencionamos que os recursos relativamente limitados e a população esparsa de Judá teriam tornado improvável que Davi tenha conquistado vastos territórios ou que seu filho Salomão fosse capaz de administrar extensos territórios. Porém, como também mencionamos, os recursos da região montanhosa norte eram muito mais ricos e sua população era relativamente grande. Com a destruição dos centros cananeus nas terras baixas, possivelmente durante o ataque de Sesac no final do século X AEC, qualquer potentado do norte teria sido capaz de assumir o controle também dos vales férteis do norte. Isso condiz com o que observamos como padrão dos restos arqueológicos amridas mais proeminentes. Ao expandir o domínio da região montanhosa original do Reino do Norte de Israel para o centro do anterior território cananeu em Meguido, Hasor e Gazer e para os territórios da Síria e Transjordânia no sul, os amridas realizaram o sonho secular

dos governantes da região montanhosa de estabelecer um Estado territorial vasto e diversificado, controlando ricas terras agrícolas e movimentadas rotas comerciais internacionais. Era também – por necessidade – uma sociedade multiétnica.

O Reino do Norte de Israel juntou as terras altas de Samaria com os vales do norte, integrando em seu Estado vários ecossistemas diferentes e uma população heterogênea. As terras altas de Samaria – o território central do Estado e a sede da capital – eram povoadas por comunidades aldeãs que teriam se identificado em termos de cultura e religião como israelitas. Nas terras baixas do norte – os vales de Jezrael e do Jordão – a população rural era compreendida principalmente por povoados de camponeses que durante séculos estiveram estreitamente ligados às cidades-Estado cananeias. Mais para o norte havia povoados mais estreitamente alinhados com a cultura arameia da Síria e aos fenícios da costa marítima.

Em particular, a numerosa e vibrante população cananeia que perdurou no norte precisava ser integrada na máquina administrativa de qualquer Estado plenamente desenvolvido. Mesmo antes das recentes descobertas arqueológicas, a mistura demográfica singular da população do Reino do Norte, especialmente a relação entre israelitas e cananeus, não escapou à atenção dos biblistas. Tendo como base os relatos bíblicos de tumulto religioso no reino amrida, o especialista alemão Albrecht Alt propôs que os amridas desenvolveram um sistema de domínio dual a partir de suas duas capitais, em que Samaria funcionou como um centro para a população cananeia e Jezrael serviu de capital para os israelitas do norte. Os recentes achados arqueológicos e históricos indicam exatamente o oposto. A população israelita estava de fato concentrada na região montanhosa em torno de Samaria, enquanto Jezrael, no centro do vale fértil, estava situada na região de continuidade cultural claramente cananeia. De fato, a notável estabilidade nos padrões de assentamento e o formato inalterado dos pequenos povoados no Vale de Jezrael constituem indicações claras de que os amridas não

mexeram no sistema rural cananeu nas terras baixas do norte.

Para os amridas a tarefa da integração política era especialmente premente, já que estados concorrentes emergiam simultaneamente nas terras vizinhas de Damasco, Fenícia e Moab – cada qual com fortes pretensões culturais em relação a grupos populacionais nas fronteiras com Israel. A fase inicial do século IX foi, em consequência, a época em que tinham de ser definidas as fronteiras nacionais e até algum tipo de fronteiras territoriais. Assim, a construção pelos amridas de impressionantes complexos fortificados, alguns dos quais dotados de alojamentos palacianos, na região central israelita, no Vale de Jezrael, na fronteira com Aram-Damasco e até em lugares mais distantes deveria ser vista como em função tanto de necessidades administrativas quanto da propaganda real. O biblista britânico Hugh Williamson caracterizou-os como demonstrações visuais de poder e prestígio do Estado amrida, com a finalidade de impressionar, impor respeito e até intimidar a população tanto doméstica quanto ao longo das novas fronteiras.

De todos os recursos que os amridas tiveram à disposição, a população heterogênea talvez tenha sido o mais importante de todos – para a agricultura, as atividades de construção e a guerra. Apesar de ser difícil de estimar a população do reino de Israel do século IX com precisão, explorações em grande escala na região indicam que, no século VIII AEC – um século depois dos amridas – a população do Reino do Norte pode ter chegado a cerca de 350.000 pessoas. Naquela época, Israel seguramente foi o Estado mais densamente povoado do Levante, com muito mais habitantes do que Judá, Moab ou Amon. Seu único rival possível foi o reino de Aram-Damasco, no sul da Síria, que – como veremos com mais detalhes no próximo capítulo – competia renhidamente com Israel pela hegemonia regional.

Outros desenvolvimentos positivos vindos de fora da região incrementaram muito as fortunas do reino amrida. Sua ascensão ao poder coincidiu com o reavivamento do comércio com o Mediterrâneo Ocidental, e as cidades

portuárias da Grécia, de Chipre e da costa fenícia voltaram a estar fortemente envolvidas no comércio marítimo. A forte influência artística fenícia sobre a cultura israelita, o aparecimento repentino de grandes quantidades de vasos no estilo cipro-fenício nas cidades do reino de Israel, e – não coincidentemente – o testemunho bíblico de que Acab casou com uma princesa fenícia, tudo isso parece indicar que Israel participou ativamente desse reavivamento econômico como um fornecedor de valiosos produtos agrícolas e controlador de algumas das mais importantes rotas comercias terrestres do Levante.

Assim, a ideia amrida de um Estado que cobria vastos territórios tanto das terras altas quanto das terras baixas de certo modo reanimou ideias, práticas e a cultura material da terra de Canaã da Idade do Bronze, dos séculos que antecederam a ascensão de Israel. De fato, a partir das perspectivas conceitual e funcional, as grandes cidadelas amridas se assemelhavam às capitais das grandes cidades-Estado cananeias da Idade do Bronze Tardia, que governavam uma diversidade de povos e terras. Assim, do ponto de vista tanto da forma quanto da função, o formato de Meguido no século IX AEC não foi muito diferente do seu formato na Idade do Bronze Tardia. Amplas partes do monte foram dedicadas a prédios públicos e áreas abertas, ao passo que apenas áreas restritas foram ocupadas por alojamentos domésticos. A exemplo da cidade cananeia de Meguido, a população urbana era constituída principalmente da elite governante, que controlava a zona rural. E uma continuidade cultural similar se manifesta especialmente na cidade vizinha de Taanac, onde um local de culto magnificamente decorado do século IX AEC traz motivos bem trabalhados oriundos das tradições cananeias da Idade do Bronze Tardia.

É por isso que fica difícil insistir, a partir de uma perspectiva estritamente arqueológica, que o reino de Israel como um todo sempre foi particularmente israelita, seja nas conotações étnicas, seja nas culturais ou religiosas dessa designação como as entendemos a partir da perspectiva dos autores bíblicos posteriores. O caráter israelita do Reino do Norte foi, em muitos aspectos, uma

ideia monárquica judaíta posterior.

Vilões consumados?

O autor dos livros dos Reis estava preocupado em mostrar somente que os amridas foram maus e que receberam a punição divina bem merecida pelo seu arrogante comportamento pecaminoso. É claro que ele teve de relatar detalhes e eventos sobre os amridas que eram bem conhecidos por meio de contos populares e tradições mais antigas, mas em tudo que escreveu ele quis ressaltar o lado sombrio dos amridas. Nessa linha, ele diminuiu seu poder militar com a narrativa do sítio de Samaria pelos arameus, que foi tirada de eventos de tempos posteriores com a acusação de que, no momento da vitória, Acab desobedeceu uma ordem divina de aniquilar radicalmente seu inimigo. O autor bíblico vinculou estreitamente a grandiosidade do palácio de Samaria e o majestoso complexo real em Jezrael com idolatria e injustiça social. Ele estabeleceu uma ligação entre as imagens do poder amedrontador dos carros de combate israelitas em ordem de batalha com o fim horrível da família amrida. Ele quis deslegitimar os amridas e mostrar que a história do Reino do Norte como um todo foi de pecado que levou à miséria e à inevitável destruição. Quanto mais Israel tinha prosperado no passado, tanto mais desdenhoso e negativo ele falou de seus reis.

O verdadeiro caráter de Israel sob os amridas implica uma extraordinária história de poder militar, realizações arquitetônicas e (na medida em que isso pode ser determinado) sofisticação administrativa. Amri e seus sucessores mereceram o ódio da Bíblia precisamente *porque* eram tão fortes, precisamente porque tiveram êxito em transformar o Reino do Norte em uma importante potência regional que colocou completamente na sombra o pobre, marginal, rural-pastoril reino de Judá situado no sul. Era insuportável e impensável que pudessem prosperar os reis israelitas que se consorciavam com as nações, casavam mulheres estrangeiras e construíam santuários e palácios do tipo cananeu.

Além disso, da perspectiva do Judá monárquico tardio, o internacionalismo e a mente aberta dos amridas eram pecaminosos. Ficar enredado com os modos de vida dos povos vizinhos era, de acordo com a ideologia deuteronomista do século VII, uma violação direta do mandamento divino. Porém, uma lição ainda podia ser aprendida daquela experiência. Na época da compilação dos livros dos Reis, o veredito da história já havia sido pronunciado. Os amridas haviam sido derrotados e o reino de Israel já não existia. Contudo, com a ajuda da evidência arqueológica e do testemunho de fontes externas, conseguimos ver agora como os retratos vívidos da Escritura que condenaram Amri, Acab e Jezabel ao ridículo e ao desprezo no decorrer dos séculos dissimularam habilmente o caráter real do primeiro verdadeiro reino de Israel.

---

[*]. A datação dos sistemas de abastecimento de água foi recentemente questionada e estes podem estar relacionados com um período posterior na história do reino de Israel. Contudo, sua ausência não diminui a grandiosidade da rede de cidades reais que aparentemente foi planejada e construída a partir de um centro no decurso do século IX AEC.

[**]. Uma amostra C14 da área do portão foi datada no final do século IX AEC (comunicação pessoal recebida da escavadora, Michèle Daviau). A margem cronológica possível dessa leitura não exclui uma construção em meados do século IX AEC. Não obstante, não podemos descartar a possibilidade de que as características "amridas" encontradas no sítio representam uma versão moabita da atividade de construção do Reino do Norte.

8

NA SOMBRA DO IMPÉRIO (842-720 AEC)

Uma sensação sombria de presságio paira sobre o reino de Israel na medida em que a narrativa bíblica de sua história ruma para seu clímax trágico. Sofrimento, expropriação e exílio parecem ser o destino inescapável do povo que compõe o reino que se separou em punição por seus atos ímpios. Em vez de permanecer fiel ao Templo em Jerusalém, ao culto a YHWH e à exclusão de todos os outros deuses, o povo do Israel do norte – e particularmente seus monarcas pecadores – provocou uma série de catástrofes que terminariam em sua destruição. Profetas fiéis a YHWH levantaram-se para chamar Israel à responsabilidade e exigir um retorno ao direito e à justiça, mas seus chamados não foram atendidos. As invasões de exércitos estrangeiros e a devastação do reino de Israel eram parte essencial de um plano divino.

A interpretação bíblica do destino do Reino do Norte é puramente teológica. Em contraste, a arqueologia proporciona uma perspectiva diferente dos eventos ocorridos no século que se seguiu à queda dos amridas. Enquanto Judá continuou pobre e isolado, a riqueza natural e a população relativamente densa do reino de Israel converteram-no em um alvo tentador para a política regional cada vez mais complexa do período assírio. A prosperidade e o poder dos amridas provocou ciumeiras e rivalidades militares com os vizinhos – e a intensa cobiça do grande Império Assírio. A riqueza do reino de Israel também produziu crescentes tensões sociais e condenações proféticas no plano interno.

Conseguimos ver agora que o maior infortúnio de Israel – e a causa de sua destruição e do exílio de grande parte do seu povo – foi que ele foi demasiadamente bem-sucedido como reino independente vivendo à sombra de um grande império.

Infidelidade, misericórdia de Deus e a queda final de Israel

Os livros dos Reis mostram como todas as impiedosas profecias de desgraça de Elias contra a casa de Amri se cumpriram à risca. Contudo, a narrativa bíblica prossegue mostrando que o extermínio da antiga família real não acabou com a busca da idolatria por Israel. Após a queda dos amridas, o novo rei ungido, Jeú, filho de Namsi (que reinou de 842 a 814 AEC), seguiu os passos de Jeroboão, Amri e Acab em sua desconsideração por Jerusalém. Pois mesmo que ele tenha massacrado todos os profetas, sacerdotes e adoradores de Baal em Samaria e convertido o próprio templo de Baal em latrina pública (2 Reis 10,18-28), a Bíblia nos informa que Jeú "não se afastou dos pecados que Jeroboão filho de Nabat levou Israel a cometer, isto é, os bezerros de ouro em Betel e Dã" (2 Reis 10,29). Em outras palavras, embora tenha eliminado o culto a Baal, Jeú não aboliu os centros cúlticos rivais do norte que desafiaram a supremacia religiosa de Jerusalém. E nenhum dos reis de Israel que vieram depois dele os aboliu.

A punição não demorou, como decretou o Profeta Elias. Dessa vez, o agente de destruição de Deus foi Hazael, o rei de Aram-Damasco, que derrotou Israel tanto na Transjordânia quanto na campanha de destruição ao longo da planície costeira do Mediterrâneo (2 Reis 10,32-33; 12,17-18; 13,3.7.22). Foi um período de declínio do Reino do Norte, pois durante o período de Jeú e de seu filho Joacaz, Israel foi pressionado por Aram-Damasco. O exército de Israel foi derrotado e seus territórios reduzidos. Porém, o tempo de castigo para o povo comum do reino de Israel logo terminou, pois "o SENHOR se mostrou benévolo e teve compaixão dos israelitas. Voltou-se para eles por causa da aliança que tinha feito com Abraão, Isaac e Jacó. Não quis, até aquela data, exterminá-los ou lançá-

los longe de sua face" (2 Reis 13,23).

Assim, o próximo rei israelita, Joás[*], ao menos foi abençoado com o favor temporal de Deus e retomou as cidades que Israel havia perdido para Aram (2 Reis 13,25). E a sorte de Israel pareceu dar uma volta decisiva para melhor – mesmo após um ataque punitivo de Joás contra Judá – com a ascensão do seu filho ao trono de Israel. Isso também foi uma questão de compaixão divina, pois o filho de Joás, chamado Jeroboão – segundo o maior de todos os pecadores reais do norte – reinou pacificamente em Samaria pelos quarenta e um anos seguintes (788-747 AEC). Ainda assim, esse rei não se distanciou de nenhum dos pecados do Jeroboão original e manteve os santuários idólatras do norte e, embora as vozes de protesto profético de Amós e Oseias tenham ecoado em toda a terra, Jeroboão

> restabeleceu os limites de Israel desde a entrada de Emat até o mar da Arabá, conforme o SENHOR Deus de Israel tinha falado através do seu servo, o Profeta Jonas, filho de Amati, natural de Gat-Ofer. Com efeito, o SENHOR tinha visto a miséria muito amarga de Israel, que já não tinha escravo, nem livre, nem quem o pudesse salvar. Mas o SENHOR ainda não tinha decidido apagar o nome de Israel debaixo do céu e por isso o salvou pela mão de Jeroboão filho de Jeoás (2 Reis 14,25-27).

Contudo, esse período de bênção divina não durou muito, pois, como explica 2 Reis 10,30, Deus havia prometido a Jeú que somente quatro gerações de sua família reinariam. Assim, o filho de Jeroboão II, Zacarias, foi assassinado passados apenas seis meses de reinado e Israel ingressou em outro período de conflito civil e pressões externas. Selum, o assassino, logo foi morto por outro pretendente, ainda mais brutal, que era Manaém, filho de Gadi, que governou Samaria por dez anos (747-737 AEC). A essa altura, Deus preparou um novo agente punitivo para o Reino do Norte e uma cadeia de eventos que levaria a sua destruição definitiva. Foi o poderoso Império Assírio, cujos exércitos vieram e exigiram um tributo pesadíssimo, em função do qual Manaém foi forçado a cobrar um imposto de cinquenta *shekels* de prata de cada homem abastado em

Israel (2 Reis 15,19-20).

As pressões externas e internas estavam se formando. O filho e sucessor de Manaém, Faceias, foi assassinado por um oficial militar, Faceia, filho de Romelias. Porém, naquele tempo os assírios já não queriam se contentar com o tributo. Eles procuraram se apoderar da rica terra de Israel: "Nos dias de Faceia, rei de Israel, veio Teglat-Falasar, rei da Assíria, e conquistou Aion, Abel-Bet-Maaca, Janoe, Cedes, Hasor, Galaad, a Galileia todo o território de Neftali, deportando os habitantes para a Assíria" (2 Reis 15,29). Portanto, os vales do norte e a Galileia foram conquistados (732 AEC) e seus habitantes deportados, revogando as promessas divinas de herança segura dadas na época da conquista original de Canaã pelos israelitas. O reino de Israel perdeu algumas de suas terras mais ricas e ficou reduzido às terras altas em torno da capital Samaria. Em vista dessa desastrosa reviravolta dos eventos, o usurpador Faceia foi assassinado – o quarto rei israelita a ser assassinado em apenas quinze anos. Oseias, o assassino e sucessor de Faceia, seria o último monarca do reino de Israel.

O nó assírio ficou mais apertado com a subida ao trono de um novo rei assírio muito agressivo, a saber, Salmanasar V. Oseias se proclamou um vassalo leal e ofereceu tributo a Salmanasar, mas procurou secretamente firmar uma aliança com o rei do Egito para uma revolta aberta. Quando tomou conhecimento da conspiração, Salmanasar pôs Oseias em cativeiro e invadiu o que sobrara do reino de Israel. Durante três anos o rei assírio sitiou a capital israelita de Samaria, acabando por conquistá-la em 720 AEC, "e deportou os habitantes de Israel para a Assíria, estabelecendo-os em Hala e às margens do Habor, rio de Gozã e nas cidades da Média" (2 Reis 17,6).

Conquista e deportação não representaram o fim da história. Depois de exilar os israelitas de sua terra para a Mesopotâmia, os assírios trouxeram novos moradores para Israel: "O rei da Assíria trouxe gente da Babilônia, de Cuta, Ava, Emat e Sefarvaim e os estabeleceu nas cidades de Samaria em lugar dos israelitas. Eles tomaram posse de Samaria e ficaram morando nas cidades" (2 Reis 17,24).

As dez tribos do norte de Israel estavam agora perdidas entre nações distantes. Só o reino de Judá, com seu Templo e seus reis davídicos, sobrevivera para levar adiante os mandamentos de Deus e redimir a terra de Israel.

Um exame mais detido da história tardia de Israel

Os arqueólogos com frequência falam de longos períodos de tempo em que pouca coisa mudou – mas fazem isso somente porque a natureza de seus achados torna difícil identificar divisões cronológicas. Em última análise, não existe sociedade humana que possa permanecer substancialmente inalterada durante duzentos anos. Contudo, essa foi a compreensão arqueológica tradicional que se tinha do Reino do Norte desde que os arqueólogos da década de 1920 escavaram alguns dos mais importantes sítios do reino de Israel, não notando qualquer mudança significativa, a não ser sua destruição final. A exemplo do que sucedeu com o estudo arqueológico dos amridas, a era pós-amrida da história independente de Israel não foi considerada formativa ou particularmente interessante do ponto de vista arqueológico. Ecoando inconscientemente as interpretações teológicas da Bíblia, os arqueólogos pintaram uma continuidade bastante monótona seguida da inevitável destruição. Pouca atenção foi dada à dinâmica interna do reino e sua história econômica (com exceção de alguma especulação sobre uma única coletânea de recibos de colheitas de Samaria). Como veremos, essas são áreas cruciais de pesquisa sempre que queremos ir além da interpretação exclusivamente teológica que a Bíblia apresenta da história de Israel – a de que sua morte foi uma punição direta e inevitável por seus pecados. Os 120 anos de história israelita que seguiram à queda dos amridas foi, de fato, uma era de drástica mudança social no reino, de altos e baixos econômicos e de mudança constante de estratégias para sobreviver à ameaça do império. Uma das principais razões para essa compreensão equivocada foi o sistema convencional de datação, de acordo com o qual toda a história do Reino do Norte – do surgimento à queda – tendeu a ser jogada dentro de um único

bloco cronológico. Acreditava-se que muitos centros importantes no Vale de Jezrael e na vizinha costa do Mediterrâneo, como Meguido, Jocneam e Dor, continham apenas *um* estrato abarcando toda a história do reino de Israel, de Jeroboão I (de fato, da campanha de Sesac em 926 AEC) até a queda de Samaria em 722 AEC. Isto apesar da evidência de mudanças importantes e derrotas militares que aconteceram durante esse longo período – a mais importante delas foi a invasão de Israel pelo Rei Hazael de Damasco, como registrado na Bíblia e na estela de Dã pelos escribas do próprio Hazael.

TABELA 4
REIS ASSÍRIOS ENVOLVIDOS NA
HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ*

Salmanasar III	859-824 AEC
Adadnirari III	811-783
Teglat-Falasar III	745-717
Salmanasar V	727-712
Sargon II	712-705
Senaquerib	705-681
Asaradon	681-669
Assurbanipal	669-627

* De acordo com Cogan e Tadmor, *II Kings.*

Alguma coisa estava errada na compreensão arqueológica convencional: Como seria possível que Hazael conquistasse Dã e devastasse os territórios do Reino do Norte sem deixar nenhum vestígio arqueológico perceptível de destruição?

Aram em Israel

A incursão de Hazael em território antes controlado por Israel foi claramente devastadora e contribuiu muito para enfraquecer o poder do Reino do Norte. Na famosa estela de Moab, o Rei Mesa se vangloria de ter conseguido retomar

territórios moabitas de Israel e até logrado expandir em territórios israelitas mais para o norte. A Bíblia relata que as áreas antes controladas pelos israelitas na Transjordânia a norte de Moab foram tomadas por Hazael (2 Reis 10,32-33). Contudo, a evidência mais concludente da ofensiva de Hazael é a inscrição de Tell Dan. Enquanto a narrativa bíblica da queda dos amridas conecta o massacre da família real no seu palácio em Jezrael com a revolta de Jeú – sendo rei de Israel no cargo, Jorão, abatido pela flecha de Jeú –, o texto reconstruído da inscrição de Dã liga a morte de Jorão com uma vitória dos arameus. Hazael se vangloria nos seguintes termos: "[Eu matei Jo]rão filho de [Acab], rei de Israel, e [eu] matei [Ocoz]ias filho de [Jeorão, re]i da casa de Davi. E eu transformei [suas cidades em ruínas e converti] suas terras em [desolação]".

Então, foi Hazael ou Jeú? É difícil ter certeza. O texto bíblico conecta a pressão de Hazael e o golpe de Estado de Jeú. Hazael pode ter visto Jeú como seu instrumento ou talvez as memórias dos dois eventos foram mescladas durante os duzentos anos que se passaram até a primeira compilação da história deuteronomista. Certamente uma ofensiva total levada a cabo pelo líder sírio desempenhou um papel importante no forte declínio de Israel. O alvo principal de Hazael foi assumir o controle da fértil e estratégica região de fronteira entre os dois reinos, e ele aparentemente não só conquistou as terras dos arameus antes tomadas pelos amridas, mas também devastou algumas das regiões agrícolas mais férteis de Israel e interrompeu suas rotas comerciais.

A Bíblia não menciona nenhuma conquista territorial significativa de longo prazo nas terras situadas a oeste do Jordão entre a época da conquista de Canaã por Josué e a conquista assíria. As fronteiras bíblicas da terra de Israel como traçadas no Livro de Josué aparentemente tinham assumido uma inviolabilidade sagrada. Excetuando a pequena área supostamente dada por Salomão ao Rei Hiram de Tiro em troca de sua ajuda na construção do Templo, a Bíblia retrata uma ocupação israelita turbulenta, mas basicamente contínua da terra de Israel até a conquista assíria. Porém, um novo exame da evidência arqueológica,

apoiada por técnicas de datação novas e mais precisas, aponta um período de poucas décadas, entre cerca de 835 e 800 AEC, em que o reino de Aram-Damasco controlou o vale superior do Jordão e áreas significativas no nordeste de Israel – e igualmente devastou importantes centros administrativos israelitas no fértil Vale de Jezrael.

Uma nova evidência importante disso emergiu da escavação do complexo palaciano amrida em Jezrael, que foi ocupado somente por um período relativamente breve no século IX AEC, visto que foi destruído pouco tempo depois de ter sido construído. Houve um pequeno assentamento em Jezrael no período tardio da Idade do Ferro, mas o sítio jamais retomou sua anterior importância. Há, em consequência, boas razões para associar a destruição de Jezrael com a revolta de Jeú ou com a invasão de Hazael, pois a duas ocorreram poucos anos depois de meados do século IX.

Pelo fato de Jezrael ter sido ocupada por um período assim breve, as formas de cerâmica encontradas no seu estrato de destruição proporcionam uma amostra valiosa dos estilos correntes em meados do século IX AEC e que de fato também são encontradas nos estratos dos palácios "salomônicos" de Meguido e em estratos paralelos em sítios por todo o norte. Os leitores que não ficaram convencidos anteriormente de que foram os amridas que construíram essas cidades "salomônicas" devem considerar agora (em adição à evidência da cerâmica, aos paralelos arquitetônicos e à datação com carbono 14) a probabilidade de que a destruição violenta desses sítios – por longo tempo atribuída ao ataque egípcio liderado pelo Faraó Sesac, no final do século X AEC – aconteceu em torno de 835, na época de Hazael.

Através das extensões férteis dos ricos vales do norte, as cidades arderam em chamas, de Tel Rehov, até Betsã, Taanac, Meguido. Com base nessa nova evidência, o historiador da Bíblia israelita Nadav Naaman concluiu que esses estratos de destruição representam uma devastação tão severa do Reino do Norte por Hazael que alguns desses sítios nunca se recuperaram. A pressão militar de

Damasco sobre Israel talvez tenha culminado no sítio da capital, Samaria, provavelmente por Bar-Adad III (conhecido na Bíblia como Ben-Adad), filho de Hazael. Os dois sítios de Samaria descritos na Bíblia nos dias de Acab e Jorão muito provavelmente se referem a esse período.

A arqueologia, portanto, descobriu algo que a Bíblia deixou de mencionar: a própria região central de Israel foi ocupada por um período extenso. Nenhum dos arqueólogos mais antigo parece ter encontrado evidência desse evento. Em Hasor, o período entre os amridas e a destruição de Israel foi dividido por Yigael Yadin em quatro estratos, nenhum dos quais estava especificamente conectado com a invasão de Hazael. Contudo, uma vez que a cidade do portão de seis câmaras e muralha de casamatas – por muito tempo associada com Salomão – é localizada na época dos amridas, sua destruição pode ser associada com a campanha de Hazael. Em Dã, a própria cidade tomada por Hazael – na qual ele erigiu uma estela da vitória, proclamando a retomada do território para o seu reino –, a datação convencional não conseguiu identificar uma destruição de meados do século IX, muito menos um período de ocupação dos arameus. Porém, também em Dã, a datação alternativa permite a identificação do estrato de destruição com a conquista de Hazael que é comemorada na estela de Dã.

Porém, Hazael estava suficientemente forte para anexar os centros israelitas devastados mais para o sul, nos vales de Jezrael e Betsã, que estavam bem distantes da área central do seu governo. Ele aparentemente as deixou em ruínas, acarretando o abandono de muitos sítios e o declínio de toda a região por algumas décadas. Alguns dos centros dessa região jamais se recuperaram; Jezrael e Taanac, por exemplo, nunca recuperaram sua anterior importância. Uma análise da cerâmica de Meguido parece indicar que essa cidade crucial para a administração israelita do norte ficou abandonada por quase meio século.

O reino israelita, em consequência, perdeu o controle efetivo sobre suas mais férteis regiões agrícolas e, o que é ainda mais importante, seu rival ganhou um ponto de apoio mais permanente nos sítios estratégicos de Hasor e Dã no

nordeste. Esses sítios ficavam mais próximos de Damasco do que de Samaria e estavam situados em territórios que Hazael reclamava como originalmente arameus. Citando novamente a inscrição do próprio Hazael, em que descreve a situação que se seguiu à morte do seu predecessor: "E meu pai se deitou; ele foi para os seus [ancestrais]. E o rei de I[s]rael entrou primeiro na terra de meu pai". É inconcebível que Hazael tenha conquistado o vale superior do Jordão, erigido a estela da vitória em Dã e depois recuado. Aqui as vitórias no campo de batalha eram traduzidas em dominação territorial de longo prazo.

Em consequência, é provável que a nova cidade construída em Hasor imediatamente após a conquista por Hazael tenha sido realmente um elo importante na corrente de cidades e fortalezas *arameias* que protegiam a fronteira sudeste de Aram-Damasco contra Israel. A cidade construída em cima do estrato de destruição expandiu-se a ponto de incluir toda a acrópole superior da Idade do Bronze e foi cercada de uma nova muralha maciça. Uma cidadela ou um palácio foi construída/o em seu termo ocidental, aparentemente em cima da cidadela amrida agora destruída. Até mesmo o magnífico sistema de abastecimento de água cortado na rocha pode ter sido construído nessa fase da história da cidade.

Em Dã, a famosa estela, sem dúvida, foi erigida na nova cidade reconstruída por Hazael. A cidade do final do século IX é caracterizada pela construção de uma formidável muralha de pedra, similar à que foi descoberta em Hasor e de um portão excepcionalmente bem elaborado. O portão apresenta um elemento especial, desconhecido nos territórios israelita e judaíta daquele tempo: restos de uma marquise ou de uma plataforma elevada foram encontrados do lado de fora da torre que fica do lado direito de quem entra na cidade. Eles incluem duas bases de pedra redondas esculpidas com características típicas do norte (i. é, da Síria). A própria estela comemorativa, que presumivelmente também mencionou as atividades de construção de Hazael, poderia ter sido colocada ou no portão da cidade ou no local de culto finamente reconstruído em pedra lavrada,

provavelmente rededicado ao deus Adad de Aram.

Outro baluarte formidável construído ao mesmo tempo – e possivelmente relacionado com a ocupação do norte de Israel por Hazael – é um sítio conhecido como et-Tell na margem norte do Mar da Galileia. Ele foi hipoteticamente identificado pelos escavadores como a localização do assentamento bem posterior de Betsaida no período romano. No século IX, uma muralha maciça de pedra cercou o sítio, similar às muralhas construídas em Hasor e Dã. O enorme portão da cidade é similar em forma e tamanho ao que foi desenterrado em Dã. Na parte frontal do portão da cidade os escavadores recuperaram um achado extraordinário, que parece revelar a identidade étnica ou, talvez mais acuradamente, a identidade cultural e política dos seus habitantes. Uma estela de basalto foi encontrada perto da torre do lado direito de quem entra pelo portão. A representação de uma divindade com chifres é caracteristicamente arameia. E sua localização na parte frontal do portão abre a possibilidade de que uma estela similar tenha sido erigida perto do portão de Dã, embaixo da marquise trabalhada.

Assim, temos indícios de que a invasão de Israel por Hazael, em meados do século IX AEC tenha sido seguida por uma ocupação prolongada e o estabelecimento de pelo menos três fortalezas – em Dã, Hasor e Betsaida – que mostram características em comum, algumas das quais caracteristicamente arameias. E há outra razão para acreditar que a população nessa parte do reino israelita foi, pelo menos parcialmente, se não majoritariamente, arameia. Esta é indicada pelo fato de que, em quase todo o sítio importante da Idade do Ferro II na região, as escavações encontraram óstracos [cacos de cerâmica] escritos em aramaico.

O retorno da Assíria

A ocupação síria de Israel não durou muito. De fontes assírias sabemos que Hazael foi capaz de invadir Israel para o oeste e para o sul porque, por algumas

décadas, na segunda metade do século IX os reis assírios no cargo estiveram preocupados com desordens em outras partes do império. Porém, com a subida ao trono de um novo monarca assírio muito poderoso, Adadnirari III, em 811 AEC, o equilíbrio de poder entre Aram e Israel alterou-se drasticamente. Adadnirari imediatamente renovou a pressão militar no oeste e sitiou Damasco, então a maior potência regional. Damasco pode ter sido capaz de superar Israel, mas não era páreo para os exércitos da superpotência mesopotâmica daquela época. Bar-Adad III, filho de Hazael, rendeu-se e pagou pesado tributo à Assíria. Esses eventos acabaram com a hegemonia de Aram-Damasco e puseram fim à pressão militar sobre Israel.

Nessa luz, começamos a entender o enorme impacto que o imperialismo assírio teve sobre o curso dos eventos no reino de Israel e como muita coisa da história descrita na Bíblia como resultado da impiedade ou ganância dos reis de Israel tem bem mais a ver com os ventos da política internacional de poder. Apesar de os livros dos Reis descreverem Acab em primeira linha como um tirano idólatra, sabemos a partir da inscrição monolítica de Salmanasar III que ele foi um dos mais enérgicos oponentes da dominação assíria – enviando sua considerável força de carros de combate para enfrentar os assírios em Carcar. E enquanto Jeú, o rebelde, é representado na Bíblia como instrumento de Deus para destruir a idolatria em Israel, o famoso "obelisco negro" de Salmanasar mostra-o curvando-se até o chão aos pés do grande rei assírio. Salmanasar também observa: "O tributo de Jeú, filho de Amri; recebi dele prata, ouro, uma tigela *saplu* de ouro, um vaso de ouro com fundo afunilado, copos de ouro, baldes de ouro, uma lata de estanho, um cetro para um rei". (O fato de Jeú ser chamado de "filho de Amri" – em essência, filho da família que ele teria exterminado – implica apenas que ele governou um reino vassalo, cuja capital foi fundada por Amri.)

O reerguimento de Israel sob Joás, neto de Jeú (2 Reis 13,22-25), esteve mais relacionado com a humilhação de Damasco pelos assírios do que com a referida

mudança de atitude de Deus. O fim da hegemonia regional de Aram-Damasco deu ao Reino do Norte de Israel – que havia jurado lealdade à Assíria já na época de Salmanasar III – uma esplêndida oportunidade de ser reconhecido como o vassalo favorito da Assíria. Sob a liderança do Rei Joás, o Reino do Norte se recuperou rapidamente e começou a reconquistar os territórios que tinha perdido para Damasco (2 Reis 13,25). E a expansão de Israel aparentemente continuou sob Jeroboão II (2 Reis 14,25.28), de quem se conta que estendeu as fronteiras de Israel bem para dentro dos territórios anteriormente pertencentes a Aram. Quando olhamos para o registro arqueológico, há confirmação clara de que Jeroboão II, filho de Joás, cuja gestão foi a mais longa da história do Reino do Norte, liderou um período de prosperidade sem paralelo em Israel.

Recompensas da Nova Ordem Mundial

A nova fase de prosperidade que começou por volta de 800 AEC aparentemente foi lembrada por muito tempo como a idade de ouro pelo Reino do Norte – inclusive na memória do povo de Judá. O autor bíblico dos livros dos Reis foi forçado a encontrar uma explicação para essa boa sorte, de resto desconcertante, desfrutada pelos habitantes pecadores do norte. Ele explicou a virada dos eventos pela súbita compaixão do Deus de Israel (2 Reis 14,26-27), mas conseguimos ver agora que uma razão mais provável foi a agressão assíria a Damasco e a ávida participação de Israel na economia em crescimento do mundo assírio. Em Dã, a estela da vitória de Hazael aparentemente foi despedaçada e os fragmentos usados em construção posterior (onde seriam encontrados por arqueólogos cerca de dois mil e oitocentos anos depois), quando construtores israelitas estabeleceram uma nova cidade ali. Em Betsaida, a estela com a divindade em estilo arameu foi, da mesma forma, intencionalmente erguida e posta de cabeça para baixo. E em torno da mesma época, Hasor foi tomada, destruída e reconstruída; pode não ser coincidência completa que inscrições em hebraico apareçam em Hasor pela primeira vez nessa fase de

construção.

A melhor maneira de demonstrar a força da economia israelita durante o reinado de Jeroboão II é com base nos desenvolvimentos de Israel na agricultura e seu impressionante crescimento populacional. Durante milênios, as terras altas em torno de Samaria constituíram a melhor região do país para o cultivo de vinhedos e olivais. Intensas explorações arqueológicas nas regiões montanhosas ao sul de Samaria trouxeram evidência de uma expansão sem precedentes da produção de azeite de oliva na Idade do Ferro. No século VIII, vemos pela primeira vez assentamentos construídos em espigões rochosos no centro das melhores regiões de cultivo de pomares, cujos habitantes aparentemente se especializaram nesse ramo da agricultura (Figura 25). Baterias de prensas de olivas e outras instalações de processamento foram esculpidas na base rochosa em torno desses povoados, algumas das quais podem ter sido propriedades reais ou, pelo menos, construídas especificamente para esse fim. Não faltavam mercados potenciais: o azeite de oliva das terras altas de Israel podia ter sido lucrativamente exportado para a Assíria e embarcado para o Egito, visto que tanto o Egito quanto a Assíria careciam de regiões próprias para o cultivo de oliveiras. De fato, os famosos óstracos de Samaria – uma coletânea de sessenta e três cacos de cerâmica com inscrições a tinta em hebraico e plausivelmente datados no tempo de Jeroboão II – registram carregamentos de azeite e vinho vindos de povoados distantes para a capital, Samaria.

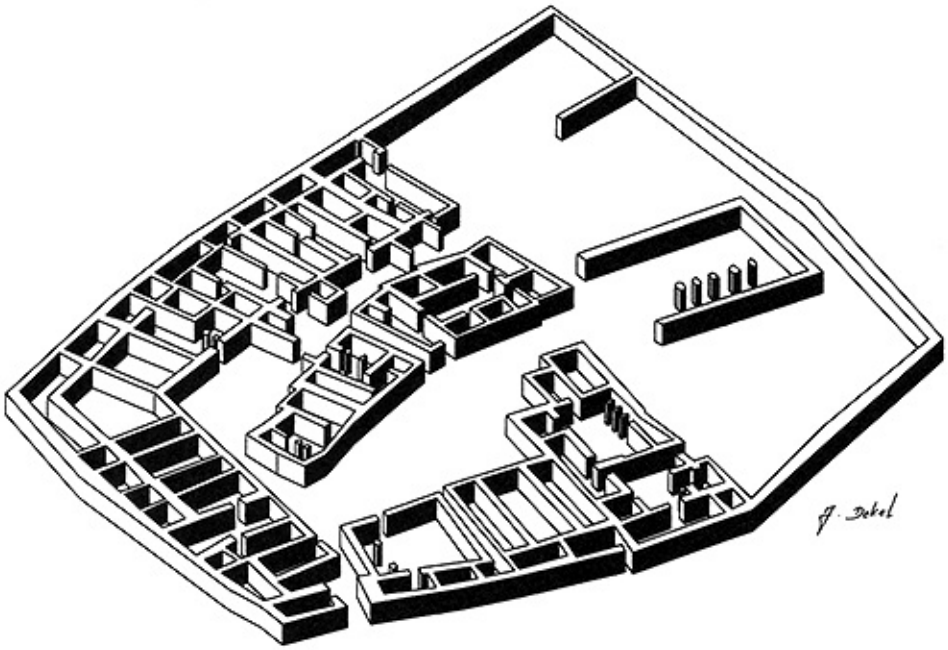


Figura 25: Plano de um sítio de produção de azeite nas terras altas, a noroeste de Jerusalém. *Segundo um plano publicado em* Atiqot

Nesse meio-tempo, a referida hinterlândia agrícola tinha se tornado mais populosa do que em qualquer outra época antes. Atada à economia mundial e sem enfrentar uma ameaça militar significativa, a população do Reino do Norte cresceu drasticamente. As explorações em grande escala empreendidas nas últimas décadas lançaram luz sobre o drástico crescimento demográfico ocorrido entre os séculos X e VIII AEC. No final do século VIII, o Reino do Norte – tanto as terras altas de Samaria quanto os vales do norte – era a região mais densamente povoada de todo o Levante[**].

Embora os números sejam reconhecidamente esquemáticos, eles fornecem uma estimativa geral de que, no século VIII, a população do Reino do Norte, incluindo seu território na Transjordânia, contava com aproximadamente 350.000 pessoas. Usando o mesmo procedimento, os especialistas estimam que, na Idade do Bronze, a população do território *inteiro* da Palestina Ocidental não chegava a 250.000 pessoas. O crescimento demográfico é particularmente drástico se considerarmos que a população das terras altas na Idade do Ferro

Inicial dificilmente contava com mais de 45.000 pessoas. Mesmo no século VIII, a população do reino de Judá não contou com muito mais do que 100.000 almas. A população dos estados transjordanianos de Amon e Moab juntos dificilmente chegou a um terço da população do norte de Israel.

Esses números comparativos explicam o poder militar e a força econômica do Reino do Norte. Eles também apontam para os recursos humanos de Israel, que possibilitaram tanto um incremento militar quanto impressionantes atividades de construção. Parece que Joás, ou mais provavelmente Jeroboão II, empreendeu importantes operações de construção não só em Meguido (incluindo o grande sistema de abastecimento de água e os dois enormes conjuntos de estábulos), mas também na reconstrução de Hasor como um baluarte nos territórios retomados dos arameus e na reconstrução da cidade de Gazer, um posto avançado estratégico do Reino do Norte nas fronteiras com Judá e a Filisteia. Uma nova muralha maciça e o portão de Gazer devem datar dessa época.

A grandiosidade do reino de Israel renascido decorre claramente das evidências. É significativo que Jeroboão II tenha sido o mais antigo monarca israelita de quem temos um selo oficial. Esse artefato excepcionalmente grande e belo foi encontrado no início do século XX em Meguido. Ele mostra um poderoso leão rugindo e uma inscrição hebraica com o seguinte teor: "Pertence a Sema, servo [i. é, alto oficial] de Jeroboão". O desenho do leão no selo é típico do século VIII AEC, não podendo, portanto, ser atribuído ao Jeroboão mais antigo que fundara o Reino do Norte quase dois séculos antes. Pelos padrões de sua prosperidade, pelas conexões internacionais e pelos projetos expansivos de construção, o reino de Jeroboão II deve ter permanecido vivo na memória tanto de israelitas quanto de judaítas como modelo de monarquia gloriosa. Lembremos a famosa passagem de 1 Reis 9,15, que descreve as atividades de construção de Salomão em Hasor, Meguido e Gazer. É possível que o autor judaíta de uma época posterior, ao compor sua história quase cem anos depois,

tenha atribuído romântica e patrioticamente as ruínas das grandes estruturas construídas por Jeroboão à idade de ouro de Salomão?

Uma vez mais o enigma dos estábulos de Meguido

Aparentemente os cavalos figuravam entre os produtos mais valorizados e valiosos do Reino do Norte. Alguns indícios tentadores referentes à extensão da criação e do adestramento de cavalos em Israel devem advir da reconstrução de Meguido no tempo de Jeroboão II (Figura 22, p. 189).

O elemento mais proeminente na última versão israelita da cidade de Meguido são os dois grandes complexos de edifícios com pilares que, na década de 1920, a equipe da Universidade de Chicago deu a entender que seriam estábulos construídos por Salomão – e que mais tarde foram datados por Yadin como estábulos construídos por Acab, que havia levado a campo aquela enorme força de carros de combate contra os assírios na batalha de Carcar. Quer tenham argumentado a favor da associação com Salomão quer com Acab, os apoiadores da teoria dos estábulos afirmam que os cavalos eram mantidos em corredores longos e estreitos no interior dos edifícios, onde eram atados a pilares de pedra e alimentados em manjedouras situadas entre os pilares (Figura 17, p. 145). O corredor central, cujo piso estava coberto de estuque macio, supostamente era usado como área de serviço, onde os cavalariços podiam tratar dos cavalos e distribuir a ração. Os arqueólogos também propuseram que o amplo pátio defronte do conjunto de estábulos ao sul servia como campo de treino e exercício.

Havia apenas um problema com essa teoria atraente: não foram encontrados itens relacionados com cavalos, carros de combate ou cavalaria nos edifícios. E os corredores laterais de estruturas similares postas a descoberto em outros sítios estavam repletos de recipientes de cerâmica, o que sugeriu a muitos especialistas que todos esses edifícios de três corredores foram usados como armazéns. Alguns propuseram a teoria de que as manjedouras encontradas nos edifícios de

Meguido foram usadas para alimentar animais de carga, provavelmente jumentos, que traziam os bens até os armazéns em caravanas. Outros especialistas propuseram que as edificações com pilares de Meguido, bem como de outros lugares da região, serviram de barracões para o exército ou até como bazares públicos.

Nas escavações em andamento em Meguido estão sendo feitas tentativas de resolver o problema por meio da testagem química sistemática da terra recentemente retirada dos pisos dos edifícios com pilares – para identificar vestígios de ração ou excremento animal. Até agora os resultados não são conclusivos. Porém, uma coisa já foi esclarecida nas escavações renovadas. Não deveríamos esperar encontrar quaisquer itens significativos relacionados com cavalos nos edifícios, já que, por ocasião da tomada da cidade pelos sírios, eles foram inteiramente limpos e pelo menos parcialmente reutilizados, e mais tarde desmantelados na época do seu abandono. Eles foram intencionalmente destruídos, tendo suas paredes sido derrubadas.

Devido à nova datação dos estratos de Meguido – e a reavaliação da história arqueológica do Reino do Norte –, podemos agora rejeitar as teorias mais antigas e dizer com confiança que as estruturas semelhantes a estábulos em Meguido pertencem ao tempo de Jeroboão II. Ainda que Acab claramente tenha mantido uma grande força de carros de combate, foi ele que construiu os grandes palácios em Meguido que *precedem* o estrato dos "estábulos" (mesmo que alguns especialistas afirmem que também esta cidade, que foi apenas parcialmente escavada, tinha estábulos). Porém, vincular os "estábulos" com Jeroboão II não resolve definitivamente o problema de sua função. Haveria outros indícios para ressaltar a importância dos cavalos para o reino de Israel – e talvez a compreensão do papel militar que Israel desempenhou na sociedade imperial assíria mais ampla?

Evidência crítica provém de fontes assírias, revelando que o reino de Israel era famoso por suas forças de carros de combate por muito tempo depois que o

Rei Acab enfrentou Salmanasar III com dois mil carros na batalha de Carcar na Síria em 853 AEC. A assirióloga Stephanie Dalley encontrou evidência convincente em registros assírios de que alguns dos estados vassalos do império se especializaram na criação e exportação de cavalos usados em guerras com carros de combate e cavalaria. Sabemos que o Israel de Jeroboão prosperou por meio de sua especialização em certas mercadorias. Será que o que vemos em Meguido são os restos arquitetônicos de um importante centro de criação de cavalos para o famoso corpo de carros de combate do reino de Israel? E será que, nos dias de Jeroboão II, Israel criou cavalos não só para suas próprias demandas militares, mas também para unidades de carros de combate em todo o Império Assírio? Um indício que aponta para isso vem de outro Estado vassalo assírio, o reino de Urartu, na Anatólia Oriental, que era considerado o detentor da melhor cavalaria do mundo. Sabemos por menção explícita em fontes assírias que cavalos foram criados ali para exportação. E o interessante é que, em Urartu, foram postos a descoberto edifícios da Idade do Ferro II que mostram um plano surpreendentemente similar ao dos "estábulos" de Meguido.

Mas talvez a associação mais indicativa do envolvimento israelita com a cavalaria militar venha de um período imediatamente posterior à conquista do Reino do Norte pela Assíria – quando uma unidade israelita especial foi incorporada ao exército assírio. De fato, a pesquisa de Stephanie Dalley em tabuletas assírias chamadas de "listas de cavalos" fornecem informação sobre funcionários, oficiais e unidades do exército assírio nos dias de Sargon II. Esses registros indicam que, enquanto outras tropas especializadas de regiões conquistadas foram incorporadas no exército assírio como indivíduos, a brigada de carros de combate israelita foi a única unidade estrangeira que pôde manter sua identidade nacional. O rei assírio Sargon II diz isso da melhor forma possível: "Formei uma unidade com duzentos de seus carros de guerra para a minha força real".

Em vista disso, pareceria que, sendo tão famosos por sua habilidade, os

condutores de carros de combate israelitas obtiveram um *status* especial. Entre outro detalhes, na lista de cavalos, é mencionado um comandante israelita chamado Sema, provavelmente do corpo de carros de combate, que serviu em um alto posto no exército e era membro da comitiva do rei.

As primeiras vozes de protesto

A prosperidade e proeminência que o reino de Israel alcançou durante o reinado de Jeroboão II proporcionou grande riqueza à aristocracia israelita. Embora os métodos bastante caóticos usados nas escavações feitas em Samaria no início do século XX não permitam uma análise detalhada dos edifícios e das reformas da cidade real no início do século VIII, dois conjuntos extremamente interessantes de pequenos achados proporcionam pelo menos um vislumbre da opulência e riqueza da classe governante de Israel. Mais de duzentas delicadas placas de marfim cinzeladas em estilo fenício com motivos egípcios e estilisticamente datadas do século VIII AEC provavelmente decoraram as paredes do palácio ou os móveis finos da realeza israelita. Elas atestam a riqueza e os gostos cosmopolitas dos monarcas israelitas e das famílias nobres do reino. Os famosos óstracos de Samaria, recibos de carregamentos de azeite e vinho trazidos do interior e entregues na capital, representam um sistema sofisticado de crédito e registro, no qual a produção oriunda do interior era cobrada por grandes proprietários de terra ou por funcionários do fisco que supervisionavam a colheita da safra.

É no auge da prosperidade do Reino do Norte, sob a regência de Jeroboão II, que podemos enfim identificar o cumprimento pleno dos critérios de formação estatal: instrução, administração burocrática, produção econômica especializada e um exército profissional. É também o período em que temos o primeiro registro de um protesto profético. Os oráculos dos profetas Amós e Oseias constituem os livros proféticos mais antigos preservados, contendo material que reflete o apogeu de Jeroboão II. Suas denúncias contundentes da aristocracia

corrupta e ímpia do norte servem tanto para documentar a opulência dessa era quanto para expressar pela primeira vez ideias que exerceriam uma influência profunda sobre a cristalização da ideologia deuteronomista.

Amós é descrito como um pastor de ovelhas que exercia sua atividade ao norte do povoado rural judaíta de Técua. Porém, qualquer que tenha sido precisamente seu *status* social ou a razão para pregar no reino de Israel, os oráculos registrados em seu nome fornecem uma condenação inflamada dos estilos de vida dissipadores e da realidade material da aristocracia de Israel no século VIII AEC:

> Deitados em leitos de marfim, estendidos em divãs, eles comem cordeiros do rebanho e novilhos do curral. Improvisam ao som da harpa e, como Davi, inventam instrumentos de música. Bebem vinho em copos e se ungem com o melhor dos óleos… (Amós 6,4-6).

Amós prossegue condenando aqueles que "construíram casas de pedra lavrada" (5,11) e seu contemporâneo, o Profeta Oseias, clama contra aqueles que "multiplicam mentira e violência. Concluem um pacto com a Assíria e levam óleo para o Egito" (Oseias 12,2). Nessas e em muitas outras alusões, os dois profetas esboçam as relações econômicas e a cultura material que foi tão abundantemente ilustrada pela arqueologia do reino de Israel.

Para além da condenação dos ricos e poderosos, tanto Amós quanto Oseias proporcionam críticas candentes das injustiças sociais, da idolatria e das tensões domésticas causadas pelo comércio internacional e pela dependência da Assíria. De acordo com Oseias, "a Assíria não nos salvará, não montaremos a cavalo e já não diremos 'nosso Deus' à obra de nossas mãos" (Oseias 14,4). Amós condena a perversidade daqueles que seguem os ditames da religião apenas da boca para fora, enquanto acumulam riquezas para si e abusam do pobre:

> Ouvi isto, vós que esmagais o pobre e quereis eliminar os humildes do país. Vós que dizeis: "Quando passará a lua nova, para que possamos vender o grão, e o sábado, para que possamos oferecer o trigo, para diminuir a medida, aumentar o preço e falsificar as balanças para enganar, para comprar os indigentes com prata

> e o pobre por um par de sandálias, para vender até os refugos do trigo?" (Amós 8,4-6).

Essas condenações proféticas foram preservadas pelos seguidores de Amós e Oseias e assumiram um sentido novo após a queda do reino de Israel. Pois em sua crítica da riqueza e em sua repulsa pelo efeito dos hábitos estrangeiros sobre a vida do povo de Israel, eles foram porta-vozes do movimento espiritual e social que deixaria uma impressão indelével no texto bíblico que estava se cristalizando.

Os últimos estertores de Israel

Com a morte de Jeroboão II em 747 AEC, a estrutura da sociedade israelita – a despeito de sua prosperidade material e das realizações nos campos da arquitetura e do militarismo – mostrou-se oca. Provavelmente surgiram facções entre os administradores regionais, os oficiais do exército e grupos com interesses específicos. Os reis se sucederam de forma relativamente rápida e usualmente sangrenta. O equilíbrio delicado entre independência econômica e aliança política com ou subserviência à Assíria se desfez gradualmente. A narrativa apresentada pelo Segundo Livro dos Reis, suplementada por confirmações ocasionais nos registros da Assíria, é tudo que temos para continuar documentando a queda de Israel.

A série de sublevações dinásticas violentas em Samaria não poderia ter ocorrido em uma época mais perigosa. Grandes mudanças estavam acontecendo na Mesopotâmia. No ano de 745 – exatamente depois de dois reis terem sido assassinados em Samaria – o ambicioso governador da grande cidade assíria de Calane, no vale do Rio Tigre, revoltou-se contra seus próprios superiores e iniciou o processo que transformaria a Assíria em um Estado brutal e predador.

Esse novo rei, Teglat-Falasar III (também conhecido na Bíblia por seu nome babilônico, Pul), iniciou nada menos que uma reformatação completa do Império Assírio – primeiramente em suas relações com seus anteriores vassalos, que passariam a ser controlados bem mais diretamente. Em 738 AEC, ele liderou

seu exército em uma grande campanha de intimidação rumo oeste, na qual ele conseguiu submeter os anteriores vassalos semi-independentes da Assíria com exigências econômicas sem precedentes. Porém, isso foi só o começo. Na era do imperialismo assírio inaugurada por Teglat-Falasar, a vassalagem logo daria lugar à conquista e anexação – ficando as populações locais sujeitas a deportação sempre que as autoridades assírias desejassem.

Em Samaria, a capital israelita – com a morte do Rei Manaém em 737 AEC e o assassinato quase imediato do seu filho e sucessor por um oficial militar chamado Faceia, filho de Romelias –, a política externa do reino de Israel mudou. Não temos informação sobre os motivos políticos e pessoais de Faceia, esse último usurpador, mas sabemos que, de uma hora para outra, ele pôs fim à vassalagem obsequiosa de Israel em relação à Assíria. Talvez em uma reação desesperada à mudança da política assíria e pela inabilidade de cumprir as exigências assírias, Faceia aderiu à coalizão de outras potências locais – incluindo o Rei Rasin de Damasco e algumas cidades filisteias – em uma aposta desesperada na independência.

O que se seguiu foi uma série trágica de estimativas equivocadas que significaram o fim do Israel independente – e de fato o fim da possibilidade de que qualquer dos estados do Levante algum dia seria livre para agir independentemente enquanto o Império Assírio sobrevivesse. Faceia e Rasin esperavam organizar uma ampla frente comprometida de resistência à Assíria formada por todos os estados da região. A coalizão não se materializou e a reação de Teglat-Falasar foi furiosa. Após conquistar Damasco, executar Rasin e abrir caminho para a costa do Mediterrâneo, destruindo cidades potencialmente rebeldes e assegurando que os rebeldes não obteriam nenhuma ajuda do Egito, Teglat-Falasar concentrou-se completamente no reino de Israel. Conquistando a maior parte dos seus territórios, destruindo suas principais cidades e deportando parte de sua população, Teglat-Falasar pôs Israel de joelhos.

Na época da morte de Teglat-Falasar em 727 AEC, a maior parte do território

do Reino do Norte já havia sido anexado diretamente ao Império Assírio. Naquela ocasião, ele foi dividido administrativamente nas províncias de Dor (ao longo de costa norte), Meguido (no Vale de Jezrael e na Galileia) e Galaad (nas terras altas da Transjordânia). Um alto-relevo da época de Teglat-Falasar III, retratando o sítio à cidade chamada Gaazru – provavelmente Gazer –, indica que a planície costeira sul de Israel não escapou ao amargo destino das províncias do norte. Tudo que sobrou do Reino do Norte foi a região montanhosa em torno da capital Samaria. E assim Teglat-Falasar pôde se vangloriar na inscrição monumental: "A terra de Bit-Humria [i. é, a casa de Amri], cujas cidades todas arrasei em minhas primeiras campanhas […], saqueei seu gado e poupei somente a isolada Samaria".

A assirização do Norte

O Império Assírio reestilizado sob Teglat-Falasar não se contentou com a mera conquista territorial. Os assírios viam todas as terras, animais, recursos e povos das áreas que haviam conquistado como objetos – como bens – que podiam e deveriam ser movidos ou explorados para melhor servir aos interesses do Estado assírio. Assim, os assírios implementaram uma política de deportação e repovoação em grande escala. Essa política tinha muitos objetivos, todos eles a serviço das metas do desenvolvimento imperial continuado. De um ponto de vista militar, a conquista e remoção de povoados nativos tinha o efeito de aterrorizar e desmoralizar a população e dispersá-la para prevenir futura resistência organizada. Do ponto de vista econômico, o recrutamento em grande escala para o exército imperial trouxe novo poder e tecnologias militares em um quadro em que os novos recrutas podiam ser cuidadosamente vigiados. O reassentamento forçado de artesãos nos centros da terra assíria impulsionou os recursos humanos treinados à disposição da economia assíria. E, por fim, o reassentamento sistemático de novas populações em território vazio ou recentemente conquistado tinha o propósito de expandir a produção agrícola

global do império.

Teglat-Falasar III iniciou esses processos quase imediatamente nas regiões do reino de Israel que seus exércitos haviam invadido. A quantidade de deportados registrada em seus anais chega a 13.500 pessoas. Se isso não for um exagero – como dão a entender as explorações arqueológicas na baixa Galileia que indicam um despovoamento generalizado –, os assírios deportaram um componente significativo da população rural dessas áreas para a Assíria.

Os resultados desastrosos do ataque inicial de Teglat-Falasar podem ser vistos em muitos sítios. Hasor, que é especificamente mencionada na Bíblia em relação a essa campanha (2 Reis 15,29), foi a última cidade israelita a ser destruída e transformada em cinzas. Há clara evidência arqueológica de que, no dia anterior ao ataque final assírio, as fortificações da cidade foram reforçadas – em vão, a julgar pelos eventos. Destruição maciça também foi detectada em Dã e Betsã. Porém, em Meguido, as intenções assírias foram um pouco diferentes, já que ela deveria se tornar um novo centro de administração imperial. Os alojamentos domésticos foram incendiados; construções queimadas em ruínas e recipientes quebrados contam a história das últimas horas da cidade israelita. Porém, os edifícios com pilares – os famosos estábulos de Meguido – ficaram intactos e provavelmente foram reutilizados por um tempo. Os assírios quiseram reconstruir os sítios para seus próprios fins e as finas pedras das estruturas do estábulo comprovaram-se como uma fonte excelente de materiais de construção.

Meguido fornece a melhor evidência dos estágios iniciais da ocupação assíria. Após a destruição parcial da última cidade israelita, um breve período de abandono foi seguido de uma reconstrução extensa. Os assírios converteram Meguido em capital de sua nova província, cobrindo a partir dela anteriores territórios do Reino do Norte nos vales do norte e nos montes da Galileia. Poucas décadas depois, documentos oficiais se referem a Meguido como a sede do governador. O ponto focal da nova cidade, que foi reconstruída segundo um plano totalmente novo, ficava perto do portão, onde foram construídos dois

palácios em estilo tipicamente assírio. O restante da cidade foi disposto em uma grade precisa de estradas paralelas leste-oeste e norte-sul formando blocos retangulares para prédios domésticos – um método de planejamento urbano até então desconhecido no Levante. À luz das mudanças radicais, tornou-se possível assentar ali novos povos, deportados de outras áreas conquistadas do Império Assírio.

TABELA 5
REIS ISRAELITAS DE JEÚ ATÉ OSEIAS

REI	DATAS*	TESTEMUNHO BÍBLICO	REGISTROS ASSÍRIOS	ACHADOS ARQUEOLÓGICOS
Jeú	842-814 AEC	Lidera um golpe de Estado contra os amridas e elimina sua família; demole o templo de Baal em Samaria; confronto com Aram-Damasco continua; Profeta Eliseu	Paga tributo a Salmanasar III	Hasor e o norte em poder de Aram-Damasco; Meguido abandonada?
Joacaz	817-800**	Israel é derrotado e Samaria sitiada por Aram; Profeta Eliseu		
Joás	800-784	Derrota os arameus e Israel se recupera; ataca Jerusalém	Paga tributo a Adadnirari III	Hasor em poder dos israelitas de novo?
Jeroboão II	788-747	Derrota Damasco e as fronteiras do Reino do Norte atingem sua maior extensão; profecias de Oseias e Amós		Prosperidade sem precedentes no Reino do Norte; atividades de construção em grande escala em Hasor, Gazer e Meguido (estábulos e sistema de abastecimento de água); óstracos de Samaria e placas de marfim; um selo com seu nome encontrado em Meguido
Zacarias	747	Reina por seis meses e então é morto em um golpe de Estado		
Selum	747	Reina por um mês e é morto em um golpe de Estado		
Manaém	747-737	Paga tributo ao rei da Assíria	Paga tributo a Teglat-Falasar III	
Faceias	737-735	Morto em um golpe de Estado		
Faceia	735-732	Luta com Damasco contra Acaz de Judá; Teglat-Falasar III conquista a Galileia e o Vale de Jezrael	Deposto por Teglat-Falasar III; Teglat-Falasar conquista a Galileia	Destruição de cidades israelitas no norte
Oseias	732-724***	Último rei de Israel; Salmanasar V, rei da Assíria, sitia Samaria, toma-a e deporta os israelitas para a Assíria	Empossado por Teglat-Falasar III e paga tributo a ele	

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary.*
** Inclui anos de corregência.
*** Ou 722 AEC.

O fim do reino

Restrito às imediações de Samaria, o reino remanente de Israel não passava de um petisco a ser engolido na primeira oportunidade pelo Estado assírio em

ascensão. Contudo, Oseias, o assassino de Faceia e último rei de Israel, ofereceu tributo à Assíria com a mesma rapidez com que começou um complô desastradamente perigoso. No breve período de incerteza quanto à sucessão entre a morte de Teglat-Falasar III e a subida ao trono de Salmanasar V, Oseias teria enviado uma mensagem secreta a um dos senhores regionais do delta egípcio, esperando que o Egito já estivesse disposto a aderir à luta antiassíria. Fazendo sua aposta final, Oseias suspendeu de imediato o pagamento do tributo ao novo rei assírio. Quem se surpreenderia com o que houve? Salmanasar V imediatamente empreendeu uma campanha de liquidação. Ele reduziu a área rural em torno de Samaria e sitiou a própria cidade. Após um cerco prolongado, a cidade foi tomada, e pelo menos parte dos sobreviventes foi levada para pontos de concentração, de onde acabaram sendo reassentados em domínios assírios distantes. Há um debate considerável entre os especialistas sobre se Salmanasar V sobreviveu para ver a tomada de Samaria ou se foi seu sucessor, Sargon II, que subiu ao trono em 722 AEC, o responsável pelo golpe de misericórdia. De qualquer modo, é às crônicas de Sargon que devemos o relato assírio mais completo do transcorrido:

> Os habitantes de Samaria, que concordaram em conspirar com um rei hostil a mim para não suportar a servidão e não pagar tributo a Assur e que ofereceu resistência, eu lutei contra eles com o poder dos grandes deuses, meus senhores. Eu contei como desposo 27.180 pessoas, com seus carros de guerra e os deuses em quem confiaram. Formei uma unidade com 200 dos seus carros de guerra para a minha força real. O restante deles assentei no meio da Assíria. Eu repovoei Samaria mais do que antes. Pus dentro dela pessoas de países conquistados pelas minhas mãos. Nomeei meu comissário como governador sobre eles. E os considerei assírios.

O relato de Sargon fornece o número de deportados de Samaria – embora não esteja claro se esse número se refere à população da capital e suas imediações ou à quantidade total retirada do reino nos anos precedentes. A Bíblia menciona alguns dos destinos – "em Hala e às margens do Habor, rio de Gozã, e nas cidades da Média" (2 Reis 17,6). Porém, o destino final da maior parte deles – das

dez tribos do norte de Israel – jamais seria conhecido. No início, os deportados podem até ter tentado preservar sua identidade, por exemplo, dando continuidade às formas israelitas de culto ou dando nomes israelitas às suas crianças. Porém, logo eles foram assirizados e assimilados pelo império.

Estava tudo acabado. Dois séculos turbulentos chegaram a um fim catastrófico. O altivo Reino do Norte e parte significativa de sua população estavam perdidos para a história.

Deportados e sobreviventes

Como provavelmente já haviam feito ao repovoar sítios no norte como Meguido com súditos confiáveis, as autoridades assírias também trouxeram novos grupos populacionais para povoar a parte central das terras altas israelitas em lugar dos israelitas deportados: "O rei da Assíria trouxe gente da Babilônia, de Cuta, Ava, Emat e Sefarvaim e os estabeleceu nas cidades da Samaria em lugar dos israelitas. Eles tomaram posse de Samaria e ficaram morando nas cidades" (2 Reis 17,24). Alguns indícios históricos e arqueológicos dão a entender que esses novos grupos, oriundos de áreas rebeldes no sul da Mesopotâmia, foram assentados não só na Samaria, mas também na área particularmente estratégica em torno de Betel – o antigo centro de culto israelita – na fronteira norte do ainda independente reino de Judá. O historiador bíblico fornece testemunho circunstancial disso ao incluir Avim entre as cidades de Judá do século VII na área de Betel (Josué 18,23). Esse nome provavelmente está relacionado com Ava, que é mencionado como um dos lugares de origem dos deportados. Um texto aramaico menciona deportados que foram assentados em Betel mesmo. Adicionalmente, alguns textos cuneiformes do século VII contendo nomes babilônicos, encontrados em Gazer e proximidades, fornecem evidência tangível da presença desses deportados no território sudoeste do Israel derrotado, também perto da fronteira de Judá. Por fim, Adam Zertal da Universidade de Haifa propôs que um tipo especial de cerâmica em que estão gravados sinais do

tipo cuneiforme, que foi encontrado em alguns sítios das terras altas de Samaria, pode também estar relacionado com esses grupos recém-chegados.

Mas a troca da população de modo nenhum foi total. A quantidade bruta que consta nas fontes assírias para as duas deportações – por Teglat-Falasar III da Galileia e por Sargon II da Samaria – gira em torno de quarenta mil pessoas. Isso compreende não mais que um quinto da população estimada do Reino do Norte a oeste do Jordão no século VIII AEC. Teglat-Falasar III parece ter deportado principalmente os moradores problemáticos das montanhas da Galileia e a população dos centros principais, como Meguido, e Sargon II pelo visto deportou principalmente a aristocracia de Samaria e possivelmente soldados e artesãos com habilidades requisitadas na Assíria. Resultado: a maior parte dos israelitas sobreviventes foi deixada na terra. Na região montanhosa em torno da cidade de Samaria, que estava destinada a servir de eixo da nova província assíria de Samerina, a deportação aparentemente foi mínima. Os assírios tiveram boas razões econômicas para não devastar a rica área produtora de azeite. Nos vales do norte, os assírios destruíram os centros administrativos israelitas, mas deixaram incólume a população rural (que era basicamente de tradição cananeia, fenícia e arameia) – enquanto ela permaneceu dócil e contribuiu com sua parte para as exigências tributárias assírias. Até mesmo os brutais conquistadores assírios reconheceram que a destruição completa e a deportação da população rural de Israel poderia ter devastado a produção agrícola de sua nova província, de modo que, quando possível, eles optaram pela estabilidade e continuidade.

De fato, explorações e escavações no Vale de Jezrael confirmam a surpreendente continuidade demográfica. E cerca de metade dos sítios rurais perto de Samaria continuaram a ser ocupados nos séculos subsequentes. Podemos até ter uma referência bíblica para essa situação demográfica. Poucos anos após a destruição do Reino do Norte, o rei judaíta Ezequias celebrou a Páscoa em Jerusalém. Ele supostamente “mandou avisar todo Israel e Judá e também escreveu cartas à gente de Efraim e Manassés, convidando todos a virem

ao templo do SENHOR em Jerusalém, a fim de celebrar a Páscoa do SENHOR, o Deus de Israel" (2 Crônicas 30,1). Os nomes "Efraim" e "Manassés" se referem às terras altas de Samaria ao norte de Judá. Ao passo que a historicidade de Crônicas pode ser questionada, Jeremias também reporta, cerca de 150 anos após a queda do Reino do Norte, que israelitas de Siquém, Silo e Samaria vieram trazer ofertas ao Templo em Jerusalém (Jeremias 41,5).

O fato de que um contingente significativo de israelitas ainda vivia na região montanhosa de Samaria, incluindo a área sul de Betel, junto com as populações novas trazidas pelos assírios, desempenharia um papel importante na política exterior de Judá e no desenvolvimento da ideologia bíblica do século VII AEC.

A dura lição do Reino de Israel

Jamais saberemos quão confiáveis foram as tradições, os textos ou arquivos usados pelos autores bíblicos para compilar sua história do reino de Israel. Eles não visavam produzir uma história objetiva do Reino do Norte, mas muito mais fornecer uma *explicação teológica* de uma história que provavelmente já era bem conhecida, pelo menos em seus detalhes amplos. Não importando o que as lendas populares possam ter dito de reis individuais de Israel, os autores bíblicos julgaram cada um e todos eles negativamente. Os reinados da maioria deles mereceram apenas poucas palavras de resumo: tal e tal rei "praticou o que desagrada ao SENHOR, não se afastando de nenhum dos pecados de Jeroboão filho de Nabat". Alguns dignos de nota – como Jeroboão I e os amridas – foram condenados com palavras e narrativas mais duras. Porém, até mesmo os melhores reis do norte ainda são considerados pecadores: Jorão, filho de Acab, recebe o crédito de ter removido a *massebah* ou o monumento cultual de Baal e Jeú é louvado por erradicar seu culto, mas, ao mesmo tempo, ambos são condenados por seguirem os passos de "Jeroboão filho de Nabat". Até Oseias, o último rei de Israel, que tardiamente tentou livrar Israel da mão de ferro da Assíria, é julgado de uma maneira apenas indiretamente mais leve: "Praticou o

que desagrada ao SENHOR, embora em menor escala que os reis de Israel, seus predecessores" (2 Reis 17,2). Consequentemente, partindo dos pecados de Jeroboão, a Bíblia oferece a narrativa de um destino previsto.

Os períodos de prosperidade de que desfrutou o reino de Israel e que provavelmente foram lembrados por séculos por meio dos restos monumentais ainda visíveis em muitas das cidades do norte, levantaram um problema teológico sério para os observadores judaítas posteriores que compilaram os livros dos Reis. Se o Reino do Norte era tão mau, por que YHWH não o eliminou enquanto Jeroboão I ainda estava no poder ou imediatamente após seu reinado, ainda nos dias de sua própria dinastia? Ou então, no mais tardar, nos dias dos amridas, os adoradores de Baal? Se eram tão maus, por que YHWH permitiu que prosperassem? O historiador deuteronomista encontrou uma maneira elegante de racionalizar os quase dois séculos de vida do Israel do norte, propondo que seu destino foi postergado porque YHWH encontrou alguns méritos até mesmo nos monarcas pecadores do Reino do Norte. Vendo "a miséria de Israel", Ele não pôde deixar de salvá-lo em algumas ocasiões de grandes calamidades.

Indubitavelmente havia explicações concorrentes e bem elaboradas do surgimento e da queda do Reino do Norte de autoria do corpo de sacerdotes dos santuários do norte em Dã e Betel. É algo simplesmente natural presumir que havia profetas do norte – "que profetizaram falsamente", como a Bíblia teria formulado –, que estavam mais próximos das instituições reais em Samaria. Não seria possível que esse tipo de material entrasse na Bíblia como a conhecemos hoje. Se Israel tivesse sobrevivido, poderíamos ter recebido uma história paralela, concorrente e muito diferente. Porém, com a destruição assíria de Samaria e o desmantelamento de suas instituições de poder real, quaisquer histórias concorrentes desse tipo foram silenciadas. Embora seja mais provável que os profetas e sacerdotes do norte tenham se juntado ao fluxo de refugiados do que buscado abrigo nas cidades e áreas urbanas de Judá, dali por diante a história bíblica foi escrita pelos vencedores – ou, pelo menos, pelos sobreviventes – e

formatada exclusivamente de acordo com as posteriores crenças deuteronomistas judaítas.

Do ponto de vista de Judá do século VII, tendo plena consciência da terrível destruição que se abatera sobre o Reino do Norte, o sentido da história de Israel estava claro. Ela é descrita de modo sucinto e eloquente no panegírico a Israel após a descrição da queda de Samaria. Do ponto de vista do historiador deuteronomista, o clímax da narrativa do Reino do Norte não se situa nos dias de Acab ou Jeroboão II, nem mesmo no fim trágico, mas no resumo que narra os pecados de Israel e o castigo de Deus. Esse clímax teológico foi enquadrado na metade do grande drama, entre as duas calamidades – imediatamente após a descrição da tomada de Samaria e da deportação dos israelitas e antes da menção do repovoamento da terra de Israel com estrangeiros:

> Isso aconteceu porque os israelitas tinham pecado contra o SENHOR seu Deus que os tinha tirado do Egito, libertando-os da mão do Faraó, rei do Egito, e porque tinham prestado culto a outros deuses. Seguiram os costumes dos povos que o SENHOR tinha expulsado diante dos israelitas; seguiram também os costumes dos reis de Israel que eles mesmos estabeleceram […]: construíram santuários das alturas em todas as cidades, tanto nas torres de vigia como nas cidades fortificadas. Ergueram colunas e *aserim* [estacas sagradas] no alto de cada colina e à sombra de toda árvore frondosa. Lá, em todos aqueles santuários, queimaram incenso segundo os ritos dos povos que o SENHOR tinha desterrado à vista deles. [...] Eles correram atrás das nulidades e eles mesmos ficaram reduzidos a nada; correram atrás dos povos vizinhos, embora o SENHOR lhes tivesse proibido imitá-los. Abandonaram todos os mandamentos do SENHOR seu Deus e fabricaram para si imagens fundidas, os dois bezerros; fizeram a *aserah* [estaca sagrada], prostraram-se ante todo o exército do céu e prestaram culto a Baal. Além disso, passaram os filhos e as filhas pelo fogo e praticaram a adivinhação e a magia, entregando-se assim à prática que desagrada ao SENHOR, para irritá-lo. O SENHOR se encolerizou tanto contra Israel que o expulsou da sua presença, restando apenas a tribo de Judá. [...] Pois quando o SENHOR separou Israel da casa de Davi e eles proclamaram Rei Jeroboão filho de Nabat, este afastou Israel do SENHOR, fazendo-o cair em grave pecado. Em consequência, os israelitas cometeram todos os pecados que Jeroboão tinha feito e não se afastaram deles. Por fim, o SENHOR expulsou Israel da sua presença, como o tinha predito por intermédio de todos os seus servos, os profetas, desterrando-o de sua terra para a

Assíria, onde está até hoje (2 Reis 17,7-23).

É claro que hoje, por meio do trabalho arqueológico e de estudos ecológicos, podemos ver que o fim era inevitável. Israel estava destruído e Judá sobreviveu porque, no esquema global dos desígnios imperiais da Assíria, Israel – com seus ricos recursos e sua população produtiva – constituiu um alvo comparavelmente mais atraente do que o pobre e inacessível Judá. Contudo, para os ouvintes em Judá, os duros anos após a conquista assíria de Israel, deparando-se com a ameaça do império e com envolvimentos estrangeiros, a narrativa bíblica de Israel serviu como sinal de alerta, indicando o que poderia acontecer com *eles*. O mais antigo e anteriormente poderoso reino de Israel, embora abençoado com terras férteis e povo produtivo, havia perdido sua herança. Agora, o reino sobrevivente de Judá logo desempenharia o papel de um irmão mais novo divinamente favorecido – como Isaac, Jacó ou seu próprio ancestral, o Rei Davi –, ávido por arrebatar a primogenitura perdida e redimir a terra e o povo de Israel.

---

[*]. A Bíblia menciona dois reis aproximadamente da mesma época – um de Israel e outro de Judá – *ambos* chamados pelos nomes hebraicos equivalentes de Jehoash e Joash. Em função da clareza, chamaremos o rei do norte (que governou de 800-784 AEC) de "Joás" e o rei do sul (que governou de 836-798 AEC) de "Jeoás".

[**]. Baseamos essa hipótese em uma estimativa por alto da população, à qual se chega mediante uma combinação de dados arqueológicos e etnográficos. Nessa técnica usada para estimar populações antigas, a área construída de todos os sítios ocupados durante o século VIII AEC (determinada pela presença de tipos de cerâmica característicos do século VIII) é multiplicada por um coeficiente de densidade, i. é, pela densidade média da população observada em sociedades tradicionais pré-modernas do século XIX ou início do século XX.

PARTE III

JUDÁ E A CRIAÇÃO DA HISTÓRIA BÍBLICA

9

A TRANSFORMAÇÃO DE JUDÁ (CERCA DE 930-705 AEC)

A chave para a compreensão da paixão e do poder da grande saga histórica da Bíblia é o reconhecimento do tempo e lugar singulares em que foi inicialmente composta. Nossa narrativa agora se aproxima daquele grande momento na história religiosa e literária, porque foi somente depois da queda de Israel que Judá evoluiu à condição de Estado plenamente desenvolvido com o necessário complemento de sacerdotes profissionais e escribas treinados capazes de dar conta dessa tarefa. Quando Judá repentinamente encarou o mundo não israelita por sua própria conta, ele necessitou de um texto definidor e motivador. Esse texto foi o núcleo histórico da Bíblia, composto em Jerusalém no curso do século VII AEC. E pelo fato de Judá ter sido o berço da escritura central do antigo Israel, dificilmente vai causar surpresa que o texto bíblico repetidamente reforce o *status* especial de Judá desde os próprios primórdios da história de Israel.

Foi na antiga capital judaíta de Hebron – na caverna de Macpela – que os reverenciados patriarcas e matriarcas foram enterrados, como lemos no Livro do Gênesis. Dentre todos os filhos de Jacó, Judá foi o destinado para governar sobre as demais tribos de Israel (Gênesis 49,8). A fidelidade dos judaítas às ordens de Deus não tinha igual entre os demais guerreiros israelitas; na época da invasão de Canaã, somente deles foi dito que erradicaram completamente a presença dos cananeus idólatras de sua herança tribal. Foi do povoado rural judaíta de Belém

que Davi, o maior rei e líder militar de Israel, subiu ao palco da história bíblica. Suas referidas façanhas heroicas e sua relação íntima com Deus tornaram-se importantes temas da Escritura. De fato, a conquista de Jerusalém por Davi representou o ato final do drama da conquista de Canaã. Jerusalém, então transformada em cidade real, tornou-se a sede do Templo, uma capital política para a dinastia davídica e um foco sagrado para o povo de Israel por toda a eternidade.

Contudo, a despeito da proeminência de Judá na Bíblia, não há indicação arqueológica até o século VIII AEC de que essa área diminuta e bastante isolada das terras altas, cercada por uma estepe árida tanto para o leste quanto para o sul, tivesse qualquer importância particular. Como vimos, sua população era escassa; suas áreas urbanas – até mesmo Jerusalém – eram pequenas e poucas. Foi Israel e não Judá que iniciou guerras na região. Foi Israel e não Judá que empreendeu a diplomacia e o comércio de amplo espectro. Quando os dois reinos entravam em conflito, Judá usualmente estava na defensiva, forçado a chamar potências vizinhas para socorrê-lo. Até o final do século VIII, não há indicação de que Judá tenha sido mais do que um fator marginal em assuntos regionais. Em um momento de franqueza, o historiador bíblico cita uma fábula em que reduz Judá ao *status* de "espinheiro do Líbano", quando comparado com Israel, o "cedro do Líbano" (2 Reis 14,9). No cenário internacional, Judá parece ter sido apenas um reino pequeno e isolado que, como o grande conquistador assírio, o Rei Sargon II, formulou zombeteiramente, "fica bem longe".

Porém, a partir do final do século VIII AEC, algo extraordinário aconteceu. Uma série de mudanças que marcaram época, começando com a queda de Israel, repentinamente alterou o cenário político e religioso. A população de Judá inflou a níveis sem precedentes. Pela primeira vez, sua capital tornou-se um centro religioso nacional e movimentada metrópole. Teve início um comércio intenso com as nações circundantes. Por fim, um movimento mais amplo de reforma religiosa – focado no culto exclusivo a YHWH no Templo de Jerusalém –

começou a cultivar uma nova compreensão revolucionária do Deus de Israel. Uma análise do desenvolvimento histórico e social dos séculos IX e VIII AEC no Oriente Próximo explica algumas dessas mudanças. A arqueologia da fase tardia da monarquia de Judá proporciona indícios ainda mais importantes.

Reis bons e maus

Não há razão para duvidar seriamente da confiabilidade da lista bíblica de reis davídicos que governou em Jerusalém durante os dois séculos que se seguiram ao período de Davi e Salomão. Os livros dos Reis entrelaçam as histórias dos reinos do norte e do sul de maneira complexa em uma única história nacional composta, fazendo frequente referência aos agora perdidos anais reais chamados "o Livro dos Anais dos Reis de Judá" e "o Livro dos Anais dos Reis de Israel". As datas de tomada de posse dos reis de Judá são correlacionadas com precisão com as dos reis de Israel – como na passagem típica de 1 Reis 15,9, que constata o seguinte: "No ano vinte de Jeroboão, rei de Israel, Asa tornou-se rei de Judá". Esse sistema de datação cruzada, que pode ser verificado com base em referências externas datáveis a reis israelitas e judaítas individuais, mostrou ser, de maneira geral, confiável e consistente – com poucas revisões cronológicas leves de certos reinados e a adição de possíveis corregências (cf. Figura 3, p. 31).

Assim, ficamos sabendo que onze reis (todos, menos um, herdeiros da dinastia davídica) governaram em Jerusalém entre o final do século X e meados do século VIII AEC. Os relatos sobre cada regência são lacônicos. Em nenhum caso há o tipo de retrato dramático, condenatório do personagem que se viu na apresentação bíblica do rei nortista Jeroboão ou da família idólatra de Amri. Porém, isso não quer dizer que a teologia não tenha sua importância na descrição bíblica da história de Judá. O castigo de Deus foi rápido e cristalino. Quando reis pecadores governaram em Jerusalém e a idolatria se tornou escancarada, somos informados de que eles foram punidos e Judá experimentou

reveses militares. Quando reis justos reinaram sobre Judá e as pessoas foram fiéis ao Deus de Israel, o reino prosperou e expandiu seu território. Diferentemente do Reino do Norte, que é descrito em termos negativos em todo o texto bíblico, Judá é basicamente bom. Embora a quantidade de reis bons e maus de Judá seja quase igual, a duração dos seus reinados não é. Reis bons cobrem a maior parte da história do Reino do Sul.

Assim, já nos dias de Roboão, filho e sucessor de Salomão, "Judá praticou o que desagrada ao SENHOR"; seu povo prestou culto em lugares altos "em toda colina" e imitou as práticas das nações (1 Reis 14,22-24). A punição por essa apostasia foi rápida e dolorosa. O faraó egípcio Sesac marchou contra Jerusalém no quinto ano de Roboão (926 AEC) e levou consigo um pesado tributo dos tesouros do Templo e do palácio dos reis davídicos (1 Reis 14,25-26). A lição não foi aprendida por Abiam, filho de Roboão, que "imitou todos os pecados que o pai tinha cometido, e seu coração não pertenceu integralmente ao SENHOR seu Deus" (1 Reis 15,3). Os infortúnios de Judá continuam com conflitos intermitentes com os exércitos do reino de Israel.

As coisas mudaram para melhor durante o reinado de Asa, que governou em Jerusalém por quarenta e um anos, começando no final do século X. Asa teria praticado "o que agrada ao SENHOR, a exemplo de seu antepassado Davi" (1 Reis 15,11). Não é de se surpreender, portanto, que, no seu período, Jerusalém tenha se salvado do ataque de Baasa, rei de Israel. Asa recorreu à ajuda do rei de Aram-Damasco, que atacou a fronteira no extremo norte de Israel, forçando Baasa a recuar sua força de invasão da periferia norte de Jerusalém.

O rei seguinte, Josafá (o primeiro monarca hebreu a portar um nome composto com uma variante do nome divino YHWH: *Yeho* + *shafat* = "YHWH julgou"), foi enaltecido por seguir os passos de seu pai Asa. Ele governou em Jerusalém por vinte e cinco anos na primeira metade do século IX AEC, firmando a paz com o reino de Israel e juntando-se a ele em operações ofensivas exitosas contra Aram e Moab.

O reino de Judá experimentou altos e baixos durante os séculos seguintes, atingindo um ponto baixo quando Jorão, o filho de Josafá, casou-se dentro da família pecadora de Acab e Jezabel. Disso resultou um infortúnio previsível: Edom (por muito tempo um reino dependente de Judá) se rebelou e, a oeste, Judá perdeu ricos territórios agrícolas para os filisteus na Sefelá. Ainda mais sérias foram as sangrentas repercussões da queda dos amridas que agitaram o palácio real em Jerusalém. Ocozias – o filho de Jorão e da princesa amrida Atália – foi morto no curso do golpe de Estado de Jeú. De volta a Jerusalém, Atália, ao ouvir a notícia da morte de seu filho e de todos os seus parentes pelas mãos de Jeú, ordenou a liquidação de todos os herdeiros reais da casa de Davi e ela própria subiu ao trono. Um sacerdote do Templo chamado Joiada esperou durante seis anos. No tempo certo, ele publicamente anunciou que um herdeiro davídico havia sido salvo da carnificina de Atália e apresentou o menino Jeoás, filho de Ocozias com outra esposa. Com a unção de Jeoás como rei davídico de direito, Atália foi morta. Teve um fim sangrento o período da influência amrida nortista sobre o Reino do Sul, no curso do qual o culto a Baal fora introduzido em Jerusalém (2 Reis 11,18).

Jeoás reinou em Jerusalém por quarenta anos e "durante toda a vida […] praticou o que agrada ao SENHOR" (2 Reis 12,2). Seu ato mais importante foi a reforma do Templo. No seu período, Hazael, rei de Aram-Damasco, ameaçou Jerusalém. Ele deixou a cidade em paz somente depois de exigir – e receber – um tributo incapacitante do rei judaíta (2 Reis 12,18-19); porém, isso não foi tão terrível quanto a destruição que Hazael espalhou no Reino do Norte.

O pêndulo judaíta de reis bons e maus – e às vezes de uma mistura de ambos – continuaria. Amazias, um rei moderadamente justo que "praticou o que agrada ao SENHOR, mas não tanto como seu antepassado Davi" (2 Reis 14,3), empreendeu uma guerra exitosa contra Edom, somente para ser derrotado e conquistado pelos exércitos do reino de Israel, que invadiram o território de Judá e derrubaram a muralha de Jerusalém. E assim continuou a história, passando

pelos reinados do justo Azarias (também conhecido como Uzias), que expandiu a fronteira de Judá para o sul, e de seu filho Joatão.

Uma mudança drástica para pior ocorreu com a morte de Joatão e a coroação de Acaz (743-727 AEC). Acaz recebe um julgamento excepcionalmente duro da Bíblia, indo muito além da medida usual de apostasia:

> Não praticou o que agrada ao SENHOR seu Deus, como tinha feito seu antepassado Davi. Seguiu o exemplo dos reis de Israel e chegou até a passar o filho pelo fogo, imitando assim os costumes abomináveis dos povos que o SENHOR tinha expulsado diante dos israelitas. Além disso, oferecia sacrifícios e queimava incenso nos santuários das alturas, nas colinas e à sombra de toda árvore verdejante (2 Reis 16,2-4).

O resultado foi desastroso. Os indóceis edomitas tomaram Elat no Golfo de Ácaba e Rasin, o poderoso rei de Damasco e seu aliado Faceia, rei de Israel, saíram à guerra contra Judá e sitiaram Jerusalém. Sem saída, o Rei Acaz pediu ajuda a Teglat-Falasar III, rei da Assíria, enviando-lhe presentes do Templo: "O rei da Assíria aceitou a proposta de Acaz e se pôs em marcha contra Damasco e a tomou. Deportou os habitantes para Quir e mandou matar Rasin" (2 Reis 16,9). Pelo menos temporariamente, Judá foi salvo pelo estratagema esperto de um rei perverso que apelou para o poderoso Império Assírio.

Porém, havia chegado o tempo para uma mudança religiosa de amplo alcance. O ciclo interminável de apostasia, punição e arrependimento estava para ser rompido. Pois Ezequias, filho de Acaz, que governou em Jerusalém por vinte e nove anos, inaugurou uma reforma religiosa abrangente, restaurando a pureza e a fidelidade a YHWH que estivera em falta desde os dias do Rei Davi. Uma das mais fortes manifestações do culto que era praticado na região interiorana de Judá era a popularidade dos lugares altos – ou dos altares ao ar livre –, que raramente eram perturbados, nem pelo mais justo dos reis. Como um mantra, a Bíblia recita uma fórmula no sumário dos atos de cada rei justo, a saber, que "os lugares altos não foram eliminados"; o povo de Judá continuou a sacrificar e a queimar incenso nos lugares altos. Ezequias foi o primeiro a remover os lugares

altos, bem como outros objetos do culto idólatra:

> Praticou o que agrada ao SENHOR, seguindo em tudo o exemplo do seu antepassado Davi. Foi ele que acabou com os santuários das alturas, quebrou as colunas sagradas, cortou a *aserah* [estaca sagrada] e fez em pedaços a serpente de bronze que Moisés tinha feito; é que até aquela data os israelitas lhe queimavam incenso e a chamavam "Noestã". Foi no SENHOR Deus de Israel que ele pôs a sua confiança, e não houve entre todos os reis de Judá quem se pudesse comparar a ele, nem entre os sucessores, nem entre os predecessores. Permaneceu fiel ao SENHOR, sem se afastar dele. Guardou os mandamentos que o SENHOR tinha dado a Moisés. Por isso o SENHOR estava com ele, e ele teve sucesso em todos os seus empreendimentos (2 Reis 18,3-7).

O quadro bíblico da história de Judá, por conseguinte, não deixa margem a dúvidas quanto a sua crença de que o reino havia sido excepcionalmente sagrado, mas algumas vezes abandonara a fé. Somente a entronização de Ezequias foi capaz de restaurar a santidade de Judá.

Contudo, a arqueologia propõe uma situação bem diferente – uma em que a idade de ouro da fidelidade tribal e davídica a YHWH foi um ideal religioso tardio, e não uma realidade histórica. A evidência sugere que, em vez de uma restauração, a monarquia centralizada e a religião nacional concentrada em Jerusalém levou séculos para se desenvolver e foi algo *novo* na época de Ezequias. A idolatria do povo de Judá não constituiu um afastamento do anterior monoteísmo. Em vez disso, foi o modo como o povo de Judá havia cultuado por centenas de anos.

A face oculta do antigo Judá

Até há poucos anos, virtualmente todos os arqueólogos bíblicos aceitaram a descrição escriturística dos estados irmãos de Judá e Israel tal como se apresenta. Eles retrataram Judá como um Estado plenamente desenvolvido já na época de Salomão e fizeram o melhor que puderam para produzir provas arqueológicas das atividades de construção e da administração regional efetiva dos primeiros reis judaítas. Contudo, como mostramos, a suposta evidência arqueológica da

monarquia unificada não passou de pensamento ilusório. E assim foi também com os monumentos atribuídos aos sucessores de Salomão. A identificação de fortes supostamente construídos por Roboão, filho de Salomão, por meio de Judá (de acordo com 2 Crônicas 11,5-12), e a vinculação das fortificações maciças no sítio de Tell en-Nasbeh, a norte de Jerusalém, com as obras defensivas empreendidas pelo rei judaíta Asa na cidade bíblica de Masfa (1 Reis 15,22) provaram ser ilusórias. A exemplo do que ocorreu com os portões e palácios salomônicos, agora se sabe que essas operações reais de construção ocorreram quase duzentos anos após os reinados daqueles reis em particular.

A arqueologia mostra que os antigos reis de Judá não se igualaram aos seus contrapartes do norte em termos de poder ou habilidade administrativa, a despeito do fato de seus reinados e até suas datas de posse estarem entrelaçados nos livros dos Reis. Israel e Judá eram dois mundos diferentes. Com a possível exceção da cidade de Laquis, nos contrafortes da Sefelá, *não* há sinais de centros regionais bem construídos no interior de Judá na escala de sítios do norte como Gazer, Meguido e Hasor. Da mesma forma, o planejamento e a arquitetura urbanos judaítas foram bem mais rústicos. Técnicas monumentais de construção – como o uso de alvenaria em pedra lavrada e de capitéis protoeólicos que tipificaram o elaborado estilo amrida de construção no Reino do Norte – não apareceram no sul antes do século VII AEC. Mesmo que as estruturas reais da casa de Davi em Jerusalém (supostamente obliterada por construções posteriores) atingiram certo grau de imponência, se não grandiosidade, não há evidência de construção monumental em nenhuma das poucas áreas urbanas e povoados nas montanhas ao sul.

A despeito da afirmação de longa data de que a opulenta corte salomônica foi o palco de um florescimento da arte literária, do pensamento religioso e da historiografia, a evidência de alfabetização está completamente ausente em Judá durante a época da monarquia dividida. Não foi encontrado nem sequer um vestígio da suposta atividade literária judaíta do século X. De fato, inscrições em

monumentos e selos pessoais – sinais essenciais de um Estado plenamente desenvolvido – aparecem em Judá somente *duzentos anos após Salomão*, no final do século VIII AEC. A maioria dos óstracos conhecidos e das pedras de pesar com inscrições – evidência adicional do registro burocrático e padrões regularizados de comércio – aparecem somente no século VII. Nem existe ali evidência de produção de cerâmica em massa em oficinas centralizadas ou de produção industrial de azeite para exportação até o mesmo período tardio. As cifras da população estimada mostram precisamente como Judá e Israel eram desiguais. Como foi mencionado, as explorações arqueológicas indicam que até o século VIII a população das terras altas judaítas era de cerca de um décimo da população das terras altas do Reino do Norte de Israel.

À luz desses achados, está claro agora que o Judá da Idade do Ferro não teve nenhuma idade de ouro precoce. Davi e seu filho Salomão e os membros subsequentes da dinastia davídica governaram uma região rural marginal e isolada, sem sinais de grande riqueza ou administração centralizada.

TABELA 6
REIS JUDAÍTAS DE ROBOÃO A ACAZ

REI	DATAS*	AVALIAÇÃO BÍBLICA	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA
Roboão	931-914 AEC	Mau	Primeiro rei de Judá; fortificou cidades	Campanha de Sesac
Abiam	914-911	Mau	Luta contra Jeroboão de Israel	
Asa	911-870	Bom	Livra Judá de cultos estrangeiros; luta contra Baasa de Israel com a ajuda do rei de Damasco; constrói dois fortes na fronteira norte de Judá	
Josafá	870-846**	Bom	Luta contra os arameus aliado a Acab e contra Moab aliado a Jorão; casa seu filho com uma princesa amrida	
Jorão	851-843**	Mau	Edom se revolta contra Judá	Mencionado na inscrição de Tell Dan?
Ocozias	843-842	Mau	Um descendente amrida; morto no curso do golpe de Estado de Jeú em Israel	Mencionado na inscrição de Tell Dan?
Atália	842-836	Má	Assassina muitos da família de Davi; morta em um golpe sangrento	
Jeoás	836-798	Bom	Reforma o Templo; salva Jerusalém de Hazael; morto em um golpe de Estado	

Amazias	798-769	Bom	Derrota Edom; atacado por Jeoás, rei de Israel	
Azarias (ou Uzias)	785-733**	Bom	Recolhido a um leprosário; época do Profeta Isaías	Dois selos com seu nome
Joatão	759-743**	Bom	Pressionado pelos reis de Israel e de Aram; época de Isaías	
Acaz	723-727**	Mau	Atacado pelos reis de Israel e Aram; pede ajuda de Teglat-Falasar III; época de Isaías	Paga tributo a Teglat-Falasar III; tem início um tempo de prosperidade na região montanhosa judaíta

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary* e Galil, *The Chronology of the Kings of Israel and Judah.*
** Inclui anos de corregência.

Ele não decaiu repentinamente em fraqueza e infortúnio vindo de uma era de prosperidade sem paralelo. Em vez disso, ele passou por um desenvolvimento longo e gradual que durou séculos. A Jerusalém de Davi e Salomão era apenas um dentre um número maior de centros religiosos que existiam na terra de Israel; ela seguramente não foi reconhecida desde o início como o centro espiritual de todo o povo de Israel.

Até aqui produzimos apenas evidência negativa do que Judá não foi. Contudo, também temos um quadro de como Jerusalém e suas imediações devem ter sido na época de Davi e Salomão e seus primeiros sucessores. Esse quadro não provém da Bíblia. Ele vem do arquivo de Tell el-Amarna no Egito da Idade do Bronze Tardia.

A distante cidade-Estado nas montanhas

Entre as mais de 350 tabuletas cuneiformes do século XIV AEC descobertas na antiga capital egípcia de Aquetaton, a moderna Tell el-Amarna, contendo correspondência entre o faraó do Egito e reis de estados asiáticos e pequenos regentes de Canaã, um grupo de seis tabuletas proporciona um vislumbre único do governo real e das possibilidades econômicas das terras altas do sul – precisamente onde mais tarde surgiria o reino de Judá. Escritas por Abdi-Heba, rei de Urusalim (nome de Jerusalém na Idade do Bronze Tardio), as cartas revelam o caráter desse reino como região montanhosa esparsamente povoada, vagamente supervisionada pela cidadela real em Jerusalém.

Como sabemos agora de explorações e do reconhecimento de repetidos ciclos de ocupação através dos milênios, a sociedade característica de Judá foi determinada em grande medida por sua localização geográfica remota, pluviosidade imprevisível e terreno escabroso. Em contraste com a região montanhosa norte com seus amplos vales e rotas terrestres naturais para as regiões vizinhas, Judá sempre foi marginal em termos agrícolas e sempre esteve isolada das principais rotas de comércio, oferecendo a qualquer candidato a regente apenas poucas oportunidades para enriquecer. Sua economia estava concentrada em torno da produção autossuficiente da comunidade agrícola ou do grupo pastoril individuais.

Um quadro similar emerge da correspondência de Abdi-Heba. Ele controlou as terras altas da região de Betel no norte até a região de Hebron no sul – uma área de cerca de novecentas milhas quadradas, em conflito com regentes vizinhos nas terras altas do norte (Siquém) e na Sefelá. Sua terra era muito esparsamente povoada, tendo sido detectados até agora apenas oito pequenos assentamentos. A população sedentária do território de Abdi-Heba, incluindo a que vivia em Jerusalém, provavelmente não passou de mil e quinhentas pessoas; era a área de menor densidade populacional de Canaã. Porém, havia muitos grupos pastoris nessa zona de fronteira remota das terras altas – possivelmente em quantidade maior que a da população assentada. Podemos presumir que a principal autoridade nas partes remotas do território de Abdi-Heba era exercida pelos fora da lei conhecidos como *apiru*, os *chosu* similares a beduínos e os clãs independentes.

A capital de Abdi-Heba, Urusalim, era um pequeno baluarte das terras altas, localizado na crista sudeste da Jerusalém antiga, que mais tarde seria conhecida como a cidade de Davi. Não foram encontradas ali construções monumentais nem fortificações do século XIV AEC e, como foi proposto pelo historiador Nadav Naaman, a capital de Abdi-Heba foi um assentamento modesto para a elite que governava os poucos povoados agrícolas e uma grande quantidade de

grupos pastoris das regiões circundantes.

Não sabemos que fim levou a dinastia de Abdi-Heba e não temos evidência arqueológica suficiente para entender as mudanças que ocorreram em Jerusalém na transição da Idade do Bronze Tardio para a Idade do Ferro Inicial. Contudo, da perspectiva mais ampla do ambiente natural, dos padrões de assentamento e da economia, não parece ter havido nenhuma mudança drástica nos séculos subsequentes. Alguns poucos povoados agrícolas (cuja quantidade reconhecidamente aumentou um pouco) existiram no platô central, grupos pastoris continuaram a acompanhar os ciclos sazonais com seus rebanhos e uma minúscula elite exerceu o poder nominal sobre tudo isso a partir de Jerusalém. Quase nada podemos dizer do Davi histórico, exceto registrar a peculiar similaridade entre os bandos maltrapilhos de *apiru* que ameaçavam Abdi-Heba e os relatos bíblicos sobre o chefe fora da lei Davi e seu bando de homens poderosos vagando pelas montanhas de Hebron e pelo Deserto de Judá. Porém, quer Davi tenha ou não conquistado Jerusalém em um ousado ataque ao estilo *apiru*, descrito nos livros de Samuel, parece estar claro que a dinastia que ele estabeleceu representou uma troca de governantes, mas dificilmente alterou a maneira básica com que as terras altas do sul foram governadas.

Tudo isso implica que as instituições de Jerusalém – Templo e palácio – nem de perto exerceram sobre as vidas da população rural de Judá o domínio sugerido pelos textos bíblicos. O que constituiu a característica mais óbvia de Judá no início dos séculos da Idade do Ferro foi a continuidade com o passado e não as inovações políticas ou religiosas repentinas. De fato, isso pode ser visto claramente até mesmo em questão de práticas religiosas, pelas quais os historiadores posteriores do reino de Judá parecem estar tão singularmente obcecados.

A religião tradicional de Judá

Os livros dos Reis são bem explícitos em sua descrição da apostasia que

trouxe tanto infortúnio ao reino de Judá. Ela é detalhada de modo típico no relatório sobre o reino de Roboão:

> Judá praticou o que desagrada ao SENHOR eles provocaram seus ciúmes mais do que o tinham feito seus pais com os pecados que cometeram. Também eles construíram santuários das alturas, erigiram colunas e *aserim* [estacas sagradas] em toda colina elevada e à sombra de toda árvore frondosa. No país havia até mesmo prostituição sagrada; imitaram todos os usos abomináveis dos povos que o SENHOR tinha expulsado em favor dos israelitas (1 Reis 14,21-24).

Da mesma forma, na época do Rei Acaz, uns duzentos anos mais tarde, a natureza dos pecados parece ser substancialmente a mesma. Acaz foi um apóstata notório que seguiu os passos dos reis de Israel e chegou a queimar seu filho em sacrifício (2 Reis 16,2-4).

Estudiosos da Bíblia demonstraram que essas não eram práticas pagãs arbitrárias isoladas, mas parte de um complexo de rituais para invocar os poderes celestiais visando à fertilidade e ao bem-estar do povo e da terra. Na sua forma exterior, elas se pareciam com as práticas usadas pelos povos vizinhos para honrar outros deuses e obter suas bênçãos. De fato, os achados arqueológicos de figuras de barro, altares para incenso, recipientes para libação e bancadas para oferendas por todo Judá meramente implicam que a prática da religião era sumamente variada, geograficamente decentralizada e certamente não restrita ao culto a YHWH unicamente no Templo de Jerusalém.

De fato, em Judá, com sua burocracia estatal e instituições nacionais relativamente subdesenvolvidas, os rituais religiosos eram realizados em duas arenas distintas – às vezes operando em concerto, às vezes em conflito aberto. A primeira foi o Templo em Jerusalém, sobre o qual existe descrição bíblica abundante de vários períodos, mas virtualmente nenhuma evidência arqueológica (já que seu sítio foi obliterado por operações de construções posteriores). O segundo foco de prática religiosa estava localizado entre os clãs espalhados por todo o interior. Ali, redes complexas de relações de parentesco dominavam todas as fases da vida, incluindo a religião. Rituais para obter a

fertilidade da terra e as bênçãos dos ancestrais davam às pessoas esperança de bem-estar de suas famílias e santificavam a posse dos seus campos de cultivo e de pastagem.

O historiador da Bíblia Baruch Halpern e o arqueólogo Lawrence Stager compararam as descrições bíblicas da estrutura clânica com os restos de assentamentos da Idade do Ferro na região montanhosa e identificaram um padrão arquitetônico característico de complexos de famílias estendidas, cujos habitantes provavelmente realizavam rituais que às vezes eram bem diferentes dos realizados no Templo de Jerusalém. Os costumes e as tradições locais insistiram em que os judaítas herdaram suas casas, sua terra e até seus túmulos do seu Deus e dos seus ancestrais. Sacrifícios eram oferecidos em santuários localizados no interior de complexos domésticos, em túmulos familiares e em altares a céu aberto espalhados por todo o interior. Esses lugares de culto raramente eram perturbados, nem mesmo pelo mais "piedoso" e agressivo dos reis. Assim, não é de se admirar que a Bíblia repetidamente observa que "os lugares altos não foram eliminados".

A existência de lugares altos e outras formas de culto ancestral e doméstico a Deus não era – como dão a entender os livros dos Reis – apostasia de uma fé anterior, mais pura. Ela fazia parte da tradição imemorial dos povoadores da região montanhosa de Judá, que cultuaram YHWH junto com uma variedade de deuses e deusas conhecidos ou adaptados de cultos de povos vizinhos. Em suma, YHWH era cultuado em uma ampla variedade de maneiras – e às vezes descrito como tendo uma comitiva celestial. Da evidência indireta (e acentuadamente negativa) dos livros dos Reis ficamos sabendo que os sacerdotes que atuavam no interior também queimavam incenso regularmente nos lugares altos ao sol, à lua e às estrelas.

Visto que os lugares altos foram presumivelmente áreas a céu aberto ou cumes naturais de colinas, ainda não foram identificados vestígios arqueológicos definidos deles. Assim, a evidência arqueológica mais clara da popularidade

desse tipo de culto em todo o reino é a descoberta de centenas de figuras de deusas da fertilidade nuas em todos os sítios de Judá na monarquia tardia. Ainda mais sugestivas são as inscrições encontradas no sítio de Kuntillet Ajrud, no nordeste do Sinai, do início do século VIII – um sítio que mostra vínculos culturais com o Reino do Norte. Elas aparentemente se referem à deusa Aserá como a consorte de YHWH. E para que não se assuma que a condição de casado de YHWH foi apenas uma alucinação pecaminosa do norte, uma fórmula similar, falando de YHWH e sua Aserá, aparece em uma inscrição do tempo da monarquia tardia encontrada na Sefelá de Judá.

Esse culto profundamente enraizado não estava restrito aos distritos rurais. Há ampla informação bíblica e arqueológica de que o culto sincretista de YHWH floresceu em Jerusalém até mesmo no período monárquico tardio. As condenações de vários profetas judaítas deixam muito claro que YHWH foi cultuado em Jerusalém *junto* com outras divindades, como Baal, Aserá, as forças celestes e até as divindades nacionais dos países vizinhos. Da crítica bíblica a Salomão (provavelmente refletindo realidades monárquicas tardias) ficamos sabendo que em Judá era praticado o culto a Melcom de Amon, Camos de Moab e Astarte de Sidon (1 Reis 11,5; 2 Reis 23,13). Jeremias nos diz que a quantidade de divindades cultuadas em Judá iguala a quantidade de suas cidades e que a quantidade de altares de Baal em Jerusalém é igual à quantidade de tendas de bazar existentes na capital (Jeremias 11,13). Além disso, objetos de culto dedicados a Baal, Aserá e às forças celestes foram instalados no Templo de YHWH em Jerusalém. Ezequiel 8 detalha todas as abominações praticadas no Templo em Jerusalém, incluindo o culto ao deus mesopotâmico Tamuz.

Assim, os grandes pecados de Acaz e dos demais reis maus de Judá não deveriam ser vistos como excepcionais em algum aspecto. Esses governantes apenas permitiam que essas tradições rurais continuassem desimpedidas. Eles e muitos dos seus súditos expressavam sua devoção a YHWH em ritos realizados em incontáveis túmulos, santuários e lugares altos em todo o reino, com a

presença de algum culto ocasional e subsidiário a outros deuses.

Maioridade repentina

Durante a maior parte dos duzentos anos da era da monarquia dividida, Judá permaneceu nas sombras. Seu potencial econômico limitado, seu relativo isolamento geográfico e o conservadorismo tradicional dos seus clãs tornava-o menos atraente para a exploração imperial pelos assírios do que o reino mais amplo e mais rico de Israel. Porém, com a ascensão do rei assírio Teglat-Falasar III (745-727 AEC) e a decisão de Acaz de se tornar seu vassalo, Judá entrou em um jogo fazendo apostas enormes. Após o ano 720, com a conquista de Samaria e a queda de Israel, Judá estava rodeado por províncias assírias e vassalos assírios. E essa nova situação teria implicações a perder de vista para o futuro. A cidadela real de Jerusalém foi transformada em uma única geração de sede de uma dinastia local bastante insignificante em centro nervoso político e religioso e um poder regional – ambas as coisas devido a desenvolvimentos internos dramáticos e porque milhares de refugiados do reino de Israel conquistado fugiram para o sul.

Nesse ponto, a arqueologia foi inestimável no mapeamento do ritmo e da escala da súbita expansão de Jerusalém. Como foi afirmado pela primeira vez pelo arqueólogo israelense Magen Broshi, as escavações levadas a cabo ali em décadas recentes mostraram que, de repente, no final do século VIII AEC, Jerusalém sofreu uma explosão populacional sem precedentes, suas áreas residenciais se expandiram do antigo cume estreito – a cidade de Davi – até cobrir toda a colina ocidental (Figura 26). Uma muralha defensiva formidável foi construída para incluir os novos subúrbios. Em questão de poucas décadas – seguramente em uma única geração – Jerusalém foi transformada de uma modesta cidade nas montanhas de cerca de dez ou doze acres em uma enorme área urbana de 150 acres casas amontoadas, oficinas e prédios públicos. Em termos demográficos, a população da cidade pode ter aumentado até quinze

vezes, de cerca de mil para quinze mil habitantes.

Um quadro similar de um tremendo crescimento populacional emerge das explorações arqueológicas na zona rural interiorana de Jerusalém. Muitas fazendas foram construídas nessa época não só nas imediações da cidade, mas nos distritos ao sul da capital, a zona rural antes relativamente vazia foi inundada por novos assentamentos agrícolas, tanto de grande quanto de pequeno porte. Antigos povoados parados no tempo cresceram e se tornaram, pela primeira vez, verdadeiras áreas urbanas. Também na Sefelá, o grande avanço aconteceu no século VIII, com um crescimento drástico da quantidade e do tamanho dos sítios. Laquis – a cidade mais importante na região – é um bom exemplo disso. Até o século VIII ela era um núcleo urbano modesto; naquele tempo, ela foi cercada por uma muralha formidável e transformada em centro administrativo importante. Da mesma forma, o Vale de Bersabeia no extremo sul testemunhou o estabelecimento de uma boa quantidade de novas áreas urbanas no final do século VIII. Em suma, a expansão foi espantosa; no final do século VIII havia cerca de trezentos assentamentos de todos os tamanhos em Judá, desde a metrópole de Jerusalém até pequenas fazendas, onde antes havia somente poucos povoados e modestas áreas urbanas. A população, que por muito tempo estivera estagnada em torno de poucas dezenas de milhares, cresceu para cerca de 120.000.

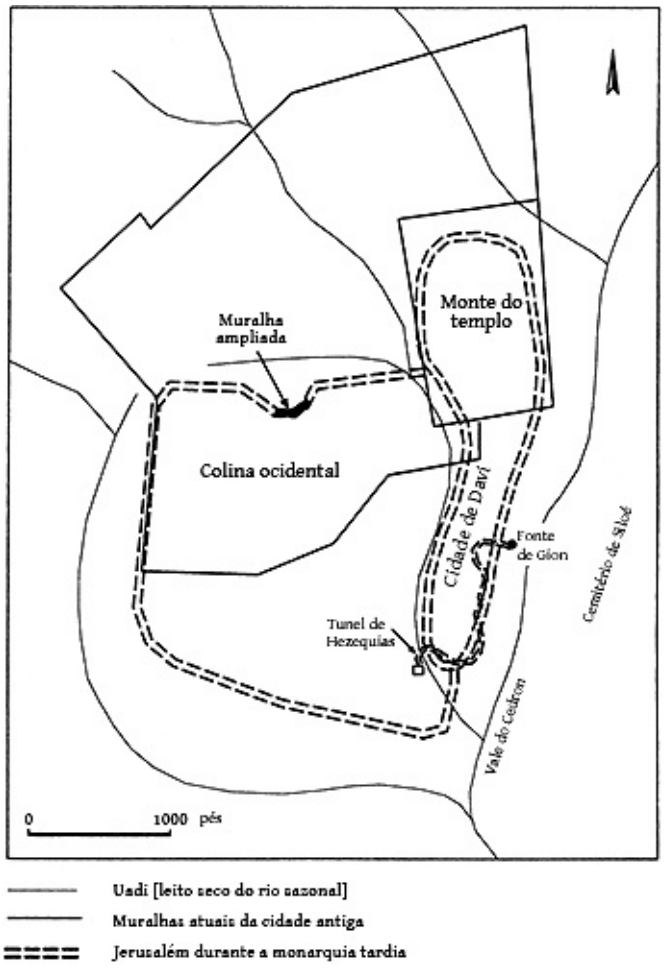


Figura 26: A expansão de Jerusalém da "Cidade de Davi" até a colina ocidental

Na esteira das campanhas da Assíria no norte, Judá experimentou não só um crescimento populacional repentino, mas também uma evolução social real. Em resumo, ele se tornou um Estado plenamente desenvolvido. A partir do final do século VIII, aparecem no Reino do Sul indicações arqueológicas de formação estatal madura: inscrições em monumentos, selos e sinetes e óstracos indicativos da administração real; o uso esporádico de alvenaria de pedra lavrada e capitéis de pedra em prédios públicos; a produção em massa de recipientes de cerâmica e outros artefatos em oficinas centrais e sua distribuição por todo o interior. Não menos importante foi o aparecimento de áreas urbanas de tamanho médio que serviram de capitais regionais e o desenvolvimento de indústrias de extração de azeite e vinho em grande escala, que passou da condição de produção local e

privada para a de indústria estatal.

A evidência de novos costumes funerários – principalmente, mas não exclusivamente em Jerusalém – indica que uma elite nacional emergiu nessa época. No século VIII, alguns dos habitantes de Jerusalém começaram a talhar túmulos na rocha das encostas que cercam a cidade. Muitos são extremamente bem trabalhados com tetos espigados e elementos arquitetônicos como cornijas e pirâmides encimadas, habilmente esculpidas na base rochosa. Não há dúvida de que esses túmulos foram usados para o sepultamento de nobres e altas autoridades públicas, como indicado por uma inscrição fragmentária em um dos túmulos no povoado de Siloé em Jerusalém (a leste da cidade de Davi), dedicado a "[...]iau que tinha a seu encargo a Casa". Não se encontra fora do reino da possibilidade que esse tenha sido o túmulo de Sobna (cujo nome pode ter sido composto com o nome divino para se tornar Sobnaiau), o administrador do palácio que Isaías (22,15-16) condena por sua arrogância em talhar um túmulo na rocha. Túmulos bem trabalhados também foram encontrados em alguns lugares na Sefelá, indicando uma acumulação repentina de riqueza e diferenciação de *status* social em Jerusalém e na zona rural no século VIII.

A questão é de onde veio essa riqueza e esse movimento visível rumo à formação estatal plena? A conclusão inevitável é que Judá repentinamente passou a cooperar com e até integrar-se na economia do Império Assírio. Apesar de o Rei Acaz de Judá começar a cooperar com a Assíria já antes da queda de Samaria, as mudanças mais drásticas indubitavelmente aconteceram após o colapso de Israel. O crescimento repentino da povoação no extremo sul, no Vale de Bersabeia, talvez indique que o reino de Judá participou da intensificação do comércio com os árabes no final do século VIII sob a dominação assíria. Há boas razões para crer que novos mercados se abriram para os bens judaítas, estimulando a produção intensificada de azeite e vinho. Disso resultou que Judá passou por uma revolução econômica, de um sistema tradicional baseado no povoado e no clã para o cultivo comercialmente rentável e a industrialização sob

a centralização estatal. Teve início a acumulação de riqueza em Judá, especialmente em Jerusalém, onde eram definidas as políticas diplomáticas e econômicas do reino e onde as instituições dessa nação eram controladas.

A gênese de uma nova religião nacional

A extraordinária transformação social no final do século VIII AEC foi acompanhada de um intenso embate religioso diretamente ligado à emergência da Bíblia como a conhecemos hoje. Antes da cristalização do reino de Judá como Estado plenamente burocrático, as ideias religiosas eram diversificadas e dispersas. Tanto é que, como mencionamos, de um lado havia o culto real no Templo de Jerusalém, de outro os incontáveis cultos de fertilidade e aos ancestrais na zona rural, além da muito difundida mescla do culto a YHWH com o culto a outros deuses. Na medida em que somos capazes de afirmar isso a partir da evidência arqueológica do Reino do Norte, houve uma diversidade similar de práticas religiosas em Israel. Ao lado das memórias da pregação estridente de vultos como Elias e Eliseu, o puritanismo antiamrida de Jeú e as duras palavras de profetas como Amós e Oseias, nunca houvera um esforço concentrado ou de longa duração de parte do governo israelita para sancionar o culto exclusivo a YHWH.

Porém, após a queda de Samaria, com a crescente centralização do reino de Judá, uma atitude nova e mais focada em relação à lei e à prática religiosas começou a tomar pé. A influência – demográfica, econômica e política – de Jerusalém passou a ser enorme e ela estava conectada a uma nova agenda política e territorial: a unificação de todo o Israel. De modo correspondente, isso suscitou também a determinação do seu sistema sacerdotal e profético no sentido de definir os métodos "apropriados" de culto para todo o povo de Judá – e, na verdade, também para os israelitas que viviam sob o domínio assírio no norte. Essas mudanças drásticas na liderança religiosa dispuseram biblistas como Baruch Halpern a propor que a tradição monoteísta da civilização judaico-cristã

nasceu em um período de poucas décadas no final do século VIII e no início do século VII AEC.

Essa é uma grande pretensão – ser capaz de fixar a gênese da consciência religiosa moderna, especialmente quando sua escritura central, a Bíblia, situa o nascimento do monoteísmo centenas de anos antes. Porém, também nesse caso a Bíblia oferece uma interpretação retrospectiva mais do que uma descrição acurada do passado. De fato, os desenvolvimentos sociais que se processaram em Judá nas décadas após a queda de Samaria proporcionam uma nova perspectiva de como os relatos tradicionais dos patriarcas migrantes e da grande libertação nacional do Egito serviram à causa da inovação religiosa – a emergência das ideias monoteístas – no interior do Estado judaíta recentemente cristalizado.

Em algum momento no final do século VIII AEC, surgiu uma escola de pensamento cada vez mais audível, insistindo em que os cultos realizados na zona rural seriam pecadores – e que YHWH deveria ser cultuado com exclusividade. Não podemos ter certeza de onde essa ideia se originou. Ela ganha expressão no ciclo de histórias de Elias e Eliseu (posto por escrito muito tempo depois da queda dos amridas) e, o que é mais importante, nas obras dos profetas Amós e Oseias, ambos ativos no século VIII no norte. Em decorrência disso, alguns biblistas propuseram que esse movimento se originou entre sacerdotes e profetas dissidentes nos últimos dias do Reino do Norte que ficaram horrorizados com a idolatria e a injustiça social do período assírio. Após a destruição do reino de Israel, eles fugiram para o sul para disseminar suas ideias. Outros especialistas apontaram para círculos ligados ao Templo de Jerusalém, que pretenderam exercer controle religioso e econômico sobre a zona rural cada vez mais desenvolvida. Talvez os dois fatores desempenharam um papel na atmosfera carregada de Jerusalém após a queda de Samaria, quando refugiados do norte e sacerdotes e autoridades reais judaítas cooperaram.

Qualquer que tenha sido sua aparência, o novo movimento religioso (apelidado de "movimento só YHWH" pelo historiador iconoclasta Morton

Smith) travou um conflito renhido e continuado com os apoiadores dos costumes e rituais religiosos judaítas mais antigos e mais tradicionais. É difícil estimar sua força relativa dentro do reino de Judá. Embora no início pareçam ter sido uma minoria reduzida, foram eles que mais tarde produziram ou influenciaram grande parte da historiografia bíblica que sobreviveu. O momento lhes foi favorável; a expansão da administração burocrática foi acompanhada de uma disseminação do alfabetismo. Pela primeira vez, a autoridade de textos escritos, em vez das epopeias e baladas recitadas, teve um efeito enorme.

Como já deve ter ficado suficientemente claro, as passagens dos livros dos Reis sobre a justiça e pecaminosidade dos primeiros reis de Judá refletem a ideologia do movimento só YHWH. Se os apoiadores dos modos tradicionais do culto sincretista tivessem saído vitoriosos no final, teríamos uma Escritura totalmente diferente – ou talvez nenhuma. Porque a intenção do movimento só YHWH foi criar uma ortodoxia cúltica inconteste – e uma história nacional única, centrada em Jerusalém. E foi brilhantemente bem-sucedido na confecção do que seriam as leis do Deuteronômio e a História Deuteronomista[*].

Os especialistas bíblicos costumam enfatizar os aspectos estritamente religiosos da luta entre as facções de Jerusalém, mas não há dúvida de que suas posições também abrangiam visões bem sólidas de política interna e externa. No mundo antigo, como acontece hoje, a esfera da religião jamais poderia ser separada das esferas da economia, política e cultura. As ideias dos grupos "só YHWH" possuem um aspecto territorial – a busca da "restauração" da dinastia davídica sobre todo Israel, incluindo os territórios do Reino do Norte derrotado, onde, como vimos, muitos israelitas continuaram a viver depois da queda de Samaria. Isso resultaria na unificação de todo Israel sob um rei governando a partir de Jerusalém, a destruição dos centros de culto no norte e a centralização do culto israelita em Jerusalém.

É fácil de ver por que os autores bíblicos ficaram tão irritados com a idolatria. Ela era um símbolo da diversidade social caótica; os líderes dos clãs nas áreas

periféricas dirigiam seus próprios sistemas de relações econômicas, políticas e sociais – à parte da administração ou do controle da corte em Jerusalém. Essa independência da área rural, embora em alta conta junto ao povo de Judá, foi condenada como "retorno" à barbárie do período pré-israelita. Tanto é que, por ironia, aquilo que era mais genuinamente judaíta foi etiquetado como heresia cananeia. Na arena do debate religioso e da polêmica religiosa, o que era antigo repentinamente passou a ser visto como estrangeiro e o que era novo repentinamente foi visto como verdadeiro. E, por meio de algo que só pode ser chamado de uma extraordinária efusão de teologia retrospectiva, a história israelita foi submetida a uma releitura como se o novo reino centralizado de Judá e o culto a YHWH centrado em Jerusalém sempre tivessem existido.

As reformas do Rei Ezequias?

É difícil saber quando a nova teologia exclusivista exerceu seu primeiro impacto prático na condução dos negócios em Judá; várias reformas no sentido do culto "só YHWH" são mencionadas nos livros dos Reis já no tempo do Rei Asa, no início do século IX AEC. Porém, sua confiabilidade histórica é questionável. Uma coisa parece estar bem clara: a subida do Rei Ezequias ao trono de Judá, no final do século VIII AEC, foi lembrada pelos autores dos livros dos Reis como um evento sem precedentes.

Como descrito em 2 Reis 18,3-7, o objetivo último da reforma de Ezequias foi o estabelecimento do culto exclusivo a YHWH no único lugar legítimo para esse culto – o Templo de Jerusalém. Porém, as reformas religiosas de Ezequias são difíceis de detectar no registro arqueológico. A evidência encontrada para elas, especialmente em dois sítios no sul – Arad e Bersabeia – é controvertida[**]. Por isso, Baruch Halpern propôs que Ezequias teria banido o culto da área rural, mas não fechou os templos estatais nos centros administrativos do reino. Contudo, é inquestionável que, no reinado de Ezequias, a terra de Judá passou por uma mudança profunda. Judá passou a ser o centro do povo de Israel e Jerusalém, o

centro do culto a YHWH. E os membros da dinastia davídica passaram a ser os únicos representantes legítimos e agentes do domínio de YHWH sobre a terra. O curso imprevisível da história elegera Judá para assumir um *status* especial em um momento particularmente crucial.

Os eventos mais dramáticos ainda estavam por vir. No ano de 705 AEC, faleceu o venerável rei assírio Sargon II, deixando o trono como herança para seu filho Senaquerib, que em muitos campos ainda não fora posto à prova. Seguiram-se problemas no leste do império e a fachada antes invencível da Assíria pareceu correr o risco de cair. Para muitos em Jerusalém deve ter parecido que YHWH milagrosamente havia preparado Judá – no justo instante – para cumprir seu destino histórico.

---

[*]. É importante sublinhar que, enquanto algumas das ideias básicas do que mais tarde caracterizaria o Deuteronômio (e talvez até uma versão inicial da história "nacional") podem ter sido formuladas no final do século VIII AEC, essas ideias amadureceram somente no final do século VII AEC, quando os textos do Deuteronômio e a História Deuteronomista foram compilados em suas formas reconhecíveis.

[**]. O escavador dos dois sítios, o arqueólogo israelense Yohanan Aharoni, identificou um pequeno templo em Arad, que ele acredita ter sido construído no século IX AEC e propôs que esse altar – se não o próprio templo – foi derrubado no final do século VIII. Ele vinculou essa mudança à reforma de Ezequias. Porém, outros especialistas argumentaram que Aharoni se equivocou na datação do templo de Arad. Eles afirmam que ele foi construído só no século VII; em outras palavras, ele é posterior a Ezequias. Em Bersabeia, alguns blocos de pedra levemente esculpidos de um grande altar sacrificial foram encontrados derrubados e reutilizados em armazéns do final do século VIII, enquanto outros foram jogados dentro do aterro da rampa da fortificação daquela cidade. Aharoni propôs que o altar derrubado esteve originalmente no templo da cidade e que foi removido e desmantelado no decorrer da reforma de Ezequias. Para complicar as coisas, devemos considerar que o famoso alto-relevo assírio da conquista de Laquis por Senaquerib no ano de 701 AEC lança dúvidas sobre o êxito da política de centralização religiosa de Ezequias. O alto-relevo retrata o que parecem ser artigos de culto removidos da cidade conquistada pelas tropas assírias, possivelmente indicando a existência continuada de um lugar de culto naquela cidade inclusive nos dias de Ezequias.

10

ENTRE GUERRA E SOBREVIVÊNCIA (705-639 AEC)

A decisão do Rei Ezequias de rebelar-se contra o Império Assírio seguramente foi uma das decisões mais fatídicas tomadas no reino de Judá. Declarar independência do soberano imperial brutal daquela região – que há apenas décadas havia desmantelado violentamente o reino de Israel – exigia poder político e organização estatal para fazer preparativos econômicos e militares de longo alcance. Isso também exigia uma clara convicção religiosa de que, a despeito do tremendo poder do Império Assírio, YHWH asseguraria o êxito militar final de Judá. Na Bíblia, todos os terríveis infortúnios do reino de Israel foram atribuídos aos costumes idólatras da sua gente. Agora, a purificação do culto a YHWH seria o único modo de assegurar a vitória de Judá e salvar seu povo do destino de destruição e exílio que sucedera ao povo pecador do norte.

E, então, após a morte de Sargon em 705 AEC, quando a capacidade de o império controlar seus territórios distantes pareceu questionável, Judá ingressou em uma coalizão antiassíria apoiada pelo Egito (2 Reis 18,21; 19,9) e ergueu a bandeira da rebelião – com efeitos imprevistos de longo alcance. Quatro anos depois, em 701 AEC, o novo rei assírio, Senaquerib, veio a Judá com um exército formidável. Os livros dos Reis dão um aspecto de bravura ao desfecho: Ezequias foi um grande herói, um rei ideal comparável somente a Davi. Ele seguiu os passos de Moisés e limpou Judá de todas as transgressões do passado. Graças a sua piedade, os assírios se retiraram de Judá sem serem capazes de conquistar

Jerusalém. Como veremos, essa não foi toda a história, e a história toda tampouco é fornecida pelo relato bíblico subsequente dos vinte e cinco anos de reinado de Manassés, filho de Ezequias. Em contraste com o rei ideal Ezequias, os livros dos Reis convertem Manassés no apóstata consumado, que gastou toda a sua longa carreira no trono trazendo de volta todas as terríveis abominações do passado.

Se dependêssemos apenas do material bíblico, não teríamos motivos para questionar esse retrato em preto e branco da retidão de Ezequias e da apostasia de Manassés. Contudo, fontes assírias contemporâneas e a arqueologia moderna mostram que a interpretação teológica que a Bíblia fez da rebelião de Judá contra a Assíria oculta uma realidade histórica bem diferente.

Um grande milagre e a traição a ele

O Segundo Livro dos Reis narra a história da grande aposta de Ezequias em um drama de cartas marcadas em que um pequeno elenco de personagens declama falas formalizadas sobre temas teológicos facilmente identificáveis. Esse estilo de solilóquios desempenhados para edificar o leitor bíblico é uma das características da história deuteronomista. O uso da retórica religiosa é visível: o ponto alto da história bíblica é mostrar como mera força das armas ou o equilíbrio de poder não influencia o desfecho de uma guerra entre nações. Por trás de tudo isso está a força condutora de YHWH, que usa exércitos e batalhas para recompensar aqueles que zelosa e exclusivamente o cultuam – e para punir aqueles que não fazem isso.

Após a descrição do comportamento religioso de Ezequias, o Segundo Livro dos Reis insere uma breve digressão, de fato uma repetição, sobre a queda do Reino do Norte e a deportação do seu povo por causa dos seus pecados. A intenção dela é lembrar o leitor do contraste entre os destinos do Israel pecador e do Judá justo. As situações são similares, os resultados são opostos: Israel se rebelou, Salmanasar V sitiou Samaria, o Reino do Norte foi destruído e seu povo

deportado; por causa dos seus pecados, YHWH não estava lá para socorrê-los. Judá também se rebelou, Senaquerib sitiou Jerusalém, mas Ezequias era um rei justo, de modo que Jerusalém se livrou e o exército de Senaquerib foi destruído. A moral da história é clara, mesmo que as temíveis forças assírias tenham invadido o reino e conquistado todas as cidades fortificadas periféricas. Confiar no poder de YHWH é a única chave para a salvação.

Os comandantes assírios que estavam sitiando Jerusalém desafiaram os perplexos defensores nas muralhas da cidade, zombaram dos cidadãos e tentaram quebrar sua força de vontade, questionando a sabedoria do Rei Ezequias e ridicularizando sua fé:

> Ouvi a palavra do grande rei, do rei da Assíria! Assim fala o rei: "Não vos deixeis enganar por Ezequias, pois não é capaz de vos salvar da minha mão. Nem vos leve Ezequias a confiar no SENHOR, quando afirma: 'O SENHOR nos salvará e não entregará esta cidade nas mãos do rei da Assíria'. Não deis atenção a Ezequias, pois assim fala o rei da Assíria: 'Fazei as pazes comigo e rendei-vos a mim, de modo que cada um possa comer os frutos da sua videira e figueira e tomar a água de sua cisterna, até que eu venha a conduzir-vos a um país semelhante ao vosso, país de trigo e vinho, país de pão e vinhas, país de oliveiras e mel, de modo que possais viver e não morrer. Não deis atenção a Ezequias, pois ele vos ilude quando afirma que o SENHOR vos salvará. Por acaso os deuses dos povos conseguiram livrar seu respectivo país das mãos do rei da Assíria? Onde estão os deuses de Emat e Arfad, onde estão os deuses de Sefarvaim, Ana e Ava? Acaso livraram Samaria da minha mão? Quem dentre todos os deuses desses países foi capaz de livrar o seu país da minha mão? O SENHOR seria capaz de livrar Jerusalém da minha mão?'" (1 Reis 18,28-35).

Ezequias fica profundamente abalado, mas o Profeta Isaías o recompõe com um oráculo divino:

> Assim fala o SENHOR: "Não tenhas medo das palavras que ouviste e das blasfêmias que os servos do rei da Assíria lançaram contra mim. Eis que vou insuflar nele um espírito e, quando ouvir certa notícia, voltará para o seu país e lá o farei sucumbir a espada". [...] Por isso fala o SENHOR a respeito do rei da Assíria: 'Ele não virá a esta cidade e não lhe lançará flecha alguma. Não a assaltará com escudo e tampouco contra ela levantará um aterro. Mas voltará pelo caminho que o trouxe [...]. Protegerei esta cidade e a salvarei em atenção a

> mim e ao meu servo Davi (2 Reis 19,6-7.32-34).

E, de fato, uma libertação miraculosa aconteceu naquela mesma noite:

> Nesta mesma noite, o anjo do SENHOR saiu e feriu cento e oitenta e cinco mil homens no acampamento dos assírios. De manhã, quando se levantaram, só viram corpos sem vida. Em consequência, Senaquerib, rei da Assíria levantou acampamento, voltou para Nínive e ali ficou. Certo dia, quando estava prostrado no templo do seu deus Nesroc, seus filhos Adramelec e Sarazar o mataram à espada (2 Reis 19,35-37).

A independência de Judá – e sua fé fervorosa no poder de YHWH de livrar de todos os inimigos – foi, assim, milagrosamente preservada.

Mas logo depois disso, a história dá uma guinada bizarra com a subida ao trono davídico de Manassés, filho de Ezequias. Em uma época em que o poder de YHWH devia estar bem evidente para o povo de Judá, o novo Rei Manassés faz uma meia-volta teológica brusca:

> Ele praticou o que desagrada ao SENHOR, imitando as abominações dos povos que o SENHOR tinha expulsado da presença dos israelitas. Reconstruiu os santuários das alturas que seu pai Ezequias tinha destruído, levantou altares a Baal e fez uma *aserah* [estaca sagrada], como o tinha feito Acab, rei de Israel. Prostrou-se diante de quaisquer forças celestes, prestando-lhes culto. Construiu altares no templo do SENHOR, do qual o SENHOR tinha dito: "Em Jerusalém porei o meu nome". Levantou altares para todas as forças celestes nos dois pátios do templo do SENHOR. Passou seu filho pelo fogo; entregou-se à adivinhação e à magia, estabeleceu necromantes e adivinhos; numa palavra, fez muitas coisas que desagradaram o SENHOR e o irritaram (2 Reis 21,2-6).

A despeito da crença de que uma Jerusalém santificada passara a ser – e implicitamente sempre fora – a sede de YHWH na terra e que sua pureza garantiria o bem-estar do povo de Israel, Manassés alegadamente seduziu seus súditos "a fazer coisa pior do que as nações que o SENHOR tinha exterminado diante dos israelitas" (2 Reis 21,9).

O que estava acontecendo ali? O que causou essa reviravolta drástica? Ezequias realmente foi tão justo e Manassés tão perverso?

Preparando-se para desafiar um império mundial

Os livros dos Reis oferecem somente um pano de fundo sumaríssimo da rebelião de Ezequias, relatando que ele "rebelou-se contra o rei da Assíria e deixou de ser seu vassalo" (2 Reis 18,7). Os livros das Crônicas, escritos alguns séculos mais tarde e geralmente considerados como uma fonte histórica menos confiável do que os livros dos Reis, não obstante oferecem uma informação mais detalhada sobre os preparativos que Ezequias ordenou nos meses e semanas que antecederam o ataque assírio. Nesse caso, como veremos mais adiante, a arqueologia afirma que Crônicas pode ter preservado informação histórica confiável que não estava incluída nos livros dos Reis. Além de construir celeiros para cereais, azeite e vinho e currais para ovelhas e gado por todo o reino (2 Crônicas 32,27-29), Ezequias dispendeu um grande esforço para assegurar o abastecimento de água de Jerusalém durante um período de sítio:

> Quando Ezequias viu que Senaquerib vinha chegando e que a intenção era atacar Jerusalém, resolveu, com os oficiais e guerreiros de elite, obstruir todas as águas das vertentes que havia fora da cidade. E todos colaboraram com ele. Reuniu-se uma grande multidão de gente que se pôs a obstruir as vertentes e o riacho que atravessava a região, dizendo: "Por que os reis da Assíria, ao chegarem, deveriam encontrar água em abundância?" Ezequias se fortificou. Reconstruiu toda a muralha nos pontos danificados e sobre ela erigiu torres. Além dessa muralha, construiu mais outra e fortificou o lugar do aterro na cidade de Davi. Também mandou preparar grande número de lanças e escudos. Nomeou comandantes militares para o povo, reuniu-os na praça da porta da cidade e os encorajou, dizendo: "Sede fortes e corajosos. Não tenhais medo nem vos assusteis diante do rei da Assíria, nem diante de todas as tropas que o acompanham, pois conosco está quem é mais forte do que ele. Ele conta com a força de um braço de carne, mas nós contamos com o SENHOR nosso Deus, que nos vai ajudar e batalhar por nós". E o povo ganhou confiança ao ouvir essas palavras de Ezequias, rei de Judá (2 Crônicas 32,2-8).

Ao passo que para as reformas religiosas de Ezequias há apenas indicações arqueológicas escassas e questionáveis em todo o seu reino, há evidência abundante tanto para o planejamento quanto para o desfecho horrendo de sua revolta contra a Assíria. Jerusalém naturalmente foi um foco de operações.

Preparativos de defesa podem ser vistos mais claramente em escavações no bairro judeu de Jerusalém, onde foi construída uma muralha de fortificação com mais de vinte pés de largura para proteger os subúrbios recentemente estabelecidos na colina ocidental. Essa muralha defensiva aparentemente foi construída em um período de emergência nacional; a colina ocidental já estava densamente povoada e as casas particulares situadas ao longo do traçado planejado das fortificações da cidade tiveram de ser demolidas. A construção dessa muralha aparentemente é mencionada na Bíblia, na advertência de Isaías ao rei de que ele friamente demolira "casas para reforçar a muralha" (Isaías 22,10).

Outra importante missão foi prover a cidade com um suprimento seguro de água no caso de haver um sítio. A única fonte perene em Jerusalém – o Gion – estava localizada na base do Vale de Cedron, aparentemente fora do traçado da muralha da cidade (Figura 26, p. 250). Esse era um antigo problema em Jerusalém e houve tentativas anteriores de resolvê-lo, talhando um túnel na rocha para dar acesso à fonte a partir de dentro do núcleo urbano fortificado. Ezequias teve uma ideia bem mais ambiciosa: em vez de prover os meios para descer até a água, ele planejou trazer a água para dentro. De fato, temos uma bela descrição contemporânea desse extraordinário projeto de engenharia – originalmente esculpida nas paredes do próprio túnel de água. Descoberta no final do século XIX perto da extremidade sul do túnel, essa inscrição monumental única em hebraico conta como um longo túnel subterrâneo foi talhado na base rochosa para trazer água da fonte de Gion para um tanque protegido dentro dos muros da cidade.

Tendo quase um terço de milha de comprimento, largura e altura suficientes para que uma pessoa pudesse passar caminhando por ele, o túnel foi talhado de maneira tão precisa que a diferença de nível entre a fonte e a piscina é de apenas um pé de altura. De fato, o texto antigo, agora conhecido como a inscrição de Siloé, comemora a obra, capta o drama do projeto ao aproximar-se da conclusão,

descrevendo como o túnel foi talhado por duas equipes que foram se aproximando a partir de extremidades opostas:

> [...] quando o túnel foi aberto. E ele foi perfurado da seguinte maneira: Enquanto [...] ainda havia [...] machado[s], cada homem em direção ao seu companheiro, e quando ainda faltavam três côvados para serem perfurados, [ouviu-se] a voz de um homem chamando seu companheiro, pois havia uma sobreposição na rocha à direita [e à esquerda]. E quando o túnel foi aberto, os pedreiros cortaram [a rocha], cada homem em direção ao seu companheiro, machado contra machado; e a água fluiu da fonte em direção ao reservatório por 1.200 côvados, e a altura da rocha acima da[s] cabeça[s] dos pedreiros era de 100 côvados.

Uma questão ainda em debate é como eles conseguiram se encontrar no meio apesar do fato de o túnel ser curvo. Provavelmente foi uma combinação de habilidades técnicas e o conhecimento profundo da geologia do monte. Essa realização extraordinária não escapou à atenção dos historiadores bíblicos e representa um dos raros exemplos em que o projeto específico de um rei hebreu pode ser arqueologicamente identificado com segurança: "O resto da história de Ezequias, todos os seus êxitos militares, a construção do açude e do canal para conduzir a água para a cidade estão registrados no Livro dos Anais dos Reis de Judá" (2 Reis 20,20).

Fora de Jerusalém, Ezequias aparentemente tirou todo o proveito possível das instituições do Estado para assegurar que todo o seu reino estivesse preparado para a guerra (Figura 27). A cidade de Laquis na Sefelá foi cercada por um formidável sistema de fortificação que consistiu de um revestimento de pedra em declive até a metade da encosta do monte e de uma parede de tijolos maciça em sua cimeira. Um enorme bastião protegia um portão de seis câmaras que dava acesso à cidade e um amplo pódio elevado no interior das muralhas provavelmente constituiu a base de um palácio ou de uma residência do comandante real da cidade. Adicionalmente, um complexo de prédios, similar ao dos estábulos de Meguido foi construído perto do palácio para servir de estábulos ou armazéns. Um poço largo cavado na rocha pode ter servido como parte superior de um sistema de abastecimento de água. Embora alguns desses

elementos possam ter sido construídos antes da época de Ezequias, eles estavam todos presentes em sua época e foram reforçados e preparados para enfrentar o exército de Senaquerib.

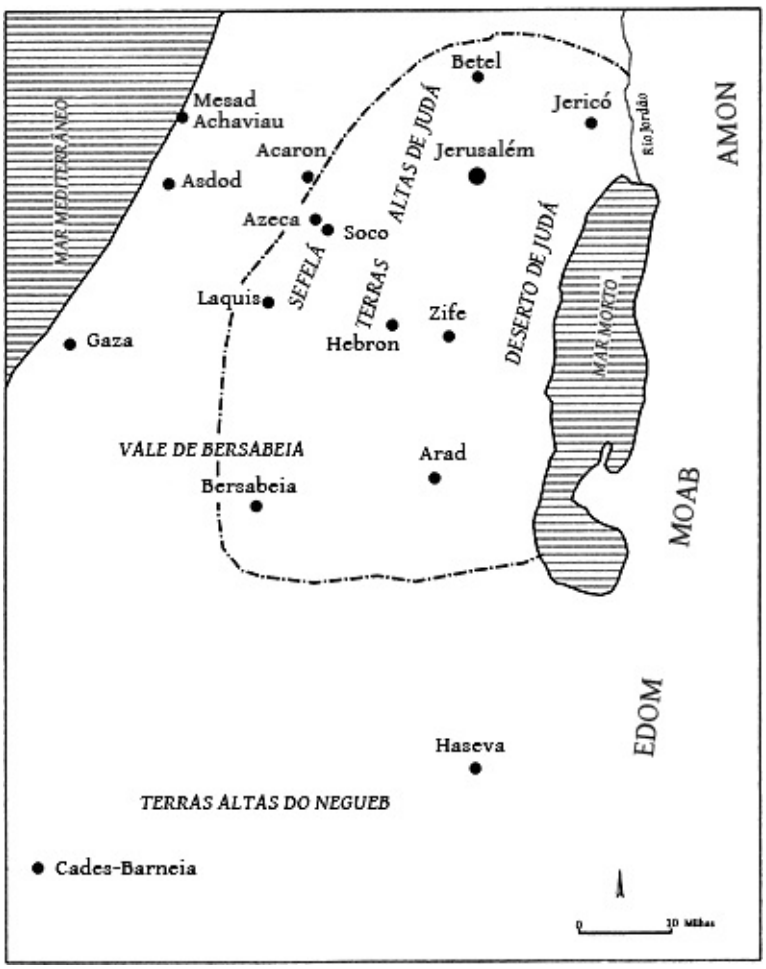


Figura 27: Principais sítios do período monárquico tardio de Judá. A linha pontilhada demarca a parte central do reino no final do século VII – nos dias de Josias

Nunca antes um rei judaíta havia investido tanta energia e conhecimento técnico nem tantos recursos em preparativos para a guerra[*]. Achados arqueológicos indicam que a organização de provisões em Judá foi centralizada pela primeira vez. A evidência mais clara disso é classe bem conhecida de jarros de grande capacidade encontrados em todo o território do reino de Ezequias, produzidos em massa em formato e tamanho similares. Sua característica mais importante e singular são as impressões em forma de selo carimbadas na argila ainda úmida de suas alças antes de serem levadas ao fogo. As impressões trazem um emblema em forma de um disco solar alado ou um escaravelho, que se acreditou ser uma insígnia real judaíta e uma breve inscrição em hebraico

dizendo *lmlk* (“propriedade do rei”). A referência real é combinada com o nome de uma destas quatro cidades: Hebron, Socó, Zife e um lugar ainda não identificado designado pelas letras *MMST*. Os primeiros três sítios são conhecidos de outras fontes, enquanto o último, enigmático, pode ter sido um título para Jerusalém ou um núcleo urbano judaíta desconhecido.

Estudiosos propuseram várias explicações alternativas para a função desses jarros: que eles continham os produtos das propriedades reais; que eles eram usados como recipientes oficiais para cobrança de impostos e distribuição de mercadorias; ou que as impressões em forma de selo eram meramente as marcas que identificavam as oficinas de cerâmica em que os jarros de armazenagem oficiais da realeza eram manufaturados. Como quer que tenha sido, é bem evidente que eles estão associados com a organização de Judá antes da rebelião contra a Assíria.

Não há como ter certeza da extensão geográfica dos preparativos de Ezequias para a rebelião. O Segundo Livro das Crônicas registra que ele enviou mensageiros a Efraim e Manassés, isto é, ao território montanhoso do Reino do Norte derrotado, para convocar os israelitas que estavam lá a juntar-se a ele em Jerusalém para a celebração da Páscoa (2 Crônicas 30,1.10.18). A maior parte desse relato dificilmente é histórica; ele foi escrito do ponto de vista de um autor anônimo do século V ou do século IV AEC, que apresentou Ezequias como um segundo Salomão, que uniu todo Israel em torno do Templo em Jerusalém. Porém, a indicação do interesse de Ezequias nos territórios do anterior reino de Israel pode não ser tudo invenção, porque naquele tempo Judá podia reivindicar sua liderança sobre toda a terra de Israel. Mas mesmo que fosse isso, reivindicações são uma coisa e metas alcançáveis são outra bem diferente. No final das contas, a revolta de Ezequias contra a Assíria se comprovou como uma decisão desastrosa. Embora inexperiente, Senaquerib na liderança de uma maciça força invasora assíria provou de sobra seus talentos no campo de batalha. O Rei Ezequias de Judá não foi páreo para ele.

O que aconteceu realmente? A violenta vingança de Senaquerib

A despeito do relato bíblico sobre a libertação milagrosa de Jerusalém, há registros assírios contemporâneos que fornecem um quadro muito diferente do desfecho da revolta de Ezequias. O relato assírio da devastação promovida por Senaquerib na zona rural judaíta é apresentado de modo conciso e frio:

> Quanto a Ezequias, o judaíta, ele não se submeteu ao meu jugo. Sitiei 46 de suas cidades fortificadas, baluartes e os inumeráveis pequenos povoados em seus arredores e os conquistei, usando rampas de terra bem compactada e aríetes carregados por elas até bem perto das muralhas em combinação com o ataque de soldados a pé, minas, brechas e trabalhos de sapa. Tirei delas 200.150 pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, cavalos, mulas, jumentos, camelos, gado graúdo e miúdo sem conta e considerei-os como despojo. A ele próprio fiz prisioneiro em Jerusalém, sua residência real, como um pássaro na gaiola. E cerquei-o com elevações de terra para incomodar quem deixava o portão da sua cidade. Tomei do seu país as cidades que saqueei e as entreguei a Mitinti, rei de Asdod, Padi, rei de Acaron e Silibel, rei de Gaza. Assim, reduzi seu país e ainda aumentei o tributo.

Embora o número declarado de prisioneiros possa ser um grande exagero, a informação combinada dos registros assírios e das escavações arqueológicas em Judá confirmam adequadamente a intensidade da campanha sistemática de sítio e pilhagem – primeiro contra as áreas agrícolas mais ricas de Judá nos contrafortes da Sefelá e em seguida na direção da capital nas terras altas. A devastação das cidades judaítas pode ser vista em quase cada monte de ruínas escavado no interior de Judá. Os restos arqueológicos sombrios combinam perfeitamente com os textos assírios que recontam, por exemplo, a conquista da proeminente cidade judaíta de Azeca, descrita como "localizada em um cume de montanha, como inumeráveis adagas de aço apontadas para o alto do céu". Ela foi tomada por assalto, pilhagem e, então, arrasada.

Isso não foi violência gratuita, visando apenas aterrorizar os judaítas para subjugá-los. Tratou-se também de uma campanha bem calculada de destruição econômica, no decorrer da qual as fontes de riqueza do reino rebelde seriam

eliminadas. A cidade de Laquis, localizada na área agrícola mais fértil de Judá, era o centro regional mais importante do domínio real judaíta. Era a segunda cidade mais importante do reino depois de Jerusalém. O papel central que ela desempenhou nos eventos de 701 AEC é indicado no texto bíblico (2 Reis 18,14.17; 19,8). O ataque de Senaquerib visou à sua destruição completa. Uma ilustração vívida do sítio assírio dessa cidade foi preservada com detalhes extraordinários em um grande alto-relevo mural que certa vez decorou o palácio de Senaquerib em Nínive, no norte do Iraque (Figura 28). Esse alto-relevo, com cerca de sessenta pés de comprimento por nove pés de altura, foi descoberto na década de 1840 pelo explorador britânico Austen Henry Layard e subsequentemente transportado de navio para Londres, onde permanece exposto no Museu Britânico. Sua localização original na parede de um cômodo no interior do palácio de Senaquerib indica a importância dos eventos que retrata. Uma breve inscrição revela seu tema: “Senaquerib, rei de tudo, rei da Assíria, sentado no seu trono enquanto o despojo da cidade de Laquis desfilou diante dele”.

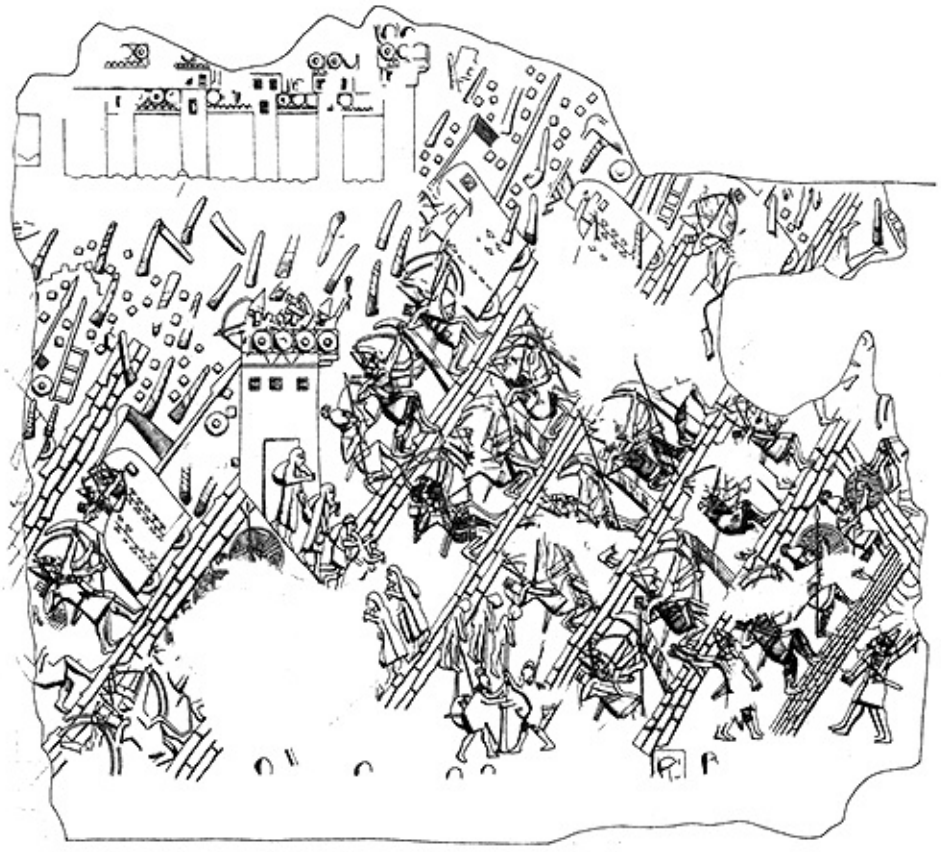


Figura 28: Um alto-relevo assírio do palácio de Senaquerib em Nínive, retratando a conquista da cidade de Laquis. *Desenhado por Judith Dekel; cortesia do Professor David Ussishkin, da Universidade de Tel Aviv*

Esse impressionante alto-relevo de Laquis condensa todo o horrível curso dos eventos em um só quadro. Ele mostra Laquis como uma cidade extremamente bem fortificada. Uma batalha feroz está sendo travada nas imediações da muralha. Os assírios construíram uma rampa de sítio, sobre a qual eles empurram seus aríetes fortemente blindados na direção da muralha. Os defensores de Laquis reagem desesperadamente, tentando evitar que os aríetes se aproximem da muralha. Eles lançam tochas incendiárias, na tentativa de incendiar as máquinas de guerra, enquanto os assírios derramam água sobre os aríetes. Os arqueiros assírios postados atrás dos aríetes bombardeiam as muralhas com flechas enquanto os defensores judaítas revidam. Porém, todas as medidas defensivas da cidade – e todo o combate heroico dos defensores – foram em vão. Os prisioneiros são levados para fora do portão, alguns são mortos e seus

corpos sem vida empalados com lanças. O despojo é tomado da cidade, incluindo os recipientes sagrados dos seus rituais religiosos. Durante todo o tempo Senaquerib está assentado com impassível majestade em um trono diante de sua tenda real, não muito distante do acampamento assírio, supervisionando o desfile dos prisioneiros e do saque tirado das casas e dos prédios públicos da comunidade rebelde.

Alguns especialistas questionaram a exatidão dos detalhes desse alto-relevo e argumentaram que é autopropaganda do império, não um registro confiável do que aconteceu em Laquis. Porém, dificilmente se poderá pôr em dúvida que o alto-relevo trata da cidade específica de Laquis e com os eventos específicos de 701 AEC. A topografia da cidade e a vegetação local foram representadas com precisão; mas isso não é tudo: é possível identificar até mesmo o ponto de vista privilegiado de onde o artista fez o esboço para o alto-relevo. Além disso, as escavações arqueológicas em Laquis forneceram detalhes sobre a localização do portão e a natureza das fortificações e sobre o sistema de sítio que confirmam a exatidão do alto-relevo.

As escavações britânicas em Laquis na década de 1930 e a nova escavação feita por David Ussishkin em nome da Universidade de Tel Aviv na década de 1970 revelaram evidências dramáticas independentes das últimas horas dessa grande fortaleza judaíta. A rampa de sítio assíria, retratada no alto-relevo, foi identificada e escavada. É o único exemplo conservado dessa estrutura de sítio em todos os antigos países do Império Assírio. Não causa surpresa que tenha sido construída no lado mais vulnerável do monte, onde ele está ligado com o cume da montanha; nos demais lados as encostas são íngremes demais e não permitem a construção de uma rampa nem o deslocamento dos aríetes.

Os achados arqueológicos no interior da cidade fornecem evidência das ações desesperadas dos defensores. Eles levantaram uma enorme contrarrampa diretamente oposta à rampa assíria, mas essa última tentativa feita pelos defensores para evitar que os assírios rompessem a muralha fracassou. A cidade

foi queimada até a base. Outros achados proveem evidência da ferocidade da batalha. Centenas de pontas de flechas foram encontradas junto à base da muralha da cidade. Pedras perfuradas, algumas delas com resquícios de cordas queimadas nas perfurações – aparentemente lançadas rampas abaixo pelos defensores na tentativa de destruir as máquinas de sítio –, foram recuperadas perto do local em que a muralha foi atacada. Um sepultamento em massa de cerca de mil e quinhentas pessoas – homens, mulheres e crianças – foi descoberto nas cavernas das encostas ocidentais do monte, misturado com cerâmica do final do século VIII.

Outra perspectiva bíblica

Embora o Segundo Livro dos Reis se concentre no poder salvador de YHWH sobre Jerusalém e mencione apenas laconicamente a conquista de "todas as cidades fortificadas de Judá" (2 Reis 18,13), outros textos bíblicos revelam os horrores da campanha assíria para aqueles judaítas que foram suficientemente azarados de terem sido vítimas da fúria de Senaquerib na zona rural. Essas passagens não serão encontradas na História Deuteronomista, mas nas obras dos profetas. Duas testemunhas contemporâneas – os profetas Isaías e Miqueias – falaram do medo e da aflição que paralisaram Judá na esteira do avanço assírio. Isaías, que esteve em Jerusalém na época do sítio, descreve vividamente a campanha militar que atingiu o setor norte de Jerusalém (10,28-32). E Miqueias, que era natural da Sefelá, uma área urbana não muito distante de Laquis, descreve o apático estado de choque dos sobreviventes sem abrigo, culpando sua própria idolatria pela desgraça sofrida:

> Não anuncieis em Gat, não choreis em Soco; Em Bet-Leafra revolvei-vos no pó! Segue teu caminho, habitante de Safir, vergonhosamente nu! Não sairá mais o habitante de Saanã! A lamentação de Bet-Esel vos tira todo o apoio! Poderá esperar algo de bom o habitante de Marot? Porque a desgraça desceu do SENHOR até a porta de Jerusalém. Atrela o cavalo ao carro, habitante de Laquis! Este foi o começo do pecado para a filha de Sião, porque em ti foram encontradas as rebeldias de Israel (Miqueias 1,10-13).

O golpe sofrido pela Sefelá também foi aclarado com abundância de provas nos resultados das explorações arqueológicas, mostrando que a região jamais se recuperou da campanha de Senaquerib. Mesmo nas décadas seguintes, após o renascimento parcial de Judá, a Sefelá continuou esparsamente habitada. Tanto a quantidade de sítios quanto o tamanho da área construída – no qual se baseia a estimativa da população – encolheu para um terço do que era no final do século VIII. Algumas das principais áreas urbanas foram reconstruídas, mas muitas das pequenas localidades, dos povoados e casas de fazenda permaneceram em ruínas. Esse fato é particularmente significativo se lembrarmos que, no século VIII, antes do ataque assírio, a população da Sefelá chegava a cinquenta mil pessoas, quase a metade da população de todo o reino.

Só a fé em YHWH não livrou o território de Ezequias da ira dos assírios. Vastas partes de Judá foram devastadas e terra agrícola valiosa foi dada pelos vencedores assírios às cidades-Estado da Filisteia. O território de Judá encolheu drasticamente, Ezequias foi forçado a pagar um pesado tributo à Assíria e uma quantidade considerável de judaítas foi deportada para a Assíria. Só Jerusalém e as montanhas judaítas situadas diretamente a sul da capital foram poupadas. Não obstante tudo o que a Bíblia conta da piedade de Ezequias e da intervenção salvadora de YHWH, a Assíria foi o único vencedor. Senaquerib atingiu plenamente seus objetivos: ele quebrou a resistência de Judá e o subjugou. Ezequias tinha herdado um Estado próspero e Senaquerib o destruiu.

Ajuntando os pedaços

Em decorrência da rebelião fracassada contra a Assíria, muitos devem ter encarado a política de purificação religiosa e confrontação com a Assíria adotada por Ezequias como um erro terrível e temerário. Alguns dos sacerdotes da área rural devem ter chegado a argumentar que o que trouxe toda aquela desgraça sobre a terra foi, na verdade, a destruição blasfema dos venerados lugares altos levada a cabo por Ezequias e a proibição do culto a Aserá, às estrelas, à lua e a

outras divindades ao lado de YHWH. Por termos principalmente a literatura da facção "só YHWH", não sabemos o que seus oponentes podem ter alegado. Mas sabemos que, em 698 AEC, três anos depois da invasão de Senaquerib, quando Ezequias morreu e seu filho Manassés subiu ao trono com doze anos de idade, foi restaurado o pluralismo religioso na zona rural de Judá (agora consideravelmente reduzida). O Segundo Livro dos Reis relata esse fato em tom de denúncia e grande indignação. Para o historiador deuteronomista, Manassés foi mais do que um apóstata ordinário. Ele foi descrito como o mais pecador dos monarcas já visto no reino de Judá (2 Reis 21,3-7). De fato, o Livro dos Reis põe nele a culpa pela "futura" destruição de Jerusalém (2 Reis 21,11-15).

Obviamente havia algo mais do que apenas considerações teológicas por trás da mudança da política religiosa oficial. A sobrevivência do reino estava nas mãos de Manassés e seus conselheiros mais chegados, e eles estavam determinados a recuperar Judá. Para isso, era necessário restaurar em certa medida a autonomia econômica da zona rural – ainda a maior fonte potencial de riqueza do reino. A recuperação das áreas rurais devastadas naquela época não poderia ser conseguida sem a cooperação das redes de anciãos dos povoados e dos clãs – e isso significou permitir que ressurgisse o culto nos lugares altos locais venerados há longo tempo. Em uma palavra, os cultos a Baal, a Aserá e às forças celestes retornaram.

Mesmo sendo forçado a ser um vassalo obediente, Manassés aparentemente calculou corretamente que a recuperação econômica de Judá poderia ser interessante para a Assíria. Um Judá próspero seria leal ao império e serviria como um Estado-tampão contra o Egito – o arqui-inimigo da Assíria no sul. E os assírios podem até ter concedido a um Judá contrito o *status* de vassalo mais favorecido: um texto do século VII, contendo o relatório de tributos entregues por estados da parte sul do Levante ao rei assírio indica que o tributo de Judá foi consideravelmente menor do que aquele que foi pago pelos seus vizinhos Amon e Moab, que eram vassalos assírios mais pobres.

Manassés parece ter justificado a confiança nele depositada pelos senhores assírios. Um documento da época de Asaradon, que sucedeu Senaquerib no trono da Assíria, menciona Manassés em um grupo de vinte e dois reis que receberam ordens de enviar materiais de construção para um projeto real em Nínive. O rei assírio seguinte, Assurbanipal, listou Manassés entre os reis que lhe enviaram presentes e que o ajudaram a conquistar o Egito. Embora o Segundo Livro das Crônicas nos informe que, em certo momento de seu reinado, Manassés tenha sido levado cativo pelos assírios para a Babilônia (2 Crônicas 33,11), as circunstâncias e até mesmo a confiabilidade histórica do referido aprisionamento são objeto de debate continuado. O que está claro é que seu longo reinado – cinquenta e cinco anos – foi um período pacífico para Judá. As cidades e povoações estabelecidas durante seu reinado sobreviveram até a destruição final de Judá no século subsequente.

Arqueologicamente não é fácil distinguir os achados do início do século VII daqueles da segunda metade do mesmo século (cf. o Anexo E). Contudo, sabemos o suficiente para argumentar que a devastação generalizada da Sefelá (e a anexação de grandes trechos do território pelas cidades filisteias) levou a população das terras altas de Judá a crescer. Isso se deveu quase com certeza à chegada de refugiados judaítas que fugiram das regiões desoladas da Sefelá. A produção agrícola se intensificou em torno da capital. Um denso sistema de fazendas se formou em torno de Jerusalém e ao sul da cidade, perto de Belém, no século VII AEC. Seu objetivo provavelmente foi alimentar a população crescente da metrópole.

Mas o desenvolvimento mais fascinante em Judá durante o século VII foi a expansão demográfica dos assentamentos judaítas para as zonas áridas a leste e a sul (Figura 27, p. 263). No deserto de Judá, onde não havia assentamento permanente durante o século VIII, algo extraordinário aconteceu nas décadas seguintes. No século VII, grupos de pequenos sítios foram estabelecidos em todo nicho ecológico que apresentasse condições levemente mais apropriadas ao

cultivo do que o resto do deserto: no Vale de Buqeah, a meio caminho entre Jerusalém e o Mar Morto, perto de Jericó e ao longo da costa do Mar Morto. No Vale de Bersabeia, a quantidade de sítios cresceu muito além do que havia no período anterior. Entre o século VIII e o século VII, a área construída e, em consequência, a população nessa região decuplicou. Esse desenvolvimento poderia estar relacionado com a política de Manassés?

Isso parece muito provável. É evidente que até a campanha de Senaquerib, a economia do reino judaíta estava bem equilibrada pelos diferentes nichos ecológicos do seu território: pomares de oliveiras e videiras eram cultivados principalmente na região montanhosa, o cereal era produzido primeiramente na Sefelá e a criação de animais era praticada em sua maior parte na orla do deserto a sul e leste. Quando a Sefelá foi entregue às cidades-Estado filisteias, Judá perdeu suas ricas terras produtoras de grãos no oeste. Na mesma época, a população a ser alimentada nas partes remanescentes do reino cresceu significativamente. Essas pressões provavelmente impeliram parte da população de Judá para as áreas periféricas do reino, em uma tentativa desesperada de compensar a perda da rica terra agrícola da Sefelá. De fato, a exploração das zonas áridas podia resolver o problema. Estimativas do potencial agrícola do Vale de Bersabeia na Antiguidade indicam que, se fosse bem organizada, só a produção daquele lugar poderia ter suprido até um quarto da demanda total de cereal de Judá. Porém, isso não poderia ter sido feito em escala tão ampla sem a assistência do Estado. Em consequência, é razoável presumir que a expansão para as zonas áridas tenha sido inspirada, se não de fato conduzida pela nova linha política e econômica de Manassés.

Caravanas árabes e azeite de oliva

O programa de Manassés foi além da simples subsistência. Ele estava determinado a integrar Judá na economia do mundo assírio. As duas principais atividades econômicas da Assíria em Judá e nas regiões circunvizinhas eram o

comércio de artigos de luxo exóticos e incenso da Arábia e a produção em massa e a distribuição de azeite de oliva.

O comércio árabe era um dos principais interesses econômicos da Assíria e dificilmente se poderá duvidar que, desde o final do século VIII, ele proporcionou ao império um lucro significativo. De modo correspondente, a Assíria tinha grande interesse na segurança das rotas do deserto que levavam da Península Árabe para o norte até seu ponto de chegada à costa do Mediterrâneo. O rei assírio Teglat-Falasar III, em uma de suas inscrições triunfais, considerou Gaza, o ponto de chegada tradicional das rotas do deserto, "como a alfândega da Assíria", e pôs ali seus funcionários para cobrar taxas do porto, que servia de vitrine para as rotas de caravanas por terra. Sargon II declarou ter aberto a fronteira com o Egito para o comércio e misturado assírios e egípcios. Certo número de fortes e centros administrativos assírios de fato foi posto a descoberto em diferentes lugares no sul da planície costeira e um grande sítio fortificado com restos de armazéns foi escavado na costa a sul de Gaza. O conjunto de ossos de animal escavados em Tell Jemmeh, outro sítio perto de Gaza, mostra um crescimento drástico na quantidade de camelos no século VII. Um estudo desses ossos pela arqueozoóloga Paula Wapnish indica que esses camelos – todos em idade adulta e, em consequência, não integrantes de um rebanho natural, criado no local – provavelmente foram usados no comércio das caravanas.

Os territórios no extremo sul ainda controlados pelo reino de Judá no Vale de Bersabeia, as terras altas edomitas e a planície costeira sul comportavam algumas das mais importantes rotas de caravanas. Estas foram algumas das áreas que experimentaram um crescimento demográfico sem precedentes no século VII. A ocupação generalizada do planalto edomita aconteceu nessa época, sob a dominação assíria. De fato, foi só nessa época que Edom emergiu como um Estado plenamente desenvolvido, ou seja, como resultado desses desenvolvimentos.

Os ricos e variados achados arqueológicos da vasta área entre Edom e a

Filisteia indicam que assírios, árabes, fenícios e edomitas estiveram envolvidos nessa florescente atividade comercial. Judá sob Manassés também foi um participante proeminente. A onda de assentamentos no Vale de Bersabeia deve ser entendida sobre esse pano de fundo. Judá pode ter se expandido até mais para o sul ao longo das rotas comerciais. Dois grandes fortes do século VII foram escavados no meio do deserto. O primeiro é Cades-Barneia, na margem oeste das terras altas do Negueb, cerca de cinquenta milhas a sudoeste de Bersabeia. O sítio domina os oásis mais extensos na importante rota comercial que leva do sul da Palestina até a entrada do Golfo de Ácaba e dali para o interior da Arábia. O segundo forte foi escavado recentemente em Haseva, um sítio localizado cerca de vinte milhas ao sul do Mar Morto junto a outra rota para o sul. Os achados feitos nos dois fortes levaram o historiador da Bíblia Nadav Naaman a propor que os dois foram construídos no início do século VII AEC sob auspícios assírios com a assistência dos estados vassalos locais – e foram guarnecidos por tropas de Judá e Edom.

Inscrições na língua usada no sul da Arábia e encontradas em vários sítios de Judá fornecem evidência conclusiva para as fortes conexões com a Arábia naquele tempo. Esse tipo de evidência também procede de Jerusalém. Três óstracos com inscrições do sul da Arábia foram descobertos na cidade de Davi. Por terem sido gravadas em recipientes tipicamente judaítas – em vez de em tipos importados –, eles provavelmente atestam uma população árabe residente em Judá. E um selo hebreu também típico do século VII parece trazer um nome do sul da Arábia. Em conexão com isso, vários especialistas argumentaram que Mesalemet, a esposa de Manassés, teria sido árabe. Poderia ter se tratado de um casamento diplomático visando consolidar os interesses comerciais de Judá no sul? O relato deuteronomista da rainha de Sabá visitando Salomão em Jerusalém poderia ter sido inspirado pelos contatos culturais e as ambições econômicas de outro rei davídico no século VII?

O contato com os árabes não foi o único horizonte econômico a se ampliar.

Os assírios também monopolizaram e desenvolveram a produção de azeite de oliva do Levante. A evidência disso provém de Tell Miqne, um sítio da Sefelá Ocidental que corresponde à localização da antiga Acaron, uma das principais cidades da Filisteia. Um sítio modesto nos séculos que antecederam a tomada da região pelos assírios, Acaron cresceu para ser um enorme centro de produção de azeite de oliva no início do século VII. Mais de uma centena de prensas de azeite de oliva foram encontradas ali – mais do que em qualquer outro sítio na história do país. De fato, esse é o mais impressionante centro de produção de azeite de oliva conhecido em todo o Oriente Próximo antigo. A zona industrial cobria cerca de um quinto da área da cidade. A capacidade anual de produção foi estimada em cerca de mil toneladas.

O azeite de Acaron aparentemente foi transportado tanto para a Assíria quanto para o Egito – os dois países que careciam do ambiente para cultivar pomares de oliveiras e produzir seu próprio azeite. Porém, a própria cidade de Acaron não está localizada no ambiente clássico de cultivo de oliveiras nas montanhas. Ela de fato está situada em terra plana, típica do cultivo de grãos. Ela aparentemente foi escolhida como centro de produção por causa de sua localização junto à principal rede de estradas da planície costeira sul, a meio caminho entre as regiões montanhosas em que estavam os olivais e os principais centros de distribuição na costa oeste.

Os bosques que supriam a indústria de Acaron com olivas devem ter se localizado na região montanhosa de Judá e possivelmente também na parte norte da província assíria de Samaria. Como já mencionamos, o século VII se caracterizou pela efetiva industrialização da produção de olivas em Judá e ele provavelmente foi o maior fornecedor de olivas para a indústria de Acaron. Os escavadores do sítio de Acaron – Trude Dothan, da Universidade Hebraica de Jerusalém, e Seymour Gitin, do Instituto Albright –, percebendo a presença de uma quantidade significativa de altares de incenso com chifres, tipicamente israelitas, nos prédios das prensas de azeite, propuseram que uma grande

quantidade de judaítas pode ter sido reassentada na Filisteia por Senaquerib como trabalhadores forçados. Assim, outra barreira foi rompida entre Judá e o mundo exterior – por mais cruel e impiedosa que tenha sido a forma em que isso se deu.

Todas essas iniciativas econômicas ativas, planejadas a partir de um centro, exigiram uma maior centralização do Estado judaíta. O cultivo de oliveiras e videiras em grande escala e seus produtos industriais exigiram instalações de armazenamento, transporte e distribuição eficiente. Além disso, o assentamento extensivo e o cultivo em áreas áridas exigiram planejamento de longo prazo. Foi necessário armazenar grandes quantidades de grão excedente de anos de boas colheitas e distribuí-las a partir dos centros em anos de seca severa. A evidência arqueológica apoia a hipótese de um envolvimento maior do governo em todas as fases da vida em Judá – a ponto de que a quantidade de selos, sinetes, óstracos administrativos e pesos oficiais encontrados nos estratos judaítas do século VII excede as quantidades encontradas antes.

Destinos em mudança

O século assírio – dos últimos anos do domínio de Acaz até os dias de Ezequias e Manassés – constitui um caso fascinante de oscilação drástica da política em Judá. Os três reis – o avô, o pai e o filho – alternaram entre a resistência às e o engajamento com as autoridades assírias e entre políticas religiosas sincretistas e puritanas. O tratamento que lhes foi dispensado pelos historiadores bíblicos também reflete essas mudanças, mas de uma perspectiva inteiramente diferente. Acaz foi descrito como um idólatra que cooperou com os assírios. Ezequias é o inverso. Não houve erros no seu reinado, somente méritos. Ele foi um rei ideal, que purificou Judá de todas as transgressões do passado. E, diferentemente do seu pai pecador, que voluntariamente submeteu Judá à Assíria, Ezequias lutou bravamente e se desvencilhou do jugo da Assíria. Os assírios ameaçaram Jerusalém, mas YHWH livrou a cidade milagrosamente. A

história termina sem fazer menção da subjugação futura à Assíria e, exceto por um versículo, não há palavra sobre os resultados catastróficos da campanha assíria na zona rural judaíta. Manassés também é uma imagem espelhada do seu pai, mas nesse caso uma imagem negativa. Ele é o apóstata consumado, que anulou as reformas e restaurou todas as abominações do passado.

Muito diferente é a leitura que obtemos das fontes externas e da arqueologia. O colapso do Reino do Norte suscitou em Jerusalém sonhos de unir toda a população israelita sob uma capital, um Templo e uma dinastia. Porém, diante dos poderosos assírios, havia somente duas opções: esquecer o sonho e cooperar com a Assíria ou optar pela política nacionalista e aguardar o momento certo para se desvencilhar do jugo da Assíria. Altas apostas exigem medidas extremas; o século assírio testemunhou mudanças drásticas entre essas duas opções.

Acaz foi um rei cauteloso e pragmático que salvou Judá do destino terrível de Israel e o conduziu à prosperidade. Ele entendeu que a única maneira de sobreviver era aliando-se à Assíria e, como vassalo leal, ele obteve concessões econômicas dos seus senhores e incorporou Judá na economia regional assíria. Acaz governou em um período de prosperidade sem precedentes em Judá, e foi nesse período que Judá alcançou pela primeira vez o estágio de Estado plenamente desenvolvido. Porém, por permitir que as práticas religiosas tradicionais florescessem, ele granjeou a ira do historiador deuteronomista.

Em seus primeiros anos no poder, Ezequias não teve outra escolha senão seguir os passos do seu pai. Porém, quando o grande Sargon morreu no campo de batalha e Senaquerib subiu ao poder, a Assíria enfrentou rebeliões em várias partes do império. Subitamente a "restauração" de um Estado pan-israelita pareceu realista, especialmente com a esperada ajuda do Egito. Ezequias deslanchou uma reforma religiosa que serviu para justificar a revolta e fez a população se levantar para apoiá-la. Porém, a revolta contra a Assíria comprovou-se uma decisão temerária que resultou em desastre.

Quando Manassés subiu ao trono, o poder em Jerusalém retornou ao campo moderado. Visto que ele tinha somente doze anos de idade naquele tempo, dificilmente se poderá duvidar que o golpe de Estado em Jerusalém havia sido previamente planejado. Manassés fez a roda da história retornar aos dias de Acaz. Seu longo domínio marca um triunfo completo do campo pragmático, sincretista. Ele optou pela cooperação com a Assíria e reintegrou Judá na economia regional assíria. Como uma fênix que ressurge das cinzas, Judá começou a recuperar-se do trauma sofrido com a campanha de Senaquerib.

Os profetas e sábios do movimento "só YHWH" devem ter ficado terrivelmente frustrados com a reviravolta dos eventos. Todas as anteriores conquistas do seu herói Ezequias referentes à destruição do pecado da idolatria e a desafiar o império estrangeiro foram anuladas – primeiro pelos exércitos brutais de Senaquerib e depois pelo filho do próprio Ezequias. Se, para eles, Ezequias era o potencial salvador de Israel, seu filho Manassés era o diabo. A narrativa bíblica deixa transparecer que agitações civis ocasionalmente se inflamaram em Judá. Os incidentes específicos por trás do relato de que Manassés "fez correr rios de sangue inocente, a ponto de inundar Jerusalém de um extremo a outro" (2 Reis 21,16) são desconhecidos, mas podemos imaginar que os oponentes do rei podem ter tentado tomar o poder. Não é de admirar, então, que, quando os deuteronomistas chegaram ao poder em Judá pouco depois da morte de Manassés e começaram a escrever a história do reino, estabeleceram a história do jeito deles. Retrataram Manassés como o mais perverso de todos os reis e o pai de todos os apóstatas.

TABELA 7
REIS JUDAÍTAS DE EZEQUIAS A JOSIAS

REI	DATAS*	AVALIAÇÃO BÍBLICA	TESTEMUNHO BÍBLICO	EVIDÊNCIA EXTRABÍBLICA	EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA
Ezequias	727-698	Justo	Reforma religiosa; rebela-se contra a Assíria; Jerusalém salva	Senaquerib devasta Judá – anais e o alto-relevo de Laquis em Nínive	Jerusalém cresce drasticamente; nova muralha em Jerusalém; o túnel de Siloé; o cemitério de Siloé; fortificações em Laquis; prosperidade no Vale de Bersabeia; destruição em Laquis e outros sítios; evidência de alfabetismo
Manassés	698-642	Sumamente perverso	Grande apóstata; derrama muito sangue inocente	Paga tributo à Assíria	Crescimento demográfico no Vale de Bersabeia e no Deserto de Judá; construção do forte de Cades-Barneia? Judá participa da produção de azeite de oliva em Acaron; evidência crescente de alfabetismo
Amon	641-640	Mau	Morto em um golpe de Estado		
Josias	639-609	Sumamente justo	Grande reforma religiosa; conquista de Betel; morto pelo Faraó Necao		Prosperidade continuada no Vale de Bersabeia; recuperação na Sefelá; aniconismo em selos e sinetes

* De acordo com o *Anchor Bible Dictionary.*

O clímax se aproxima

O êxito de Manassés em transformar Judá de uma terra devastada deixada por Senaquerib em um Estado altamente desenvolvido no Império Assírio trouxe grande riqueza para alguns e deslocamento social e incerteza para muitos. Baruch Halpern foi o primeiro a ressaltar que a afluência de refugiados do norte depois da queda de Samaria, a reorganização da zona rural sob Ezequias e a segunda torrente de refugiados em razão da devastação da Sefelá por Senaquerib levaram à destruição definitiva da vinculação tradicional dos clãs a territórios particulares. Na zona rural, economias de escala – necessárias para produzir as enormes quantidades de olivas para prensagem e de grãos para distribuição – beneficiaram os que tinham condições de organizar o mecanismo do comércio e da produção agrícola bem mais do que os que laboravam nos campos. Independentemente de até que ponto os clãs sobreviventes puderam reclamar uma linha ininterrupta de herança sobre seus campos, povoados e colinas, os efeitos da guerra, da mudança populacional e o planejamento econômico intensificado da realeza pode ter encorajado muitos a sonhar com uma idade de ouro passada – real ou imaginária –, quando seus ancestrais foram assentados

em segurança em territórios bem demarcados e gozaram da promessa divina de paz eterna e prosperidade em sua terra.

Logo virá o clímax da história. Manassés morreu no ano de 642 AEC e foi substituído por seu filho Amon. De acordo com o Segundo Livro dos Reis, Amon "praticou o que desagrada ao Senhor, como o tinha feito seu pai Manassés" (2 Reis 21,20). Dois anos depois um golpe de Estado foi desferido em Jerusalém, durante o qual Amon foi assassinado. Horrorizado, o "povo da terra" – aparentemente a elite social e econômica de Judá – matou os conspiradores e colocou no trono Josias, o filho de Amon, na época com oito anos de idade. Josias reinaria em Jerusalém por trinta e oito anos e seria exaltado como o mais justo de todos os reis na história de Judá, rivalizando com a reputação do próprio Davi. E, durante o seu reinado, o partido "só YHWH" uma vez mais chegaria ao poder.

Também dessa vez suas convicções religiosas movidas pela paixão e sua visão unilateral do poder de YHWH para proteger Judá e a dinastia davídica contra todos os oponentes terrenos naufragariam ao se chocar contra as duras realidades da história. Dessa vez, porém, eles deixariam para a posteridade um brilhante testamento que manteria vivas suas ideias. Seu grande monumento seria a coletânea atemporal de textos hebreus que expressam sua visão da história e suas esperanças para o futuro. Essa saga coletiva constituiria o fundamento inabalável da Bíblia Hebraica que conhecemos hoje.

---

[*]. Se a lista de fortalezas construídas por Roboão (2 Crônicas 11,5-12) tiver alguma base histórica, sua datação mais provável é na época de Ezequias, como argumentam alguns historiadores, atestando que houve preparativos em outros centros da zona rural.

11

UMA GRANDE REFORMA (639-586 AEC)

O reinado de Josias de Judá sinaliza o clímax da história monárquica de Israel – ou, pelo menos, deve ter parecido ser isso naquela época. Para o autor da História Deuteronomista, o reinado de Josias sinalizou um momento metafísico pelo menos tão importante quanto os momentos da aliança de Deus com Abraão, o êxodo do Egito ou a promessa divina ao Rei Davi. O Rei Josias não só é visto na Bíblia com um nobre sucessor de Moisés, Josué e Davi: os próprios perfis daqueles grandes personagens – como aparecem na narrativa bíblica – parecem ter sido desenhados com Josias em mente. Josias é o ideal para o qual toda a história de Israel parecia estar se dirigindo. "Não houve antes um rei como ele que se tivesse voltado para o SENHOR de todo o seu coração, com toda a sua alma e força e em pleno acordo com a lei de Moisés; nem depois houve um rei igual a ele", relata 2 Reis 23,25 em um nível de exaltação não empregado para nenhum outro rei bíblico.

Descendente do Rei Davi na décima sexta geração em linha reta, Josias subiu ao trono com oito anos de idade devido às consequências violentas do assassinato do seu pai em Jerusalém. Pouco sabemos da fase inicial de sua vida. É quase certo que as histórias referentes ao seu despertamento religioso na adolescência, relatadas em 2 Crônicas 34,3, são idealizações biográficas posteriores aos fatos. Porém, durante seus trinta e um anos de reinado sobre Judá, Josias foi reconhecido por muitos como a maior esperança de redenção

nacional, um messias genuíno destinado a restaurar as glórias perdidas da casa de Israel. Por causa dos – ou de acordo com os – dogmas do Livro da Lei milagrosamente "descoberto" no Templo em Jerusalém, ele inaugurou uma campanha para erradicar todo vestígio de culto estrangeiro ou sincretista, incluindo os vetustos lugares altos na zona rural. Ele e suas forças puritanas não se detiveram nem mesmo na tradicional fronteira norte do seu reino, mas continuaram na direção norte até Betel, onde o odiado Jeroboão havia estabelecido um templo rival do de Jerusalém – e onde (como dissera a profecia de 1 Reis 13,2) um herdeiro davídico chamado Josias algum dia queimaria os ossos dos sacerdotes idólatras do norte.

O papel messiânico de Josias emergiu da teologia do novo movimento religioso que modificou drasticamente o que significava ser um israelita e lançou os fundamentos para o futuro judaísmo e para o cristianismo. Esse movimento acabou produzindo os documentos centrais da Bíblia – o principal entre eles, o Livro da Lei, descoberto durante as reformas do Templo de Jerusalém em 622 AEC, no décimo oitavo ano do reinado de Josias. Esse livro, identificado pela maioria dos especialistas como uma forma original do Livro do Deuteronômio, desencadeou uma revolução no ritual e uma reformulação completa da identidade israelita. Ele continha as características centrais do monoteísmo bíblico: o culto exclusivo a um só Deus em um só lugar; a observância centralizada, nacional das principais festas do ano judaico (Páscoa, Tabernáculos); e toda uma gama de leis tratando do bem-estar social, da justiça e da moralidade pessoal.

Esse foi o momento formativo na cristalização da tradição bíblica como a conhecemos. Contudo, a narrativa sobre o reinado de Josias se concentra quase inteiramente na natureza de sua reforma religiosa e sua referida extensão geográfica. Pouco se registra dos eventos históricos mais amplos que se desenrolavam nas áreas em volta de Judá e como elas podem ter influenciado o surgimento da ideologia deuteronomista. Uma verificação das fontes históricas

contemporâneas e dos achados arqueológicos pode nos ajudar a entender como Josias, esse rei de resto esquecido, que governou um minúsculo reino à sombra das maiores potências do mundo, se tornaria – consciente ou involuntariamente – o patrono do movimento intelectual e espiritual que produziu alguns dos principais ensinamentos éticos da Bíblia e sua visão singular da história de Israel.

Uma descoberta inesperada no Templo

Esse capítulo momentoso da vida política e espiritual de Judá começou com a entronização do jovem príncipe Josias em 639 AEC. Isso pareceu marcar um ponto de mutação na visão que a Bíblia tinha dos altos e baixos de reis "maus" e reis "justos" na história de Judá. Pois Josias foi um fiel sucessor de Davi, que "praticou o que agrada ao SENHOR, seguindo sempre no caminho de seu pai Davi sem se desviar para a direita nem para a esquerda" (2 Reis 22,2).

De acordo com a Bíblia, essa justiça levou Josias à ação decisiva. No décimo oitavo ano do seu domínio – 622 AEC – Josias ordenou ao sumo sacerdote Helcias que usasse fundos públicos para reformar o templo do Deus de Israel. As reformas levaram ao dramático aparecimento de um texto, encontrado pelo sumo sacerdote no Templo e lido para o rei pelo seu secretário Safã. Seu impacto foi enorme, porque ele revelou de maneira repentina e chocante que a prática tradicional de culto a YHWH em Judá estava errada.

Josias logo reuniu todo o povo de Judá para fazer um juramento solene no sentido de devotar-se inteiramente aos mandamentos divinos detalhados no livro recentemente descoberto.

> Depois subiu ao templo do SENHOR acompanhado por todos os homens de Judá, os habitantes de Jerusalém, os sacerdotes e profetas e o povo em geral, desde o menor até o maior. O rei leu na presença deles todo o conteúdo do Livro da Aliança que tinha sido encontrado no templo do SENHOR. Em seguida o rei se dirigiu ao estrado e fez a aliança na presença do SENHOR, comprometendo-se a seguir o SENHOR, observar os mandamentos, preceitos e decretos de todo o coração e com toda a alma, de modo que se tornassem efetivas as cláusulas desta

> aliança, escritas neste livro. Todo o povo aderiu à aliança (2 Reis 23,2-3).

Em seguida, para efetivar uma purificação completa do culto a YHWH, Josias deu início à mais intensa reforma puritana da história de Judá. Seus primeiros alvos foram os ritos idólatras que estavam sendo praticados em Jerusalém e até no próprio Templo:

> Em seguida, o rei deu ordem ao sumo sacerdote Helcias, aos sacerdotes de segunda categoria e aos porteiros que retirassem do santuário do SENHOR todos os objetos fabricados para Baal e Aserá e para todo o exército do céu. Manou queimá-los fora de Jerusalém, nos terrenos baldios do Cedron, levando as cinzas a Betel. O rei destituiu os sacerdotes dos ídolos que os reis de Judá tinham estabelecido para queimar incenso nos santuários das alturas, nas cidades de Judá e nos arredores de Jerusalém. Destituiu também os que ofereciam incenso a Baal, ao sol e à lua, aos signos do zodíaco e a todo o exército do céu. Mandou tirar do templo do SENHOR a Aserá [estaca sagrada] e levou-a para fora de Jerusalém, à torrente do Cedron, onde lhe pôs fogo e a reduziu a cinzas, que jogou na vala comum. No recinto do templo do SENHOR mandou derrubar as casas onde se praticava a prostituição sagrada e onde as mulheres teciam mantos para Aserá (2 Reis 23,4-7).

Ele erradicou os santuários de cultos estrangeiros, notadamente os santuários que, segundo se diz, foram estabelecidos sob o patrocínio real em Jerusalém já na época de Salomão:

> Josias ainda profanou o Tofet que estava situado no Vale de Ben-Enom, impedindo assim que alguém passasse o filho ou a filha pelo fogo em honra de Moloc. Removeu os cavalos que os reis de Judá tinham dedicado ao Sol na entrada do templo do SENHOR, do lado do aposento do eunuco Natã-Melec, nas dependências do templo. Pôs fogo nos carros do Sol. Os altares que se erguiam no terraço do aposento superior de Acaz, que tinham sido feitos pelos reis de Judá, e os altares que Manassés tinha construído nos dois pátios do templo do SENHOR, o rei os demoliu e fez em pedaços. Depois mandou jogar a poeira na torrente do Cedron. O rei ainda profanou os santuários das alturas situados defronte de Jerusalém, ao sul do Monte da Perdição. Salomão, rei de Israel, os tinha mandado construir para Astarte, abominação dos sidônios, para Camos, abominação dos moabitas e para Melcom, abominação dos amonitas. Finalmente fez em pedaços as colunas sagradas, cortou as estacas sagradas e encheu o lugar de ossos humanos (2 Reis 23,10-14).

Josias também pôs um fim aos rituais sacrificiais dirigidos pelos sacerdotes rurais que dirigiam seus ritos nos lugares altos e santuários espalhados pela zona rural. "O rei fez vir das cidades de Judá todos os sacerdotes, profanou os santuários das alturas onde eles tinham queimado incenso, desde Gaba até Bersabeia" (2 Reis 23,8).

As antigas pendências estavam sendo resolvidas uma por uma. A próxima foi o grande "pecado de Jeroboão" no altar idólatra de Betel, onde ele cumpriu a profecia bíblica de que um dia um rei justo chamado Josias veria a sua destruição:

> Também o altar de Betel e o santuário que Jeroboão filho de Nabat tinha mandado erguer, induzindo assim Israel ao pecado, inclusive este altar e o santuário Josias os derrubou. Pôs fogo no santuário da altura e o reduziu a pó, e queimou a *aserah* [a estaca sagrada]. Quando ser virou e viu as sepulturas que havia lá no monte, mandou apanhar os ossos das sepulturas para queimá-los no altar. Deste modo o profanou, cumprindo a palavra do SENHOR que o homem de Deus tinha proclamado, o qual tinha anunciado essas coisas. […] Então Josias perguntou: "Que monumento é este que estou vendo?" Então os habitantes da cidade lhe responderam: "É a sepultura do homem de Deus que veio de Judá e anunciou o que acabas de fazer com o altar de Betel". O rei ordenou: "Deixai-o em paz! Ninguém remova os seus ossos!" Não tocaram nos seus ossos e nos do profeta que veio de Samaria (2 Reis 23,15-18).

Josias não parou em Betel e continuou a purificação mais para o norte:

> Josias também fez desaparecer todos os santuários das alturas que os reis de Israel tinham construído nas cidades da Samaria para irritar o SENHOR. Tratou-os exatamente como tinha feito com Betel. Imolou sobre os altares todos os sacerdotes dos santuários das alturas que lá se achavam e queimou ossos humanos sobre os altares. Depois voltou para Jerusalém (2 Reis 23,19-20).

Ao mesmo tempo em que combatia a idolatria, Josias instituía celebrações religiosas nacionais:

> O rei deu esta ordem a todo o povo: "Celebrai a Páscoa em honra do SENHOR vosso Deus, como está escrito neste Livro da Aliança". É que não se tinha celebrado uma Páscoa assim desde os dias em que os juízes governavam os israelitas, nem durante todo o tempo dos reis de Israel e de Judá. Somente no ano

> dezoito do Rei Josias foi celebrada em Jerusalém tal Páscoa em honra do SENHOR (2 Reis 23,21-23).

Retrospectivamente a descrição bíblica da reforma religiosa de Josias em 2 Reis 23 não é um simples registro de eventos. É uma narrativa cuidadosamente elaborada que contém alusões a todas as grandes personalidades e eventos da história de Israel. Josias é implicitamente comparado com Moisés, o grande libertador e líder da primeira Páscoa. Ele também é modelado de acordo com Josué e Davi, os grandes conquistadores – e ele segue o exemplo de Salomão, o patrono do Templo em Jerusalém. A narrativa da reforma de Josias também corrige os males do passado. Os pecados do Reino do Norte também são recordados na medida em que Josias consegue destruir o altar de Jeroboão em Betel, o centro de culto do reino de Israel, que por tanto tempo havia concorrido com Jerusalém. Samaria está aí com seus lugares altos e as memórias amargas de sua destruição são evocadas. Naquele momento, toda a história de Israel atingiu um ponto de mutação. Após séculos se equivocação, surgira Josias para reverter os pecados do passado e liderar o povo de Israel até a redenção mediante a observância apropriada da Lei.

O que era o "Livro da Lei"?

A descoberta do Livro da Lei foi um evento de significado primordial para a história subsequente do povo de Israel. Ele foi considerado como o código legal definitivo dado por Deus a Moisés no Sinai, cuja observância asseguraria a sobrevivência do povo de Israel.

Já no século XVIII, os biblistas perceberam as evidentes similaridades entre a descrição do Livro da Lei encontrado no templo e o Livro do Deuteronômio. Os paralelos específicos e diretos entre os conteúdos do Deuteronômio e as ideias expressas no relato bíblico da reforma de Josias indicam claramente que os dois compartilharam a mesma ideologia. O Deuteronômio é o único Livro do Pentateuco que afirma conter as "palavras da aliança" que todo Israel tem de

seguir (29,9). Ele é o único livro que proíbe o sacrifício fora "do lugar que o SENHOR vosso Deus escolher" (12,5), ao passo que os demais livros do Pentateuco repetidamente relatam sem fazer qualquer objeção ao culto em altares estabelecidos por toda a terra. O Deuteronômio é o único livro que descreve o sacrifício nacional da Páscoa em um santuário nacional (16,1-8). E, sendo evidente que foram feitos acréscimos posteriores ao presente texto do Livro do Deuteronômio, seus grandes traços são precisamente aqueles que, *pela primeira vez*, foram observados por Josias no ano de 622 AEC em Jerusalém.

O próprio fato de que um código legal escrito tenha aparecido nesse tempo combina bem com o registro arqueológico da disseminação do alfabetismo em Judá. Embora o Profeta Oseias e o Rei Ezequias tivessem sido associados com ideias que são similares às contidas no Deuteronômio, o relato do aparecimento de um texto escrito definitivo e sua leitura pública pelo rei concorda com a evidência da repentina e drástica disseminação do alfabetismo em Judá no século VII. A descoberta de centenas de sinetes pessoais e sinetes com inscrições em hebraico originários dessa era atesta o uso extensivo da escrita e de documentos escritos. Como mencionamos, tal evidência relativamente disseminada de alfabetismo constitui uma importante indicação de que Judá atingiu o nível de um Estado plenamente desenvolvido nesse período. Dificilmente ele teve condições de produzir longos textos bíblicos antes disso.

Adicionalmente, especialistas ressaltaram que a forma literária da aliança entre YHWH e o povo de Israel no Deuteronômio possui notável similaridade com os tratados de vassalagem assírios do início do século VII que delineiam os direitos e as obrigações dos povos sujeitos à sua soberania (neste caso, Israel e YHWH). Além disso, como propôs o historiador da Bíblia Moshe Weinfeld, o Deuteronômio mostra similaridades com a literatura grega inicial, em expressões de ideologia dentro de discursos programáticos, no gênero da bênção e maldição e nas cerimônias de fundação de novos assentamentos. Resumindo, há pouca margem para duvidar que uma versão original do Deuteronômio consiste no

Livro da Lei mencionado em 2 Reis. Em vez de ser um livro antigo que foi repentinamente descoberto, parece seguro concluir que ele foi escrito no século VII AEC, pouco antes ou durante o reinado de Josias.

Um Faraó em ascensão e um império em declínio

Para entender por que o Livro do Deuteronômio assumiu a forma que ele tem – e por que ele tem uma força emocional tão óbvia – precisamos primeiro olhar para o cenário internacional das últimas décadas da história de Judá. Uma revisão das fontes históricas e arqueológicas mostrará como grandes mudanças no equilíbrio de poder em toda a região constituíram fatores centrais na formatação da história bíblica.

Na época em que o Príncipe Josias, então com oito anos de idade, subiu ao trono de Judá, a saber, em 639 AEC, o Egito estava experimentando uma grande renascença política em que imagens do seu passado remoto – e dos grandes fundadores conquistadores – foram usadas como símbolos poderosos para incrementar o poder e o prestígio egípcios em toda a região. Começando em 656 AEC, Psamético I, o fundador da vigésima sexta dinastia, desvencilhou-se do domínio imperial do Império Assírio e, mais tarde, expandiu seu poder sobre grande parte da área no Levante que o grande Faraó Ramsés II havia controlado no século XIII AEC.

A chave para essa renascença egípcia foi, antes de tudo, o súbito e célere declínio da Assíria nas décadas finais do século VII AEC. A data precisa e a causa do colapso do poder assírio, depois de mais de cem anos de dominação inconteste do mundo, ainda estão sendo debatidas pelos especialistas. Contudo, o poder assírio claramente começou a declinar perto do fim do reinado do último grande rei assírio, Assurbanipal (669-627 AEC), devido à pressão exercida pelas tribos de cavaleiros nômades dos citas na fronteira norte do império e aos conflitos contínuos com os povos subjugados da Babilônia e do Elam no leste. Após a morte de Assurbanipal, o domínio assírio foi contestado ademais por

uma revolta na Babilônia em 626 e pelo irrompimento da guerra civil na própria Assíria três anos mais tarde, em 623 AEC.

O Egito foi diretamente beneficiado pelo enfraquecimento da Assíria. O Faraó Psamético I, fundador da vigésima sexta dinastia, governando a partir da cidade de Sais, no delta do Nilo, conseguiu unir a aristocracia egípcia local sob sua liderança. Durante seu reinado de 664 a 610 AEC, as forças assírias se retiraram do Egito e deixaram boa parte do Levante sob o controle dos egípcios. O historiador grego Heródoto, uma fonte importante dos eventos desse período, relata (em uma narrativa enfeitada com muitos detalhes lendários) como Psamético marchou para o norte e durante vinte e nove anos sitiou a cidade de Asdod, na costa do Mediterrâneo. Qualquer que seja o grau de verdade desse relato, os achados arqueológicos em sítios ao longo da planície costeira de fato parecem indicar uma crescente influência egípcia no final do século VII. Adicionalmente, em uma inscrição contemporânea, Psamético se gaba de ter controlado a costa do Mediterrâneo até a Fenícia, no extremo norte.

O recuo dos assírios de suas possessões na planície costeira e no território do anterior Reino do Norte de Israel parece ter sido pacífica. Até é possível que o Egito e a Assíria chegaram a uma espécie de acordo, segundo o qual o Egito herdou as províncias assírias a oeste do Eufrates em troca do compromisso de apoio militar à Assíria. Em todo caso, tinha se cumprido o sonho egípcio de restabelecer seu Império Cananeu, acalentado por cinco séculos. Os egípcios recuperaram o controle da riqueza agrícola e das rotas internacionais de comércio nas ricas terras baixas. Contudo, como na época dos grandes faraós conquistadores do Novo Império, os habitantes relativamente isolados das terras altas – agora organizados como o reino de Judá – tinham importância apenas relativa para os egípcios. E assim, pelo menos no início, foram deixados por sua própria conta.

Uma nova conquista da Terra Prometida

A retirada dos assírios das regiões setentrionais da terra de Israel criou uma situação que deve ter parecido, aos olhos judaítas, como um milagre há muito esperado. Um século de dominação assíria havia terminado; o Egito estava interessado principalmente na costa; e o perverso Reino do Norte de Israel não existia mais. O caminho parecia estar franqueado para o cumprimento final das ambições judaítas. Finalmente pareceu possível a Judá expandir-se para o norte, tomar posse dos territórios montanhosos do Reino do Norte derrotado, centralizar o culto israelita e estabelecer um grande Estado pan-israelita.

Esse plano ambicioso exigiria uma propaganda ativa e poderosa. O Livro do Deuteronômio estabeleceu a unidade do povo de Israel e a centralidade de seu lugar de culto nacional, mas seria a História Deuteronomista e partes do Pentateuco que criariam uma saga épica para expressar a força e a paixão dos sonhos ressurgidos de Judá. Presume-se que esta tenha sido a razão pela qual os autores e editores da História Deuteronomista e de partes do Pentateuco reuniram e retrabalharam as tradições mais apreciadas do povo de Israel: engajar a nação inteira na grande batalha nacional que estava por acontecer.

Enfeitando e elaborando as narrativas contidas nos primeiros quatro livros da Torá, eles entrelaçaram variações regionais das narrativas dos patriarcas, situando as aventuras de Abraão, Isaac e Jacó em um mundo que lembra estranhamente o século VII AEC e enfatizando a supremacia de Judá sobre todo Israel. Eles deram forma a uma grande epopeia nacional de libertação para todas as tribos de Israel contra um grande faraó dominador, cujo reino era curiosamente similar em seus detalhes geográficos ao de Psamético.

Na História Deuteronomista, eles criaram uma epopeia singular da conquista de Canaã, compondo as cenas das batalhas mais ferozes – no Vale do Jordão, na área de Betel, nos contrafortes da Sefelá e nos centros da anterior administração israelita (e depois assíria) no norte – precisamente onde a nova conquista de Canaã teria de ser empreendida. O poderoso e próspero Reino do Norte, em cuja sombra Judá vivera por mais de dois séculos, foi condenado como uma aberração

histórica – um distanciamento pecaminoso da verdadeira herança israelita. Os únicos governantes legítimos de todos os territórios israelitas eram os reis da linhagem de Davi, especialmente o piedoso Josias. Betel, o grande centro de culto do Reino do Norte, do qual Josias tomou posse, foi condenado em termos fortes. Os "cananeus", isto é, todos os habitantes não israelitas, também foram rebaixados, mediante uma proibição estrita de casamentos mistos com mulheres estrangeiras, as quais, de acordo com a História Deuteronomista e o Pentateuco, apenas atrairiam o povo para a idolatria. Essas duas medidas políticas provavelmente estiveram relacionadas com o desafio prático de expandir-se para partes da terra de Israel em que uma grande quantidade de não israelitas foi assentada pelos assírios, especialmente nas regiões no sul do anterior Reino do Norte, em torno de Betel.

É impossível saber se versões anteriores da história de Israel foram compostas no tempo de Ezequias ou por facções dissidentes durante o longo reinado de Manassés, ou mesmo se a grande epopeia foi composta inteiramente durante o reinado de Josias. Contudo, está claro que grande parte dos personagens descritos na História Deuteronomista – como, por exemplo, os piedosos Josué, Davi e Ezequias, e os apóstatas Acaz e Manassés – foram retratados como imagens espelhadas tanto positiva quanto negativamente em Josias. A História Deuteronomista não foi uma história escrita no sentido moderno. Tratou-se de uma composição ideológica e teológica ao mesmo tempo.

No século VII AEC, houve, pela primeira vez na história do antigo Israel, um público interessado em tais obras. Judá havia se tornado um Estado altamente centralizado, no qual o alfabetismo estava se disseminando da capital e das principais áreas urbanas para a zona rural. Foi um processo que aparentemente havia começado no século VIII, mas que atingiu seu auge somente no tempo de Josias. A escrita se aliou à pregação como meio de apresentar um conjunto de ideias políticas, religiosas e sociais bastante revolucionárias. A despeito dos relatos de apostasia e falta de lealdade de Israel e seus monarcas, a despeito dos

ciclos de pecado, castigo e redenção, apesar de todas as calamidades do passado nela contidos, a Bíblia oferece uma história profundamente otimista. Ela promete aos seus leitores e ouvintes que eles participariam do final feliz da história – quando seu próprio Rei Josias purificasse Israel das abominações dos seus vizinhos, redimisse seus pecados, instituísse a observância generalizada das verdadeiras leis de YHWH e desse os primeiros passos para tornar realidade o reino lendário de Davi.

Revolução na zona rural

Os tempos de Josias foram claramente messiânicos. O partido deuteronomista sagrou-se vitorioso e a atmosfera em Jerusalém deve ter sido de satisfação excepcional. Porém, a lição da transição do justo Ezequias para o pecador Manassés não havia sido esquecida. Os reformadores de Josias seguramente enfrentaram oposição. Assim os tempos decerto também foram de educação e reforma social. Em conexão com isso, é importante observar que o Livro do Deuteronômio contém leis éticas e preceitos para o bem-estar social sem paralelo em qualquer outro lugar na Bíblia. O Deuteronômio demanda a proteção do indivíduo, a defesa do que hoje chamaríamos de direitos humanos e dignidade humana. Suas leis mostram uma preocupação sem precedentes com o fraco e desvalido dentro da sociedade judaíta:

> Se houver em teu meio um necessitado entre os irmãos, em alguma de tuas cidades, na terra que o SENHOR teu Deus te dá, não endureças o coração nem feches a mão para o irmão pobre. Ao contrário, abre tua mão e empresta-lhe o bastante para a necessidade que o oprime (Deuteronômio 15,7-8).
>
> Não leses o direito do estrangeiro nem do órfão, nem tomes como penhor as roupas da viúva. Lembra-te de que foste escravo no Egito, donde o SENHOR teu Deus te resgatou. É por isso que te ordeno proceder assim (Deuteronômio 24,17-18).

Isso não era uma questão meramente caritativa, mas uma consciência que brotou da percepção compartilhada da nacionalidade, agora bastante reforçada pela saga

histórica de Israel, codificada em um texto. Os direitos à terra da família foram protegidos pela proibição de remover os antigos marcos divisórios das propriedades (19,14), e os direitos à herança das esposas rejeitadas por seus maridos foram assegurados (21,15-17). Os proprietários rurais foram instruídos a dar o dízimo ao pobre a cada três anos (14,28-29); os estrangeiros residentes foram protegidos da discriminação (24,14-15). Os escravos deveriam ser libertados depois de seis anos de servidão (15,12-15). Estes são apenas alguns exemplos da ampla gama de leis pessoais destinadas a superar as tradicionais injustiças e desigualdades da vida cotidiana.

O funcionamento do governo também foi tematizado com a clara intenção de restringir o poder que os líderes da sociedade judaíta tinham para explorar suas posições a favor de seus próprios interesses ou para oprimir a população em geral:

> Estabelecerá juízes e magistrados nas tribos, em todas as cidades que o SENHOR teu Deus te houver dado, para que julguem o povo com justiça. Não deturpes o direito, não faças discriminação de pessoas, nem aceites suborno, pois o suborno cega os olhos dos sábios e corrompe as palavras dos justos (16,18-19).

Até mesmo o rei devia sujeitar-se às leis da aliança, e fica claro que os autores do Deuteronômio tiveram em mente tanto os pecados dos reis de Israel quanto a justiça de Josias:

> Escolherás um de teus irmãos para rei. Não poderás estabelecer como rei um estrangeiro, que não seja teu irmão. Mas ele não deverá ter grande número de cavalos nem levar o povo de volta ao Egito, a fim de obter mais cavalos, pois o SENHOR teu Deus disse: "Jamais voltarás por esse caminho". Não tenha mulheres em grande número, a fim de que seu coração não se desvie, nem grandes quantidades de ouro e prata. Ao tomar posse do trono do reino, escreverá para si num livro uma cópia desta Lei que se acha em poder dos sacerdotes levíticos. Conservará a cópia consigo e a lerá todos os dias de sua vida, para aprender a temer o SENHOR seu Deus, a guardar todas as palavras desta Lei e todos estes preceitos e a praticá-los. Assim, não se levantará orgulhoso acima de seus irmãos, nem se desviará para a direita ou para a esquerda; e se prolongarão os dias de seu reinado e do reinado de seus filhos no meio de Israel (17,15-20).

Talvez o artefato arqueológico singular mais evocador que exemplifica essa nova consciência dos direitos individuais tenha sido descoberto em 1960 em uma fortaleza do final do século VII AEC conhecida dos arqueólogos pelo nome de Mesad Achaviau, localizada na costa do Mediterrâneo a sul da moderna Tel Aviv (Figura 27, p. 263). No interior das ruínas dessa fortaleza havia fragmentos de cerâmica grega importada que atestam a provável presença de soldados mercenários gregos ali. A julgar pelos nomes javistas que aparecem em óstracos encontrados no sítio, também houve judaítas na fortaleza, alguns deles operando nas circunvizinhanças e alguns servindo como soldados e funcionários. Um dos trabalhadores compôs um apelo indignado ao comandante da guarnição, escrito a tinta em um caco de cerâmica quebrado. Essa preciosa inscrição hebraica talvez seja a mais antiga evidência arqueológica que possuímos da nova atitude e dos novos direitos proporcionados pela lei deuteronomista:

> Que o oficial, meu senhor, escute o pleito do seu servo. Vosso servo está trabalhando na colheita. Vosso servo estava em Hasarasam. Vosso servo fez sua ceifa, terminou o trabalho e estocou [o grão] poucos dias atrás antes de parar. Depois que vosso servo tinha terminado a ceifa e estocado o grão alguns dias atrás, veio Hosaiau filho de Sabai e pegou as roupas do vosso servo. Foi depois que eu terminei a minha ceifa, há poucos dias, que ele pegou as roupas do vosso servo. Todos os meus companheiros testemunharão a meu favor, todos os que estavam ceifando comigo debaixo do calor do sol – eles testemunharão a meu favor de que isso é verdade, de que não cometi nenhuma infração. (Assim) por favor, devolva minhas roupas. Se o oficial não considerar como sua obrigação devolver as roupas do vosso servo, então que ele tenha compaixão dele e devolva as roupas do vosso servo. Vós não deveis ficar em silêncio quando vosso servo está sem suas roupas.

Tratou-se aqui de uma demanda pessoal de que a lei fosse observada, a despeito da diferença de nível social entre o destinatário e o solicitante. A demanda de direitos de um indivíduo contra outro é um passo revolucionário que se afasta da dependência, tradicional no Oriente Próximo, unicamente no poder do clã para assegurar os direitos comunais do seus membros.

Este é um exemplo único, preservado por acaso, nas ruínas de um sítio

distante do centro de Judá. Contudo, sua importância está clara. As leis do Deuteronômio estavam estabelecidas como um novo código de direitos e obrigações individuais para o povo de Israel. Eles também serviram como fundamento para um código social universal e um sistema de valores comunitários que perdura – até hoje.

A arqueologia e as reformas josiânicas

Apesar de ter tido um papel inestimável na revelação dos desenvolvimentos sociais de longo prazo subjacentes à evolução histórica de Judá e à gênese do movimento deuteronomista, a arqueologia foi muito menos bem-sucedida em fornecer evidência das realizações específicas de Josias. O templo de Betel – o alvo principal de Josias em sua campanha contra a idolatria – ainda não foi localizado e apenas um templo judaíta contemporâneo fora de Jerusalém foi descoberto até agora. Não está claro o que aconteceu com ele durante o programa de centralização religiosa de Josias[*].

Da mesma forma, selos e sinetes de funcionários e dignitários judaítas da monarquia tardia fornecem apenas uma *possível* evidência das reformas de Josias. Embora selos judaíta mais antigos contivessem ícones característicos relacionados com o culto astral – imagens de estrelas e da lua que parecem ser símbolos sagrados –, no final do século VII, a maior parte dos selos contém apenas nomes (e às vezes decoração floral), visivelmente omitindo decorações icônicas. Os estilos artísticos em outras regiões como Amon e Moab evidenciam uma mudança similar, que pode estar relacionada com a disseminação generalizada do alfabetismo por toda a região, mas nenhuma é tão pronunciada quanto a de Judá, que possivelmente reflete a influência da reforma de Josias, ao insistir em que o YHWH sem imagens era o único foco legítimo de veneração e ao desencorajar o culto aos poderes celestiais de forma visível.

Outra evidência, todavia, parece indicar que Josias não conseguiu impedir a veneração de imagens esculpidas, já que figuras de uma mulher em pé segurando

os seios com as mãos (geralmente identificadas com a deusa Aserá) foram encontradas em abundância em conjuntos de moradias privadas em todos os principais sítios em Judá no final do século VII. Em consequência, pelo menos no nível doméstico esse culto popular parece ter continuado, a despeito da política religiosa vinda de Jerusalém.

Qual foi o alcance da revolução de Josias?

Até o momento, a extensão das conquistas territoriais de Josias foi determinada apenas em amplos traços por meio de critérios arqueológicos e históricos (cf. Anexo F). Embora o santuário de Betel ainda não tenha sido descoberto, artefatos judaíta típicos do século VII foram encontrados na região circunvizinha. É possível que Josias tenha expandido mais para o norte na direção de Samaria (como insinuado em 2 Reis 23,19), mas até agora nenhuma evidência arqueológica clara foi encontrada.

No oeste, o fato de Laquis ter sido novamente fortificada e que de novo serviu como forte judaíta principal provavelmente é a melhor evidência de que Josias continuou a controlar as áreas da Sefelá revitalizadas por seu avô Manassés. Porém, Josias dificilmente poderia ter expandido mais para o oeste, entrando em áreas importantes para os interesses egípcios. No sul, a ocupação judaíta contínua indica que Josias controlou o Vale de Bersabeia e possivelmente os fortes mais para o sul, que haviam sido estabelecidos poucas décadas antes por Manassés sob a dominação assíria.

Basicamente, o reino sob Josias representou uma continuação direta de Judá sob o domínio de Manassés. Sua população provavelmente não ultrapassou as setenta e cinco mil pessoas, com uma ocupação relativamente densa das áreas rurais na região montanhosa de Judá, uma rede de assentamentos nas zonas áridas do leste e do sul e uma população relativamente esparsa na Sefelá. Em muitos aspectos, ele não passou de uma cidade-Estado densamente povoada na medida em que a capital abrigou cerca de 20% da população. A vida urbana em

Jerusalém atingiu um ponto alto que seria igualado somente em tempos romanos. O Estado era bem organizado e altamente centralizado, como no período de Manassés. Porém, quanto ao seu desenvolvimento religioso e à expressão literária da identidade nacional, a era de Josias marcou um estágio drasticamente novo na história de Judá.

Confronto final em Meguido

A vida de Josias foi abreviada inesperadamente. No ano de 610 AEC, Psamético I, o fundador da vigésima sexta dinastia egípcia, morreu e foi sucedido no trono por seu filho Necao II. No curso de uma expedição militar no norte, para ajudar o Império Assírio em desagregação a combater os babilônios, ocorreu um confronto fatal. O Segundo Livro dos Reis descreve o evento em termos lacônicos, quase telegráficos: "No seu tempo, o Faraó Necao, rei do Egito, se pôs em marcha para se encontrar com o rei da Assíria, no Rio Eufrates. O Rei Josias quis barrar-lhe a passagem, mas o faraó o matou no primeiro embate em Meguido"[**] (2 Reis 23,29). O Segundo Livro das Crônicas acrescenta alguns detalhes, transformando o relato da morte de Josias em uma tragédia no campo de batalha:

> Necao, rei do Egito, subiu para lutar em Carquemis, às margens do Eufrates. Mas Josias saiu para enfrentá-lo. Necao mandou dizer-lhe por mensageiros: "Que há entre mim e ti, ó rei de Judá? Não é contra ti que hoje estou marchando […]. Mas Josias não recuou […]. E assim entrou em combate no Vale de Meguido. Ora, os arqueiros acertaram o Rei Josias e este disse aos assistentes: "Levai-me embora, pois estou muito ferido". Os assistentes o tiraram do carro e o transferiram para outro carro e assim o transportaram para Jerusalém. Lá ele morreu e foi sepultado no mausoléu de seus antepassados (2 Crônicas 35,20-24).

Qual desses relatos é mais exato? O que eles dizem a respeito do êxito ou do fracasso das reformas de Josias? E que importância têm os eventos em Meguido para a evolução da fé bíblica? A resposta reside, uma vez mais, na situação política que se desdobrava na região. O poder da Assíria continuou a diminuir e a incipiente pressão babilônica no coração do império moribundo ameaçava

provocar um desequilíbrio no mundo antigo e pôr em risco os interesses egípcios na Ásia. O Egito decidiu intervir, colocando-se do lado dos assírios e, em 616, seu exército marchou para o norte. Esse movimento, no entanto, não deteve o colapso assírio. Nínive, a grande capital assíria, caiu em 612 e a corte assíria escapou para Harã no oeste, um evento que foi registrado pelo Profeta Sofonias (2,13-15). Dois anos mais tarde, em 610, quando Psamético morreu e seu filho Necao subiu ao trono, as forças egípcias no norte foram forçadas a recuar e os babilônios tomaram Harã. No ano seguinte, Necao decidiu pôr-se em marcha rumo norte.

Muitos historiadores da Bíblia preferiram a versão de 2 Crônicas, que descreve uma batalha real entre Necao e Josias em Meguido no ano de 609. De acordo com sua visão, Josias expandiu seu território sobre toda a região montanhosa do ex-Reino do Norte, isto é, ele anexou a anterior província assíria de Samaria. Depois ele estendeu seu domínio mais para o norte até Meguido, onde construiu um grande forte a leste do monte. Ele transformou Meguido em um posto avançado estratégico no norte do Estado judaíta em crescimento. Alguns especialistas propuseram que seu objetivo foi colocar-se do lado dos babilônios contra a Assíria, bloqueando o avanço de Necao no desfiladeiro estreito que leva a Meguido. Alguns até argumentam que a passagem de 2 Crônicas 34,6 é confiável e que Josias conseguiu expandir seu território ainda mais para o norte, para os antigos territórios israelitas na Galileia.

Contudo, a ideia de que Josias chegou a Meguido com uma força militar efetiva para tentar deter Necao e impedir que ele marchasse para o norte é pouco plausível. É extremamente improvável que Josias tenha tido um exército grande o bastante para arriscar uma batalha com os egípcios. Até cerca de 630 AEC, seu reino ainda estava sob o domínio assírio e, depois disso, é inconcebível que Psamético, que era forte o bastante para controlar toda a costa leste do Mediterrâneo até a altura da Fenícia, tenha deixado Judá desenvolver uma grande força militar. De qualquer modo, teria sido uma grande aposta de Josias

arriscar seu exército contra os egípcios tão longe do centro do seu reino. Assim, a versão de Reis provavelmente é mais confiável.

Nadav Naaman ofereceu uma explicação bem diferente. Ele propôs que uma das razões para Necao marchar através da Palestina em 609, um ano após a morte de Psamético e sua entronização no Egito, foi obter um juramento renovado de lealdade dos seus vassalos. De acordo com o costume, o juramento anterior a Psamético teria sido invalidado com sua morte. De acordo com isso, Josias teria sido convocado ao baluarte egípcio de Meguido para encontrar-se com Necao e fazer um novo juramento de lealdade. Contudo, por alguma razão, Necao decidiu executá-lo.

O que Josias teria feito para enfurecer o monarca egípcio? O avanço de Josias para o norte, entrando na região montanhosa de Samaria, poderia ter ameaçado os interesses egípcios no Vale de Jezrael. Ou talvez uma tentativa de Josias de expandir para o oeste, para além dos seus territórios na Sefelá, poderia ter posto em perigo os interesses egípcios na Filisteia. O mesmo grau de plausibilidade tem a sugestão de Baruch Halpern de que Necao poderia ter se irritado com as políticas independentes de Josias no sul, ao longo das sensíveis rotas do comércio árabe.

Uma coisa está clara. O historiador deuteronomista, que viu Josias como um messias ungido por Deus, destinado a redimir Judá e levá-lo à glória, estava claramente sem saber explicar como tal catástrofe histórica podia ocorrer e deixou apenas uma referência curta e enigmática à morte de Josias. Os sonhos desse e pretenso messias foram brutalmente silenciados no monte de Meguido. Décadas de reavivamento espiritual e esperanças visionárias aparentemente desabaram de um dia para outro. Josias estava morto e o povo de Israel fora novamente escravizado pelo Egito.

O último rei davídico

Como se isso não fosse suficientemente devastador, os anos seguintes trouxeram calamidades ainda maiores. Após a morte de Josias, o grande movimento de reforma aparentemente se esfacelou. Os últimos quatro reis de Judá – três deles filhos de Josias – são julgados negativamente na Bíblia como apóstatas. De fato, as duas últimas décadas na história de Judá são descritas pela História Deuteronomista como um período de contínuo declínio, que levou à destruição do Estado judaíta.

Joacaz, o sucessor de Josias, aparentemente antiegípcio, governou apenas três meses e retornou aos modos idólatras dos anteriores reis de Judá. Deposto e exilado pelo Faraó Necao, foi substituído por seu irmão Joaquim, que também "praticou o que desagrada ao Senhor", acrescentando à impiedade o insulto de cobrar tributo do povo da terra para entregá-lo ao Faraó Necao, seu suserano.

Há documentação clara na Bíblia (incluindo as obras proféticas daquela época), confirmada por fontes extrabíblicas, que descreve a batalha tumultuada entre as grandes potências rivais que ocorreu nos anos subsequentes à morte de Josias. O Egito aparentemente manteve o controle dos territórios ocidentais do anterior Império Assírio ainda por vários anos, alçando a um novo patamar os sonhos de ressuscitar a glória dos faraós de antigamente. Porém, na Mesopotâmia, o poder dos babilônios estava em constante crescimento. Em 605 AEC, o príncipe herdeiro babilônico, mais tarde conhecido como Nabucodonosor, esmagou o exército egípcio em Carquemis na Síria (um evento registrado em Jeremias 46,2), fazendo as forças egípcias fugirem em pânico de volta para o Nilo. Com essa derrota, o Império Assírio foi desmembrado de forma final e irrevogável, e Nabucodonosor, então rei da Babilônia, procurou obter controle completo sobre todas as terras a oeste.

Logo as forças babilônicas desceram pela planície costeira do Mediterrâneo, devastando as ricas cidades filisteias. Em Judá, a facção pró-egípcia que havia assumido o poder em Jerusalém poucos meses após a morte de Josias entrou em pânico – e seus apelos desesperados dirigidos a Necao por ajuda militar contra os

babilônios meramente aumentou sua vulnerabilidade política nos dias terríveis que estavam por vir.

E assim o nó babilônico foi se apertando em torno de Jerusalém. A intenção dos babilônios era pilhar e devastar completamente o Estado judaíta. Após a morte súbita de Joaquim, seu filho Joaquin enfrentou o poderio do terrível exército babilônico:

> Naquele tempo, o exército de Nabucodonosor, rei da Babilônia, marchou contra Jerusalém e a cidade foi sitiada. Nabucodonosor, rei da Babilônia, chegou em pessoa à cidade, enquanto o exército a sitiava. Então Joaquin, rei de Judá, apresentou-se ao rei da Babilônia em companhia de sua mãe, dos seus servos, chefes e oficiais, e o rei da Babilônia o fez prisioneiro no seu oitavo ano de reinado. Como o SENHOR havia predito, Nabucodonosor levou todos os tesouros do templo e do palácio real e arrancou o ouro de todos os objetos que Salomão, rei de Israel, tinha mandado fazer e que estavam no santuário do SENHOR. Depois deportou toda Jerusalém, todos os chefes e homens abastados – num total de dez mil deportados – e ainda os ferreiros e serralheiros, de modo que só ficou o povo mais pobre da terra. Deportou Joaquin para a Babilônia, e do mesmo modo exilou de Jerusalém a rainha-mãe e as mulheres do rei, os ministros e os nobres do país. Todos os homens abastados num total de sete mil, os ferreiros e serralheiros em número de mil, todos os homens influentes e capazes de pegar em armas foram conduzidos ao exílio na Babilônia pelo rei da Babilônia (2 Reis 24,10-16).

Esses eventos acontecidos em 597 AEC também foram documentados pela Crônica Babilônica:

> No sétimo ano, no mês de *kislev*, o rei da Acádia passou em revista suas tropas, marchou para a terra de Hati e acampou contra a cidade de Judá e, no segundo dia do mês de *adar*, ele tomou a cidade e capturou o rei. Ele designou um rei de sua própria escolha e, cobrando um pesado tributo, trouxe-o para a Babilônia.

A aristocracia e o corpo de sacerdotes de Jerusalém – entre os quais estavam os adeptos mais fervorosos da ideologia deuteronomista – foram levados ao exílio, gerando um conflito crescente entre as facções remanescentes da casa real davídica e da corte que não tinham uma ideia clara do que fazer.

Mas esse foi apenas o primeiro passo no desmantelamento forçado de Judá.

Nabucodonosor imediatamente substituiu o exilado Joaquin por seu tio Sedecias, aparentemente um vassalo mais dócil. Foi um erro; alguns anos mais tarde Sedecias conspirou com os reis vizinhos para rebelar-se novamente e, como um personagem da tragédia grega, ele condenou a si e sua cidade. Em 587 AEC, Nabucodonosor chegou com o seu formidável exército e sitiou Jerusalém. Foi o começo do fim.

As forças babilônicas assolaram a zona rural e as cidades periféricas de Judá caíram uma após a outra. Evidência arqueológica clara dos últimos anos do Reino do Sul foi obtida de quase todo sítio do período monárquico tardio escavado em Judá: no Vale de Bersabeia, na Sefelá e nas terras altas de Judá. Na fortaleza de Arad, um centro judaíta de controle e operações militares no sul, um grupo de óstracos ou cacos de cerâmica com inscrições foi encontrado entre os destroços da destruição contendo ordens frenéticas para o movimento de tropas e o transporte de suprimentos comestíveis. Em Laquis, na Sefelá, óstracos encontrados nas ruínas do portão da última cidade proporcionam um vislumbre pungente dos últimos momentos da independência de Judá, na medida em que os sinais de fogo das cidades vizinhas foram sendo apagados um após o outro. Presumivelmente escrito para o comandante de Laquis de um posto avançado nas vizinhanças, esse texto revela uma sensação de fatalidade iminente:

> E meu senhor esteja ciente de que estamos observando os sinais de Laquis, em conformidade com todos os sinais que meu senhor enviou. Pois não estamos vendo Azeca...

Esse relato sombrio é confirmado pela descrição no Livro de Jeremias (34,7), que comenta que Laquis e Azeca de fato eram as últimas cidades em Judá que ainda resistiam ao ataque babilônico.

Por fim, tudo que restou foi Jerusalém. A descrição bíblica de suas últimas horas é simplesmente horripilante:

> […] quando a fome tomava conta da cidade e o povo da terra não tinha mais comida, foi aberta uma brecha na muralha da cidade. Então o rei fugiu de noite

> com todos os combatentes […]. O rei tomou o rumo da Arabá. Mas as tropas caldeias perseguiram o rei e o alcançaram nas planícies de Jericó, enquanto todo o seu exército o abandonava e se dispersava. Os caldeus prenderam o rei e o conduziram à presença do rei da Babilônia em Rebla, que pronunciou contra ele a sentença. Os filhos de Sedecias foram degolados diante dele. O rei vazou os olhos de Sedecias, amarrou-o com duas correntes e o conduziu para a Babilônia (2 Reis 25,3-7).

O último ato da tragédia aconteceu cerca de um mês depois:

> […] chegou a Jerusalém Nabuzardã, comandante da guarda e oficial do rei da Babilônia. Ele mandou pôr fogo no Templo do SENHOR, no palácio real e em todas as casas de Jerusalém. [...] Todas as tropas caldeias [...] derrubaram as muralhas em redor de Jerusalém. O comandante da guarda, Nabuzardã, deportou a população restante que tinha ficado na cidade [...] (2 Reis 25,8-11).

Os achados arqueológicos transmitem apenas os últimos momentos horríveis de violência. Os sinais da grande conflagração foram rastreados em quase todo lugar dentro das muralhas da cidade. Pontas de flechas encontradas nas casas e perto das fortificações no norte atestam a intensidade da última batalha por Jerusalém. As casas particulares, que foram incendiadas e desabaram, soterrando tudo que havia dentro delas, criaram os montes de escombros carbonizados que ficaram ali como um testemunho da destruição total de Jerusalém pelos babilônios pelo século e meio seguinte (Neemias 2,13).

E foi assim que tudo terminou. Quatrocentos anos de história de Judá acabaram em fogo e sangue. O altivo reino de Judá foi completamente devastado, sua economia arruinada, sua sociedade dilacerada. O último rei na dinastia que governara por séculos foi torturado e aprisionado na Babilônia. Seus filhos foram mortos. O Templo de Jerusalém – o único lugar legítimo do culto a YHWH – foi destruído.

A religião e a existência nacional do povo de Israel poderiam ter acabado nesse grande desastre. Milagrosamente ambas sobreviveram.

[*]. Esse templo foi escavado na fortaleza de Arad no sul. De acordo com o escavador Yohanan Aharoni, o templo deixou de ser usado no final do século VII e início do século VI, quando uma nova muralha foi construída em cima dele. Isso aparentemente significou o fechamento ou o abandono do templo, perto da época das reformas de Josias. Contudo, outros especialistas questionam essa datação e não estão tão certos de que o templo de Arad parou de funcionar nesse período, como Josias aparentemente teria desejado.

[**]. Na tradução inglesa, a frase final tem o seguinte teor: “O Rei Josias foi se encontrar com ele; e o Faraó Necao o matou em Megido assim que o viu”.

12

EXÍLIO E RETORNO (586-CERCA DE 440 AEC)

Para entender toda a história do antigo Israel e a criação da história bíblica, não podemos parar na morte de Josias, nem deter-nos na destruição de Jerusalém e do Templo e na queda da dinastia davídica. É crucial examinar o que aconteceu em Judá nas décadas que se seguiram à conquista babilônica, pesquisar os desenvolvimentos que ocorreram entre os exilados na Babilônia e recontar os eventos que tiveram lugar na Jerusalém pós-exílica. Nesses tempos e lugares, os textos tanto do Pentateuco quanto os da História Deuteronomista sofreram acréscimos e revisões de grande alcance, assumindo o que foi substancialmente a sua forma final. Nesse meio-tempo, o povo de Israel desenvolveu novos modos de organização comunal e culto na Babilônia e em Jerusalém durante os séculos VI e V AEC, que lançaram os fundamentos para o judaísmo do Segundo Templo e, em consequência, do primeiro cristianismo. Os eventos e processos que tiveram lugar no século e meio depois da conquista do reino de Judá – na medida em que podemos reconstruí-los a partir das fontes históricas e da evidência arqueológica – são, em consequência, cruciais para a compreensão de como emergiu a tradição judaico-cristã.

Antes de continuar com a narrativa bíblica, temos de tomar ciência da mudança significativa nas fontes bíblicas a nossa disposição. A História Deuteronomista, que narra a história de Israel do fim da peregrinação pelo deserto até a conquista de Jerusalém pelos babilônios, termina abruptamente.

Outros autores bíblicos assumiram a tarefa. A situação em Judá após a destruição é descrita no Livro de Jeremias, enquanto o Livro de Ezequiel (escrito por um dos exilados) fornece informação sobre a vida e as expectativas dos deportados judaítas na Babilônia. Eventos sucedidos quando as ondas sucessivas de exilados retornaram a Jerusalém são narrados nos livros de Esdras e Neemias e pelos profetas Ageu e Zacarias. Esse também é o momento de nossa história em que devemos mudar nossa terminologia: o reino de Judá passa a chamar-se *Jehud* – o nome aramaico da província durante o Império Persa – e o povo de Judá, os judaítas, passariam a ser conhecidos como os *Jehudim* ou judeus.

Da destruição à restauração

Essa fase culminante da história de Israel começa com um cenário de completo desastre e desesperança. Jerusalém está destruída, o Templo em ruínas, o último rei davídico no trono, Sedecias, cego e exilado, e seus filhos foram abatidos. Muitos membros da elite judaíta foram deportados. A situação havia chegado ao seu ponto mais baixo e era como se a história do povo de Israel tivesse chegado a um fim amargo e irreversível.

Mas não foi bem assim. Do capítulo final de 2 Reis e do Livro de Jeremias depreendemos que parte da população de Judá sobreviveu e não foi deportada. As autoridades babilônicas até lhes concederam um certo grau de autonomia, designando um oficial chamado Godolias, filho de Aicam, para governador do povo que permaneceu em Judá, que reconhecidamente foram "os mais pobres da terra". Masfa, uma modesta área urbana a norte de Jerusalém, tornou-se o centro da administração de Godolias e um refúgio para outros judaítas, como o Profeta Jeremias, que se opusera ao levante fatídico contra a Babilônia. Godolias tentou persuadir o povo de Judá a cooperar com os babilônios e reconstruir suas vidas e seu futuro, a despeito da destruição do Templo e da cidade de Jerusalém. Porém, Godolias logo foi assassinado por Ismael, filho de Natanias, "que era da família real" – possivelmente porque a cooperação de Godolias com os babilônios foi

vista como uma ameaça para as esperanças futuras da família davídica. Também foram assassinados outros oficiais judaítas e representantes imperiais babilônicos presentes em Masfa. Os membros sobreviventes da população local decidiram fugir para salvar suas vidas, deixando Judá virtualmente desabitada. Então a população "em peso" foi para o Egito, "porque ficaram com medo dos caldeus" (como também eram conhecidos os babilônios). O Profeta Jeremias fugiu com eles, e assim aparentemente teve fim a secular ocupação israelita da Terra Prometida (2 Reis 25,22-26; Jeremias 40,7–43,7).

A Bíblia não fornece muitos detalhes sobre a vida dos exilados durante os próximos cinquenta anos. Nossas únicas fontes são as alusões indiretas e com frequência obscuras contidas em várias obras proféticas. Ezequiel e o Segundo Isaías (os capítulos 40-55 do Livro de Isaías) informam-nos que os exilados judaítas viveram tanto na capital da Babilônia quanto na zona rural. Os deportados da realeza e do sacerdócio começaram vida nova, sendo que o rei davídico exilado Joaquin – mais do que Sedecias, que estava cego e caíra em desgraça – possivelmente manteve algum tipo de autoridade sobre a comunidade. A partir de referências esparsas no Livro de Ezequiel, parece que os assentamentos judaítas estavam localizados em áreas subdesenvolvidas do reino babilônico, perto de canais recentemente escavados. Ezequiel, ele próprio um sacerdote exilado do Templo de Jerusalém, viveu por algum tempo em um assentamento localizado sobre um antigo monte de ruínas chamado Tel-Abib (Tel Aviv em hebraico; Ezequiel 3,15).

Sobre seu modo de vida, os textos bíblicos revelam pouca coisa, exceto que os exilados se estabeleceram para ficar por muito tempo, seguindo um conselho de Jeremias: "Construí casas e morai nelas, plantai pomares e comei seus frutos. Casai-vos e gerai filhos e filhas, tomai esposas para os vossos filhos e dai vossas filhas em casamento, a fim de gerarem filhos e filhas; multiplicai-vos aí e não diminuais" (Jeremias 29,5-6). Porém, logo a história teria uma reviravolta súbita e drástica que traria muitos dos exilados de volta a Jerusalém.

O poderoso Império Neobabilônico desmoronou e foi conquistado pelos persas em 539 AEC. No primeiro ano do seu reinado, Ciro, o fundador do Império Persa, promulgou um decreto real para a restauração de Judá e do Templo:

> Assim fala Ciro, rei da Pérsia: Todos os reinos da terra me foram entregues pelo SENHOR, o Deus do céu. E agora Ele me encarregou de construir para Ele um templo em Jerusalém da Judeia. Quem dentre vós pertence ao conjunto de seu povo? Pois que seu Deus esteja com ele e suba a Jerusalém, que fica na Judeia, para ajudar na construção do templo do SENHOR, o Deus de Israel. É Ele o Deus que está em Jerusalém (Esdras 1,2-3).

Um líder dos exilados chamado Sasabassar, descrito em Esdras 1,8 como "o príncipe de Judá" (provavelmente indicando que ele era filho do rei davídico exilado Joaquin), liderou o primeiro grupo dos que retornaram a Sião. Pelo visto, eles levaram junto os tesouros do templo que Nabucodonosor havia tirado de Jerusalém meio século antes. Segue uma lista dos que retornaram por cidade de origem, família e quantidade, cerca de cinquenta mil ao todo. Eles se estabeleceram em sua velha pátria e lançaram os fundamentos de um novo Templo. Alguns anos mais tarde, outra onda de repatriados se congregou em Jerusalém. Liderados por Josué, filho de Josedec, e um possível neto de Joaquin chamado Zorobabel, eles construíram um altar e celebraram a Festa dos Tabernáculos. Em uma cena comovente, eles começaram a reconstruir o Templo:

> E todo o povo manifestava em altas vozes sua alegria, louvando o SENHOR, pelo fato de estarem sendo colocados os fundamentos da casa do SENHOR. Muitos sacerdotes, levitas e chefes de famílias mais idosos, que tinham visto com seus olhos o templo antigo quando ainda existia, choraram em voz alta, enquanto diante deles eram postos os alicerces do templo novo; mas muitos outros davam gritos de alegria. E ninguém conseguia distinguir entre as manifestações de alegria e as lamentações, pois a gritaria do povo era muito forte e podia ser ouvida de longe (Esdras 3,11-13).

O povo de Samaria – os ex-cidadãos do Reino do Norte e os deportados trazidos até ali pelos assírios – ouviram falar do início da construção do segundo

Templo, vieram até Zorobabel e pediram para juntar-se à obra. Porém, o sacerdote Josué e Zorobabel mandaram os moradores do norte embora, dizendo-lhes sem rodeios que "não convém que nós e vós construamos juntos a casa de nosso Deus" (Esdras 4,3). A facção que se havia preservado no exílio passou a acreditar-se detentora do direito divino de determinar o caráter da ortodoxia judaíta.

Ressentido, "o povo da terra" dificultou a obra e até escreveu ao rei da Pérsia, acusando os judeus de estar "reconstruindo esta cidade rebelde e ruim" e predizendo que "se a cidade for reconstruída e os muros forem restaurados, não serão mais pagos impostos nem contribuições em espécie, nem pedágio, o que será um grande prejuízo para corte real […] a Transeufratênia deixará de pertencer-te" (Esdras 4,12-16). Ao receber essa carta, o rei persa ordenou a suspensão da obra de construção em Jerusalém.

Ainda assim, Zorobabel e Josué continuaram a obra. E quando o governador persa da província ficou sabendo e veio inspecionar o sítio, ele exigiu saber quem deu a permissão para começar a reconstrução. Ele foi remetido ao decreto original de Ciro. De acordo com o Livro de Esdras, o governador então escreveu ao novo rei, Dario, para que tomasse uma decisão real. Dario o instruiu a não só deixar que a obra continuasse, mas também a custear todas as despesas com a receita do Estado, a suprir o Templo de animais para sacrifício e punir quem tentasse impedir a implementação do édito real. A construção do Templo foi então concluída no ano de 516 AEC. Assim teve início a era do judaísmo do Segundo Templo.

Outro período sombrio de mais de meio século transcorreu até que o escriba Esdras, da família do sumo sacerdote Aarão, chegou a Jerusalém vindo da Babilônia (provavelmente em 458 AEC). "Era um escriba, bom conhecedor da Lei de Moisés, dada pelo SENHOR, o Deus de Israel. [...] É que Esdras se tinha aplicado de todo o coração ao estudo e à prática da Lei do SENHOR" (Esdras 7,6.10). Esdras foi enviado para fazer averiguações "sobre Judá e Jerusalém" por

Artaxerxes, rei de Pérsia, que o autorizou a levar consigo um grupo adicional de exilados judeus da Babilônia que quisessem ir para lá. O rei persa supriu Esdras com recursos financeiros e autoridade judicial. Chegando a Jerusalém com a mais nova onda de repatriados, Esdras ficou chocado que o povo de Israel, incluindo os sacerdotes e os levitas, não se afastavam das abominações dos seus vizinhos. Eles se casavam e se misturavam livremente com os povos da terra.

Esdras imediatamente convocou todos os que haviam retornado para uma assembleia em Jerusalém:

> Todos os homens de Judá e de Benjamim se reuniram em Jerusalém [...] o povo acampou defronte do Templo. [...] O sacerdote Esdras levantou-se e disse: "Fostes infiéis ao vos casardes com mulheres estrangeiras, aumentando dessa maneira a culpa de Israel. Confessai agora vossa falta ao SENHOR, o Deus de vossos pais, e fazei sua vontade. Separai-vos desses povos da terra e das mulheres estrangeiras". Toda a assembleia respondeu em voz alta: "Sim, é nossa obrigação fazer o que disseste..." Os repatriados agiram de acordo com a proposta (Esdras 10,9-16).

Em seguida, Esdras – um dos personagens mais influentes dos tempos bíblicos – sai de cena.

O outro herói daquele tempo foi Neemias, o copeiro ou alto funcionário da corte do rei persa. Neemias ouviu falar do estado precário dos habitantes de Judá e sobre a condição terrível de Jerusalém em ruínas. Profundamente tocado por essas notícias, ele pediu permissão ao rei persa Artaxerxes para ir a Jerusalém reconstruir a cidade de seus pais. O rei deu permissão a Neemias e o designou para o posto de governador. Logo depois de chegar a Jerusalém (por volta de 445 AEC), Neemias saiu para uma ronda noturna de inspeção da cidade e depois convocou o povo a juntar-se em um grande esforço comunitário para reconstruir as muralhas de Jerusalém, de modo que "não mais soframos desgraça". Porém, quando os vizinhos de Judá – os líderes de Samaria e Amon e os árabes do sul – ouviram a respeito dos planos de Neemias de fortificar Jerusalém, acusaram os judeus de planejar um levante contra as autoridades persas e conspiraram para

atacar a cidade. Não obstante, a obra na muralha prosseguiu até ser completada. Neemias também participou ativamente na implementação da legislação social, condenando aqueles que cobravam juros e urgindo a restituição da terra ao pobre. Na mesma época, ele também proibiu o casamento misto de judeus com mulheres estrangeiras.

Esses regramentos feitos por Esdras e Neemias em Jerusalém no século V AEC lançaram os fundamentos do judaísmo do Segundo Templo, ao estabelecerem fronteiras claras entre o povo judeu e seus vizinhos e ao imporem o cumprimento rigoroso da Lei Deuteronomista. Seus esforços – e os esforços de outros sacerdotes e escribas judeus que ocorreram durante mais de cento e cinquenta anos de exílio, sofrimento, busca profunda e reabilitação política – levou à gênese da Bíblia Hebraica em sua forma substancialmente final.

Da catástrofe ao revisionismo histórico

A grande saga da Escritura elaborada durante o reinado de Josias, que contou a história de Israel desde a promessa de Deus aos patriarcas, passando pelo êxodo, a conquista, a monarquia unificada, os estados divididos e terminando com a descoberta do Livro da Lei no Templo de Jerusalém, foi uma composição brilhante e apaixonante. Seu propósito foi explicar por que eventos passados indicavam triunfos futuros, justificar a necessidade das reformas religiosas do Deuteronômio e, em termos mais práticos, dar apoio às ambições territoriais da dinastia davídica. Porém, no exato momento em que Josias estava para redimir Judá, ele foi abatido pelo faraó. Seus sucessores reincidiram na idolatria e voltaram a uma mentalidade estreita. O Egito reclamou a posse da costa e os babilônios logo chegaram para pôr fim à existência nacional de Judá. Onde estava o Deus que prometeu redenção? Enquanto as demais nações do Oriente Próximo antigo teriam se contentado em aceitar o veredito da história, dar de ombros coletivamente e transferir sua reverência ao deus do vencedor, os editores posteriores da História Deuteronomista voltaram para a escrivaninha.

Joaquin, o rei exilado de Jerusalém em 597 AEC e líder da comunidade judaíta na Babilônia, poderia ter representado a última esperança para uma restauração final da dinastia davídica. Porém, a crença jamais questionada de que um herdeiro davídico realizaria as promessas divinas não mais podia ser dada como certa à luz da catástrofe que acabara de ocorrer. De fato, a necessidade desesperada de reinterpretar os eventos históricos das décadas precedentes levou a uma reelaboração da História Deuteronomista original – visando explicar como o tão esperado momento da redenção, tão perfeitamente ligado ao reinado de Josias, o avô de Joaquin, falhara em se materializar.

O biblista norte-americano Frank Moore Cross há muito identificou o que ele acreditou ser duas redações distintas ou duas edições da História Deuteronomista, refletindo a diferença da consciência histórica antes e depois do exílio. A versão mais antiga, que é conhecida na ciência bíblica como Dtr[1], presumivelmente foi escrita durante o reinado de Josias e, como argumentamos, foi inteiramente dedicada a promover as metas religiosas e políticas daquele monarca. De acordo com Cross e muitos especialistas que aderiram a ele, a primeira História Deuteronomista, Dtr[1], terminou com as passagens que descrevem a grande destruição dos lugares altos idólatras por todo o país e a celebração da primeira Páscoa nacional em Jerusalém. Essa celebração foi uma repetição simbólica da grande Páscoa de Moisés, uma festa em que se comemorava a libertação da escravidão para a liberdade sob o comando de YHWH e a antecipação da libertação de Judá do novo jugo do Egito sob o Faraó Necao. De fato, a História Deuteronomista original narra a história de Israel desde o último discurso de Moisés e a conquista de Canaã liderada por Josué até a promulgação da nova Lei e a conquista renovada da Terra Prometida por Josias. Foi uma narrativa que terminava na redenção divina e na bênção eterna.

Mas a catástrofe se abateu. Séculos de esforços e esperanças se mostraram vãos. Judá voltou a ser escravizado pelo Egito – o mesmo Egito do qual os israelitas haviam sido libertados. Então veio a destruição de Jerusalém e com ela

um baque teológico terrível: foi quebrada a promessa incondicional de YHWH a Davi de que sua dinastia reinaria eternamente em Jerusalém – a base da fé deuteronomista. A morte de Josias e a destruição de Jerusalém deve ter levado os autores da História Deuteronomista ao desespero. Como a história sagrada poderia ser mantida nesse período de escuridão? Qual poderia ser seu significado?

Com o tempo novas explicações emergiram. A aristocracia de Judá – incluindo talvez as pessoas mesmas que haviam composto a História Deuteronomista original – foi reassentada na distante Babilônia. Na medida em que o choque do desterro começou a desvanecer-se, uma história continuou a fazer-se necessária; na verdade, uma história de Israel se tornou ainda mais urgente. Os judaítas no exílio perderam tudo, incluindo tudo o que era caro às ideias deuteronomistas. Eles haviam perdido suas casas, seus povoados, sua terra, os túmulos dos seus ancestrais, sua capital, seu Templo e até a independência política da dinastia davídica, que durara quatro séculos. Reescrever a história de Israel seria o melhor modo de os exilados reafirmarem sua identidade. Ela poderia supri-los com um vínculo com a terra de seus antepassados, com sua capital em ruínas, com o Templo incinerado, com a grande história de sua dinastia.

Assim, era preciso atualizar a História Deuteronomista. Essa segunda versão foi substancialmente baseada na primeira, mas com dois objetivos em mente. Em primeiro lugar, ela teria de contar sucintamente o fim da história, ou seja, da morte de Josias até a destruição e o exílio. Em segundo lugar, ela deveria dar *sentido* à história toda, explicar como seria possível reconciliar a promessa incondicional e eterna de Deus a Davi com a destruição de Jerusalém e do Templo e o desterro dos reis davídicos. E havia uma questão teológica ainda mais específica: como foi possível que a grande justiça e piedade de Josias foram impotentes para impedir a conquista violenta e sangrenta de Jerusalém?

Assim surgiu a edição distinta, conhecida pelos especialistas como Dtr^2, cujos

versículos finais (2 Reis 25,27-30) relatam a soltura de Joaquin da prisão na Babilônia em 560 AEC (isso naturalmente significa que 560 AEC é a data mais antiga possível da composição de Dtr^2). Essa versão trata da morte de Josias, dos reinados dos quatro últimos reis davídicos, da destruição de Jerusalém e do exílio com brevidade quase telegráfica (2 Reis 23,26–25,21). As mudanças mais visíveis são as que explicam por que a destruição de Jerusalém foi inevitável, a despeito das grandes esperanças postas no Rei Josias. Por meio de inserções no Dtr^1, um segundo historiador deuteronomista acrescentou uma condição à promessa anteriormente incondicional a Davi (1 Reis 2,4; 8,25; 9,4-9) e espalhou referências agourentas à inevitabilidade da destruição e do exílio por todo o texto mais antigo (p. ex., 2 Reis 20,17-18). E o mais importante é que ele pôs a culpa em Manassés, o arqui-inimigo do movimento deuteronomista, que governou entre os reis justos Ezequias e Josias e que foi retratado como o mais perverso de todos os reis judaítas:

> Então o SENHOR falou por intermédio de seus servos, os profetas, nestes termos: "Já que Manassés, rei de Judá, cometeu estas abominações, procedendo pior que os amorreus antes dele e levando ao pecado também Judá com seus ídolos de nada, assim diz o SENHOR Deus de Israel: Farei desabar sobre Jerusalém e Judá tamanha calamidade que ficará com os dois ouvidos atordoados quem ouvir falar dela. Estenderei sobre Jerusalém a corda de Samaria e lhe aplicarei o prumo da casa de Acab. Limparei Jerusalém como se limpa um prato, e depois de limpo se emborca. Rejeitarei o resto de minha herança, entregando-o às mãos dos inimigos, para que se torne presa e despojo para todos eles. É que praticaram o que me desagrada, provocando a minha cólera desde o dia em que seus pais saíram do Egito até hoje" (2 Reis 21,10-15).

Adicionalmente Dtr^2 apresenta uma flexibilização teológica. A justiça de Josias passou a ser descrita como um elemento que apenas estava *retardando* a inevitável destruição de Jerusalém, e não trazendo a redenção final de Israel. Um oráculo arrepiante foi posto na boca da Profetisa Hulda; Josias enviara alguns dos seus cortesãos para consultá-la:

> Mas ao rei de Judá que vos mandou para consultar o SENHOR, assim lhe falareis: Assim fala o SENHOR Deus de Israel: Quanto às palavras que ouviste... já que teu

> coração se comoveu e te humilhaste diante do SENHOR ao ouvires as ameaças que proferi contra este lugar e seus habitantes, a saber, que se tornariam objeto de horror e alvo de maldição, porque rasgaste tuas vestes e choraste na minha presença, também eu te escutei – oráculo do SENHOR. Por isso, quando eu te reunir aos teus antepassados, serás depositado em paz na tua sepultura, sem que teus olhos tenham de contemplar todas as desgraças que farei vir sobre este lugar (2 Reis 22,18-20).

A justiça de um único monarca davídico já não era suficiente para assegurar o destino de Israel. Josias era piedoso e foi poupado de ver a queda de Jerusalém. Porém, a justiça do povo inteiro – dados seus direitos e obrigações individuais no Livro do Deuteronômio – passou a ser o fator determinante para o futuro do povo de Israel. Assim, a História Deuteronomista reescrita subordinou de modo brilhante a aliança com Davi ao cumprimento da aliança entre Deus e o povo de Israel no Sinai. Dali em diante, Israel teria um propósito e uma identidade, mesmo na ausência de um rei.

Mas mesmo com todas suas flexibilizações e explicações, o segundo deuteronomista não foi capaz de finalizar sua narrativa com um futuro sem esperança. Assim, ele concluiu os sete livros que constituem a compilação da história de Israel com uma crônica lacônica da libertação de Joaquin da prisão na Babilônia:

> No ano trinta e sete do desterro de Joaquin, rei de Judá, [...] Evil-Merodac, rei da Babilônia, no ano de sua elevação ao trono, deu indulto a Joaquin, rei de Judá, e mandou tirá-lo da prisão. Dirigiu-lhe palavras amigáveis e lhe deu um lugar de destaque entre os outros reis que estavam na Babilônia. Pôde tirar as roupas de prisioneiro e comer, permanentemente, à mesa do rei, enquanto viveu. O sustento lhe foi garantido de modo permanente pelo rei, dia após dia, durante toda a sua vida (2 Reis 25,27-30).

O último rei da linhagem de Davi, da dinastia que estabeleceu a conexão com a terra, a capital e o Templo, ainda estava vivo. Se o povo de Israel aderisse a YHWH, a promessa feita a Davi ainda poderia ser reavivada.

Os remanescentes

Na fase inicial da pesquisa arqueológica tinha-se a ideia de que o exílio babilônico havia sido quase total e que grande parte da população de Judá havia sido deportada. Pensava-se que Judá tinha ficado sem população e a zona rural devastada. Muitos especialistas aceitaram o relato bíblico de que toda a aristocracia de Judá – a família real, os sacerdotes do Templo, os ministros e comerciantes proeminentes – fora deportada e que o povo remanescente em Judá foi somente o campesinato mais pobre.

Agora que sabemos mais sobre a população de Judá, essa reconstrução histórica se mostrou equivocada. Consideremos primeiro os números implicados. A passagem de 2 Reis 24,14 estipula em dez mil o número de exilados na primeira campanha babilônica (em 597 AEC, no período de Joaquin), enquanto o versículo 16 do mesmo capítulo soma oito mil exilados. Embora o relato em Reis não forneça o número preciso de exilados deportados de Judá na época da destruição de Jerusalém em 586 AEC, ele afirma que, após o assassinato de Godolias e o massacre da guarnição babilônica em Masfa, "a população em peso" fugiu para o Egito (2 Reis 25,26), presumivelmente deixando a zona rural de Judá virtualmente deserta.

Uma estimativa bem diferente do número de exilados é atribuída ao Profeta Jeremias – que, segundo se diz, permaneceu com Godolias em Masfa até fugir para o Egito e, por conseguinte, teria sido testemunha ocular dos eventos. O Livro de Jeremias 52,28-30 relata que o total de deportados para a Babilônia foi de quatro mil e seiscentos. Embora esta cifra também seja arredondada, a maioria dos especialistas acredita que ela seja basicamente plausível, porque seus subtotais são bem específicos e provavelmente são mais precisos do que os números redondos em 2 Reis. Contudo, nem em Reis nem em Jeremias sabemos se as cifras representam o número *total* de deportados ou apenas os homens chefes de família (um sistema de contagem muito comum no mundo antigo). Dado esse conjunto de incertezas, o máximo que se pode dizer razoavelmente é que estamos lidando com um número total de exilados que se situa entre poucos

milhares e talvez quinze ou vinte mil no máximo.

Se compararmos esse número com o da população total de Judá no final do século VII, *antes* da destruição de Jerusalém, podemos obter uma noção da escala das deportações. A partir de dados coletados durante explorações e escavações intensivas, pode-se estimar a população de Judá de modo bastante acurado em cerca de setenta e cinco mil (sendo que Jerusalém compreendia, pelo menos, 20% desse número – quinze mil – e outros quinze mil provavelmente habitavam a terra agrícola adjacente). Assim, mesmo que tomemos a cifra mais elevada possível de exilados (vinte mil), pareceria que ela compreendeu *no máximo* um quarto da população do Estado judaíta. Isso significaria que pelo menos 75% da população permaneceu na terra.

O que sabemos sobre a vasta maioria dos judaítas que não foram para o exílio? Referências esparsas em textos proféticos indicam que eles continuaram seu modo de vida agrícola como vinham fazendo. Masfa, a norte de Jerusalém, foi uma das muitas áreas urbanas que permaneceu. As ruínas do Templo de Jerusalém também foram frequentadas e algum tipo de atividade cúltica continuou a acontecer ali (Jeremias 41,5). E deve ser dito que essa comunidade não era composta só de aldeões pobres, mas também de artesãos, escribas, sacerdotes e profetas. Parte importante da obra profética daquela época, particularmente os livros de Ageu e Zacarias, foi compilada em Judá.

Escavações intensivas em toda a cidade de Jerusalém mostraram que a cidade de fato foi sistematicamente destruída pelos babilônios. A conflagração parece ter sido generalizada. Quando a atividade foi retomada no cimo da cidade de Davi no período persa, os novos subúrbios na colina oeste, que tinham florescido pelo menos desde o tempo de Ezequias, não voltaram a ser ocupados. Uma caverna sepulcral do século VI AEC encontrada a oeste da cidade talvez represente uma família que se mudou para um assentamento próximo, mas continuou a sepultar seus mortos no sepulcro dos seus ancestrais.

Contudo, não há evidência de ocupação continuada nem no norte nem no sul de Jerusalém. Alguma espécie de autogoverno parece ter continuado a haver em Masfa, no planalto de Benjamim, cerca de oito milhas a norte de Jerusalém. O governador que servia ali e que logo seria assassinado, Godolias, provavelmente foi um alto funcionário na administração judaíta antes da destruição. Há várias indicações (Jeremias 37,12-13; 38,19) de que a área a norte de Jerusalém se rendeu aos babilônios sem luta e a evidência arqueológica apoia essa hipótese.

A pesquisa mais completa sobre o povoamento de Judá no período babilônico, conduzida por Oded Lipschits da Universidade de Tel Aviv, mostrou que o sítio de Tell en-Nasbeh, perto da moderna Ramalá – identificado como a localização da Masfa bíblica –, não foi destruído na campanha babilônica e que de fato foi o assentamento mais importante naquela região no século VI AEC. Outros sítios a norte de Jerusalém, como Betel e Gabaon, continuaram desabitados no mesmo período. Na área que se estende a sul de Jerusalém, em torno de Belém, parece ter havido significativa continuidade entre o período monárquico tardio e o período babilônico. Portanto, a norte e a sul de Jerusalém a vida continuou quase sem interrupção.

Tanto o texto quanto a arqueologia contradizem a ideia de que, entre a destruição de Jerusalém em 586 AEC e o retorno dos exilados após o decreto de Ciro em 538 AEC, Judá esteve em ruína total e desabitado. A tomada de poder pelos persas e o retorno de certo número de exilados apoiados pelo governo persa mudaram a situação do assentamento naquela região. A vida urbana em Jerusalém começou a reviver e muitos dos que retornaram se assentaram nas montanhas de Judá. As listas dos repatriados em Esdras 2 e Neemias 7 chegam a quase cinquenta mil pessoas. Não está claro se esse número significativo representa a cifra cumulativa das ondas sucessivas de exilados que retornaram durante mais de cem anos ou a população total da província de Jehud, incluindo aqueles que haviam permanecido. Em ambos dos casos, a pesquisa arqueológica

mostrou que essa cifra é extremamente exagerada. Os dados pesquisados em todos os assentamentos em Jehud nos séculos V-IV AEC resultam em uma população de aproximadamente trinta mil pessoas (sobre as fronteiras de Jehud, cf. Anexo G e Figura 29). Esse pequeno número constituiu a comunidade pós-exílica da época de Esdras e Neemias, que foi tão ativa na formação do judaísmo tardio.

Da condição de reis à de sacerdotes

O édito de Ciro o Grande, permitindo a um grupo de exilados judaítas retornar a Jerusalém, dificilmente terá resultado de alguma simpatia pelo povo que permaneceu em Judá ou pelo sofrimento dos exilados. Ele deve ser visto, antes, como uma política bem calculada visando servir aos do Império Persa. Os persas toleravam e até promoviam cultos locais como forma de assegurar a lealdade de grupos locais ao império mais amplo; tanto Ciro quanto seu filho Cambises custearam a construção de templos e encorajaram o retorno de populações deslocadas em outras partes do seu vasto império. Sua política era conceder autonomia a elites locais leais.

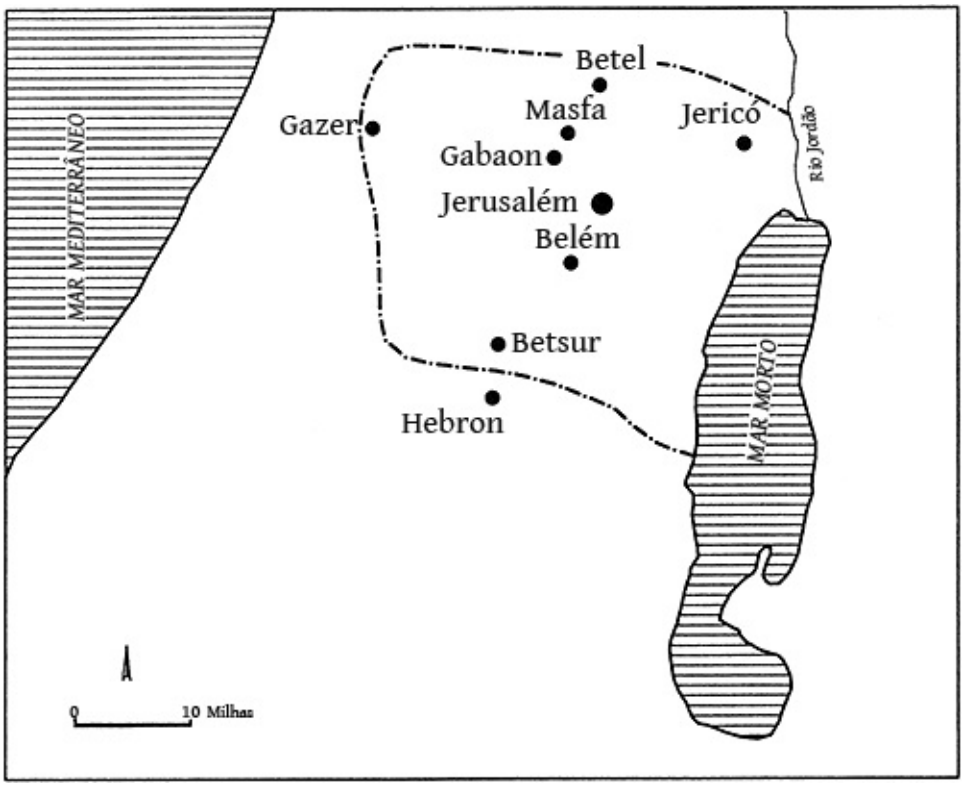


Figura 29: A província de Jehud no período persa

Muitos especialistas concordam em que os reis persas encorajaram o surgimento de uma elite leal em Jehud, por causa da localização estratégica e sensível da província na fronteira com o Egito. Essa elite leal foi recrutada da comunidade judaica exilada na Babilônia e foi liderada por dignitários estreitamente ligados à administração persa. Tratou-se em primeira linha de indivíduos com *status* socioeconômico elevado, de famílias que resistiram à assimilação e que com grande probabilidade tinham afinidade com as ideias deuteronomistas. Embora os repatriados fossem minoria em Jehud, seu *status* religioso, socioeconômico e político, bem como sua concentração em e em torno de Jerusalém, conferiu-lhes um poder que transcendeu seu número. Provavelmente eles também foram apoiados pelo povo local que simpatizava com a lei deuteronomista promulgada um século antes. Com a ajuda de uma rica coletânea de literatura – composições históricas e obras proféticas – e com a popularidade do Templo, que eles controlaram, os repatriados foram capazes de

estabelecer sua autoridade sobre a população da província de Jehud. O que salvou a situação e tornou possível o futuro desenvolvimento do judaísmo foi o fato de que (diferentemente da política dos assírios no Reino do Norte um século antes) os babilônios não reocuparam o Estado de Judá derrotado com deportados estrangeiros.

Porém, como foi que a dinastia davídica repentinamente saiu de cena? Por que a monarquia não foi restabelecida, tendo um vulto da família real como rei? De acordo com o Livro de Esdras, os primeiros dois vultos que lideraram os repatriados foram Sasabassar e Zorobabel – ambos são descritos como "governador" de Jehud (Esdras 5,14; Ageu 1,1). Sasabassar, que trouxe de volta os tesouros do Templo antigo e lançou os fundamentos do novo Templo, é um vulto enigmático. Ele é chamado de "o príncipe de Judá" (Esdras 1,8), razão pela qual muitos especialistas o identificaram com Senasser de 1 Crônicas 3,18, que era um dos herdeiros do trono davídico, talvez até o filho de Joaquin. Zorobabel, que completou a construção do Templo em 516 AEC, aparentemente também era da linhagem davídica. Contudo, ele não agiu sozinho, mas com o sacerdote Josué. E é significativo que Zorobabel desaparece dos relatos bíblicos após terminada a construção do Templo. É possível que sua origem davídica tenha avivado esperanças messiânicas em Judá (Ageu 2,20-23), o que pode ter levado as autoridades persas a chamá-lo de volta por razões políticas.

A partir desse ponto, a família davídica não teve mais nenhum papel na história de Jehud. Na mesma época, os sacerdotes, que haviam assumido uma posição de liderança no exílio e também desempenharam um papel importante entre os que haviam permanecido em Jehud, mantiveram sua proeminência em virtude de sua capacidade de preservar a identidade grupal. Assim, nas décadas seguintes, o povo de Jehud foi liderado por um sistema dual: politicamente por governadores designados pela autoridade persa e que não tinham ligação com a família real davídica; em termos religiosos, por sacerdotes. Na falta da instituição da realeza, o Templo passou a ser o centro da identidade do povo de Jehud. Este

foi um dos pontos de mutação mais cruciais na história judaica.

Reformulando a história de Israel

Uma das principais funções da elite sacerdotal na Jerusalém pós-exílica – para além da realização dos sacrifícios renovados e dos rituais de purificação – foi a produção contínua de literatura e escritos para amalgamar a comunidade e determinar suas normas contra os povos que a rodeavam. Os especialistas há muito perceberam que a Fonte Sacerdotal (P) no Pentateuco é, de modo geral, pós-exílica – ela está relacionada com a posição proeminente dos sacerdotes na comunidade do Templo de Jerusalém. Tão importante quanto isso é que a redação final do Pentateuco também data desse período. O biblista Richard Friedman deu um passo além e propôs que o redator que conferiu forma final à "Lei de Moisés" foi Esdras, que é especificamente descrito como "o secretário da Lei do Deus do céu" (Esdras 7,12).

Os escritores pós-exílicos, de volta em Jerusalém, precisaram não só explicar a destruição de Jerusalém pelos babilônios, mas também reunir a comunidade de Jehud em torno do novo Templo. Eles precisaram dar ao povo esperança de um futuro melhor, mais próspero; lidar com o problema da relação com os grupos vizinhos, especialmente no norte e no sul; e tratar de questões relacionadas com problemas domésticos na comunidade. Nesses aspectos, as necessidades da comunidade pós-exílica de Jehud foram similares às do Estado judaíta da monarquia tardia. Ambos constituíram comunidades pequenas que habitavam um território limitado que representava apenas uma pequena parcela da Terra Prometida, mas que se revestia de grande importância como centro espiritual e político dos israelitas.

Ambos estavam cercados de vizinhos estranhos e hostis. Ambos reclamaram territórios adjacentes situados fora do seu reino. Ambos enfrentaram problemas com estrangeiros dentro e fora de suas fronteiras e estavam preocupados com as questões atinentes à pureza da comunidade e à assimilação. Por isso, muitos dos

ensinamentos em voga em Judá no período tardio da monarquia não eram estranhos aos ouvidos do povo de Jerusalém nos tempos pós-exílicos. A ideia da centralidade de Judá e sua superioridade em relação aos vizinhos certamente ecoava na consciência da comunidade de Jerusalém no final do século VI e no século V AEC. Porém, outras circunstâncias – como, por exemplo, o declínio da casa de Davi e a vida sob o jugo de um império – forçaram os primeiros autores pós-exílicos a reformular as antigas ideias.

A história do êxodo assumiu um significado destacado nos períodos exílico e pós-exílico. A história da grande libertação deve ter exercido um forte apelo sobre os exilados na Babilônia. Como acentuou o biblista Davi Clines, "a escravidão no Egito é a sua própria escravidão na Babilônia e o êxodo do passado torna-se o êxodo ainda por acontecer". De fato, a notável similaridade entre os temas presentes na história do êxodo do Egito e as memórias do retorno do exílio podem ter influenciado a formulação das *duas* narrativas. Ao ler a saga do êxodo, os repatriados viram um reflexo da situação em que eles próprios se encontravam. De acordo com Yair Hoffman, biblista da Universidade de Tel Aviv, as duas narrativas contam como os israelitas deixaram sua terra para ir a um país estrangeiro; como a terra de Israel foi considerada como pertencente àqueles que partiram na esperança de que voltassem por causa da promessa divina; como, após um período difícil no exílio, o povo que partira retornou à sua pátria; como, no caminho de volta, os repatriados tiveram de cruzar um perigoso deserto; como o retorno à pátria suscitou conflitos com a população local; como os que retornaram conseguiram povoar apenas uma parte da terra que lhes fora prometida; e como os líderes dos que retornaram tomaram medidas para evitar a assimilação dos israelitas pela população da terra.

Da mesma forma, a narrativa de Abraão migrando da Mesopotâmia para a Terra Prometida de Canaã para tornar-se um grande homem e estabelecer ali uma nação próspera, sem dúvida, exerceu um apelo sobre o povo dos períodos exílico e pós-exílico. A poderosa mensagem referente à separação entre israelitas

e cananeus nas narrativas sobre os patriarcas também combina com as atitudes do povo do Jehud pós-exílico.

Contudo, do ponto de vista tanto político como étnico, o problema mais difícil da comunidade pós-exílica residia no sul. Após a destruição de Judá, os edomitas povoaram as partes meridionais do reino derrotado, o Vale de Bersabeia e as colinas de Hebron, uma região que logo seria conhecida como Idumeia – a terra dos edomitas. Traçar a fronteira entre "nós" (a comunidade pós-exílica na província de Jehud) e "eles" (os edomitas na região montanhosa sul) era de suma importância e, em consequência, essencial demonstrar, como ocorre na narrativa de Jacó e Esaú, que Judá era o centro superior e que Edom era secundário e não civilizado.

A tradição dos túmulos dos patriarcas na caverna de Hebron, que pertence à Fonte Sacerdotal, também deve ser entendida sobre este pano de fundo. A comunidade de Jehud controlou apenas parte dos territórios do reino judaíta destruído, e agora a fronteira sul de Jehud transcorria entre as áreas urbanas de Betsur e Hebron, sendo que esta permanecia fora de suas fronteiras. Lembrando a importância de Hebron na época da monarquia, o povo de Jehud deve ter deplorado amargamente o fato de ela não lhes pertencer nos seus próprios dias. A tradição que situa os túmulos dos patriarcas, os fundadores dessa nação, em Hebron, aprofundaria seu forte apego à região montanhosa sul. Independentemente de quão antiga era a narrativa e de quão real era a tradição, ela exerceu um forte apelo sobre os autores da Fonte Sacerdotal e foi enfatizada por eles nas narrativas sobre os patriarcas.

Todavia, os editores mais recentes do Gênesis não se contentaram com simples metáforas. Eles quiseram mostrar como as origens do povo de Israel residiam no próprio centro do mundo civilizado. Assim, diferentemente dos povos menores que surgiram em regiões subdesenvolvidas e não cultivadas em volta deles, eles deram a entender que o grande pai do povo de Israel proveio da famosa cidade cosmopolita de Ur. A origem de Abraão em Ur é mencionada em

apenas dois versículos isolados (Gênesis 11,28 e 31, um documento de P), ao passo que sua história parece estar bem mais centrada na cidade arameia de Harã, localizada no norte da Síria. Mas essa breve menção era suficiente. A cidade de Ur como terra natal de Abraão teria conferido um prestígio enorme como pátria do suposto ancestral nacional. Ur não só era renomada como um lugar de extrema antiguidade e erudição, mas ganhou prestígio em toda a região durante o período de seu reestabelecimento como centro religioso pelo rei babilônico ou caldeu Nabonido, em meados do século VI AEC. Assim, a referência à origem de Abraão em "Ur dos caldeus" teria conferido aos judeus um *pedigree* cultural distinto e antigo.

Em suma, o estágio pós-exílico de edição da Bíblia recapitulou muitos dos temas-chave do estágio anterior do século VII, que foram discutidos em boa parte deste livro. Isso se deveu às realidades e necessidades similares das duas eras. Uma vez mais os israelitas ficaram centrados em Jerusalém, em meio a grande incerteza, sem ter o controle sobre a maior parte da terra que consideravam sua pela promessa divina. Uma vez mais, uma autoridade central precisava unir a população. E, uma vez mais, eles fizeram isso mediante a reformulação brilhante do núcleo histórico da Bíblia de maneira tal, que esta pôde servir de fonte principal da identidade e de âncora espiritual ao povo de Israel, na medida em que ele conseguiu encarar os muitos desastres, desafios religiosos e mudanças do destino político que teria pela frente.

EPÍLOGO

O futuro do Israel bíblico

Jehud permaneceu em poder dos persas por dois séculos, até a conquista de Alexandre o Grande em 332 AEC, sendo então incorporada nos impérios estabelecidos pelos sucessores de Alexandre, primeiro no dos ptolomeus do Egito, depois no dos selêucidas da Síria. Por mais de 150 anos depois da conquista de Alexandre, os líderes sacerdotais da província que passou a ser conhecida como Judeia mantiveram os costumes e observaram as leis que haviam sido formuladas pela primeira vez no tempo do Rei Josias e depois codificadas e refinadas no período do exílio e no período pós-exílico. De fato, é do período helenista, cerca de 300 AEC, que obtemos a primeira descrição extensa de leis e costumes bíblicos feita por um observador de fora. O escritor grego Hecateu de Abdera, que viajou para o Oriente Próximo não muito tempo depois da morte de Alexandre, proporciona um vislumbre de um estágio da tradição judaica em que o prestígio dos sacerdotes e a força da legislação social do Deuteronômio haviam posto a tradição da monarquia completamente na sombra. Falando das leis estabelecidas por "um homem chamado Moisés, que se destacou tanto por sua sabedoria quanto por sua coragem", Hecateu observou o seguinte:

> Ele escolheu homens muito refinados e dotados de grande capacidade para liderar toda a nação e designou sacerdotes para eles, aos quais ordenou que se dedicassem ao templo, às honras e aos sacrifícios oferecidos ao seu Deus. Ele designou esses mesmos homens para serem juízes em todas as causas mais importantes e lhes confiou a guarda das leis e dos costumes. Por essa razão, os judeus nunca têm um rei.

Os judeus se tornaram conhecidos em todo o Mediterrâneo como uma comunidade que tinha uma devoção singular pelo seu Deus. Seu núcleo era formado não só pelos códigos legais e preceitos sacrificiais, mas também pela saga da história nacional que começou com o chamamento de Abraão na distante cidade de Ur e terminou com a restauração da comunidade do Templo por Esdras e Neemias no período pós-exílico. Com o abandono da monarquia e a dispersão dos judeus pelo mundo greco-romano, o texto sagrado da Bíblia Hebraica foi gradualmente traduzido para o grego nos séculos III e II AEC, tornando-se a fonte principal da identidade da comunidade e orientação para os membros da casa de Israel que viviam além da vizinhança imediata do Templo de Jerusalém. Sua saga do êxodo e da conquista da Terra Prometida proporcionou uma visão compartilhada de solidariedade e esperança para cada indivíduo da comunidade – de um modo que as mitologias monárquicas ou heroicas não conseguiriam fazer.

Mudanças drásticas ocorreriam no confronto da liderança sacerdotal da Judeia com a cultura e religião helenistas no século II AEC. O movimento radical de resistência dos macabeus – que lembrava, em muitos aspectos, a ideologia do movimento deuteronomista da época de Josias – foi bem-sucedido em conquistar grande parte da terra tradicional de Israel e impor a Lei aos seus habitantes. Contudo, a força maior da Bíblia não seria a de um guia de conquista militar ou triunfos políticos, visando apenas aumentar as fortunas de um governante ou de uma dinastia em particular.

No século I AEC, quando os reis hasmoneus, da linhagem dos macabeus, acabaram incorrendo em disputas dinásticas e o Rei Herodes, vassalo dos romanos, tomou o poder na Judeia, a Bíblia emergiu como a força unificadora e o núcleo escriturístico de uma comunidade duramente oprimida. As narrativas de libertação e a conquista de Josué propiciaram força emocional especial aos movimentos populares de resistência contra os tiranos locais e os soberanos romanos durante todo o século I AEC e os séculos I e II EC. Em nenhum outro

lugar do mundo antigo foi inventada uma saga compartilhada tão poderosa: as epopeias e os mitos gregos falavam somente por meio de metáforas e exemplos; as epopeias religiosas mesopotâmicas e persas ofereceram segredos cósmicos, mas nenhuma história terrena nem um guia prático para a vida. A Bíblia Hebraica ofereceu ambos, suprindo um quadro narrativo em que cada judeu podia identificar tanto a história da família quanto a história nacional. Em suma, a saga de Israel, que se cristalizou pela primeira vez na época de Josias, tornou-se o primeiro pacto nacional e social do mundo plenamente articulado que englobou homens, mulheres e crianças, os ricos, os pobres e os desamparados de toda uma comunidade.

Com a destruição do Segundo Templo em 70 EC e o despontar do cristianismo, comprovou-se a força independente da Bíblia como constituição formativa – não apenas como obra literária brilhante ou coletânea de leis e sabedoria antigas. Ela constituiu a base para a elaboração sempre em expansão da Mixná e do Talmude do Judaísmo Rabínico e foi reconhecida como o "Antigo Testamento" do cristianismo formativo. A consciência de descender espiritualmente de Abraão e a experiência comum do êxodo da escravidão se tornaram um modo de ver as coisas, compartilhado por uma rede de comunidades em constante crescimento em todo o Império Romano e o mundo mediterrâneo. A esperança da redenção futura, embora não estivesse mais presa à extinta dinastia terrena de Davi, manteve-se viva nas expectativas proféticas e messiânicas do judaísmo e na crença cristã de que Jesus pertenceu à linhagem davídica. A morte pungente do pretenso messias Josias tantos séculos antes fixou o padrão que sobreviveria por toda a história.

A Bíblia Hebraica ofereceria uma fonte sem paralelo de solidariedade e identidade a incontáveis comunidades nos séculos que se seguiram. Os detalhes de suas histórias, extraídos do tesouro das memórias antigas, histórias fragmentadas e lendas reescritas, tinham força, não como crônica objetiva de eventos ocorridos na minúscula terra situada na costa leste do Mediterrâneo,

mas como expressão atemporal do que poderia ser o destino divino de um povo. Exatamente do mesmo modo como os súditos de Carlos Magno o exaltaram como um novo Davi conquistador – e os seguidores do sultão otomano Solimão viram nele a sabedoria de Salomão –, outras comunidades em muitos contextos culturais diferentes identificariam suas próprias lutas com as lutas do Israel bíblico. Comunidades de camponeses medievais europeias promoveram rebeliões apocalípticas, usando como estandartes as imagens e os heróis da Bíblia Hebraica. Os colonizadores puritanos da Nova Inglaterra foram tão longe em imaginar que eles próprios eram israelitas peregrinando pelo deserto que recriaram a Terra Prometida – com suas cidades de Salem, Hebron, Gessen e Nova Canaã – em seus recém-descobertos prados e bosques. E nenhum deles duvidava de que a epopeia bíblica foi verdadeira.

Foi só quando a Bíblia Hebraica começou a ser dissecada e estudada isoladamente, dissociada de sua poderosa função na vida comunitária, que os teólogos e biblistas começaram a exigir que ela fosse algo que não era. A partir do século XVIII, na busca iluminista por uma história inteiramente acurada e verificável, a factualidade histórica da Bíblia tornou-se – e continua sendo – objeto de renhido debate. Percebendo que uma criação em sete dias e milagres espontâneos não podiam ser satisfatoriamente explicados pela ciência e razão, os especialistas começaram a selecionar e escolher o que acharam que é "histórico" na Bíblia e o que acharam que não é. Surgiram teorias sobre as várias fontes contidas no texto da Bíblia, e os arqueólogos argumentaram a respeito da evidência que provava ou não provava a confiabilidade histórica de dada passagem bíblica.

Contudo, a integridade da Bíblia e inclusive sua historicidade não dependem de "prova" histórica conscienciosa de nenhum de seus eventos ou personalidades em particular, como a divisão das águas do Mar Vermelho, os toques de trombeta que fizeram ruir as muralhas de Jericó ou o fato de Davi abater Golias com um único arremesso de seu estilingue. O poder da saga bíblica provém de

ela ser uma narrativa atraente e coerente, expressão dos temas atemporais da libertação de um povo, da continuada resistência à opressão e da busca por igualdade social. Ela expressa de modo eloquente o sentido profundamente arraigado das origens, das experiências e do destino comum que toda comunidade humana necessita para poder sobreviver.

Em termos históricos específicos, agora sabemos que a saga épica da Bíblia emergiu pela primeira vez como resposta a pressões, dificuldades, desafios e esperanças com que foi confrontado o povo do minúsculo reino de Judá nas décadas que antecederam sua destruição e pela ainda mais minúscula comunidade do Templo de Jerusalém no período pós-exílico. De fato, a maior contribuição da arqueologia para a nossa compreensão da Bíblia talvez seja a percepção de que uma sociedade tão pequena, relativamente pobre e remota como a de Judá na monarquia tardia e a de Jehud na época pós-exílica possa ter produzido o esboço dessa epopeia duradoura em um período tão breve. Tal percepção é crucial, porque somente ao reconhecer quando e por que as ideias, as imagens e os eventos descritos na Bíblia vieram a ser tão habilmente entrelaçados é que podemos finalmente começar a apreciar o verdadeiro gênio e a força continuada dessa criação literária e espiritual singular e sumamente influente na história da humanidade.

ANEXO A

TEORIAS DA HISTORICIDADE DA ERA DOS PATRIARCAS

A hipótese dos amorreus

O desenvolvimento da arqueologia moderna na terra bíblica deixou claro que a terra de Canaã do terceiro milênio AEC – a Idade do Bronze Inicial – foi caracterizada pela vida urbana plenamente desenvolvida. Isso obviamente não era apropriado como pano de fundo histórico para as narrativas das migrações dos patriarcas, que tiveram poucos encontros urbanos. Nesse primeiro período urbano da Idade do Bronze, desenvolveram-se, nas terras baixas, grandes cidades, algumas delas cobrindo uma área de até cinquenta acres e acomodando vários milhares de pessoas. Elas estavam cercadas por formidáveis fortificações e comportavam palácios e templos. Embora não haja textos desse período, a comparação da situação no terceiro milênio AEC com a situação do segundo período urbano (no segundo milênio AEC, quando já temos textos) indica que as principais cidades serviam como capitais de cidades-Estado e que a população rural esteve subordinada a esses centros. A cultura material foi de povos sedentários altamente organizados. Porém, no final do terceiro milênio AEC, esse sistema urbano florescente entrou em colapso. As cidades foram destruídas e muitas delas se converteram em ruínas e nunca mais se recuperaram do choque. E muitos dos assentamentos rurais em torno delas foram abandonados. O que se seguiu foi um período de poucos séculos, no final do terceiro milênio e possivelmente no início do segundo milênio, de uma cultura muito diferente, em

que não havia cidades grandes, isto é, não havia vida urbana. A maior parte da população da Palestina – assim acreditaram os arqueólogos nas décadas de 1950 e 1960 – praticava um modo de subsistência nômade pastoril antes de a vida urbana gradualmente se recuperar e Canaã ingressar em um segundo período urbano, o da Idade do Bronze Média, no início do segundo milênio AEC.

O especialista norte-americano William F. Albright acreditou ter identificado o pano de fundo histórico dos patriarcas nesse interlúdio nomádico entre dois períodos de vida urbana desenvolvida em Canaã, um interlúdio que caiu no período de 2100-1800 AEC, perto da época dos patriarcas, como indicada pela cronologia bíblica. Albright chamou esse período de Bronze Médio I (outros especialistas o chamaram mais apropriadamente de Idade do Bronze Intermediária, por ter sido um intervalo entre duas eras urbanas). Albright e outros especialistas da época argumentaram que o colapso da cultura urbana do Bronze Inicial foi repentino e resultante de uma invasão ou migração de nômades pastoris vindos do nordeste. Ele identificou os invasores com o povo chamado Amurru – os amorreus (literalmente, "ocidentais") dos textos mesopotâmicos. Albright e seus seguidores deram um passo adiante e identificaram os patriarcas como amorreus e dataram o episódio de Abraão nas narrativas do Gênesis nessa fase da história de Canaã. De acordo com essa reconstrução, Abraão foi um amorreu, um mercador, que emigrou do norte e migrou pelas terras altas centrais de Canaã, bem como no Negueb.

E qual foi a causa histórica da migração de Abraão? Albright propôs que Abraão, "um caravaneiro altamente reputado", participou da grande rede de comércio do século XIX AEC. Textos daquela época encontrados perto de Kayseri, na região central da Turquia, atestam uma próspera relação comercial entre a Mesopotâmia e o norte da Síria (criando, assim, um paralelo para o movimento de Ur até Harã feito por Abraão em Gênesis) e uma pintura tumular do Egito do mesmo período fornece evidência de comércio de caravanas entre a Transjordânia e o Egito (como descrito na narrativa de José em Gênesis). Nos

dois casos, jumentos foram usados como animais de carga. Assim, Albright interligou os dois fenômenos – a natureza pastoril da era dos patriarcas e o comércio de caravanas em lombo de jumento do século XIX –, argumentando que a Idade do Bronze Média I continuou até em torno de 1800 AEC. O arqueólogo norte-americano Nelson Glueck aparentemente deu substância a essa teoria. Suas explorações no sul da Transjordânia e no Deserto do Negueb revelaram centenas de sítios do mesmo período. Albright acreditou que esses sítios proporcionaram o pano de fundo histórico para as narrativas sobre a atividade de Abraão no Negueb e a destruição das cidades do Mar Morto.

Contudo, a hipótese dos amorreus não se manteve por muito tempo. Com base em escavações adicionais em sítios por todo o país, a maioria dos especialistas chegou à conclusão de que o sistema urbano do Bronze Inicial não entrou em colapso da noite para o dia, mas decaiu gradualmente no decorrer de muitas décadas, devido a sublevações locais por razões econômicas e sociais dentro de Canaã mais do que a uma onda de invasores vindos de fora. Nesse meio-tempo, a hipótese dos amorreus recebeu um golpe vindo de outra direção, pois ficou claro que o termo "*amorreu*" não se restringia a povos pastoris. Comunidades de povoações no norte da Síria do início do segundo milênio também foram denominadas amorreus. Assim, tornou-se improvável que Abraão tenha vindo ao país como parte de uma onda invasora de fora.

Além disso, a aparente similaridade entre o modo de vida pastoril na fase seguinte da história do país e as descrições do estilo de vida nômade de Abraão também mostraram ser ilusórias. Agora ficou claro que a Idade do Bronze Intermediária não foi um período inteiramente nomádico. É verdade que não houve grandes cidades naquele tempo e a relação proporcional entre os nômades pastoris e a população em geral cresceu significativamente. Porém, grande parte da população permaneceu sedentária, vivendo em povoados e aldeias. Em nítida contradição com a teoria da grande migração de nômades vindos do norte, a continuidade da arquitetura, dos estilos de cerâmica e padrões de assentamento

indicam que, nessa fase interurbana, a população de Canaã foi predominantemente nativa. A população descendeu dos povos que viveram nas grandes cidades poucas gerações antes. E essas mesmas pessoas reestabeleceriam a vida urbana em Canaã nas cidades da Idade do Bronze Média.

Igualmente importante foi o fato de que alguns dos principais sítios mencionados nas narrativas sobre os patriarcas – como Siquém, Bersabeia e Hebron – não renderam achados da Idade do Bronze Intermediária; esses sítios simplesmente não eram habitados naquele tempo.

Os patriarcas na Idade do Bronze Média

Outra teoria vinculou a era dos patriarcas ao Bronze Médio II, o auge da vida urbana na primeira metade do segundo milênio AEC. Os especialistas que defenderam essa visão, como o biblista francês Roland de Vaux, argumentaram que a natureza da Idade do Bronze Média, ao modo como ela emerge tanto dos textos quanto da arqueologia, é a que melhor combina com a descrição bíblica, principalmente porque os patriarcas são às vezes descritos vivendo em tendas perto de cidades. Em termos arqueológicos, todos os sítios maiores mencionados em Gênesis – Siquém, Betel, Hebron e Gerara – foram baluartes fortificados na Idade do Bronze Média. Em termos literários, essa relação "tenda-cidade" é fortemente atestada no arquivo encontrado nas ruínas da famosa cidade de Mari, às margens do Eufrates na Síria, do início do segundo milênio. Adicionalmente, os apoiadores da datação do período dos patriarcas no Bronze Médio argumentaram que os nomes pessoais dos patriarcas são similares a nomes amorreus do início do segundo milênio AEC, sendo distintos de nomes comumente usados nas eras posteriores em que o material bíblico foi posto por escrito. O melhor exemplo apresentado foi o de Jacó, um nome que ocorre muitas vezes no início do segundo milênio AEC.

Os especialistas norte-americanos Ciro Gordon e Efraim Speiser também reportaram similaridades entre práticas sociais e legais na descrição bíblica do

período dos patriarcas e práticas sociais e legais nos textos do Oriente Próximo do segundo milênio AEC. Eles argumentaram que paralelos como esses não podem ser encontrados em períodos posteriores da história do Oriente Próximo antigo. Os textos mais importantes desse tipo são as tabuletas de Nuzi do norte do Iraque, que datam do século XV AEC. As tabuletas de Nuzi – a maioria delas vem de arquivos de famílias – retratam os costumes dos hurritas, um povo não semítico que estabeleceu o poderoso Estado de Mitani no norte da Mesopotâmia em meados do segundo milênio AEC. Para citar alguns exemplos, em Nuzi uma esposa estéril deveria providenciar uma escrava para seu marido que gerasse filhos para ela – um paralelo evidente da narrativa bíblica de Sarai e Agar em Gênesis 16. Em Nuzi, escravos foram adotados por casais sem filhos; isso é similar à adoção de Eliezer por Abraão e seu herdeiro (Gênesis 15,2-3). Os acordos feitos por Jacó com Labão em troca do casamento com Raquel e Lia também têm paralelos nas tabuletas de Nuzi. As similaridades entre os textos de Nuzi e o material bíblico da era dos patriarcas foram entendidas diante do pano de fundo da forte influência cultural dos hurritas, que se disseminaram para o sul até Canaã. Visando cobrir a lacuna entre Nuzi e a Idade do Bronze Média, os costumes de Nuzi foram interpretados como reflexo de práticas mais antigas dos hurritas, ou seja, do início do segundo milênio.

Porém, logo a solução proposta com o Bronze Médio II/Nuzi também se desintegrou. Do ponto de vista da arqueologia da Palestina, a dificuldade veio principalmente do que não vemos ou escutamos no texto bíblico. O Bronze Médio foi um período de vida urbana avançada. Canaã era dominada por um grupo de poderosas cidades-Estado, governada a partir de capitais como Hasor e Meguido. Essas cidades eram solidamente fortificadas por meio de enormes rampas de terra com portões maciços. Nelas havia grandes palácios e templos altaneiros. Porém, não vemos nada disso no texto bíblico. É verdade que algumas cidades são mencionadas, mas não necessariamente as mais importantes. Siquém (como cidade) não está ali, nem Betel nem Jerusalém – todas as três foram

baluartes maciços do Bronze Médio. E, nas planícies, deveríamos ter ouvido algo a respeito de Hasor, Meguido e Gazer, e não Gerara. A narrativa bíblica dos patriarcas claramente não é uma narrativa da Canaã do Bronze Médio. E o fenômeno de nômades morando perto de cidades não estava restrito a essa era. E no que se refere aos nomes dos patriarcas, eles foram encontrados subsequentemente também em outros períodos, no Bronze Tardio e na Idade do Ferro. O nome Jacó, por exemplo, que de fato é comum no Bronze Médio, também se encontra no Bronze Tardio, no século V AEC e posteriormente.

Quanto aos textos de Nuzi, estudos posteriores provaram que as práticas sociais e legais que apresentam similaridades com as narrativas bíblicas não podem ser restringidas a um único período. Elas eram comuns no Oriente Próximo antigo durante todo o segundo e primeiro milênios AEC. De fato, em alguns casos os materiais do primeiro milênio podem oferecer paralelos melhores. Por exemplo, a responsabilidade de uma esposa estéril de providenciar uma serva para seu marido que possa gerar um filho para ele aparece em períodos posteriores, como em um contrato de casamento oriundo da Assíria do século VII.

Os patriarcas na Idade do Ferro Inicial

No exato momento em que a solução do segundo milênio pareceu ser um caso perdido, o biblista israelense Benjamim Mazar tomou um caminho diferente, utilizando os dados arqueológicos para propor que a descrição da era dos patriarcas deveria ser estudada diante do pano de fundo da Idade do Ferro Inicial. Mazar apontou principalmente para os anacronismos no texto, como a menção de um rei filisteu (de Gerara) e dos arameus. Não é preciso dizer que não havia filisteus em Canaã nem na Idade do Bronze Média nem na Idade do Bronze Tardia. Tanto os textos egípcios quanto a arqueologia provaram sem deixar margem para dúvidas que eles se fixaram na costa sul da Palestina no século XII AEC. Em vez de ver sua ocorrência aqui como uma inserção tardia (da

época da compilação) em uma tradição mais antiga, Mazar argumentou que o texto reflete um conhecimento íntimo dos reinos filisteus de um período diretamente anterior ao estabelecimento da monarquia em Israel. Os arameus também têm presença proeminente nas narrativas sobre os patriarcas, mas eles não subiram ao palco do Oriente Próximo antigo antes da Idade do Ferro Inicial e seus reinos emergiram até mais tarde, principalmente no século IX AEC. Mazar pensou que a descrição dos arameus como um povo pastoril reflete uma fase inicial de sua história, antes de terem organizado seus primeiros estados. Assim, ele concluiu que a migração dos patriarcas pela região montanhosa central entre Siquém e Hebron se encaixa na moldura geográfica do assentamento israelita mais antigo na Idade do Ferro I. Algumas dessas tradições, como a de Jacó construindo um altar em Betel, podem ser entendidas diante do pano de fundo do período dos juízes, enquanto outras tradições, como a da centralidade de Hebron, encaixam-se nos primeiros tempos da monarquia, sob Davi. O biblista norte-americano Kyle McCarter assumiu um parecer um tanto similar, sendo, no entanto, um pouco mais cauteloso. Ele visualizou, nas narrativas sobre os patriarcas, diferentes estratos de composição e argumentou que alguns deles poderiam remontar à Idade do Bronze. Porém, quanto a temas relacionados com o lugar especial conferido a Judá nas narrativas dos patriarcas – a proeminência dada à figura de Abraão e aos túmulos dos patriarcas em Hebron –, McCarter assumiu um ponto de vista similar ao proposto por Mazar. Ele argumentou que a melhor maneira de entender a proeminência de Hebron nas narrativas sobre os patriarcas é diante do pano de fundo do estabelecimento da monarquia sob Davi.

Mazar tinha razão ao dizer que a realidade por trás das narrativas do Livro do Gênesis não pode ser entendida diante do pano de fundo da Idade do Bronze Média, mas deveria ser buscada ao longo das realidades da Idade do Ferro. Contudo, ele se equivocou porque sua data preferida na Idade do Ferro foi muito no começo. A pesquisa arqueológica moderna mostrou que Judá, onde a importante fonte J aparentemente foi escrita, esteve muito esparsamente

habitado até o final do século VIII AEC. Da mesma forma, um século de escavações arqueológicas em Jerusalém indicou que a capital de Judá cresceu a ponto de tornar-se uma cidade significativa em torno da mesma época; no século X AEC, Jerusalém não passava de um pequeno povoado. E os resultados de décadas de escavações mostraram que Judá não alcançou um grau significativo de alfabetismo antes do final do século VIII AEC. Por último e igualmente importante, as narrativas sobre os patriarcas estão eivadas de referências a realidades da monarquia tardia, principalmente as do século VII AEC.

ANEXO B

À PROCURA DO SINAI

Ao menos com base nos modernos mapas turísticos da Península do Sinai, parece não haver dificuldade especial em identificar os lugares mais importantes mencionados nas histórias bíblicas da peregrinação e da concessão da Lei. O Monte Sinai e outros lugares bíblicos foram facilmente identificados e visitados desde tempos medievais e até antes disso, no período bizantino. De fato, a primeira teoria completa sobre a rota seguida pela peregrinação no deserto e a localização do Monte Sinai tem cerca de mil e quinhentos anos de idade. Ela remonta a antigas tradições cristãs relacionadas com o movimento monástico e à peregrinação aos sítios sagrados no deserto, nos séculos IV-VI EC. Essas tradições ainda são veneradas hoje por turistas e peregrinos que visitam o Monte Sinai e o sítio da sarça ardente.

No centro da região montanhosa do sul do Sinai, cercado por venerandos picos graníticos, situa-se o Mosteiro de Santa Catarina. Construído no século VI EC pelo imperador bizantino Justiniano para eternizar a memória do suposto sítio da sarça ardente (que até hoje é mostrada aos visitantes), o mosteiro recebeu o nome atual em tempos medievais. Cercado por altas muralhas como forma de proteção contra saqueadores, o mosteiro evoca imagens de eras passadas. Sua magnífica igreja e muitas de suas fortificações pertencem à construção original do século VI. Sobranceira ao mosteiro está o pico de Jebel Musa ("a Montanha de Moisés" em árabe), que, já no período bizantino, foi identificado com o Monte Sinai. Nesse pico, do qual se descortina uma das mais espetaculares vistas do deserto, ainda se pode identificar as ruínas de uma capela do século VI. E, nas

montanhas em torno de Jebel Musa e do Mosteiro de Santa Catarina, há outros restos de antigos mosteiros isolados com igrejas, celas de eremitas e instalações de água.

Referências a alguns desses sítios podem ser encontradas em textos contemporâneos. Uma quantidade relativamente grande de fontes bizantinas descreve a vida dos monges do Sinai e a construção do mosteiro da sarça ardente. Igualmente interessantes são os textos relacionados com a peregrinação à montanha de Deus. A mais detalhada delas é a descrição feita por uma peregrina do final do século IV chamada Egéria, em que relata como ela e seus companheiros escalaram o monte de Deus e como os monges que viviam ali lhe mostraram cada um dos lugares mencionados nos relatos bíblicos do Monte Sinai.

Contudo, a confiabilidade histórica dessas tradições é questionável. Mesmo sendo possível que os monges bizantinos tenham preservado tradições ainda mais antigas, não há meio de confirmá-las, visto que não há absolutamente nenhum resto antigo de tempos bíblicos nessa região. A explicação mais plausível para as origens das antigas tradições cristãs do sul do Sinai consiste em sua localização geral e suas características ambientais. O mosteiro da sarça ardente e o Monte Sinai dos monges bizantinos estão localizados em uma região excepcionalmente bela, em meio a um cenário de altas montanhas que facilmente podia suscitar a veneração de monges e peregrinos. Além disso, a ocupação contínua desses sítios foi possível. A área em torno do mosteiro proporcionava aos monges vantagens únicas devido a uma combinação bem particular de microclima e formações geológicas. As altas montanhas no sul do Sinai possuem um nível pluviométrico substancialmente maior do que as áreas circundantes e o granito vermelho da região é impermeável. Em consequência disso, o escoamento de água da chuva pode ser coletado em piscinas e cisternas. Adicionalmente, os uádis contêm grande quantidade de água em seu subsolo, à qual se consegue acesso por meio de poços rasos. Em virtude disso, os monges

bizantinos foram capazes de cultivar campos e pomares nos estreitos uádis entre as montanhas (como grupos de beduíno continuaram a fazer até a época presente).

Por essa razão, parece que essa combinação de cenário venerando e condições ambientais relativamente amigáveis encorajaram a peregrinação e a veneração contínuas de sítios nessa parte da Península do Sinai. A força da narrativa bíblica a respeito do Monte Sinai sempre encorajou tentativas de identificar localidades particulares. Contudo, estas se mantêm no reino do folclore e da especulação geográfica – não da arqueologia.

ANEXO C

TEORIAS ALTERNATIVAS DA CONQUISTA ISRAELITA

Infiltração pacífica

Nas décadas de 1920 e 1930, enquanto Albright e seus estudantes estavam cada vez mais convencidos de ter encontrado evidência arqueológica para a conquista de Josué, um biblista alemão chamado Albrecht Alt desenvolveu uma hipótese bem diferente. Alt, professor da Universidade de Leipzig, era extremamente cético a respeito da possibilidade de ler o Livro de Josué como história; a exemplo de muitos dos seus colegas acadêmicos alemães, ele era um forte apoiador da abordagem crítica da Bíblia. Ele estava convicto de que o relato bíblico foi compilado séculos depois de os supostos eventos terem acontecido e deveria ser encarado como mito heroico nacional. Contudo, Alt não estava disposto a concluir que uma explicação histórica das origens dos israelitas estava totalmente fora de alcance. Enquanto descartava a narrativa de Josué, ele estava disposto a aceitar a possibilidade de que a fonte concorrente – o primeiro capítulo do Livro dos Juízes – continha realidades históricas. No curso de suas viagens pela Palestina nos primeiros anos do século XX, Alt ficou fascinado com os modos de vida e os padrões de assentamento dos beduínos nas regiões de estepe do Negueb e do Deserto da Judeia. E sobre a base do seu conhecimento dos textos antigos e sua observação etnográfica abrangente da vida dos beduínos, especialmente de sua relação com as comunidades rurais, ele formulou uma teoria drasticamente nova das origens israelitas.

No centro dessa nova teoria estava a compreensão de que os nômades pastoris do Oriente Médio não migravam a esmo, mas se moviam com seus rebanhos de acordo com uma rotina sazonal fixa. Seus movimentos complexos estão baseados em uma compreensão precisa da mudança climática sazonal. Visto que a chuva só ocorre no inverno e as pastagens verdes são um recurso escasso durante o verão longo e seco, os pastores beduínos são forçados a administrar seus rebanhos com muito cuidado.

Alt observou que, durante as estações chuvosas do inverno, quando havia extensas pastagens até em áreas relativamente áridas da estepe e do deserto, os beduínos se afastavam das áreas povoadas, fixando acampamentos na orla do deserto. Quando chegava a estação seca e as pastagens de inverno desapareciam, os grupos de beduínos aproximavam seus rebanhos das regiões agrícolas verdejantes e povoadas do país, onde podiam encontrar terra com pastos. Os beduínos dificilmente eram estranhos a essa região. Durante séculos eles haviam estabelecido um acordo costumeiro de mútuo benefício com os habitantes das comunidades agrícolas. Eles tinham permissão para deixar seus animais percorrerem os campos recentemente colhidos dos povoados permanentes, a pastar no restolho e adubar a terra. Contudo, no auge do verão até mesmo esse recurso estava esgotado, faltando ainda vários meses até chegar a primeira chuva de inverno. Esse era o período mais crucial para a sobrevivência dos rebanhos. E nesse momento os beduínos se dirigiam para os pastos verdes das terras altas, movendo seus rebanhos entre e no meio dos povoados permanentes até a estação chuvosa finalmente retornar e eles se dirigirem novamente para a orla do deserto.

Essa rotina anual dependia de flutuações no ritmo e na quantidade da chuva de inverno, e Alt também percebeu como mudanças drásticas do clima ou das condições políticas podiam influenciar os beduínos no sentido de abandonar seu antigo modo de vida e estabelecer-se. Essa mudança no estilo de vida levava bastante tempo para completar-se; o modo de vida pastoril com seus costumes,

ritmos e enorme flexibilidade é, em muitos aspectos, uma estratégia mais segura para sobreviver do que o cultivo de uma única parcela de terra. Ainda assim, era possível observar o processo quando pequenas parcelas começaram a aparecer em certas áreas específicas de pastagem de verão, para as quais grupos de beduínos costumavam retornar ano após ano. Após semear trigo ou cevada nas pequenas parcelas, eles partiam com seus rebanhos e retornavam no final da primavera seguinte em tempo de fazer a colheita.

No início, pequenos grupos cultivaram parcelas isoladas, enquanto continuavam a pastorear seus rebanhos. Parte da família podia ficar nas proximidades dos campos, enquanto o restante continuava a mover-se com os animais. Essas parcelas sazonais gradualmente cresceram e os agricultores beduínos foram se tornando mais dependentes delas para obter o grão, que, caso contrário, teriam de obter por meio do comércio com os moradores dos povoados. E na medida em que o tempo e o esforço investidos no cultivo aumentava, o tamanho dos rebanhos diminuía, visto que eram forçados a permanecer nas proximidades dos seus campos e não podiam mais se dedicar a migrações de longo alcance. O último estágio desse processo foi o assentamento permanente com a construção de casas permanentes e o abandono do pastoreio, exceto na vizinhança imediata dos campos de cultivo. Alt observou que se tratou de um processo gradual e, em grande parte, pacífico – pelo menos no início –, visto que, de início, os beduínos se assentaram em regiões esparsamente habitadas, onde a terra e a água eram relativamente abundantes e a propriedade da terra não era atentamente controlada. Foi somente em um estágio posterior, quando os beduínos recém-assentados começaram a disputar terra e água com os habitantes dos povoados próximos, que começou o conflito – às vezes violento.

Em suas observações desse processo de estabelecimento ou sedentarização dos nômades pastoris, Alt acreditou ter entendido a situação descrita no Livro dos Juízes. Com o tempo ele formulou o que veio a ser conhecido como a teoria da infiltração pacífica referente às origens israelitas. De acordo com Alt, os

israelitas foram originalmente pastores nômades que migravam rotineiramente com seus rebanhos entre as regiões de estepe no leste durante o inverno e, no verão, nas terras altas do lado ocidental de Canaã. Ambas as áreas foram descritas por fontes egípcias antigas como esparsamente povoadas. Embora a terra coberta de densas florestas fosse difícil de limpar e a topografia fosse escarpada, havia muita terra acessível para o cultivo. Consequentemente, Alt acreditou que, no final da Idade do Bronze Tardia, certos grupos de pastores nômades começaram a praticar o cultivo agrícola sazonal perto de suas terras de pastagens de verão nas terras altas de Canaã. E assim teve início o processo de assentamento permanente.

Como nos tempos modernos, esse processo foi gradual e pacífico no início. Contudo, Alt indicou que, quando aumentou o número dos novos assentados e, em consequência, também sua necessidade de mais terra e água, eles começaram a ter problemas com seus vizinhos cananeus, especialmente os que viviam em áreas urbanas remotas e isoladas nas terras altas, como Jerusalém e Luz (Betel). Na hipótese de Alt, esses conflitos pela posse de terra e água acabaram levando a escaramuças locais e conflitos prolongados, que constituíram o pano de fundo das batalhas entre israelitas e seus vizinhos cananeus e filisteus no Livro dos Juízes.

Embora a hipótese da infiltração pacífica seja completamente teórica, tratou-se de uma proposta tentadora. Ela tinha lógica, inseria-se no pano de fundo demográfico e econômico do país e combinava com as histórias do Livro dos Juízes, que, de qualquer modo, pareciam ser mais históricas do que os épicos relatos de batalha do Livro de Josué. E ela levava outra grande vantagem: parecia ser confirmada por textos egípcios antigos. Um papiro egípcio do tempo de Ramsés II, do século XIII AEC, que registra uma controvérsia entre dois escribas sobre a geografia de Canaã, descreve a região montanhosa como uma região escarpada, coberta de florestas e quase vazia, habitada por beduínos chosu. Assim, Alt acreditou que os israelitas poderiam de fato ser identificados com

esses chosu. Seus estágios iniciais de sedentarização nas terras altas não atraiu a hostilidade egípcia porque o Egito estava preocupado principalmente com as áreas férteis ao longo da costa e dos vales do norte, próximos às rotas terrestres internacionais estratégicas de comércio.

No início da década de 1950, Yohanan Aharoni, um dos apoiadores mais fervorosos de Alt entre os arqueólogos israelenses, acreditou ter encontrado evidência conclusiva na Alta Galileia. Aharoni explorou essa região montanhosa e coberta de densas florestas no norte do país e descobriu que, na Idade do Bronze Tardia, praticamente não havia assentamentos cananeus naquela área. No período subsequente – Idade do Ferro I – um número relativamente grande de assentamentos pequenos, isolados e pobres surgiu ali. Aharoni identificou os assentados com os antigos israelitas, mais precisamente com o povo das tribos de Neftali e Aser, a respeito das quais os capítulos geográficos do Livro de Josué dizem terem se fixado na montanhosa Galileia.

Como era de se esperar, a conclusão de Aharoni foi incisivamente contestada por Yigael Yadin, que acreditava que a evidência de uma conflagração maciça na cidade de Hasor no Bronze Tardio – a cidade descrita no Livro de Josué como "a capital de todos aqueles reinos" – excluía toda e qualquer teoria de uma infiltração pacífica. Yadin, que aderiu à teoria da conquista unificada, argumentou que, enquanto a cidade de Hasor foi poderosa, os israelitas não podiam ter se estabelecido na Galileia. Na sua visão, o primeiro ato nessa história deve ter sido a destruição de Hasor pelos israelitas no final do século XIII AEC. Somente quando Hasor ficou em ruínas, a porta se abriu para que os israelitas se assentassem na Alta Galileia e, de fato, também sobre as ruínas da própria cidade de Hasor.

A reconstrução que Aharoni fez dos eventos era menos heroica, ainda que não fosse menos romanceada. Na sua opinião, os israelitas apareceram na região quando Hasor ainda era uma cidade poderosa. Eles, porém, não optaram pelo confronto. Em vez de assentar-se na vizinhança de Hasor e atrair a hostilidade

dos seus habitantes, os israelitas gradativa e pacificamente foram se assentando na área isolada, desocupada e coberta de florestas da Alta Galileia, onde preferiram bater-se com o ambiente agreste e os riscos do cultivo agrícola nas terras altas a entrar em conflito com a poderosa Hasor. O confronto final, de acordo com Aharoni, veio mais tarde, quando os israelitas ficaram fortes o suficiente para organizar um ataque a Hasor. Só depois de destruída essa cidade, os israelitas expandiram-se para as áreas mais ricas e mais férteis do norte, incluindo a extremidade norte do Vale do Jordão.

A teoria da infiltração pacífica começou a projetar-se duas décadas mais tarde, em decorrência das explorações empreendidas por Aharoni no Vale de Bersabeia, uma zona árida ao sul da região montanhosa da Judeia. Nas décadas de 1960 e 1970, Aharoni escavou alguns dos mais importantes sítios do vale: a fortaleza de Arad, a antiga cidade de Bersabeia e o sítio excepcionalmente amplo de Tell Masos, da Idade do Ferro Inicial, localizado perto de fontes de água potável na parte central do vale. Aharoni descobriu que a história da povoação do Vale de Bersabeia foi similar à da Alta Galileia. Ao passo que não havia assentamentos permanentes no vale na Idade do Bronze Tardia, certa quantidade de pequenos assentamentos foi estabelecida ali na Idade do Ferro I. Aharoni identificou esses colonizadores da Idade do Ferro I com o povo da tribo de Simeão. E embora a tribo fosse diferente, Aharoni estava convicto de que a história era a mesma: assentamento pacífico pelos israelitas em territórios fronteiriços não ocupados por cidades cananeias.

Revolta de camponeses

A despeito de panos de fundo e crenças religiosas divergentes e conflito de opiniões, houve uma crença fervorosa compartilhada por todos eles, a saber, Albright, Alt, Yadin e Aharoni. Tanto a teoria da conquista militar quanto a da infiltração pacífica presumiam que os israelitas fossem um grupo novo que ingressou no país no final da Idade do Bronze Tardia. E, independentemente de

suas diferenças na compreensão do texto bíblico, todos acreditavam que esse grupo étnico vivia em um nível civilizatório bem mais baixo do que os cananeus nativos. Tanto Yadin quanto Aharoni caracterizaram esses antigos israelitas como seminômades e ambos acreditavam que a conquista de Canaã, seja por invasão seja por infiltração, foi mais um capítulo no conflito atemporal entre fazendeiros e nômades – entre a semeadura e o deserto – no Oriente Médio.

Essa crença implícita foi profundamente abalada nas décadas de 1960 e 1970, quando antropólogos e arqueólogos, operando em outras partes do Oriente Médio, perceberam que as suposições já desgastadas a respeito de distinções claras entre o mundo dos pastores migrantes e o dos colonos assentados eram simplistas, românticas, ingênuas e equivocadas. A primeira e mais importante dessas suposições era a crença comum no século XIX de que, em toda a Antiguidade, houve nos desertos da Síria e da Arábia grandes quantidades de nômades turbulentos que invadiam periodicamente a terra povoada. Essa suposição foi superada pelo crescente consenso entre antropólogos na década de 1960 de que os grandes desertos não teriam sido capazes de fornecer sustento a mais do que um punhado de nômades "puros" antes que a domesticação do camelo como animal gregário se disseminasse no final do segundo milênio AEC, caso isso não tenha ocorrido mais tarde. Dado que esse desenvolvimento ocorreu depois que os israelitas apareceram em Canaã, tornou-se extremamente improvável que o exemplo de uma invasão de beduínos pudesse se aplicar a eles. De acordo com isso, certos especialistas concluíram que os israelitas não foram nômades puros com seus camelos, mas, em primeira linha, pastores de ovelhas e cabras, do tipo conhecido por percorrer com seus rebanhos as orlas da terra arável e não o deserto.

Como Albrecht Alt percebera, a colheita do grão no verão coincide com a seca das pastagens nas margens do deserto, e o movimento natural dos pastores e seus rebanhos na direção das regiões agrícolas irrigadas encoraja e até necessita a cooperação entre os dois grupos. Em último caso, os pastores podem ter sido

contratados como trabalhadores agrícolas sazonais e seus rebanhos podem ter tido permissão para pastar nos restolhos dos campos colhidos. Porém, em muitos casos os pastores e os fazendeiros podem ter sido membros da mesma comunidade, cujos membros nômades saíam em migração para a estepe desértica no inverno, enquanto os membros sedentários ficavam para trás para preparar e plantar os campos do povoado.

A pesquisa sobre a natureza do nomadismo pastoril indica que as antigas suposições sobre a transformação gradativa dos antigos israelitas de nômades em fazendeiros deveria ser invertida. De um ponto de vista antropológico, os pastores israelitas e os fazendeiros cananeus faziam parte do mesmo sistema econômico. Se tivesse havido quaisquer movimentos significativos da população, sua origem só poderia ter estado nas regiões povoadas e teria sido, nas palavras do historiador John Luke, "*rumo* à estepe e o deserto, não para fora do deserto rumo à semeadura".

Então veio George Mendenhall, um enérgico biblista da Universidade de Michigan, que rejeitou com o mesmo desdém tanto a teoria da imigração quanto a da conquista para explicar a ocupação israelita da terra. Durante anos, Mendenhall foi uma voz a clamar no deserto da especialidade bíblica, alegando que o surgimento da religião israelita e da confederação tribal só poderia ser explicado com base nos desenvolvimentos sociais internos de Canaã durante a Idade do Bronze Tardia. Já no ano de 1947, ele revisou a evidência das cartas de Tell el-Amarna e foi um dos primeiros a concluir que os *apiru*, identificados por alguns especialistas como hebreus, não foram nenhum grupo étnico, mas uma classe social bem definida.

Mendenhall argumentou que as cidades-Estado de Canaã na Idade do Bronze Tardia estavam organizadas como sociedade altamente estratificada, tendo o rei ou o prefeito no topo da pirâmide, os príncipes, funcionários da corte e guerreiros dos carros de guerra logo abaixo dele e os camponeses na base. Os *apiru* aparentemente estavam fora desse esquema de organização e parecem ter

ameaçado a ordem social algumas vezes. Mendenhall e outros indicaram que os *apiru*, ainda que originalmente sedentários, retiraram-se do sistema urbano-rural, servindo às vezes como mercenários para quem oferecia mais e quando esse trabalho não era compensador, alguns *apiru* encorajavam ativamente os camponeses a se rebelar.

Mendenhall afirmou que o contexto dessa agitação social não foi um conflito entre os nômades e a população assentada, mas entre a população rural e os governantes das cidades-Estado. As cartas de Tell el-Amarna fornecem evidência de privação e exações cada vez mais onerosas de produtos agrícolas e pastoris pelos reis e seus suseranos egípcios. Não é de se admirar que os *apiru* fossem muito bem-sucedidos em agitar os camponeses e que muitas cidades cananeias tenham sido destruídas naquele tempo. As cidades de Canaã na Idade do Bronze Tardia não passavam muito de centros administrativos de regimes feudais regionais. Sua destruição não representava apenas uma vitória militar, mas significava também a efetiva liquidação do sistema econômico que a cidade tinha mantido.

Mendenhall escreveu o seguinte em 1970:

> Tanto os materiais de Amarna quanto os eventos bíblicos representam o mesmo processo político, a saber, quando grandes parcelas da população retiravam, não em termos físicos e geográficos, mas em termos políticos e subjetivos, qualquer obrigação para com regimes políticos existentes e, em consequência, renunciavam a qualquer proteção vinda dessas fontes. Em outras palavras, não houve nenhuma invasão estatisticamente importante da Palestina no início do sistema das doze tribos de Israel. Não houve deslocamento radical da população, não houve genocídio, não houve expulsão em grande escala da população, mas somente de administradores da realeza (por necessidade!). Em resumo, não houve conquista real da Palestina no sentido em que esta costuma ser entendida; o que aconteceu em vez disso pode ser chamado, do ponto de vista do historiador secular interessado apenas em processos sociopolíticos, uma revolta de camponeses contra as cidades-Estado cananeias interligadas em rede.

O núcleo da teoria da revolta camponesa era constituído pela nova explicação de como começou a religião israelita. Mendenhall manteve que os *apiru* e seus

apoiadores camponeses jamais poderiam ter unificado e vencido a dominação feudal cananeia sem uma ideologia convincente. E ele acreditou que sua ideologia – o culto a um Deus único e transcendente, YHWH – foi uma resposta brilhante à religião dos reis cananeus. Em vez de depositar sua confiança em um panteão de divindades e em sofisticados rituais de fertilidade (que poderiam ser realizados somente pelo rei e seu sacerdócio oficial), o novo movimento religioso colocou sua fé em um Deus único que estabeleceu leis igualitárias de conduta social e que as comunicou diretamente a cada membro da comunidade. O poder dos reis sobre o povo foi, portanto, efetivamente quebrado pela difusão dessa nova fé. E para os apoiadores da teoria da revolta camponesa, a verdadeira conquista israelita foi levada a cabo – sem invasão nem imigração – quando grandes contingentes de camponeses cananeus derrotaram seus senhores e se tornaram "israelitas".

Em 1979, Norman K. Gottwald, outro biblista norte-americano, acolheu e expandiu as teorias de Mendenhall em seu livro *As tribos de Iahweh*. Mas ele também deu um passo adiante: atacou frontalmente a evidência arqueológica. Enquanto Mendenhall simplesmente desprezara toda a conversa sobre o assentamento de seminômades na região montanhosa e nas orlas do deserto, Gottwald acreditou que aqueles sítios eram de fato israelitas. Porém, ele fez essa identificação por razões completamente diferentes. Ele teorizou que as regiões remotas de fronteira ou de florestas eram naturalmente atraentes para os membros de um movimento de independência que havia fugido de planícies e vales mais densamente povoados (e mais estritamente controlados) para estabelecer um novo modo de vida. Gottwald propôs que seu assentamento nessa região rochosa e pouco irrigada foi possível em primeira linha por causa de avanços tecnológicos: ferramentas de ferro para talhar cisternas no substrato rochoso e argamassa impermeável para selar as paredes das cisternas, bem como a técnica de fazer terraços em encostas montanhosas.

Na linha de frente social, Gottwald acrescentou que, em seus novos lares, os

israelitas instituíram uma sociedade mais igualitária, em que os meios de produção eram acessíveis a todos. E, no plano cognitivo, ele propôs que as novas ideias de igualdade foram importadas para Canaã por um pequeno grupo de pessoas vindas do Egito e estabelecidas nas terras altas. Esse grupo pode ter sido influenciado por ideias egípcias heterodoxas sobre religião, como aqueles que estimularam a revolução de Aquenaton no século XIV, ideias que tinham afinidade com a concepção bem posterior do monoteísmo. Assim, esse novo grupo constituiu o núcleo em torno do qual se cristalizaram os novos moradores das terras altas.

O arqueólogo norte-americano William Dever forneceu um contexto explicitamente arqueológico para a teoria da revolta camponesa. Propondo uma nova interpretação de achados de escavações mais antigas, ele argumentou que a cerâmica e a arquitetura dos novos assentamentos nas terras altas da Idade do Ferro I se assemelham à cerâmica e à construção tradicionais dos habitantes das terras baixas na Idade do Bronze Tardia – indicando, por conseguinte, que os antigos israelitas provieram das comunidades sedentárias de Canaã. Concordando com Gottwald, Dever propôs que a primeira vez que a região montanhosa esteve densamente povoada foi na Idade do Ferro I, em boa medida, devido a duas inovações tecnológicas. Estas eram a ciência de talhar e impermeabilizar cisternas para armazenamento da água no substrato rochoso (o que capacitou a nova população a estabelecer assentamentos longe de fontes e poços perenes) e as técnicas de construir terraços agrícolas em encostas montanhosas íngremes (o que abriu caminho para a exploração mais intensa da região montanhosa, incluindo a especialização em vinhedos e olivais, o que, por seu turno, levou à produção em massa de vinho e azeite de oliva). De acordo com Dever, as duas "invenções" devem ter originado uma sociedade complexa e tecnicamente sofisticada – a saber, a da população sedentária de Canaã.

A hipótese da revolta camponesa ou "revolução social" era bastante atraente e ganhou o apoio de um grande número de biblistas e arqueólogos. Ela pareceu

combinar com as realidades sociais de Canaã na Idade do Bronze Tardia, explicar o declínio do sistema de povoação do Bronze Tardio nas terras baixas e o surgimento do sistema da Idade do Ferro I nas terras altas e estava muito mais sintonizada com a orientação política radical da vida acadêmica norte-americana e europeia daquela época. Ela também se coaduna com o ceticismo crescente na pesquisa bíblica referente ao valor histórico tanto de Josué quanto de Juízes. Porém, ela estava errada e, de fato, foi abandonada quase com a mesma rapidez com que emergira. E por quê? Ela era altamente especulativa e teórica e tinha pouco apoio real da arqueologia. De fato, a arqueologia testemunha contra ela.

Ela também chegou na hora errada. Em torno da década de 1980, antropólogos e arqueólogos estavam se tornando cada vez mais céticos quanto à possibilidade de que estilos de cerâmica e arquitetura podiam revelar a etnicidade ou a origem geográfica de povos antigos. Tais elementos da cultura material podiam ser facilmente imitados ou emprestados de uma sociedade por outra. De fato, a maior parte dos achados mencionados por Dever foram descobertos em povoados que representam a segunda fase do assentamento nas terras altas. Por essa razão, as similaridades com achados da Idade do Bronze Tardia podem indicar que havia comércio ou relações econômicas entre os assentados da Idade do Ferro I e os povos das terras baixas, mais do que indicar a *origem*, já que houve evidente continuidade cultural nas terras baixas desde a Idade do Bronze Tardia até a Idade do Ferro I. Ainda mais importante foi que, na década de 1970 e no início da década de 1980, dados sólidos sobre os povoados das terras altas na Idade do Ferro I começaram a chover torrencialmente do campo e a nova evidência claramente contradisse a teoria da revolução social.

Em primeiro lugar e acima de tudo, os novos dados mostraram que a Idade do Ferro I não foi o primeiro período de atividade intensa de assentamento nas terras altas e que as duas "inovações tecnológicas" eram conhecidas – e foram usadas – séculos antes do surgimento do Israel mais antigo. Em outras palavras,

o uso de cisternas talhadas na rocha e impermeabilizadas e a construção de terraços nas encostas montanhosas são resultados característicos de uma intensa atividade de assentamento na região montanhosa, não as primeiras causas que a impulsionaram. A evidência arqueológica proveniente das terras baixas tampouco apoia a teoria de revolução social. Ficou claro em anos recentes que, em torno da Idade do Bronze Tardia, o setor rural da sociedade cananeia já havia sido esvaziado e não era capaz de suprir nem a energia nem a força de trabalho por trás da nova onda de assentamento nas terras altas. Além disso, o trabalho arqueológico nas terras altas nas décadas de 1980 e 1990 produziu algumas indicações notáveis de que a maior parte dos assentados ali na Idade do Ferro I provinha de um pano de fundo pastoril – mais do que sedentário.

Todas as três teorias da conquista israelita – invasão unida, infiltração pacífica e revolução social – endossavam a noção bíblica central de que o surgimento do Israel mais antigo foi um fenômeno único e singular na história do país. As novas descobertas de décadas recentes pulverizaram essa ideia.

ANEXO D

POR QUE A ARQUEOLOGIA TRADICIONAL DO PERÍODO DAVÍDICO E SALOMÔNICO ESTÁ EQUIVOCADA

As conquistas davídicas: uma miragem cerâmica

A evidência arqueológica mais importante usada para vincular estratos de destruição com as conquistas davídicas foi a cerâmica filisteia decorada que era datada por especialistas em um período que vai do início do século XII AEC até cerca de 1000 AEC. Os primeiros estratos que não contêm esse estilo distintivo são datados do século X, isto é, do período da monarquia unificada. Porém, essa datação foi baseada inteiramente na cronologia bíblica e constitui, por isso mesmo, um argumento circular porque a data mais recente para os estratos contendo essa cerâmica foi fixada de acordo com a era presumida das conquistas davídicas em torno de 1000 AEC. De fato não havia nenhuma evidência clara para uma datação precisa da transição do estilo filisteu para tipos posteriores.

Além disso, estudos recentes revolucionaram a datação da cerâmica filisteia. Em décadas recentes, muitos sítios importantes foram escavados na planície costeira no sul de Israel, a área de forte presença egípcia no século XII AEC e a região em que os filisteus estiveram assentados. Esses sítios incluíram três das cidades mencionadas na Bíblia como o eixo em torno do qual girava a vida

filisteia – Asdod, Ascalon e Acaron (Tel Miqne), bem como vários sítios que serviam como fortalezas egípcias. Estas revelaram informação sobre a cultura material egípcio-cananeia nas últimas décadas da hegemonia egípcia em Canaã. Entre os achados estão inscrições egípcias relacionadas com a administração imperial de Canaã, bem como grandes quantidades de recipientes egípcios feitos no local. Algumas das inscrições datam do reinado de Ramsés III – o faraó que combateu os filisteus e supostamente os instalou nas suas fortalezas no sul de Canaã.

A surpresa foi que os estratos que representam as últimas fases da dominação egípcia em Canaã sob Ramsés III não revelam os tipos anteriores de recipientes filisteus decorados e os estratos filisteus mais antigos não revelam qualquer sinal de presença egípcia, nem sequer um único recipiente egípcio. Em vez disso, eles estavam completamente separados. Além disso, em alguns sítios, as fortalezas egípcias do tempo de Ramsés III foram *sucedidas pelos* primeiros assentamentos filisteus. Em termos cronológicos, isso não poderia ter acontecido antes do colapso da dominação egípcia em Canaã em meados do século XII AEC. As implicações dessa revelação para a arqueologia da monarquia unida criou uma espécie de efeito dominó: todo o conjunto de estilos de cerâmica foi adiantado em cerca de meio século e isso inclui a transição do estilo filisteu para o estilo pós-filisteu.

Outro tipo de evidência provém do estrato VIA de Meguido, que representa a última fase da cultura material cananeia no norte. Esse estrato sempre foi datado no século XI AEC e se acreditava que tivesse sido destruído pelo Rei Davi. Essa suposição combinava perfeitamente com a ideologia bíblica: o piedoso Rei Davi aniquilou o último baluarte remanescente da cultura cananeia. Visto que esse estrato foi violentamente destruído pelo fogo, centenas de recipientes completos de cerâmica foram esmagados pelo desabamento das muralhas e dos telhados. De fato, uma grande quantidade de recipientes foi posta a descoberto pelas escavações do Instituto Oriental e a escavação mais recente da

Universidade de Tel Aviv em Meguido. Contudo, não foram encontrados exemplares do estilo decorado filisteu. Em consequência, é impossível datar essa cidade no século XI, um período em que a cerâmica decorada filisteia é comum em todo o país, incluindo sítios vizinhos no Vale de Jezrael. De fato, há recipientes filisteus na própria Meguido, mas todos eles provêm do estrato anterior. Isso significa que a última cidade de Meguido que apresenta restos da cultura material cananeia não pode ter sido destruída pelo Rei Davi em torno de 1000 AEC. Tanto a evidência cerâmica quanto a do carbono 14 indicam que ela ainda existia várias décadas mais tarde – ainda no século X AEC.

Repensar Meguido: datas, cerâmica e estilos arquitetônicos

Yigael Yadin argumentou que a identificação das cidades salomônicas esteve baseada na estratigrafia, na cerâmica e na Bíblia. Porém, a estratigrafia e a cerâmica fornecem uma cronologia apenas relativa. Por essa razão, está claro que toda a ideia que a arqueologia tem da monarquia unificada, do planejamento urbano dos arquitetos de Salomão e da grandiosidade dos palácios salomônicos apoia-se em apenas um versículo da Bíblia – 1 Reis 9,15. Temos de dizer isso mais uma vez: toda a reconstrução tradicional da natureza da monarquia unificada de Israel – sua expansão territorial, sua cultura material, sua relação com os países vizinhos – depende da interpretação de um único versículo bíblico! E esse versículo é bastante problemático, porque não sabemos se ele se baseia em fontes autênticas da época de Salomão ou em realidades posteriores. Nem mesmo conseguimos entender seu sentido exato: "Construir" significa que Salomão fundou novas cidades? Ou ele se limitou a fortificar as existentes? As três cidades mencionadas – Meguido, Gazer e Hasor – meramente simbolizam, para o autor de Reis, as três principais cidades administrativas do norte de Israel? O autor de Reis retroprojetou para a época de Salomão a grande construção que aconteceu anos mais tarde nessas cidades?

Comecemos com os portões de seis câmaras. Em primeiro lugar, a ideia de

que o portão de Meguido data da época dos palácios de pedra lavrada foi contestada, principalmente porque o portão está ligado a uma muralha maciça que passa *por cima* dos dois palácios. Em outras palavras, visto que a muralha é posterior aos palácios e que ela está ligada ao portão, há boas razões para crer que o portão também seja posterior aos palácios. Além disso, escavações recentes mostraram que esse tipo de portão foi usado fora das fronteiras da monarquia unificada e que portões similares foram construídos em fases posteriores da Idade do Ferro, até o século VII AEC. Assim, o único gancho em que está pendurada toda a estrutura também se mostrou pouco firme. Mas isso não é tudo.

A pista seguinte vem do sítio vizinho de Jezrael, localizado a menos de dez milhas a leste de Meguido. O sítio foi escavado na década de 1990 por David Ussishkin da Universidade de Tel Aviv e por John Woodhead da Escola Britânica de Arqueologia em Jerusalém. Eles puseram a descoberto um amplo cercado fortificado, que eles identificaram com o palácio construído por Acab na primeira metade do século IX AEC. Essa acrópole palaciana foi destruída pouco tempo depois de ter sido construída. Isso presumivelmente aconteceu ou no curso da revolta contra a dinastia amrida liderada pelo futuro rei israelita Jeú ou como resultado da campanha militar de Hazael, rei de Damasco, no norte de Israel. Em todo caso, a data do abandono do cercado fortificado de Jezrael seria em torno de meados do século IX AEC. A surpresa foi que a cerâmica encontrada no cercado de Jezrael é idêntica à cerâmica dos palácios da cidade de Meguido. Porém, supunha-se que esta última havia sido destruída pelo Faraó Sesac quase um século antes! Como podemos preencher esta lacuna? Há apenas duas possibilidades nesse caso: ou puxamos a construção de Jezrael para trás até o tempo de Salomão ou empurramos os palácios de Meguido para frente até o tempo da dinastia de Acab. Nem é preciso dizer que, nesse caso, há apenas uma solução, já que não há registro da ocupação de Jezrael por Salomão e dado que o complexo de Jezrael possui um formato similar ao da acrópole de Samaria, a

capital do Reino do Norte, que sem dúvida nenhuma foi construída pelos amridas. A cidade dos palácios de pedra lavrada em Meguido foi destruída em meados do século IX, provavelmente por Hazael e não em 926 AEC por Sesac.

Mas haveria alguma outra evidência direta da cidade de palácios de Meguido em adição ao efeito dominó que descrevemos acima? Em outras palavras, ainda é possível que ela tenha sido *construída* no tempo de Salomão no século X AEC e *destruída* só no século IX? Aparentemente a resposta é negativa, por duas razões. A primeira pista vem de Samaria – a capital do Reino do Norte de Israel, que foi construída no início do século IX. Há semelhanças claras nos métodos de construção do palácio de Samaria e dos dois palácios de Meguido e, por essa razão, parece que eles foram construídos na mesma época. Neste caso também nos defrontamos com duas opções: ou argumentamos que ambos, o palácio de Samaria e a acrópole real, foram construídos por Salomão ou argumentamos que os palácios de Meguido foram construídos depois de Salomão. A primeira opção não pode ser aceita, porque dificilmente se poderá duvidar que o palácio de Samaria e toda a acrópole tenham sido construídos por Amri e Acab no início do século IX.

Uma palavra deve ser dita sobre a maneira de tratar os materiais bíblicos. Alguns dos nossos colegas se admiram de como podemos desprezar a historicidade de um versículo da Bíblia (1 Reis 9,15) e aceitar a historicidade de outros – relacionados com a construção do palácio de Jezrael por Acab (1 Reis 21,1) e com a construção do palácio de Samaria por Amri (1 Reis 16,24). A resposta tem a ver com metodologia. O material bíblico não pode ser tratado como um bloco monolítico. Ele não requer um procedimento do tipo "ou você leva tudo ou deixa tudo". Dois séculos de moderna especialização bíblica mostraram que o material bíblico deve ser avaliado capítulo por capítulo e às vezes versículo por versículo. A Bíblia compreende materiais históricos, não históricos e semi-históricos, que às vezes aparecem muito próximos uns dos outros no texto. Toda a essência da especialização bíblica é separar as partes

históricas do restante do texto, de acordo com considerações linguísticas, literárias e históricas extrabíblicas. De modo que certamente se pode duvidar da historicidade de um versículo e aceitar a validade de outro, especialmente no caso de Amri e Acab, cujo reino é descrito em textos assírios, moabitas e arameus contemporâneos.

ANEXO E

IDENTIFICANDO A ERA DE MANASSÉS NO REGISTRO ARQUEOLÓGICO

Não é fácil localizar Manassés com precisão em termos arqueológicos, isto é, identificar os estratos urbanos específicos construídos durante seu reinado em sítios por todo o Judá. Embora a cerâmica do final da Idade do Ferro II em Judá seja mais bem conhecida do que a de qualquer outra fase da Idade do Ferro, sua datação ainda não é suficientemente precisa para distinguir os estilos de uma geração específica. A razão principal para essa situação que deixa a desejar é que, para datar conjuntos cerâmicos de um modo preciso, necessitamos desencobrir estratos de destruição que possam ser associados com segurança a um evento histórico particular. Toda a cronologia da cerâmica da última fase da história de Judá após a queda de Israel está, por conseguinte, baseada em um sítio, Laquis na Sefelá, que por duas vezes fornece essa combinação de um estrato arqueológico de destruição não ambíguo com achados ricos e uma fonte histórica confiável. Em primeiro lugar, os anais assírios, o alto-relevo de Nínive e a Bíblia não deixam margem para dúvidas de que cidade foi devastada por Senaquerib em 701 AEC. Em segundo lugar, a referência bíblica a Azeca e Laquis como os últimos baluartes que resistiam ao ataque babilônico (Jeremias 34,7), confirmada por um óstraco encontrado no sítio, fornece evidência clara de que Laquis foi aniquilada pelos babilônios em 587-586 AEC.

Essas duas destruições de Laquis foram vinculadas ao final dos estratos III e II no sítio. Comparando os conjuntos da Idade do Ferro II expostos em outros sítios de Judá com os dois conjuntos de cerâmica abundantes e bem datados de Laquis, os especialistas foram capazes de distinguir dois horizontes em Judá nos séculos VIII-VII AEC: sítios que foram destruídos pelos assírios no final do século VIII AEC e aqueles que os babilônios destruíram no início do século VI.

O reinado de Manassés está situado entre esses dois horizontes. Dado que Manassés foi um vassalo leal da Assíria, não houve guerras no seu tempo; não ocorreram grandes destruições. Sua época foi pacífica para Judá. Contudo, o que foi bom para o povo de Judá ironicamente é ruim para os arqueólogos. Não temos nem sequer um estrato que possa ser datado com segurança no seu tempo. As cidades estabelecidas por Manassés sobreviveram até a queda final de Judá e, em consequência, os estratos de destruição representam a cultura material dos seus últimos anos mais do que a de seus tempos anteriores. Consequentemente, a única maneira de localizar Manassés com precisão é delinear o assentamento em geral e as tendências demográficas em Judá entre 701 AEC e o final do século VII. Tendo em mente que o reinado de Manassés vem logo depois da campanha de Senaquerib e que representa um período significativo de recuperação econômica, até mesmo essa informação muito genérica é de grande valor.

ANEXO F

DE QUE TAMANHO ERA O REINO DE JOSIAS?

O Livro das Crônicas indica que a campanha de purificação cúltica e conquista territorial de Josias alcançou as extremidades norte e sul, "nas cidades de Manassés, de Efraim, de Simeão e também de Neftali" (2 Crônicas 34,6). De acordo com isso, por longo tempo muitos arqueólogos bíblicos aceitaram esse relatório de Crônicas tal e qual e acreditaram que o reino de Josias abrangeu a maior parte do território da Palestina Ocidental, das terras altas do Negueb no sul até a Galileia no norte. De acordo com essa visão, Josias se apossou de vastas partes dos territórios do anterior Reino do Norte, e inclusive expandiu para o sul e o oeste, para áreas que nunca antes haviam sido controladas por Jerusalém. Contudo, uma nova análise arqueológica indica que os avanços territoriais de Josias foram bem mais limitados.

A visão maximalista mais antiga referente à fronteira norte de Judá no tempo de Josias baseou-se nos achados em Meguido. Com a queda do Reino do Norte, os assírios tornaram Meguido a capital de sua província nos vales do norte e na Galileia. Eles reconstruíram a cidade com um formato completamente novo, com dois palácios tipicamente assírios e uma nova concepção de cidade ortogonal com conjuntos de ruas paralelas que se cruzavam em ângulos retos. Essa cidade – estrato III – é o melhor exemplo arqueológico de um centro de governo assírio nas províncias ocidentais do seu império. Ela funcionou até a retirada assíria da Palestina perto do final do século VII AEC.

O estrato seguinte de Meguido, o estrato II, em muitas partes do monte, constitui simplesmente uma continuação da cidade anterior com reconstruções e complementos mínimos. Porém, há duas diferenças principais entre a cidade do estrato III e a do estrato II: no estrato mais recente, a muralha da cidade deixou de ser usada e uma construção maciça, que foi identificada pela equipe da Universidade de Chicago como uma fortaleza, foi erigida no lado oriental do monte. Dali ela dominou o vale e a estrada internacional que ligava o Egito à Mesopotâmia. O estrato II foi atribuído pelos mesmos escavadores a Josias "em seus esforços para unificar os dois reinos", e sua destruição parcial foi atribuída ao encontro que acabaria com a vida de Josias.

Por isso, a fortaleza de Meguido presumivelmente supriu o elo que faltava para explicar o confronto final com Necao. Foi proposto que Josias se apossou de todos os territórios da região montanhosa do ex-Reino do Norte e depois expandiu mais para o norte até Meguido, convertendo-a em posto avançado estratégico no norte. O controle sobre toda a região desde Jerusalém até o Vale de Jezrael possibilitou a Josias avançar até Meguido com seu exército, possivelmente em uma tentativa de deter Necao em sua tentativa de socorrer o exército assírio contra os babilônios.

Quanto à presumida fronteira ocidental do reino de Judá na época de Josias, o prêmio ganho pelos maximalistas foi Mesad Achaviau – um pequeno sítio na costa cerca de quinze milhas a sul de Tel Aviv. Essa construção modesta, que foi identificada com uma fortaleza (daí o nome em hebraico *mesad* ou "fortaleza"), trouxe dois achados interessantes. Em primeiro lugar, um conjunto de cerâmica que é mais bem datada no século VII AEC, incluindo cerâmica grega importada. Em segundo lugar, uma quantidade de óstracos encontrados no sítio foram escritos em hebreu bíblico. Eles mencionam nomes javistas com a terminação *yahu*: *Hoshayahu*, *Obadiahu*, *Hashavyahu*. Em consequência, a fortaleza foi interpretada como construção erguida por Josias na costa, para que Judá tivesse acesso ao mar. Ela foi guarnecida com um comandante judaíta e mercenários

gregos que serviam no exército judaíta, em um papel similar ao que desempenhavam no exército egípcio daquele tempo. Óstracos contemporâneos encontrados na fortaleza judaíta de Arad no Vale de Bersabeia pareceu dar suporte a essa ideia. Eles mencionam alocação de provisões alimentícias para um povo chamado *kittim*, um termo que foi interpretado no sentido de "gregos" – isto é, um contingente de mercenários gregos no exército judaíta.

A discussão referente à fronteira sul do reino de Josias se concentrou nas duas grandes fortalezas do século VII – Cades-Barneia e Haseva –, que foram escavadas pelo arqueólogo israelense Rudolph Cohen no deserto bem ao sul da linha meridional das cidades judaítas no Vale de Bersabeia. Cades-Barneia controla o maior oásis na importante rota comercial que leva do sul da Palestina até a extremidade do Golfo de Ácaba e segue mais para o sul até a Arábia. De acordo com o escavador, uma série de fortalezas judaítas foi construída naquele sítio. A última da série foi construída nos dias de Josias e destruída pelos babilônios em 586 AEC. Esta última estrutura foi identificada como fortaleza judaíta por causa de certa semelhança com as fortalezas judaítas situadas no Vale de Bersabeia, porque alguns óstracos em hebraico foram encontrados ali e porque a avaliação histórica geral do reinado de Josias indicava a probabilidade de uma expansão judaíta até essa área. Em Haseva, cerca de vinte milhas a sul do Mar Morto, uma estrutura quadrática maciça em forma de casamata, de dois acres e meio de área, dotada de um portão bem construído de quatro câmaras, foi datada nos séculos IX-VIII AEC. Ela foi sucedida por uma fortaleza um pouco menor no final do século VII AEC, relacionada com as atividades de Josias. Um amontoado de recipientes cúlticos edomitas enterrados em uma cova nas proximidades da fortaleza também foi atribuído ao século VII e conectado com a reforma cúltica de Josias.

A despeito desses aparentes indícios arqueológicos da expansão josiânica, há alguns especialistas que acreditam que um material geográfico bem determinado na Bíblia indica claramente que os ganhos territoriais de Josias foram mínimos.

A fonte mais importante são as listas de áreas urbanas tribais em Josué 15–19, várias das quais o biblista alemão Albrecht Alt propôs que fossem datadas do século VII. Em particular, ele propôs que as listas de cidades de Judá, Benjamim, Dã e Simeão refletem a divisão administrativa de Judá no tempo de Josias. Naquele tempo, o reino estava dividido em doze distritos, que abrangiam a área que se estende do Vale de Bersabeia no sul até o planalto de Benjamim no norte, incluindo a Sefelá Oriental. Outro indício provém das listas dos que retornaram do exílio babilônico, que aparecem nos livros de Esdras e Neemias. Essas listas aparentemente incluem lugares que se situavam dentro das fronteiras de Judá antes da destruição de 586 AEC.

O historiador bíblico israelense Benjamim Mazar acrescentou que a descrição dos limites geográficos da reforma religiosa de Josias em 2 Reis 23,8 também revela as fronteiras do seu Estado: "O rei fez vir das cidades de Judá todos os sacerdotes, profanou os santuários das alturas onde eles tinham queimado incenso, desde Gaba até Bersabeia". Mazar identificou essa Gaba com um sítio localizado cerca de quinze milhas a norte de Jerusalém. Isso tudo aparentemente significou que a expansão de Josias para o norte foi mínima e incluiu somente a área do tão odiado centro de culto de Betel.

Na verdade, os achados arqueológicos usados pelos maximalistas podem ser interpretados de uma maneira muito diferente. Começando com Meguido no norte, não há nenhum tipo de evidência para atribuir a fortaleza do estrato II a Josias. Jamais foi encontrado sequer um item judaíta do século VII (que descreveremos mais adiante) em Meguido. Podemos aceitar com segurança a visão alternativa de que o estrato II de Meguido representa uma tomada pacífica pelos egípcios. Os palácios assírios provavelmente continuaram a serviço da administração egípcia e uma fortaleza foi construída na margem oriental do monte. Essa interpretação suscita um problema um tanto similar na medida em que o estrato II de Meguido não produziu achados egípcios. Porém, o domínio egípcio na Palestina no século VII foi muito breve – entre dez e vinte anos – e

não deixou muitos achados inclusive no sul da planície costeira.

Quanto a Mesad Achaviau no oeste, a cerâmica grega que ali foi encontrada é agora conhecida de uma certa quantidade de sítios na planície costeira sul e no Vale de Bersabeia. A pergunta é: Essa cerâmica deve ser entendida como representando a presença física de mercadores ou mercenários gregos ou apenas como produto de relações comerciais com o Ocidente? De modo geral, a resposta a uma pergunta como essa depende, entre outros fatores, da quantidade dessa cerâmica encontrada em dado sítio. A proporção relativamente alta dessa cerâmica em Mesad Achaviau pode de fato indicar a presença de gregos. E, se o sítio de fato foi uma fortaleza, talvez estejamos lidando com mercenários. A pergunta seguinte seria: Em que exército eles serviram? O historiador grego Heródoto informa que mercenários gregos serviram no exército de Psamético I, rei do Egito, e que eles estavam estacionados em suas fortalezas de fronteira. Isso foi confirmado em escavações no Egito, incluindo a escavação de um dos lugares especificamente mencionados por Heródoto. Logo, podemos aceitar com bastante segurança a teoria de que Mesad Achaviau foi um posto avançado egípcio guarnecido, entre outros, por mercenários gregos.

Mas não seria possível que mercenários gregos tivessem servido também no exército judaíta? Em conexão com isso são dignos de nota novamente os *kittim*, que são mencionados em alguns óstracos do final do século VII encontrados na fortaleza de Arad, situada no sul de Judá. O comandante da fortaleza recebeu instruções para fornecer-lhes provisões alimentícias. Baseado na Bíblia, que identifica os *kittim* com os gregos ou cipriotas, e na cerâmica grega encontrada em Mesad Achaviau (que se supunha ter sido uma fortaleza judaíta do tempo de Josias), Aharoni, o escavador de Arad, propôs que os *kittim* foram mercenários gregos ou cipriotas que serviram no exército judaíta. Porém, outras explicações são igualmente lógicas. Nadav Naaman propôs que os óstracos de Arad deveriam se entendidos como ordens dadas aos comandantes judaítas para fornecer suprimentos aos mercenários gregos a serviço do exército egípcio, que naquele

tempo dominava Judá. Outro historiador da Bíblia, Anson Rainey, propôs que os *kittim* não foram mercenários, mas mercadores oriundos da cidade de Kition em Chipre. Como quer que seja, com relação a Mesad Achaviau, não há muita margem para duvidar que o Egito, que se expandiu no final do século VII ao longo da costa do Levante, era suficientemente forte para impedir Josias de construir uma fortaleza isolada no meio de uma área na qual o Egito tinha grande interesse estratégico.

Se Mesad Achaviau foi uma fortaleza egípcia, deveríamos perguntar o que os judaítas – isto é, pessoas com nomes javistas – estavam fazendo ali. O Livro de Jeremias (44,1; 46,14) nos conta que, na sua época, havia judaítas vivendo em vários lugares no Egito, e a partir dos achados feitos na Ilha de Elefantina, situada no Nilo, no Alto Egito, combinados com as referências a Siene (Assuã) na Bíblia, podemos supor que havia judaítas servindo como mercenários no exército egípcio já no final do período monárquico. Em consequência, é bastante plausível que a unidade estacionada na fortaleza egípcia de Mesad Achaviau incluía mercenários judaítas. Naaman propôs que alguns desses judaítas podem ter sido trabalhadores forçados enviados para lá como parte da obrigação de Judá como subalterno do Egito. Portanto, não há razão para esticar o território de Josias tão a oeste até a costa.

Agora vamos para o sul. As duas fortalezas do século VII no extremo sul – Cades-Barneia no oeste e Haseva no leste – foram identificadas como judaítas de acordo com alguns tipos de cerâmica e (no caso da primeira) de uns poucos óstracos hebraicos, mas principalmente de acordo com a ideia da grande expansão de Judá no tempo de Josias. Porém, há uma alternativa igualmente atrativa que foi proposta por Naaman, a saber, que ambas foram construídas no início do século VII sob auspícios assírios com a ajuda dos estados vassalos locais – Judá (de Manassés) e Edom – e que foram guarnecidos com tropas dos vassalos locais. Ele propôs, ademais, que os óstracos escritos em glifos hieráticos egípcios, encontrados em Cades-Barneia são um indício de que, no final do século VII, o

sítio passou para os egípcios. De fato, as duas fortalezas, especialmente o enorme forte de Haseva (que provavelmente data do século VII), têm uma aparência um pouco diferente da das fortalezas judaítas no Vale de Bersabeia.

Até aqui sobre a evidência negativa. Porém, temos pistas positivas, isto é, achados arqueológicos que podem nos ajudar a delinear as fronteiras de Judá na época de Josias? A cultura material de Judá no final do século VII tinha várias características claras relativamente fáceis de detectar no registro arqueológico. Eles representam vários aspectos da vida do século VII em Judá – comércio, culto, administração e vida cotidiana. Se traçarmos sua distribuição em um mapa, talvez possamos identificar as fronteiras de Judá. Embora algumas delas tenham aparecido pela primeira vez poucas décadas antes do reinado de Josias, elas devem ter continuado em uso e sua popularidade atingiu o auge no final do século VII. Em outras palavras, podemos especular que, se Josias estendeu as fronteiras de Judá, os achados judaítas típicos também foram se expandindo gradativamente para os novos territórios.

A primeira característica da arqueologia de Judá no século VII são pequenos pesos de pedra calcária com inscrições. Eles aparentemente foram usados na atividade comercial privada cotidiana. Eles apareceram principalmente na região central de Judá, desde o Vale de Bersabeia no sul até a área um pouco a norte de Jerusalém. Eles também foram encontrados em grandes quantidades no leste da Sefelá. Fora dessas fronteiras tradicionais de Judá, elas foram encontradas em quantidades significativas somente no oeste, isto é, na baixa Sefelá e na planície costeira. Porém, isso pode ser resultado de intensa atividade comercial entre Judá e essa área.

Outro achado típico do século VII em Judá é constituído por sinetes em forma de roseta, encontrados nas alças de jarros de armazenamento. Esses sinetes provavelmente desempenhavam algum papel, ainda não plenamente entendido, na administração de Judá naquele tempo. Sua distribuição abrange as terras altas de Judá, desde o Vale de Bersabeia no sul até área um pouco a norte de

Jerusalém, havendo uma maior concentração na área da capital.

Estatuetas de uma mulher em pé segurando seus seios com as mãos também foram encontradas em grandes quantidades na fase final de monarquia de Judá. Pode-se distingui-las de estatuetas similares que aparecem em regiões vizinhas. Quase todas elas foram encontradas na região central de Judá, entre Bersabeia e Betel. No oeste, elas aparecem em grande quantidade até na altura da linha que vai de Laquis a Bet-Semes. Outro tipo de estatueta, retratando um cavalo e um cavaleiro, também foi popular no final de Idade do Ferro II naquela região. Também nesse caso, é possível isolar uma versão judaíta. Quase todas as estatuetas do último tipo foram encontradas dentro das fronteiras de Judá propriamente.

De qualquer modo, esses objetos e tipos de cerâmica caracteristicamente judaíta do final do século VII foram encontrados principalmente na região central do Reino do Sul. Suas quantidades diminuem na medida em que se avança para o oeste e para o norte. Eles ainda aparecem em quantidade significativa no planalto de Betel, mas mais para o norte sua parcela no conjunto diminui.

Quando todos esses itens são traçados em um mapa, sua distribuição é bastante similar. Ela se estende do Vale de Bersabeia até o planalto de Betel a norte de Jerusalém e do Mar Morto e do Vale do Jordão até a Alta Sefelá. A pergunta é: Foram essas as fronteiras de Judá e elas indicam que não houve expansão mais para o norte? Ou elas representam apenas o território central do reino? Nesse caso também devemos lembrar que, se o avanço para o norte teve vida curta, poderia estar sub-representado no registro arqueológico. Porém, uma anexação permanente e de grande alcance de novos territórios pelo reino de Judá simplesmente não é indicada pelos achados arqueológicos.

ANEXO G

OS LIMITES DA PROVÍNCIA DE JEHUD

Os reis persas mantiveram a divisão administrativa geral do Oriente Próximo que havia sido instituída pelos impérios Assírio e Babilônico anteriores. Sob os persas, os vastos territórios da região foram divididos em satrapias e cada satrapia, além disso, foi subdivida em províncias que foram administradas por governadores. A Palestina pertencia à satrapia chamada Além do Rio (i. é, a oeste do Rio Eufrates), que, de acordo com Heródoto – o grande historiador grego daquela época – abrangeu as áreas da Síria, da Fenícia, de Chipre e da Palestina.

Os dados territoriais mais detalhados sobre a província pós-exílica de Jehud provém do texto bíblico, da lista de exilados que retornou da Babilônia (Esdras 2; Neemias 7) e da lista dos construtores das muralhas de Jerusalém (Neemias 3). No sul, a fronteira entre Jehud e o território edomita passava um pouco a sul de Betsur, deixando Hebron – a segunda área urbana mais importante nas terras altas na fase final da monarquia e o sítio em que estavam os túmulos dos patriarcas – fora do território dos repatriados. No norte, a fronteira de Jehud correspondeu à que Judá tinha no final da fase monárquica no final do século VII, passando a norte de Masfa e Betel. No leste, Jericó fazia parte de Jehud. No oeste, a área de Lod, no norte da Sefelá, e mencionada na lista dos exilados que retornaram da Babilônia, mas não há consenso entre os especialistas sobre se fazia parte da província. Jehud era, portanto, uma província pequena, cobrindo principalmente as montanhas de Judá aproximadamente quinze milhas para o

norte e para o sul de Jerusalém, com uma área não muito maior do que oitocentas milhas quadradas. Tratou-se de um território bem menor até do que a área restrita de Judá no final do século VII AEC. Diferentemente desta, ela não incluiu as montanhas de Hebron no sul, nem o Vale de Bersabeia e grande parte da Sefelá. A província aparentemente foi subdividida em distritos; a lista dos construtores da muralha (Neemias 3) menciona poucas áreas urbanas, entre as quais Masfa no norte e Betsur no sul, que serviam como centros distritais no interior da província de Jehud.

Essa reconstrução textual das fronteiras da província de Yehud é confirmada pelos achados arqueológicos. O mais indicativo desses achados é constituído por vários sinetes encontrados em recipientes de cerâmica do período persa, sobre os quais está gravado em caracteres aramaicos ou hebraicos o nome aramaico da província – *Jehud*. Algumas centenas de exemplares foram encontradas até o momento. Sua distribuição, pelo menos em quantidades significativas, é idêntica às fronteiras da província de Jehud anteriormente descritas: da área de Masfa no norte à de Betsur no sul e de Jericó no leste a Gazer (perto de Lod) no oeste. De fato, quase todas as impressões foram encontradas em Jerusalém e nos sítios imediatamente a norte e a sul dela. Um tipo dessas impressões traz, além do nome da província, um nome pessoal e o título "o governador". Esses nomes pessoais são identificados pela maioria dos especialistas como governadores, de resto desconhecidos, da província de Jehud, ou seja, funcionários que detinham um posto igual ao de Neemias.

REFERÊNCIAS

Nota do autor: Embora haja uma bibliografia especializada rica e relevante sobre os assuntos tratados neste livro também em hebraico, alemão, francês e outras línguas europeias, selecionamos as principais fontes em inglês para estas referências. Em bem poucos casos também são citadas fontes em alemão e francês, isto quando se trata das únicas referências relevantes para um tema específico.

Introdução – Arqueologia e Bíblia

Enciclopédias de referência

I – Os principais sítios arqueológicos em Israel e na Jordânia

STERN, E. (ed.). *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land.* Jerusalém, 1993.

II – Referências bíblicas

FREEDMAN, D.N. (ed.). *The Anchor Bible Dictionary.* Nova York, 1992.

III – O Oriente Próximo antigo

MEYERS, E.M. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of Archaeology in the Near East.* Nova York, 1997.

SASSON, J.M. (ed.). *Civilizations of the Ancient Near East.* Londres, 1995.

Sobre a geografia física de Canaã/Israel

ORNI, E. & EFRAT, E. *Geography of Israel.* Jerusalém, 1971.

Sobre o método arqueológico

RENFREW, C. & BAHN, P. *Archaeology:* Theories, Methods and Practice. Londres, 1991.

Sobre a história da pesquisa arqueológica na Palestina

SILBERMAN, N.A. *Digging for God and Country:* Exploration in the Holy Land 1799-1917. Nova York, 1982.

Livros introdutórios sobre a arqueologia do Levante

BEN-TOR, A. (ed.). *The Archaeology of Ancient Israel.* New Haven, 1992.

LEVY, T.E. (ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land.* Londres, 1995.

MAZAR, A. *Archaeology of the Land of the Bible 10,000-586 BCE.* Nova York, 1990.

STERN, E. *Archaeology of the Land of the Bible* – Vol. II: The Assyrian, Babylonian, and Persian Periods 732-332 BCE. Nova York, 2001.

Sobre a geografia histórica da Terra de Israel

AHARONI, Y. *The Land of the Bible:* A Historical Geography. Filadélfia, 1979.

Tradução de textos do Oriente Próximo antigo

PRITCHARD, J.B. *Ancient Near Eastern Tacts Relating to the Old Testament.* Princeton, 1969.

Sobre o Pentateuco

BLENKINSOPP, J. *The Pentateuch:* An Introduction to the First Five Books of the Bible. Nova York, 1992.

FRIEDMAN, R.E. *Who Wrote the Bible?* Nova York, 1987.

GUNKEL, H. 1964. *The Legends of Genesis.* Nova York, 1987.

NOTH, M. *A History of Pentateuchal Traditions.* Sheffield, 1981.

VAN SETERS, J. *The Pentateuch:* A Social-Science Commentary. Sheffield, 1999.

WELLHAUSEN, J. *Prolegomena to the History of Ancient Israel.* Nova York, 1957.

WHYBRAY, R.N. *The Making of the Pentateuch.* Sheffield, 1987.

Sobre a História Deuteronomista

I – Em geral

KNOPPERS, G.N. & McCONVILLE, J.G. (eds.). *Reconsidering Israel and Judah:* Recent Studies on the Deuteronomistic History. Winona Lake, 2000.

McKENZIE, S.L. & GRAHAM, M.P. (eds.). *The History of Israel's Traditions:* The Heritage of Martin Noth. Sheffield, 1994.

ROFÉ, A. Ephraimite versus Deuteronomistic History. In: GARRONE, D. & FELICE, I. (eds.). *Storia e tradizioni di Israele*. Bréscia, 1991.

II – A escola alemã (de Martin Noth)

NOTH, M. *The Deuteronomistic History.* Sheffield, 1981.

III – A escola de Harvard (Frank M. Cross)

CROSS, F.M. *Canaanite Myth and Hebrew Epic.* Cambridge, Mass., 1973, p. 274-288.

HALPERN, B. & VANDERHOOFT, D. The Editions of Kings in the 7th-6th Centuries BCE. *Hebrew Union College Annual*, vol. 62, 1991, p. 179-244.

McKENZIE, S.L. *The Trouble with Kings:* The Composition of the Book of Kings in the Deuteronomistic History. Leiden, 1991.

NELSON, R.D. *The Double Redaction of the Deuteronomistic History.* Sheffield, 1981.

Sobre os livros das Crônicas

JAPHET, S. *I & II Chronicles:* A Commentary. Londres, 1993.

NOTH, M. *The Chronicler's History.* Sheffield, 1987.

WILLIAMSON, H.G.M. *1 and 2 Chronicles.* Londres, 1982.

Sobre a historiografia na Bíblia

BRETTLER, M.Z. *The Creation of History in Ancient Israel.* Londres, 1995.

HALPERN, B. *The first Historians:* The Hebrew Bible and History. São Francisco, 1988.

PHILIPS LONG, V. (ed.). *Israel's Past in Present Research, Essays on Ancient Israelite Historiography.* Winona Lake, 1999.

VAN SETERS, J. *In Search of History:* Historiography in the Ancient World and the Origins of Biblical History. New Haven, 1983.

Sobre a cronologia bíblica

COGAN, M. Chronology. *Anchor Bible Dictionary.* Nova York, 1992.

GALIL, G. *The Chronology of the Kings of Israel and Judah.* Leiden, 1996.

Sobre a história de Israel

I – Estudos da corrente majoritária

ALT, A. *Essays on Old Testament History and Religion.* Oxford, 1966.

DE VAUX, R. *The Early History of Israel.* Filadélfia, 1978.

HAYES, J.H. & MILLER, M.J. *Israelite and Judaean History.* Londres, 1977.

MILLER, M.J. & HAYES, J.H. *A History of Ancient Israel and Judah.* Londres, 1986.

NOTH, M. *The History of Israel.* Londres, 1965.

II – O enfoque minimalista

DAVIES, P. *In Search of "Ancient Israel".* Sheffield, 1992.

LEMCHE, N.P. Is it Still Possible to Write a History of Ancient Israel? *Scandinavian Journal of Old Testament*, vol. 8, 1994, p. 165-190.

THOMPSON, T.L. *Early History of the Israelite People.* Leiden, 1992.

THOMPSON, T.L. *The Mythic Past.* Nova York, 1999.

Sobre a escola dos anais

BRAUDEL, F. *On History.* Londres, 1980.

FEBVRE, L. *A New Kind of History and Other Studies.* Nova York, 1973.

1 À procura dos patriarcas

Sobre o Livro do Gênesis

SARNA, N.M. *Understanding Genesis.* Nova York, 1966.

SPEISER, E.A. *Genesis:* Introduction, Translation, and Notes. Garden City, 1964.

Cf. tb. as referências sobre o Pentateuco na introdução.

Sobre a fonte J

FRIEDMAN, R.E. *The Hidden Book in the Bible.* São Francisco, 1999.

VAN SETERS, J. *Prologue to History:* The Yahwist as Historian in Genesis. Louisville, 1992.

Cf. tb. as referências sobre o Pentateuco na introdução.

Sobre a fonte E

JENKS, A.W. *The Elohist and North Israelite Traditions.* Missoula, 1977.

Sobre a fonte P

HARAN, M. Behind the Scenes of History: Determining the Date of the Priestly Source. *Journal of Biblical Literature*, vol. 100, 1981, p. 321-333.

HURVITZ, A. Dating the Priestly Source in Light of the Historical Study of Biblical Hebrew a Century after Wellhausen. *Beihefte zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, vol. 100, 1988, p. 88-99.

Análises gerais das tradições patriarcais

DEVER, W.G. & CLARK, M.W. The Patriarchal Traditions. In: HAYES & MILLER, 1977, p. 70-148 (cf. as referências sobre a introdução).

HENDEL, R.S. Finding Historical Memories in the Patriarchal Narratives. *Biblical Archaeology Review*, vol. 21, n. 4, 1995, p. 52-59, 70-71.

McCARTER, P.K. The Patriarchal Age: Abraham, Isaac and Jacob. In: SHANKS, H. (ed.). *Ancient Israel:* From Abraham to the Roman Destruction of the Temple. Washington, D.C., 1999, p. 1-31.

Teorias do passado sobre a historicidade das tradições patriarcais

ALBRIGHT, W.F. Abraham the Hebrew: A New Archaeological Interpretation. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 163, 1961, p. 36-54.

DE VAUX, R., p. 161-287 (cf. as referências sobre a introdução).

GORDON, C.H. Biblical Customs and the Nuzi Tablets. In: CAMPBELL, E.F. & FREEDMAN, D.N. (eds.). *The Biblical Archaeologist, v. Reader.* Vol. II. Garden City, 1964, p. 21-33.

MAZAR, B. *The Early Biblical Period:* Historical Studies. Jerusalem, 1986, p. 49-62.

Estudos críticos das tradições patriarcais

REDFORD, D.B. *A Study of the Biblical Joseph Story.* Leiden, 1970.

THOMPSON, T.L. *The Historicity of the Patriarchal Narratives:* The Quest for the Historical Abraham. Berlim, 1974.

VAN SETERS, J. *Abraham in History and Tradition.* New Haven, 1975.

Sobre a arqueologia da Transjordânia

BIENKOWSKI, P. (ed.). *Early Edom and Moab:* The Beginning of the Iron Age in Southern Jordan. Sheffield, 1992.

McDONALD, B. & YOUNKER, R.W. (eds.). *Ancient Ammon.* Leiden, 1999.

Sobre os árabes antigos

EPHAL, I. *The Ancient Arabs.* Jerusalém, 1982.

2 O êxodo realmente aconteceu?

Sobre a teoria convencional do êxodo na Idade do Bronze Tardia

FRERICHS, E.S. & LESKO, L.H. (eds.). *Exodus:* The Egyptian Evidence. Winona Lake, 1997.

SARNA, N.M. Israel in Egypt: The Egyptian Sojourn and the Exodus. In: SHANKS, H. (ed.). *Ancient Israel:* From Abraham to the Roman Destruction of the Temple. Washington, 1999, p. 33-54.

Sobre Canaã na Idade do Bronze Tardia

LEONARD, A. The Late Bronze Age. *Biblical Archaeologist*, vol. 52, 1989, p. 4-39.

SINGER, I. Egyptians, Canaanites and Philistines in the Period of the Emergence of Israel. In: FINKELSTEIN, I. & NAAMAN, N. (eds.). *From Nomadism to Monarchy:* Archaeological and Historical Aspects of Early Israel. Jerusalém, 1994, p. 282-338.

WEINSTEIN, J.M. The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 241, 1981, p. 1-28.

Sobre a exploração ao longo da estrada internacional no norte do Sinai

OREN, E.D. The "Ways of Horus" in North Sinai. In: RAINEY, A.F. (ed.). *Egypt, Israel, Sinai:* Archaeological and Historical Relationships in the Biblical Period. Tel Aviv, 1987, p. 69-119.

Sobre o delta do Nilo, o "período dos hicsos" e o êxodo

BIETAK, M. *Avaris the Capital of the Hyksos:* Recent Excavations at Tell el-Daba. Londres, 1996.

REDFORD, D.B. *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times.* Princeton, 1992, p. 98-122.

_____. An Egyptological Perspective on the Exodus Narrative. In: RAINEY, A.F. (ed.). *Egypt, Israel, Sinai:* Archaeological and Historical Relationships in the Biblical Period. Tel Aviv, 1987, p. 137-161.

Sobre o delta no período de Sais e a tradição do êxodo

Cf. REDFORD.

Comentários sobre o Livro do Êxodo

PROPP, W.H.C. *Exodus 1–18.* Nova York, 1999.

SARNA, N.M. *Exploring Exodus.* Nova York, 1986.

3 A conquista de Canaã

Sobre a teoria da conquista militar

ALBRIGHT, W.F. The Israelite Conquest of Canaan in the Light of Archaeology. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 74, 1939, p. 11-23.

KAUFMAN, Y. *The Biblical Account of the Conquest of Palestine.* Jerusalém, 1953.

MALAMAT, A. Conquest of Canaan: Israelite Conduct of War according to Biblical Tradition. *Encyclopedia Judaica Year Book,* 1976, p. 166-182.

WRIGHT, G. E. Epic of Conquest. *Biblical Archaeologist*, vol. 3, 1940, p. 25-40.

YADIN, Y. Is the Biblical Account of the Israelite Conquest of Canaan Historically Reliable? *Biblical Archaeology Review*, vol. 8, 1982, p. 16-23.

_____. The Transition from a Semi-Nomadic to a Sedentary Society in the Twelfth Century BCE. In: CROSS, F.M. (ed.). *Symposia Celebrating the Seventy-Fifth Anniversary of the Foundation of the American Schools of Oriental Research (1000-1075).* Cambridge, 1979, p. 57-68.

Sobre as atuais escavações em Hasor

BEN-TOR, A. The Fall of Canaanite Hazor-the "Who" and "When" Questions. In: GITIN, S.; MAZAR, A. & STERN, E. *Mediterranean Peoples in Transition:* Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE. Jerusalém, 1998, p. 456-467.

Crítica da teoria da conquista militar

FINKELSTEIN, I. *The Archaeology of the Israelite Settlement.* Jerusalém, 1988, p. 295-302.

Sobre histórias etiológicas em Josué

NOTH, M. Die fünf Könige in der Höhle von Makkeda. *Palästinajahrbuch*, vol. 33, 1937, p. 22-36.

_____. Bethel und Ai. *Palästinajahrbuch*, vol. 31, 1935, p. 7-29.

Racionalização da evidência negativa referente à conquista de Canaã

ALBRIGHT, cf. acima, p. 29.

GLUECK, N. *Rivers in the Desert.* Nova York, 1959, p. 114.

Sobre a narrativa bíblica da conquista

NELSON, R.D. *Joshua:* A Commentary. Louisville, 1997.

_____. Josiah in the Book of Joshua. *Journal of Biblical Literature*, vol. 100, 1981, p. 531-540.

Sobre os povos do mar

DOTHAN, T. *The Philistines and Their Material Culture.* Jerusalém, 1982.

DOTHAN, T. & DOTHAN, M. *People of the Sea.* Nova York, 1992.

OREN, E.D. (ed.). *The Sea Peoples and Their World:* A Reassessment. Filadélfia, 2000.

SINGER (cf. as referências sobre o capítulo 2).

STAGER, L.E. The Impact of the Sea Peoples (1185-1050 BCE). In: LEVY, T.E. *The Archaeology of Society in the Holy Land.* Londres, 1995, p. 332-348.

Sobre a data do fim da Idade do Bronze Tardia

USSISHKIN, D. The Destruction of Megiddo at the End of the Late Bronze Age and Its Historical Significance. *Tel Aviv*, vol. 22, 1995, p. 240-267.

_____. Levels VII and VI at Tel Lachish and the End of the Late Bronze Age in Canaan. In: TUBB, J.N. (ed.). *Palestine in the Bronze and Iron Ages:* Papers in Honour of Olga Tufnell. Londres, 1985, p. 213-228.

Sobre os anos de crise no final da Idade do Bronze Tardia

GITIN, S.; MAZAR, A. & STERN, E. *Mediterranean Peoples in Transition:* Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE. Jerusalém, 1995.

WARD, W.A. & SHARP JOUKOWSKY, M. (eds.). *The Crisis Years:* The 12th Century B.C. From Beyond the Danube to the Tigris. Dubuque, 1992.

Sobre Canaã no período de Amarna em particular e a Idade do Bronze Tardia em geral

FINKELSTEIN, I. The Territorio-Political System of Canaan in the Late Bronze Age. *Ugarit-Forschungen*, vol. 28, 1996, p. 221-255.

NAAMAN, N. The Network of Canaanite Late Bronze Kingdoms and the City of Ashdod. *Ugarit-Forschungen*, vol. 29, 1997, p. 599-616.

Cf. tb. as referências sobre o capítulo 2.

4 Quem eram os israelitas?

Sobre a teoria da infiltração pacífica

AHARONI, Y. Nothing Early and Nothing Late. Re-writing Israel's Conquest. *Biblical Archaeologist*, vol. 39, 1976, p. 55-76.

ALT, A. *Essays on Old Testament History and Religion.* Oxford, 1966, p. 135-139.

_____. *Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel, I.* Munique, 1953, p. 256-273.

Sobre a teoria da revolta camponesa

GOTTWALD, N.K. *The Tribes of Yahweh.* Nova York, 1979.

MENDENHALL, G.E. The Hebrew Conquest of Palestine. *Biblical Archaeologist*, vol. 25, 1962, p. 66-87.

Visões correntes sobre o surgimento do Israel antigo

COOTE, R.B. & WHITELAM, K.W. *The Emergence of Early Israel in Historical Perspective.* Sheffield, 1987.

DEVER, W.G. Ceramics, Ethnicity, and the Question of Israel's Origins. *Biblical Archaeologist*, vol. 58, 1995, p. 200-213.

FINKELSTEIN, I. Ethnicity and Origin of the Iron I Settlers in the Highlands of Canaan: Can the Real Israel Stand Up? *Biblical Archaeologist*, vol. 59, 1996, p. 198-212.

_____. The Great Transformation: The "Conquest" of the Highlands Frontiers and the Rise of the Territorial States. In: LEVY, T.E. (ed.). *The Archaeology of Society in the Holy Land.* Londres, 1995, p. 349-365.

Cf. tb. FINKELSTEIN nas referências sobre o capítulo 3.

FINKELSTEIN, I. & NAAMAN, N. (eds.). *From Nomadism to Monarchy:* Archaeological and Historical Aspects of Early Israel. Jerusalém, 1994.

LEMCHE, N.P. *Early Israel.* Leiden, 1985.

STAGER, L.E. The Archaeology of the Family in Ancient Israel. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 260, 1985, p. 1-35.

***Sobre os* apiru *e os* chosu**

GIVEON, R. *Les bédouins Shosou des documents égyptiens.* Leiden, 1971.

GREENBERG, M. *The Hab/piru.* New Haven, 1955.

NAAMAN, N. Habiru and Hebrews: The Transfer of a Social Term to the Literary Sphere. *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 45, 1986, p. 271-288.

RAINEY A.F. Unruly Elements in Late Bronze Canaanite Society. In: WRIGHT, D.P.; FREEDMAN, D.N. & HURVITZ, A. (eds.). *Pomegranates and Golden Bells.* Winona Lake, 1995, p. 481-496.

ROWTON, M.B. Dimorphic Structure and the Problem of the *Apiru-Ibrim. Journal of Near Eastern Studies*, vol. 35, 1976, p. 13-20.

WARD, W.A. The Shasu "Bedouin" – Notes on a Recent Publication. *Journal of the Economy and Social History of the Orient*, vol. 15, 1972, p. 35-60.

Comentário ao Livro dos Juízes

BOLING, R.G. *Judges.* Nova York, 1975.

5 Memórias de uma idade de ouro?

Comentários aos livros de Samuel e 1 Reis

GRAY, J. *I and II Kings* – A Commentary. Londres, 1970.

McCARTER, K.P. *II Samuel.* Garden City, 1984.

_____. *I Samuel.* Garden City, 1980.

Sobre a monarquia unificada, Davi e Salomão

FRITZ, V. & DAVIES, P. *The Origins of the Ancient Israelite States.* Sheffield, 1996.

HALPERN, B. *Davids Secret Demons:* Messiah, Murderer, Traitor, King. Grand Rapids, 2001.

HANDY, L.K. (ed.). *The Age of Solomon.* Leiden,. 1997.

KNAUF, E.A. King Solomon's Copper Supply. In: LIPINSKI, E. (ed.). *Phoenicia and the Bible.* Leuven, 1991, p. 167-186.

NIEMANN, H.M. Megiddo and Solomon – A Biblical Investigation in Relation to Archaeology. *Tel Aviv*, vol. 27, 2000, p. 59-72.

A visão "minimalista" sobre a monarquia unificada

Cf. as referências sobre a introdução.

A teoria convencional sobre a arqueologia da monarquia unificada

DEVER, W.G. *Recent Archaeological Discoveries and Biblical Research.* Seattle, 1990, p. 85-117.

KENYON, K. *Royal Cities of the Old Testament.* Nova York, 1971, p. 53-70.

MAZAR, A. Iron Age Chronology: A Reply to I. Finkelstein. *Levant*, vol. 29, 1997, p. 155-165.

USSISHKIN, D. King Solomons Palaces. *Biblical Archaeologist*, vol. 36, 1973, p. 78-105.

YADIN, Y. *Honor* – The Discovery of a Great Citadel of the Bible. Londres, 1975, p. 147-248.

_____. *Hazor.* Londres, 1972, p. 147-164.

_____. Megiddo of the Kings of Israel. *Biblical Archaeologist*, vol. 33, 1970, p. 66-96.

Sobre a "baixa cronologia" para os estratos da Idade do Ferro

FINKELSTEIN, I. Bible Archaeology or Archaeology of Palestine in the Iron Age? – A Rejoinder. *Levant*, vol. 30, 1998, p. 167-174.

_____. The Archaeology of the United Monarchy: An Alternative View. *Levant*, vol. 28, 1996, p. 177-187.

Sobre os padrões de assentamento em Judá

OFER, A. "All the Hill Country of Judah": From Settlement Fringe to a Prosperous Monarchy. In: FINKELSTEIN, I. & NAAMAN, N. (eds.). *From Nomadism to Monarchy, Archaeological and Historical Aspects of Early Israel.* Jerusalém, 1994, p. 92-121.

Sobre Jerusalém no período da monarquia unificada

CAHILL, J. David's Jerusalem, Fiction or Reality? – The Archaeological Evidence Proves it. *Biblical Archaeology Review*, vol. 24, n. 4, 1998, p. 34-41.

KNAUF, E.A. Jerusalem in the Late Bronze and Early Iron Periods: A Proposal. *Tel Aviv*, vol. 27, 2000, p. 73-89.

STEINER, M. David's Jerusalem, Fiction or Reality? – It's Not There: Archaeology Proves a Negative. *Biblical Archaeology Review*, vol. 24, n. 4, 1998, p. 16-33, 62.

USSISHKIN, D. Solomon's Jerusalem: The Text and the Facts on the Ground. In: VAUGHN, A.G. & KILLEBREW, A.E. (eds.). *Jerusalem in Bible and Archaeology:* The First Temple Period. Atlanta, 2003, p. 103-115.

Sobre a inscrição de Tel Dan

BIRAN, A. & NAVEH, J. The Tel Dan Inscription: A New Fragment. *Israel Exploration Journal*, vol. 45, 1995, p. 1-18.

HALPERN, B. The Stela from Dan: Epigraphic and Historical Considerations. *Bulletin of the American*

Schools of Oriental Research, vol. 296, 1994, p. 63-80.

LEMAIRE, A. The Tel Dan Stela as a Piece of Royal Historiography. *Journal for the Study of the Old Testament*, vol. 81, 1998, p. 3-14.

SCHNIEDEWIND, W.M. Tel Dan Stela: New Light on Aramaic and Jehu's Revolt. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 302, 1996, p. 75-90.

YAMADA, S. Aram-Israel Relations as Reflected in the Aramaic Inscription from Tel Dan. *Ugarit-Forschungen*, vol. 27, 1995, p. 611-625.

Sobre os filisteus

Cf. referências sobre os povos do mar no capítulo 3.

6 Um só Estado, uma só nação, um só povo?

Sobre Norte x Sul na região montanhosa central durante os milênios

Cf. FINKELSTEIN, 1995 nas referências ao capítulo 4.

Sobre o país das montanhas no período de Amarna

NAAMAN, N. Canaanite Jerusalem and its Central Hill Country Neighbours in the Second Millennium BCE. *Ugarit-Forschungen*, vol. 24, 1992, p. 277-291.

Cf. tb. FINKELSTEIN, 1996 e NAAMAN, 1997 nas referências sobre o capítulo 3.

Sobre formação estatal no Levante

FINKELSTEIN, I. State Formation in Israel and Judah: A Contrast in Context, A Contrast in Trajectory. *Near Eastern Archaeology*, vol. 61, 1999, p. 35-52.

MARFOE, L. The Integrative Transformation: Patterns of Socio-political Organization in Southern Syria. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 234, 1979, p. 1-42.

Sobre a campanha do Faraó Sesac

KITCHEN, K.A. *The Third Intermediate Period in Egypt.* Warminster, 1973, p. 293-300.

MAZAR (cf. as referências sobre o capítulo 1).

7 O primeiro reino esquecido de Israel

Comentário sobre 2 Reis

COGAN, M. & TADMOR, H. *II Kings.* Garden City, 1988.

Sobre a estela do Rei Mesa

DEARMAN, J.A. (ed.). *Studies in the Mesha Inscription and Moab.* Atlanta, 1989.

NAAMAN, N. King Mesha and the Foundation of the Moabite Monarchy. *Israel Exploration Journal*, vol. 47, 1997, p. 83-92.

SMELIK, K.A.D. *Converting the Past, Studies in Ancient Israelite and Moabite Historiography*. Leiden, 1992, p. 59-92.

Sobre a inscrição de Tel Dan

Cf. as referências sobre o capítulo 5.

Sobre Samaria

KENYON. *Royal Cities* (cf. as referências sobre o capítulo 5).

Sobre Meguido e Hasor do século IX de acordo com Yadin

YADIN (cf. as referências sobre o capítulo 5).

Sobre os sistemas de abastecimento de água da Idade do Ferro II

SHILOH, Y. Underground Water Systems in the Land of Israel in the Iron Age. In: KEMPINSKI, A. & REICH, R. (eds.). *The Architecture of Ancient Israel from the Prehistoric to the Persian Periods.* Jerusalém, 1992, p. 275-293.

***Sobre os palácios* bit-hilani**

USSISHKIN. *King Solomon's Palaces* (cf. nas referências sobre o capítulo 5).

Sobre Jezrael

NAAMAN, N. Historical and Literary Notes on the Excavations of Tel Jezreel. *Tel Aviv*, vol. 24, 1997, p. 122-128.

USSISHKIN, D. & WOODHEAD, J. Excavations at Tel Jezreel 1994-1996: Third Preliminary Report. *Tel Aviv*, vol. 24, 1997, p. 6-72.

_____. Excavations at Tel Jezreel 1992-1993: Second Preliminary Report. *Levant*, vol. 26, 1994, p. 1-71.

_____. Excavations at Tel Jezreel 1990-1991: Preliminary Report. *Tel Aviv*, vol. 19, 1992, p. 3-56.

WILLIAMSON, H.G.M. Jezreel in the Biblical Texts. *Tel Aviv*, vol. 18, 1991, p. 72-92.

ZIMHONI, O. *Studies in the Iron Age Pottery of Israel:* Typological, Archaeological and Chronological Aspects. Tel Aviv, 1997, p. 13-56.

Sobre os capitéis protoeólicos

SHILOH, Y. *The Proto-Aeolic Capital and Israelite Ashlar Masonry (Qedem 11).* Jerusalém, 1979.

Sobre o Estado amrida

OLIVIER, H. In Search of a Capital for the Northern Kingdom. *Journal of Northwest Semitic Languages*, vol. 11, 1983, p. 117-132.

SCHULTE, H. The End of the Omride Dynasty: Social-Ethical Observations on the Subject of Power and Violence. In: KNIGHT, D.A. (ed.). *Ethics and Politics in the Hebrew Bible.* Atlanta, 1994, p. 133-148.

TIMM, S. *Die Dynastie Omri.* Göttingen, 1982.

WILLIAMSON, H.G.M. Tel Jezreel and the Dynasty of Omri. *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 128, 1996, p. 41-51.

Sobre a apresentação dos amridas na História Deuteronomista

ISHIDA, T. The House of Ahab. *Israel Exploration Journal*, vol. 25, 1975, p. 135-137.

WHITLEY, C.F. The Deuteronomic Presentation of the House of Omri. *Vetus Testamentum*, vol. 2, 1952, p. 137-152.

8 Na sombra do império

Sobre Aram-Damasco e os arameus

DION, P.-E. *Les araméens à l'âge du fer.* Paris, 1997.

LIPINSKI, E. *The Arameans:* Their Ancient History, Culture, Religion. Leuven, 2000.

PITARD, W.T. *Ancient Damascus.* Winona Lake, 1987.

Sobre Hazael e sua guerra contra Israel

LEMAIRE, A. Hazaël de Damas, roi d'Aram. In: CHARPIN, D. & JOANNES, F. (eds.). *Marchands, diplomates et empereurs.* Paris, 1991, p. 91-108.

Cf. nas referências sobre a estela de Dã no capítulo 5.

Sobre Hasor e o norte na Idade do Ferro II

FINKELSTEIN, I. Hazor and the North in the Iron Age: A Low Chronology Perspective. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 314, 1999, p. 55-70.

Sobre as escavações em Dã e Betsaida

ARAV, R.; FREUND, R.A. & SHRODER, J.F. Bethsaida Rediscovered: Long Lost City Found North of Galilee Shore. *Biblical Archaeology Review*, vol. 26, n. 1, 2000, p. 45-56.

BIRAN, A. *Biblical Dan.* Jerusalém, 1994.

Sobre os óstracos de Samaria

LEMAIRE, A. *Inscriptions hébraiques I:* Les ostraca. Paris, 1977.

RAINEY A.F. The Samaria Ostraca in the Light of Fresh Evidence. *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 99, 1967, p. 32-41

SHEA, W.H. The Date and Significance of the Samaria Ostraca. *Israel Exploration Journal*, vol. 27, 1977, p. 16-27.

Sobre a população de Israel e Judá na Idade do Ferro II

BROSHI, M. & FINKELSTEIN, I. The Population of Palestine in Iron Age II. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 287, 1992, p. 47-60.

Sobre os "estábulos" de Meguido

DAVIES, A.I. Solomonic Stables at Megiddo After All? *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 120, 1988, p. 130-141.

HERR, L.G. Tripartite Pillared Buildings and the Market Place in Iron Age Palestine. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 272, 1988, p. 47-67.

HERZOG, Z. The Storehouses. In: AHARONI, Y. (ed.). *Beer-sheba I.* Tel Aviv, 1973, p. 23-30.

PRITCHARD, J.B. The Megiddo Stables: A Reassessment. In: SANDERS, J.A. (ed.). *Near Eastern Archaeology in the Twentieth Century.* Garden City, 1970, p. 268-275.

YADIN, Y. The Megiddo Stables. In: *Magnalia Dei: the Mighty Acts of God* – Essays on the Bible and Archaeology in Memory of G.E. Wright. Garden City, 1976, p. 249-252.

Sobre as "listas de cavalos" assírias

DALLEY, S. Foreign Chariotry and Cavalry in the Armies of Tiglath-pileser III and Sargon II. *Iraq*, vol. 47, 1985, p. 31-48.

Sobre as placas de marfim de Samaria

CROWFOOT, J.W. & CROWFOOT, G.M. *Early Ivories from Samaria.* Londres, 1938.

Sobre as campanhas assírias

TADMOR, H. Philistia under Assyrian Rule. *Biblical Archaeologist*, vol. 29, 1966, p. 86-102.

Sobre a queda de Samaria

BECKING, B. *The Fall of Samaria.* Leiden, 1992.

NAAMAN, N. The Historical Background to the Conquest of Samaria (720 BC). *Biblica*, vol. 71, 1990, p. 206-225.

Sobre a deportação dos israelitas

NAAMAN, N. Population Changes in Palestine Following Assyrian Deportations. *Tel Aviv*, vol. 20, 1993, p. 104-124.

ODED, B. *Mass Deportations and Deportees in the Neo-Assyrian Empire.* Wiesbaden, 1979.

YOUNGER, L.K. The Deportations of the Israelites. *Journal of Biblical Literature*, vol. 117, 1998, p. 201-227.

9 A transformação de Judá

Sobre a ascensão de Judá no século VIII

FINKELSTEIN, I. The Rise of Jerusalem and Judah: The Missing Link. *Levant*, vol. 33, 2001, p. 105-115.

FINKELSTEIN, 1999 (cf. nas referências sobre o capítulo 6).

JAMIESON-DRAKE, D.W. *Scribes and Schools in Monarchic Judah:* A Socio-Archaeological Approach. Sheffield, 1991.

Sobre Acaz na história e na História Deuteronomista

NAAMAN, N. The Deuteronomist and Voluntary Servitude to Foreign Powers. *Journal far the Study of the Old Testament*, vol. 65, 1995, p. 37-53.

NELSON, R.D. The Altar of Ahaz: A Revisionist View. *Hebrew Annual Review*, vol. 10, 1986, p. 267-276.

SMELIK, K.A.D. The New Altar of King Ahaz (2 Kings 16) – Deuteronomistic Re-interpretation of a Cult Reform. In: VERVENNE, M. & LUST, J. (eds.). *Deuteronomy and Deuteronomic Literature.* Leuven, 1997, p. 263-278.

TADMOR, H. & COGAN, M. Ahaz and Tiglath-Pileser in the Book of Kings: Historic-graphic Considerations. *Biblica*, vol. 60, 1979, p. 491-508.

Sobre a datação da lista de cidades fortificadas no período de Roboão

FRITZ, V. The "List of Rehoboam's Fortresses" in 2 Chr. 11:5-12 – A Document from the Time of Josiah. *Eretz-Israel*, vol. 15, 1981, p. 46-53.

NAAMAN, N. Hezekiah's Fortified Cities and the *LMLK* Stamps. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 261, 1986, p. 5-21.

Sobre as inscrições da Idade do Ferro II, incluindo os selos

AVIGAD, N. & SASS, B. *Corpus of West Semitic Stamp Seals.* Jerusalém, 1997.

McCARTER, K.P. *Ancient Inscriptions:* Voices from the Biblical World. Washington, 1996.

NAVEH, J. *Early History of the Alphabet.* Leiden, 1982.

Sobre produção em massa de cerâmica em Judá na Idade do Ferro II

ZIMHONI. *Studies in Iron Age Pottery*, p. 57-178 (cf. nas referências sobre o capítulo 7).

Sobre a história do povoamento de Judá

OFER (cf. nas referências sobre o capítulo 5).

Sobre a similaridade entre a Jerusalém da Idade do Bronze Tardia e a Idade do Ferro Inicial

NAAMAN, N. The Contribution of the Amarna Letters to the Debate on Jerusalem's Political Position in the Tenth Century BCE. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 304, 1996, p. 17-27.

Sobre a religião de Judá

ACKERMAN, S. *Under Every Green Tree:* Popular Religion in Sixth Century Judah. Atlanta, 1992.

ALBERTZ, R. *A History of Israelite Religion in the Old Testament Period.* Louisville, 1994.

MILLER, P.D. *Israelite Religion and Biblical Theology.* Sheffield, 2000.

SMITH, M. *Palestinian Parties and Politics that Shaped the Old Testament.* Nova York, 1971.

Sobre a expansão de Jerusalém no século VIII

AVIGAD, N. *Discovering Jerusalem.* Oxford, 1984, p. 31-60.

BROSHI, M. The Expansion of Jerusalem in the Reigns of Hezekiah and Manasseh. *Israel Exploration Journal*, vol. 14, 1974. p. 21-26.

Sobre os cemitérios de Jerusalém na Idade do Ferro II

BARKAY, G. & KLONER, A. Jerusalem Tombs from the Days of the First Temple. *Biblical Archaeology Review*, vol. 12, n. 2, 1986, p. 22-39.

USSISHKIN, D. *The Village of Silwan:* The Necropolis from the Period of the judean Kingdom. Jerusalém, 1993.

Sobre a reforma religiosa de Ezequias

NAAMAN, N. The Debated Historicity of Hezekiah's Reform in the Light of Historical and Archaeological Research. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, vol. 107, 1995, p. 179-195.

ROSENBAUM, J. Hezekiah's Reform and the Deuteronomistic Tradition. *Harvard Theological Review*, vol. 72, 1979, p. 23-43.

Sobre a possibilidade de uma História Deuteronomista antiga na época de Ezequias

HALPERN & VANDERHOOFT (cf. nas referências sobre a introdução).

PROVAN, I.W. *Hezekiah and the Books of Kings:* A Contribution to the Debate about the Com position of the Deuteronomistic History. Berlim, 1988.

10 Entre guerra e sobrevivência

Sobre a revolta de Ezequias

HALPERN, B. Jerusalem and the Lineages in the Seventh Century BCE: Kinship and the Rise of Individual Moral Liability. In: HALPERN, B. & HOBSON, D.W. (eds.). *Law and Ideology in Monarchic Israel.* Sheffield, 1991, p. 11-107.

NAAMAN, N. Hezekiah and the Kings of Assyria. *Tel Aviv*, vol. 21, 1994, p. 235-254.

Sobre as relações exteriores de Judá no período de Ezequias e Manassés

EVANS, C.D. Judah's Foreign Policy from Hezekiah to Josiah. In: EVANS, C.D.; HALLO, W.W. & WHITE, J.B. (eds.). *Scripture in Context:* Essays on the Comparative Method. Pitersburgo, 1980, p. 157-178.

NELSON, R. Realpolitik in Judah (687-609 BCE). In: HALLO, W.W.; MOYER, J.C. & PERDUE, L.G. (eds.). *Scripture in Context II:* More Essays on the Comparative Method. Winona Lake, 1983, p. 177-189.

Sobre a expansão de Jerusalém para o oeste

AVIGAD & BROSHI (cf. nas referências sobre o capítulo 9).

Sobre Laquis e sua conquista por Senaquerib

USSISHKIN, D. *The Conquest of Lachish by Sennacherib.* Tel Aviv, 1982.

Sobre os jarros de armazenamento* LMLK *e a administração de Ezequias

NAAMAN, N. Sennacherib's Campaign to Judah and the Date of the *LMLK* Stamps. *Vetus Testamentum*, vol. 29, 1979, p. 61-86.

USSISHKIN, D. The Destruction of Lachish by Sennacherib and The Dating of the Royal Judean Storage Jars. *Tel Aviv*, vol. 4, 1977, p. 28-60.

VAUGHN, A.G. *Theology, History, and Archaeology in the Chronicler's Account of Hezekiah.* Atlanta, 1999.

Sobre o período de Manassés

FINKELSTEIN, I. The Archaeology of the Days of Manasseh. In: COOGAN, M.D.; EXUM, J.C. & STAGER, L.E. (eds.). *Scripture and Other Artifacts:* Essays on the Bible and Archaeology in Honor of Philip J. King. Louisville, 1994, p. 169-187.

Sobre a avaliação bíblica de Manassés

BEN-ZVI, E. The Account of the Reign of Manasseh in II Reg 21:1-18 and the Redactional History of the Book of Kings. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, vol. 103, 1991, p. 355-374.

EYNIKEL, E. The Portrait of Manasseh and the Deuteronomistic History. In: VERVENE, M. & LUST, J. (eds.). *Deuteronomy and Deuteronomic Literature.* Leuven, 1997, p. 233-261.

HALPERN, B. Why Manasseh was Blamed for the Babylonian Exile: The Revolution of a Biblical Tradition. *Vetus Testamentum*, vol. 48, 1998, p. 473-514.

SCHNIEDEWIND, W.M. The Source Citations of Manasseh: King Manasseh in History and Homily. *Vetus Testamentum*, vol. 41, 1991, p. 450-461.

VAN KEULEN, P. *Manasseh through the Eyes of the Deuteronomists.* Leiden, 1996.

Sobre a prosperidade no sul no século VII

BIENKOWSKI (cf. nas referências sobre o capítulo 1, vários artigos).

FINKELSTEIN, I. Horvat Qitmit and the Southern Trade in the Late Iron Age II. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, vol. 108, 1992, p. 156-170.

Sobre a produção de azeite em Tel Miqne

EITAM, D. & SHOMRONI, A. Research of the Oil Industry during the Iron Age at Tel Miqne. In: HELTZER, M. & EITAM, D. (eds.). *Olive Oil in Antiquity.* Haifa, 1987, p. 37-56.

GITIN, S. Tel Miqne-Ekron in the 7th c. BC: City Plan, Development and the Oil Industry. In: HELTZER, M. & EITAM, D. (eds.). *Olive Oil in Antiquity.* Haifa, 1987, p. 81-97.

Sobre a avaliação dos reis de Judá na época da monarquia tardia

SCHNIEDEWIND, W. *Society and the Promise to David.* Oxford, 1999.

11 Uma grande reforma

Sobre Josias e sua reforma na História Deuteronomista

EYNIKEL, E. *The Reform of King Josiah and the Composition of the Deuteronomistic History.* Leiden, 1996.

LAATO, A. *Josiah and David Redivivus:* The Historical Josiah and the Messianic Expectations of Exilic and Postexilic Times. Stockholm, 1992.

LOHFINK, N. The Cult Reform of Josiah: 2 Kings 22-23 as a Source for the History of Israelite Religion. In: MILLER, P.D.; HANSON, P.D. & McBRIDE, S.D. (eds.). *Ancient Israelite Religion.* Filadélfia, 1987, p. 459-475.

NAAMAN, N. The Kingdom of Judah under Josiah. *Tel Aviv*, vol. 18, 1991, p. 3-71.

TALSHIR, Z. The Three Deaths of Josiah and the Strata of Biblical Historiography (2 Kings XXIII 29-30; 2 Chronicles XXXV 20-5; 1 Esdras 1,23-31). *Vetus Testamentum*, vol. 46, 1996, p. 213-236.

Sobre o Livro do Deuteronômio

TIGAY, J. *Deuteronomy.* Filadélfia, 1996.

VON RAD, G. *Deuteronomy:* A Commentary. Londres, 1966.

WEINFELD, M. *Deuteronomy and the Deuteronomic School.* Oxford, 1972.

Sobre o cenário internacional nas últimas décadas da história de Judá

MALAMAT, A. The Kingdom of Judah between Egypt and Babylon: A Small State within a Great Power

Confrontation. In: CLASSEN, W. (ed.). *Text and Context.* Sheffield, 1988, p. 117-129.

_____. Josiah's Bid for Armageddon. *Journal of the Ancient Near Eastern Society*, vol. 5, 1973, p. 267-279.

Sobre o Egito e o Levante no período da 26ª dinastia

REDFORD. *Egypt and Canaan* (cf. nas referências sobre o capítulo 2).

Sobre Deuteronômio 1

Cf. referências sobre a introdução.

Sobre iconismo e aniconismo no antigo Israel

KEEL, O. & UEHLINGER, C. *Gods, Goddesses, and Images of God in Ancient Israel.* Edimburgo, 1998.

METTINGER, T. *No Graven Image?* – Israelite Aniconism in Its Ancient Near Eastern Context. Lund, 1995.

12 Exílio e retorno

Sobre Deuteronômio 2

Cf. sobre a História Deuteronomista (a Escola de Harvard) nas referências da introdução, esp. HALPERN & VANDERHOOFT.

Cf. sobre o Rei Manassés nas referências do capítulo 10.

Sobre o período babilônico

LIPSCHITS, O. *The Fall and Rise of Jerusalem.* Winona Lake, 2005.

VANDERHOOFT, D.S. *The Neo-Babylonian Empire and Babylon in the Latter Prophets.* Atlanta, 1999.

Sobre os últimos quatro versículos do Livro dos Reis (a libertação de Joaquin da prisão)

BECKING, B. Jehoiachin's Amnesty, Salvation for Israel? – Notes on 2 Kings 25,27-30. In: BREKELMANNS, C. & LUST, J. (eds.). *Pentateuchal and Deuteronomistic Studies.* Leuven, 1990, p. 183-293.

LEVENSON, J.D. The Last Four Verses in Kings. *Journal of Biblical Literature*, vol. 103, p. 353-361.

Sobre o mito da terra desabitada e a povoação e a demografia de Yehud

BARSTAD, H.M. *The Myth of the Empty Land.* Oslo, 1996.

CARTER, C.E. *The Emergence of Yehud in the Persian Period.* Sheffield, 1999.

Sobre a província de Yehud e a emergência do judaísmo do Segundo Templo

BERQUIST, J.L. *Judaism in Persia's Shadow.* Mineápolis, 1995.

DAVIES, P.R. (ed.). *Second'Temple Studies I* – The Persian Period. Sheffield, 1991.

ESKENAZI, T.C. & RICHARDS, K.H. (eds.). *Second Temple Studies 2* – Temple and Community in the Persian Period. Sheffield, 1994.

HANSON, P.D. Israelite Religion in the Early Postexilic Period. In: MILLER, P.D.; HANSON, P.D. & McBRIDE, S.D. (eds.). *Ancient Israelite Religion.* Filadélfia, 1987, p. 485-508.

WILLIAMSON, H. Judah and the Jews. In: BROSIUS, M. & KUHRT, A. (eds.). *Studies in Persian History:* Essays in Memory of David M. Lewis. Leiden, 1998, p. 145-163.

Sobre a cultura material do período persa em geral e a província de Yehud em particular

STERN, E. *Material Culture of the Land of the Bible in the Persian Period, 538-332 B.C.* Warminster, 1981.

Sobre as realidades exílicas e pós-exílicas por trás das narrativas do Pentateuco

CLINES, D.J.A. *The Theme of the Pentateuch.* Sheffield, 1997.

HOFFMAN, Y. 1998. The Exodus: Tradition and Reality – The Status of the Exodus Tradition in Ancient Israel. In: SHIRUN-GRUMACH, I. (ed.). *Jerusalem Studies in Egyptology.* Wiesbaden, 1997, p. 193-202.

VAN SETERS, 1975 (cf. nas referências sobre o capítulo 1).

ÍNDICE[*]

Aarão

Abdi-Heba, rei de Jerusalém

Abiam, rei de Judá

Abias

Abraão
- como amorreu
- falhou a busca pelo, histórico
- guerra com os reis mesopotâmicos
- o Jehud pós-exílico e a narrativa de

Absalão

Acab, rei de Israel

Ácaba, Golfo de

Acaron (Tel Miqne), cidade de

Acaz, rei de Judá

Adadnirari III, rei da Assíria

Adbeel

Adonisedec, rei de Jerusalém

Afec, cidade de

Agar

Ageu (profeta)

Agricultura, no Reino do Norte (Israel)

Aharoni, Yohanan

Aías (profeta)

Alásia, Reino de

Albright, William F.

Alfabetismo

em Judá

Alt, Albrecht

Altares ao ar livre; cf. Lugares altos

Amalecitas (povo)

Amarna, placas de (cartas de Tell el-Amarna)
conquista de Canaã e

Amazias, rei de Judá

Amenófis III, Faraó

Amon
rei de Judá
reino de
história da colonização de

Amonitas

Amorreus
hipótese dos

Amós (profeta)

Amósis, Faraó

Amri, rei de Israel

Anatólia

Antigo Testamento; cf. Bíblia Hebraica

Antropologia do antigo Israel

Aod, o benjaminita

Apiru (povo)

Aquenaton
cidade de
faraó

Arábia, comércio da
caravana da
Judá e
no século VII AEC

Arad
cidade de
sítio de

Arad, Tel

Aram-Damasco, reino de
  a guerra de Josafá contra
  Reino do Norte e

Arameus
  presença no Reino do Norte

Arca da Aliança

Arqueologia
  composição e confiabilidade
    histórica da Bíblia e
  escavações de sítios bíblicos
  identificações geográficas na
  monumentos e arquivos egípcios
    e mesopotâmicos

Arqueológico, período

Asa, rei de Judá

Asaradon, rei da Assíria

Ascalon, cidade de

Asdod, cidade de

Aser

Aserá (deusa)

Asiongaber, cidade de

Assírio, Império
  a dinastia amrida e
  colapso do Egito e
  declínio no século VII AEC
  destruição do
  Israel (Reino do Norte) e
  Judá e
  Meguido sob o
  rebelião de Ezequias contra
    consequências da
    perspectiva bíblica da
    preparativos para
    resultados desastrosos da

Assírios

Assurbanipal, rei da Assíria

Atália, rainha de Judá

Atarot, cidade de

Atarus, Khirbet

Ava

Aváris, cidade de

Azarias (Uzias), rei de Judá

Azeite de oliva, indústria
    Judá (705-639 AEC) e a

Baal

Baana, governador regional

Baasa, rei de Israel

Babilônia

Babilônico, Império
    conquista de Judá
    crescimento do poder no séculoVII AEC
    exílio
    revolta em 626 AEC

Balatah, Tell

Barac

Bar-Adad III, rei de Aram-Damasco

Beduínos, vida dos
    teoria da infiltração pacífica e

Beerot, cidade de

Beit Mirsim, Tell

Beitin, povoado de

Ben-Adad, rei(s) de Aram-Damasco

Beni Hasan, pintura tumular

Benjamin

Ben-Tor, Amnon

Bersabeia, Vale de
    assentamento do

explorações arqueológicas no
Besecat, cidade de
Betel
altares em
durante o período babilônico
expansionismo josiânico em
repovoamento de
templo de
Betsã, cidade de
Betsaida, cidade de
Betsur
Bíblia Hebraica
batalha arqueológica pela
como história de Israel
como modelo para outras comunidades militantes
como pacto nacional e social
confiabilidade histórica da
definição
divisões tradicionais da
núcleo histórico da
origens da
Bietak, Manfred
Biran, Abraham
Bit hilani
Bosra
Broshi, Magen
Buqeah, Vale de

Cades, batalha de (século XIII BCE)
Cades-Barneia
Cafira, cidade de
Calane, cidade de
Camelos, nas narrativas sobre os patriarcas
Caminhos de Hórus

Canaã
a divisão de, por Josué
cidades-Estado de
a escavação de Tell Beit Mirsim
a produção do Livro de Josué
no século VII AEC e
as cartas de Tell el-Amarna
(tabuletas de Amarna) e as
ausência de fortificações
cananeias e as
como síntese de memórias
populares e lendas
conquista das (entre 1230 e 1220 AEC)
destruição das
dinastia amrida e
escavações de Jericó
escavações de Hai
escavações de Hasor
evidência egípcias das
identidade pan-israelita e
inconsistências textuais na Bíblia
referentes às
invasão egípcia das (século X AEC)
o mundo mediterrâneo do século XIII AEC e as
o plano de batalha de Josué
outras escavações
saga gabaonita das
Egito e
êxodo e
imigração no Egito
sob Ramsés III
origem israelita de
população durante a dinastia amrida
Cântico do Mar
Capitéis protoeólicos
Caravanas árabes
Carbono 14, datação
Carcar, batalha de (853 AEC)

Cariat-Iarim, cidade de

Carros, os “estábulos” de Meguido e as forças de

Cedar

Cedaritas/quedaritas

Cedron, Vale do

Cereteus

Champollion, Jean-François

Chicalaia (povo)

Chipre

Chosu (povo)

Cidade antiga de Jerusalém

Cidades-Estado cananeias; cf. *Canaã*

Cinco Livros de Moisés; cf. Pentateuco

Ciro o Grande, rei de Pérsia

Cisternas, impermeabilização e
    armazenamento de água

Clines, David

Codorlaomor

Cogan, Mordecai

Cohen, Rudolph

Comércio árabe
    caravanas
    Judá e o
    no século VII AEC

Costumes funerários judaítas

Crônicas, livros das

“Cronologia”
    bíblica
    narrativa dos patriarcas e

Cross, Frank Moore

Crowfoot, John

Cusã-Rasataim

D, texto

Dã
    cidade de
        dinastia amrida e
        ocupação assíria de
    filho de Jacó

Daba, Tell ed-

Dalila

Dalley, Stephanie

Dan, Tel

Dario, rei de Pérsia

Davi, Rei
    cf. tb. Idade de ouro de Israel
        ascendência de
        como chefe da região montanhosa
            histórico
    conquistas de
        Jerusalém
        evidência cerâmica filisteia de
    existência de
    Josias e
    legado de
    Livro de Samuel sobre
    século VII AEC e

Daviau, Michèle

Davies, Philip

De Vaux, Roland

Debir, cidade de

Débora
    canto de

Deuteronômio
    direitos humanos e dignidade humana no
    geopolítica das últimas décadas
        de Judá e o

identidade pan-israelita e o
o Livro da Lei e o
sobre o funcionamento do governo

Deuteronomista, História
data de composição da
epopeia de Judá criada pela
fim abrupto da
Josias e
Livro de Josué como parte da
movimento só YHWH e a
redações de Dtr 1 Dtr 2
sobre a relação Judá-Israel
sobre o Reino do Norte (Israel)
sobre os últimos reis davídicos

Dever, William

Dez Mandamentos

Dinastia amrida
aquedutos subterrâneos
ascensão e queda
Assíria e
cidades-Estado cananeias e
estrutura monárquica
registros arqueológicos da
de Atarot
de Dã
de Gazer
de Hasor
de Jaaz
de Meguido
de Samaria
relato bíblico da
inconsistências no

Dor, província assíria de

Dor, Tel

Dothan, Trude

Duweir, Tell ed-

E, texto

Edom
comércio árabe e
história da povoação de
Jehud e

Edomitas (povo)

Efraim

Egéria (peregrina)

Egito; cf. tb. Êxodo
arquivos e monumentos como
fontes arqueológicas
conquista cananeia e o
origens israelitas
as atitudes de Judá em relação ao
Canaã e o
imigração de cananeus
invasão das cidades-Estado cananeias (século X AEC)
colapso assírio e o
José no
Josias e o
no século VII AEC
renascimento político
o reinado de Ramsés Ill

Eglon

Ein el-Qudeirat, oásis

Ein Haseva

Ein Qadis, oásis

Ela, rei de Israel

Elias (profeta)

Eliseu (profeta)

El-Jib, povoado de

Elohim

Esaú

Esdras
Livro de
o escriba

Estábulos salomônicos

Estatuetas judaítas (século VII AEC)

Etnicidade, origens de Israel e

Et-Tell, sítio
  norte
  sul
    cf. tb. Hai, cidade de

Êxodo
  a imigração cananeia no e a
    expulsão do Egito como inspiração
    para o
  evidência arqueológica e histórica do
    acampamentos durante a migração
    conflito de datas e reis no
    possibilidade do, na época de Ramsés
  hicsos e o
  história do
  períodos exílico e pós-exílico e o
  referências ao século VII AEC no
  sítios do delta do Nilo mencionados no
  sítios do Sinai mencionados no

Ezequias, rei de Judá
  rebelião contra Assíria
    consequências da
    perspectiva bíblica da
    preparativos para
    resultados desastrosos da
  reformas religiosas de

Ezequiel
  Livro de

Faceia, rei de Israel

Faceias, rei de Israel

Filisteia
  cerâmica filisteia
    as conquistas davídica como evidenciadas na

Filisteus

israelitas x
nas narrativas sobre os patriarcas

Fisher, Clarence S.

Fonte Sacerdotal (P) no Pentateuco

Franklin, Norma

Friedman, Richard

Gabaon

Gabaonitas
saga dos

Gad

Galaad

Galil, Gershon

Galileia
batalha da

Gaza

Gazer, cidade de
dinastia amrida e
identificada como Gaazru
portão de

Gedeão

Gênesis
Jehud pós-exílico e
material genealógico em

Gerara, cidade de

Gessen

Gion, fonte de

Gitin, Seymour

Glueck, Nelson

Godolias (governador)

Golias

Gomorra, cidade de

Gordon, C.H.

Gottwald, Norman K.

Gregos, mercenários

Guy, P.L.O.

Hadar, Tel

Hai, a cidade de
  a "conquista" de
  conquista de Canaã e

Halpern, Baruch

Harã, cidade de

Haseva, forte de

Hasor, cidade de
  destruição de
    pelos egípcios
    pelos israelitas
  dinastia amrida e
  escavações de
    por Yadin
  o ataque de Teglat-Falasar a
  plano do sítio
  portão em

Hati, reino de

Hatusa, cidade de

Hatusílis III, rei dos hititas

Hazael, rei de Aram-Damasco
  ameaça a Jerusalém
  invasão de Israel
  sua unção por Elias

Hebreus, escravização dos

Hebron, cidade de
  túmulos dos patriarcas em

Hecateu de Abdera

Helcias (sumo sacerdote)

Helenismo, cultura e religião

Herodes, rei da Judeia

Heródoto (historiador)

Hesban, Tel

Hesebon, cidade de

Hicsos

Hiram, rei de Tiro

Hititas

Hoffman, Yair

Hurritas (povo)

Ibni-Adu, rei de Hasor

"Idade de Ouro" de Israel
  base histórica da
  dinastia real
  evidência arqueológica
    conquistas de Davi
    desenvolvimento da
      especialização e da
      estratificação social
    estábulos, cidades e portões de Salomão
    Jerusalém
    o sistema de assentamento de
      Judá
    questões de datação
  existência de Davi e Salomão
  legado davídico
    Josias e o
    o século VII AEC e o
  principais sítios da

Idade do Bronze Intermediária (Bronze Médio I)

Idolatria; cf. tb. Lugares altos
  altares de Betel
  batalha de Josias contra a
    de Judá

Idumeia

Inscrição "casa de Davi"

Isaac

Isaías
Profeta
Segundo

Ismael
filho de Abraão
filho de Natanias

"Israel", usos do termo

Israel antigo; cf. tb. Reino do Norte (Israel); Reino do Sul (Judá)
a Bíblia Hebraica como história do
aliança com YHWH
a mais antiga menção extrabíblia do
antropologia do
formação estatal no
monarquia unificada do; cf. tb. Idade de Ouro de Israel
rompimento da
versões da história tardia do

Israelitas
como imigrantes do deserto
como nômades pastoris
conquista unificada
contexto arqueológico dos
costumes culinários e dietéticos e os
crítica dos
etnicidade e os
evidência arqueológica sobre os
explorações nas terras altas
vida na fronteira e as
sítios dos assentamentos e as
ondas de assentamento
infiltração pacífica
Livro de Josué sobre os
Livro dos Juízes sobre os
o colapso da cultura cananeia e os
origens dos
registros egípcios sobre os
revolta camponesa
suposições comuns sobre os

Terra Prometida como herança e os
unicidade dos
cf. tb. Patriarcas, era dos

Issacar

Izbet Sartah, sítio de

J, texto javista

Jaaz, cidade de

Jabin, rei de Hasor

Jacó (Israel)
como pai das doze tribos
Labão e

Jael

Jebel Musa, pico de

Jehud
edomitas e
fronteiras de
no período persa
papel da família davídica em
revisionismo histórico e
similaridades com Judá do período
monárquico tardio
Jemmeh, Tell

Jeoás, rei de Judá

Jeremias
Livro de
profeta

Jericó
expansionismo josiânico até

Jeroboão I, rei de Israel

Jeroboão II, rei de Israel
Meguido reconstruída sob
morte de
prosperidade sob
reinado pacífico de

Jerusalém

conquista de
pelos babilônios
por Davi
Dtr 2 sobre
elite sacerdotal na era pós-exílica
explicação e racionalização pós-exílicas de
idade de ouro de Israel e
Meguido comparada com
na Idade do Ferro
no século VII AEC
reconstrução das muralhas de
Templo de; cf. Templo de Jerusalém
transformação em centro nervoso
político-religioso

Jeú, rei de Israel

Jezabel, rainha de Israel

Jezrael
cidades salomônicas e
durante o período amrida
plano do sítio

Joacaz
rei de Israel
rei de Judá

Joaquim, rei de Judá

Joaquin, rei de Judá

Joás, rei de Israel
Joatão, rei de Judá

Joiada, sacerdote

Jorão
rei de Israel
rei de Judá

Jordão
Rio
Vale do

José
história de
no Egito

Josias, rei de Judá
ambições de reunificação de
arqueologia e
como imagem de Davi
descoberta do Livro da Lei e
Dtr 2 sobre
equilíbrio de poder entre o Egito e a Assíria e
extensão das conquistas territoriais
História Deuteronomista e
Josué e
monoteísmo e
morte de
Necao e
profecia do surgimento de
reformas puritanas de
tamanho do reino sob
visão maximalista da
visão minimalista da

Josué
divisão de Canaã por
Josias e
Livro de
sobre a extensão do território conquistado
sobre as origens israelitas
plano de batalha de
retrato com traços reais

Josué (sacerdote)

Judá (filho de Jacó)
destino de
reino de; cf. Reino do Sul (Judá)
tribo de

Judaísmo do Segundo Templo

Judeia
deserto da

Judeus

Juízes, Livro dos
sobre as origens israelitas

sobre enclaves cananeus não conquistados
Justiniano, imperador de Bizâncio

Khu-Sebek (general egípcio)
kittim (povo)
Kuntillet Ajrud

Labaiu, rei de Siquém
Labão
Laquis, cidade de
conquista de
pelos assírios (701 AEC)
pelos Babilônicos (587/586 AEC)
evidência cerâmica de
refortificação de
Layard, Austen Henry
Lei, livro da
Lemaire, André
Lemche, Niels Peter
Levi
Lia
Linear B, escrita
Lipschits, Oded
"Listas de cavalos"
Ló
Lugares altos
destruição dos, por Josias
Luke, John
Luza, cidade de

Macabeus, reis
Macalister, R.A.S.
Macpela, caverna de

Madianitas

Magdol

Manaém, rei de Israel

Manassés
rei de Judá
Dtr 2 sobre
identificação arqueológica de
o relato da Bíblia sobre o reinado de
política econômica de
pluralismo religioso sob
tribo

Maneto (historiador)

Mar Vermelho, divisão das águas do

Mari, cidade de

Marquet-Krause, Judith

Masfa, cidade de

Masos, Tell

Mazar, Benjamin

McCarter, Kyle

Medinet Habu, templo de

Meguido
abandono de
a dinastia amrida e
destruição de (século XII AEC)
escavações de
estrato II
estrato III
por Yadin
"estábulos" salomônicos em
Jerusalém comparada com
no século VIII AEC
portão de
datação do
reconstrução sob Jeroboão II
similaridades arquitetônicas com Samaria
sob o domínio assírio

sob os cananeus
Mendenhall, George
Mercenários
gregos
judaítas
Merneptá
estela de
Faraó
Mesa
estela do rei
rei de Moab
Mesad Achaviau, sítio de
Mesalemet (esposa de Manassés)
Micenas (mundo micênico)
Micol
Minimalistas bíblicos
Miqne, Tel; cf. Acaron
Miqueias (profeta)
Moab
história do povoamento de
Moabitas
Moisés; cf. tb. Êxodo
autoria da Bíblia por
Hecateu sobre
Monólito, inscrição do
Monoteísmo
em Judá
Mudayna, Khirbet el-
Muvatalis, rei dos hititas

Naaman, Nadav
Nabaiot
Nabot

Nabucodonosor, rei da Babilônia

Nadab, rei de Israel

Necao II, Faraó

Neemias
    funcionário persa
    Livro de

Neftali

Negueb, deserto (Negueb bíblico)

Nelson, Richard D.

Nesbeth, Tell en-

Nilo
    assentamento do, com estrangeiros
    delta do
        cf. tb. Êxodo
    Rio
    sítios mencionados durante o êxodo

Nínive

Nomadismo pastoril

Noth, Martin

Nuzi, tabuletas de

Ocozias
    rei de Israel
    rei de Judá

Oren, Eliezer

Oseias
    Profeta
    rei de Israel

Otoniel

Palestina

Pan-israelita, ideal
    conquista cananeia e
    nas narrativas sobre os patriarcas

Páscoa, sacrifício da

Patriarcas, era dos
Abraão
como amorreu
fracassa a busca pelo histórico
guerra contra reis mesopotâmicos
Jehud pós-exílico e a história de
como "pré-história" piedosa de Israel
historicidade de
hipótese amorreia
Isaac
Jacó
como pai das doze tribos
Labão e
narrativas sobre os
anacronismos nas
como mapa vivo do antigo Oriente Próximo
controvérsia a respeito da datação
ideia pan-israelita nas
povos cananeus e lugares mencionados nas
sobre povos do deserto e
impérios orientais
versão E das
versão J das
sítios conectados com a
túmulos dos patriarcas em Hebron

Pedra de Roseta

Peleteus

Pentateuco
autoria do
documentos-fonte do
epopeia de Judá criada pelo
fonte J do
fonte mais antiga do
fonte sacerdotal (P) do

Pérsia
os exilados judaítas e a
reconstrução do Templo de
Jerusalém e a

Pi-Ramsés, cidade de (Ramsés)

Pitom

Politeísmo em Judá

Porco, banimento do

Portões salomônicos

Povos do mar

Pr-Itm

Psamético I, Faraó

Pul, rei; cf. Teglat-Falasar III, rei da Assíria

Qasile, Tel

"R", passagens textuais

Raab (prostituta)

Radiocarbono, datação

Ramsés I, Faraó

Ramsés II, Faraó

Ramsés III, Faraó

Ramsés VI, Faraó

Ramsés, cidade de (Pi-Ramsés)

Ramsés, faraós da linhagem de

Raquel

Rasin, rei de Damasco

Rebeca

Redatores

Redford, Donald

Rehov, cidade de

Rehov, Tel

Reino do Norte (Israel)
- Aram e
- cerca de 842-740 AEC
  - a invasão do, por Hazael
  - aumento da população no
  - deportados e sobreviventes do

fim do
História Deuteronomista sobre o
Império Assírio e o
livros dos Reis sobre o
presença dos arameus no
protesto profético contra
reis do (listas)
sob Jeroboão II
Judá e
o Reino do Sul (Judá) comparado com o
a História Deuteronomista sobre o
características ambientais e topográficas
evidência textual egípcia
formação estatal
profecias e o
prática religiosa no
reis do (lista)
Reino do Sul (Judá)
930-705 AEC
constituição estatal do
costumes funerários
expansão do
fidelidade a YHWH como ideal x realidade do
idolatria do
Império Assírio e
limitações ambientais do
monoteísmo no
padrões de assentamento no
politeísmo no
população do
predomínio de Israel sobre o
proeminência bíblica do
reformas religiosas de Ezequias
reis do
retrato impreciso feito pela Bíblia
705-639 AEC
ambições territoriais
a rebelião de Ezequias
avaliação dos reis do
azeite de oliva indústria e o

comércio árabe e
cultura material do
fatores geopolíticos na religião
Império Assírio e
politeísmo no
sob Josias; cf. Josias, rei de Judá
sob Manassés; cf. Manassés, rei de Judá
639-586 AEC
alfabetismo no
conquista do, pelos babilônios
descoberta do Livro da e
Deuteronômio e
equilíbrio de poder entre Egito e Assíria e o
História Deuteronomista e
ideal pan-israelita do
monoteísmo no
reformas puritanas no
revolução na zona rural
últimos reis davídicos do
586-cerca de 440 AEC
exílio babilônico
população não exilada do
reconstrução das muralhas de Jerusalém
reconstrução do Templo de Jerusalém
restauração do
cf. tb. Jehud
atitudes em relação ao Egito
Império Assírio e o
rebelião de Ezequias contra o
listas de reis
reino de Israel e o
reis assírios envolvidos na história do

Reis, livros dos
movimento só YHWH e os
sobre a rebelião de Ezequias
sobre Israel (Reino do Norte)

"Revolução social", hipótese;
cf. Teoria das origens israelitas: revolta camponesa

Robinson, Edward

Roboão, rei de Judá
fortalezas construídas por

Rosen, Baruch

Rúben

Sabá
povo
rainha de

Sadoc (sacerdote)

Safã

Saite, dinastia

Salmanasar, “obelisco negro” de

Salmanasar III, rei da Assíria

Salmanasar V, rei da Assíria

Salomão, Rei
como chefe da região montanhosa
crítica bíblica a
dinastia amrida e
estábulos, cidades e portões de
existência de
evidência arqueológica de
rompimento da unidade de Israel e
Templo de
cf. tb. Idade de Ouro de Israel

Samaria
a dinastia amrida e
óstracos de
população
reconstrução do Templo de Jerusalém e
repovoamento
revoltas dinásticas
similaridades arquitetônicas com Meguido
sítios de
pelos assírios

Samgar

Samuel (profeta)

Sansão

Santa Catarina, mosteiro

Sara

Sarça ardente

Sargon II, rei da Assíria

Sasabassar, governador de Jehud

Satrapia Além do Rio

Satrapias

Saul, rei de Israel

Schliemann, Heinrich

Sedecias, rei de Judá

Sedentarização

Sefelá
    expansionismo josiânico na

Selum, rei de Israel

Sema, comandante

Senaquerib, rei da Assíria

Sesac, Faraó

Seti I, Faraó

Sheshonq I, Faraó; cf. tb. Sesac

Shiloh, Yigal

Silo

Siloé, inscrição

Simeão
    tribo de

Sinai
    deserto do
    monte

Sinetes
    em forma de roseta
    fronteiras de Jehud inferidas dos

Siquém

altares em
Sísara
Smith, Morton
Sobna, túmulo de
Sodoma, cidade de
Sofonias (profeta)
Speiser, Efraim
Stager, Lawrence
Sucot

Taanac, cidade de
Taima, oásis de
Tamar
Tamuz (deus mesopotâmico)
Teglat-Falasar III, rei da Assíria
comércio árabe e
conquista de Israel
Judá e
repovoamento de territórios
conquistados por
Tel Dan, inscrição; cf. Inscrição "casa de Davi"
Tell el-Amarna, cartas; cf. Amarna,
tabuletas (cartas de Tell el-Amarna)
Tema
Templo de Jerusalém
atividades cúlticas nas ruínas do
como centro do culto a YHWH
construção do
destruição pelos babilônios
reconstrução do
renovação do, por Joás
Teoria das origens israelitas
conquista unificada
infiltração pacífica
crítica à

revolta camponesa
contexto arqueológico da
Tersa
Thompson, Thomas
Tirins
Tjkw
Torá; cf. Pentateuco
Transjordânia
êxodo, narrativa e
reinos da
Tutmósis III, Faraó

Ugarit, cidade de
Ulu Burun, casco de barco
naufragado
Ur, cidade de
Urartu, reino de
Urusalim
Ussishkin, David
Uzias (Azarias), rei de Judá

Van Seters, John

Wapnish, Paula
Weinfeld, Moshe
Wellhausen, Julius
Williamson, Hugh
Woodhead, John

Yadin, Yigael
descobertas salomônicas de
escavações em Hasor
escavações em Meguido
oposição à teoria da infiltração pacífica
esquema de estratificação

sobre as origens e características
israelitas

YHWH
aliança de Israel com
fidelidade a realidade x ideal
movimento
Ezequias e o
os amridas e
Templo de Jerusalém como
centro de culto

Zabulon

Zacarias
profeta
rei de Israel

Zambri, rei de Israel

Zertal, Adam

Zorobabel, governador de Jehud

---

[*]. O índice que apareceu na versão impressa deste título não corresponde às páginas do seu livro eletrônico. Por favor, use a função de pesquisa no seu dispositivo de leitura eletrônica para pesquisar termos de interesse. Para sua referência, os termos que aparecem no índice impresso estão listados abaixo.

TEXTOS DE CAPA

Contracapa

"A mais ousada e estimulante síntese de Bíblia e arqueologia dos últimos cinquenta anos."

Baruch Halpern,
autor de *The First Historians: The Hebrew Bible and History*

O objetivo deste livro é contar a história do antigo Israel e do nascimento de suas escrituras sagradas a partir de uma nova perspectiva, justamente da perspectiva arqueológica. Queremos tentar separar história de lenda. Mediante a evidência das descobertas recentes, construiremos uma nova história do antigo Israel, na qual alguns dos mais famosos eventos e personalidades mencionados na Bíblia desempenham papéis inesperadamente diferentes. Contudo, nosso propósito, no final das contas, não é a mera desconstrução. É compartilhar as noções arqueológicas mais recentes – ainda amplamente desconhecidas fora dos círculos científicos –, não só sobre *quando*, mas também *por que* a Bíblia foi escrita e ainda tem toda essa força.

Orelhas

Nesta obra iconoclasta e provocadora, os renomados pesquisadores Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman baseiam-se em recente pesquisa arqueológica para apresentar um retrato completamente revisado do antigo Israel e seus vizinhos. Eles argumentam que evidências cruciais, ou a eloquente falta de

evidência em escavações em Israel, no Egito, na Jordânia e no Líbano indicam que boa parte das mais famosas histórias bíblicas – as migrações dos patriarcas, o êxodo do Egito, a conquista de Canaã por Josué e o império de Davi e Salomão – constituem um reflexo do mundo dos autores de épocas posteriores mais do que fatos históricos reais.

Desafiando as leituras fundamentalistas dos escritos bíblicos e organizando as evidências arqueológicas mais recentes para dar suporte à sua nova visão do antigo Israel, *A Bíblia desenterrada* proporciona uma perspectiva fascinante e controversa sobre quando e por que a Bíblia foi escrita e por que ela ainda tem tanta força espiritual e emocional, hoje.

Os autores

Israel Finkelstein é diretor do Instituto de Arqueologia Sonia e Marco Nadler, na Universidade de Tel Aviv.

Neil Asher Silberman é diretor de interpretação histórica do Centro Ename de Arqueologia Pública e Apresentação do Patrimônio Cultural na Bélgica e editor da revista *Archaeology*.